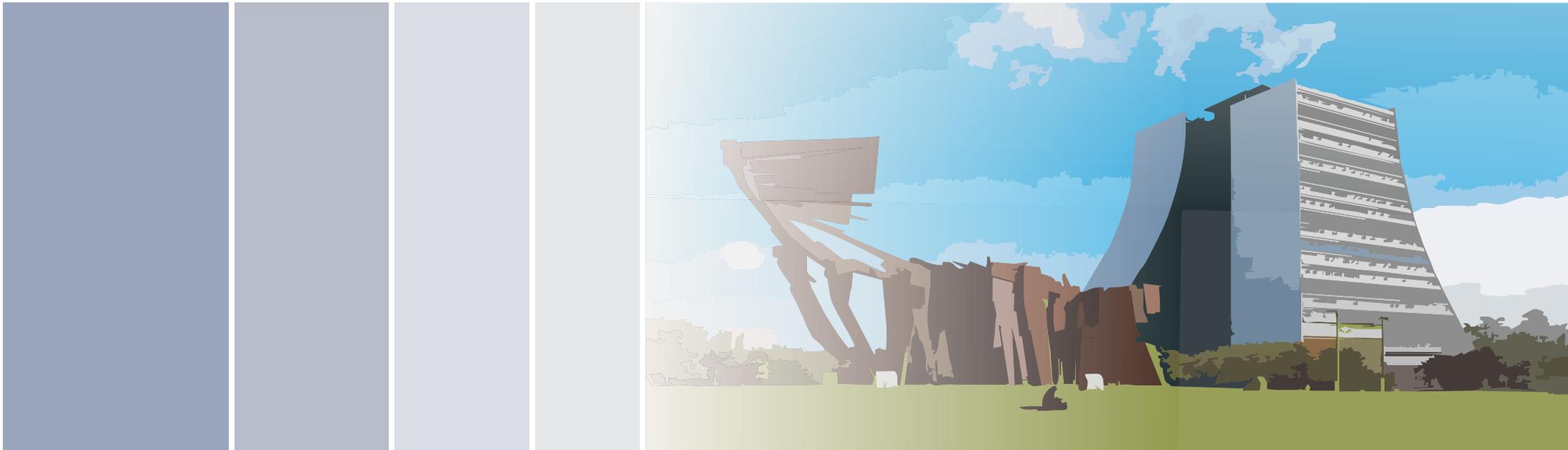




GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Plano Plurianual 2016-2019





**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

PLANO PLURIANUAL

2016-2019



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

José Ivo Sartori

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

José Paulo Cairolí

CHEFE DO GABINETE DO GOVERNADOR

João Carlos Mocellin

SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

Márcio Biolchi

CHEFE DA CASA MILITAR

Ten.Cel. Everton Santos Oltramari

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Euzébio Fernando Ruschel

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Cristiano Roberto Tatsch

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA

Fábio de Oliveira Branco

SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO

Carlos Antônio Búrigo

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO

Cleber Benvegnú

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Maria Helena Sartori

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

Carlos Eduardo Vieira da Cunha

SECRETÁRIO DA SAÚDE

João Gabbardo dos Reis



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

SECRETÁRIO DA CULTURA

Victor Hugo Alves da Silva

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Wantuir Francisco Brasil Jacini

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Giovani Feltes

SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS
HUMANOS

Eduardo Rafael Vieira Olivera

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES E MOBILIDADE

Pedro Bandarra Westphalen

SECRETÁRIO DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

Gerson Burmann

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

César Luis de Araújo Faccioli

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Volmir José Miki Breier

SECRETÁRIO DE TURISMO, ESPORTE E LAZER

Juvir Costella

SECRETÁRIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ana Maria Pelinni

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Ernani Polo

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO

Tarcisio José Minetto

SECRETÁRIO DE MINAS E ENERGIA

Lucas Bello Redecker

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Dep. Edson Brum



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Cons. Cezar Miola

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

Marcelo Lemos Dornelles

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Nilton Leonel Arnecke Maria

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

Sérgio Antônio Berni de Brum

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

José Aquino Flôres de Camargo



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

PLANO PLURIANUAL 2016-2019
SIGLAS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

SIGLA DO ÓRGÃO	NOME DO ÓRGÃO
AGDI	AGENCIA GAÚCHA DO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO
AGERGS	AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RS
AL	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
BAC	BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
BADESUL	CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO
BAGERGS	BANRISUL - ARMAZÉNS GERAIS S.A.
BANRISUL	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
BC	BANRISUL CARTÕES S.A.
BCV	BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO
CC	CASA CIVIL
CCOM	COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO
CEASA	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A
CEED	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
CEEE-D	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
CEEE-GT	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
CESA	COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS

SIGLA DO ÓRGÃO	NOME DO ÓRGÃO
CIENTEC	FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CM	CASA MILITAR
CORAG	COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS
CORSAN	COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SANEAMENTO
CRM	COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE MINERAÇÃO
DAER	DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DEFPUB	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DETRAN	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
EFE	ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO
EGR	EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A.
FADERS	FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PPD E PPAH NO RIO GRANDE DO SUL
FAPERGS	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FASE	FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL
FCP-RTV	FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI - RÁDIO E TELEVISÃO
FDRH	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

SIGLA DO ÓRGÃO	NOME DO ÓRGÃO
FEE	FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA "SIEGFRIED EMANUEL HEUSER"
FEPAGRO	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
FEPAM	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER
FEPSS	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE
FETLSVC	FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA
FGTAS	FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
FIGTF	FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE
FOSPA	FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE
FPERGS	FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL
FTSP	FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO
FUNDERGS	FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL
FZB	FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL
GE	GOVERNO DO ESTADO
GG	GABINETE DO GOVERNADOR
GPS	GABINETE DE POLÍTICAS SOCIAIS
GVG	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
IPEPREVI	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RPPS/RS

SIGLA DO ÓRGÃO	NOME DO ÓRGÃO
IPERGS	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IPESAÚDE	FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - FAS/RS
IRGA	INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ
JME	TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR
JUCERGS	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
METROPLAN	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL
MP	MINISTÉRIO PÚBLICO
PGE	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCERGS	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SAP	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
SDECT	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SDR	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO
SEDAC	SECRETARIA DA CULTURA
SEDUC	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
SEFAZ	SECRETARIA DA FAZENDA
SEMA	SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SEPLAN	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

SIGLA DO ÓRGÃO	NOME DO ÓRGÃO
SES	SECRETARIA DA SAÚDE
SETEL	SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER
SGG	SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO
SJDH	SECRETARIA DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS
SMARH	SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS
SME	SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA
SOSH	SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO
SPH	SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS
SSP	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

SIGLA DO ÓRGÃO	NOME DO ÓRGÃO
STDS	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
STM	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E MOBILIDADE
SULGÁS	COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPRG	SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE
TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA
UERGS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL



SUMÁRIO

MENSAGEM.....	13	Eixo Infraestrutura e Ambiente.....	143
Apresentação.....	15	Eixo Social.....	169
1.Diretrizes e Objetivos Estratégicos do Governo.....	18	Poder Legislativo.....	233
2.Processo de Elaboração do PPA 2016-2019.....	23	Poder Judiciário.....	239
3.Gestão do Plano Plurianual 2016-2019 e dos Objetivos Estratégicos do Governo.....	28	Ministério Público.....	245
4.Panorama da Economia Gaúcha.....	32	Defensoria Pública.....	251
5.Desafios para o Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul.....	42	RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE.....	257
6.Quadro Geral das Finanças Públicas Estaduais.....	52	CADERNO DE REGIONALIZAÇÃO.....	273
7.Cenário Fiscal para o Plano Plurianual 2016-2019.....	73	Região Funcional 1.....	275
TEXTO DA LEI.....	77	Região Funcional 2.....	315
Lei do Plano Plurianual 2016-2019.....	79	Região Funcional 3.....	345
ANEXO	83	Região Funcional 4.....	373
PROGRAMAS E AÇÕES.....	85	Região Funcional 5.....	399
Poder Executivo.....	87	Região Funcional 6.....	427
Eixo Econômico.....	89	Região Funcional 7.....	453
Eixo Governança e Gestão.....	115	Região Funcional 8.....	479
		Região Funcional 9.....	507
		PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016.....	533



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

MENSAGEM

APRESENTAÇÃO

O Rio Grande do Sul atravessa um período conturbado no que tange à situação de sua economia e de suas finanças. As dificuldades enfrentadas pelo Estado, que se acumulam na história recente, são agravadas pelo atual momento da conjuntura internacional e nacional, que passa por um período de transição para um novo ciclo. Devemos enfrentar este momento somando forças e dividindo responsabilidades para fazer o que precisa ser feito.

A economia do Rio Grande do Sul, que é uma das mais diversificadas do Brasil, está profundamente articulada com os diferentes segmentos da indústria nacional. Sua trajetória acompanha e tem sofrido com a desaceleração da atividade produtiva no País, especialmente no que tange à indústria de transformação. A distância do centro econômico do País nos impõe gargalos de infraestrutura e dificulta o acesso ao mercado nacional.

A história socioeconômica do Estado acabou por reforçar a concentração de nossa economia e da população no território. Hoje temos mais de 50 por cento da população morando no Eixo que vai de Porto Alegre a Caxias do Sul e, se considerarmos as atividades econômicas, esse percentual é ainda maior. Daí decorre o agravamento de problemas nas regiões mais densamente povoadas como acessibilidade, saneamento, emprego e habitação, sem esquecer os efeitos gerados para o ambiente. A busca de equilíbrio entre as regiões é uma prioridade para o Governo.

Estamos em um momento de estabilização do crescimento da população que, em cerca de uma década, atingirá seu tamanho máximo. Já estamos vivenciando o chamado bônus demográfico, quando temos nosso maior contingente populacional em idade produtiva. O momento é propício para o aproveitamento de um grande número de pessoas em atividades produtivas e, com isso, poderemos alavancar nossa economia. Por outro lado, teremos uma estrutura etária envelhecida que deverá requerer serviços cada vez mais complexos.

As finanças públicas estaduais passam por um momento dos mais delicados da história, em que se evidenciam graves problemas estruturais e enorme fragilidade fiscal. As receitas arrecadadas são insuficientes para fazer frente às despesas fixas. Os instrumentos de financiamento do déficit histórico estão esgotados e é urgente que se façam mudanças profundas para reestabelecer o equilíbrio fiscal.

A realidade está posta e é preciso enfrentá-la - sem falsas soluções, que podem ser confortáveis em um primeiro momento, mas enganosas e, às vezes, danosas no longo prazo. Temos que gastar no que é necessário e comprometer apenas os recursos arrecadados, cortando gastos supérfluos. Devemos superar o pensamento arcaico de que é sustentável gastar mais do que se arrecada, pois não se pode ter uma gestão fiscal que comprometa as gerações futuras. É necessário agir com responsabilidade, sem preconceitos políticos e ideológicos, de forma a consolidar conquistas e ir em busca de novos e maiores resultados.

Em um momento de crise, planejar é uma atividade essencial, pois permite que se tracem os melhores caminhos a serem trilhados.

Possibilita também que se definam claramente os objetivos e as metas para chegar ao destino programado e se faça uma otimização dos recursos, financeiros, humanos e materiais. Planejar neste momento é, acima de tudo, buscar maior eficiência nos serviços públicos que são mais importantes para a população. A eficiência exige coragem e criatividade para fazer diferente de como já vinha sendo feito e fazer uma única vez, sem sobreamentos e disputas, mas com convergência de esforços em busca de um único objetivo: trazer um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida para o Rio Grande do Sul.

Para concretizar essa visão de futuro o Governo do Estado organizou suas ações em quatro eixos de governo. No Eixo Econômico, as ações buscam gerar um novo ciclo de desenvolvimento. Para tanto, os esforços estão direcionados para a promoção do desenvolvimento, com equilíbrio entre as regiões; para o estímulo à diversidade e ao crescimento da indústria; para o fortalecimento da agricultura familiar, do cooperativismo e do agronegócio; para a criação de condições para o desenvolvimento do turismo; para o incentivo às micro e pequenas empresas, ao comércio, aos serviços, ao terceiro setor e ao empreendedorismo; e, para a qualificação do capital humano, das políticas de inovação e do desenvolvimento tecnológico.

No Eixo Social, o Estado busca organizar suas ações para reforçar e ampliar as garantias dos direitos sociais. Para isso, deverá melhorar o acesso à prevenção e à promoção da saúde; conquistar um novo patamar de qualidade educacional, gerando oportunidade para todos; fortalecer políticas para garantir segurança à sociedade; fortalecer e ampliar políticas públicas voltadas à igualdade de gêneros;

à inclusão social e às diversidades; e, preservar e ampliar o acesso à cultura, ao esporte, à recreação e ao lazer.

No Eixo de Infraestrutura e Ambiente, busca promover as condições de infraestrutura necessárias ao pleno desenvolvimento regional. Esse objetivo se viabiliza por meio da agilização dos procedimentos para uso e ocupação dos recursos naturais; fortalecimento do sistema multimodal de transportes para carga e pessoas; ampliação e garantia da qualificação dos serviços de telecomunicações e energia; e, garantia da universalização da distribuição, coleta e tratamento de água, esgoto e resíduos.

No Eixo de Governança e Gestão, as ações estão voltadas para produzir resultados por meio do planejamento e da integração de políticas públicas. Isso se viabiliza com a busca da agilidade da gestão pública com foco na melhoria da prestação dos serviços; com valorização e capacitação dos servidores; assegurando a eficiência na gestão das contas públicas; e, com a garantia a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos.

O documento que segue é composto por duas partes. A primeira contém a Mensagem e, a segunda, apresenta a Lei do Plano Plurianual 2016-2019. Na Mensagem é retratado um panorama da situação da economia gaúcha, são discutidos os principais desafios para o desenvolvimento territorial no Estado, é explicitada a situação das finanças públicas e é apresentado o cenário para a projeção do PPA 2016-2019 e as diretrizes para o período.

Na segunda parte, que compreende a Lei 14.755 de 20 de outubro de 2015, são apresentados os programas e ações de governo, bem como são detalhados suas metas e produtos do PPA 2016-2019.



Apresenta também a regionalização da programação, atendendo a uma exigência da Constituição Estadual em seu artigo 149.

Ter prioridades em um momento de dificuldades é essencial para não pulverizar os limitados recursos e obter resultados. Os programas e ações do PPA traduzem uma estratégia e buscam perseguir os objetivos que se pretende alcançar ao longo dos próximos quatro anos. Essas ações serão monitoradas para se ter uma gestão de resultados e serviços públicos de qualidade.

Para a concretização de tudo o que está sendo proposto neste PPA, além do esforço fiscal e da busca constante do desenvolvimento, será necessária a construção de um novo pacto federativo, em especial na relação com a União, de forma que a participação dos estados na repartição das receitas seja ampliada. É necessário também que se concretize a renegociação da dívida estadual para abrir novo espaço fiscal, permitindo a busca de outros financiamentos para investir nas áreas prioritárias.

É imprescindível, acima de tudo, que haja a união de forças por um Rio Grande melhor, sem egoísmos e com muita compreensão do papel de cada um no desenvolvimento do Estado. O que deve nos mover é sermos todos pelo Rio Grande.

1. DIRETRIZES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO

Nos dois primeiros meses de governo, foram estabelecidas a visão de futuro e os objetivos estratégicos para os quatro anos da gestão. Essas diretrizes estão expressas na figura 1, conhecida como Mapa Estratégico.

No Mapa Estratégico, todos os objetivos convergem para uma visão de futuro: "viver um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida no Estado do Rio Grande do Sul". A seguir, são apresentados os quatro Eixos que orientam a ação governamental.

I. Eixo Econômico: Gerar Novo Ciclo de Desenvolvimento Econômico

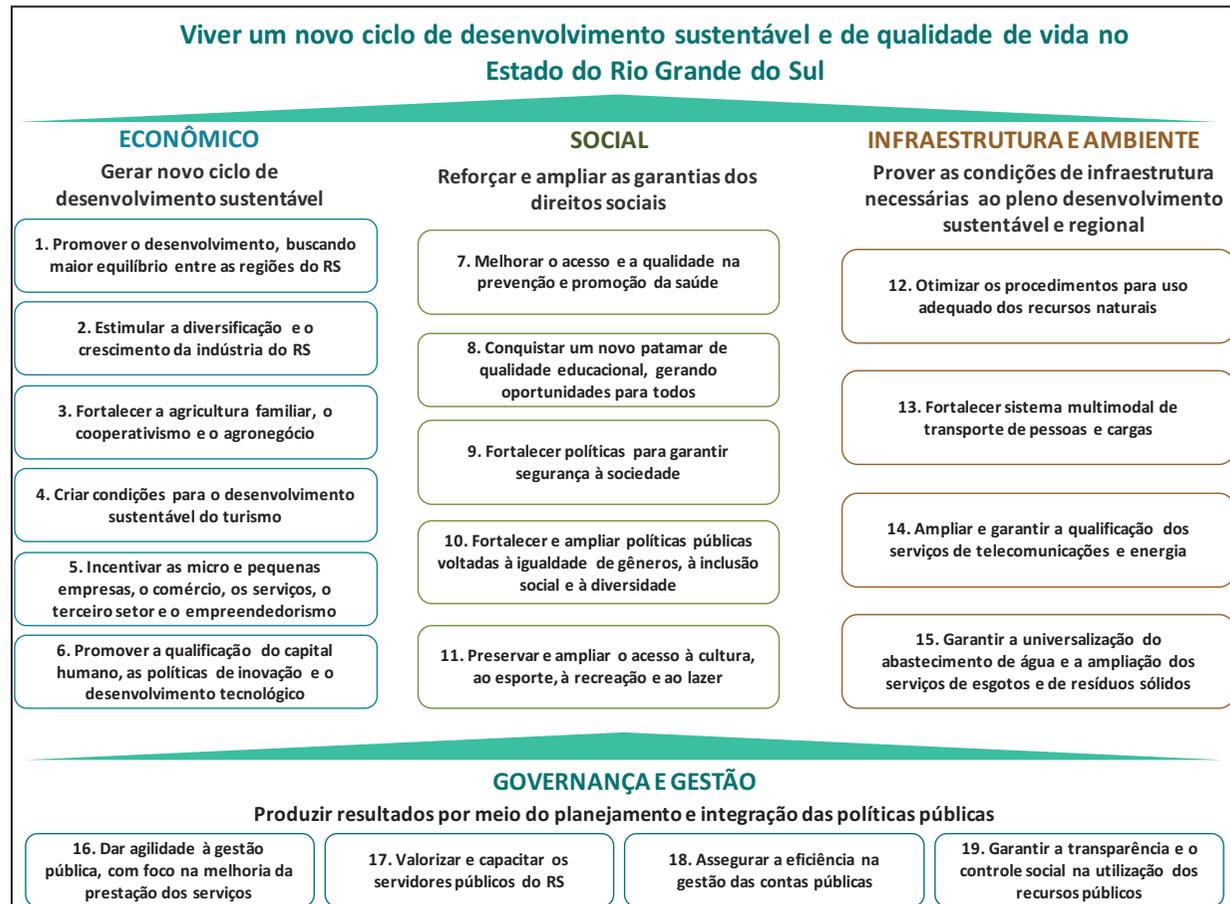
O Rio Grande do Sul tem à sua frente grandes desafios para levá-lo a novos patamares de desenvolvimento econômico e a uma sociedade mais próspera, equilibrada e justa. Mesmo reconhecendo avanços sociais e econômicos dos últimos anos, há de se entender que esses ganhos, patrimônio da sociedade brasileira, chegaram aos seus limites.

O Estado do Rio Grande do Sul vem, ao longo do tempo, diminuindo a sua participação no PIB nacional, apesar de ter uma base produtiva diversificada e de ser um dos Estados que mais exportam na comparação interestadual – o que demonstra o desafio a enfrentar. Diante disso, serão utilizados instrumentos que sustentarão e

fortalecerão o agronegócio e a agricultura familiar, em especial pelo aumento da produtividade com a ampliação da área irrigada. Outra frente de iniciativas importantes são as inovações na pecuária (principalmente a bovina), considerando o forte incremento da demanda mundial de proteína animal e dos bons resultados de alguns produtores inovadores. Há a necessidade de incentivar a diversificação da base industrial, o que envolve uma política ativa de atração de investimentos e um esforço para integrar a indústria metal-mecânica do Estado à cadeia de suprimento do Polo Naval. Além disso, serão estudados incentivos à geração de parques tecnológicos desenvolvidos por universidades gaúchas, integrando os diversos setores de prestação de serviços e comércio.

O papel do Governo do Estado nesse processo de fortalecimento e diversificação do parque produtivo será decisivo nas seguintes frentes: atuar de maneira consequente na melhoria da infraestrutura, através da elaboração e execução de projetos qualificados; estimular a formação intensiva de mão de obra com os diferentes níveis de qualificação; incrementar a produção e a difusão de pesquisas científicas e novas tecnologias; e apoiar, de maneira continuada, a atração de novas empresas que contribuam para a diversificação da matriz econômica. Nesses procedimentos, a atenção equânime às necessidades e aos potenciais das diferentes regiões é indispensável para o sucesso das ações de governo.

Figura 1:
Mapa Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



A busca de um desenvolvimento regional equilibrado é um elemento estratégico no enfrentamento dos desafios colocados para o Rio Grande do Sul, a partir uma base de ação regionalizada, com participação, com destaque para os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), estímulo e fomento adequado às peculiaridades de cada uma das regiões, inclusive pela qualificação da rede de cidades do Estado.

Objetivos Estratégicos:

1. Promover o desenvolvimento buscando maior equilíbrio entre as regiões do Rio Grande do Sul;
2. Estimular a diversidade e o crescimento da indústria do Rio Grande do Sul;
3. Fortalecer a agricultura familiar, o cooperativismo e o agronegócio;
4. Criar condições para o desenvolvimento do Turismo;
5. Incentivar as micro e pequenas empresas, o comércio, os serviços, o terceiro setor e o empreendedorismo;
6. Promover a qualificação do capital humano, as políticas de inovação e o desenvolvimento tecnológico.

II. Eixo Social: Reforçar e Ampliar as Garantias dos Direitos Sociais

A dimensão social é foco central deste Governo. É importante prover a gestão pública de ferramentas modernas e atualizadas que propiciem mais eficiência na prestação dos serviços públicos, com maior acesso e conforto para os usuários. Para que o Rio Grande do Sul seja um Estado que proporcione qualidade de vida, é necessário melhorar os indicadores de Educação, de Saúde e de Segurança Pública.

A Educação é a variável mais potente para garantir a igualdade de oportunidades, a base de uma sociedade democrática e aberta ao esforço e ao êxito individual e coletivo. O atendimento da rede estadual de ensino representa em torno de 50% de todas as matrículas escolares. É necessário harmonizar a atuação dos atores da comunidade escolar para melhorar o desempenho da aprendizagem, em todos os níveis de atuação.

Para enfrentar os desafios colocados para melhoria da saúde pública, faz-se necessário reconhecer os avanços existentes na área. Desde sua criação, o SUS procura desenvolver e aprimorar a descentralização das ações de Saúde, através da regionalização e da municipalização do planejamento, da gestão e execução dos serviços. É natural que um sistema que envolve todas as instâncias administrativas do poder público nacional e engloba uma ampla rede de ações e programas continuados de prevenção, como o PIM, atendimento ambulatorial e serviços hospitalares em múltiplas especialidades se depare com o desafio de, permanentemente, aprimorar normas, procedimentos, protocolos e mecanismos de financiamento. As redes de atenção são essenciais para o atendimento a grupos específicos.

Outra questão essencial é a da promoção da segurança pública e do combate à criminalidade. O agravamento da situação e da sensação de insegurança levam à necessidade de melhorar os serviços de prevenção e investigação policial, a gestão do sistema prisional e os programas de prevenção criminal, reforçando as CIPAVes e exercitando a cultura da paz. Fundamentais também são os desafios do desenvolvimento social, da justiça e da cidadania. O problema da exclusão social e da pobreza tem gerado muitas demandas para todas as esferas de governo, e é necessário o apoio estadual às políticas públicas de assistência social e a devida atenção a políticas com foco na justiça e nos direitos humanos, tais como as políticas desenvolvidas para grupos específicos como deficientes, idosos, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, povos indígenas, negros e LGBT.

Objetivos Estratégicos:

1. Melhorar o acesso e a qualidade na prevenção e promoção da saúde;
2. Conquistar um novo patamar de qualidade educacional, gerando oportunidades para todos;
3. Fortalecer políticas para garantir segurança à sociedade;
4. Fortalecer e ampliar políticas públicas voltadas à igualdade de gêneros, à inclusão social e às diversidades;
5. Preservar e ampliar o acesso à cultura, ao esporte, à recreação e ao lazer.

III. Eixo Infraestrutura e Ambiente: Prover as Condições de Infraestrutura Necessárias ao Pleno Desenvolvimento Regional

É função do setor público prover as condições de infraestrutura necessárias ao pleno desenvolvimento das suas potencialidades, à preservação da competitividade sistêmica de sua economia e à promoção da qualidade de vida, no campo e na cidade. As questões do transporte de cargas nos diversos modais, do transporte de passageiros e da mobilidade urbana destacam-se entre as responsabilidades do Governo estadual, que deve promover soluções, seja de maneira direta, seja através de bons projetos em parceria. As melhorias nos serviços de saneamento básico e a gestão dos recursos hídricos e dos resíduos sólidos são igualmente importantes e dependem de boas soluções institucionais para que sejam efetivados os investimentos necessários.

A energia é um dos insumos de natureza estratégica mais importantes para a estruturação de um dinamismo econômico sustentável. O Governo do Estado se faz presente nessa área, de modo muito importante, na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e na oferta de gás natural. Colaborar com a oferta diversificada e qualificada de energia é central para a vida das cidades e das áreas rurais.

O desenvolvimento sustentável, que integra os setores agrícola, florestal, industrial, de serviços, infraestrutura, dentre outros, será buscado através da criação, discussão, acompanhamento e implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento com a garantia da sustentabilidade dos ambientes. Para o crescimento ordenado, se faz necessário renovar o pensamento

com relação ao ambiente, a cultura política e empresarial, introduzindo inovações e experiências exitosas. Dessa forma, será possível gerar sustentabilidade, qualidade de vida à população, além de aprimorar o processo de licenciamento ambiental, dando-lhe maior agilidade.

Objetivos Estratégicos:

1. Agilizar os procedimentos para uso e ocupação dos recursos naturais;
2. Fortalecer sistema multimodal de transporte para carga e pessoas;
3. Ampliar e garantir a qualificação dos serviços de telecomunicações e energia;
4. Garantir a universalização da distribuição, coleta e tratamento de água, esgoto e resíduos.

IV. Eixo Governança e Gestão: Produzir Resultados por Meio do Planejamento e da Integração de Políticas Públicas

Como demonstrado no capítulo desta Mensagem que trata das finanças estaduais, a situação é de dificuldade há muitos anos: os déficits orçamentários são recorrentes, a dívida cresce, o comportamento da despesa é cada vez mais rígido e o crescimento das receitas próprias não dá conta da expansão do gasto. Em virtude da gravidade desse quadro e da rigidez da despesa, o Estado deve ser

mais eficiente, eficaz e efetivo na escolha das prioridades e aplicação dos recursos. Não se pode ignorar a necessidade de renegociação da dívida estadual com a União. Apesar de importante para a redução do estoque da dívida, no curto e médio prazos, a norma que altera o indexador da dívida pública não é impactante no fluxo de dispêndios estaduais.

O Governo do Estado propõe um trabalho contínuo para melhoria da gestão pública, aumento da produtividade, qualificação e valorização dos gestores e servidores, visando ao aprimoramento dos serviços públicos. É preciso melhorar os indicadores em todas as áreas e termos serviços públicos de melhor qualidade. Deve-se concentrar a atenção na melhoria dos serviços prestados diretamente ao cidadão, como os realizados nos postos de saúde, no policiamento ostensivo, nas escolas, nos serviços de saneamento básico e de fornecimento de energia. Em síntese, faz-se necessário um Estado simples e eficiente naquilo em que ele é mais importante para a população.

Objetivos Estratégicos:

1. Dar agilidade à gestão pública com foco na melhoria da prestação dos serviços;
2. Valorizar e capacitar os servidores públicos do Rio Grande do Sul;
3. Assegurar a eficiência na gestão das contas públicas;
4. Garantir a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos.

2. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPA 2016-2019

O Rio Grande do Sul vem experimentando desde 2003, quando foi elaborado o Plano Plurianual 2004-2007, um processo de contínuo aperfeiçoamento desse instrumento de planejamento e gestão governamentais. O PPA 2004-2007¹ representa um marco importante no desenvolvimento desse instrumento, pois foi nele que se adotou a ideia de organizar as ações do Governo em programas construídos com o propósito de enfrentamento de problemas da sociedade, principal diferença em relação às práticas anteriores de elaboração dos planos plurianuais.

Nos planos que se seguiram, houve avanços no processo de construção dos programas, de qualificação da base estratégica, na regionalização das metas e na participação da sociedade na elaboração do Plano Plurianual, além da qualificação do processo de acompanhamento do PPA.

Neste PPA 2016-2019, buscou-se fundamentalmente qualificar e integrar os processos de planejamento da ação governamental, de tal sorte que a construção da base estratégica, a elaboração dos programas do PPA e respectivos orçamentos anuais, assim como a definição de projetos prioritários/estratégicos decorram de um mesmo processo de planejamento e busquem sempre o alcance dos objetivos expressos no mapa estratégico do Governo. Além disso, foi buscado avanço no processo de expressão territorial dos programas e ações do

PPA, de forma a aprofundar a regionalização de suas metas, assim como se buscou que o processo de participação da sociedade estivesse fortemente vinculado à ideia de visão territorial dos problemas.

O processo de elaboração do PPA 2016-2019 identifica-se com o próprio processo de planejamento do Governo, tendo iniciado com a atividade de construção e declaração da base estratégica do Governo. Nessa atividade, foram estabelecidos a visão de futuro, definindo a situação almejada no final da vigência do PPA 2016-2019, e respectivos objetivos estratégicos, expressos no mapa estratégico apresentado na seção anterior.

¹ No PPA 2004-2007, o Rio Grande do Sul passou a adotar os conceitos expressos no Decreto Federal nº 2829/98, que conferiu ao programa o *status* de unidade de planejamento e gestão, sendo construídos a cada Plano Plurianual.

Figura 2:
Processo de Elaboração do Plano Plurianual 2016-2019



Na sequência, foi desenvolvido um conjunto de atividades que visaram envolver, de forma integrada, os diversos setores do Governo na discussão da forma de atuação para alcance dos objetivos estratégicos, desdobrando-os em estratégias de implementação. Para tanto, foram realizadas oficinas de planejamento para cada eixo definido no mapa estratégico, com a participação dos órgãos responsáveis pela formulação e execução das respectivas políticas públicas. Essas oficinas geraram um conjunto de estratégias de implementação que orientaram o processo de elaboração dos programas.

Como última etapa de elaboração do PPA 2016-2019, foram construídos os programas, com seus objetivos, indicadores, ações e metas físicas e financeiras. Para tanto, organizou-se um conjunto de oficinas de orientação geral sobre o método de elaboração dos programas, com a participação de todos os setores do Governo e também dos Outros Poderes (Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Ministério Público e Defensoria Pública). Os setores do Governo são representados pelos Coordenadores de Planejamento Setorial e Responsáveis pelas Informações, designados pelos respectivos Secretários de Estado, conforme Portaria nº 35, de 14 de maio de 2015, do Secretário do Planejamento e Desenvolvimento Regional, em atendimento aos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto nº 52.287, de 11 de março de 2015. Foram realizadas oficinas sobre o método geral de elaboração dos programas, sobre a visão territorial e respectiva regionalização de metas, sobre indicadores, sobre a operação do SISPLAG e sobre a vinculação com a Lei Orçamentária.

Além disso, em cada secretaria, foram desenvolvidas oficinas específicas e reuniões voltadas à elaboração dos programas do PPA 2016-2019 a partir das visões de cada setor, processo durante o qual se

buscou a preservação do método proposto para este PPA, sempre com o objetivo de melhor representar a visão estratégica do Governo; de expressar a visão territorial dos problemas, aprofundando a regionalização das metas; de se ajustar aos Objetivos de Desenvolvimento Regional propostos pelos Fóruns Regionais; e de dar sequência ao processo de aperfeiçoamento do PPA como ferramenta de planejamento e gestão da ação governamental. Como fruto desse esforço, são apresentados, no Anexo I desta Lei, os 85 programas que organizam a ação da Administração Pública do Rio Grande do Sul, com 219 indicadores de resultado, 809 ações e 1.468 produtos.

Regionalização e Participação da Sociedade no PPA 2016-2019

A regionalização do Plano Plurianual reflete a construção de políticas cada vez mais preocupadas com as diferenças regionais e possibilita uma maior transparência nas ações públicas, na medida em que a população pode conhecer detalhes do que foi programado para sua região. Além disso, qualifica o controle do gasto e a avaliação do público, uma vez que evita que seja elaborada uma programação genérica, comprometendo os gestores com o que foi programado. Mas é necessário que o planejamento seja realizado também a partir das necessidades regionais, adequando os programas e ações às dinâmicas territoriais. O PPA 2016-2019 do Rio Grande do Sul constitui um esforço de realização do planejamento estatal a partir do viés territorial, em conjunto com as regiões do Estado, levando em conta as principais dinâmicas territoriais de longo prazo.

A necessidade de regionalização do PPA 2016-2019 foi atendida de duas formas: realização de fóruns regionais no processo de elaboração, a fim de coletar os objetivos estratégicos das diferentes regiões do Estado; e regionalização das metas já no processo de

elaboração dos programas, o que acarretará a publicação de Cadernos de Regionalização.

O Rio Grande do Sul tem sido protagonista no sentido de estabelecer vínculos territoriais para suas políticas públicas que, de diferentes formas, têm se refletido nas últimas edições do PPA. Além da disposição constitucional, contribuíram para a priorização da temática a valorização da dimensão regional, sempre presente entre os eixos ou objetivos estratégicos do Governo, e a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), formalizada pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, que adicionou um fórum permanente e autônomo de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional.

O processo de elaboração do PPA 2016-2019 foi subsidiado pela realização de Fóruns Regionais² nas nove Regiões Funcionais de Planejamento do Estado (RFs)³, constituindo a forma de participação da sociedade no Plano. A participação dos COREDEs nesses fóruns, via Regiões Funcionais, se deu a partir da indicação de um objetivo regional para cada objetivo estratégico do Mapa Estratégico do Governo, resultando em 19 objetivos por Região Funcional, que refletem os problemas e oportunidades para o desenvolvimento das Regiões. A Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional (SEPLAN/RS), por meio do Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN), elaborou Perfis Regionais das Regiões Funcionais de Planejamento para

subsidiar esses fóruns, com uma breve caracterização, iniciativas promissoras e questões que merecem atenção especial em cada Região⁴.

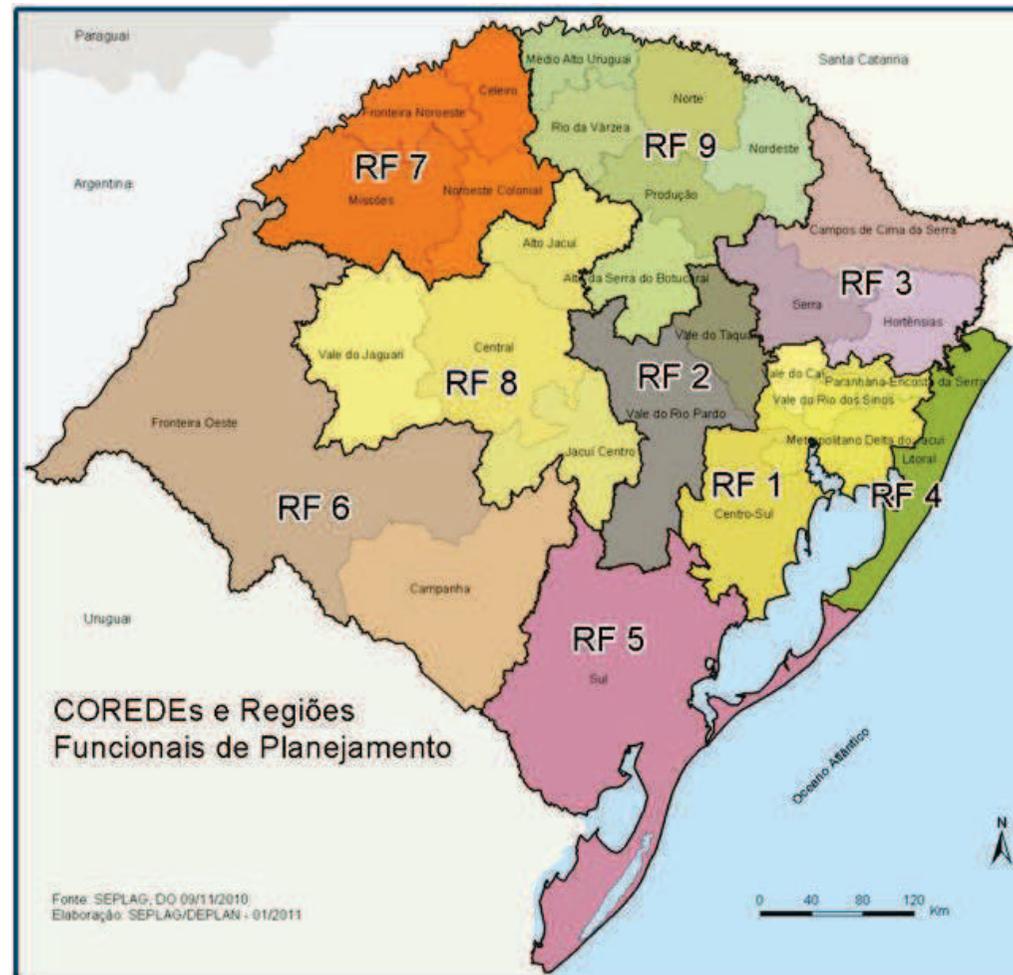
Nesse sentido, os programas e ações do PPA 2016-2019 levam em conta as diferentes necessidades regionais indicadas pelas nove Regiões Funcionais. Os subsídios fornecidos pelas Regiões orientou tanto a elaboração dos programas e ações quanto a definição das metas por Região Funcional, COREDE ou município. A regionalização do Rio Grande do Sul por COREDEs e por Regiões Funcionais de Planejamento está indicada na Figura 3.

² Os Fóruns Regionais foram realizados conjuntamente com a Caravana da Transparência, que explicitou a situação financeira do Estado.

³ As Regiões Funcionais de Planejamento foram propostas pelo estudo Rumos 2015, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Os principais critérios para a agrupação dos COREDEs em RFs foram a polarização pelos empregos e as especializações produtivas.

⁴ Disponíveis em: <http://www.seplan.rs.gov.br/conteudo/3635/Perfis-por-Regioes-Funcionais-de-Planejamento>. Acesso em: 23.04.2015.

Figura 3:
Escala de Regionalização - Regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e Regiões Funcionais de Planejamento



A regionalização do Plano também ocorreu na elaboração dos programas e ações quando, em um primeiro momento, foi realizado um esforço inicial para a regionalização das ações, objetivos e metas, junto aos órgãos. Esse esforço terá continuidade até a elaboração e publicação dos Cadernos de Regionalização do PPA 2016-2019, explicitando as metas por Região Funcional de Planejamento e por COREDE; bem como durante o processo de acompanhamento do PPA, no qual se buscará permanente aprofundamento da regionalização das informações de execução dos programas e ações. Sendo assim, os programas e ações foram pensados regionalmente desde o início de seu processo de elaboração, promovendo políticas públicas que efetivamente refletissem os problemas regionais.

O PPA 2016-2019 também procura avançar na territorialização das ações de governo, levando em conta dinâmicas territoriais de mais longo prazo. Nesse sentido, um primeiro elemento considerado foram os resultados do RS 2030, que segue uma série de trabalhos de caráter prospectivo sobre o Rio Grande do Sul desenvolvidos no âmbito da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. O Estudo discute algumas das principais dinâmicas territoriais recentes no Estado e propõe temas estruturadores do desenvolvimento territorial, que se constituem em relevantes insumos para a elaboração e regionalização das diretrizes, objetivos e metas do Plano Plurianual.

As dinâmicas territoriais observadas forneceram subsídios para a elaboração dos programas e ações do PPA 2016-2019 do Rio Grande do Sul, levando em conta as necessidades regionais e procurando avançar em relação à regionalização das diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública. Além disso, o processo de regionalização levou em conta critérios específicos de cada área, com o intuito de identificar os problemas e necessidades de cada região.

3. GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016-2019 E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO

Em janeiro de 2016, inicia-se a execução do PPA 2016-2019 e, conjuntamente, a sua gestão.

A gestão do PPA é um processo que visa, a partir do conhecimento da evolução dos programas e ações do Plano Plurianual, avaliar a ação governamental do ponto de vista da contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos, de modo a propiciar a adoção de medidas corretivas quando for o caso. Para tanto, periodicamente, é executada a coleta e sistematização das informações da execução física de produtos e metas e financeira de ações.

Esse processo de tomada periódica de informações é denominado Acompanhamento do PPA⁵ e é realizado pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional, através do Sistema de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul (SISPLAG), conforme o Decreto nº 52.287, de 11 de março de 2015. A gestão do PPA envolve todos os programas e ações de governo.

O Acompanhamento dos programas e ações é previsto pela Lei do PPA 2016-2019, em seu artigo 9º:

“Art. 9.º O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base no

⁵ Apesar de se tratar de um processo de monitoramento, a tomada periódica de informações da execução do PPA é denominada acompanhamento para diferenciá-lo do monitoramento dos programas e ações prioritários, que é um processo intensivo e com prazos menores de tomada de informações.

desempenho dos indicadores, no que couber, e da realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.”

Também a Lei Villela, Lei nº 10.336/1994, atualizada pela Lei nº 11.180/1998, que estabelece normas para a elaboração e controle dos planos plurianuais do Estado, impõe a necessidade de ser realizado o acompanhamento, uma vez que o artigo 12 da referida Lei prevê que serão publicados no Diário Oficial do Estado, até 30 de maio de cada ano, quadros contendo informações sobre a execução do PPA vigente.

Com a publicação da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), o processo de acompanhamento se tornou ainda mais necessário, tendo em vista que, conforme o artigo 7º, VII, a, o acesso à informação se dará sobre aquelas relativas à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos.

Contudo, não são apenas as exigências legais que tornam o acompanhamento necessário. Esse processo possibilita:

- Conhecimento sobre o avanço na execução das ações dos programas estipulados no PPA;
- Conhecimento sobre a evolução das políticas públicas no Rio Grande do Sul, incluindo outras esferas de governo;

- Avaliação dos resultados dos programas, por meio dos indicadores;
- Avaliação da ação governamental em relação aos objetivos estratégicos e aos objetivos transversais;
- Prestação de contas no processo de participação da sociedade;
- Subsídios para a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa;
- Disponibilidade de informações que auxiliam a tomada de decisões e a correção de rumos, quando indicado.

Para tanto, é realizado o acompanhamento da evolução dos indicadores de programa, da execução das ações, em função da geração de seus produtos, e das denominadas realizações, que representam a descrição dos produtos gerados – as informações de execução de ações e realizações são coletadas de forma regionalizada, apresentando assim a visão territorial da atuação governamental.

O conjunto de informações gerado durante o acompanhamento do PPA é volumoso e de grande utilidade para o Governo e para a sociedade. Assim, após a análise dessas informações, são produzidos e publicados relatórios legais de acompanhamento do PPA, sobre os objetivos estratégicos e transversais e sobre as ações georreferenciadas. Quando houver a necessidade, observada no processo de acompanhamento e análise das informações da execução dos programas, ações e produtos do PPA, será realizada a sua Revisão, sendo enviado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, novo projeto de lei com as alterações que se fizerem necessárias.

Alguns indicadores e ações do PPA receberão atenção diferenciada por possuírem significativo efeito transformador da realidade e de realização da estratégia de governo e por conferirem visibilidade ao processo de mudança proposto no Mapa Estratégico. Eles serão tratados com um modelo baseado em três fundamentos: Acordos de Resultados, Ciclos de Monitoramento e Avaliação e a Rede de Governança.

Por meio dos Acordos de Resultados, o Governo formaliza os principais compromissos do setor público com a sociedade gaúcha. Os Acordos estabelecem as metas, as ações prioritárias e os compromissos com a eficiência na gestão. Esse processo é estendido a toda a administração indireta estadual e pode ser desdobrado até a menor célula do serviço público. Essas metas são negociadas de forma que não sejam impossíveis, mas suficientemente desafiadoras. Com orçamentos realistas, previamente acertados com a Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira, os projetos prioritários têm precedência na execução.

Os Acordos de Resultados, suas metas e ações ou projetos prioritários são monitorados periodicamente pelas equipes técnicas, pelos Secretários e Governador, de forma a manter o foco e somar esforços entre as secretarias afins ou coexecutoras.

O trabalho de monitoramentos dos compromissos assumidos nos Acordos de Resultados e dos projetos considerados prioritários envolve dois grandes ciclos, coordenados pela Secretaria-Geral de Governo.

Nos Ciclos de Monitoramentos dos Acordos de Resultados, o monitoramento dos compromissos acordados será feito dentro do

órgão. O ciclo culmina com reunião bimestral na Sala de Governança. Nessa ocasião, os indicadores das Secretarias e de suas vinculadas são acompanhados no detalhe, visando identificar desvios e tomar ações corretivas. Esse também é o momento de monitorar os compromissos com a eficiência na gestão e tópicos específicos de cada Pasta.

Os Ciclos de Monitoramentos dos Projetos Prioritários ocorrem com a periodicidade de 42 dias, finalizando com uma reunião final de cada Eixo Estratégico na Sala de Governança: econômico, social, infraestrutura e ambiente e governança e gestão. Nessas reuniões, é analisado o andamento de cada projeto pelo Governador e Vice-governador, juntamente com os respectivos Secretários de Estado e seus coordenadores de gestão.

Até chegar à reunião final de Eixo, são realizadas cerca de 30 reuniões preparatórias nos vários níveis de governança, e feitas atualizações constantes das informações em uma base de dados informatizada – o Sistema de Monitoramento Estratégico (SME).

Semestralmente, todo o Governo se reúne para um seminário de alinhamento, garantindo sinergia e comunicação entre os órgãos. Nesses seminários, são mostrados os resultados alcançados e apresentados os novos desafios. Também é esse o momento de valorização do trabalho das diferentes equipes.

Figura 4:

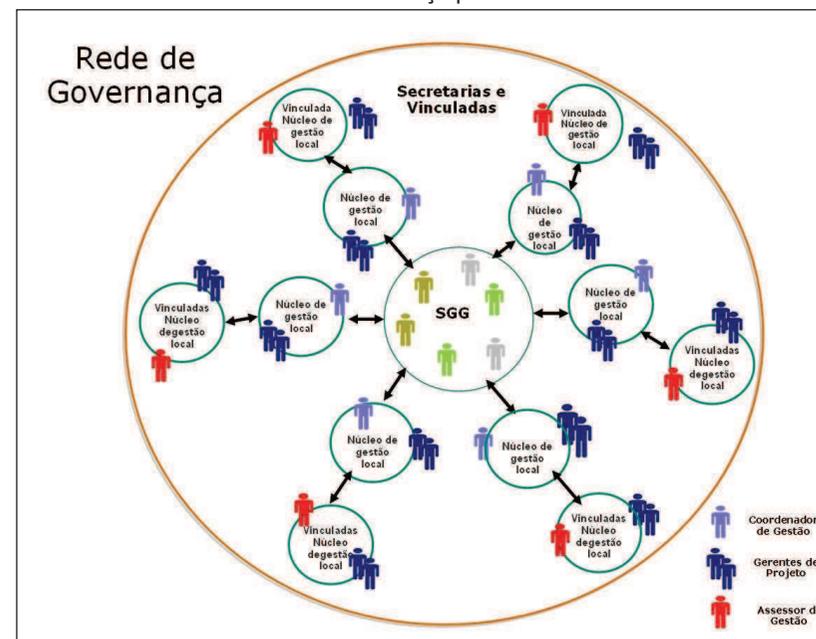
Ciclo de Monitoramento dos Acordos de Resultados e dos Projetos Estratégicos



A atual gestão acredita que ações em rede são fundamentais para destravar problemas e agilizar resultados. A Rede de Governança implantada possui uma matriz de responsabilidades bem definida, que envolve desde os gerentes de projetos aos secretários de Estado, e atua por meio de uma coordenação centralizada – Secretaria-Geral de Governo – e execução e suporte descentralizados – secretarias e órgãos vinculados.

Figura 5:

Rede de Governança para Resultados



A Rede de Governança para Resultados implantada pretende trabalhar de forma organizada e colaborativa; possuir planejamento e ações de governo e não de secretarias; aproximar a comunicação das secretarias e suas vinculadas; estabelecer indicadores de desempenho e metas que permitam o acompanhamento dos resultados finalísticos do Governo e da execução das ações prioritárias; garantir profundidade nas análises e a execução das ações nas Secretarias; e articular parcerias dentro e fora do Governo.

Com esses dois processos de gestão dos programas e ações expressos no PPA 2016-2019, o Governo do Estado busca alcançar os objetivos traçados da forma mais eficiente possível, fazendo mais e melhor e utilizando apenas os recursos disponíveis.

4. PANORAMA DA ECONOMIA GAÚCHA

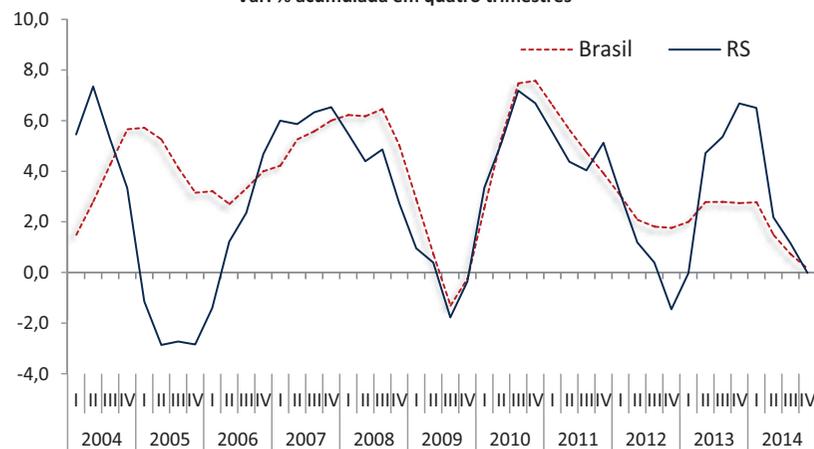
A compreensão do processo recente de redução do ritmo de crescimento da economia brasileira deve ser o ponto de partida para a análise do desempenho da economia gaúcha no ano que passou, bem como para a sistematização dos principais desafios que se colocam para os próximos anos. A economia do Rio Grande do Sul é uma das mais diversificadas do País, com profundas relações produtivas com os diversos setores da economia brasileira, de modo que o seu desempenho em geral acompanha os ciclos da economia nacional. As exceções, como pode ser observado no Gráfico 1, são os anos de estiagem ou de recuperação da safra. O crescimento moderado da economia gaúcha, em 2014, insere-se, assim, no contexto mais amplo de desaceleração da atividade produtiva no País.

O menor ritmo de crescimento da economia brasileira no período recente resulta do esgotamento dos fenômenos externos e internos que condicionaram o ciclo de expansão alcançado no período 2004-2010. O País foi beneficiado, naquele período, pela aceleração do crescimento da economia mundial, pelo aumento da liquidez global e, principalmente, pela valorização dos preços e ampliação da demanda mundial por *commodities*. A esse cenário somou-se, no plano interno, a adoção de medidas voltadas à expansão do crédito e do consumo, que se refletiram no aumento da produção e do emprego. Também contribuíram para esse processo as mudanças estruturais nos mercados de trabalho, com a crescente formalização, e de crédito, com o aumento da bancarização e do acesso aos produtos financeiros. O equilíbrio macroeconômico do período foi garantido pelo longo período de apreciação cambial, que permitiu conciliar o crescimento da demanda acima da produção e dos salários acima da produtividade com

o controle da inflação, ainda que ao custo de redução da competitividade da indústria nacional e aumento da penetração das importações no atendimento da demanda interna.

Gráfico 1:

Taxas de crescimento do PIB, RS e Brasil
 Var. % acumulada em quatro trimestres



Fonte: IBGE/Contas Nacionais Trimestrais e FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Esse cenário começou a mudar após a crise financeira internacional de 2007-2009. Apesar do êxito das medidas adotadas pelo Governo para promover a reversão cíclica no imediato pós-crise, a partir de 2011 os condicionantes do ciclo anterior começaram a mostrar sinais de esgotamento, reduzindo-se as possibilidades de crescimento da economia brasileira. No plano internacional, ficou claro que a recuperação dos países desenvolvidos seria lenta e que os preços das *commodities*, ainda que estabilizados em um patamar elevado, não

repetiriam o desempenho dos anos anteriores. No plano interno, o elevado comprometimento da renda das famílias com o serviço da dívida reduziu o potencial de expansão do consumo, ao mesmo tempo em que a proximidade do pleno emprego e a sobrecarga nas condições de infraestrutura adicionaram pressões de custos à economia. Estes, aliados à ampliação de incentivos monetários e fiscais à demanda, aumentaram os desequilíbrios internos e externos da economia brasileira.

A Recuperação da Economia Mundial e o “Novo Normal”

A recuperação da economia mundial verificada a partir de 2010 se caracterizou por ser lenta, instável e desigual. Em especial nos países desenvolvidos, as economias não recuperaram um ritmo de crescimento sustentado no pós-crise, o que tem levado analistas a considerarem a hipótese de uma “grande estagnação” como a “nova normalidade”. Nesse cenário, o quadro de dificuldade econômica tem sido agravado pelas projeções de pequeno crescimento e de rápido envelhecimento da população nos países desenvolvidos, que reduzem ainda mais as perspectivas de crescimento no mundo.

Desde 2011, instituições econômicas internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), têm sistematicamente revisado para baixo as suas projeções para o crescimento econômico mundial, o que mostra a persistência de forças depressivas que insistentemente desafiam os prognósticos otimistas. Os países e regiões que se destacam em um momento não conseguem sustentar de modo dinâmico a sua posição ao longo do tempo. Em 2010, houve o descolamento do crescimento dos países emergentes – em especial dos

BRICS – daquele observado nos países desenvolvidos. A partir de 2011, com o aprofundamento da crise na Zona do Euro, a recuperação concentrou-se, sobretudo, na China e na Índia. Por outro lado, enquanto os Estados Unidos e o Reino Unido dão sinais de renovação em seu dinamismo, na Zona do Euro, à depressão que atingiu grande parte dos países do Sul, somam-se os sinais de recessão na Alemanha, sob a ameaça generalizada de deflação. Essa “dança das cadeiras” quanto ao dinamismo econômico, em prazo tão reduzido, é reflexo das dificuldades que a economia mundial vem encontrando em lidar com o quadro de superprodução, sobretudo de bens industrializados.

O desempenho da economia mundial em 2014, com crescimento estimado em 2,6%, foi marcado pela aceleração da economia norte-americana ao longo do ano, o que permitiu reduzir a sua taxa de desemprego para níveis próximos da média histórica naquele país. Ainda assim, a diminuição da taxa de desemprego se deu com a estagnação dos salários e com a criação de ocupações em tempo parcial. Da mesma forma, a taxa de investimento se encontra bastante aquém da do período pré-crise, estando o bom desempenho econômico recente associado à elevação do consumo a partir da retomada da expansão do crédito.

Um dos principais fatores de incerteza associado à recuperação da economia norte-americana reside justamente na iminência da retomada de uma trajetória de elevação na taxa de juros básica, prevista ainda para meados de 2015. Mesmo que as condições para um movimento rápido nesse sentido estejam, aparentemente, longe de estarem dadas, não havendo qualquer possibilidade de antevisão quanto ao retorno a uma normalidade da política monetária – juros reais positivos –, as repercussões dessa elevação potencial dos juros sobre a economia mundial se fazem sentir desde o final de 2013 sobre

as taxas de câmbio e os preços dos diversos ativos financeiros ao redor do planeta. No que tange à economia brasileira, a velocidade e a intensidade da “normalização monetária” serão de crucial importância, uma vez que o sentido dos fluxos de capitais e o preço das *commodities*, variáveis-chave na determinação do equilíbrio externo, da taxa de câmbio e da trajetória inflacionária, serão necessariamente afetados.

Gráfico 2:

Índice de taxa de câmbio real efetiva
Principais moedas/dólar - base dez/2008 = 100



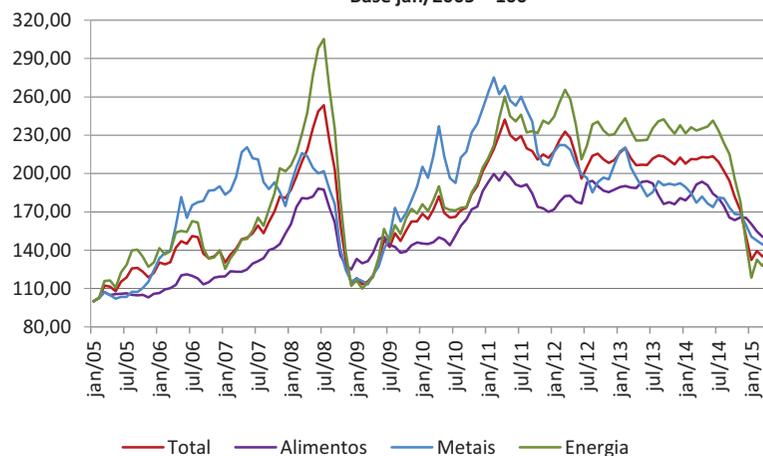
Fonte: FED.

Ainda assim, cabe ressaltar a existência de dúvidas quanto à possibilidade, em médio prazo, de a recuperação norte-americana resistir à inevitável apreciação do dólar, experimentada já em 2014. Aqui é importante destacar que essa valorização se deu tanto frente às moedas dos países desenvolvidos, quanto face àquelas dos países emergentes, inclusive o real e o *yuan* chines.

Outro ponto relacionado à potencial retomada da elevação dos juros nos Estados Unidos diz respeito ao preço das *commodities*, cujo movimento de queda se acelerou no segundo semestre de 2014.

Embora o crescimento da economia chinesa se mantenha em torno de 7,0%, não tem sido suficiente para impulsionar a demanda por *commodities* com a mesma velocidade que se apresentava até 2008. Pelo lado da oferta, diversos investimentos realizados ao redor do mundo iniciam a maturar, em especial no setor extrativo mineral, elevando a oferta de matérias-primas como minério de ferro, cujos preços estão em queda desde 2013. Essa pressão baixista se concretiza nas bolsas de mercadorias, onde a perspectiva de retomada da rentabilidade dos títulos do Tesouro norte-americano induz à perda de atratividade dos fundos especializados, acelerando a queda nos preços.

Gráfico 3:
Índice de preços da *commodities*
Base jan/2005 = 100



Fonte: FMI.

É importante ter presente que essa redução nos preços das *commodities*, embora seja vista como positiva para as perspectivas dos países desenvolvidos, afeta sobremaneira o potencial de crescimento das economias latino-americanas (e do Brasil, por evidente). O preço das *commodities* está intimamente relacionado tanto à viabilização da elevação da renda e do consumo internos da região quanto, indiretamente, à atratividade do território e à sua inserção dinâmica na economia mundial. O que se configura como cenário com grandes chances de sucesso quando se tem em perspectiva um horizonte de tempo mais longo, não parece estar presente para 2015. Não por acaso, o crescimento estimado para a América Latina em 2014 foi de apenas 1,1%, com a América do Sul crescendo somente 0,7%, conforme estimativas da CEPAL. Trata-se do pior desempenho da economia regional desde 2009. Grandes parceiros comerciais do Brasil, Argentina e Venezuela reduziram suas importações em 9,9% e 17,7%, respectivamente, afetando a atividade industrial brasileira em 2014, com reflexos ainda mais importantes sobre a indústria do Rio Grande do Sul.

A Estagnação da Economia Brasileira

A mudança nas condições externas contribuiu para a redução do potencial de crescimento da economia brasileira nos últimos anos, não havendo perspectiva de melhora substantiva em 2015. Os canais de transmissão do menor crescimento da economia mundial e dos preços das *commodities* para a economia nacional não se restringem, como frequentemente se afirma, à redução das receitas com exportações. Somam-se a isso o menor efeito multiplicador na renda, a redução mais acentuada das vendas de manufaturados para os países da América Latina, sobretudo os que têm o seu equilíbrio externo dependente da evolução desses preços, o aumento da competição por mercados e a moderação dos planos de investimento das empresas multinacionais. As mudanças nas condições de financiamento externo também induzem uma alteração no equilíbrio macroeconômico interno, uma vez que implicam uma taxa de câmbio mais depreciada, com reflexos na inflação e na necessidade de uma menor absorção de poupança externa – processo que já esteve em curso em 2014, principalmente no segundo semestre. Não obstante, a desaceleração observada na economia brasileira também teve como causa fenômenos internos, como o esgotamento do ciclo de expansão do crédito, a menor dinâmica do mercado de trabalho na esteira da perda de competitividade da indústria e a proximidade do produto de seu nível potencial. Além disso, vale destacar a perda de confiança dos agentes econômicos, como consumidores e empresários, em especial a partir de meados de 2013 e que se estendeu para todo o ano de 2014.

A expansão do crédito foi um dos principais canais que permitiram o crescimento do consumo das famílias no ciclo 2004-2010, o que, por sua vez, induziu a uma ampliação marginal dos investimentos, em especial a renovação de máquinas e equipamentos

para atender o crescimento da demanda por bens duráveis. O nível de crédito evoluiu de menos de 30% do PIB, em 2007, para cerca de 55% em 2014. Apesar desse rápido crescimento, comparando-se com o que prevalece em outros países, essa proporção ainda é modesta. Porém, tal estoque resulta em um fluxo de pagamentos em juros e amortização que compromete parcela significativa da renda familiar, bastante superior à média internacional. No Brasil, a concentração do endividamento em linhas de curto prazo, com predominância da utilização das taxas de juros pós-fixadas, eleva o peso dos juros no serviço da dívida. A expansão do crédito ocorrida a partir de 2004 pode ser entendida como um fenômeno estrutural que possibilitou o ingresso de diversas famílias no sistema financeiro, expandindo as possibilidades de consumo na economia. Porém, uma vez alcançado um nível elevado de comprometimento da renda, o crescimento do crédito tende a ser lento e gradual, de maneira a garantir a sustentabilidade financeira das famílias e das instituições de crédito. Esse processo também já está em curso, tendo o ritmo de crescimento das concessões de crédito desacelerado, de cerca de 30% ao ano, no período pré-crise, para cerca de 10% atualmente – sendo este associado, basicamente, à expansão do crédito direcionado.

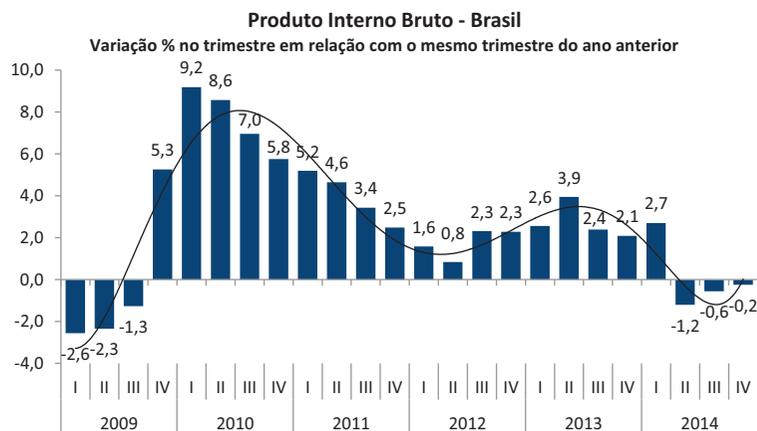
Além do menor potencial de expansão do consumo via crédito, o País vive atualmente uma situação de proximidade do pleno emprego. A persistência da taxa de desemprego em níveis historicamente baixos, a despeito da desaceleração da atividade econômica e da acentuada redução na geração de novos postos de trabalho, explica-se, em grande medida, pelo aumento da inatividade. De um lado, o envelhecimento populacional tem ampliado a parcela de idosos na População em Idade Ativa (PIA), cujo engajamento no mercado de trabalho é bastante inferior à média da população. De outro, a participação dos jovens no mercado de trabalho também tem

se reduzido, fenômeno que se soma à redução do contingente populacional nas faixas etárias inferiores. A proximidade do pleno emprego, ao limitar a incorporação de mão de obra ao processo produtivo, contribui para o arrefecimento do crescimento e torna-o mais dependente do aumento da produtividade e de mudanças estruturais que possam ampliá-la, como a expansão dos investimentos em formação de capital – privados e em infraestrutura – e em educação. Aliás, esse é um dos fatores limitantes para a continuidade do crescimento sustentável no Brasil nos próximos anos.

inflação e agravando os déficits das contas externas e das contas públicas do País.

Os aumentos salariais acima da produtividade implicaram aumento da inflação nos setores imunes à concorrência externa, como os serviços, e em perda de competitividade para os setores expostos à competição internacional, como a indústria. A essas pressões de custos, adicionaram-se aquelas relacionadas ao esgotamento das condições de infraestrutura, ambos com impactos na taxa global de inflação. A baixa competitividade externa, somada à estabilização e queda dos preços das *commodities* e ao baixo crescimento da demanda mundial, ampliou o déficit em transações correntes e a necessidade de financiamento externo, em um cenário internacional de aumento da aversão ao risco e no qual já se iniciava o processo de redução da liquidez mundial. Já sem poder contar com a apreciação cambial para manter a inflação dentro dos intervalos da meta, e com receio de adotar medidas de cunho monetário e fiscal que ampliassem o desemprego, o Governo Federal lançou mão de medidas de controle dos preços monitorados, aumentando incertezas e onerando as contas públicas. Por fim, a manutenção do ritmo de crescimento das despesas do Governo, com custeio, investimento e programas sociais, além dos subsídios ao crédito direcionado, em simultâneo à queda das receitas advindas da redução da atividade econômica e das renúncias fiscais, levou a uma deterioração dos indicadores de solvência do setor público, como o superávit primário e a relação dívida/PIB, trazendo à tona o risco da perda do “grau de investimento”.

Gráfico 4:



Fonte: IBGE/Contas Nacionais Trimestrais.

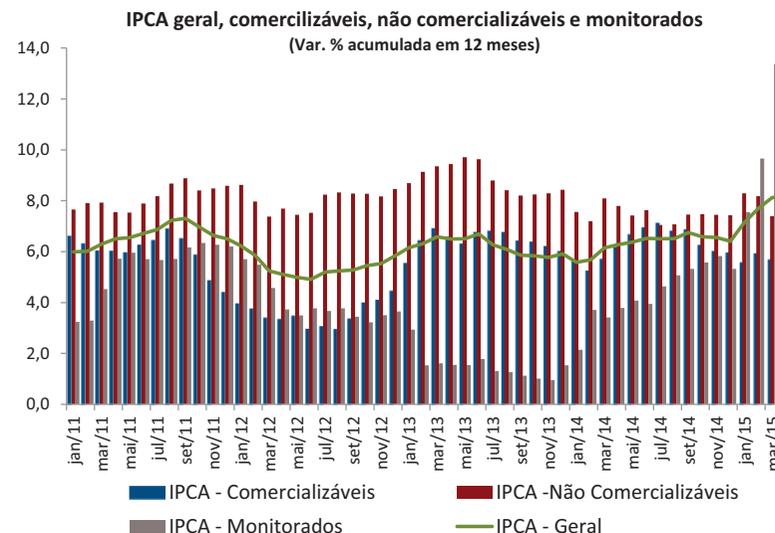
Nesse contexto, a aposta redobrada na adoção de incentivos creditícios e fiscais para a expansão da demanda, a partir de meados de 2011, não surtiu os efeitos esperados em termos de crescimento da demanda e ampliação da capacidade produtiva, levando ao aumento da

Em 2014, esse cenário foi agravado por alguns fenômenos conjunturais, que deprimiram ainda mais o nível de atividade econômica, como o início do processo de elevação da taxa de juros, o aumento da incerteza, a redução dos dias úteis durante a Copa e a

queda da produção de bens de capital e do investimento. Esse processo teve início em 2013, quando as taxas de juros subsidiadas do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do BNDES, estimularam o crescimento das vendas e da produção de máquinas e equipamentos e de veículos para transporte industrial. Porém, a perspectiva de crescimento lento da demanda e as incertezas sobre o cenário econômico contribuíram para que o crescimento observado em 2013 não se sustentasse. Assim, em 2014, houve um processo de adequação da produção de bens de capital ao crescimento da demanda, que apresentou queda devido à base elevada de comparação, no que se denomina de efeito estatístico. Por fim, o cenário também foi afetado por fatores mais subjetivos, que reduziram os níveis de confiança, tanto dos consumidores quanto das empresas. Destacam-se, entre eles, as incertezas associadas à possibilidade de manifestações durante o mundial, às eleições e às perspectivas de escassez no fornecimento de energia elétrica e de água.

Os elementos descritos acima trouxeram à tona a necessidade de ajustes nas políticas monetária e fiscal, com vistas a realinhar os preços relativos, colocar a inflação novamente na trajetória do centro da meta e evitar uma crise de maiores proporções – que poderia ser potencializada pela perda do “grau de investimento” junto à elevação da taxa de juros norte-americana. Esse ajuste já está em curso, com efeitos visíveis, senão na taxa global de inflação, pelo menos na sua composição (Gráfico 5).

Gráfico 5:



De todo modo, à condução do ajuste devem somar-se medidas estruturais voltadas ao aumento da infraestrutura e da produtividade, que permitam a retomada do crescimento em níveis mais elevados nos próximos anos.

A Economia Gaúcha no Contexto Nacional

Na última década, o ritmo de crescimento da economia gaúcha em geral acompanhou o dinamismo observado na economia brasileira, à exceção dos anos em que ocorreram estiagens. A taxa média de

crescimento do PIB gaúcho em 2003, 2006, 2007, 2009, 2010 e 2011 – anos em que a agricultura gaúcha acompanhou ou superou o desempenho nacional – foi de 4,1%, contra 3,8% na economia brasileira. Por outro lado, a taxa média de crescimento do PIB gaúcho em 2004, 2005, 2008 e 2012 – anos de perdas na agricultura do Estado – foi de -0,4%, contra uma expansão de 2,4% na economia brasileira. Em 2013, o PIB estadual cresceu 6,7%, devido à combinação de recuperação da estiagem que atingiu a economia gaúcha no ano anterior, levando a uma queda de cerca de 30% do valor adicionado pela agropecuária naquele ano, com uma safra recorde de grãos. Já em 2014, a taxa de crescimento do PIB estadual voltou a ficar mais próxima da observada em nível nacional, registrando variação nula frente a uma expansão de 0,1% do PIB nacional. Tal resultado reflete tanto o arrefecimento e problemas de crescimento no cenário nacional quanto o esgotamento de fatores de impulso regional de 2013, como o crescimento da safra de grãos.

crescimento de 0,4%). Apesar da boa safra de arroz e soja, principais produtos da agricultura estadual, a base de comparação elevada tornou o desempenho, em termos de taxa de crescimento, relativamente modesto. Ou seja, se em 2013 a base deprimida contribuiu para tornar o resultado mais expressivo, em 2014 o efeito foi o inverso. Ademais, a quebra de safra do trigo contribuiu, ainda que com um impacto reduzido, para o menor crescimento do setor.

Os piores resultados concentram-se na indústria de transformação. Os dados de 2014 mostram que a produção da indústria se contraiu 4,3%, no Rio Grande do Sul, e 4,2%, em nível nacional. Isso pode ser parcialmente explicado pela base de comparação elevada, dado que a recuperação da produção esboçada em 2013 foi induzida por uma série de incentivos do Governo, como a prorrogação do IPI reduzido para a compra de automóveis e de eletrodomésticos, os estímulos do programa Minha Casa Melhor e o Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Porém, quase todos os setores relevantes da indústria gaúcha registraram queda em 2014, reproduzindo o padrão nacional (Tabela 2).

Tabela 1:

Quantidades produzidas e taxas de crescimento dos principais produtos agrícolas do RS, 2014/2013

PRODUTOS	SAFRA (t)		VAR. (%)
	2013	2014	
Arroz	8.097.870	8.240.847	1,8
Fumo	430.903	412.622	-4,2
Milho	5.349.956	5.389.916	0,8
Soja	12.756.577	13.041.226	2,2
Trigo	3.351.655	2.826.787	-15,7

FONTE: IBGE

O valor adicionado pela agropecuária estadual cresceu 0,6% em 2014, resultado pouco superior ao nacional (que apresentou

Tabela 2:

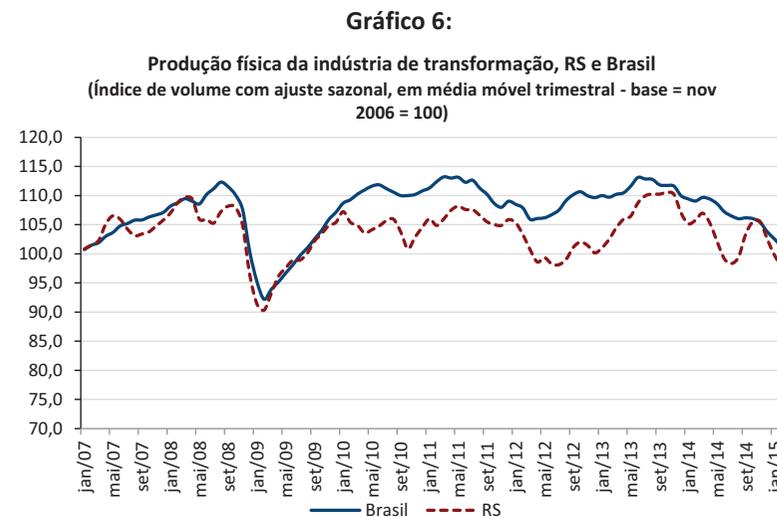
Produção Física Industrial - Indústria de Transformação, RS e Brasil

	2014/2013	
	RS	Brasil
Indústria de transformação	-4,3	-4,2
Alimentos	-1,4	-1,4
Bebidas	0,1	1,1
Fumo	-0,3	-1,5
Couro e calçados	-5,5	-4,2
Papel e celulose	-2,8	-0,6
Derivados de petróleo	-1,3	2,4
Químicos	-6,3	-3,8
Borracha e plástico	-4,6	-3,8
Minerais não-metálicos	-3,8	-2,7
metalurgia	-16,0	-7,3
Produtos de metal	-4,9	-10,1
Máquinas e equipamentos	-4,8	-5,9
Veículos automotores	-4,4	-16,7
Móveis	-7,2	-7,4

Fonte: IBGE/PIM.

Além do efeito-base e da desaceleração da demanda nacional, a crise na economia argentina também trouxe dificuldades para alguns segmentos industriais do Estado, como o automotivo, o de máquinas e equipamentos (em especial máquinas agrícolas) e o de produtos químicos. Por outro lado, setores intensivos em trabalho e tradicionais na estrutura produtiva estadual, como a produção de alimentos, fumo, calçados e móveis, já vêm enfrentando dificuldades ao longo dos anos,

tendência que se manteve em 2014. Note-se que, excluindo-se os movimentos conjunturais de quedas e recuperações, o nível de produção da indústria de transformação, tanto no Rio Grande do Sul quanto nacionalmente, ainda se encontra muito próximo daquele alcançado em 2008, antes da crise (Gráfico 6). Ou seja, passados quase cinco anos, o nível de produção da indústria é praticamente o mesmo.



Fonte: IBGE/PIM.

O menor nível de atividade também está alcançando, no período recente, a construção civil e os serviços, segmentos que vinham apresentando crescimento satisfatório nos últimos anos, apesar da estagnação da indústria. Em 2014, o valor adicionado pela construção civil caiu 4,2% no Estado e 2,6% em nível nacional. Já os serviços registraram crescimento de 1,2% no Rio Grande do Sul e 0,7% no País,

um desempenho modesto se comparado ao crescimento alcançado nos anos anteriores. Ambos os setores são grandes empregadores de mão de obra, e a sua desaceleração, em conjunto com as quedas da indústria, já se reflete nos dados de emprego. A geração de vagas formais e o crescimento dos rendimentos mostram desaceleração, e após um longo período de redução e estabilidade, a taxa de desemprego voltou a se elevar na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), alcançando 6,0% da População Economicamente Ativa (PEA) na média mensal de 2014, segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

O desempenho moderado da agricultura e a queda da indústria também se refletiram nas exportações estaduais. A balança comercial nacional registrou déficit de US\$ 3,9 bilhões em 2014, marcando a reversão de um longo período de expressivos superávits comerciais. Apesar da queda de 4,4% das importações, decorrente da redução das compras de petróleo e do desaquecimento da demanda interna, a queda das exportações foi ainda maior (7,0%). No Rio Grande do Sul, as exportações agrícolas registraram queda de US\$ 600 milhões no acumulado de janeiro a novembro de 2014, uma redução moderada que se explica pela base de comparação elevada, pela redução dos preços da soja e do milho no mercado internacional. Já as exportações da indústria caíram US\$ 5,9 bilhões. Desse total, US\$ 4,8 bilhões correspondem à queda nas operações contábeis de exportação de plataformas de petróleo, enquanto o restante resulta da redução das vendas de produtos do fumo, de produtos químicos, de veículos e autopeças e de máquinas e equipamentos. À exceção do fumo, o principal destino das vendas dos demais setores é a Argentina. A queda só não foi maior devido à recuperação das vendas de derivados de petróleo e de couros, que no ano superaram as vendas externas de calçados.

A análise das especializações produtivas do Rio Grande do Sul no contexto produtivo nacional mostra que, enquanto alguns setores dinâmicos na economia nacional não fazem parte da estrutura produtiva do Estado, como a extração de minério de ferro e de petróleo, outros segmentos importantes na estrutura produtiva regional, como alimentos, calçados, fumo, móveis e o complexo metal-mecânico, enfrentam dificuldades competitivas em nível nacional. A produção de grãos, apesar de dinâmica, tem perdido participação relativa, devido ao esgotamento da fronteira agrícola no Estado. Por outro lado, a economia gaúcha tem se valido da tradição e da experiência no segmento metal-mecânico para ampliar sua participação como fornecedora de bens de capital para a agricultura, a indústria extrativa e a indústria de transformação nacional, um movimento que, para além das oscilações conjunturais, indica uma oportunidade de renovação da inserção da economia gaúcha no contexto produtivo nacional.

Na indústria persiste a perspectiva de um ano em atividade baixa, tendo como pano de fundo a retração da demanda interna, juros maiores, deterioração das condições do mercado de trabalho e restrições no campo fiscal. Esse cenário deve, em conjunto, manter o desempenho da indústria do Estado ainda em campo negativo, a despeito da baixa base de comparação. O principal fator, nesse caso, deve ser a queda do investimento, que irá influenciar sobremaneira o desempenho de setores importantes para a indústria gaúcha. Destaca-se que mesmo uma taxa de câmbio mais desvalorizada não deve ser suficiente para reverter esse cenário, uma vez que deve perdurar a condição precária para a economia dos principais parceiros comerciais do Rio Grande do Sul.

5. DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

Um dos pontos fundamentais para o desenvolvimento equilibrado no Estado do Rio Grande do Sul é a preocupação com as questões relativas ao desenvolvimento regional e aos mecanismos institucionais necessários para uma política responsável no que diz respeito à organização da base territorial do desenvolvimento estadual. Nesse sentido, o Rio Grande do Sul já possui uma cultura de valorização dos programas de administração regionalizada, bem como instituições voltadas para a promoção dessas iniciativas, de que os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) são a maior expressão.

Desse modo, o desenvolvimento regional deve ser considerado como um elemento estratégico no enfrentamento dos desafios colocados para o Estado do Rio Grande do Sul. A base institucional de que dispomos permite identificar com maior precisão as oportunidades e os potenciais regionais para impulsionar o desenvolvimento do conjunto do Estado, mais especificamente, para desenhar e executar políticas de estímulo e fomento específicas, adequadas às peculiaridades de cada uma das regiões. Esse detalhamento favorece, ainda, a mobilização dos recursos humanos e materiais disponíveis, aumentando a efetividade de políticas e programas de ação, além de estimular as práticas de transparência dos órgãos públicos e o controle por parte das comunidades e dos cidadãos.

A Evolução da Questão Regional no RS

A questão regional no Rio Grande do Sul tem evoluído, tanto em termos de análise, quanto da formulação de políticas públicas. Em um primeiro momento, as desigualdades regionais foram analisadas do ponto de vista das grandes tendências espaciais de concentração da riqueza, e as políticas formuladas para seu enfrentamento foram propostas em igual abrangência. Com o decorrer dos anos, a abordagem se tornou mais complexa e partiu para o exame da problemática em escalas mais desagregadas. Nesse tempo, foram propostas políticas voltadas ao equacionamento da questão regional no território gaúcho, nas diferentes esferas de atuação do Poder Público.

Uma das primeiras iniciativas que marcam a retomada dessa preocupação no Estado foi a ideia da chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul. A partir do final da década de 80, construiu-se uma percepção de que a chamada Metade Sul poderia se constituir em uma região que se singularizava pelo contínuo empobrecimento, necessitando de políticas públicas diferenciadas. A consolidação do recorte da Metade Sul desencadeou uma série de políticas públicas e instrumentos para reconversão produtiva e estímulo a novas atividades. Dentre esses, um dos mais relevantes foi o Programa de Fomento à Reconversão Produtiva da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul (RECONVERSUL), que deu origem ao Polo Naval no mandato de Germano Rigotto e que é mantido até hoje pelos diferentes governos. Essa linha de financiamento foi disponibilizada no ano de 1996, e prorrogada de 1999 até o ano de 2005.

A percepção da dinâmica territorial baseada unicamente nos movimentos macrorregionais, especialmente em função da chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul, perdurou até o início da década de

90, quando a questão regional passou a ser tratada considerando um número maior de variáveis, tendo em vista uma maior eficiência da atuação do Estado para o enfrentamento de problemas relacionados com a dinâmica territorial. Nesse sentido, uma das primeiras iniciativas institucionais para construir uma estratégia de ação para o desenvolvimento regional foi a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Os Conselhos Regionais constituem-se em um fórum permanente e autônomo de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. A estruturação dos COREDEs teve origem, a partir de 1991, na aproximação entre Governo e instituições regionais, em especial as universidades; tendo sido reconhecidos legalmente, através de decreto estadual, em 1994. Inicialmente, o Estado foi dividido em 21 regiões e, atualmente, conta com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Com a intenção de construir uma Política Estadual de Desenvolvimento Regional, no ano de 1998, foi institucionalizada a Consulta Direta à População e, também, foram criados e modificados mecanismos de fomento, visando descentralizar o desenvolvimento industrial do Estado e fomentar o crescimento das regiões menos desenvolvidas. A criação do Fundo de Desenvolvimento Regional e a adequação do Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM) enquadram-se nessa perspectiva. Entretanto, o primeiro nunca foi capitalizado, e o segundo não tem sido capaz de alterar a tendência de concentração das atividades econômicas.

Já no ano de 2001, foi estruturado o Grupo de Trabalho para as Regiões Menos Desenvolvidas, destinado a fortalecer as políticas públicas voltadas às regiões menos desenvolvidas do Estado, tendo atuado em sete regiões dos COREDEs que apresentavam PIB *per capita* abaixo da média do Estado.

Em 2003, foi iniciado o processo para a elaboração do Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística para o Rio Grande do Sul (Rumos 2015), que se constituiu em um amplo estudo sobre a questão regional no Estado, elaborando estratégias e propostas para a construção de uma política regional. Entre as propostas do Rumos 2015, estava a criação de Regiões Funcionais de Planejamento, a partir do agrupamento de COREDEs como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. O Estudo também disponibilizou uma detalhada radiografia sobre as diferentes regiões, atualizando o debate sobre as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul e propondo alternativas para sua superação.

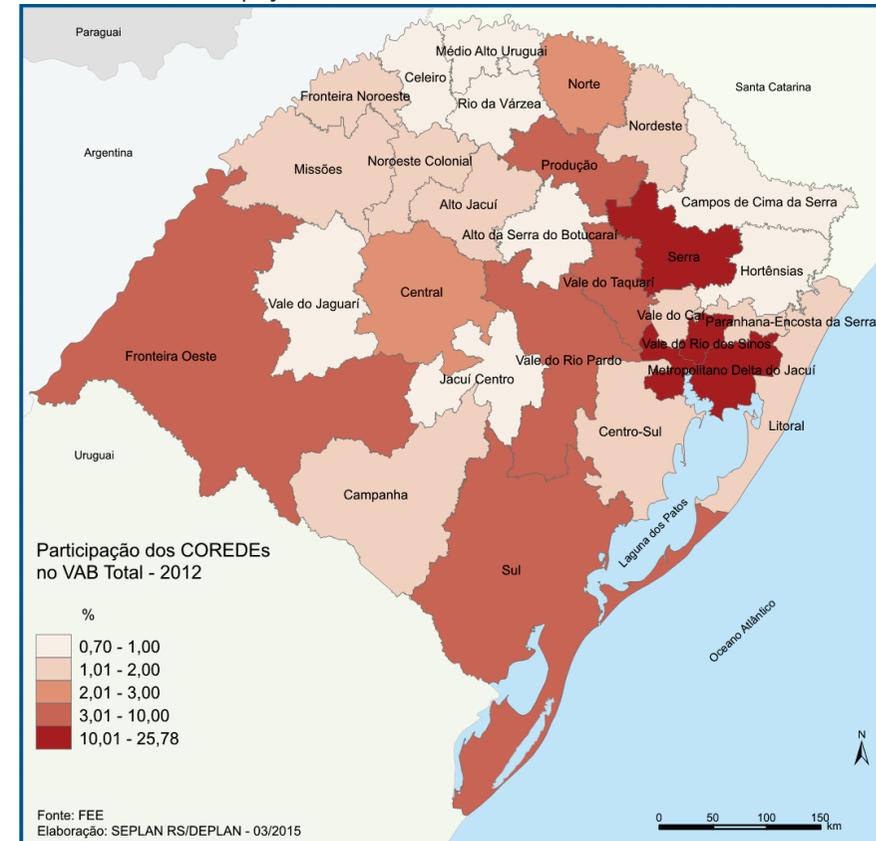
Mais recentemente, no ano de 2011, foi criado o Programa de Combate às Desigualdades Regionais, para orientar a elaboração e a gestão de programas e ações do planejamento governamental com o propósito de contribuir para a redução das desigualdades regionais.

Assim, a estratégia territorial de ação do poder público também sofreu alterações, tendo em vista a melhoria da atuação do Estado sobre a questão regional. As políticas passaram a ser elaboradas em diferentes escalas, abandonando o procedimento tradicionalmente adotado, de utilização de recortes regionais únicos. No plano nacional, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) se constitui em um exemplo formalizado dessa estratégia, agregando múltiplas escalas de ação de acordo com os problemas a serem enfrentados em cada território. No Rio Grande do Sul, essa forma de organizar as políticas regionais também foi adotada e, atualmente, tem como referência a regionalização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, utilizando como escala complementar para o planejamento territorial as Regiões Funcionais de Planejamento. A regionalização, juntamente com a

divisão por COREDEs, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual.

Essa estratégia contribuiu de forma significativa para compreender a dinâmica territorial no Rio Grande do Sul. Na escala sub-regional, esse enfoque pode ser percebido nos documentos produzidos pelos COREDEs, tais como os planos estratégicos elaborados a partir do final da década de 90 e o documento denominado Pró-RS, com diretrizes para o desenvolvimento do Estado, sob a ótica das regiões. Da mesma forma, o poder público também passou a disponibilizar ferramentas que contribuíram para o melhor entendimento das diferenças regionais, ressaltando os pontos fortes e fragilidades de cada uma das regiões. São exemplos desses esforços o estudo denominado RS 2010, finalizado no ano de 1998; o Atlas Socioeconômico do RS, cuja primeira edição foi publicada no mesmo ano; os Perfis Regionais de 2002, elaborados para subsidiar a participação no Orçamento Estadual; e, mais recentemente, o Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística para o RS (Rumos 2015), em 2006, e a Agenda de Desenvolvimento Territorial (RS 2030), em 2014. Esses trabalhos demonstraram a necessidade de uma análise mais complexa da questão regional, superando a análise macrorregional centrada na Metade Sul do Estado.

Figura 6:
Participação dos COREDEs no VAB Estadual - 2012



A distribuição regional do Valor Adicionado Bruto (VAB) no Rio Grande do Sul em 2012 mostra uma concentração espacial nos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra. O

COREDE Metropolitano Delta do Jacuí é o que apresenta maior participação, principalmente devido à influência do município de Porto Alegre, que contribui com 16,7% do VAB estadual.

A participação dos COREDEs no VAB da Indústria confirma, ao contrário do VAB da Agropecuária, uma grande concentração espacial em torno do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, abrangendo principalmente os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Serra e Vale do Rio dos Sinos. Juntos, esses três COREDEs respondem por 56,9% do VAB da indústria do Estado, com um perfil bem distribuído por vários segmentos, sendo polo de praticamente todos os setores industriais relevantes, com exceção de alguns segmentos ligados a agroindústria que se localizam em outras áreas do Estado. Também se destacam na geração do VAB industrial os COREDEs Sul, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari e Produção.

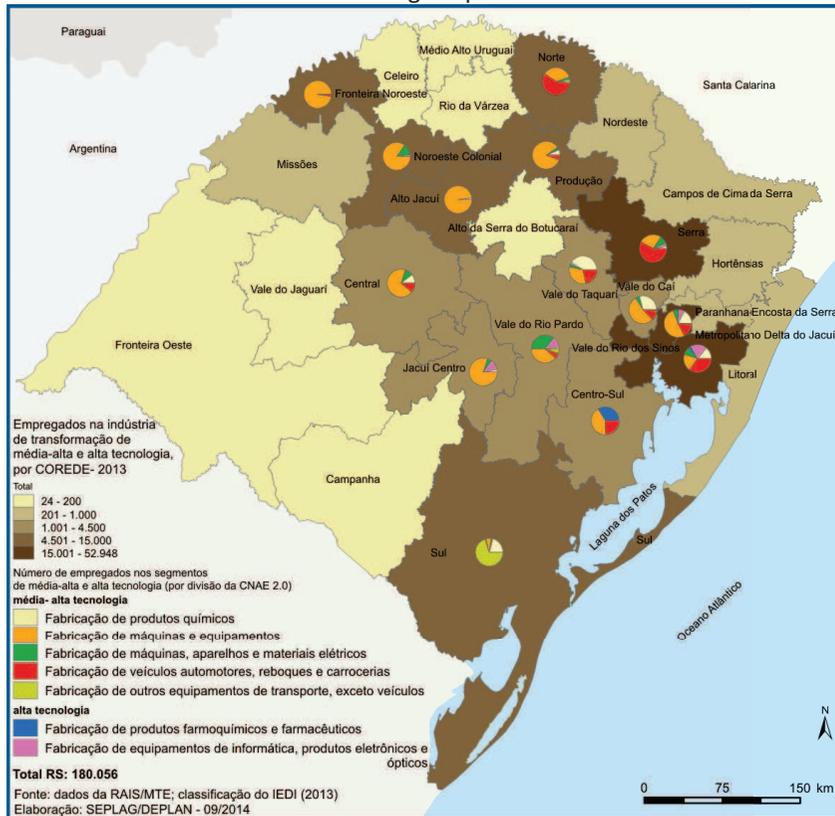
Embora o VAB da indústria confirme sua concentração em torno do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, algumas tendências espaciais em curso no Estado merecem especial atenção e contribuem para a compreensão da situação do atual estágio da questão regional. Um primeiro movimento observado, ao longo das últimas décadas, é uma leve inflexão nos atuais padrões de concentração das atividades econômicas do Estado, especialmente no que se refere à indústria e ao emprego industrial. Essa situação é facilmente observada no eixo que liga Porto Alegre a Caxias do Sul e, em alguma medida, nas proximidades dos núcleos Pelotas e Rio Grande. Assim, pode-se dizer que a tênue reversão do processo concentracionista na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) ocorre através de uma reconcentração em alguns poucos pontos do território estadual.

Observa-se uma relativa expansão do eixo industrial Porto Alegre-Caxias do Sul em direção a alguns COREDEs do norte do Estado, decorrente da expansão de indústrias ligadas ao segmento de máquinas e equipamentos, principalmente. No sul do Estado, destacam-se os investimentos do Polo Naval de Rio Grande, ligados ao segmento de materiais de transporte da indústria de transformação. Essas indústrias, de maior tecnologia em relação às indústrias tradicionais do Estado, apresentam considerável potencial de inovação. Os empregos da indústria de alta e média-alta tecnologia⁶ possuem maior concentração em Caxias do Sul, com 42.818 empregados; Gravataí (16.115); Porto Alegre (14.614); Rio Grande (9.773); Panambi (7.865); e Canoas (7.330).

Essa concentração é perceptível também na análise regional, por COREDE, dos empregos da indústria de alta e média-alta tecnologia do Estado. Esses se encontram, principalmente, nos COREDEs Serra, Metropolitano-Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos, embora se observem participações importantes em alguns COREDEs a noroeste do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul e, recentemente, no COREDE Sul, com a implantação do Polo Naval de Rio Grande.

⁶ As divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), que abrangem os ramos de alta tecnologia da indústria de transformação podem ser consideradas: a) Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; e b) Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos. Já as de média-alta tecnologia podem abranger: a) Fabricação de produtos químicos; b) Fabricação de máquinas e equipamentos; c) Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; d) Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; e e) Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos.

Figura 7:
 Distribuição Territorial dos Empregados em Segmentos de Alta e Média-alta Tecnologia – por COREDE- 2013



Fica ainda mais clara a alta concentração dos empregos de alta e média-alta tecnologia da indústria de transformação no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul pela análise regional. O COREDE Serra apresenta

52.948 empregados nos segmentos considerados, destacando-se o de Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, enquanto o COREDE Metropolitano-Delta do Jacuí possui 42.638, e o COREDE Vale do Rio dos Sinos, 24.048. Esses três COREDEs são responsáveis, conjuntamente, por 66,54% dos empregos de alta e média-alta tecnologia da indústria de transformação do Estado.

Essas regiões abrangem o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, no qual se inserem outros municípios industriais, como Canoas, Gravataí, Novo Hamburgo e São Leopoldo. Além disso, possuem a maior diversificação desses segmentos, abrangendo áreas como a de informática, de mecânica e de produtos químicos. Segundo Tartaruga (2014)⁷, essa concentração demonstra com clareza a tendência de a inovação seguir as regiões mais produtivas e populosas.

O COREDE Sul apresenta 10.986 empregados nesses segmentos, entre os quais se destaca o de Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos, com os recentes investimentos do Polo Naval de Rio Grande. Após, situa-se o COREDE Noroeste Colonial, com 8.799 empregados nos segmentos de alta e média-alta tecnologia, destacando-se o de Fabricação de máquinas e equipamentos, igualmente importante nos COREDEs Produção, Alto Jacuí e Fronteira Noroeste.

Essa análise demonstra a alta concentração territorial da indústria de média-alta e alta tecnologia do Estado, mas também

⁷ TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. **Inovação, território e cooperação**: um novo panorama da Geografia Econômica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado. 2014. 334 f.

identifica oportunidades para o desenvolvimento fora do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Essas oportunidades estão ligadas, principalmente, ao segmento metal-mecânico, no norte do Estado, e ao Polo Naval de Rio Grande, no Sul.

Outra tendência territorial que pode ser observada é a crescente mudança da dinâmica demográfica, com relativo esvaziamento das regiões localizadas mais a oeste e noroeste do território rio-grandense, em favor dos territórios situados mais a leste do Estado. No período de 2000 a 2010, o número de Conselhos Regionais de Desenvolvimento que tiveram reduzida sua população duplicou, em relação ao período de 1990 a 2000, expandindo-se para todo o arco de fronteira.

Mesmo que o saldo migratório total não seja suficiente para influenciar significativamente a dinâmica de crescimento populacional do Estado, ele pode ser determinante nas regiões que apresentam menores volumes de população. Convém assinalar que parte dessas regiões apresenta baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico, e boa parte delas possui altas taxas de população que reside nas áreas rurais, quando comparadas com as demais regiões do Estado.

A mesma tendência pode ser observada através da análise da distribuição das taxas de crescimento populacional por município e afeta especialmente pequenos municípios situados no noroeste e norte do Estado e, também, núcleos urbanos maiores e mais estruturados da Fronteira Oeste. No período 2000-2010, dos 497 municípios existentes no Estado, 257 apresentaram taxas de crescimento negativas e, destes, 207 possuem população inferior a 10.000 habitantes. Entre os municípios que apresentaram queda nas taxas de crescimento

demográfico, 22 possuem mais de 50.000 habitantes e, destes, seis estão localizados na Fronteira Oeste, o que corresponde a quase a metade dos municípios da Região.

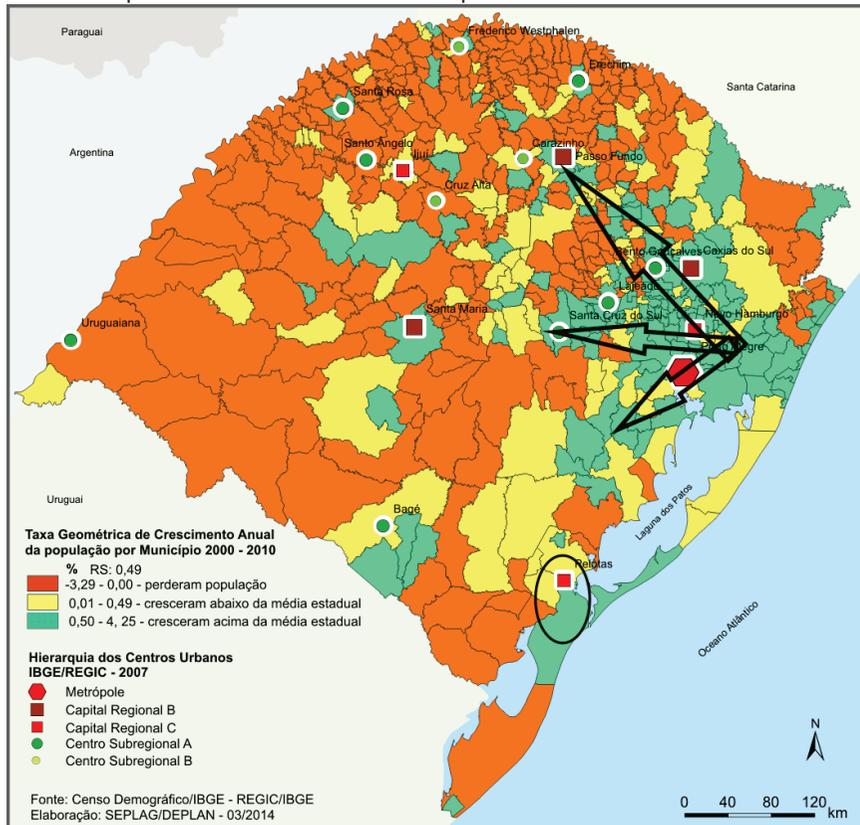
Já os municípios que apresentam as maiores taxas de crescimento populacional encontram-se no nordeste do Estado, junto ao litoral e seguindo o Eixo Expandido Porto Alegre-Caxias do Sul. Entre os dez municípios que apresentaram maiores taxas de crescimento demográfico, superior a 2,97%, sete localizam-se na região do Litoral. Já entre os 147 municípios que apresentaram taxas superiores à média estadual, 55 encontram-se na Região Funcional 1, que abriga COREDEs com municípios pertencentes à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Um aspecto de especial interesse nessa tendência, que interfere na dinâmica da população e na concentração dos serviços, é a disposição da rede de cidades. O Rio Grande do Sul possui uma estrutura urbana bem estruturada, onde se destacam os recortes territoriais da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e os vetores que partem desta em direção a Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul, os centros regionais de Pelotas e Santa Maria, os eixos turísticos Canela-Gramado, as aglomerações litorâneas, os eixos industriais do noroeste, envolvendo municípios como Horizontina, Panambi, Ijuí, Carazinho, Erechim, dentre outros e as aglomerações internacionais na faixa de fronteira⁸.

⁸ Esses recortes espaciais foram identificados por estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**, v.6, Redes Urbanas Regionais:Sul, Brasília, 2000. O Estudo contou com a participação de pesquisadores da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Figura 8:

Taxa Geométrica de Crescimento da População 2000-2010 - Município, Hierarquia Urbana e Tendências de Expansão - Eixo POA-Caxias do Sul



Essa análise dos recortes espaciais foi reforçada pelo estudo da Região de Influência das Cidades (REGIC) 2007, publicado no ano de 2008 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No

estudo, foram avaliadas variáveis que atualizam a hierarquia urbana nacional, identificando níveis de centralidade administrativa e econômica. É relevante observar que o REGIC renova a importância dos centros urbanos do Estado de maior nível de hierarquia, caso de Caxias do Sul, Santa Maria e Passo Fundo, classificados como Capital Regional B⁹. Em um terceiro nível, classificadas como Capital Regional C, aparecem as cidades de Pelotas/Rio Grande, Ijuí e Novo Hamburgo. O primeiro nível de hierarquia é, naturalmente, ocupado por Porto Alegre, classificada como metrópole, com influência sobre todo o Estado e boa parte de Santa Catarina. É importante registrar que, pelo REGIC, o extremo norte gaúcho é influenciado pela cidade catarinense de Chapecó, classificada no mesmo nível de hierarquia das cidades gaúchas de segundo nível (IBGE, 2008).

Esse quadro nos coloca alguns desafios e possibilidades que devem ser observados para o desenvolvimento mais equilibrado do Estado que, em grandes linhas, trata de desenvolver agendas de acordo com as dificuldades enfrentadas e potencialidades de cada região. Nesse sentido, as áreas que vêm sofrendo com o esvaziamento de suas atividades econômicas e perda de população necessitam de incentivos para alavancarem seu desenvolvimento com base nos seus potenciais, na difusão tecnológica e na qualificação da infraestrutura e dos serviços ofertados. Já para as regiões mais dinâmicas podem ser desenvolvidas ações direcionadas ao ordenamento do território e ao aumento da

⁹ De acordo com o REGIC, no País, 70 cidades foram classificadas como Capital Regional, por apresentarem capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles e por serem área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. As capitais regionais foram divididas em três níveis de hierarquia (A, B, e C), de acordo com o porte e influência (IBGE, 2008).

produtividade, visando ao desenvolvimento de novos segmentos portadores de futuro. Outro componente importante a ser observado é a estrutura da rede de cidades, que se apresenta como um diferencial no caso gaúcho e que pode se constituir em um elemento potencial de transformação e de difusão de tecnologia e inovação.

Aspectos da Dinâmica Demográfica Gaúcha

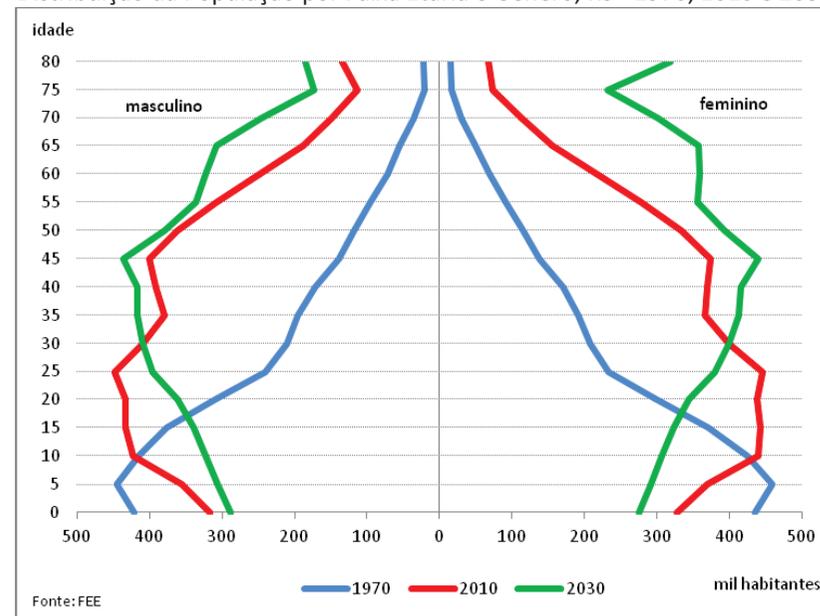
Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo Censo 2010, revelaram algumas tendências demográficas para o Rio Grande do Sul que já haviam sido detectadas nos últimos censos e pesquisas. Essa observação, aliada às projeções recentes elaboradas pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), confere importantes consequências para o planejamento. Entre essas tendências, podemos destacar o aumento das taxas da população urbana e a redução da taxa de crescimento populacional, que tende a ocasionar um aumento da população nas faixas etárias mais avançadas.

A população do Rio Grande do Sul atingiu a marca de 10,7 milhões em 2010, representando 5,6% da população brasileira, com tendência de queda nessa participação. Após um elevado crescimento populacional na década de 50, o ritmo passou a ser cada vez menor, chegando aos anos 80 com uma taxa de crescimento médio anual em torno de 1,5% a.a. Nos anos 90, esses valores foram reduzidos para 1,4% e, no ano 2000, atingiram 1,2%. Os dados do último Censo apontaram para uma queda ainda maior no ritmo desse crescimento, chegando a uma taxa de 0,49% a.a., colocando o Rio Grande do Sul como o Estado brasileiro cuja população teve o menor crescimento na década.

O fator preponderante nesse processo é a diminuição da taxa de fecundidade apresentada pelo Estado. A média de filhos por mulher para 2010 estava em 1,8, valor que já se encontra abaixo da taxa de reposição populacional¹⁰, que é de 2 filhos.

Gráfico 7:

Distribuição da População por Faixa Etária e Gênero, RS - 1970, 2010 e 2030



¹⁰ Taxa de reposição populacional é o número médio de filhos que as mulheres entre 15 a 49 anos de idade precisam ter para que a população permaneça constante.

O declínio da taxa de fecundidade, assim como da mortalidade, e o aumento da expectativa de vida¹¹ afetam diretamente a estrutura etária da população. No caso da expectativa de vida, o Rio Grande do Sul, desde muitos anos, se diferencia entre os estados brasileiros, com uma das maiores expectativas de vida do País. A análise do período 1970-2010 indica que houve um acréscimo de mais de oito anos na expectativa de vida do gaúcho, passando de 67,8 para 75,9 anos nas últimas três décadas.

A taxa de urbanização gaúcha, representada pela proporção da população que reside em área urbana, teve um crescimento marcante nas últimas cinco décadas. A população urbana, de 67,5% em 1980, passou para 76,6% em 1991, chegando a 81,6% em 2000 e a 85,1% em 2010. Considerando que, em 1940, menos de um terço da população vivia nas zonas urbanas do Estado, observa-se um aumento significativo em apenas 50 anos. Entre os anos de 1960 e 1970, as participações entre a população urbana e rural iniciaram um processo de inversão, para o qual contribuiu o intenso processo de modernização da agricultura, que ganhou força nos anos 1960, juntamente com o processo de repartição da pequena propriedade, expulsando um significativo número de agricultores, principalmente do Norte do Estado, em direção às regiões industriais e às novas fronteiras agrícolas do País. O contingente populacional rural, entre 2000 e 2010, reduziu-se em 276 mil habitantes, sendo que a média anual de crescimento da população rural foi de -1,59%.

¹¹ Expectativa de vida ou esperança de vida ao nascer é o número médio de anos que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano pode esperar viver, se mantidas, desde o seu nascimento, as taxas de mortalidade observadas no ano de observação.

Outro aspecto da repartição da população entre o rural e o urbano é a sua distribuição no território. Enquanto algumas regiões registram taxas de urbanização próximas a 98%, como nos COREDES Vale dos Sinos e Metropolitano Delta do Jacuí, outras apresentam elevados percentuais de população vivendo em suas áreas rurais. É o caso das regiões localizadas no Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai e Celeiro, com população rural superior a 40%.

O saldo migratório – diferença entre o número de entradas e o de saídas de população – tem sido historicamente negativo no Rio Grande do Sul. Esses valores, entretanto, apesar de negativos, vinham decaindo, acompanhando a tendência nacional de predominância dos movimentos de migração intraestaduais em detrimento dos movimentos interestaduais. Nos anos 70, o Estado perdia cerca de 20 mil pessoas por ano, nos anos 80 esse número caiu para 10 mil e, na década de 90, as perdas foram de menos de 3 mil pessoas. Também nesse caso, os movimentos migratórios interestaduais que predominaram no Rio Grande do Sul estiveram ligados à expansão da fronteira agrícola, que ocorreu a partir da década de 1960, a qual enviou grandes contingentes migratórios em direção ao Centro-Oeste e Norte do País.

Porém, os Censos Demográficos das duas últimas décadas mostraram uma reversão dessa tendência de queda nas emigrações do Rio Grande do Sul. A perda populacional do Rio Grande do Sul por migração, principalmente para outros estados da Federação, entre os anos 1995-2000, foi de 39.495 e, entre 2005-2010, alcançou 74.650 pessoas. Os estados que mais atraíram a população gaúcha são os localizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, e somente o estado de Santa Catarina recebeu 80% desse contingente. É desses estados

também a origem da maioria daqueles que migram para o Rio Grande do Sul.

A esses aspectos, devemos adicionar os resultados das projeções elaboradas pela Fundação de Economia e Estatística até o ano de 2050, que revelam alguns fatores que ensejam atenção. Um primeiro aspecto refere-se ao fato de que o Estado atingirá um contingente máximo de 11 milhões de habitantes em 2025 e, a partir de então, passará por uma redução gradual de sua população absoluta, totalizando 9,7 milhões no ano de 2050. O Rio Grande do Sul deverá ser um dos primeiros estados brasileiros a atingir taxa de crescimento negativa no Brasil, iniciando um processo gradual de estabilização e redução de sua população.

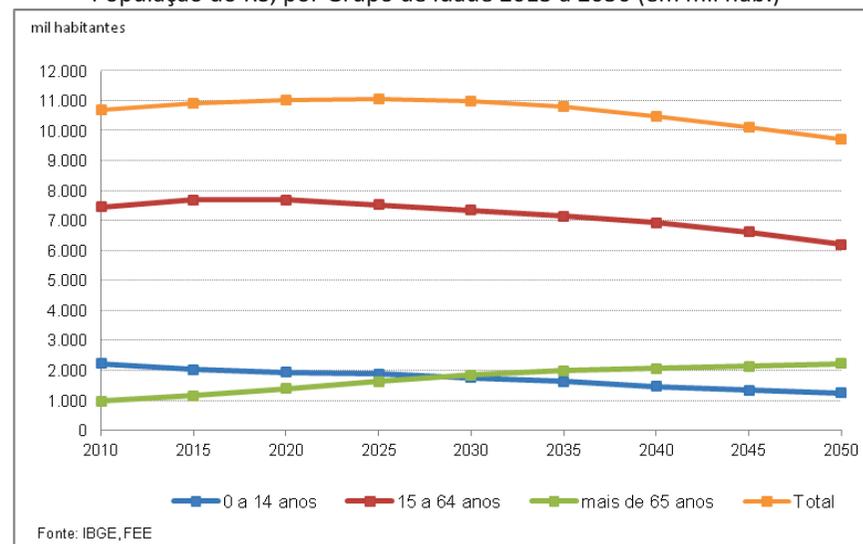
Há uma grande disparidade quando essa projeção é analisada por faixa etária. O contingente da população entre 0 e 14 anos, que já mostrou redução entre os anos de 2000 e 2010, deverá continuar em queda. A quantidade de pessoas com idade entre 15 e 64 anos continuará aumentando e alcançará um contingente máximo entre 2015 e 2020 e, a partir de então, iniciará um processo de redução. Por fim, a população com mais de 65 anos continuará aumentando nas próximas décadas. Esse tipo de comportamento do crescimento populacional indica que estamos passando por uma transição demográfica¹² na qual o peso da população considerada inativa (0 a 14

¹² Transição demográfica é um fenômeno dinâmico que afeta as populações ao longo do tempo, em que, em um primeiro momento, se presencia um aumento das taxas de crescimento populacional (uma explosão demográfica), mas, com a queda da natalidade, o ritmo de crescimento da população vai se reduzindo ao longo do tempo, tendendo para a estabilidade ou, mesmo, para a redução do crescimento.

anos somados a mais de 65 anos) sobre a população ativa (14 a 65 anos) ainda é menor.

Gráfico 8:

População do RS, por Grupo de Idade 2015 a 2050 (em mil hab.)



Se essa projeção para os próximos decênios se confirmar, o Rio Grande do Sul se encontra no auge dessa proporção pois, a partir da próxima década, essa relação entre inativos e ativos entraria em crescimento. Estamos, portanto, em vigência do chamado Bônus Demográfico, isto é, um período em que a população ativa é proporcionalmente mais numerosa que a inativa. Essa condição indica uma vantagem para o desenvolvimento, visto que a população ativa mais numerosa cria melhores condições de produção, poupança e

investimento. Entretanto, é importante considerar que a população mais envelhecida, nas próximas décadas, implica inúmeros desafios à sociedade e ao poder público, principalmente nas questões relativas à saúde e à previdência.

6. QUADRO GERAL DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Por ocasião da entrega de sua primeira Mensagem à Assembleia Gaúcha, na abertura dos trabalhos legislativos de 2015, o Governo estadual, empossado em 1º de janeiro, explanou o quadro geral das finanças públicas, com graves problemas estruturais e fragilidade fiscal. As receitas arrecadadas são insuficientes para fazer frente às despesas fixadas. Por isso, ocorre a falta de recursos financeiros, tanto para investimento e pagamento dos fornecedores quanto para o pagamento em dia dos salários de parte do funcionalismo.

Nos últimos 10 anos, a Receita Corrente Líquida (RCL) cresceu, em média, 10,4% ao ano, enquanto que a despesa, em média, foi de 10,0% ao ano superior à variação da RCL. A partir de 1971 até 2014 (44 anos), somente em sete anos a arrecadação foi maior do que as despesas empenhadas, isto é, apresentou superávit orçamentário.

O Governador José Ivo Sartori assumiu o mandato sem reservas financeiras para pagar as obrigações mais emergentes. O orçamento de 2015, enviado pelo Governo anterior à Assembleia Legislativa, foi aprovado com déficit implícito de R\$ 5,4 bilhões, pela superestimação das receitas em R\$ 4,8 bilhões e subestimação das despesas de pessoal em R\$ 600 milhões.

Ao se tomar o orçamento de 2015, mesmo admitindo a realização da totalidade das receitas previstas, conjuntamente com a promoção de um drástico contingenciamento sobre as despesas discricionárias (despesas livres ou não vinculadas), obrigatoriamente, a execução em curso apresentar-se-á deficitária, tendo em vista o

patamar de gasto já incorporado pelo Governo anterior com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, que em 2014, representou 3/4 da RCL.

O problema das contas estaduais é estrutural e de difícil solução no curto e no médio prazos. Nas próximas seções deste capítulo, será mostrada, resumidamente, a situação dos principais agregados da receita e da despesa pública, de forma a apresentar o quadro em que se planejou o Plano Plurianual 2016-2019.

Os Principais Agregados da Receita Pública

A Tabela abaixo mostra a evolução da receita pública consolidada, a partir de 2005 até 2014, atualizada pelo IGP-DI. Ressalva-se que não constam no demonstrativo as receitas intraorçamentárias, por representarem dupla contagem contábil, ou seja, são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual, o que se entende deva ser expurgado.

Entre 2005 e 2014, as receitas correntes foram maiores em 43,7%, pelo IGP-DI. Nesse mesmo período, as receitas tributárias cresceram 48,5%. Em 2014, as receitas totais foram 8,6% superiores às de 2013. Esse excepcional desempenho foi devido aos créditos das operações contratadas de empréstimos, que totalizaram R\$ 2,2 bilhões.

Como se pode também observar, as Receitas Tributárias (receitas próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro estadual, seguidas pelas Transferências advindas da União.

Tabela 3:
Receitas Orçamentárias Consolidadas do Estado do RS
Atualizadas pelo IGP-DI (em R\$ milhões)

Especificação das	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas Correntes	27.4	29.0	29.2	31.2	32.2	35.9	35.1	35.7	37.8	39.4
Receita Tributária	21.0	22.1	22.1	23.9	24.6	27.9	27.4	28.2	30.5	31.2
Receita de Contribuições	1566	1656	1742	1640	1761	1814	1982	2013	2319	2597
Receita Patrimonial	429	639	486	747	925	774	741	694	514	598
Receita Agropecuária	1	1	1	1	1	5	1	2	3	1
Receita Industrial	4	3	1	1	0	0	1	0	0	0
Receita de Serviços	288	269	278	293	313	303	293	304	292	263
Transferências Correntes	5537	6.13	6.47	7089	7279	7791	7749	7463	7368	7762
Outras Receitas Correntes	1006	742	893	832	1158	1521	1204	1308	1388	1645
Deduções Receita Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2439	2476	2783	3375	3746	4194	4239	4321	4586	4682
Receitas de Capital	311	548	2135	1784	330	1357	448	1220	957	2680
Operações de Crédito	211	49	0	1622	-0	1024	295	1044	574	2219
Alienação de Bens	49	373	2.03	6	42	5	6	47	105	98
Amortização	21	85	54	35	23	45	46	19	70	167
Empréstimos	30	42	50	122	264	283	101	110	208	197
Outras Receitas de Capital										
Total das Receitas	27,8	29,7	31,4	33,0	32,6	37,2	35,6	36,9	38,8	42,1

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

A Receita Corrente Líquida – que é calculada através do total das receitas correntes deduzidas as transferências constitucionais e

legais a municípios, as deduções para a formação do FUNDEB, as contribuições para o Plano de Previdência do Servidor, as compensações financeiras entre regimes de previdência, a anulação dos Restos a Pagar e o Imposto de Renda dos Servidores – no período entre 2005 e 2014, cresceu nominalmente, em média, 10,4% ao ano, chegando, no último ano da série, a R\$ 28,6 bilhões.

Tabela 4:
Receita Corrente Líquida, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal - R\$ milhões

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receita Corrente Líquida -RCL	12,3	13,3	14,0	16,7	17,4	20,3	21,9	23,7	26,4	28,6
Crescimento nominal (%)	15,0	7,8	5,1	19,1	4,4	16,7	8,0	8,1	11,3	8,5

Fonte: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul/CAGE

Quanto às operações de crédito, estas obedecem às restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Os empréstimos realizados pelo Estado, em 2008 e 2010, contratados junto ao Banco Mundial (BIRD), tiveram a finalidade específica de melhorar o perfil de parte da dívida extralimite. Já entre 2011 e 2014, as operações de crédito realizadas foram avalizadas pelo Governo Federal, contratadas para investimento em infraestrutura e para o custeio em áreas sociais.

Tabela 5:
Operações de crédito contratadas entre 2011 e 2014 – R\$ 1.000,00

Contratações		2011	2012	2013	2014	Total
Operações de Crédito Internas	BNDES - PEF	94.192	0	0		94.192
	BNDES - PMAE	2.750	7.833	0	895	11.478
	BNDES - PEF II	139.512	0	0		139.512
	BNDES - PROINVESTE	0	300.000	0	485.019	785.019
	BNDES - PROREDES	0	314.032	246.543	267.158	827.733
Operações de Crédito Externas	BID - PROFISCO	11.151	0	39.364	43.690	94.205
	BIRD - PROREDES	0	65.744	89.186	215.813	370.743
	BID - PROCONFIS	0	256.050	167.242		423.292
	BIRD - PROCONFIS II	0	0	0	696.280	696.280
	BID - PROCONFIS II				455.270	455.270
	BID - POD				25.004	25.004
Total		247.605	943.659	542.335	2.189.129	3.922.728

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela 5 discrimina as operações de crédito efetuadas entre 2011 e 2014, totalizando R\$ 3,923 bilhões de contratações efetivas. Em 2011, ingressaram R\$ 248 milhões de receitas referentes a quatro operações de crédito (três internas e uma externa); em 2012, com cinco operações (três internas e duas externas), ingressaram R\$ 944 milhões de receitas; em 2013, referente a quatro operações (uma interna e três externas), houve o ingresso de R\$ 542 milhões; e em 2014, ingressaram R\$ 2.189 milhões referentes a oito operações de crédito (três internas e cinco externas).

I - O ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual, sendo de importância vital para o equilíbrio das contas públicas. É basicamente um imposto sobre o consumo, dependente do emprego e da renda das famílias, ou seja, do poder de compra do consumidor. O tributo concentra-se nos combustíveis, energia elétrica, telecomunicações, bem como nos setores de bebidas e cigarros.

A arrecadação de ICMS, por vezes, não acompanha o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB). Em época de ótimo crescimento econômico coincide com boa arrecadação. O contrário nem sempre é verdadeiro. Em 2012, por exemplo, apesar de o PIB gaúcho ter sido negativo em 1,5%, o ICMS cresceu 9,6%, nominalmente, e 3,4%, em valores atualizados pelo IGP-DI.

Diversas são as variáveis que impactam a arrecadação do ICMS, em maior ou menor grau, podendo-se citar, entre tantas: (i) o PIB brasileiro e o PIB gaúcho; (ii) a inflação passada, a inflação presente e a inflação inercial; (iii) a taxa de câmbio; (iv) a taxa básica de juros da economia; (v) o preço do petróleo e dos *commodities* agrícolas no mercado internacional; (vi) o volume monetário das importações e das exportações; (vii) o nível de produção das indústrias; (viii) o poder de compra do consumidor; (ix) a taxa de emprego; (x) a estabilidade e a confiança na economia interna; (xi) as crises econômicas, tanto interna como externa; (xii) o tempo e o clima; (xiii) as imunidades tributárias; (xiv) as desonerações fiscais estaduais e federais; e (xv) a sonegação fiscal.

A combinação favorável de algumas das variáveis acima identificadas faz com que a arrecadação de ICMS seja impactada em

maior grau. Dessa forma, o ICMS capta não só o aumento na quantidade e na qualidade de consumo das famílias, mas também a inflação embutida nos preços de produtos e serviços.

Tabela 6:
Evolução da Arrecadação do ICMS Total – R\$ milhões

Ano	Arrecadação nominal	Varição nominal sobre o ano anterior	Arrecadação IGP-DI – Atualização até 31/12/2014	Varição pelo IGP-DI sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
2000	5.647	-	16.777	-	6,9
2001	6.706	18,8	18.065	7,7	7,3
2002	7.442	11,0	17.609	-2,5	7,1
2003	8.989	20,8	17.370	-1,4	7,2
2004	9.638	7,2	17.000	-2,1	7,0
2005	11.383	18,1	18.780	11,7	7,9
2006	11.813	3,8	19.180	2,0	7,5
2007	12.258	3,8	19.079	-1,3	6,9
2008	14.825	20,9	20.790	8,8	7,4
2009	15.087	1,8	20.790	0,0	7,0
2010	17.893	18,6	23.341	12,3	7,1
2011	19.503	9,0	23.445	0,4	7,4
2012	21.378	9,6	24.235	3,4	7,7
2013	24.061	12,6	25.723	6,1	7,7
2014	25.854	7,5	26.245	2,0	7,8
%	357,8	-	56,4	-	-

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: O PIB de 2013 e 2014 é estimativa preliminar da FEE, sujeito à alteração.

A Tabela 6 analisa a evolução da arrecadação do ICMS Total (ICMS Tributo mais Dívida Ativa), entre 2000 e 2014. Verifica-se, no período, um crescimento nominal de 357,8%, passando de R\$ 5.647 milhões, em 2000, para R\$ 25.854 milhões, em 2014. Nesse mesmo interstício, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de 56,4%, passando de R\$ 16.777 milhões para R\$ 26.245 milhões. Nesse período, em média, o ICMS cresceu 11,7% nominais e 3,4% pelo IGP-DI. Na comparação de 2014 com 2013, o crescimento nominal do ICMS foi de 7,5% e, pelo IGP-DI, de 2,0%.

A arrecadação do ICMS, em relação ao PIB gaúcho, representou 6,9%, em 2000, e chegou a ser de 7,9% do PIB, em 2005. Em 2014, o ICMS arrecadado foi 7,8% do PIB gaúcho. A média, entre 2000 e 2014, é de 7,4% do PIB.

A Tabela 7, adiante, mostra o desempenho do ICMS em cada setor econômico. Em 2014, o setor primário respondeu por 0,5% da arrecadação de ICMS; o setor secundário, por 34,8%; o setor terciário, por 33,5% (os serviços de comunicação, por 8,8%); o setor de energia elétrica, por 8,0%; o setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, por 17,1%; a Dívida Ativa por 1,8%; e outras Fontes por 4,4% da arrecadação total de ICMS.

Em 2013, o Governo Federal lançou um corte sobre o preço da energia elétrica. Com a redução da tarifa houve queda substancial de participação do ICMS, de 2,8 pontos percentuais, em relação a 2012, passando de uma participação relativa de 9,9% para 7,1%. Isso significou que, em 2013, houve uma frustração de, aproximadamente, R\$ 600 milhões de arrecadação.

Tabela 7:
ICMS Total Arrecadado por Setor Econômico – R\$ mil

ICMS TOTAL	2011		2012		2013		2014	
	Total Arrecadado	% por Setor Econômico						
Setor Primário	86.371	0,4	96.718	0,5	124.903	0,5	121.136	0,5
Setor Secundário	6.789.964	34,8	7.570.103	35,4	8.566.531	35,6	8.991.933	34,8
Setor Terciário	6.349.895	32,6	6.830.147	31,9	8.021.692	33,3	8.659.304	33,5
Comércio Atacadista	2.293.099	11,8	2.678.615	12,5	3.567.465	14,8	4.111.772	15,9
Comércio Varejista	2.102.404	10,8	2.039.727	9,5	2.180.290	9,1	2.264.076	8,8
Serviços de Transporte	164.980	0,8	195.794	0,9	224.067	0,9	294.891	1,1
Serviços de Comunicação	1.789.412	9,2	1.909.088	8,9	2.034.630	8,5	1.975.191	7,6
Outros	0	0,0	6.923	0,0	15.240	0,1	13.372	0,1
Energia Elétrica	1.877.010	9,6	2.107.467	9,9	1.699.836	7,1	2.074.232	8,0
Setor Secundário	71.758	0,4	79.043	0,4	78.133	0,3	107.723	0,4
Setor Terciário	1.805.252	9,3	2.028.424	9,5	1.621.703	6,7	1.966.509	7,6
Petróleo, Combustíveis e Lubrificantes	3.419.713	17,5	3.580.799	16,7	4.240.165	17,6	4.411.282	17,1
Setor Secundário	114.000	0,6	1.364.060	6,4	3.825.151	15,9	3.991.675	15,4



ICMS TOTAL	2011		2012		2013		2014	
	Total Arrecadado	% por Setor Econômico						
Setor Terciário	3.305.713	16,9	2.216.739	10,4	415.014	1,7	419.607	1,6
Dívida Ativa	341.303	1,8	501.429	2,3	406.921	1,7	453.058	1,8
Outras Fontes	638.670	3,3	691.546	3,2	1.000.514	4,2	1.143.268	4,4
Total Geral	19.502.926	100,0	21.378.210	100,0	24.060.562	100,0	25.854.213	100,0

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Secretaria do Tesouro Nacional/CONFAZ.

Em 2014, a participação relativa do ICMS do setor de energia elétrica subiu para 8,0%. Até meados de 2015, a participação do setor de energia no ICMS já havia pulado para mais de 12,0%. Há duas explicações principais: os aumentos das tarifas em 50% e o fato de que outros setores estarem perdendo força relativa devido à crise econômica.

II - As Transferências Constitucionais da União ao Estado

As relações federativas encontram-se submetidas a graves distorções, devido ao incremento da carga fiscal estar concentrado na esfera federal, com a institucionalização de diversas contribuições sociais, entre outras, o PIS/PASEP, a COFINS e a CSLL, não repartidas com os demais entes federativos. Somente a partir de 2004, houve o compartilhamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) com Estados e Municípios.

Outro ponto a ser destacado é a prática pelo Governo Federal de políticas anticíclicas, com o objetivo de promover o consumo interno, através da diminuição da carga tributária ao sistema produtivo industrial, a exemplo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos setores de automóveis e das linhas brancas e mobiliárias. Por conta disso, reduzem-se significativamente os repasses do Fundo de Participação dos Estados.

As principais transferências constitucionais da União ao Estado (Fundo de Participação dos Estados, Cota-Parte do IPI-Exportação, Compensação Financeira da Lei Kandir e Auxílio Financeiro à Exportação) apresentaram, ao longo do tempo, uma redução significativa na sua participação, em relação à variação da Receita Corrente Líquida.

A Tabela 8 mostra que, entre os anos 2005 e 2014, as transferências federais apresentaram variação negativa de 2,8 pontos percentuais, em relação à variação da RCL. Em 2005, as transferências representavam o equivalente a 11,3% da RCL e, em 2014, essa participação recuou para 8,5% da RCL. Somente em relação a esses tributos especificados, a perda em 2014, caso as transferências tivessem o mesmo percentual em relação à variação da RCL de 2005, seria da ordem de R\$ 800 milhões (RCL de 2014 foi de R\$ 28.633 milhões x 2,8% = perda de R\$ 800 milhões).

Tabela 8:

Transferências Constitucionais e Legais da União ao RS – Em valores nominais
R\$ milhões

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cota-Parte do FPE	705	781	904	1.106	1.066	1.149	1.415	1.459	1.569	1.710
Cota-Parte IPI-Exportação	352	377	392	432	335	440	483	361	353	466
Lei Kandir (LCF 87/96)	256	147	147	147	147	147	147	147	147	147
Auxílio Financeiro	82	153	122	174	134	118	112	96	0	112
TOTAL	1.395	1.457	1.565	1.858	1.681	1.853	2.157	2.062	2.069	2.435
RCL	12,3	13,3	14,0	16,7	17,4	20,3	21,9	23,7	26,4	28,6
% Transferência União / RCL	11,3	10,9	11,2	11,2	9,7	9,1	9,8	8,7	7,8	8,5

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

O Rio Grande do Sul e os demais principais Estados exportadores (SP, MG, RJ e PR) sofreram impacto com a entrada em vigor da Lei Kandir (LCF nº 87/96), que isenta do ICMS os produtos e serviços destinados à exportação. Não houve por parte da União uma compensação satisfatória à implementação dessa medida.

Os Grandes Agregados da Despesa Pública

Para uma explanação mais aprofundada sobre a situação das contas estaduais, faz-se necessário destacar a evolução das despesas,

segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, Manutenção e Custeio da máquina pública e Gestão Plena do SUS).

I - O Gasto Total por Poderes e Órgãos do Estado

Em 2005, os valores executados (empenhados) ultrapassaram em 12,1% a RCL. Em 2014, os empenhos anuais foram maiores em 19,3% da RCL, o maior déficit corrente da série, equivalente a R\$ 5,5 bilhões. Ressalva-se que não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual. O Gráfico 9 ilustra com maior clareza a evolução das despesas totais em relação à Receita Corrente Líquida. Os percentuais acima de 100% da RCL representam déficit corrente.



A Tabela 9 mostra a evolução dos grupos de despesas entre 2005 e 2014, em relação à variação da Receita Corrente Líquida,

tomando o ano de 2005 como base 100. No período, verifica-se que o gasto apresentou uma elevação de 6,4% em relação à variação da RCL. Constata-se que o grupo de Pessoal e Encargos Sociais cresceu 9,1%; o de Outras Despesas Correntes cresceu 8,8%; o de Investimentos Amplos cresceu 24,4%; já o grupo do Serviço da Dívida decresceu 17,8%. Nota-se forte incremento na despesa ocorrida em 2014, por conta de maiores recursos alocados em pessoal, custeio e investimento.

Tabela 9:

Grupo de Despesas em Relação à Variação da RCL – Ano 2005 como base 100

Grupo da Despesa	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	100,0	103,8	105,0	95,5	100,2	96,7	99,8	101,3	103,7	109,1
Outras Despesas Correntes Ajustadas	100,0	95,9	89,6	84,4	84,1	85,4	88,4	95,1	104,0	108,8
Serviço da Dívida Ajustado	100,0	96,1	94,2	86,1	87,5	77,0	82,3	81,6	79,0	82,2
Investimentos	100,0	100,0	57,5	79,6	76,4	191,0	101,0	103,0	108,0	124,0
Total do Grupo da Despesa	100,0	101,0	98,2	91,2	94,1	96,1	95,2	97,6	100,9	106,4

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela seguinte traz o gasto consolidado do Estado, por Poderes e Órgãos. Entre 2005 e 2014, em valores nominais, o gasto total passou de R\$ 17,6 bilhões para R\$ 42,7 bilhões, aumento de R\$ 25,1 bilhões. A Receita Corrente Líquida passou de R\$ 12,3 bilhões para R\$ 28,6 bilhões, crescimento de R\$ 16,3 bilhões. Nesse período, o Estado gastou R\$ 8,8 bilhões a mais do que a variação da RCL.

Tabela 10:

Demonstrativo de Gasto Empenhado Total do Estado - Em Valores Nominais

R\$ milhões

Poderes e Órgãos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
APOSENTADORIAS	3.09	3.41	3.75	4.06	4.49	4.99	5.59	6.33	7.26	8.29
PENSÕES	921	1.04	1.11	1.16	1.29	1.49	1.64	1.80	1.98	2.20
DISTRIBUIÇÃO RECEITAS	3.31	3.47	3.63	4.36	4.63	5.36	5.86	6.40	7.12	7.66
MUNICÍPIOS	7	4	9	1	0	0	7	4	5	9
GESTÃO PLENA DO SUS	412	454	478	578	698	771	825	874	762	905
OPERAÇÃO BIRD - TROCA PERFIL				1.19		787				0
DÍVIDA				2						
AUTARQUIAS	1.50	1.68	1.53	1.65	1.90	2.89	2.64	2.89	3.26	3.36
FUNDAÇÕES	411	424	413	458	446	575	591	697	772	896
PODER EXECUTIVO	6.32	6.70	6.76	7.64	8.04	9.49	10.3	11.4	13.5	15.9
PODER JUDICIÁRIO	913	1.05	1.08	1.27	1.32	1.51	1.60	1.67	1.79	2.08
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	206	217	203	214	218	236	264	281	310	359
TRIBUNAL DE CONTAS	116	133	132	145	154	168	184	214	245	282
MINISTÉRIO PÚBLICO	361	401	410	424	456	498	533	602	647	723
Total	17.5	19.0	19.5	23.1	23.6	28.7	30.1	33.2	37.7	42.7

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: No demonstrativo não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual.

A Tabela 11 demonstra o percentual da despesa empenhada, em relação à RCL, por Poderes e Órgãos.

Tabela 11:
Demonstrativo de Gasto Total em Relação à RCL, por Poderes e Órgãos do Estado

Poderes e Órgãos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
APOSENTADORIAS	25,0	25,6	26,8	24,4	25,9	24,6	25,5	26,7	27,5	29,0
PENSÕES	7,5	7,8	8,0	7,0	7,5	7,4	7,5	7,6	7,5	7,7
AUTARQUIAS	12,2	12,7	11,0	9,9	11,0	14,2	12,1	12,2	12,4	11,8
FUNDAÇÕES	3,3	3,2	3,0	2,8	2,6	2,8	2,7	2,9	2,9	3,1
PODER EXECUTIVO	51,2	50,4	48,3	45,9	46,3	46,8	47,2	48,3	51,5	55,7
PODER JUDICIÁRIO	7,4	7,9	7,7	7,6	7,6	7,4	7,3	7,1	6,8	7,3
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1,7	1,6	1,5	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3
TRIBUNAL DE CONTAS	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0
MINISTÉRIO PÚBLICO	2,9	3,0	2,9	2,5	2,6	2,5	2,4	2,5	2,5	2,5
Total	112,	113,	110,	102,	105,	107,	106,	109,	113,	119,

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Ressalva-se que, em 2005, as aposentadorias representavam 25,0% da RCL, em 2014, passou para 29,0% da RCL. As pensões gastavam 7,5% da RCL, em 2005, passaram a gastar 7,7% da RCL, em 2014. É importante mencionar o fato de que, na gestão 2007-2010, o Poder Judiciário, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas e o Ministério Público tiveram seus orçamentos ajustados em face da realidade financeira do Estado.

A Tabela adiante mostra a despesa empenhada em relação à RCL, entre 2005 e 2014, por Poderes e Órgãos, tendo como base 100 o ano de 2005. No período, as aposentadorias, o Tribunal de Contas e as pensões tiveram seus gastos acima da variação da RCL. Em 2014, o

Poder Executivo apresentou forte aumento de gasto, por conta do aumento das rubricas de pessoal, custeio e investimento.

Tabela 12:
Demonstrativo de Gasto Total em Relação à RCL, por Poderes e Órgãos - Ano 2005 como base 100

Poderes e Órgãos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
APOSENTADORIAS	100	102,	107,	97,6	103,	98,3	102,	106,	110,	115,
PENSÕES	100	104, ⁴ ₈	106, ¹ ₈	93,5	100, ² ₀	98,8	100, ⁿ ₄	102, ⁷ ₁	100, ⁿ ₆	103, ⁸ ₁
AUTARQUIAS	100	104, ₂	90,3	81,6	90,2	117, ₁	99,4	100, ₄	101, ₇	96,7
FUNDAÇÕES	100	95,7	88,8	82,7	77,1	85,1	81,0	88,4	88,0	94,0
PODER EXECUTIVO	100	98,3	94,4	89,6	90,4	91,3	92,2	94,3	100, ₅	108, ₇
PODER JUDICIÁRIO	100	107,	104,	103,	103,	100,	98,9	95,8	92,0	98,6
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	100	97, ⁹	87, ¹	77, ²	75, ³	69, ⁸	72,3	71,2	70,5	75,2
TRIBUNAL DE	100	106,	100,	92,5	94,4	88,4	89,2	96,0	98,8	104,
MINISTÉRIO PÚBLICO	100	103, ₈	100, ₈	87,1	89,7	83,8	83,0	86,8	83,8	86,4
Total	100,0	101,	98,2	91,2	94,1	96,1	95,2	97,6	100,	106,

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

II - O Grupo "Pessoal e Encargos Sociais"

Entre 2000 e 2014, sob o ponto de vista quantitativo, a Tabela abaixo mostra que, após 15 anos, as matrículas totais do Estado (ativos, inativos e de pensionistas) cresceram 7,8%, enquanto a população gaúcha cresceu 6,9%. Em 2000, os ativos representavam 52,3% do total das matrículas e 1,9% da população gaúcha; em 2014, 49,6% do total e 1,8% da população.

Tabela 13:
Matrículas dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas

Órgãos	Matrículas	2000	2014	2014 - 2000	% 2014 / 2000
Administração Direta	Ativos	165.180	163.751	-1.429	-0,9
	Inativos	108.417	146.661	38.244	35,3
	Pensionistas	1.927	961	-966	-50,1
	Total	275.524	311.373	35.849	13,0
Fundações	Ativos	4.943	6.105	1.162	23,5
	Inativos	0	7	7	-
	Total	4.943	6.112	1.169	23,6
Autarquias	Ativos	4.305	3.717	-588	-13,7
	Inativos	6.277	4.888	-1.389	-22,1
	Pensionistas	53.992	45.921	-8.071	-14,9
	Total	64.574	54.526	-10.048	-15,6
Sociedades de Economia Mista	Ativos	18.636	23.646	5.010	26,9
	Inativos	5.200	1.948	-3.252	-62,5
	Pensionistas	157	178	21	13,4
	Total	23.993	25.772	1.779	7,4
GERAL	Ativos	193.064	197.219	4.155	2,2
	Inativos	119.894	153.504	33.610	28,0
	Pensionistas	56.076	47.060	-9.016	-16,1
	Total	369.034	397.783	28.749	7,8
População do Estado do RS		10.187.798	10.895.000	707.202	6,9
% de Matrículas sobre a População do RS		3,6	3,7		
% de Ativos sobre a População do RS		1,9	1,8		

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Note-se, ainda, que, entre 2000 e 2014, o quadro de inativos teve acréscimo de 33.610 matrículas (média de 2.241 matrículas líquidas por ano), um aumento de 28,0%. Ressalva-se que, a partir de

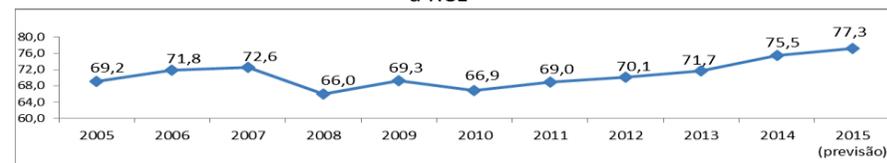
2009, em média, foram para a inatividade 3.500 matrículas líquidas ao ano. Em 2013, pela primeira vez, os vínculos dos inativos e de pensionistas ultrapassaram os do pessoal ativo.

Cabe destacar que a Secretaria da Educação, em 2014, possuía cadastradas 99.564 matrículas ativas, de um total de 149.137 do Poder Executivo, ou seja, 2/3 do total das matrículas ativas. Já a Secretaria da Segurança Pública possui 35.801 matrículas ativas.

Observadas em conjunto, Educação e Segurança aglutinam 90,8% das matrículas ativas do Poder Executivo (135.365 matrículas), 88,5% das matrículas inativas (125.643 matrículas) e 89,7% do total das matrículas ativas e inativas (261.008 matrículas). Em termos de valores, os dois órgãos consomem, em média, 80% do gasto com a remuneração do Poder Executivo.

Gráfico 10:

Despesas Consolidadas com o Grupo de Pessoal e Encargos Sociais em Relação à RCL



Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: O crescimento do grupo de Pessoal em relação à RCL, previsto para 2015, acima da variação de 2014, baseia-se na atual estrutura de gastos, motivado pelo forte contingenciamento no custeio e nos investimentos.

Sob o ângulo das despesas empenhadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, em relação à RCL, entre os anos de 2005 e

2014, verifica-se que há um comportamento crescente de participação. Em 2005, gastava-se 69,2% da RCL; já em 2014, o gasto foi majorado para 75,5% da RCL. É importante salientar o fato de que somente o grupo Pessoal e Encargos Sociais consome 3/4 (três quartos) de toda a Receita Corrente Líquida. A previsão para 2015 é passar de 77% da RCL.

Tabela 14:

Demonstrativo de Gastos com o Grupo Pessoal e Encargos Sociais - R\$ milhões										
Poderes e Órgãos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
APOSENTADORIA	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335	7.266	8.298
PENSÕES	921	1041	1115	1161	1297	1497	1642	1806	1980	2202
AUTARQUIAS	306	384	248	281	342	387	501	595	637	633
FUNDAÇÕES	244	275	271	295	297	352	376	449	480	588
PODER EXECUTIVO	2717	3001	3283	3540	3904	4511	4995	5260	6182	7277
PODER JUDICIÁRIO	724	840	879	990	1008	1075	1181	1259	1367	1466
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	149	162	154	172	174	190	217	234	250	300
TRIBUNAL DE CONTAS	102	119	120	134	143	150	169	194	223	252
MINISTÉRIO PÚBLICO	288	322	337	359	389	425	457	483	536	594
Total Pessoal e Encargos Sociais	8,5	9,6	10,2	11,0	12,1	13,6	15,1	16,6	18,9	21,6
% Total da Despesa / RCL	69,2	71,8	72,6	66,0	69,3	66,9	69,0	70,1	71,7	75,5

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela 14 mostra os gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, efetuados por Poderes e Órgãos do Estado, entre os anos de 2005 e 2014, em valores nominais.

Denota-se que, no período, a despesa total passou de R\$ 8,5 bilhões para R\$ 21,6 bilhões, aumento de R\$ 13,1 bilhões, enquanto que a Receita Corrente Líquida cresceu R\$ 16,3 bilhões. Ou seja, de uma receita corrente líquida incremental de R\$ 16,3 bilhões, o grupo de Pessoal e Encargos Sociais tomou R\$ 13,1 bilhões, em torno de 80,0% da RCL do período.

A Tabela 15 a seguir mostra a evolução do gasto com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, entre 2005 e 2014, em relação à variação da RCL, tomando-se o ano de 2005 como base 100.

No período, os gastos cresceram 9,1 pontos percentuais em relação à variação da RCL. Desconsiderando os gastos com aposentadorias e pensões, o Poder Executivo, as Fundações e o Tribunal de Contas tiveram crescimento de suas despesas acima da variação da Receita Corrente Líquida.

Para fins de transparência, é importante ressaltar os níveis de salários dos Poderes e Órgãos da Administração Direta do Estado. Tomando-se a folha de pagamento do mês de dezembro de 2014, a média salarial dos servidores ativos era de R\$ 4.585, a dos inativos e pensionistas era de R\$ 4.687. Verifica-se que a média salarial da totalidade dos vínculos dos Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública é quatro vezes maior do que a do Poder Executivo (R\$ 15.827 contra R\$ 3.958).

Tabela 15:

Demonstrativo do gasto com Pessoal e Encargos Sociais em relação à RCL - Ano de 2005 base 100

Poderes e Órgãos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
APOSENTADORIA	100,0	102,4	107,1	97,6	103,3	98,3	102,0	106,7	110,0	115,8
PENSÕES	100,0	104,8	106,8	93,5	100,0	98,8	100,4	102,1	100,6	103,1
AUTARQUIAS	100,0	116,5	71,6	68,2	79,4	77,1	92,3	101,4	97,6	89,3
FUNDAÇÕES	100,0	104,8	98,0	89,8	86,5	87,8	86,8	96,1	92,2	104,1
PODER EXECUTIVO	100,0	102,5	106,6	96,6	102,0	101,0	103,5	100,8	106,5	115,5
PODER JUDICIÁRIO	100,0	107,6	107,1	101,4	98,8	90,3	91,8	90,6	88,3	87,3
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	100,0	101,0	91,3	86,0	83,0	77,8	82,3	82,1	78,6	87,0
TRIBUNAL DE CONTAS	100,0	108,0	103,7	97,6	99,6	89,6	93,4	99,4	102,6	106,8
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	104,0	103,5	92,6	96,1	89,9	89,4	87,5	87,2	89,1
Total	100,0	103,8	105,0	95,5	100,2	96,7	99,8	101,3	103,7	109,1

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela seguinte mostra uma correlação entre a arrecadação de ICMS líquido e a despesa com o grupo Pessoal e Encargos Sociais. Em 2005, o ICMS líquido pagava a totalidade dos gastos com pessoal; já em 2014, foi necessário o aporte de R\$ 2,2 bilhões. Entre 2005 e 2014 (10 anos), a arrecadação do ICMS líquido cresceu 127%; já as despesas do grupo de Pessoal cresceram 153%.

Tabela 16:

Correlação entre o ICMS Líquido e o Grupo de Pessoal e Encargos Sociais
R\$ milhões

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Gasto Pessoal e Encargos Sociais	8.542	9.557	10.157	11.001	12.049	13.583	15.134	16.616	18.920	21.611
Total arrecadado	11.38	11.81	12.25	14.82	15.08	17.89	19.50	21.37	24.06	25.85
(-) Transferências aos Municípios	2.846	2.953	3.065	3.706	3.772	4.473	4.876	5.345	6.015	6.464
(=) ICMS líquido	8.537	8.860	9.194	11.119	11.315	13.420	14.627	16.034	18.046	19.391
ICMS Líquido - Gasto Pessoal (R\$)	-5	-697	-963	118	-734	-163	-507	-582	-874	2.220
ICMS Líquido / Gasto Pessoal	99,9	92,7	90,5	101,1	93,9	98,8	96,6	96,5	95,4	89,7

Fonte de dados brutos: Boletim de Pessoal da Secretaria da Fazenda do RS.

III - O Grupo "Outras Despesas Correntes"

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado, os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Pública, as transferências constitucionais e legais aos municípios e a gestão plena do SUS.

A Tabela 17 traz os valores empenhados a título de Outras Despesas Correntes por Poderes e Órgãos, entre 2005 e 2014.

Tabela 17:

Demonstrativo do Gasto com Outras Despesas Correntes, por Poderes e Órgãos

Poderes e Órgãos	R\$ milhões									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
DISTRIBUIÇÃO MUNICÍPIOS	3.317	3.474	3.639	4.361	4.630	5.360	5.867	6.404	7.125	7.669
GESTÃO PLENA DO SUS	412	454	478	578	698	771	825	874	762	905
AUTARQUIAS	932	962	1.113	1.185	1.324	1.470	1.760	1.903	2.235	2.415
FUNDAÇÕES	142	128	119	123	128	176	183	210	230	267
PODER EXECUTIVO	1.679	1.742	1.541	1.823	1.771	2.202	2.367	2.907	3.693	4.300
PODER JUDICIÁRIO	120	143	138	162	191	216	238	252	295	351
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	55	52	47	41	43	42	44	45	56	55
TRIBUNAL DE CONTAS	12	12	11	10	11	12	13	15	18	22
MINISTÉRIO PÚBLICO	35	38	49	45	55	56	64	98	86	93
Total	6.703	7.004	7.136	8.328	8.851	10.30	11.36	12.70	14.50	16.07

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A próxima Tabela mostra os gastos com Outras Despesas Correntes por Poderes e Órgãos, entre 2005 e 2014, em relação à Receita Corrente Líquida, tomando-se o ano de 2005 como base 100, já excluídas da conta as transferências constitucionais e legais aos municípios.

Tabela 18:

Demonstrativo do Gasto com Outras Despesas Correntes em Relação à RCL - Ano de 2005 base 100

Poderes e Órgãos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
AUTARQUIAS	100,0	95,8	105,4	94,3	100,9	96,0	106,4	106,4	112,2	111,8
FUNDAÇÕES	100,0	83,4	74,2	64,2	64,0	75,4	72,7	77,0	76,1	81,1
PODER EXECUTIVO	100,0	96,3	81,0	80,5	74,9	79,8	79,4	90,2	102,9	110,5
PODER JUDICIÁRIO	100,0	110,2	101,7	99,9	112,7	109,1	111,6	109,2	115,0	126,0
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	100,0	88,1	76,8	55,9	55,4	47,3	45,6	43,1	48,3	43,4
TRIBUNAL DE CONTAS	100,0	94,1	83,3	61,1	64,7	62,9	64,0	68,5	73,6	83,2
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	102,5	124,3	95,0	112,4	97,8	103,7	147,0	115,5	115,6
Total	100,0	96,0	89,6	84,5	84,1	85,4	88,4	95,1	104,1	108,8

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Constata-se que, em 2014 em relação a 2005, os gastos com manutenção e custeio foram 8,8 pontos percentuais acima da variação da RCL. As Autarquias, os Poderes Executivo e Judiciário e o Ministério Público tiveram aumento superior à variação da RCL. A Assembleia Legislativa foi o Órgão que mais economizou recursos com o custeio, da mesma forma em pessoal e em investimentos.

IV - O Grupo "Investimentos Amplos"

A crise estrutural das finanças públicas teve reflexo direto sobre a capacidade de investimento do Estado.

A Tabela 19 mostra os investimentos dos vários governos desde o de Triches até Tarso Genro. O Governo Triches investiu 29,7% da RCL. Já os governos mais recentes de Germano Rigotto, Yeda Crusius e Tarso Genro investiram, em média, respectivamente, 6,0%, 5,4% e 5,5% da Receita Corrente Líquida e 0,5%, 0,4% e 0,5% do PIB gaúcho.

Tabela 19:

Investimentos Amplos por Governo em Relação à RCL e ao PIB Gaúcho – Em %

Especificação	Triches	Guazelli	Amaral	Jair	Simon	Collares	Britto	Olívio	Rigotto	Yeda	Tarso
Invest./ RCL	29,7	29,1	27,6	19,1	20,5	13,1	16,7	10,6	6,0	5,4	5,5
Invest./ PIB	1,9	1,6	1,4	1,0	1,3	1,0	1,5	0,7	0,5	0,4	0,5

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

A Tabela 20 demonstra os investimentos efetivados anualmente, em relação à RCL, entre 2005 e 2014. A média do período é de 5,2% da RCL. O percentual de investimento realizado em 2010, de 9,5% da RCL, muito acima da média anual, deve-se à utilização de R\$ 670,6 milhões no Programa Construção de Malha Rodoviária, com

recursos do Fundo de Equilíbrio Previdenciário (FE-PREV - Lei nº 13.328/09), originados da venda de parte das ações do BANRISUL.

Ressalta-se que, no período de mandato do Governo Tarso Genro (2011-2014), apesar de contrair R\$ 3,9 bilhões em operações de crédito, não conseguiu aumentar significativamente o nível de investimentos do Estado, permanecendo no patamar de 5,5% da RCL.

Tabela 20:

Investimentos Amplos Empenhados em Relação à RCL – em Valores Nominais
R\$ milhões

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
INVESTIMENTOS AMPLOS	615	664	401	661	662	1.937	1.105	1.223	1.429	1.775
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12,3	13,3	14,0	16,7	17,4	20,3	21,9	23,7	26,4	28,6
% Invest. / RCL	5,0	5,0	2,9	4,0	3,8	9,5	5,0	5,2	5,4	6,2

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS.

A Tabela 21 mostra o gasto com os Investimentos Amplos, por Poderes e Órgãos, entre 2005 e 2014, em relação à variação da RCL, tendo o ano de 2005 como base 100. No período, constata-se que houve aumento de 24,4% na participação relativa, em função de que 2005 foi um ano em que houve contingenciamento de gastos em investimentos.

Tabela 21:
Demonstrativo do Gasto com Investimentos Amplos em Relação à RCL - Ano de 2005 como base 100

Poderes e Órgãos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
AUTARQUIAS	100,0	120,4	58,9	52,2	64,7	235,4	74,5	69,2	61,8	46,5
FUNDAÇÕES	100,0	75,8	80,6	118,3	61,1	115,8	72,5	79,5	118,8	72,9
PODER EXECUTIVO	100,0	80,1	45,4	100,8	86,0	176,8	136,8	154,4	184,7	225,2
PODER JUDICIÁRIO	100,0	95,9	83,9	130,3	129,9	195,9	150,8	127,7	90,1	169,9
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	100,0	129,1	60,7	17,2	48,0	88,7	55,7	35,3	71,8	63,6
TRIBUNAL DE CONTAS	100,0	90,4	54,3	29,6	21,4	163,3	32,3	82,6	62,2	127,9
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	97,4	54,1	39,0	21,9	25,8	17,2	27,8	30,7	39,6
Total	100,0	100,2	57,5	79,6	76,4	191,5	101,1	103,5	108,7	124,4

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

V - O Grupo "Serviço da Dívida Pública"

Entre 1971 e 2014, a dívida contratual interna e externa da Administração Direta cresceu 28,9 vezes, em valores reais pelo IGP-DI.

Constata-se que, a partir do Governo Britto até o Governo Yeda, a dívida manteve-se praticamente estável. Já a partir do Governo Tarso, a dívida voltou a subir, em função de novas contratações de operações de crédito, no montante de R\$ 3,9 bilhões conforme demonstrado na tabela 22.

Em 1995, o estoque total da dívida contratual interna e externa representava 14,4% do PIB, alcançando o patamar máximo de 23,3%,

em 2002. Em 2014, a equação recuou para 16,5% do PIB como pode ser observado no Gráfico 11.

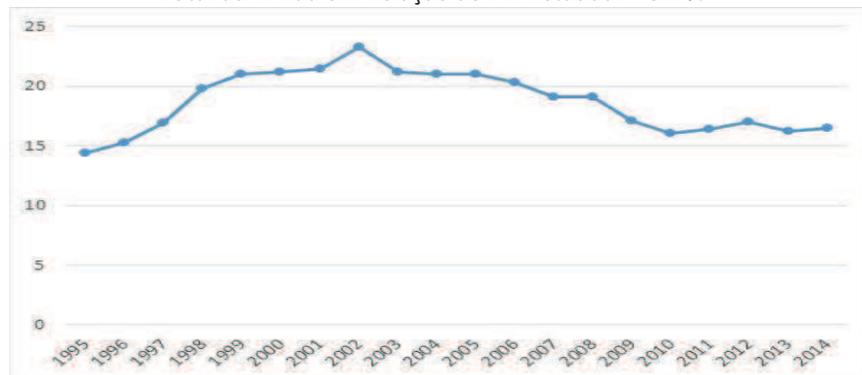
Tabela 22:
Estoque da Dívida Pública Consolidada Interna e Externa (Fundada e Flutuante) -Administração Direta

R\$ milhões				
Governos	Final de Governo	Estoque Dívida IGP-DI (31/dez/2014)	Referência	Varição
Peracchi	1971	1.897	1,0	-
Triches	1974	5.403	2,8	184,8
Guazelli	1978	7.351	3,9	36,1
Amaral	1982	13.163	6,9	79,1
Jair	1986	18.276	9,6	38,8
Simon	1990	18.300	9,6	0,1
Collares	1994	22.593	11,9	23,5
Britto (1)	1998	50.222	26,5	122,3
Olívio	2002	50.091	26,4	-0,3
Rigotto	2006	51.012	26,9	1,8
Yeda Crusius (2)	2010	50.507	26,6	-1,0
Tarso Genro (3)	2014	54.795	28,9	8,5

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Incluiu-se a operação original do PROES, da Fundação BANRISUL (R\$ 700 milhões) e da Caixa Econômica Estadual (R\$ 1.679 milhões), realizada em 1998. Esses valores atualizados pelo IGP-DI até 31/dez/14 atingem R\$ 9,637 bilhões. Incluíram-se também as operações de empréstimo feitas junto ao Banco Mundial, em 2008 e 2010, respectivamente, de R\$ 1,19 bilhão e R\$ 787 milhões, contratadas para substituir a dívida extralimite junto à União. Esses valores passaram a fazer parte da dívida externa.

Gráfico 11:
Total da Dívida em Relação ao PIB Estadual – em %



Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota 1: Os PIBs de 2013 e 2014 são estimativas preliminares da FEE/RS, sujeito à alteração.

A Tabela 23 mostra os valores empenhados para o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortização da dívida), entre 2005 e 2014. Em 2005, foram comprometidos 13,9% da RCL. Já em 2014, a participação diminuiu para 11,4% da RCL. No período, dependeu-se com o serviço da dívida, em média, 12,0% da RCL.

Se o volume total da dívida consolidada líquida, ao final de 2014, perto de R\$ 60 bilhões, já atesta a gravidade do endividamento do Estado, não menos importante é a quantidade significativa de desembolso mensal despendido para o pagamento da amortização, juros e encargos. Entre 2005 e 2014, foram empenhados R\$ 22,9 bilhões, em valores nominais. Nesse mesmo período, foram investidos R\$ 10,5 bilhões, ou seja, a cada R\$ 1,00 de investimento, R\$ 2,19 são apropriados à dívida.

Tabela 23:
Valores Empenhados com o Serviço da Dívida em Relação à RCL

Especificação	R\$ milhões									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
SERVIÇO	1.714	1.775	1.830	1.991	2.112	2.169	2.504	2.686	2.895	3.269
DÍVIDA										
RECEITA	12.34	13.31	13.99	16.65	17.38	20.29	21.92	23.71	26.38	28.63
% Serviço da Dívida / RCL	13,9	13,3	13,1	11,9	12,1	10,7	11,4	11,3	11,0	11,4

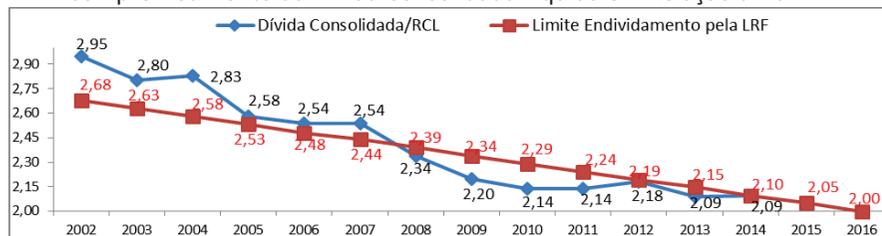
Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Não constam os valores pagos em contrapartida às contratações das operações de crédito com o Banco Mundial, de R\$ 1,192 bilhão (2008), e de R\$ 786,8 milhões (2010), visto que objetivou mudar o perfil de parte da dívida extralimite.

O Gráfico 12 faz menção à Dívida Consolidada Líquida, entre 2002 e 2014, em relação à Receita Corrente Líquida. Até 2016, obrigatoriamente, o Estado do Rio Grande do Sul deverá se enquadrar no limite máximo de endividamento de 2,0 vezes a RCL, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em 2002, a dívida comprometia 2,95 vezes a RCL. Em 2008, o Estado enquadrou-se no limite de endividamento proposto pela LRF, de 2,39 vezes a RCL. Ao final de 2014, a relação Dívida Consolidada Líquida era de 2,09 vezes a RCL, enquanto que o limite de endividamento era de 2,10 vezes a RCL.

Gráfico 12:

Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em Relação à RCL



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Anexo 2, da LRF, art. 55, I, alínea "b", da Secretaria da Fazenda do RS.

O Estado aceitou os termos contratuais de pagar para a União o equivalente a 13% da Receita Líquida Real (RLR) sobre a dívida intralimite. A RLR corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se as transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), as receitas de operações de crédito, as receitas da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS.

A dívida com a União constitui um sério problema estrutural para as finanças estaduais. Em tese, com a aprovação da Lei Complementar Federal nº 148/2014, o novo método de atualização por ela introduzido poderá beneficiar tanto no curto como longo prazo. No curto prazo, poderá abrir espaço para novas operações de crédito; no longo prazo, poderá reduzir, significativamente, o estoque da dívida, quando no final do contrato, em 2028. Contudo, a referida Lei ainda pende de regulamentação. Além disso, destaca-se que a alteração dos indexadores aprovada pela LC nº 148/2014 não tem impacto no pagamento do serviço da dívida anual, em outras palavras, o

Estado do Rio Grande do Sul continuará destinando os mesmos 13% de sua Receita Líquida Real para o pagamento dos juros e amortização.

VI - O Déficit Previdenciário do Sistema de Repartição Simples

No sistema de repartição simples, os recursos das contribuições dos servidores são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões. O Estado contribui com a parte patronal, na antiga proporção de 2 x 1. Como esses recursos são insuficientes, o caixa do Tesouro suplementa o valor faltante, o que resulta no chamado déficit previdenciário. Desde 2000, os vencimentos dos aposentados e pensionistas são maiores do que os despendidos com o salário do pessoal ativo.

Em 2000, o Estado (Administração Direta, Fundações e Autarquias) possuía 345.041 matrículas, sendo 174.428 ativas contra 170.613 matrículas de aposentados e pensionistas. Ao final de 2014, havia 372.011 matrículas, sendo 173.573 ativas contra 198.438 vínculos de aposentados e pensionistas. Entre 2000 e 2014, enquanto que os ativos tiveram um decréscimo de 855 matrículas, o quantitativo dos inativos e pensionistas tiveram um crescimento líquido de 27.825 vínculos, em média, 1.855 novas matrículas líquidas anuais.

A principal variável de desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está justamente no sistema de repartição simples. Ao longo do tempo, o Estado não buscou formas de financiar os futuros aposentados e pensionistas, visto que as contribuições dos atuais ativos e da parte patronal são insuficientes para seu custeio.

A Tabela 24 mostra o déficit previdenciário nominal. Em 2005, foi de R\$ 2,6 bilhões; em 2014, alcançou R\$ 6,5 bilhões.

Tabela 24:
Déficit Previdenciário – Em Valores Nominais Empenhados

Especificação	R\$ milhões									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Gasto com proventos de Aposentadorias e Reformas	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335	7.266	8.298
Gasto com proventos de Pensões	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642	1.806	1.980	2.202
Total Gasto com Aposentadorias e Pensões (A)	4.013	4.454	4.866	5.229	5.793	6.493	7.238	8.141	9.246	10500
Contribuição Regime Próprio Previdenciário	476	544	608	614	657	715	856	861	1.109	1.344
Contribuição Patronal (2 x Contribuição Pessoal)	951	1.088	1.216	1.228	1.315	1.430	1.713	1.722	2.218	2.688
Total Contribuições = Pessoal + Patronal (B)	1.427	1.631	1.824	1.842	1.972	2.145	2.569	2.583	3.326	4.031
Déficit Previdenciário = (B - A)	-2.585	-2.822	-3.042	-3.387	-3.821	-4.347	-4.669	-5.558	-5.919	-6.469
% Contribuições s/Gasto Previdenciário = (B /	35,6	36,6	37,5	35,2	34,0	33,0	35,5	31,7	36,0	38,4

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Elaboração: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional do RS.

Nota: O cálculo do déficit utiliza a paridade patronal e pessoal na proporção 2X1, que ainda é utilizada para a maior parte do funcionalismo estadual. Apenas em 2011, essa paridade foi modificada para 1X1 e ser utilizada para funcionários que ingressaram após essa data.

Em 2005, as contribuições totais ao regime próprio de previdência (pessoal e patronal, esta última na proporção de duas vezes a contribuição pessoal) cobriam 35,6% do gasto previdenciário total; em 2014, a participação cresceu para 38,4%. A melhora ocorrida em

2013 e 2014 foi em decorrência da majoração da contribuição pessoal, que passou de 11,0% para 13,25%.

A criação das Leis Estaduais Complementares nº 13.757 e nº 13.758, de 15/07/2011 é uma tentativa de redução do problema do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Nesse caso, os servidores admitidos a partir de 18/07/2011 estão vinculados ao Sistema de Capitalização e suas contribuições previdenciárias e a contrapartida patronal serão destinadas aos fundos previdenciários capitalizados e não mais contribuirão para pagar os atuais inativos e pensionistas.

Destaca-se que, no médio prazo, o déficit previdenciário estadual caminhará para um pico sem precedente. Tomando-se que os novos servidores estão abrigados no sistema de capitalização, é lógico deduzir que, após a aposentadoria dos servidores com repartição simples – a maioria, entre 15 e 20 anos – o Tesouro estadual não contará mais com as receitas das contribuições dos servidores ativos. Dessa forma, o pagamento será suportado exclusivamente com as contribuições dos inativos e respectiva contrapartida patronal, resultando em um aumento significativo do déficit previdenciário. Contudo, no longuíssimo prazo – entre 25 e 30 anos – serão sentidos os primeiros efeitos positivos, quando o caixa do Tesouro começará a ser menos pressionado.

O Financiamento Público Estadual ao Longo do Tempo

As contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul apresentaram déficits fiscais sucessivos e recorrentes há várias décadas. Esses desequilíbrios foram cobertos pelo endividamento suportado por operações de crédito ou pela emissão de títulos públicos

e, em outras oportunidades, pelo financiamento inflacionário. No período mais recente, recorreu-se às receitas de privatizações, às antecipações tributárias, aos atrasos nos pagamentos de fornecedores, bem como à administração e otimização de recursos financeiros.

Tabela 25:
Principais Formas de Enfrentamento do Déficit Público pelos Diversos Governos

Período	Governo	Enfrentamento do déficit
1971-1974	TRICHES	Endividamento
1975-1978	GUAZELLI	Endividamento
1979-1982	AMARAL	Endividamento e inflação
1983-1986	JAIR	Débitos de tesouraria e inflação
1987-1990	SIMON	Inflação
1991-1994	COLLARES	Inflação
1995-1998	BRITTO	Venda de ativos
1999-2002	OLÍVIO	Saques do caixa único, menor volume de investimentos, venda de ativos, antecipação de impostos, atrasos com fornecedores, não pagamento de precatórios e não pagamento das Leis Britto.
2003-2006	RIGOTTO	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atrasos com fornecedores, não pagamento de precatórios, não pagamento das Leis Britto, antecipação de impostos, menor volume de investimentos, parcelamento do 13º salário junto ao BANRISUL e aumento de tributos.
2007-2010	YEDA CRUSIUS	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, parcelamento de salários mensais, redução do gasto em custeio e em investimento e utilização dos recursos com a venda de ações do BANRISUL.
2011-2014	TARSO GENRO	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, endividamento com recursos de operações de crédito internas e externas.

Fonte: Balanço do Estado do RS (CAGE).

Por meio de Lei sancionada ao final de 2004, com vigência a partir de abril de 2005 até 31 de dezembro de 2006, buscou-se o incremento de receitas, mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos e serviços seletivos (luz, água, telefone e combustível). Houve, também, o parcelamento de salários e o empréstimo para o pagamento do 13º salário dos servidores do Poder Executivo. A partir do Governo Olívio Dutra, foram utilizados recursos disponíveis do caixa único e no Governo Rigotto foi feito uso de depósitos judiciais.

A reestruturação da dívida contratualizada junto à União, ocorrida no final dos anos de 1990, e a entrada em vigência da Lei de Responsabilidade Social, no início dos anos 2000, fizeram com que o Estado não pudesse mais emitir títulos públicos nem contratar novas operações de crédito. Assim, sem outros recursos extraordinários, houve forte crescimento do endividamento de curto prazo, a exemplo do montante a pagar de passivos judiciais, de precatórios, de Requisições de Pequeno Valor e dos saques do caixa único e dos depósitos judiciais.

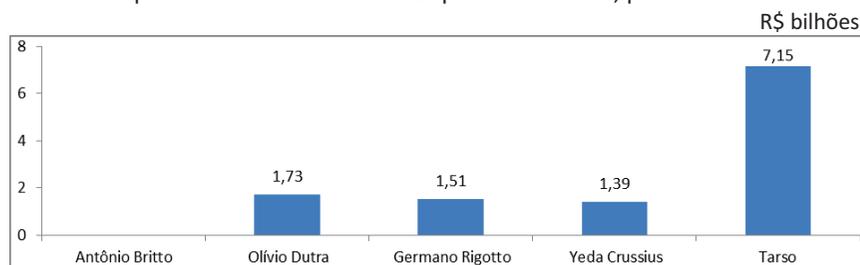
É importante ressaltar o fato de que, apesar do uso de um variado conjunto de fontes extraordinárias de financiamento, como acima se descreveu, não se conseguiu estancar o baixo volume de investimento dos últimos governos.

O Gráfico adiante demonstra os valores sacados do caixa único e dos depósitos judiciais, nos diversos governos. O Governo Olívio Dutra, apesar de ter recebido com uma situação líquida financeira de mais de R\$ 200 milhões (R\$ 750 milhões, atualizados até 31/12/2014 pelo IGP-DI), fez uso total dos recursos existentes do caixa único. Os Governos Riotto e Yeda também lançaram mão dos depósitos judiciais. Por sua vez, o Governo Tarso Genro reduziu a possibilidade de retiradas

dos depósitos judiciais. Ressalva-se novamente o fato de que o custo pelo uso dos depósitos judiciais é alto, o equivalente à taxa SELIC (taxa básica de juros da economia, do Banco Central do Brasil), considerada uma das maiores do mundo.

Gráfico 13:

Saques do Caixa Único e dos Depósitos Judiciais, por Governo



Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

A Evolução dos Resultados Orçamentário, Primário e Financeiro

O resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas. Quando as despesas forem maiores que as receitas, o resultado orçamentário é deficitário. O resultado primário indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, o resultado positivo seria o quanto sobrou do orçamento para pagar o serviço da dívida (juros, encargos e amortização da dívida).

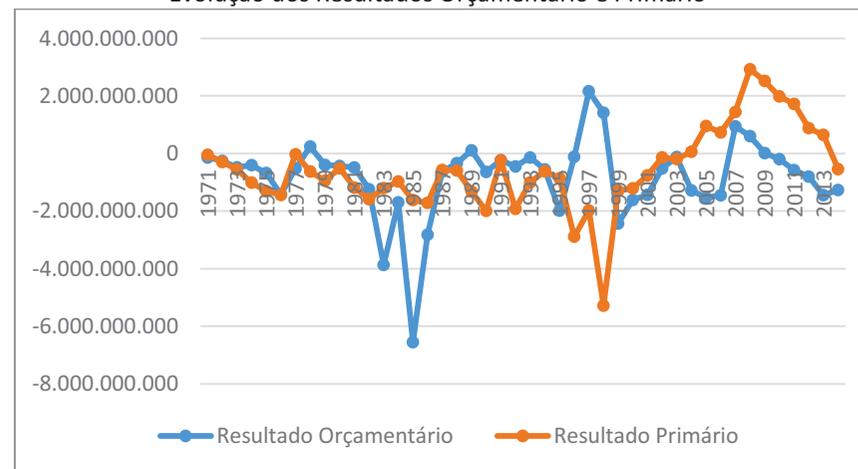
As receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de

crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. As despesas primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzido dos juros, encargos e amortização da dívida interna e externa, da aquisição de títulos de capital integralizado e da concessão de empréstimos.

O Gráfico 14 apresenta os resultados orçamentário e primário, entre os anos de 1971 e 2014, conforme a fórmula atual de cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho.

Gráfico 14:

Evolução dos Resultados Orçamentário e Primário



Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS (CAGE/RS) e Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE/RS).

Nota: Os resultados primário e orçamentário de 2014 estão dispostos em valores nominais. As receitas e despesas estão dispostas pelos seus totais líquidos, sem as transferências intraorçamentárias (dupla contagem contábil).

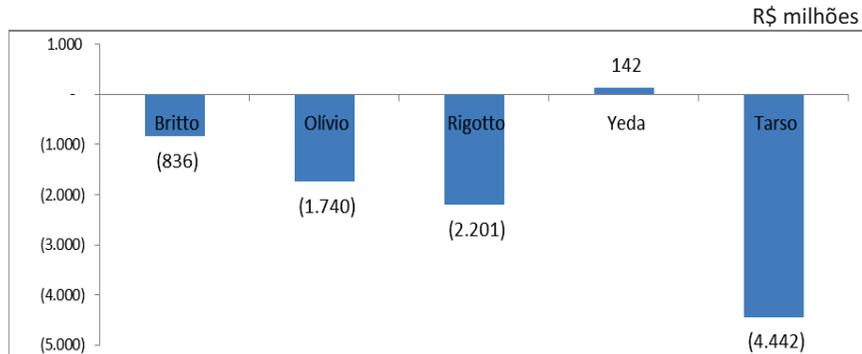
Constata-se a frequência de resultados negativos. Desde 1971 até 2014 (44 anos), somente em 7 anos a arrecadação foi maior do que as despesas empenhadas. Nos demais anos, o Estado se financiou com recursos extraordinários.

Ressalva-se que o resultado primário menor que o orçamentário, que se verifica em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas de operações de crédito ou de alienação de bens (receitas não primárias) para a cobertura de gastos com custeio e investimento (despesas primárias); ainda, às operações de crédito de valor maior do que o pagamento do serviço da dívida.

de R\$ 836 milhões negativos; o Governo Olívio, de R\$ 1,740 bilhão negativo; o Governo Rigotto, de R\$ 2,201 bilhões negativos; e o Governo Tarso, de R\$ 4,442 bilhões negativos. Já o Governo Yeda foi superavitário em R\$ 142 milhões.

Gráfico 15:

Situação Líquida Financeira Ajustada por Governo - Em valores Nominais



Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado.

O Gráfico 15 acima mostra a Situação Líquida Financeira Ajustada pelo Passivo Potencial, por governo, em valores nominais, entre 1998 e 2014. No período, o resultado foi de R\$ 9,077 bilhões negativos. Nota-se que o Governo Britto deixou uma situação financeira

7. CENÁRIO FISCAL PARA O PLANO PLURIANUAL 2016-2019

A Lei do Plano Plurianual 2016-2019, levada à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, foi montada com base nos seguintes parâmetros macroeconômicos:

Tabela 26:

Previsão de PIB e de Inflação, no Período entre 2016 e 2019

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019
PIB REAL	1,3%	1,9%	2,4%	2,5%
INFLAÇÃO (IPCA)	5,6%	4,5%	4,5%	4,5%

Fonte: LDO 2016.

NOTA: Os índices de PIB e IPCA até 2018 foram os mesmos utilizados pela União na LDO 2016. Em 2019, os índices são os projetados pelo Banco Central do Brasil.

O art. 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2016), Lei estadual nº 14.716 de 30 de julho de 2015, determinou para o orçamento de 2016, nos grupos de “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, a mesma dotação fixada na Lei Orçamentária de 2015, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2015, conforme teor adiante transcrito:

Art. 9.º Os Poderes do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para as despesas financiadas com a fonte de recursos Tesouro - Livres classificadas nos grupos de

natureza de despesa 3 - Outras Despesas Correntes,

4 - Investimentos e 5 - Inversões Financeiras, em 2016, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2015, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2015, com essa fonte de recurso.

O art. 30 da LDO 2016 determinou, para o orçamento de 2016, o percentual de 3,0% de acréscimo no grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, em relação às dotações de 30 de abril de 2015, conforme teor adiante transcrito:

Art. 30. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limite na elaboração de suas Propostas Orçamentárias para 2016, para o grupo de natureza da despesa pessoal e encargos sociais, na fonte de recursos Tesouro-Livres, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2015, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais sancionados até 30 de abril de 2015, acrescidos de 3,0% (três inteiros por cento) de correção, considerando incluída nessa correção o crescimento vegetativo e o disposto nos arts. 34 e 35 desta Lei.

Ressalta-se que, para os demais anos do Plano Plurianual (2016-2019), as despesas com pessoal, manutenção e custeio e investimento foram fixadas com crescimento de 4,5% ao ano, ou seja, o mesmo percentual de meta de inflação pelo IPCA, do Banco Central do Brasil.

A Estimativa da Receita Pública para o PPA 2016-2019

A arrecadação do PPA 2016-2019 foi prevista em R\$ 265,2 bilhões, compreendendo a totalidade da receita da Administração Direta, assim como a receita própria das Autarquias e Fundações.

Tabela 27:

Estimativa das Receitas da Administração Pública Consolidada para o PPA 2016-2019 - Em Reais

Especificação	Total
Receitas Correntes	216.342.052.475
Receitas de Capital	5.661.742.268
Receitas Intraorçamentárias (dupla contagem contábil)	43.168.739.822
Receitas totais do PLPPA 2016-2019	265.172.534.565

Fonte: SEPLAN/RS – PPA 2016-2019.

A Tabela a seguir mostra os principais agregados da receita pública. Para os exercícios entre 2016 e 2019, excluindo as receitas intraorçamentárias, de R\$ 43,2 bilhões, estima-se um montante de arrecadação ajustada de R\$ 222,0 bilhões, correspondente a R\$ 216,3 bilhões de receitas correntes e R\$ 5,7 bilhões de receitas de capital.

Tabela 28:

Principais Agregados das Receitas Públicas Consolidadas Estimadas para o PPA 2016-2019 - Em Reais

Especificação	PLPPA 2016-2019
Receitas Correntes	216.342.052.476
Receita Tributária	166.847.592.681
ICMS	136.393.023.890
IPVA	11.485.517.317
IRRF	9.222.169.125
Demais Receitas Tributárias	9.746.882.349
Receita de Contribuições	11.805.960.409
Receita Patrimonial	4.049.399.331
Receita Agropecuária / Industrial / Serviços	1.431.612.904
Transferências Correntes	40.975.448.387
Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	9.093.728.795
Cota-parte do IPI - Estados Exportadores	2.705.946.949
Lei Kandir e Fundo de Auxílio à Exportação	1.036.640.475
Salário Educação	1.729.512.522
Fundo da Educação (Retorno do FUNDEB)	19.745.114.396
Gestão Plena do SUS	4.846.309.445
CIDE e Compensação Financeira Recursos Hídricos	912.148.875
Demais Transferências Correntes	906.046.930
Outras Receitas Correntes	16.093.212.893
ICMS - Dívida Ativa	2.960.776.375
IPVA - Dívida Ativa	431.367.953
Demais "Outras Receitas Correntes"	12.701.068.565
Deduções da Receita Corrente	-24.861.174.129
Receitas de Capital	5.661.742.268
Operações de Crédito	3.488.272.066
Alienação de Bens	51.558.885
Amortização Empréstimos	256.293.454
Transferências de Capital	1.865.617.863
Total das Receitas sem as Transferências Intraorçamentárias	222.003.794.744
(+) Transferências de Receitas Intraorçamentárias (dupla contagem contábil)	43.168.739.821
Total das Receitas com as Transferências Intraorçamentárias	265.172.534.565

Fonte: SEPLAN/RS – PPA 2016-2019.

A Fixação da Despesa Pública para o PPA 2016-2019

A estimativa das despesas dotadas da Administração Pública Consolidada, para a Lei do PPA 2016-2019, foi fixada em R\$ 265,2 bilhões, distribuída conforme Tabela adiante.

Tabela 29:

Despesas Dotadas da Administração Pública Consolidada para o PPA 2016-2019 - Em Reais

Especificação	Total
Despesas Correntes	200.000.018.558
Despesas de Capital	22.003.776.185
Despesas Intraorçamentárias (dupla contagem contábil)	43.168.739.822
Despesas totais do PLPPA 2016-2019	265.172.534.565

Fonte: SEPLAN/RS – PPA 2016-2019.

A Tabela seguinte mostra os principais agregados da despesa pública para os exercícios entre 2016 e 2019. Excluindo-se as despesas intraorçamentárias, de R\$ 43,2 bilhões, prevê-se um gasto total ajustado de R\$ 222,0 bilhões.

Tomando-se as despesas sem a dupla contagem contábil (despesas intraorçamentárias), o gasto com o grupo Pessoal e Encargos Sociais foi fixado em R\$ 110,0 bilhões; o grupo com as Outras Despesas Correntes consumirá R\$ 83,6 bilhões (destacam-se as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, de R\$ 41,7 bilhões); os grupos

do Serviço da Dívida, de R\$ 18,7 bilhões; e os grupos dos Investimentos Amplos, de R\$ 9,7 bilhões.

É importante ressaltar que o gasto médio anual do PPA 2016-2019, de R\$ 55,5 bilhões, corresponde a aproximadamente 13,0% do PIB gaúcho.

Tabela 30:

Principais Agregados da Despesa da Administração Pública Consolidada para o PPA 2016-2019 - Em Reais

Agregados da Despesa Pública	PLPPA 2016-2019
Pessoal e Encargos Sociais	110.015.083.187
Outras Despesas Correntes	83.649.126.759
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	41.653.312.450
Gestão Plena do SUS	4.846.309.445
Demais "Outras Despesas Correntes" - Manutenção e Custeio	37.149.504.864
Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida)	18.666.666.916
Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras)	9.672.917.882
Total das Despesas sem as Transferências Intraorçamentárias	222.003.794.744
(+) Transferência de Despesas Intraorçamentárias (dupla contagem contábil)	43.168.739.821
Total das Despesas com as Transferências Intraorçamentárias	265.172.534.565

Fonte: SEPLAN/RS - PPA 2016-2019.

Os Investimentos das Estatais Gaúchas para o PPA 2016-2019

O orçamento de investimento das empresas públicas estatais, nas quais o Estado do Rio Grande do Sul detém a totalidade do capital social ou a maioria do capital acionário com direito a voto, acompanha o Plano Plurianual 2016-2019 da Administração Pública Estadual Direta, suas Autarquias e Fundações.

A Tabela 31 mostra os investimentos previstos pelas estatais gaúchas, para os exercícios entre 2016 e 2019, de R\$ 5,91 bilhões. Entre as estatais que projetam maiores investimentos estão a CORSAN (R\$ 1,60 bilhão), o BANRISUL (R\$ 1,26 bilhão), a CEEE-D (R\$ 1,07 bilhão), a CRM (R\$ 825,6 milhões), a CEEE-GT (R\$ 570,2 milhões) e SULGÁS (R\$ 350,4 milhões).

Tabela 31:

Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas - PPA 2016-2019 - Em Reais

Empresas Estatais Gaúchas	Investimentos Totais
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. – BANRISUL	1.261.907.328
BANRISUL CARTÕES S/A - BANRISERV	85.360.169
BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS – BAGERGS	15.512.304
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO – BADESUL	36.000.000
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS	350.441.404
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RS - PROCERGS	59.960.000
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D	1.074.244.560
COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT	570.159.295
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO – CRM	825.600.000
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN	1.597.204.615
EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS - EGR	33.000.000
Total dos Investimentos das Estatais - PPA 2016-2019	5.909.389.675

Fonte: SEPLAN/RS - PPA 2016-2019.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

TEXTO DA LEI

LEI Nº 14.755, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.
(publicada do DOE nº 201, de 21 de outubro de 2015)

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso, IV, da Constituição Estadual, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual – PPA, para o período 2016-2019, conforme o disposto no art. 149, §§ 1º e 2º, da Constituição do Estado e na Lei Complementar nº 10.336, de 28 de dezembro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 11.180, de 25 de junho de 1998, no que não contrariar as normas estabelecidas pela União.

Art. 2º Constituem as diretrizes estratégicas da administração pública estadual, direta ou indireta, orientadoras do planejamento plurianual para o período 2016-2019:

- I - gerar novo ciclo de desenvolvimento sustentável;
- II - reforçar e ampliar as garantias dos direitos sociais;

III - prover as condições de infraestrutura necessárias ao pleno desenvolvimento sustentável e regional;

IV - produzir resultados por meio do planejamento e integração das políticas públicas.

Art. 3º O conteúdo do Plano Plurianual 2016-2019 encontra-se explicitado no Anexo Único desta Lei, no qual são apresentados os programas e ações.

Art. 4º Os programas, no âmbito da Administração Pública Estadual, como instrumentos de organização das ações de Governo, ficam restritos àqueles integrantes do Plano Plurianual.

Art. 5º Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de programação do Governo, contendo objetivo, indicadores, ações, produtos e metas. Declaram o resultado a ser alcançado com vistas à solução de problemas ou ao aproveitamento de oportunidades. São apresentados como anexo do Projeto de Lei;

II - Programa Finalístico, aquele que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade e destina-se à solução ou atenuação de problemas da sociedade ou, ainda, ao aproveitamento de oportunidades;

III - Programa de Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado é aquele voltado aos serviços típicos de Estado, ao planejamento, à formulação e gestão de políticas setoriais, à coordenação, à avaliação ou ao controle dos programas finalísticos, resultando em bens ou serviços ofertados ao próprio Estado.

IV - Programa de Política de Crédito, o programa destinado a expressar as operações das instituições de crédito do Estado, caracterizado por não comportar programação de dispêndio e por conter metas quantificadas pelo volume de crédito concedido;

V - Programa de Apoio Administrativo, aquele que engloba ações de natureza administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos demais programas, não têm suas despesas passíveis de apropriação àqueles programas;

VI - Ação, o conjunto de operações cujos produtos contribuem para o alcance dos objetivos do programa;

VII - Produto, bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo;

VIII - Meta, quantidade de produto que se deseja atingir em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.

Art. 6º A programação constante do PPA deverá ser financiada pelos recursos oriundos do Tesouro do Estado, das suas autarquias, fundações e empresas estatais, das operações de crédito internas e externas, dos convênios com a União, das transferências obrigatórias e, subsidiariamente, poderá apontar recursos de parcerias com municípios e com a iniciativa privada.

§ 1º Os valores financeiros previstos nesta Lei são referenciais e não se constituem limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais que dela advirão, cujos parâmetros são definidos nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias.

§ 2º Os valores financeiros previstos nesta Lei estão vinculados às ações que constituem os programas do PPA 2016-2019, sendo previstas ações não orçamentárias, às quais não estão associados recursos de natureza financeira.

Art. 7º As metas físicas das ações estabelecidas para o período 2016-2019 se constituem em referências a serem observadas pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

Art. 8º A exclusão ou alteração dos programas constantes desta Lei ou a inclusão de novos programas poderão ser propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão ou lei específica.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá revisar anualmente o Plano Plurianual, encaminhando projeto de lei à Assembleia Legislativa até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual.

Art. 9º O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base no desempenho dos indicadores, no que couber, e da realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.

§ 1º O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito sob a coordenação da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional, por meio do Sistema de Informações do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul - SISPLAG -, conforme o Decreto 52.287 de 11 de março de 2015.



§ 2º O relatório de acompanhamento da execução dos programas do PPA, de que trata o “caput” deste artigo, será enviado pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Estado concomitantemente com o projeto de lei das diretrizes orçamentárias.

§ 3º O relatório mencionado no § 2º também deverá atender ao disposto no art. 12 da Lei Complementar n.º 10.336/94, atualizada pela Lei Complementar n.º 11.180/98.

Art. 10 Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações no Plano Plurianual 2016-2019, visando a transposição, remanejamento ou transferência de programas, ações e valores para os órgãos desmembrados, fundidos, incorporados, transferidos ou criados pela Lei nº 14.733, de 15 de setembro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa e diretrizes do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2015.

JOSÉ IVO SARTORI
Governador do Estado.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

ANEXO



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

PROGRAMAS E AÇÕES



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

PODER EXECUTIVO



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

EIXO ECONÔMICO

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO

OBJETIVO: IMPLEMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS QUE VISEM APOIAR E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO POR MEIO DO COOPERATIVISMO, DA INTERCOOPERAÇÃO, DO ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS, DA COOPERAÇÃO ENTRE EMPRESAS COM COOPERATIVAS, DA AUTOGESTÃO E DO APRENDIZADO COLETIVO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	9.356.380	21.434.076	30.790.456	Número de novas cooperativas	Unidade	2.208	2.248
				Percentual de cooperativas atendidas com Plano de Aprimoramento	Percentual	0	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À GESTÃO, CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA COOPERATIVAS	Em andamento	SDR	Qualificar a gestão para cooperativas, através do acompanhamento e monitoramento de ações por equipes multidisciplinares que atuam em vários setores da cooperativa: produção, comercialização, financeiro e contábil, social, entre outros. Realizar educação cooperativista (associados e direção) por meio de cursos e palestras.	5.123.486	Acompanhamento de ações realizado	unidade	227
					Curso/oficina realizado	unidade	56
					Diagnóstico elaborado	unidade	168
					Plano de aprimoramento implementado	unidade	168
APOIO AO ACESSO AO CRÉDITO E SANEAMENTO DE COOPERATIVAS	Em andamento	SDR	Apoiar o acesso às linhas de crédito específicas para capital de giro, investimento e saneamento financeiro, para operações junto ao Sistema Bancário, bem como garantir, quando possível, operações por meio do Fundo de Aval para Cooperativas Agropecuárias (Lei Estadual nº 13.863/2011).	417.477	Cooperativa beneficiada	unidade	41
					Operação de crédito viabilizada pelo Fundo de Aval para cooperativas agropecuárias	unidade	4
APOIO E FOMENTO A COOPERATIVAS	Nova	SDR	Fomentar a organização formal de novas cooperativas, oportunizando a geração de trabalho e renda com inclusão social, bem como apoiar projetos de estruturação de cooperativas dos ramos agropecuário, trabalho, consumo, crédito, mineração, saúde, transporte, especial/social, produção, habitação, ensino, infraestrutura e turismo e lazer.	23.538.217	Evento realizado	unidade	112
					Projeto de estruturação apoiado	unidade	10
FOMENTO À INTERCOOPERAÇÃO	Nova	SDR	Fomentar a intercooperação através da aproximação das cooperativas e da formação de redes interorganizacionais, visando melhorar o atendimento aos associados e fortalecer o movimento cooperativo, e trabalhando de forma sistêmica. Realizar seminários, envolvendo gestores dos empreendimentos cooperativos, gestores públicos, lideranças do movimento sindical e cooperativo, técnicos das unidades de cooperativismo e escritórios da EMATER. Estabelecer grupos executivos de trabalho para estruturar empreendimentos cooperativos, de forma a atender as demandas da sociedade local e regional. Identificar e definir as vantagens logísticas em cada cenário de intercooperação.	1.711.276	Cooperativa beneficiada	unidade	70
					Evento realizado	unidade	29

PROGRAMA: CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER

OBJETIVO: ESTRUTURAR, FOMENTAR E PROMOVER OS PRODUTOS E DESTINOS TURÍSTICOS GAÚCHOS NOS PRINCIPAIS MERCADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, CONSIDERANDO, ESPECIALMENTE A OPORTUNIDADE DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	14.000.000	0	14.000.000	Atendimentos no Centro Estadual de Atenção ao Turista (CAT) de Cambará do Sul	Índice	1	1,4
				Atendimentos no Centro Estadual de Atenção ao Turista (CAT) de Porto Alegre	Índice	1	1,4
				Atendimentos no Centro Estadual de Atenção ao Turista (CAT) de Uruguaiana	Índice	1	1,4
				Contagem de municípios ofertados pelas principais operadoras turísticas do País	Índice	1	1,474

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS E REGIONAIS PARA O TURISMO - PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO	Em andamento	SETEL	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	1.500.000	Projeto implantado	unidade	15
DESENVOLVIMENTO E MARKETING DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	Em andamento	SETEL	Apoiar o desenvolvimento, formatação e promoção de destinos e produtos turísticos alinhados à demanda e criar estratégias para a oferta dos produtos nos mercados nacional e internacional, contribuindo para a organização, desenvolvimento e fortalecimento da cadeia produtiva do turismo, com foco no turismo de eventos e negócios, turismo rural, turismo cultural e religioso, turismo de estudo e intercâmbio, turismo náutico, ecoturismo e turismo de aventura, enoturismo e turismo paleontológico. Paralelamente, a ação deverá promover e fomentar a inserção dos destinos e produtos turísticos competitivos do Rio Grande do Sul nos principais mercados nacionais e internacionais.	11.500.000	Ação Promocional dos Destinos/Produtos realizada	unidade	92
					Produto Turístico formatado	unidade	16
POTENCIALIZAÇÃO DO TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	Nova	SETEL	Apoiar, fortalecer a criação de novos negócios e captar eventos nacionais e internacionais acima de 2.000 pessoas.	1.000.000	Evento Turístico captado	unidade	24

PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA ESTADUAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO
 OBJETIVO: ASSEGURAR A SANIDADE ANIMAL E VEGETAL, GARANTIR A SEGURANÇA HIGIÊNICO-SANITÁRIA E TECNOLÓGICA DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS FINAIS DESTINADOS AOS CONSUMIDORES ATRAVÉS DA VIGILÂNCIA, DO MONITORAMENTO E DA INSPEÇÃO SANITÁRIA, BEM COMO ASSEGURAR A IDONEIDADE DOS INSUMOS E SERVIÇOS UTILIZADOS NA AGROPECUÁRIA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	128.543.564	22.310.766	150.854.330	Controle digital do uso e comércio de agrotóxicos no RS	Percentual	0	100
				Diagnóstico positivo de doenças de emergência sanitária animal constatada (Manutenção do status sanitário)	unidade	0	0
				Percentual de conformidade das análises de produtos vitivinícolas aos padrões de qualidade no Estado	Percentual	97	97
				Percentual de conformidade das análises de resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal no Estado	Percentual	Não apurado	80
				Percentual de empresas com certificação fitossanitárias auditadas	Percentual	16	30
				Percentual de empresas comerciantes e/ou prestadora de serviço na aplicação de agrotóxicos com registro ativo na Secretaria da Agricultura do RS	Percentual	64,53	90
				Percentual de municípios da Faixa de Fronteira com animais identificados	Percentual	0	50
				Percentual de propriedades com certificação fitossanitárias auditadas	Percentual	15	20
				Percentual de propriedades georreferenciadas	Percentual	63	100
				Percentual de vacinação assistida para Febre Aftosa	Percentual	Não apurado	10
				Solicitação de adesão de estabelecimentos registrados na DIPOA ao SISBI	Estabelecimentos rurais	18	80
				Solicitação de adesão de municípios ao SUSAF com apresentação de documentação apta	Municípios	28	100
				Usuários com acesso externo ao Sistema de Defesa Agropecuária	Usuários	13.958	50.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	Nova	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário. Melhorar as condições sanitárias dos rebanhos do RS e manter as condições sanitárias existentes com objetivo de aumentar produtividade, renda e valorização do produto através do acesso a mercados exigentes, realizando georreferenciamento de propriedades e identificação individual de animais. Atender demanda com educação sanitária animal, incremento das atividades de fiscalização de trânsito e em propriedades, monitoramento da condição sanitária dos animais e incremento das atividades de vigilância sanitária. Implantar novos módulos, visando ampliar a abrangência do Sistema de Defesa Agropecuário (SDA). Realizar inquéritos epidemiológico. Promover a indenização pelo abate sanitário e sacrifício de animais atingidos pela febre aftosa, tuberculose, brucelose e peste suína clássica e outras doenças infecto-contagiosas. Adquirir vacinas para imunização do rebanho do RS.	84.541.819	Animal identificado	unidade	5.773.487
					Atividade educativa realizada	unidade	1.200
					Barreira sanitária executada	unidade	6.000
					Capacitação realizada	unidade	24
					Enfermidade monitorada	unidade	4
					Material educativo disponibilizado	unidade	600.000
					Propriedade fiscalizada	unidade	46.000
					Propriedade georreferenciada	unidade	170.000

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Econômico

Programa	Estado	Projeto	Descrição	Valor	Item	Unidade	Valor					
DEFESA SANITÁRIA VEGETAL	Em andamento	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário e evitar a introdução de novas pragas e atuar na erradicação e controle da disseminação das presentes, através das ações de fiscalização, vigilância epidemiológica, certificação sanitária e apoio laboratorial para a realização de diagnósticos e exames. Promover a qualidade e a idoneidade dos insumos e dos serviços agropecuários, através da fiscalização de estabelecimentos, prestadoras de serviços e propriedades rurais. Atender demanda com educação sanitária vegetal.	34.136.000	Barreira fitossanitária executada	unidade	8.400					
					Capacitação realizada	unidade	40					
					Estabelecimento de comércio de insumos agrícolas fiscalizado	unidade	1.670					
					Exame de laboratório de análise de resíduos de agrotóxicos realizado	unidade	924					
					Inspeção realizada	unidade	3.240					
					Módulo de Emissão de PTV Digital no SDA desenvolvido	%	100					
					Permissão de trânsito emitida	unidade	295.600					
					Propriedade com certificação fiscalizada	unidade	440					
					Propriedade rural fiscalizada no uso de agrotóxico	unidade	2.335					
					Sistema Integrado de Gestão de Agrotóxicos (SIGA) implantado	%	100					
					Treinamento e capacitação de servidores realizada	unidade	36					
					Unidade consolidadora fiscalizada	unidade	85					
					INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	Nova	SEAPI	Criar grupo interinstitucional (SEAP, FAMURS, SDR, FETAG e EMATER) para a elaboração de estratégias, visando a conscientização e incentivo de gestores municipais e empresários quanto à adesão aos SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial, Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) e ao SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal). Identificar servidores e capacitação dos mesmos para atuação como auditores do SISBI-SUSAF, buscando agilizar o atendimento às solicitações de adesão. Realizar auditorias orientativas e de inclusão ao sistema SISBI-SUSAF nos serviços de inspeção municipal e estabelecimentos aptos documentalmente. Capacitar servidores estaduais para padronização de procedimentos, buscando a equivalência ao SIF (Serviço de Inspeção Federal) e, por conseguinte, a adesão ao SISBI.	16.963.527	Auditor SISBI-SUSAF capacitado	unidade	72
										Auditoria realizada em relação à quantidade de solicitações de adesão aptas	%	100
Reunião interinstitucional SISBI-SUSAF realizada	unidade	8										
Servidor estadual capacitado	%	100										
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	Em andamento	SEAPI	Promover a qualidade dos produtos de origem vegetal, da matéria prima ao produto final, através de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal.	15.212.984	Análise laboratorial de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	2.340					
					Análise laboratorial de vinhos e derivados da uva e do vinho realizada	unidade	1.200					
					Coleta de produtos vegetais para análise de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	2.340					
					Coleta de vinificação realizada	unidade	1.200					
					Estabelecimento de comércio de vinhos e derivados da uva fiscalizado	unidade	540					
					Estabelecimento produtor de vinhos e derivados da uva e do vinho fiscalizado	unidade	2.764					
					Módulo de inspeção de produtos de origem vegetal no Sistema de Defesa Agropecuária (SDA) desenvolvido	%	100					
					Treinamento e capacitação de servidores realizada	unidade	16					
					Veículo transportador de vinhos e derivados da uva e vinho fiscalizado	unidade	480					

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO

OBJETIVO: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS, INCENTIVANDO A DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUTOS E A QUALIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA MÃO DE OBRA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	203.789.929	21.118.927	224.908.856	Área irrigada implantada	Hectare	68.000	128.000
				Municípios beneficiados com ações de Boas Práticas de Conservação e Manejo do Solo	Unidade	0	75
				Percentual de municípios atendidos por ações de fomento	Percentual	74,4	80
				Produtividade da lavoura de arroz	kg/ha	7.780	8.100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO E ARTICULAÇÃO PARA A GESTÃO E QUALIFICAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS	Nova	SEAPI	Apoiar iniciativas para o desenvolvimento de cadeias produtivas de base agropecuária e qualificar a produção agrícola e pecuária gaúcha. Identificar oportunidades de desenvolvimento das cadeias produtivas por meio de definições de ações prioritárias de interesse para o agronegócio gaúcho e o seu relacionamento com mercados interno e externo, podendo assim contribuir para a formulação de políticas públicas. Incentivar a diversificação com a introdução de culturas na entre safra do tabaco. Apoiar e incentivar o desenvolvimento das cadeias produtivas do leite e da suinocultura, entre outras, nas pequenas propriedades rurais, visando a geração de emprego e renda, bem como a fixação do homem no campo.	18.629.962	Cadeia produtiva apoiada	unidade	9
					Cadeia produtiva beneficiada	unidade	6
					Demandas atendidas	%	80
					Estudo e diagnóstico de cadeia produtiva realizado	unidade	3
					Evento de capacitação realizado	unidade	349
					Material técnico-informativo disponibilizado	unidade	28
					Reunião realizada para a coordenação de processos de gestão	unidade	160
ARMAZENAGEM DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA GAÚCHA	Em andamento	CESA	Promover a política de armazenagem oficial do Estado do RS, prestando serviços especializados em armazenagem e beneficiamento de grãos, recebendo produtos de lavoura e preparando-os para a guarda por longos períodos, tanto para agricultores como para cooperativas e iniciativa privada. Armazenar os estoques oficiais e executar os programas sociais do Governo Federal, como Milho Balcão e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, ambos voltados para a agricultura familiar. Realizar a armazenagem de produtos perecíveis e deterioráveis como carnes, frutas, hortaliças e medicamentos. Os procedimentos tarifários e técnicos implicam o balizamento da política tarifárias e de procedimentos técnicos.	13.400.000	Média de produto a frio armazenado	t	27.900
					Média de produto a granel armazenado	t	546.300
BOAS PRÁTICAS PARA O SOLO	Nova	SEAPI	Apoiar a agricultura gaúcha, estimulando a produção e a agregação de renda através de práticas de conservação, manejo e educação para conservação e boa utilização dos solos. Beneficiar produtores com o fornecimento de calcário, fósforo e potássio. Implantar unidades de referências (microbacias hidrográficas, hortas escolares e ABC), visando a disseminação do conhecimento conservacionista e preservacionista do solo e da agricultura de baixo carbono.	22.119.841	Agricultor beneficiado	unidade	2.000
					Capacitação de servidor realizada	unidade	11
					Capacitação externa realizada	unidade	45
					Contrato de financiamento para adoção de tecnologias de produção sustentável gerado	unidade	1.150
					Unidade referência implantada	unidade	24
					Valor total financiado (ABC)	R\$	320.000.000
CENTRO DE EXCELÊNCIA	Nova	IRGA	Construir e implantar o Centro de Excelência, incluindo três prédios: administração, auditório e biblioteca. Realizar eventos técnicos, curso e treinamentos de capacitação para técnicos de nível médio e superior, produtores rurais, trabalhadores rurais, industrialistas, ambientalistas, nutricionistas, donas de casa e jovens com ligação ao setor agropecuário. Os eventos corresponderão aos Dias de Campo na Estação Experimental e congressos, reuniões de seminários técnicos.	3.268.000	Evento realizado	unidade	48
					Mobiliário e equipamento adquirido	%	100
					Obra concluída	%	100
					Pessoa capacitada	unidade	1.200
					Público capacitado em evento técnico	unidade	2.000
					Treinamento e curso realizado	unidade	24
CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS DE ACESSO	Nova	SEAPI	Conservar e recuperar as vias de acesso à propriedades rurais.	3.955.690			

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Econômico

					Via de acesso conservada ou recuperada	km	300
INCENTIVO AO CONSUMO DO ARROZ	Nova	IRGA	Pesquisar os aspectos dos hábitos alimentares da população brasileira; desenvolver processos de adaptação do arroz gaúcho às demandas da população brasileira; pesquisar as características nutricionais do arroz gaúcho, bem como identificar os seus atributos funcionais; divulgar os benefícios do consumo do arroz à saúde humana; fomentar a inclusão da farinha de arroz na merenda escolar.	44.861.076	Ação de divulgação junto à comunidade geral realizada	unidade	100
					Curso com merendeira e nutricionista realizado	unidade	48
					Evento técnico apoiado	unidade	12
					Palestra técnica a formador de opinião realizada	unidade	135
					Publicação científica realizada	unidade	12
MAIS ÁGUA, MAIS RENDA	Em andamento	SEAPI	Incentivar a utilização de reservação da água nas propriedades rurais, através do reembolso de percentuais variáveis (conforme linha de crédito contratada) da primeira e da última parcela de financiamento para projetos de irrigação; realizar reciclagem técnica, estudo de viabilidade técnico ambiental de projetos, divulgação do Programa, encontro técnico, participação de eventos e vistorias técnicas.	19.311.374	Produtor atendido	unidade	2.000
ORIZICULTURA E SUSTENTABILIDADE	Em andamento	IRGA	Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em terras baixas e para planejamento e gestão da atividade rural; realizar prestação de serviços e executar a certificação dos campos de produção e sementes de arroz; implantar sistemas de suporte à política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas públicas; analisar solo e água; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de granizo; apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.	85.430.964	Ação de fomento à adequação ambiental das lavouras e das propriedades rurais realizada (Selo Ambiental)	unidade	28
					Agricultor acompanhado no sistema de produção de arroz orgânico	unidade	100
					Agricultor e colaborador na atividade rural capacitado	unidade	1.900
					Área atingida por queda de granizo vistoriada	ha	8.000
					Coleta de amostras de solos, água e sementes para análise laboratorial realizada	unidade	34.500
					Dia de campo regional realizado	unidade	90
					Evento técnico para difusão de tecnologia promovido	unidade	160
					Lavoura demonstrativa para difusão da tecnologia realizada	unidade	146
					Produtor assistido pela ATER	unidade	4.500
					Roteiro técnico realizado	unidade	254
					Unidade demonstrativa implantada	unidade	111
					Vistoria realizada em campos para produção de semente certificada	ha	60.000
QUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES ASSIS BRASIL	Em andamento	SEAPI	Qualificar a infraestrutura do Parque Assis Brasil, a fim de proporcionar melhores condições para a realização de outras feiras e eventos, bem como para a captação de novas formas de usos.	13.229.103	Evento apoiado	unidade	4
					Feira (Expointer) realizada	unidade	4
					Pavilhão da agricultura familiar construído	%	100
					Visitante recebido na Expointer	unidade	2.000.000
QUALIFICAÇÃO DOS PARQUES EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIOS	Em andamento	SEAPI	Elaborar e divulgar recomendações sobre construção e manutenção de estruturas para manejo, alojamento e exposição de animais, incluindo pistas de provas, espaço para leilões, embarque e desembarque. Modernizar as estruturas dos parques de exposições para que possam oferecer condições de conforto e segurança para visitantes, produtores, expositores e animais. Articular, junto aos governos federal e estadual, alternativas para captação de recursos para investimento nos projetos de revitalização dos parques. Articular, junto a instituições financeiras, e possibilidade de abertura de linha de crédito de investimento com período de carência e taxa de juros adequados às necessidades das prefeituras, associações e sindicatos contratantes.	488.937	Parque beneficiado	unidade	40

SECAGEM E ARMAZENAGEM DE GRÃOS EM PROPRIEDADES RURAIS - RS MAIS GRÃOS	Em andamento	SEAPI	Incentivar a construção de silos secadores e armazenadores nas propriedades rurais; realizar cursos e treinamentos com vistas a capacitação e conscientização da importância e vantagens do armazenamento na propriedade.	213.909	Curso de capacitação de produtores realizado	unidade	16
					Curso de capacitação de técnicos realizado	unidade	8
					Grão armazenado	t	80.000
					Silo secador armazenador construído	unidade	350

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER
 OBJETIVO: CRIAR CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO CONSOLIDANDO O SETOR COMO UM GRANDE CATALIZADOR PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RS, COM VISTAS AO FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO E A AMPLIAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA, PRINCIPALMENTE NAS REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS, COMO ESTRATÉGIA PARA MAIOR EQUIDADE SOCIAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	26.170.997	6.518.287	32.689.284	Empresas atuantes nas atividades características do turismo	Índice	1	1,26
				Participação do Setor de Turismo no PIB	Índice	1	1,143
				Pessoas empregadas nas atividades características do turismo	Índice	1	1,3
				Pessoas qualificadas no programa de qualificação de gestores públicos	Unidade	0	472
				Prestadores de serviços turísticos cadastrados no CADASTUR	Índice	1	1,4

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CADASTRAMENTO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS TURÍSTICOS	Em andamento	SETEL	Executar o Programa de Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos, do Ministério do Turismo como função delegada.	1.790.000	Empresa prestadora de serviços turísticos cadastrada	unidade	2.268
CONSÓRCIO TURÍSTICO RMPA - PRODETUR RS	Em andamento	SETEL	Viabilizar o Consórcio Turístico Metropolitano e de investimentos para a infraestrutura básica e turística, visando atender empreendedores turísticos, comunidade local, gestores públicos e instâncias de governança na Região, para consolidar o turismo de negócios e eventos como segmento-força do ordenamento turístico da RMPA.	610.000	Projeto implementado	%	100
INFORMAÇÕES, ESTUDOS E ESTATÍSTICAS DO TURISMO NO RS	Nova	SETEL	Produzir, sistematizar e monitorar informações que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos gaúchos; realizar estudos de Índice de Competitividade Turística dos destinos gaúchos, consolidar dados estatísticos, visando subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo; contribuir com o incremento de turistas no Estado, divulgando a informação turística e contribuir para a tomada de decisão de investimentos, disponibilizando informações inclusive sobre fontes de financiamento e linhas de crédito.	2.550.000	Estudo de competitividade realizado	unidade	52
					Observatório do Turismo estruturado	unidade	1
					Pesquisa de demanda turística realizada	unidade	2
					Pesquisa de dimensionamento do setor de eventos realizada	unidade	1
					Pesquisa temática realizada	unidade	6
					Seminário do Observatório realizado	unidade	4
					Sistema Estadual de Informações criado e implementado	unidade	1
INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS PARA O BEM RECEBER	Em andamento	SETEL	Articular e apoiar as regiões turísticas na implementação e melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, incluindo a implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística, instalação e revitalização de Centros de Atenção Turística para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional, aquisição de equipamentos, revitalização de áreas turísticas, bem como acessos a atrativos turísticos.	12.189.284	Acesso à atrativos turísticos pavimentado	unidade	4
					Atendente dos CAT e Batalhão de Polícia Turística capacitado	unidade	100
					Centro de Atenção ao Turista implementado	unidade	9
					Centro de Atenção ao Turista temporário (Verão) implementado	unidade	40
					Sinalização Turística instalada	unidade	1.800
PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO	Em andamento	SETEL	O Programa visa fortalecer as governanças, promover a articulação e integração regionais, estruturar e consolidar destinos e produtos turísticos competitivos nas regiões, com benefícios aos empreendedores, comunidades locais, gestores públicos municipais, bem como ampliar e diversificar a oferta turística por meio da estruturação e qualificação de produtos, segmentação e posicionamento de destinos e produtos no mercado turístico. Compete ao Programa de Regionalização articular projetos transversais com outros órgãos do Estado, principalmente Cultura, Educação e Meio Ambiente, visando a qualificação e promoção do Turismo cultural e ecológico e programas de educação turística nas escolas.	12.700.000	Conferência Estadual do Turismo realizada	unidade	2
					Gestor público capacitado	unidade	500
					Governança regional apoiada	unidade	25
					Projeto de revitalização/posicionamento de mercado de produtos turísticos	unidade	8
					ícones do RS nas regiões menos desenvolvidas implementado		
					Projeto de segmentação do ecoturismo implementado	unidade	1

					Projeto de segmentação do turismo cultural desenvolvido	unidade	1
					Projeto de segmentação do turismo da melhor idade desenvolvido	unidade	1
					Projeto de segmentação do turismo de aventura implementado	unidade	1
					Projeto de segmentação do turismo religioso implementado	unidade	1
					Projeto de segmentação MICE implementado	unidade	1
					Projeto de segmentação turismo paleontológico implementado	unidade	2
					Projeto de Turismo Gastronômico dando visibilidade às cadeias produtivas agropecuárias e à agroindústria familiar desenvolvido	unidade	1
					Projetos de segmentação do turismo rural implementado	unidade	1
					Salão Gaúcho do Turismo realizado	unidade	2
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPRESARIAL DO TURISMO	Em andamento	SETEL	Qualificar profissionais e empresários ligados direta e indiretamente ao Turismo, incluindo a produção associada à atividade turística, nos seus diversos níveis, desde a gestão até a operação. Criar e implementar programa de qualificação ao quadro técnico do turismo visando a atualização profissional e à melhoria dos serviços prestados à sociedade, abrangendo todas as divisões técnicas, de forma continuada.	2.850.000	Banco de profissionais implementado	%	100
					Capacitação continuada da SETEL realizada	unidade	60
					Diagnóstico de empregabilidade realizado	unidade	3
					Gestor/empreendedor qualificado	unidade	400
					Pesquisa de demanda de capacitação realizada	unidade	4
					Profissional qualificado	unidade	1.400

PROGRAMA: DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO, MODERNIZAÇÃO DE SETORES TRADICIONAIS, INDUÇÃO DE NOVAS ECONOMIAS E ALAVANCAGEM DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL Política de crédito
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
OBJETIVO: PROMOVER A DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA DAS CIDADES E REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL, MEDIANTE A IDENTIFICAÇÃO E O APOIO FINANCEIRO A PRODUTORES RURAIS, EMPRESÁRIOS E MUNICÍPIOS COM PROJETOS DE INVESTIMENTOS ASSOCIADOS COM A MODERNIZAÇÃO DE ATIVIDADES TRADICIONAIS NA ECONOMIA GAÚCHA, COM A INDUÇÃO DE NOVAS ECONOMIAS NO SEU PERFIL PRODUTIVO OU COM O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA QUE TANTO DÁ SUPORTE AO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, QUANTO SERVE À POPULAÇÃO RIO-GRANDENSE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
0	0	0	Valor das operações de crédito aprovadas	Reais	1.000.000	1.200.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
FINANCIAMENTOS DE INVESTIMENTOS À AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PÚBLICA MUNICIPAL DO RS	Em andamento	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos públicos municipais.	0	Operação de financiamento aprovada	R\$	319.705.000
FINANCIAMENTOS DE INVESTIMENTOS PARA A AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ECONÔMICA DO RS	Em andamento	BADESUL	Aprovar operações de crédito para os setores de transporte, energia, gás, saneamento, educação, saúde e telecomunicações.	0	Operação de financiamento aprovada	R\$	837.000.116
FINANCIAMENTOS DE INVESTIMENTOS PARA A MODERNIZAÇÃO DE SETORES TRADICIONAIS E A INDUÇÃO DE NOVAS ECONOMIAS EMPRESARIAIS NO RS	Em andamento	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos empresariais.	0	Operação de financiamento aprovada	R\$	1.674.965.934
FINANCIAMENTOS DE INVESTIMENTOS PARA A MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA GAÚCHA	Em andamento	BADESUL	Aprovar operações de crédito para projetos de produtores rurais.	0	Operação de financiamento aprovada	R\$	1.735.540.180

PROGRAMA: FOMENTO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E SOCIAL - ATERS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO
OBJETIVO: FOMENTAR A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, A FORMAÇÃO, A CAPACITAÇÃO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E SOCIAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	613.066.783	25.313.471	638.380.254	Percentual de agricultores familiares e públicos especiais atendidos com ATERS	Percentual	56	56
				Percentual de cursos técnicos e profissionalizantes apoiados	Percentual	Não apurado	100
				Taxa de êxito de gestão e adequação socioeconômica e ambiental dos estabelecimentos rurais	Percentual	Não apurado	50

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE JOVENS, PÚBLICOS ESPECIAIS E AGRICULTORES E PECUARISTAS FAMILIARES OU DE BASE COOPERATIVA	Nova	SDR	Realizar cursos, oficinas, seminários, jornadas de formação e capacitação em desenvolvimento rural, bem como ações relacionadas a gestão de propriedades e empreendimentos e de inovação tecnológica. Realizar qualificação para acesso às políticas públicas para os beneficiários dos Programas e Ações da Secretaria - ações estas que deverão atender jovens rurais, públicos especiais, agricultores e pecuaristas familiares ou de base cooperativa, sendo sua execução de forma direta ou por meio de parcerias com municípios e entidades.	10.643.770	Agricultor e pecuarista familiar ou público especial capacitado	unidade	40.800
					Curso técnico/profissionalizante apoiado ou promovido	unidade	28
					Jovem capacitado	unidade	2.000
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E SOCIAL - ATERS	Em andamento	SDR	Promover assistência técnica e extensão rural e social - ATERS a agricultores e pecuaristas familiares, pescadores artesanais, assentados, comunidades quilombolas e indígenas. Fortalecer o agronegócio e a agricultura familiar, mantendo os serviços de ATERS nos mesmos níveis que vinham sendo prestados.	626.451.028	Agricultor e público especial beneficiado com ATERS continuada	unidade	211.000
					Agricultor e público especial beneficiado com ATERS específica	unidade	2.000
GESTÃO E ADEQUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS	Nova	SDR	Orientar os agricultores através de um plano de gestão e adequação de seu estabelecimento rural elaborado a partir do atual uso e ocupação do solo e índice de sustentabilidade e assim ter-ser a produção agropecuária e proteção ambiental integrando as políticas pública de agropecuária, de meio ambiente e recursos hídricos, socializando técnicas agrosilvopastoris de produção sustentável dentro de uma visão sistêmica do estabelecimento rural.	1.285.456	Estabelecimento rural incentivado	unidade	40.000
					Plano de gestão e adequação implantado	unidade	20.000

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 OBJETIVO: DESENVOLVER AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO ATRAVÉS DO APOIO AO EMPREENDEDORISMO CONVENCIONAL E O DE CUNHO TECNOLÓGICO, DO INCENTIVO A COOPERAÇÃO EMPRESARIAL, DA FACILITAÇÃO PARA A CAPACITAÇÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PARA A COMPETITIVIDADE, DO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, BEM COMO APOIAR A OBTENÇÃO DAS CONDIÇÕES MATERIAIS IMPORTANTES À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	68.795.465	50.756.113	119.551.578	Número de empresas graduadas pela incubação tecnológica	Empresa	2	8
				Número de empresas que participam do programa Redes de Cooperação	Unidade	8.000	8.960
				Número de negócios gerados a partir das ações de apoio ao empreendedorismo	Negócio	Não apurado	100
				Número de problemas de inovação solucionados a partir das ações de apoio à inovação	Número	100	200
				Porcentagem de empresas com acesso à rede de ofertas local	Porcentagem	0	30
				Quantidade de ações de desenvolvimento de setores da economia do RS	Unidade	12	18
				Quantidade de ações de empreendedorismo e inovação do projeto Desafio RS	Unidade	0	14
				Quantidade de empresas beneficiadas com ações coletivas nos APLs	Número	1.007	4.207
				Quantidade de projetos de apoio a Incubadoras Tecnológicas	Unidade	22	41
				Quantidade de projetos de apoio aos Parques Tecnológicos	Unidade	31	50
				Quantidade de projetos de apoio aos Polos Tecnológicos via edital	Unidade	89	143

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À INDÚSTRIA CRIATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Em andamento	SDECT	Apoiar projetos com foco na Ciência e Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, voltados a setores da Indústria Criativa.	4.789.550	Projeto apoiado	unidade	26
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE SETORES DA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL	Em andamento	AGDI	Promover o desenvolvimento dos setores produtivos do Rio Grande do Sul, através da elaboração de estudos e projetos setoriais, da qualificação empresarial, bem como da continuidade às ações voltadas a implantação da film commission (setor audiovisual), que inclui o desenvolvimento de banco de dados e plataforma colaborativa.	2.195.291	Ação Setorial apoiada	unidade	21
					Estudo Setorial elaborado	unidade	20
					Projeto Setorial implantado	unidade	1
APOIO AO EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	Nova	AGDI	Potencializar a conexão de empreendedores e a geração de negócios e inovação aberta, por meio da realização de ações de aproximação de projetos e empresas com investidores, fortalecimento de redes, estímulo à realização de desafios para solução de problemas de inovação e realização de intercâmbio.	3.500.000	Núcleo de empreendedorismo criativo implantado / mantido	unidade	1
					Projeto de intercâmbio implantado / mantido	unidade	7
					Rodada do Projeto Desafio RS implantada / realizada	unidade	7
					Rodada Projeto Capital Inovador realizada	unidade	7
					Projeto de Incubadora Tecnológica apoiado	unidade	60
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO.	Em andamento	SDECT	Apoiar a estruturação de pólos, parques tecnológicos e incubadoras em articulação com universidades, setores produtivos e o poder público em todos os níveis.	39.661.454	Projeto de Parque Tecnológico apoiado	unidade	20
					Projeto de Polo Tecnológico apoiado	unidade	54

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Econômico

FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS) E EXTENSÃO PRODUTIVA E INOVAÇÃO (NEPIS)	Em andamento	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio a projetos prioritários e ações coletivas para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação e à realização de estudo de viabilidade para simbiose industrial e da formação de agendas para execução de ações transversais. Implantar e/ou manter Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação para capacitar pequenas e médias empresas do setor industrial nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações, produção mais limpa e benchmarking. Inclui formação da equipe para gestão e monitoramento do Projeto.	46.701.402	Ação coletiva em APL realizada	unidade	442
					APL com Governança apoiada	unidade	10
					APL com Projeto Prioritário apoiado	unidade	10
					Empresa atendida pela ação do Extensão Produtiva e Inovação	unidade	2.800
					Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação implantado / mantido	unidade	9
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO RS - FOPEMEPE/RS	Em andamento	SDECT	Promover um ambiente de debates e conjugação de esforços entre o governo e o setor privado, para implementação das prerrogativas da Lei Complementar nº123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.	320.000	Fórum FOPEMEPE/RS interiorizado	unidade	28
					Seminário realizado	unidade	9
FUNDO APL	Em andamento	SDECT	Apoiar as ações e projetos do programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais, integrando a Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, de acordo com a Lei nº. 13.840/2011 que cria o FUNDOAPL.	800.000	FUNDOAPL implementado	unidade	1
INCUBADORA TECNOLÓGICA	Em andamento	CIENTEC	Manter e ampliar o apoio logístico às incubadoras da Fundação Cientec (Sede e Campus de Cachoeirinha) e às empresas nelas instaladas, melhorando a infraestrutura e as condições para obterem êxito na inserção no mercado de negócio.	400.000	ITCientec (Cachoeirinha) - Empresa incubada	unidade	3
					ITCientec (Porto Alegre) - Empresa incubada	unidade	10
INSTRUMENTO DE FOMENTO SETORIAL À INOVAÇÃO	Nova	SDECT	Definir e implementar ações de suporte financeiro para iniciativas de inovação em arranjos e cadeias produtivas.	200.000	Plano de fomento setorial elaborado	unidade	11
INTERNACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO COM VISTAS A STARTUPS E JOINT VENTURES	Nova	SDECT	Promover iniciativas para desenho e execução de políticas de desenvolvimento tecnológico e industrial em ações compartilhadas com instituições estrangeiras.	200.000	Plano de fomento setorial implementado	unidade	11
PROGRAMA GAÚCHO DE MICROCRÉDITO	Em andamento	SDECT	Disponibilizar o microcrédito produtivo orientado, que é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de micro e pequeno porte mediante metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica. O FUNAMEP - Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor Rural e a Empresa de Pequeno Porte - destina-se a financiar investimentos fixos e capital de giro, prestar aval e garantia de fiança ou subsidiar os juros de financiamento obtidos em instituições financeiras oficiais às microempresas, microprodutores rurais e empresas de pequeno porte, bem como apoiar programas e projetos que visem o aperfeiçoamento tecnológico e infra-estrutural destes segmentos econômicos.	6.200.000	Contrato sob aval do Fundo Garantidor realizado	unidade	102.500
					Valor financiado sob aval do Fundo Garantidor	R\$	410.000.000
QUALIFICAÇÃO DA REDE DE INCUBADORAS MUNICIPAIS	Nova	SDECT	Fomentar a cultura da inovação de produtos e processos das incubadoras.	200.000	Incubadora apoiada	unidade	85
REDE RIOGRANDENSE DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – REDERIOSUL	Em andamento	SDECT	Apoiar projetos inovadores que integram a REDERIOSUL e que contribuem para a Ciência e Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, voltados aos setores estratégicos, fortalecendo as cadeias produtivas locais.	200.000	Projeto apoiado	unidade	13
REDES DE COOPERAÇÃO	Em andamento	SDECT	Desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas. O projeto foi iniciado no ano 2000, sendo concebido para empreendedores da indústria, comércio e serviços, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados . O Programa Redes de Cooperação foi formalizado através do Decreto nº 42.950 / 2004.	14.183.881	Empresário em rede capacitado	h	9.360
					Nova empresa em rede associada	unidade	960
					Nova Rede implantada	unidade	240
					Rede de Cooperação em desenvolvimento acompanhada	unidade	516

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO

OBJETIVO: FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO RURAL DE FORMA SUSTENTÁVEL, ATRAVÉS DO APOIO À AGRICULTORES E PECUARISTAS FAMILIARES, DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE BASE ECOLÓGICA, POLÍTICAS PARA PERMANÊNCIA DOS JOVENS DO CAMPO, DO TURISMO E ARTESANATO RURAL, DAS POLÍTICAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS, DA DISPONIBILIZAÇÃO DE SEMENTES, DA INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DO MEIO RURAL COMBATENDO À EXTREMA POBREZA, DO FORTALECIMENTO ETNOSSUSTENTÁVEL E SOCIOECONÔMICO DE COMUNIDADES INDÍGENAS, DO FORTALECIMENTO SOCIOECONÔMICO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS, DO APOIO PARA A REGULARIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA, DO APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E FORTALECIMENTO DOS ASSENTAMENTOS, DO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA PISCICULTURA, PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	187.936.717	371.001.752	558.938.469	Percentual de agricultores assentados e reassentados titulados	Percentual	0	19,93
				Percentual de agroindústrias do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) cadastradas	Percentual	10	10
				Percentual de comunidades indígenas e quilombolas atendidas	Percentual	100	100
				Percentual de jovem que recebeu Bolsa Juventude e implementou projeto produtivo	Percentual	0	100
				Percentual de unidades da agricultura familiar, pescadores artesanais, aquicultores e assentados atendidos com projetos produtivos	Percentual	Não apurado	2,53
				Produtor apoiado pelo Programa de Agricultura de Base Ecológica - PABE	Unidade	Não apurado	1.324
				Produtores atendidos pelo Troca-Troca de Sementes	Unidade	110.000	110.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Em andamento	CEASA	Organizar o abastecimento de hortifrutigranjeiros do Estado do Rio Grande do Sul, auxiliando o crescimento dos produtores, atacadistas e varejistas, promovendo uma formação de preços saudável, através da oferta de um centro de oferta e procura, disponibilizando serviços como limpeza, segurança, manutenção, fiscalização de embalagens, classificação e sanidade de produtos, informação de mercado e retorno do ICMS aos municípios, visando a harmonia dos interesses dos clientes, empregados, acionistas e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.	657.474	Alimento comercializado no complexo CEASA/RS	t	580.000
					Alimento distribuído pelo programa assistencial da CEASA/RS	t	12.000
					Usuário beneficiado pelo complexo da CEASA/RS	unidade	20.000
APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA	Em andamento	SDR	Apoiar projetos integrados de sustentabilidade da agricultura familiar e camponesa, voltadas à produção, infraestrutura produtiva, de abastecimento, agroindustrialização e comercialização.	25.208.737	Projeto produtivo apoiado	unidade	100
APOIO À AGROINDÚSTRIA FAMILIAR	Em andamento	SDR	Apoiar as agroindústrias familiares e o artesanato rural. Fomentar a legalização de agroindústrias familiares e de pequeno porte de processamento artesanal no âmbito sanitário, ambiental e fiscal, buscando agregar valor à produção, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional e ao incremento da geração de trabalho e de renda no campo, através do fornecimento de assistência e qualificação técnica, apoio na comercialização e linhas de crédito específicas aos beneficiários do programa. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual, executando a política estadual de agroindústria familiar de acordo com a Lei Estadual 13.921, de 17 de janeiro de 2013, o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) e Dec. 49.341, de 5 de julho de 2012.	33.232.124	Empreendimento legalizado	unidade	900
					Projeto Agroindustrial apoiado	unidade	550
APOIO À COMERCIALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS LOCAIS E REGIONAIS DE ABASTECIMENTO	Nova	SDR	Apoiar feiras e pontos de comercialização dos produtos da agroindústria familiar, do artesanato rural, da agricultura e dos pecuaristas familiares, pescadores artesanais, assentados, comunidades quilombolas e indígenas, visando fortalecer sistemas locais e regionais de abastecimento.	19.985.599	Feira livre e da agroindústria familiar apoiada	unidade	330
					Projeto de abastecimento apoiado	unidade	375

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Econômico

APOIO À PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO	Nova	SDR	Apoiar o desenvolvimento dos projetos produtivos protagonizados pelos jovens, em consonância com suas famílias, preferencialmente por meio da produção de base ecológica e agroindustrialização do excedente de produção, fundamentado no apoio da organização social e produtiva da juventude no meio rural.	23.575.993	Nova Bolsa Juventude Rural concedida	unidade	2.000
					Projeto produtivo apoiado	unidade	1.150
APOIO AO ARTESANATO E AO TURISMO RURAL	Nova	SDR	Promover o turismo e o artesanato rural, apoiando a legalização dos empreendimentos que desenvolvam essas atividades e auxiliando na elaboração e no encaminhamento de projetos de crédito, na legalização ambiental e tributária, na formação técnica dos beneficiários, no apoio à produção (matéria prima e equipamentos), à comercialização, à promoção e na disponibilização de marcas próprias certificando a origem dos seus produtos.	11.174.779	Empreendimento/artesão legalizado	unidade	350
					Projeto de incentivo à produção apoiado	unidade	100
APOIO ÀS POLÍTICAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR	Em andamento	SDR	Apoiar a inserção dos agricultores nos mercados institucionais através do apoio à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de outras formas de compras institucionais, como a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS (Lei nº 13.922/2012).	135.119.051	Agricultor beneficiado pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	unidade	1.880
					Cooperativa fornecedora de alimentos para órgãos públicos por meio do PAA - Modalidade Compra Institucional	unidade	18
					Produto adquirido da agricultura familiar pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	t	13.520
APOIO E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	Nova	SDR	Fomentar e apoiar projetos produtivos da agricultura familiar ou de base cooperativa, que visem desenvolver as cadeias produtivas, aumentando a geração de renda ao produtor, encurtando as cadeias, apoiando iniciativas que diminuam a distância entre produção e consumo, incentivando a produção e diversificação. Apoiar os públicos da agricultura familiar em caso de graves anormalidades climáticas (Lei 11.185/98 e alterações). Operacionalizar eventual adesão ao Fundo Garantia Safra.	17.982.578	Agricultor beneficiado	unidade	2.100
					Projeto produtivo apoiado	unidade	700
APOIO E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO LEITEIRA E DA PECUÁRIA FAMILIAR	Em andamento	SDR	Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e da pecuária de corte nas propriedades de base familiar. Proporcionar a melhoria da produtividade e qualidade do leite, melhoramento genético do rebanho, aumento na disponibilidade de forragem e estruturação das propriedades, através do acesso ao crédito para ações de custeio e investimento, assim como implementar unidades demonstrativas para o aperfeiçoamento e troca de conhecimentos. Estimular a produção pecuária de base ecológica, agregação de valor a subprodutos da pecuária, e apoiar as atividades de rastreabilidade do rebanho gaúcho.	36.801.719	Agricultor e pecuarista familiar beneficiado	unidade	44.000
					Projeto produtivo apoiado	unidade	1.904
APOIO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE BASE ECOLÓGICA	Em andamento	SDR	Fomentar os sistemas agroecológicos e de produção orgânica e a comercialização, valorizando a agrosociobiodiversidade e estimulando a diversificação da produção agrícola, contemplando também as plantas medicinais, aromáticas e condimentares, priorizando mulheres e jovens rurais, por meio de financiamento e outras ações do Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica (Decreto 51.617/2014). Apoiar os sistemas de produção agropecuários que vizam a transição e/ou consolidação agroecológica de unidades produtivas, promovendo a geração de trabalho, renda e a inclusão social, estimulando a segurança e soberania alimentar e nutricional.	8.359.900	Projeto produtivo apoiado	unidade	676
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E FORTALECIMENTO DOS ASSENTAMENTOS	Nova	SDR	Apoio e fortalecimento da infraestrutura básica, produtiva, econômica, social e ambiental dos assentamentos da Reforma Agrária e articulação de parceria com o INCRA para a aquisição de áreas para assentamentos de sem-terra. Operacionalizar as ações do FUNTERRA (art. 188 Constituição Estadual e Lei 7.916/84 e alterações).	108.791.299	Estrada recuperada e/ou construída	km	4.000
					Família assentada	unidade	500
					Família beneficiada com kit de produção sustentável (Estruturação Produtiva)	unidade	1.000
					Ponte recuperada e/ou construída	m	200
				Projeto produtivo apoiado	unidade	20	

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Econômico

					Sistema de abastecimento d' água implantada	unidade	63
DESENVOLVIMENTO E APOIO SOCIOECONÔMICO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS	Nova	SDR	Apoiar empreendimentos coletivos para a geração de renda e incentivar projetos produtivos em comunidades quilombolas.	7.602.597	Comunidade quilombola beneficiada	unidade	20
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA	Nova	SDR	Apoiar a pesca artesanal e a aquicultura e promover a popularização do consumo de peixe no Rio Grande do Sul, através de iniciativas de apoio à comercialização e do incremento da produtividade e da produção sustentável de pescado.	16.027.725	Apoio a produção e a comercialização de produtos da pesca artesanal e da aquicultura realizado	unidade	200
					Evento de divulgação das ações de pesca e aquicultura realizado	unidade	11
					Unidade de referência tecnológica implantada	unidade	60
					Viveiro para piscicultura construído	unidade	1.320
FORTELECIMENTO ETNOSUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE COMUNIDADES INDÍGENAS	Nova	SDR	Apoiar a elaboração de planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas em áreas estaduais; elaborar e executar projetos produtivos das comunidades indígenas, visando garantir a segurança alimentar, o fortalecimento da produção e o apoio a agroindustrialização e comercialização do excedente; implementar ações de manejo e recuperação de solos degradados; incentivar a implantação e manutenção de pontos de venda de artesanato e participação em feiras.	10.417.285	Comunidade indígena atendida	unidade	115
					Plano de gestão territorial e ambiental elaborado	unidade	7
INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA NO MEIO RURAL - COMBATE À EXTREMA POBREZA	Em andamento	SDR	Combater a pobreza extrema no meio rural do RS, através da inclusão social e produtiva de agricultores familiares, comunidades quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e assentados da Reforma Agrária.	36.457.909	Família beneficiada	unidade	2.500
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO E CAPACITAÇÃO NA CEASA/RS	Nova	CEASA	Modernizar a gestão, com a meta de aumentar a captação de receitas, controles mais eficientes dos processos e redução dos custos das operações que ocorrem na administração do complexo. Realizar diagnóstico mercadológico do setor de pesquisas de mercado e assinatura de um convênio com a Secretária da Fazenda e Famurgs.	200.000	Diagnóstico/pesquisa realizada	%	20
QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RS - CEASA/RS	Nova	CEASA	Qualificar as áreas do complexo da CEASA/RS, com recuperações urgentes na infraestrutura de mais de 45 anos de existência. Executar projetos para: recuperação asfáltica, hidráulica e desassoreamento do canal, aprovação do PPCI e suas derivações, novas instalações elétricas nos pavilhões, construção da cerca leste, cobertura do telhado do setor B-1, TAC -Ajuste ambiental para tratamento do esgoto, revitalização de poços artesanais e instalação de estruturas para reaproveitamento das águas das chuvas nas cabeceiras dos pavilhões, reestruturação do sistema de informática, redem internet e fibra ótica e implantação do sistema de sinalização de trânsito.	1.450.000	Infraestrutura qualificada	%	26
REGULARIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA	Nova	SDR	Trabalhar para a legalização das propriedades através da regularização fundiária de áreas ocupadas por agricultores familiares e públicos especiais que não possuem concessão de uso e transferência de título de propriedade (titulação) das áreas do Estado onde estão produzindo, assim como a indenização de famílias desalojadas de áreas indígenas e de barragem (reassentados).	19.971.111	Agricultor desalojado de áreas indígenas e de barragem indenizado	unidade	125
					Área devoluta concedida	ha	30.000
					Área geocadastrada, georreferenciada e certificada	unidade	60.000
					Titulação de propriedade concedida à agricultor desalojado de área indígena e barragem	unidade	739
					Título de propriedade transferido à assentados da Reforma Agrária em condições de emancipação	unidade	55
TROCA-TROCA DE SEMENTES	Em andamento	SDR	Disponibilizar aos agricultores o acesso a sementes de qualidade, visando o aumento da produção e produtividade.	45.922.589	Saca de Semente disponibilizada	unidade	250.000

PROGRAMA: PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO
 OBJETIVO: FORTALECER E AMPLIAR A PESQUISA AGROPECUÁRIA, A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	70.209.280	9.510.717	79.719.997	Participação das cultivares do IRGA na lavoura do RS	Percentual	29	42
				Publicação de resultados de pesquisa	Publicações/ano	40	65

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
COMUNICAÇÃO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA DESENVOLVIDA NA FEPAGRO	Nova	FEPAGRO	Fortalecer a imagem da Fepagro junto a produtores rurais e instituições de ensino e pesquisa; melhorar a comunicação institucional com setores ligados ao setor agropecuário e com a sociedade em geral, através da publicação do Balanço Social da FEPAGRO e dos resultados gerados pela pesquisa na forma de Boletins Técnicos, Circular Técnica e Revista Pesquisa Agropecuária Gaúcha.	147.471	Balanço social da FEPAGRO elaborado e publicado	unidade	4
					Boletim técnico, circular técnica e Revista PAG publicado	unidade	24
					Participação em feira agropecuária efetuada	unidade	12
					Seminário técnico de divulgação de resultado de pesquisa realizado	unidade	8
DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Alinhar ações para focar na missão da FEPAGRO de desenvolver atividades de pesquisa e experimentação relacionadas com o setor agropecuário gaúcho; incentivar a produção científica através de programas institucionais e de capacitação de recursos humanos; estabelecer parceria com a UERGS e com as demais instituições de ensino e pesquisa; estabelecer linhas prioritárias de pesquisa; fortalecer e criar grupos de pesquisa; readequar o sistema dos programas de pesquisa da FEPAGRO; promover e implementar novas tecnologias e prestar serviços para aumentar a sustentabilidade das cadeias produtivas e do agronegócio do Rio Grande do Sul.	10.910.732	Aluno de pós-graduação matriculado	unidade	48
					Análise de solo, semente e inoculante realizada	unidade	9.500
					Edital interno para financiamento de projetos de pesquisa implementado	unidade	4
					Ensaio científico realizado	unidade	100
					Exame laboratorial veterinário realizado	unidade	160.000
					Projeto de pesquisa com foco no setor agropecuário implementado	unidade	50
					OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DA PESQUISA NA FEPAGRO	Nova	FEPAGRO
OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DOS CENTROS DE PESQUISA DA FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Viabilizar a construção, reforma, adequação, manutenção de benfeitorias, bem como a aquisição de máquinas, implementos e equipamentos é considerada estratégica. A Fepagro conta com 20 Centros de Pesquisa distribuídos no Estado e, para atender sua missão institucional de desenvolver pesquisa agropecuária e gerar conhecimentos e tecnologias, as condições de infraestrutura necessitam de ajustes e atualizações.	1.789.240	Manual de procedimentos para desenvolvimento e submissão de projetos elaborado	unidade	1
					Sistema informatizado de comunicação entre as unidades da FEPAGRO elaborado	unidade	1
					Equipamento de informática e laboratório adquirido	unidade	170
					Máquina e implemento agrícola adquirido	unidade	25
OTIMIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE LABORATORIAL DE DIAGNÓSTICOS NA FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Gerenciar a qualidade dos processos laboratoriais e apoiar a sanidade agropecuária, através da implantação de sistema de gerenciamento da qualidade, software para o gerenciamento do processamento de amostras, programa de relacionamento com o cliente, credenciamento de laboratórios e capacitação de responsáveis técnicos.	1.236.409	Projeto de obra civil de construção e reforma realizada	unidade	10
					Rede de energia elétrica e/ou hidrossanitária implantada/recuperada	unidade	4
					Diagnóstico laboratorial credenciado	unidade	15
					Servidor vinculado ao sistema de gestão da qualidade de laboratório capacitado	unidade	40
					Sistema de gestão da qualidade implantado	unidade	12

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Econômico

PESQUISA PARA ORIZICULTURA	Em andamento	IRGA	Gerar tecnologia, modernizar e qualificar as estruturas e infra-estruturas de pesquisa agrícola nas áreas de arroz do RS; desenvolver e avaliar cultivares e sistemas de produção de arroz; produzir sementes; controlar a qualidade das sementes genética e básica(cultivares do IRGA), produzidas no sistema cooperantes; monitorar a qualidade das sementes utilizadas no Estado; monitorar a qualidade da água e do solo e a biodiversidade da lavoura; realizar pesquisa sobre arroz para todos os sistemas de produção.	64.658.923	Amostra de semente analisada nos	unidade	26.500				
							Laboratórios do IRGA				
					Amostra de solo, água e grãos	unidade	26.500				
					Cultivar de arroz desenvolvido	unidade	4				
					Ensaio científico realizado	unidade	620				
					Palestra técnica para difusão de tecnologia realizada	unidade	285				
					Publicação científica realizada	unidade	200				
					Semente genética e básica das cultivares IRGA produzida	t	2.180				
				<hr/>							
				PROJETO DE PESQUISA MAIS ÁGUA	Em andamento	FEPAGRO	Contribuir para o aumento da disponibilidade e melhoria da qualidade da água, através da avaliação de práticas adequadas de manejo de solo e de resíduos de suínos, do monitoramento das condições meteorológicas e processos hidrológicos, integrados a uma análise socioeconômica, em diferentes sistemas agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul.	369.856	Ensaio de manejo de cultivo na	unidade	40
			qualidade do solo realizado								
	Estação de monitoramento para água instalada	unidade	3								
	Estação de monitoramento para solo instalada	unidade	8								
	Estação meteorológica instalada	unidade	17								
	Metodologia para o manejo de dejetos suínos desenvolvida	unidade	8								

PROGRAMA: PROGRAMA BANRISUL DE CONTROLADAS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA FAZENDA
 OBJETIVO: AMPLIAR OS SERVIÇOS E ATENDIMENTOS OFERECIDOS, PELA MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ARMAZENAGEM, DO DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES DE MEIOS DE PAGAMENTO, DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ATRAVÉS DE CONSÓRCIOS E ATUAÇÃO NO MERCADO DE CAPITAIS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	0	0	0	Disponibilização de Local para armazenamento	Índice	1	1,06
				Estabelecimentos Credenciados na rede de adquirência Vero	Índice	1	2,47
				Obtenção de Receita de Corretagem	Índice	1	1,39
				Volume de concessão de Cartas Crédito	Índice	1	1,31

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO	Em andamento	BAC	Administrar cotas de consórcios (cotas ativas multiplicadas pelo valor do bem).	0	Carta de consórcio vendida	R\$	1.987.200.000
CRENCIAMENTO À VERO DE NOVOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	Em andamento	BC	Prospectar novos clientes por meio da equipe de vendas especializada e da rede de agências do Banrisul.	0	Estabelecimento comercial credenciado	unidade	420.000
DISPONIBILIZAÇÃO DOS ARMAZÉNS GERAIS E ENTREPÓSITO ADUANEIRO	Em andamento	BAGERGS	Disponibilizar área (em m³) para armazenagem e movimentação de mercadorias para Armazém Geral e Porto Seco (Recinto Alfandegado).	0	Espaço para armazenagem disponibilizado	m3	98.857,28
OBTENÇÃO DE RECEITA DE CORRETAGEM	Em andamento	BCV	Atuar no Mercado de Capitais na intermediação de Títulos e Valores Mobiliários negociados nas Bolsas de Valores.	0	Título e Valor Mobiliário intermediado no mercado	R\$	9.828.961,77

PROGRAMA: PROGRAMA BANRISUL DE CRÉDITO E FOMENTO

Política de crédito

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA FAZENDA
 OBJETIVO: SUPRIR, POR MEIO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, AS NECESSIDADES DE RECURSOS PARA O FINANCIAMENTO DO CONSUMO, DA INCLUSÃO SOCIAL E DA SUSTENTAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	0	0	0	Fluxo de Concessão de Crédito - Linhas Selecionadas	Índice	1	1,18

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CARTÃO BNDES	Em andamento	BANRISUL	Disponibilizar limite rotativo às pequenas e micro empresas com repasses do BNDES.	0	Valor concedido	R\$	1.535.000.000
FINANCIAMENTO À COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	Em andamento	BANRISUL	Financiar com recursos próprios e do BNDES/Finame a comercialização e armazenagem de produtos agropecuários.	0	Valor concedido	R\$	2.669.516.342,25
FINANCIAMENTO AO CUSTEIO AGROPECUÁRIO	Em andamento	BANRISUL	Financiar com recursos próprios do Banrisul o custeio de lavouras, inclusive de tabaco, e criação de animais.	0	Valor concedido	R\$	3.711.454.131,67
FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	Em andamento	BANRISUL	Repassar recursos obtidos do BNDES, para o desenvolvimento econômico, social e urbano do Estado, para pessoas físicas e jurídicas dos setores industrial, comercial, rural e de prestação de serviços.	0	Valor concedido	R\$	2.308.850.000
FINANCIAMENTO AO INVESTIMENTO AGROPECUÁRIO	Em andamento	BANRISUL	Financiar com recursos repassados do BNDES/Finame e próprios a aquisição de animais, máquinas, equipamentos agrícolas, construção de unidades de beneficiamento e infraestrutura nas propriedades.	0	Valor concedido	R\$	1.246.782.285,16
FINANCIAMENTO AO MICROCRÉDITO	Em andamento	BANRISUL	Financiar com recursos do Banrisul pessoas física, micro e pequenas empresas.	0	Valor concedido	R\$	343.263.777
FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO	Em andamento	BANRISUL	Destinar linhas de crédito para suprir a demanda de capital de giro de investimentos em modernização de infraestrutura física e tecnológica das Universidades do Estado.	0	Valor concedido	R\$	1.032.557.535,3
FINANCIAMENTO PARA A SAÚDE	Em andamento	BANRISUL	Atender as necessidades de hospitais públicos e privados, clínicas e laboratórios que prestam atendimentos à saúde.	0	Valor concedido	R\$	426.942.396,1
FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO	Em andamento	BANRISUL	Atender às necessidades de capital das micro, pequenas e médias empresas de todos os segmentos da economia do Estado.	0	Valor concedido	R\$	21.344.236.512,8
FINANCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE CASA PRÓPRIA	Em andamento	BANRISUL	Atender a necessidade de construção e aquisição da casa própria.	0	Valor concedido	R\$	2.880.000.000
FINANCIAMENTO PARA EXPORTAÇÕES	Em andamento	BANRISUL	Atender a necessidade de apoio à produção e à comercialização do segmento através de linhas de crédito específicas.	0	Valor concedido	R\$	2.588.000.000
FINANCIAMENTO PARA PAGAMENTO DE ICMS	Em andamento	BANRISUL	Disponibilizar recursos para pagamento dos tributos.	0	Valor concedido	R\$	152.621.939,8

PROGRAMA: PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 OBJETIVO: CRIAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, CONCRETAS E ANÍMICAS, VISANDO À OBTENÇÃO DE UM AMBIENTE POSITIVO E FAVORÁVEL PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ESTADO, ACOLHENDO OS INVESTIDORES E EMPREENDEDORES, ENTENDENDO SUAS NECESSIDADES E OFERECENDO OS MEIOS E INSTRUMENTOS LEGAIS DISPONÍVEIS PARA INCENTIVÁ-LO A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS NO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	21.348.624	33.996.529	55.345.153	Número de Áreas/Distritos Industriais Municipais apoiados	Unidade	0	48
				Número de contatos realizados por empresas em feiras nacionais e internacionais	Unidade	878	26.400
				Número de contatos realizados por empresas em missões nacionais e internacionais	Unidade	20	400
				Número de Missões Internacionais para Divulgação do Estado	Unidade	0	8
				Número de Projetos de Investimentos acompanhados pela Sala do Investidor	unidade	127	247
				Número de Projetos de Investimentos incentivados pelo Fundopem	Unidade	6	226
				Percentual de Municípios com REDESIM implantados no Estado	%	0,4	28

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DOS ESPAÇOS FÍSICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO	Em andamento	SDECT	Qualificar a infraestrutura necessária às áreas e distritos industriais do Estado. Os distritos industriais possibilitam a implantação ou realocação de projetos industriais e de atividades correlatas, sendo um instrumento de grande importância para a alavancagem de desenvolvimento industrial.	2.044.000	Distrito/área industrial apoiado	unidade	4
APOIO AOS DISTRITOS INDUSTRIAIS MUNICIPAIS	Em andamento	SDECT	Apoiar as iniciativas municipais na implantação de áreas industriais propiciando o desenvolvimento regional bem como, racionalizar o uso do solo com base em pré-condições ambientais de desenvolvimento sustentável, através do assessoramento técnico e do repasse de recursos às prefeituras municipais para apoiar a implantação de infraestrutura básica nas respectivas áreas.	14.031.953	Área / Distrito industrial municipal apoiado com recursos financeiros	unidade	48
					Área / distrito industrial municipal assessorado	unidade	48
APOIO E INCENTIVO AOS INVESTIMENTOS PRIVADOS E A INOVAÇÃO EMPRESARIAL	Em andamento	SDECT	Apoiar projetos de investimentos privados e as ações em pesquisas e desenvolvimento e inovação através dos seguintes instrumentos: Sala do Investidor, que é um canal ágil de interlocução entre a empresa e o Estado, fortalecendo os elos de interação entre o Setor Público, agentes de Desenvolvimento Econômico do RS e o Setor Privado; O FUNDOPEM/INTEGRAR que visa incentivar investimentos que resultem na implantação ou expansão de unidades industriais no Estado. O FUNDOPEM/RS consiste de financiamento parcial do valor do ICMS incremental mensal devido gerado pela operação do projeto implantado. O INTEGRAR é um incentivo adicional ao FUNDOPEM/RS, na forma de um percentual de abatimento, incidente sobre cada parcela a ser paga do financiamento do FUNDOPEM/RS, incluído o valor principal financiado e os respectivos encargos financeiros do parcelamento; O programa PRÓ-INOVAÇÃO oferece incentivos fiscais considerando critérios como caráter inovador do produto/processos, investimentos da empresa em P&D&I; O Programa PROEDI que possibilita incentivos materiais e fiscais a investimentos no estado.	320.000	Empresa apoiada pelo FUNDOPEM/ INTEGRAR	unidade	220
					Empresa apoiada pelo Pró- Inovação	unidade	70
					Instalação de unidade industrial apoiada com o PROEDI	unidade	7
					Projeto de investimento acompanhado pela Sala do Investidor	unidade	120

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Econômico

ARTICULAÇÃO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS E INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA COMPETITIVA	Em andamento	SDECT	Coordenar políticas de Promoção Comercial e Atração de Investimentos, no âmbito internacional, através da definição de países, setores e feiras de interesse ao Estado do Rio Grande do Sul; da organização de missões institucionais da Secretaria; da elaboração de estudos de inteligência de cunho estratégico, como Perfil-Empresa, Perfil-País, Perfil-Município, Lista de Prospecção de Empresas, Estudo Setorial, Análise de Oportunidades da Balança Comercial do RS e do Brasil, Monitoramento Setorial, Análise de Conjuntura Política-Econômica Internacional, entre outros; e da participação em workshops, cursos e treinamentos; em alinhamento às políticas nacionais de desenvolvimento econômico.	2.088.450	Atividade realizada	unidade	48
					Estudo realizado	unidade	1.000
					Missão realizada	unidade	8
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS E PROJETOS	Nova	AGDI	Desenvolver negócios e projetos voltados a atração de investimentos em infraestrutura física, econômica e social, através da elaboração de projetos, estudos de viabilidade, parceres técnicos, gestão de portfólio e avaliação de projetos para captação de recursos privados.	1.020.000	Estudo de viabilidade realizado	unidade	8
					Projeto Captação recursos avaliado	unidade	7
					Projeto elaborado	unidade	8
FOMENTO A PROMOÇÃO COMERCIAL	Nova	SDECT	Fomentar a ampliação do número de empresas gaúchas exportadoras, bem como a qualificação da pauta exportadora e diversificação de países de destino, através da criação de um instrumento institucional para integração da micro, pequenas e médias empresas na política de inovação tecnológica e industrial, visando a facilitação e acesso ao mercado internacional; a promoção da cultura exportadora; e a articulação e/ou organização de workshops, cursos e treinamentos às empresas gaúchas; em alinhamento à política nacional de exportações.	928.200	Capacitação e Treinamento realizado	unidade	96
					Empresa atendida	unidade	720
					Interiorização realizada	unidade	36
FORTALECIMENTO ORGANIZACIONAL AGDI	Em andamento	AGDI	Promover o fortalecimento organizacional da AGDI para implementação de programas e projetos voltados ao desenvolvimento econômico do Estado, por meio da estruturação e implementação de metodologia para concepção e execução dos mesmos, além da formação de agentes do desenvolvimento.	1.057.750	Agente do Desenvolvimento especializado	unidade	30
					Metodologia para concepção de programas e projetos implantada	unidade	1
IMPLANTAÇÃO DA REDESIM - REDE NACIONAL	Em andamento	JUCERGS	Unificar procedimentos de registro empresarial de forma a evitar a duplicidade de exigência e garantir a linearidade do processo na visão do usuário, em ação integrada entre as esferas federal, estadual e municipal, possibilitando a digitalização de todos atos societários.	2.004.800	Município com REDESIM implantado	unidade	140
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO COMERCIAL	Em andamento	AGDI	Organizar e apoiar as empresas gaúchas para participação em eventos, feiras e missões nacionais e internacionais; apoiar feiras realizadas no RS; e, realizar estudos e atividades de apoio a promoção comercial, visando a elevar a inserção internacional e a geração de receita das empresas gaúchas.	4.730.000	Empresa apoiada	unidade	440
					Feira apoiada	unidade	52
					Missão realizada	unidade	20
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO	Em andamento	AGDI	Organizar, apoiar e participar de atividades, como eventos, feiras e missões nacionais e internacionais com foco na atração de investimentos produtivos, de infraestrutura e de participações em empresas para o RS; bem como realizar estudos e demais ações voltadas à atração de investimentos.	5.000.000	Atividade realizada	unidade	21
					Empresa contatada	unidade	460
					Empresa direcionada e acompanhada na Sala do Investidor	unidade	115
					Estudo Setorial para atração de investimentos realizado	unidade	8
					Investimento atraído	unidade	8
					Missão realizada	unidade	10
JUNTA DIGITAL	Em andamento	JUCERGS	Digitalizar e indexar todo o acervo e documentos de novos atos de registro da JUCERGS, simplificando e agilizando a execução do trabalho interno, permitindo a evolução e disponibilidade de novos serviços. Implantar a entrada de documentos em 1 (uma) via física dos atos de registro com posterior disponibilização aos usuários destes documentos para download em meio digital exclusivamente via internet.	900.000	Documento em meio digital via internet emitido	%	100
					Entrada de documentos em 1 (uma) via	%	100
					Folha digitalizada	unidade	15.000.000
PORTAL JUCERGS	Nova	JUCERGS	Implantar o portal utilizando novas tecnologias e designer que visem eficiência, colaboração e interatividade com os usuários da JUCERGS.	620.000	Portal de Serviço implantado	unidade	1
PROCESSO DIGITAL	Nova	JUCERGS	Simplificar os procedimentos de registro de atos de comércio, com objetivo de facilitar a realização dos atos de registro pelos usuários, utilizando as tecnologias de assinatura digital e certificado digital, afim de criar um processo interno informatizado para a análise dos processos que entrarem em meio digital.	600.000	Processo Digital implantado	%	50

PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS GAÚCHAS	Em andamento	BADESUL	Desenvolver ações visando gerar condições mais competitivas para promover o crescimento de empresas e setores estratégicos do RS, através de mecanismos de subscrição de cotas em fundos de investimentos de participações.	20.000.000 Cota Subscrita	R\$	20.000.000
--	--------------	---------	---	---------------------------	-----	------------



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

EIXO GOVERNANÇA E GESTÃO

PROGRAMA: DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS
 OBJETIVO: REDUZIR A VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO, FORTALECENDO A GESTÃO ATRAVÉS DE MEDIDAS DE CONSCIENTIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO CONTÍNUA, INSPEÇÃO VEICULAR E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO, INTEGRANDO O ESTADO AO PROGRAMA DÉCADA MUNDIAL DE AÇÃO PELA SEGURANÇA DO TRÂNSITO, LANÇADO PELA ONU.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	136.092.740	11.600.000	147.692.740	Emissões Atmosféricas Totais Geradas por Fonte Veicular	IQAr	Não apurado	90
				Mortes no trânsito	Número de mortes	2.023	1.650

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS PERIGOS DO ÁLCOOL NO TRÂNSITO - BALADA SEGURA	Em andamento	DETRAN	Realizar, em parceria com Prefeituras e Brigada Militar, ações de fiscalização e educação, em especial as relativas ao combate à alcoolemia no trânsito em locais e horários de maior concentração de condutores sob efeito de álcool.	22.000.000	Condutor abordado	unidade	288.695
EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA NO TRÂNSITO	Em andamento	DETRAN	Consolidar ações de educação com adesão ao programa promovido pela ONU para a Década Mundial de Ação pela Segurança no Trânsito, realizando atividades educativas, campanhas, ações de fiscalização e conscientização, inclusive com as demais esferas de governo, promovendo a transversalidade.	24.000.000	Evento realizado e/ou apoiado	unidade	150
EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - EGR	Em andamento	EGR	Realizar junto aos usuários da malha rodoviária pedagiada, no âmbito de atuação da EGR, ações de educação com a adesão ao programa promovido pela ONU para a Década Mundial de Ação pela Segurança no Trânsito, através da implementação de ações previstas no Plano Estadual de Segurança no Trânsito, realizando atividades educativas, campanhas, ações de fiscalização e conscientização, inclusive com as demais esferas de governo, promovendo a transversalidade.	1.292.740	Ação de educação para segurança no trânsito realizada	unidade	25
IMPLANTAÇÃO DA INSPEÇÃO VEICULAR	Em andamento	DETRAN	Realizar a inspeção veicular ambiental, referente à emissão de poluentes atmosféricos e de ruídos e a inspeção veicular técnica, referente à manutenção e conservação dos veículos alvo.	400.000	Posto implementado	%	100
PUBLICIDADE DETRAN	Em andamento	DETRAN	Publicidade institucional de Educação para o Trânsito, Viagem Segura e Balada Segura.	100.000.000	Ação de comunicação realizada	unidade	65

PROGRAMA: DEFESA CIVIL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: CASA MILITAR
 OBJETIVO: COORDENAR O SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, INTEGRANDO OS ÓRGÃOS PÚBLICOS E A COMUNIDADE EM GERAL, COM O OBJETIVO DE MANTER DE FORMA SISTÊMICA, AÇÕES PERMANENTES, PARA PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO, RESPOSTA E RECONSTRUÇÃO DE CENÁRIO, RELACIONADAS A DESASTRES E OCORRÊNCIAS QUE VENHAM A AGREDIR O AMBIENTE, EXPONDO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RISCO. REDUZIR O TEMPO DE RESPOSTA NO ATENDIMENTO ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR CALAMIDADES, MINIMIZANDO AS CONSEQUÊNCIAS DOS DANOS CAUSADOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	6.951.819	1.500.000	8.451.819	Operação de resposta aos acidentes com produtos perigosos realizada relativamente ao total de acidentes ocorridos	%	Não apurado	100
				População assistida pela Defesa Civil relativamente ao total da população atingida por desastres.	%	Não apurado	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APARELHAMENTO DA DEFESA CIVIL DO ESTADO	Nova	CM	Aparelhar a Defesa Civil para atuação emergencial junto às comunidades atingidas por desastre.	1.500.000	Equipamento eletrônico e de informática adquirido	unidade	15
					Veículo adaptado para atividade adquirido	unidade	10
ATENDIMENTO À COMUNIDADE EM CASOS DE CALAMIDADE PÚBLICA E/OU SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA	Em andamento	CM	Atender às comunidades atingidas por desastres, através da coordenação de ações de recuperação, assistência e socorro; adquirir equipamentos e materiais de ajuda humanitária, alimentos, medicamentos, roupas, etc., para auxiliar a totalidade dos municípios atingidos.	6.831.819	População atingida por desastres assistida	%	100
CAPACITAÇÃO DE GESTORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE DEFESA CIVIL E CORPO DE VOLUNTÁRIOS	Em andamento	CM	Capacitar os gestores da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil e dos Coordenadores Municipais, bem como o Corpo de Voluntários de Defesa Civil, para as ações de prevenção e resposta a desastres.	80.000	Agente por Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil Capacitado	unidade	248
					Curso de capacitação em Defesa Civil realizado	unidade	3
					Seminário de Defesa Civil realizado	unidade	1
IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E ATENDIMENTO EM ACIDENTES ENVOLVENDO CARGAS COM PRODUTOS PERIGOSOS	Em andamento	CM	Realizar operações de prevenção de acidente com produtos perigosos nas rodovias do Estado, visando à integração dos órgãos atuantes no sistema de prevenção e atendimento a emergências ambientais. Implementar o sistema de prevenção e atendimento a emergências ambientais através do atendimento de acidentes com produtos perigosos, coordenando as ações dos diversos órgãos atuantes no resgate de vítimas e minimizando o seu impacto ambiental.	40.000	Operação de prevenção a acidentes com produtos perigosos realizada	unidade	8
					Sistema de socorro implementado	%	100

PROGRAMA: EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS
 OBJETIVO: MODERNIZAR A FDRH, CONTRIBUINDO PARA O APRIMORAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, INVESTINDO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DO SERVIDOR PÚBLICO, ATENDENDO PRIORITARIAMENTE ÀS NECESSIDADES PERMANENTES PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES A ESTE DELEGADAS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	11.620.000	160.000	11.780.000	Número de Instituições de Ensino Superior e Centros de Formação Integrando a Rede Escola de Governo	Unidade	43	50
				Número de Publicações (Revistas, Cadernos, Livros) Coordenadas pela FDRH	Unidade	18	30
				Número de Servidores Formados	Unidade	22.436	36.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA REDE ESCOLA DE GOVERNO	Em andamento	FDRH	Dar continuidade à implementação das formações em EAD, com plataforma própria, ofertando em melhores condições a ferramenta de aprendizagem, ampliando abrangência geográfica e o número de servidores e agentes atendidos.	1.200.000	Curso EAD ofertado Plataforma EAD implementada	unidade %	90 100
CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE ESCOLA DE GOVERNO	Em andamento	FDRH	Consolidar a Escola de Governo através da ampliação da rede de parcerias, incluindo novas IES - Instituições de Ensino Superior e Centros de Formação, incentivando a produção intelectual e a participação dos servidores e agentes sociais nas ações de formação continuada, ampliando também o número de certificados emitidos, atendendo tanto no formato presencial como a distância, articulando a teoria e a prática, a cultura de colaboração e a troca de saberes. Assim, será fortalecido o ensino, a pesquisa e a extensão para a qualificação do capital social, por meio da articulação entre os órgãos públicos, através de cursos de extensão ou cursos de especialização, oficinas, seminários e encontros, voltados à difusão das práticas e conceitos com vistas à melhoria da comunicação e desempenho da gestão pública.	2.000.000	Servidor certificado (acima de 80h/a) Servidor certificado (formação em até 20 h/a) Servidor certificado (formação entre 21 h/a e 80 h/a)	unidade unidade unidade	800 8.000 4.780
EVOLUÇÃO NA GESTÃO DOS ESTÁGIO	Em andamento	FDRH	Investir em endomarketing e desenvolver ações de gestão na Divisão de Estágios. Buscar o engajamento dos servidores e estagiários da Instituição e dos órgãos demandantes, proporcionando ao estagiário treinamento, informações, ordenamentos e inserção no mercado de trabalho, oportunizando o desenvolvimento de suas competências, orientando-o em suas escolhas, através de mecanismos formais e de aferimento vocacional. Prospectar novos órgãos demandantes e modernizar os processos gerenciais.	1.920.000	Processo de estágio aprimorado	%	100
IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DA ESCOLA DE GOVERNO E DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA FDRH	Nova	FDRH	Implantação do Observatório da Escola de Governo e do Centro de Documentação e Memória da FDRH, em ação conjunta com a Biblioteca da Fundação, realizando o resgate histórico e a valorização da memória e do acervo arquivístico, bibliográfico e audiovisual.	600.000	Centro de Documentação e Memória da FDRH Implantado Observatório da Escola de Governo Implantado	% %	100 100
MODERNIZAÇÃO DA FDRH	Em andamento	FDRH	Modernizar a FDRH, seja pela formação dos recursos humanos, seja pela aquisição de equipamentos, sistemas, programas e ferramentas gerenciais inovadoras e necessárias à evolução, agilidade, eficiência e resolutividade em fluxos internos e gerenciais para a efetivação das ações.	760.000	Equipamento de informática adquirido Servidor da FDRH formado Software adquirido	unidade unidade unidade	100 120 11
REVITALIZAÇÃO DA DIVISÃO DE CONCURSOS	Em andamento	FDRH	Revitalizar a Divisão de Concursos da FDRH, ampliando a sua capacidade técnica, dotando-a de mecanismos e meios apropriados e atuais a sua especificidade, visando a sua integração e sobrevivência dentro do que define o mercado de abrangência, gerando autonomia, segurança e oferecendo qualidade no seu produto final. Para tanto, deve-se formatar a central de custos da FDRH, com a finalidade de manutenção do padrão de preços.	5.300.000	Concurso realizado	unidade	24

PROGRAMA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: CASA CIVIL

OBJETIVO: MODERNIZAR E AMPLIAR AS ESTRUTURAS DA GOVERNADORIA PARA CONTRIBUIR NA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	5.251.000	700.000	5.951.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
INCENTIVO À ÉTICA PÚBLICA, À TRANSPARÊNCIA E AO COMBATE À CORRUPÇÃO	Em andamento	CC	Promover ações de ética pública e de incremento da transparência, com vistas ao aprofundamento do controle social e enfrentamento à corrupção.	2.490.000	Capacitação realizada	unidade	20
					Sistema de informática implementado	%	100
RESTAURAÇÃO E READEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DAS EDIFICAÇÕES DA GOVERNADORIA	Em andamento	CC	Restaurar as edificações da Governadoria, seus bens móveis e integrados e readequar suas instalações.	3.461.000	Acervo de móveis da Governadoria restaurado	%	100
					Edificação da Governadoria restaurada	%	100
					Projeto para restauração/adequação das edificações da Governadoria implementado	%	100

PROGRAMA: GESTÃO DA SAÚDE DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO: PREVENIR E RECUPERAR A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS E DE SEUS DEPENDENTES, E DE OUTROS SERVIDORES DE ENTES CONVENIADOS, ATRAVÉS DA OFERTA DE PLANO DE SAÚDE QUE DISPONIBILIZE CONSULTAS, EXAMES E INTERNAÇÕES, BEM COMO QUALIFICAR A INFRAESTRUTURA E A GESTÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	7.683.591.856	3.200.000	7.686.791.856

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CENSO BIOMÉTRICO - IPE-SAÚDE	Nova	IPESAÚDE	Realizar o censo biométrico dos beneficiários do IPE-Saúde.	3.628.211	Beneficiários identificados	%	100
					Campanhas realizadas	%	100
					Leitores biométricos adquiridos	%	100
					Servidores treinados	%	100
GESTÃO DE ATIVO IMOBILIÁRIO	Nova	IPESAÚDE	Otimizar a utilização dos imóveis do IPE-Saúde (locar, alienar e permutar).	2.139.095	Imóveis destinados	%	100
GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	Em andamento	IPESAÚDE	Prestar assistência à saúde dos servidores públicos e seus dependentes, bem como garantir o pagamento dos prestadores de serviço.	7.677.680.224	Atendimento prestado	unidade	78.472.339
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TI E DE GERENCIAMENTO DE DADOS DO IPE-SAÚDE NA CAPITAL E NO INTERIOR	Nova	IPESAÚDE	Qualificar a utilização da Tecnologia da Informação do IPE-Saúde, através da aquisição de equipamentos e modernização dos sistemas utilizados, visando aprimorar a qualidade do atendimento prestado ao servidor ativo e inativo, na capital e no interior, bem como aperfeiçoar os processos internos do Instituto.	3.344.326	Equipamento de informática adquirido	unidade	300
					Sistema de informações adquirido/atualizado	%	100

PROGRAMA: GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

OBJETIVO: PLANEJAR, ELABORAR E EXECUTAR PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA OS PRÓPRIOS PÚBLICOS DO ESTADO E PRESTAR ASSESSORAMENTO TÉCNICO E OPERACIONAL AOS MUNICÍPIOS. GERENCIAR INTERVENÇÕES EM OBRAS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO RS, ATRAVÉS DA FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, DE MODO A PROMOVER A OBTENÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO GOVERNO DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
16.133.500	0	16.133.500

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO ÀS OBRAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS DO RS	Em andamento	SOSH	Apoiar operacionalmente os municípios em ações preventivas e, ou, corretivas na ocorrência de desastres naturais (estiagens e enxurradas), através da realização de obras de desassoreamento em cursos d'água (açudes, rios e riachos), seja para prevenir ou remediar as consequências de estiagens, enchentes ou inundações. Apoiar a implantação de novas estradas vicinais, realizar serviços de recuperação ambiental, na ocorrência de deslizamentos de terra, de terraplenagem para recuperação e manutenção de estradas vicinais e executar obras que propiciem o desenvolvimento dos municípios. Orientar tecnicamente os órgãos municipais para o encaminhamento de projetos e documentação para a realização de convênios de obras públicas e na prestação de contas dos convênios realizados. Realizar vistoria técnica nos municípios para acompanhamento da execução das obras e serviços.	11.500.000	Apoio Operacional para a manutenção de estradas vicinais e desassoreamento realizado	unidade	300
					Apoio técnico prestado ao município	unidade	450
ELABORAÇÃO, ANÁLISE E ORÇAMENTAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA DE OBRAS PÚBLICAS	Em andamento	SOSH	Elaborar, analisar, aprovar e orçar projetos de arquitetura e engenharia destinados a orientar a implementação de obras de infraestrutura física para prestação dos serviços públicos do Estado, considerando-se obras novas, ampliações, reformas e adequações demandadas pelos órgãos da administração direta e indireta, as quais envolvam aplicações de recursos estaduais ou provenientes de convênios.	434.500	Projeto de ampliação ou de nova edificação pública elaborado	m2	100.000
					Projeto de engenharia e arquitetura contratado analisado e aprovado	m2	200.000
					Projeto de reforma predial elaborado	m2	300.000
					Total de unidades gerenciadas de projeto	unidade	4.800
GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	Em andamento	SOSH	Promover a execução das obras públicas, incluindo a construção de obras novas, reformas, restaurações e adequações demandadas pelos órgãos da administração direta e indireta, excetuando-se as viárias. Preparar os procedimentos licitatórios, de contratação, gestão e fiscalização dos serviços de engenharia e arquitetura e das obras públicas de infraestrutura física para a prestação dos serviços públicos do Estado (obras novas, ampliações, reformas, restauração e adequações) que envolvam a aplicação de recursos estaduais ou provenientes de convênios.	434.500	Fiscalização de obra de prédio público	m2	800.000
					Total de unidades de obras de edificação fiscalizada	unidade	2.000
GESTÃO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Em andamento	SOSH	Promover ações para o desenvolvimento institucional que qualifiquem a gestão e aprimorem os serviços sob responsabilidade da Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação.	434.500	Caderno de Encargos e Padronização de Obras elaborado	%	100
					Manutenção do Sistema de Processos da Gestão Públicas (SPGP) realizada	%	40
					Percentual de profissionais certificados em cursos de qualificação	%	40
					Sistema de Gestão de Obras (SGO) elaborado	%	100
SISTEMA DE GESTÃO DE OBRAS (SGO)	Em andamento	SOSH	Concluir a elaboração e implantar o Sistema de Gestão de Obras - SGO, nos órgãos do Estado, para o gerenciamento eletrônico de obras públicas, com o objetivo ampliar a eficácia do Departamento de Obras Públicas no atendimento às demandas de obras pelos órgãos do Estado.	3.330.000	Sistema de Gestão de Obras (SGO) implantado nos órgãos do Estado	%	50

PROGRAMA: GESTÃO DE PREVIDÊNCIA DO(A) SERVIDOR(A) ESTADUAL

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO: GARANTIR O PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO IPERGS E QUALIFICAR A INFRAESTRUTURA E GESTÃO DO INSTITUTO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	46.406.972.554	3.911.713	46.410.884.267

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CENSO BIOMÉTRICO - IPEPREVI	Nova	IPEPREVI	Realizar o censo biométrico dos pensionistas, servidores ativos e inativos.	2.418.809	Campanha realizada	%	100
					Leitores biométricos adquiridos	%	100
					Servidores treinados	%	100
					Servidores/pensionistas identificados biometricamente	%	100
GESTÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	Em andamento	IPEPREVI	Pagar os benefícios previstos na Constituição Estadual (aposentadorias e pensões).	46.405.121.132	Pensão e aposentadoria paga	unidade	300.000
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE DADOS DO IPEPREVI NA CAPITAL E NO INTERIOR	Nova	IPEPREVI	Qualificar a utilização da TI do IPEPREVI, através da aquisição de equipamentos e modernização dos sistemas utilizados, visando aprimorar a qualidade do atendimento prestado ao servidor ativo e inativo, na capital e no interior, bem como aperfeiçoar os processos internos do Instituto.	3.344.326	Equipamento de informática adquirido	unidade	300
					Sistema de informações adquirido/atualizado	%	100

PROGRAMA: GOVERNO ELETRÔNICO

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO

OBJETIVO: DAR AGILIDADE À GESTÃO PÚBLICA COM FOCO NA MELHORIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, PADRONIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE SOLUÇÕES.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente 0 Despesa Capital 0 Total 0

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TIC	Nova	SGG	Coordenar as políticas e ações em Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Administração Pública Estadual. Modernizar a estrutura de atendimento do Estado, integrá-la e buscar a melhoria dos processos e diminuição da burocracia.		0 Assessoria à Central de Licitações (CELIC) para aquisição e contratação de ativos TIC realizada	%	100
					Catálogo de padrão descritivo de novo ativo de TIC realizada	%	100
					Política da TIC do RS atualizada	unidade	1
					Política de implantação do processo eletrônico elaborada	unidade	1
					Processo de aquisição e contratação de ativo de TIC analisado	%	100
					Solução Cellfix no Executivo Estadual implantada	unidade	29

PROGRAMA: GOVERNO PARA RESULTADOS

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO

OBJETIVO: IMPLEMENTAR A REDE DE GOVERNANÇA CENTRAL E INCENTIVAR A IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE GOVERNANÇA LOCAL EM TODAS AS UNIDADES DE GOVERNO, DESENVOLVENDO A CULTURA E A METODOLOGIA DE GESTÃO QUE PERMITAM O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DAS AÇÕES, PROJETOS E INDICADORES, BEM COMO, ACOMPANHAR E MONITORAR A REGULARIDADE DOS CONVÊNIOS DO ESTADO COM A UNIÃO E COM OS MUNICÍPIOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente 20.535.317 Despesa Capital 0 Total 20.535.317

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ARTICULAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DE GOVERNO	Em andamento	SGG	Articular, monitorar e avaliar as ações estratégicas de Governo buscando maior eficácia das políticas públicas.	20.535.317	Acordo de resultados pactuado	unidade	62
					Ciclo de monitoramento e avaliação de resultados realizado	unidade	6
					Ciclo de monitoramento e avaliação dos projetos prioritários realizado	unidade	6
					Ferramenta para acompanhamento dos acordos de resultados implantada	unidade	1
					Sistemática de monitoramento estratégico implantada nas secretarias e vinculadas	unidade	62
COORDENAÇÃO E MONITORAMENTO DE CONVÊNIOS FIRMADOS ENTRE ESTADO, UNIÃO, MUNICÍPIOS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	Em andamento	SGG	Coordenar e monitorar convênios firmados entre Estado, União, municípios e organizações da sociedade civil com o objetivo de reorganização do modelo de gestão de convênios.	0	Execução de convênios e contratos de repasse em que o Estado do Rio Grande do Sul é convenente acompanhada e monitorada	%	100
					Execução de convênios, termos de fomento e termos de colaboração em que o Estado do Rio Grande do Sul é concedente acompanhada e monitorada	%	100
					Ferramenta de monitoramento de convênios, termos de fomento e termos de colaboração implantada	unidade	1

PROGRAMA: INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO
 OBJETIVO: DEMOCRATIZAR A INFORMAÇÃO E ALCANÇAR NOVAS AUDIÊNCIAS. ESTABELECEM NOVAS PLATAFORMAS DE CONTROLE DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	89.167.387	600.000	89.767.387	Alcance e engajamento nas Redes Sociais	Seguidor	150.000	300.000
				Evolução da audiência no portal do Governo do Estado	Pageview	400.000	800.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META					
AMPLIAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL	Nova	SECOM	Inovar, aperfeiçoar e facilitar a comunicação entre sociedade e governo através das redes sociais e ferramentas digitais, bem como otimizar a prestação de serviços online à população.	8.050.000	Ações digitais executadas	%	100					
					Anúncios online para impulsionar publicações e campanhas digitais publicados	%	100					
					Diagnóstico sobre o projeto de open data (dados abertos) realizado	%	100					
					Estudo sobre criação de aplicativos para plataformas digitais elaborado	unidade	1					
					Exposição/divulgação de produtos digitais em feiras e eventos realizada	unidade	8					
					Ferramenta de ouvidoria para as redes sociais implantada	%	100					
					Pesquisa de comportamento dos usuários das plataformas digitais do Estado realizada	unidade	8					
					Redes sociais monitoradas	%	100					
					Site de órgão do governo modernizado com foco em serviços online	unidade	20					
					Vídeos para web produzidos	%	100					
					Empresa especializada na organização de eventos contratada	unidade	1					
					Fórum Anual de Secretários de Comunicação Social organizado	unidade	4					
ASSESSORAMENTO E ORIENTAÇÃO AOS EVENTOS INSTITUCIONAIS DO ESTADO	Em andamento	SECOM	Assessorar, orientar e executar, de forma integrada, eventos institucionais do Governo do Estado. Estabelecer fluxo de informações entre os órgãos do Governo e a CCOM.	8.000.000	Comunicação governamental regionalizada por meio da estrutura das regiões funcionais do RS	unidade	9					
					Empresa de monitoramento das notícias contratada	unidade	1					
					Material online e offline para divulgação das ações do governo estadual publicado	unidade	24					
					Profissional de comunicação da CCOM e área de comunicação das secretarias estaduais capacitado	unidade	100					
					Site do Estado, com foco nos serviços ao cidadão, qualificado/ampliado	%	100					
					Site do Governo do Estado transformado em agência de notícias	unidade	1					
					Software para hospedagem, distribuição e monitoramento de conteúdo em áudio contratado	unidade	1					
					DEMOCRATIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL	Em andamento	SECOM	Realizar cobertura jornalística da agenda diária do governador e divulgar as informações referentes às principais ações do governo a jornais, portais de internet, emissoras de rádios e televisões, por meio de releases da agência de notícias online do Estado e ferramentas de disparo de emails. Prestar atendimento a jornalistas na busca de informações referentes à administração estadual. Realizar acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia e ampliar o acesso a informações a toda a sociedade.	12.000.000	Comunicação governamental regionalizada por meio da estrutura das regiões funcionais do RS	unidade	9
										Empresa de monitoramento das notícias contratada	unidade	1
										Material online e offline para divulgação das ações do governo estadual publicado	unidade	24
Profissional de comunicação da CCOM e área de comunicação das secretarias estaduais capacitado	unidade	100										
Site do Estado, com foco nos serviços ao cidadão, qualificado/ampliado	%	100										
Site do Governo do Estado transformado em agência de notícias	unidade	1										
Software para hospedagem, distribuição e monitoramento de conteúdo em áudio contratado	unidade	1										

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Governança e Gestão

ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE INOVAÇÃO EM COMUNICAÇÃO	Nova	SECOM	Desenvolver ações novas em comunicação, com base nas mudanças tecnológicas e no surgimento de novas mídias.	100.000	Diagnóstico e plano de ações de comunicação do Governo do Estado realizado	unidade	1
ESTRUTURAÇÃO FÍSICA E TECNOLÓGICA	Em andamento	SECOM	Adaptar a infraestrutura da CCOM às novas atribuições da execução da política de comunicação social, através da contratação de serviços de automação, bem como aquisição de equipamentos e contratação de serviços de consultorias, capacitação de pessoal e reestruturação física.	3.800.000	Software atualizado e equipamento adquirido	unidade	200
GESTÃO DA PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DO ESTADO	Em andamento	SECOM	Criar, aprovar, gerenciar e acompanhar as campanhas e ações de publicidade e propaganda dos órgãos da Administração Direta e Indireta, Empresas de Economia Mista e Empresas Públicas do Governo. Gestão da política e aprovação de patrocínios das Autarquias, Empresas de Economia Mista e Empresas Públicas do Governo. Realizar pesquisas de mercado e opinião de serviços prestados pelo Governo do Estado.	56.817.387	Campanha publicitária veiculada Programa de endomarketing para as secretarias estaduais criado e implementado	unidade %	270 100
TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO DA PUBLICIDADE	Nova	SECOM	Fortalecer, informatizar e modernizar as ações de publicidade do Governo do Estado, com foco no uso eficiente das mídias.	1.000.000	Ações de publicidade (SAAC eletrônica) informatizadas	%	100

PROGRAMA: OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ARTES GRÁFICAS

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO: QUALIFICAR A GESTÃO DA COMPANHIA VISANDO MELHORAR A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ATENDER ÀS DEMANDAS DA SOCIEDADE E DO ESTADO E AUMENTAR A LUCRATIVIDADE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	10.008.000	0	10.008.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META					
CAPACITAÇÃO DO COLABORADOR	Em andamento	CORAG	Qualificar a gestão da empresa por meio de políticas que busquem aumentar a produtividade do capital humano da companhia, gerando uma melhor prestação de serviços para a sociedade.	480.000	Novo organograma implementado	unidade	1					
					Novo plano de capacitação publicado e implementado	unidade	1					
MODERNIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DA CORAG	Em andamento	CORAG	Qualificação dos produtos e serviços oferecidos pela companhia.	4.528.000	Certificações de qualidade ISO 9001 e certificação de sustentabilidade ISO obtidas	%	100					
					Contrato com o Detran-RS para a impressão de produtos de segurança mantido e ampliado	unidade	1					
					DOE único e eletrônico implementado	%	100					
					Novo Plano de Negócios aprovado no Conselho de Administração	unidade	1					
					Programa de gerenciamento eletrônico de documentos para órgãos e entidades no estado do RS implementado	unidade	1					
					MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA CORAG	Em andamento	CORAG	Qualificar a infraestrutura da CORAG, visando melhorar a prestação dos serviços e atender às demandas da sociedade.	5.000.000	Ambiente físico adequado às normas legais de acessibilidade	%	100
										Instalações reformadas	%	100
Programa de Prevenção e Combate à Incêndios (PPCI) implementado	unidade	1										
Rede hidráulica reformada	%	100										
Setor de Impressão de Segurança adequado à NBR 15540 e demais normas aplicáveis ao tema	%	100										
Telhado do edifício reformado	%	100										

PROGRAMA: PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 OBJETIVO: QUALIFICAR A TOMADA DE DECISÕES DOS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS TENDO COMO CENÁRIO OS MUNICÍPIOS E O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	5.600.000	0	5.600.000	Índice de crescimento dos acessos ao site da FEE	Número Índice	100	127

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E SERVIÇOS À POPULAÇÃO	Em andamento	FEE	A ação tem como objetivo ampliar o número de acessos ao site da FEE de modo a acompanhar a demanda pelos estudos e estatísticas feitas pela instituição.	400.000	Acesso ao site da FEE realizado	unidade	10.158.082
DIVULGAÇÃO DE ESTUDOS EM NOVAS MÍDIAS E APLICATIVOS PARA SMARTPHONE	Em andamento	FEE	Divulgar as pesquisas, revistas e estatísticas, produzidas pela FEE, através de e-books e aplicativos desenvolvidos para smartphone.	400.000	Download efetuado das Publicações e-book, epub e para aplicativos de smartphones	unidade	920
PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA RMPA (PED RMPA)	Em andamento	FEE	Medir o desempenho do mercado de trabalho na Região Metropolitana, mensalmente e produzir três relatórios anuais sobre o mercado feminino, da população negra e doméstico.	4.400.000	Acesso a publicações da PED realizado	unidade	75.661
TREINAMENTO DE PESSOAL	Em andamento	FEE	Desenvolver programa de treinamento interno aos servidores da FEE, de modo a aprimorar novas formas de gestão de trabalho e de administração.	400.000	Servidor capacitado	unidade	110

PROGRAMA: PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OBJETIVO: QUALIFICAR O PLANEJAMENTO DE AÇÕES ESTADUAIS, EM TODAS AS SUAS FASES, BUSCANDO O DESENVOLVIMENTO DAS DIVERSAS REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	11.032.631	160.000	11.192.631

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DE PROJETOS	Nova	SEPLAN	Verificar, a partir da projeção de custos e benefícios sociais, a viabilidade econômica de projetos para financiamento público.	0	Capacitação realizada	unidade	9
					Metodologia estabelecida	unidade	1
					Projeto avaliado	unidade	3
ANÁLISES SOCIOECONÔMICAS PARA O PLANEJAMENTO	Nova	SEPLAN	Elaborar e publicar o Atlas Socioeconômico do RS, nos idiomas português e inglês, e Perfis Regionais com informações por COREDE e Região Funcional.	0	Atlas atualizado	unidade	1
					Perfil por COREDE publicado	unidade	28
					Perfil por Região Funcional publicado	unidade	28
AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS	Nova	SEPLAN	Aprimorar o processo de avaliação, visando a qualificação de programas e políticas públicas.	170.000	Estudos DEPLAN publicado	unidade	4
					Política/programa avaliado	unidade	8
CAPTAÇÃO DE RECURSOS	Em andamento	SEPLAN	Identificar recursos financeiros e técnicos, de origem nacional ou internacional; elaborar cartas-consulta; preparar programas e projetos multissetoriais; apoiar a preparação de programas e projetos setoriais; negociar contratos de financiamento; coordenar e avaliar a execução de programas e projetos financiados.	419.631	Contrato de financiamento negociado	unidade	3
					Coordenação da execução de programas e projetos financiados realizada	unidade	3
					Relatório de execução de programas financiados preparado	unidade	50
CONSULTA POPULAR E OUTRAS CONSULTAS À POPULAÇÃO	Nova	SEPLAN	Organizar o processo de participação da sociedade na elaboração de políticas públicas e documentos obrigatórios.	2.678.000	Consulta Popular realizada	unidade	4
ESCRITÓRIO DE PPPS	Nova	SEPLAN	Estruturar a unidade de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs); capacitar equipe do escritório; definir a carteira de projetos de concessões e PPPs do Estado; elaborar Manual de Parcerias Público-Privadas e Concessões do RS; elaborar estudos de viabilidade da carteira de projetos de concessões e PPPs; assessorar processo licitatório da carteira de projetos de concessões ou PPPs.	4.995.000	Carteira de projetos definida	unidade	1
					Estudo de viabilidade elaborado	unidade	3
					Manual publicado	unidade	1
					Processo licitatório para seleção de PPP assessorado	unidade	3
					Unidade estruturada	unidade	1
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E REGIONAL	Nova	SEPLAN	Elaborar, realizar o acompanhamento e avaliar o Plano Plurianual estadual e utilizar as informações provenientes desse processo para elaborar documentos, visando proporcionar transparência à atuação governamental. Elaborar agendas para o equilíbrio territorial, utilizando informações do PPA. Elaborar estudos de longo prazo para o Estado e estimular o planejamento de longo prazo nos órgãos estaduais.	330.000	Acompanhamento do PPA realizado	unidade	4
					Agenda para o equilíbrio territorial elaborada	unidade	28
					Caderno de Realizações elaborado	unidade	112
					Estudo de longo prazo para o Estado publicado	unidade	1
					Evento de planejamento realizado	unidade	15
					Mensagem à Assembleia Legislativa elaborada	unidade	4
					PPA elaborado	unidade	1
PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E APOIO AO GERENCIAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS PRIORITÁRIOS	Nova	SEPLAN	Atuar no planejamento, implementação e monitoramento de programas e projetos prioritários para a obtenção de resultados pretendidos pelo Governo.	0	Carteira de projetos estratégicos monitorada	%	100
					Carteira de projetos estratégicos planejada	unidade	1
					Projeto elaborado	unidade	48
PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO DOS COREDES	Nova	SEPLAN	Promover e acompanhar o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDES.	2.600.000	Metodologia consensuada	unidade	1
					Plano estratégico elaborado	unidade	28
					Termo de referência elaborado	unidade	1
QUALIFICAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL	Nova	SEPLAN	Desenvolver e aprimorar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), de forma a proporcionar maior transparência e realismo financeiro.	0			

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) elaborado e qualificado	unidade	4
Proposta orçamentária elaborada e qualificada	unidade	4

PROGRAMA: POLÍTICA DE GESTÃO PARA OS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS
OBJETIVO: PROPORCIONAR O DESENVOLVIMENTO E A QUALIFICAÇÃO PERMANENTE DO SERVIDOR PÚBLICO, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DE DADOS CONTRIBUINDO PARA A TRANSPARÊNCIA, EFICÁCIA, MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS E QUALIDADE DOS SERVIÇOS E PRODUTOS ENTREGUES À SOCIEDADE. DESENVOLVER E IMPLEMENTAR POLÍTICAS MODERNAS DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO PLENA DOS RECURSOS DISPONÍVEIS, COM VISTAS A MELHOR QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO PRÓPRIO GOVERNO E À SOCIEDADE GAÚCHA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente 0 Despesa Capital 0 Total 0

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	Nova	SMARH	Preparar o servidor público estadual através de uma política de qualificação continuada e de gestão do conhecimento, estabelecendo diretrizes e executando programas de capacitação.	0	Política de gestão do conhecimento executada	unidade	1
					Política de gestão do conhecimento implantada	unidade	1
					Política de qualificação dos servidores executada	unidade	1
					Política de qualificação dos servidores implantada	unidade	1
PROMOÇÃO À SAÚDE DOS SERVIDORES	Em andamento	SMARH	Acompanhar as condições e a evolução física dos servidores, repassar conhecimentos sobre boas práticas de saúde e incentivo à prática de esportes através de palestras, dinâmicas e ações voltadas à saúde do servidor que estimulem a atividade de ginástica laboral e a utilização da academia do CAFF	0	Ginástica laboral implementada	unidade	1
					Palestra de conscientização realizada	unidade	8
					Servidores atendidos pela academia do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF)	unidade	600
RECADASTRAMENTO DE SERVIDORES ATIVOS	Nova	SMARH	Recadastramento funcional dos servidores ativos do poder executivo Estadual, através da validação dos locais e jornada de trabalho.	0	Inclusão dos servidores do DAER, IPE, SUPRG e SPH no cadastro do sistema RHE	%	100
					Servidores ativos recadastrados	%	100
					Validação da efetividade e situação funcional dos servidores no sistema RHE	%	100
REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL	Em andamento	SMARH	Fomentar e dar suporte à modernização de estruturas organizacionais assessorando as unidades administrativas na construção de instrumentos legais que deem suporte ao desempenho de suas competências.	0	Departamento de Administração do Patrimônio do Estado reestruturado	unidade	1
					Modernização da estrutura organizacional da SMARH e de demais órgãos sob demanda realizada	unidade	1
					Unidade de Gestão e Fiscalização de Contratos criada na SMARH	unidade	1

PROGRAMA: PRODUÇÃO, GESTÃO E ANÁLISE DE DADOS ESPACIAIS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 OBJETIVO: POTENCIALIZAR O PLANEJAMENTO E A GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SUA DIMENSÃO TERRITORIAL, POR MEIO DE INTEGRAÇÃO, PADRONIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS GEOESPACIAIS CONFIÁVEIS E ATUALIZADOS, BEM COMO PELA CONSOLIDAÇÃO DA DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	30.298.500	3.887.000	34.185.500	Implementação da IEDE	Percentual	0	100
				Municípios com Limites Revisados	Percentual	15	25

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
BOLETIM GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL	Nova	SEPLAN	Editorar e publicar periódico semestral, de caráter multidisciplinar, com conteúdo gerenciado através do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER.	0	Boletim publicado	unidade	8
GERENCIAMENTO DOS LIMITES MUNICIPAIS	Em andamento	SEPLAN	Identificar inconsistências, erros e imprecisões nos textos legais e dirimir dúvidas sobre limites entre municípios, de maneira sistemática, no processo de consolidação da divisão político-administrativa do Estado do Rio Grande do Sul.	223.000	Município com relatório e mapa elaborado	unidade	40
IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL DE DADOS ESPACIAIS (IEDE-RS)	Em andamento	SEPLAN	Promover o adequado ordenamento na geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados espaciais, através da implantação do Portal Estadual de Dados Geoespaciais - GEOPORTAL e da aquisição de nova base cartográfica digital contínua.	24.468.500	Base Cartográfica adquirida	%	100
					Geoportal implantado	%	100
					Plano de Ação aprovado	%	100
TUDO FÁCIL - REDE DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	Em andamento	SEPLAN	Oferecer, através da rede Tudo Fácil, acesso dos cidadãos aos serviços públicos estaduais, remodelando e qualificando a rede.	9.494.000	Rede de atendimento remodelada	unidade	1
					Sistema integrado desenvolvido	unidade	1
					Unidade de atendimento mantida	unidade	3

PROGRAMA: REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 OBJETIVO: ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADEQUADOS, ASSIM ENTENDIDOS AQUELES QUE SATISFAZEM AS CONDIÇÕES DE REGULARIDADE, CONTINUIDADE, EFICIÊNCIA, SEGURANÇA, ATUALIDADE, GENERALIDADE, CORTESIA NA SUA PRESTAÇÃO E MODICIDADE NAS SUAS TARIFAS; GARANTIR A HARMONIA ENTRE OS INTERESSES DOS USUÁRIOS, CONCESSIONÁRIOS, PERMISSIONÁRIOS E AUTORIZATÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS; ZELAR PELO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	23.443.758	927.375	24.371.133

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ATUAÇÃO DA AGERGS PARA A DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Em andamento	AGERGS	Examinar editais de concessão e de Parcerias Público Privada - PPPs nos aspectos jurídico, econômico-financeiro e qualidade dos serviços para a delegação de serviços públicos e respectiva homologação, conforme determina o art. 4º, VI, da Lei Estadual n.º 10.931/97 e art. 33 da Lei Estadual 12.234/05, de acordo com demandas efetuadas pelo Governo do Estado e integrado com o Escritório de PPPs da SEPLAN.	460.000	Carteira de Editais examinada	unidade	1
EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS PARA REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO E DOS MUNICÍPIOS	Em andamento	AGERGS	Executar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, convênio com a ANEEL para a fiscalização dos serviços delegados de energia elétrica de competência da União. Executar convênio com os municípios para a regulação do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	12.910.343	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	338
FOMENTO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Em andamento	AGERGS	Assegurar a plena transparência das ações e decisões da AGERGS, através de diversos mecanismos: publicação anual de relatório, que deve incluir a avaliação dos indicadores de qualidade, o resultado de pesquisa de opinião pública sobre a sua prestação e o demonstrativo de origem e aplicação de seus recursos, divulgados através de audiência pública, cujo teor e resultados serão também publicados e remetidos à Assembléia Legislativa; disponibilização de sistema de Ouvidoria Pública, bem como manutenção de cadastro de usuários voluntários, que podem opinar, sugerir e reclamar quanto à prestação dos serviços públicos delegados; realização de audiências e Consultas Públicas, bem como incentivo à formação de conselhos de consumidores, contribuindo também para a participação social no processo regulatório.	430.000	Audiência Pública realizada Usuário Voluntário cadastrado	unidade unidade	40 5.150
MONITORAMENTO DA MODICIDADE TARIFÁRIA, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E JUSTA REMUNERAÇÃO ABRANGENDO AS ÁREAS REGULADAS PELA AGERGS	Em andamento	AGERGS	Estabelecer estratégias que contemplem estudo, desenvolvimento e aprimoramento da estrutura de custos dos serviços públicos prestados, com maior capacitação dos técnicos na área de regulação para estabelecimento de padrões de referência, incentivo à excelência da gestão e investimentos dos concessionários, por meio de ferramentas regulatórias, desenvolvimento de padrões contábeis e rotinas de informação e redução da assimetria de informações entre delegatários, usuários e poder público, incluindo a implantação de banco de dados com informações econômico-financeiras, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: saneamento, transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação. Essa ação está embasada na Lei Estadual nº 10.931/97, que criou a AGERGS, definindo dentre seus objetivos o de assegurar a modicidade tarifária, contida no conceito de serviços públicos adequados, e o de zelar pelo equilíbrio econômico e financeiro dos serviços públicos.	5.931.657	Banco de Dados implantado Fiscalização Regulatória realizada Revisão e Reajuste Tarifário realizado	unidade unidade unidade	1 34 52

MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS NAS ÁREAS REGULADAS PELA AGERGS	Em andamento	AGERGS	De acordo com a Lei nº 10.931/97, toda concessão ou permissão de serviços públicos pressupõe a sua prestação, assegurando o pleno atendimento das necessidades dos usuários, de acordo com o conceito de serviço adequado, ou seja, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A regulação da qualidade dos serviços com a elaboração e acompanhamento de indicadores e realização de pesquisas de opinião pública constitui-se, portanto, num dos pilares da ação do Estado para o cumprimento do que determina a lei a fim de garantir a promoção do interesse público e a melhoria da qualidade de vida da população, de acordo com a Lei nº 11.075/98. A ação inclui a implantação de banco de dados com informações de padrões de qualidade dos setores sob regulação da AGERGS, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação.	3.921.758 Banco de dados implantado	unidade	1
				Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	338
				Pesquisa com Usuário Voluntário sobre saneamento, energia elétrica, TIP longo curso e metrop., trav. hidroviárias e estações rodoviárias realizada	unidade	4
REFORMA DA SEDE PRÓPRIA AGERGS	Em andamento	AGERGS	Reforma dos cinco andares onde está localizada a AGERGS, na Av. Borges de Medeiros, 659, 11º, 12º, 13º 14º e 15º andares	717.375 Prédio Próprio reformado	%	100

PROGRAMA: RENOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO: MODERNIZAR, OTIMIZAR E QUALIFICAR ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ESTADUAL COM VISTAS AO MELHOR ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SOCIEDADE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	22.350.000	8.000.000	30.350.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	Em andamento	SMARH	Implementar e aprimorar os mecanismos de administração da frota de veículos estadual.	0	Frota de veículos monitorada eletronicamente	%	100
					Frota de veículos fiscalizada	%	100
					GNV (gás natural veicular) implantado em veículos do Poder Executivo Estadual	unidade	550
					Sistema de Controle da Frota de Veículos (CFV) modernizado	%	100
					Imóvel atualizado no Sistema Gestão de Patrimônio Imobiliário do Estado	unidade	8.000
ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE IMÓVEIS DO ESTADO	Em andamento	SMARH	Atualizar o inventário de imóveis do Estado.	8.500.000	Imóvel alienado	unidade	200
AVALIAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE IMÓVEIS SEM UTILIDADE PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO	Em andamento	SMARH	Avaliar e disponibilizar imóveis sem utilidade pública para alienação.	3.800.000	Imóvel alienado	unidade	200
GESTÃO DOCUMENTAL	Em andamento	SMARH	Efetivar a gestão documental no Poder Executivo Estadual, criando estratégias e procedimentos para garantir o adequado tratamento documental desde sua produção até a sua destinação final.	150.000	Acervo custodiado pelo Departamento de Arquivo Público do Estado (APERS) digitalizado	%	70
					Acervo documental da Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos (SMARH) revitalizado	%	100
					Poder Executivo Estadual orientado quanto à utilização do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ-RS)	%	100
					Publicação dos instrumentos técnicos de pesquisa e difusão do Departamento de Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul elaborada	unidade	16
					Dados administrativos dos imóveis atualizados no sistema Gestão do Patrimônio do Estado	%	100
IMPLEMENTAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	Em andamento	SMARH	Estruturar uma rede de parceiros composta pelos órgãos públicos estaduais para fazer a fiscalização e o monitoramento dos imóveis do Estado.	0	Encontro para treinamento dos agentes patrimoniais realizado	unidade	1
					Instrução normativa que regulamenta a rede de fiscalização e monitoramento publicada	unidade	1
					Manual de procedimentos aos agentes patrimoniais dos órgãos elaborado	unidade	1
					Dados administrativos dos imóveis atualizados no sistema Gestão do Patrimônio do Estado	%	100
IMPLEMENTAÇÃO DE GESTÃO E VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	Em andamento	SMARH	Ampliar, conscientizar, estimular e executar políticas de virtualização dos procedimentos de trabalho, contribuindo para promoção de uma cultura organizacional no Executivo do RS focada em agilidade, resultados e qualidade de serviços, produtos e processos. Para isso, serão realizadas pesquisas, consultorias, implementação e acompanhamento da gestão eletrônica de processos e documentos.	150.000	Gestão de processos implementada no Departamento de Administração do Patrimônio do Estado (DEAPE)	%	100
					Gestão de processos implementada no Departamento de Perícia Médica e Saúde do Trabalhador (DMEST)	%	100

					Gestão de processos implementada nos órgãos do Poder Executivo Estadual, sob demanda	%	100
					Solução para virtualização de processos implementada, sob demanda	%	100
MODERNIZAÇÃO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS	Em andamento	SMARH	Desenvolver um sistema integrador de compras que possibilite a centralização das contratações para a administração direta, fundações e autarquias, buscando-se qualificar a gestão dos gastos correntes com bens, serviços e obras utilizados no setor público, modernizando, assim, o processo de compras como um todo.	2.600.000	Sistema GCE - Gestão de Compras do Estado implantado	unidade	1
					Sistema GCP - Gestão de Contratos Públicos implantado	unidade	1
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO DO PATRIMÔNIO MÓVEL E IMÓVEL	Em andamento	SMARH	Implementar no Departamento de Administração do Patrimônio do Estado (DEAPE) a estrutura necessária para viabilizar a gestão dos ativos públicos.	7.150.000	Casa de Governo no interior do Estado implantada	unidade	5
					Processo de negócio implantado	%	100
					Sistema APE (Sistema de Administração do Patrimônio do Estado) implementado	unidade	1
					Sistema GPE (Gestão Patrimonial de Imóveis do Estado) modernizado	unidade	1
REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DO COMPLEXO DO CAFF E SEUS ANEXOS	Em andamento	SMARH	Tornar os ambientes de trabalho instalados no complexo do CAFF e anexos eficientes, seguros, sustentáveis e acessíveis, adotando modelos de gestão focados em resultados, redução de custos e acessibilidade.	6.800.000	Arquivo da Divisão de Pessoal e Desenvolvimento de RH da SMARH realocado	%	100
					Complexo do CAFF e seus anexos remodelados e reestruturados	%	100
					Plano de Prevenção de Combate a Incêndio implementado	%	100
					Plano diretor do CAFF concluído e aprovado	unidade	1
					Soluções sustentáveis implantadas no Complexo do CAFF e seus anexos	%	100
REGULAMENTAÇÃO DA GESTÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO ESTADO	Em andamento	SMARH	Enviar à Assembleia Legislativa projeto de lei para a gestão dos ativos públicos.	0	Projeto de Lei sobre gestão de bens móveis e imóveis do Estado elaborado	unidade	1
RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA SMARH	Em andamento	SMARH	Modernizar os sistemas e equipamentos de Tecnologia da Informação e a rede lógica da Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos (SMARH), com vistas à otimização das atividades internas, ao atendimento dos servidores estaduais e às secretarias, através do desenvolvimento de sistemas, implantação de novos módulos e atualização do parque tecnológico.	1.200.000	CVS - Central de Veículos da SMARH desenvolvida e implementada	unidade	1
					Equipamento de tecnologia da informação adquirido	unidade	200
					Rede lógica modernizada	unidade	1
					Repositório digital para os documentos arquivísticos digitais do Estado implementado	unidade	1
					Sistema de Recursos Humanos (RHE) Modernizado	%	100

PROGRAMA: REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, CONCILIAÇÃO E CONSULTORIA AO ESTADO

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 OBJETIVO: VIABILIZAR O EXERCÍCIO DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DO ESTADO, DE SUAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E OUTRAS ENTIDADES REPRESENTADAS, PRESTAR CONSULTORIA JURÍDICA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DIRETA E INDIRETA, BEM COMO ZELAR PELA CONSTITUCIONALIDADE DOS ATOS DE GOVERNO E PELA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INERENTES À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ALÉM DO EXERCÍCIO DAS DEMAIS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E NA LEI COMPLEMENTAR Nº 11.742, DE 17/1/2002.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	144.686.849	43.139.354	187.826.203

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CÂMARAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	Nova	PGE	Viabilizar, por meio de uma Câmara de Conciliação de Precatórios, a negociação direta entre o credor e o devedor para que os precatórios sejam pagos com deságio de até 40% visando quitar o maior número de dívidas judiciais com o mesmo volume de recursos públicos e resgatar a confiança do administrado com o respeito à ordem cronológica e à eliminação do estoque de precatórios; promover, por meio de uma Câmara de Conciliação Administrativa, a resolução extrajudicial dos conflitos entre o particular e a Administração Pública, com a progressiva redução dos gastos públicos, dos encargos sucumbenciais e das ações judiciais movidas contra o Poder Público; e propiciar, por meio de uma Câmara de Mediação, o entendimento direto entre órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta em conflito, tendo a Procuradoria-Geral do Estado como facilitador e como órgão de orientação voltada à redução de irregularidades e problemas estruturais da Administração Pública, evitando a judicialização de conflitos internos.	100.000	Acordo extrajudicial realizado	R\$	17.280.000
					Mediação realizada	%	80
					Percentual da RCL utilizado para conciliação de precatório	%	0,75
MANUT. DA REPR. JUDICIAL, DA CONCILIAÇÃO, DO PROC. ADM. DISCIPLINAR, DA CONSULTORIA À ADM. PÚBLICA E DO INCREMENTO DA COBRANÇA JUD. DA DÍVIDA ATIVA	Nova	PGE	Realizar o desempenho ordinário das atividades de consultoria, conciliação, processo administrativo disciplinar e de representação judicial, no âmbito da Capital e do Interior, nas 18 Procuradorias Regionais, e na Capital Federal, perante a Procuradoria junto aos Tribunais Superiores, bem como incrementar a cobrança judicial da dívida ativa.	153.168.205	Atividade jurídica executada	unidade	1.430.851
					Celeridade na consultoria jurídica prestada	unidade	64
					Celeridade no Processo Administrativo Disciplinar realizado	unidade	500
					Cobrança da Dívida Ativa executada	R\$	264.766.187,08
					Execução Invertida apresentada	%	22,5
					Processo Judicial Eletrônico instaurado	%	8,75
					Proposta de Acordo apresentada	%	94
MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	Em andamento	PGE	Promover a qualificação técnica dos integrantes de seus quadros funcionais, a melhoria operacional e a infraestrutura necessárias ao efetivo e regular desempenho das atividades de consultoria jurídica e de representação judicial da administração pública estadual, desempenhadas pela PGE, por meio dos seguintes órgãos de direção, execução e de apoio: Gabinete, Conselho Superior, Corregedoria-Geral, Procuradorias com funções especializadas (06), de coordenação e integração (01), de pesquisa e documentação (01), de execução regional (18), de execução junto aos Tribunais Superiores (01) e órgão central de apoio administrativo (01). Edificar nova sede para a PGE, que concentre em lugar único a atuação de seus órgãos e atenda as particularidades relacionadas à atuação judicial, viabilizando melhores condições de trabalho e de atendimento à Administração Pública e ao cidadão.	34.307.998	Capacitação de pessoal realizada	unidade	60
					Manutenção e qualificação da infraestrutura física realizada	%	23,44
					Sede própria construída	%	39

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE ORIENTAÇÃO PARA A PREVENÇÃO E COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS E PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS EM COBRANÇA JUDICIAL	Em andamento	PGE	Divulgar nos meios de comunicação social, nos termos do art. 149, § 7º, da Constituição Estadual, as atividades desenvolvidas pela Procuradoria-Geral do Estado, com caráter institucional, educacional, informativo e de orientação social, de modo a estreitar as relações com a sociedade gaúcha, estimulando a participação democrática cidadã na arrecadação dos tributos estaduais em fase de cobrança judicial e na resolução administrativa amigável de controvérsias, visando à redução das demandas judiciais.	250.000 Ação promocional realizada	unidade	8
--	--------------	-----	--	------------------------------------	---------	---

PROGRAMA: SERVIÇOS TÉCNICOS E DE MODERNIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS
 OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL E ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS AO ESTADO, COM VISTAS A QUALIFICAR A GESTÃO PÚBLICA, COM FOCO NA MELHORIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRÂNSITO DO ESTADO RS, ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE SEDE PRÓPRIA, PARA A INSTALAÇÃO DE TODA A ESTRUTURA DA AUTARQUIA EM LOCAL ÚNICO E DA IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS QUE POSSIBILITEM MAIOR QUALIDADE, CONFIABILIDADE E AGILIDADE AOS SERVIÇOS PRESTADOS E AÇÕES REALIZADAS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	2.416.242.706	800.000	2.417.042.706	Processos Virtualizados	Percentual	0	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AQUISIÇÃO DE PRÉDIO ADMINISTRATIVO PARA O DETRAN/RS	Em andamento	DETRAN	Adquirir prédio administrativo, em Porto Alegre, para a instalação de todas as atividades do DETRAN/RS na capital.	800.000	Prédio adquirido	unidade	1
MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRÂNSITO	Nova	DETRAN	Implantar controle biométrico para acesso aos serviços de trânsito, com ênfase no controle das etapas dos processos de habilitação de condutores realizadas nos Centros de Formação de Condutores - CFCs e DETRAN; filmagem de aulas e exames práticos de direção veicular; VPD - Virtualização dos processos realizados nos Centros de Registros de Veículos - CRVAs e DETRAN/RS; implantar sistema de leilão eletrônico, para gerenciamento e aperfeiçoamento do sistema estadual de remoção e depósitos; criar Pátio Central de Reciclagem para sanar o problema de superlotação dos depósitos e qualificar o processo de reciclagem de veículos, com impactos qualitativos em questões ambientais e sociais; disponibilizar veículos adaptados, para ampliar o acesso aos serviços de habilitação aos candidatos deficientes físicos. Consolidar, através de sistema informatizado, as bases de dados municipais, estaduais e federal acerca dos registros de ocorrências de acidentes de trânsito; elaborar diagnóstico da acidentalidade, com mapeamento de pontos críticos com foco nas ações educativas, de fiscalização de trânsito e políticas públicas de segurança viária.	400.000	CFC com controle biométrico nos serviços de habilitação utilizado	unidade	272
					CFC com filmagem de aulas e exames utilizada	unidade	272
					CRVA com virtualização de processo implementado	unidade	231
					Leilão eletrônico implantado	unidade	1
					Observatório Estadual de Trânsito implantado	unidade	1
					Pátio central de reciclagem criado	unidade	1
					Veículo adaptado adquirido	unidade	10
SERVIÇOS TÉCNICOS DE TRÂNSITO	Em andamento	DETRAN	Prestar serviços ordinários e de caráter permanente à população.	2.415.842.706	Carteiras Nacionais de Habilitação emitidas	%	100
					Certificados de Registro e Licenciamentos de Veículos emitidos	%	100
					Infrações processadas	%	100
					Outros processos de trânsito realizados	%	100
					Veículos removidos	%	100

PROGRAMA: SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O SETOR PÚBLICO DO RS

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA FAZENDA

OBJETIVO: PROVER SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO E APROXIMAR GOVERNO E CIDADÃO

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	1.276.280.827	59.960.000	1.336.240.827

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO INFRAESTRUTURA (INS)	Em andamento	PROCERGS	Qualificar a infraestrutura física, tornando-a compatível com as necessidades da Empresa, através de reformas, atualizações e/ou substituições de instalações e sistemas elétricos, contra incêndio, hidrossanitários, prediais e de condicionamento de ar, no âmbito das instalações da Companhia. A meta é chegar em 2019 com 100% da Infraestrutura modernizada (hoje está em 60%).	13.140.000	Infraestrutura Física atualizada	%	100
DATA CENTER – AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO	Em andamento	PROCERGS	Aumentar a capacidade da infraestrutura de backups e armazenamento de dados por meio do crescimento dos equipamentos de segurança e armazenamento de dados em pequeno e médio porte.	20.360.000	Capacidade de Armazenamento ampliada	terabyte	2.462
DATA CENTER –ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DO PARQUE DE SERVIDORES (PAS)	Em andamento	PROCERGS	Medir o percentual dos equipamentos servidores com data de aquisição igual ou inferior a 4 anos. A atualização permanente da infraestrutura dos serviços de TIC é fundamental para a manutenção e incremento da sua eficiência e desempenho. Ela permite não só o aumento da capacidade individual de processamento mas também traz os avanços mais recentes em eficiência energética, compatibilidade, gerenciamento e operacionalidade.	12.760.000	Servidores atualizados	%	70
INFO VIARS - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE RS (RRS)	Em andamento	PROCERGS	Incorporar novas tecnologias à InfoViaRS, com a finalidade de expandir, consolidar e qualificar sua infraestrutura e disponibilizar rede de alta velocidade com serviços de transmissão de voz, dados e imagem.	13.700.000	Rede RS atualizada tecnologicamente	%	60
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TIC PARA O SETOR PÚBLICO (TIC)	Em andamento	PROCERGS	Prestar Serviços de TIC para o setor público do RS. Mede a quantidade de serviços (transações e funcionalidades). A medição considera as transações que estão ativas e em produção. Novas transações são agregadas e são descontadas aquelas que foram desativadas.	1.276.280.827	Evolução da quantidade das transações disponibilizadas	unidade	85.000

PROGRAMA: SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA FAZENDA

OBJETIVO: PROVER O ESTADO DE RECURSOS ECONÔMICO-FINANCEIROS SUFICIENTES PARA O ATENDIMENTO DE SUA FUNÇÃO SOCIAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	328.597.810	98.198.743	426.796.553

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA INTERAÇÃO DA SEFAZ COM A SOCIEDADE E COM OS ÓRGÃOS PÚBLICOS	Em andamento	SEFAZ	Ampliar o atendimento, inclusive por meio de parcerias, assegurando a efetividade e a agilidade na entrega do serviço à sociedade e aos órgãos estaduais; fortalecer a conscientização fiscal, por meio da orientação ativa e da comunicação externa clara e objetiva com os diversos públicos.		0 Participação em eventos de cidadania e educação fiscal realizada	unidade	8.000
APERFEIÇOAMENTO E INOVAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA, BUSCANDO A EXCELÊNCIA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	Em andamento	SEFAZ	Otimizar os processos, com foco na sua efetividade, mitigando a superposição e atividades e ampliando a produtividade dos recursos e das pessoas; agilizar o andamento dos processos internos por meio da implantação de fluxos eletrônicos; garantir a disponibilidade de TIC, em especial com o uso da Infovia.	93.080.309	Pesquisa de satisfação avaliada	unidade	8,7
IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA E DE MELHORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS	Em andamento	SEFAZ	Ampliar a interação entre as pessoas, melhorando o clima organizacional; promover a retenção de servidores com alto potencial produtivo; garantir capacitação continuada e aprofundar o desenvolvimento das lideranças da Fazenda.		0 Pesquisa de clima avaliada (índice de favorabilidade geral)	%	55
					Servidor acolhido em serviço de saúde - SASP	unidade	60
					Servidor desenvolvido e capacitado - hora/homem	h	33
OTIMIZAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS, COM JUSTIÇA FISCAL, CONTROLE E TRANSPARÊNCIA	Em andamento	SEFAZ	Maximizar as receitas próprias, por meio da simplificação da relação tributária e da atuação proativa na fiscalização e cobrança. Ampliar a fiscalização ostensiva, criar agências móveis e reforçar a logística para estruturas de fiscalização. Modernizar as repartições da Receita Estadual/Postos fiscais de divisa. Buscar a sustentabilidade das finanças públicas, qualificando a gestão dos passivos e evitando novos contingentes de dívida ativa.	233.716.244	Receita ampliada	%	8
RACIONALIZAÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS, COM CONTROLE E TRANSPARÊNCIA	Nova	SEFAZ	Qualificar a gestão do recurso público e racionalizar o controle do gasto. Buscar a sustentabilidade das finanças públicas, qualificando a gestão dos passivos e evitando novos contingentes.	100.000.000	Novo Portal de Transparência modernizado (Índice de Transparência-Associação Contas Abertas)	%	8
					Sistema CUSTOS/RS implantado em órgãos da Administração Pública Estadual	unidade	19
					Valor acumulado de economia gerada pelo programa da qualidade do gasto	R\$	1.310.000.000



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

EIXO INFRAESTRUTURA E AMBIENTE

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO

OBJETIVO: IMPLEMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS QUE VISEM DESENVOLVER A INFRAESTRUTURA RURAL NO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	12.834.570	65.900.295	78.734.865	Agricultores beneficiados com projetos de armazenamento de água, irrigação, abastecimento de água e saneamento	Unidade	0	8.852
				Percentual de projetos de qualificação de infraestrutura rural implantado	Percentual	0	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RURAL	Nova	SDR	Garantir acesso à água em unidades da agricultura familiar ou de base cooperativa e para públicos especiais, por meio da construção de microaçudes, cisternas, implantação de sistemas de irrigação, perfuração e instalação de poços artesianos, instalação de redes de abastecimento d'água e implantação de projetos de saneamento básico no meio rural.	57.905.883	Poço artesiano perfurado	unidade	1.152
					Projeto de armazenamento de água e irrigação implantado	unidade	5.500
					Projeto de saneamento executado	unidade	400
					Rede de distribuição d'água instalada	unidade	200
APOIO PARA O ACESSO À INTERNET E À TELEFONIA NO MEIO RURAL	Nova	SDR	Articular e realizar ações conjuntas entre as Cooperativas de Infraestrutura, os Municípios e as operadoras de telefonia para criação de condições e disponibilização de infraestrutura para acesso à Internet de qualidade no meio rural.	4.174.779	Articulação/ação realizada	unidade	28
					Projeto de melhoria da infraestrutura para o acesso à internet e à telefonia apoiado	unidade	56
INCENTIVO AO USO E À GERAÇÃO DE ENERGIA POR MEIO DE FONTES ALTERNATIVAS	Nova	SDR	Incentivar e apoiar a utilização e a implantação de fontes alternativas de energias pelos agricultores familiares e públicos especiais, bem como fomentar e articular incentivos para a aquisição de equipamentos e geração de energia por meio de fontes alternativas através de cooperativas de infraestrutura, visando o uso racional dos recursos naturais.	4.174.779	Diagnóstico para o suprimento energético de propriedades rurais realizado	unidade	1
					Evento/seminário realizado para associados das cooperativas com potencial de investimento	unidade	7
					Projeto implantado	unidade	800
MELHORIA DA QUALIDADE DA ENERGIA ELÉTRICA NO CAMPO	Nova	SDR	Articular com entidades e municípios a realização de levantamento da necessidade de carga de energia elétrica nos empreendimentos rurais de associados de cooperativas. Requerer eventuais providências necessárias junto aos Comitê de Planejamento Energético do Estado (COPERGS) para a adequação da tensão de energia pelas distribuidoras. Quando o tipo de obra exigir participação financeira do consumidor, apoiar financeiramente, com a utilização de recursos do FEAPER, a execução do projeto.	4.174.779	Levantamento de necessidade de carga realizado	unidade	2.000
					Projeto de melhoria da infraestrutura energética implantado	unidade	224
PATRULHA AGRÍCOLA	Nova	SDR	Apoiar municípios e a entidades da sociedade civil organizada no desenvolvimento da infraestrutura rural, por meio da cessão, permissão ou doação de máquinas e equipamentos ou na execução direta de serviços, tais como perfuração de poços, construção de estruturas de armazenamento e de abastecimento de água, terraplenagens e outros, desde que relacionadas diretamente aos públicos especiais e da agricultura familiar ou de base cooperativa (Decreto nº 50.272, de 24 de abril de 2013).	8.304.645	Serviço de infraestrutura rural realizado	unidade	2.400

PROGRAMA: CARVÃO MINERAL PELO RIO GRANDE

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA
 OBJETIVO: AMPLIAR A PRODUÇÃO DE CARVÃO MINERAL, BUSCAR NOVOS MERCADOS E DIVERSIFICAR O USO DO MINÉRIO PARA ATENDER O MERCADO CONSUMIDOR, EM ESPECIAL, O ABASTECIMENTO DAS USINAS TERMELÉTRICAS, OPERANDO, MANTENDO E AMPLIANDO AS INSTALAÇÕES DA EMPRESA DE MODO A GARANTIR A PRODUÇÃO COM QUALIDADE, QUANTIDADE E REGULARIDADE REQUERIDAS, E EM CONDIÇÕES AMBIENTAIS, TÉCNICAS E ECONOMICAMENTE VIÁVEIS, A FIM DE AJUDAR NA DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA E NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DAS CIDADES E REGIÕES ONDE A EMPRESA ATUA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	414.000.000	825.600.000	1.239.600.000	Carvão vendável	Tonelada/ano	3.001.991	4.650.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
EXPANSÃO DA MINERAÇÃO DO CARVÃO	Nova	CRM	Desenvolver atividades destinadas a expandir a mineração do carvão através de implantação de novas unidades de mineração, conforme o sucesso de empreendimentos associados a estas unidades mineiras em leilões de energia A-5 ou outros mercados que venham a ser viabilizados.	825.600.000	Mina de Candiota 2 Implantada Mina de Candiota 3 Implantada Mina de Candiota 4 Implantada Mina de Candiota 5 Implantada Mina de Candiota 6 Implantada Mina do Iruí Implantada	% % % % % %	100 100 100 100 100 100
PRODUÇÃO DE CARVÃO CE 3.300 NA MINA DE CANDIOTA	Em andamento	CRM	Fornecer carvão mineral com poder de calor de 3.300 Kcal/Kg para abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici, Fases A + B + C da CGTEE e outros mercados regionais de menor porte, principalmente na secagem de grãos.	340.000.000	Carvão mineral energético nacional produzido	t	13.500.000
PRODUÇÃO DE CARVÃO CE 4.700 NA MINA DO LEÃO	Em andamento	CRM	Fornecer carvão mineral com poder de calor de 4.700 Kcal/Kg para abastecimento do mercado do Estado de Santa Catarina e outros mercados regionais.	74.000.000	Carvão mineral energético nacional produzido	t	600.000

PROGRAMA: ENERGIA ELÉTRICA PELO RIO GRANDE

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA
 OBJETIVO: AMPLIAR A CAPACIDADE DE GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO, PROMOVEDO A SUSTENTABILIDADE E A DIVERSIFICAÇÃO DE SUAS FONTES ENERGÉTICAS, COM O OBJETIVO DE ATENDER À DEMANDA E SEU CRESCIMENTO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	20.167.102.690	1.623.623.441	21.790.726.131	Disponibilidade Média da Geração Hidrelétrica, média móvel 60 meses - DGH60	%	90,6	90,32
				Duração Equivalente por Consumidor - DEC	Hora	24,01	11,51
				Energia Interrompida na Transmissão - EI t	%	0,004	0,011
				Frequência Equivalente de Reclamação Por 1.000 Unidades Consumidoras - FER	Número de reclamações	4	12
				Frequência Equivalente por Consumidor - FEC	Número de interrupções	15,82	9,71
				Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor - IASC	%	63,51	67,74

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA	Em andamento	CEEE-D	Aplicar anualmente o montante de, no mínimo, 0,5% da receita operacional líquida das Distribuidoras, em ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica, no âmbito do Programa de Eficiência Energética das Empresas de Distribuição - PEE. Esta obrigação consta no contrato de concessão firmado pelas empresas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica com a ANEEL. Como exemplo de projetos de Eficiência Energética e Combate ao Desperdício de Distribuição de Energia Elétrica, temos: a distribuição de lâmpadas eficientes, iluminação adequada de escolas, hospitais, prédios públicos, e substituição de motores para estações de tratamento de água e esgoto e a substituição de refrigeradores obsoletos por modelos eficientes.	70.570.000	Investimento em projeto de eficientização realizado	%	0,5
EXPANSÃO DA GERAÇÃO	Em andamento	CEEE-GT	Ampliar a capacidade de produção de energia, aumentar a participação da CEEE-GT no mercado e aumento da rentabilidade da atividade geradora através da renovação e ampliação do parque existente, bem como participações em novos projetos que envolvam fontes geradoras alternativas.	274.881.706	Potencia eólica instalada expandida Potência hidroelétrica instalada expandida	Mw Mw	52,5 8
EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO	Em andamento	CEEE-GT	Aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT através da construção e da ampliação de linhas de transmissão e subestações de energia elétrica.	559.193.188	Capacidade de transmissão expandida	MVA	956
EXPANSÃO, RENOVACÃO E MELHORIA DAS INSTALAÇÕES DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO	Em andamento	CEEE-D	Atender as Redes de Distribuição desenvolvendo atividades direcionadas à Expansão, destinada ao incremento de carga que é motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; à Renovação, destinada a substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil; à Melhoria, com a finalidade exclusiva de melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico e à Regularização de Vilas que consiste em regularização de unidades consumidoras, com foco na inclusão social.	15.047.954.331	Capacidade de rede de distribuição expandida Unidade consumidora regularizada	kVA unidade	389.751 18.100
EXPANSÃO, RENOVACÃO E MELHORIA DAS INSTALAÇÕES DE SUBTRANSMISSÃO	Em andamento	CEEE-D	Atender as instalações da Subtransmissão: Linhas e Subestações. As atividades estão direcionadas à: Expansão, destinada ao incremento de carga que é motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; a Renovação, destinada a substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil; a Melhoria, com a finalidade exclusiva de melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico.	4.650.243.398	Capacidade de subtransmissão expandida Linha de transmissão expandida	MVA km	731,3 155,6
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA GERAÇÃO	Em andamento	CEEE-GT	Manter e operar o parque gerador, promovendo a sua modernização e adequação das usinas existentes, objetivando a melhoria da confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade da produção de energia elétrica.	736.177.512			

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Infraestrutura e Ambiente

MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA TRANSMISSÃO	Em andamento	CEEE-GT	Executar as programações de manutenção preventiva e preditiva das subestações e linhas de transmissão e operar a rede básica de transmissão da CEEE-GT, de maneira a garantir o bom desempenho/disponibilidade do sistema.	410.173.996	Energia disponibilizada Manutenção preventiva e preditiva realizada	%	90,27 98
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) - D	Em andamento	CEEE-D	Incentivar a busca constante por inovações e desafios tecnológicos do setor elétrico é regulamentado pelo Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D do segmento elétrico. Assim, as empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica devem aplicar anualmente um percentual de 0,20 % de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e nos contratos de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. A Agência estabelece as diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos de P&D por meio do Manual de Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica. Diferentemente da pesquisa acadêmica pura, que se caracteriza pela liberdade de investigação, os programas de P&D no setor de energia elétrica deverão ter metas e resultados bem definidos.	28.228.000	Investimento em projeto de pesquisa e desenvolvimento realizado	%	0,2
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) - GT	Em andamento	CEEE-GT	Incentivar a busca constante por inovações e desafios tecnológicos do setor elétrico é regulamentado pelo Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D do segmento elétrico. Assim, as empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de transmissão e geração de energia elétrica devem aplicar anualmente um percentual de 0,4% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e nos contratos de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. A Agência estabelece as diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos de P&D por meio do Manual de Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica. Diferentemente da pesquisa acadêmica pura, que se caracteriza pela liberdade de investigação, os programas de P&D no setor de energia elétrica deverão ter metas e resultados bem definidos.	13.304.000	Investimento em projeto de P&D realizado	%	0,4

PROGRAMA: ENERGIA PELO RIO GRANDE

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA
 OBJETIVO: PROVER O ESTADO COM ENERGIA ELÉTRICA, GÁS NATURAL, FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA E INCENTIVAR O USO DO CARVÃO MINERAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	7.814.845	160.840.000	168.654.845	Capacidade de Geração Instalada no Estado - CGIE	KW	8.997.929	11.204.000
				Índice de Ampliação da Disponibilidade de Energia no Estado, considerando a oferta de energia elétrica, gás natural e carvão mineral - IADEE	tep(toneladas equiv. petróleo)	5.043.012	5.300.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DA DISPONIBILIDADE ENERGÉTICA	Nova	SME	Viabilizar empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia através das políticas públicas, de incentivos e por intermédio das empresas estaduais de economia mista, além da procura de sinergia entre os diversos atores estaduais necessários à viabilização de novos empreendimentos destinados a aproveitar o potencial hidráulico e eólico ainda inexplorado. Considerando-se também a necessidade de incentivar empreendimentos destinados ao aproveitamento da boa incidência solar da utilização de biomassa do xisto e das grandes reservas de carvão mineral existentes.	541.668	Empreendimento de geração, transmissão e distribuição de energia viabilizado	unidade	240
ELABORAÇÃO DO PLANO ENERGÉTICO DO RIO GRANDE DO SUL 2016-2025	Em andamento	SME	Elaborar o Plano Energético do Rio Grande do Sul 2016-2025 e constituir as diretrizes e propostas de políticas públicas na área da energia. O Plano possibilitará melhor entendimento no que se refere aos insumos renováveis e não renováveis, a conservação de energia, a eficiência energética e a incorporação de novas tecnologias. A elaboração do Planejamento Energético do Estado, de forma regionalizada, abrirá a possibilidade de utilização dos energéticos próprios de cada região, com menor aporte de capital por planta, menor custo de transporte dos energéticos utilizados e menor custo de distribuição da energia gerada, constituindo-se como insumo básico para o planejamento de novos empreendimentos no setor de energia do Estado.	600.000	Plano energético elaborado	unidade	1
ENERGIA FORTE NO CAMPO	Nova	SME	Interligar propriedades rurais à rede trifásica através da disponibilização de crédito aos consumidores rurais, contando ainda com a participação das Concessionárias e Permissionárias, Governo Estadual e Federal. O Rio Grande do Sul, em 2014, apresentava praticamente 100% das mais de 498.000 propriedades rurais eletrificadas. Este atendimento é feito através de 161.000 km de redes primárias de distribuição, das quais 85.000 são redes monofásicas e 17.000 bifásicas. Este é o ponto crítico da situação existente, visto que para permitir o aumento da produção e da produtividade, em um grande número de propriedades rurais não estão disponíveis redes de distribuição de energia elétrica trifásicas. A participação das Concessionárias de energia elétrica nos investimentos necessários a complementação de fases e/ou substituição de condutores é determinada na legislação do setor elétrico, ficando, de modo geral, aquém dos recursos necessários às obras de complementação de fase, cabendo aos consumidores interessados custear estas diferenças. Não raro estas obras de complementação de fases se tornam inviáveis para os pequenos produtores rurais, tolhendo seu pleno desenvolvimento.	164.618.678	Consumidor rural com rede de energia elétrica trifásica ligada	unidade	95.000

FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA	Nova	SME	Realizar estudos e projetos para os setores de emprego de energias alternativas, nas áreas de eletricidade, mineração, telecomunicações e gás e elaborar o atlas eólico e de biomassa do RS. Tendo como ponto de partida a necessidade de diversificar a matriz energética do Estado, aliado aos potenciais eólicos, de biomassa, solarimétricos, de pequenas centrais hidrelétricas, objetivando expandir a geração e atender a crescente demanda por energia através do apoio e do incentivo a implantação de novos empreendimentos de geração de energia sustentável.	2.120.000 Atlas Solarimétrico do Rio Grande do Sul elaborado	unidade	1
POLÍTICA ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	Nova	SME	Apoiar o desenvolvimento de projetos de conservação de energia que induzam unidades consumidoras a minimizar o consumo final de energia, através da apropriação de ganhos de eficiência energética viabilizados pela atualização e desenvolvimento do padrão tecnológico do consumo energético. O progresso induzido, no campo da conservação de energia é consequência de política pública, programas e mecanismos orientados à conservação de energia e, assim sendo, a SME atuará sobre suas próprias instalações consumidoras e apoiará o desenvolvimento de projetos de conservação de energia em prédios e espaços públicos.	674.499 Projeto de conservação de energia apoiado	unidade	45
POLÍTICA PARA A MINERAÇÃO	Nova	SME	Dinamizar o aproveitamento do carvão mineral. O Rio Grande do Sul detém cerca de 90% dos recursos brasileiros de carvão mineral, sendo necessárias ações para a ampliação da sua utilização e maior participação na matriz energética estadual e nacional, considerando-se as inúmeras vantagens de sua utilização. Este energético constitui-se claramente como uma das grandes oportunidades de desenvolvimento socioeconômico do RS, seja como fonte energética básica, ou como ponto de apoio para expansão de importantes ramos industriais. Neste cenário, a elaboração de uma política de estado, fundamentada em estudos e pesquisas tecnológicas, se apresenta como caminho para a ampliação da utilização e aproveitamento sustentável do carvão mineral.	100.000 Estudo e pesquisa tecnológica realizada	unidade	4

PROGRAMA: GÁS PELO RIO GRANDE

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA
 OBJETIVO: AMPLIAR A OFERTA DE GÁS NATURAL E DESENVOLVER O MERCADO DE BIOMETANO NO ESTADO, INCENTIVANDO A UTILIZAÇÃO DESTES ENERGÉTICOS POR TODOS OS SEGMENTOS CONSUMIDORES EM REGIÕES COM MAIOR POTENCIAL DE CONSUMO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	44.561.110	350.441.404	395.002.514	Extensão da rede de distribuição	km	806,1	1.411,1
				Índice de Participação no Varejo - IPV	%	1,8	6,94
				Número de clientes atendidos com gás natural	Unidade	20.389	92.537
				Número de municípios atendidos com gás natural	Unidade	38	42
				Participação do biometano no volume médio diário de gás natural comercializado	%	0	3,5
				Percentual de veículos da frota circulante do estado movidos a gás natural veicular	%	0,97	1
				Volume de gás natural não termoelétrico comercializado	m³/dia	1.779.832	3.367.120

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL E MELHORIAS OPERACIONAIS DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL	Em andamento	SULGÁS	Expandir a rede de distribuição de gás natural e da carteira de clientes, especialmente no segmento de varejo, constituído por clientes residenciais e comerciais. Haverá a ampliação, também, do volume de gás natural distribuído a regiões com demandas potenciais significativas e da oferta de gás natural na forma comprimida (GNC) a regiões afastadas da rede de distribuição. Dentre os principais projetos, destacam-se: macrocélulas em Porto Alegre e Caxias do Sul; saturação das redes existentes (AÇO e PEAD); ramal UTE Rio Grande; interligação Polo Petroquímico Triunfo; interligação Canoas-Cachoeirinha; ramal Scharlau/Portão; ramal Alvorada; ramal Cavalhada; ramal Agronomia; Projetos Estruturantes (modal GNC) em Gramado/Canela e Santa Cruz do Sul. Esta ação contempla, ainda, a realização de projetos de infraestrutura que configuram melhorias no sistema de distribuição de gás natural e no atendimento aos clientes. Os projetos compreendem desde a aquisição de sistemas e/ou equipamentos operacionais até a construção de redes de infraestrutura de distribuição fundamentadas na ampliação da capacidade de fornecimento, na segurança operacional e na robustez da malha dutoviária de distribuição de gás, agregando valor ao produto e aos clientes.	387.319.334	Cliente atendido	unidade	92.537
					Rede de distribuição de gás natural expandida	km	506,8
					Volume de GN comercializado	m3/d	3.367.120
DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE BIOMETANO NO ESTADO	Nova	SULGÁS	Incentivar a implantação de projetos de produção de Biometano em diferentes regiões funcionais. Produzir e fornecer o energético, à Sulgás, a partir de distintos substratos com vistas à injeção na rede de distribuição. As principais atividades e investimentos previstos para a consecução da ação são: Realização de Chamada Pública para seleção de propostas para fornecimento de Biometano; Ramal Carlos Barbosa; Projetos Estruturantes; Gerador (Paralelo) – Posto GNVERDE Montenegro; Pontos de Injeção de Biometano – GNVerde; Projeto Pesquisa de Biometano e GNV em Motores – Convênio Univates; Projeto de Pesquisa “Mapa do Biometano e Biomassa no RS” – UNIVATES; Análises Físico-Químicas Biometano (GNVerde) – Convênio SULGÁS/SENAI/CTGÁS; aplicação do Biometano em veículos leves e pesados; aplicação de Biometano na indústria; aplicação de Biometano para geração de energia elétrica e cogeração.	993.047	Estudo e pesquisa realizado	unidade	8
					Projeto contratado	unidade	5
					Volume de biometano adquirido	m3/d	117.000

PLANEJAMENTO, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL	Em andamento	SULGÁS	Desenvolver pesquisas, planejamento e estudos associados ao gás natural e suas possibilidades de uso, elaborados internamente e/ou com o auxílio de agentes externos especializados, tais como instituições de ensino e pesquisa. Principais projetos: aplicação de GNV em veículos pesados – conversão de unidades piloto; motor a gás para ônibus; conversão de frota de transporte; implantação de empilhadeiras a gás natural; estudos de gaseificação de carvão e outras biomassas, Gás Natural Liquefeito e Shale Gas.	6.690.133 Projeto realizado	unidade	12
--	--------------	--------	--	-----------------------------	---------	----

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS, MICRORREGIÕES E AGLOMERAÇÕES URBANAS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
OBJETIVO: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE - RMPA, REGIÃO METROPOLITANA DA SERRA GAÚCHA - RMSG, MICRORREGIÃO CELEIRO E AGLOMERAÇÕES URBANAS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	357.328.871	561.196.477	918.525.348	Índice de Arrecadação das Receitas do Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo de Passageiros	%	100	140
				Índice de Planos Diretores Integrados ao Sistema Regional de Planejamento Assessorado	%	100	140
				Índice de Processos de Parcelamento de Solo Analisados	%	100	160
				Número de Adesões de Alunos ao Benefício Passe Livre Estudantil	Unidade	33.000	37.000
				Pavimentação de Vias Públicas Urbanas	km	Não apurado	40
				Vias Urbanas Implantadas; PAC 2 - Programa de Aceleração de Crescimento, Mobilidade das Grandes Cidades e PAC 50 - Programa de Aceleração de Crescimento, Pacto da Mobilidade	km	0	92,5

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE GESTÃO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	Em andamento	METROPLAN	Formular políticas e diretrizes que promovam a organização do território e o desenvolvimento sustentável, em articulação com a SEPLAN e os COREDES, através da elaboração de planos de desenvolvimento urbano integrado, assessoramento técnico aos municípios na elaboração e/ou revisão dos planos diretores e análise de parcelamento de solo. Apoiar e assessorar as prefeituras através de compatibilizações de ações entre governos. Realizar trabalhos técnicos e operações em diversos segmentos. Realizar a gestão de projetos e estudos técnicos especializados para elaboração do Plano Estratégico da Região Metropolitana de Porto Alegre visando definir as macrodiretrizes que nortearão o conjunto de ações estratégicas e prioritárias, voltadas para o desenvolvimento sustentável, econômico, social, ambiental e reordenamento territorial. Realizar estudos para aplicação das diretrizes gerais contidas no Estatuto da Metrópole para o planejamento, gestão, execução das funções públicas de interesse comum, em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas, instituídas pelo Estado, e normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado. Articular instrumentos de governança interfederativa e critérios para o apoio da União em ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, em articulação com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional e os COREDES envolvidos. Realizar a modelagem do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros (Aulinor, Ausul, RMSG e RMPA) e Consórcio de Gestores do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros.	16.365.000	Assessoramento técnico na elaboração de Planos Regionais ou outros instrumentos de planejamento efetuado	unidade	40
					Consórcio de Gestores do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros implantado	%	100
					Estudos para aplicação do Estatuto da Metrópole elaborados	%	100
					Modelagem do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros implantada	%	100
					Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Aglomeração Urbana do Litoral Norte - AULINOR elaborado	%	100
					Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Aglomeração Urbana do Sul - AUSUL elaborado	%	100
					Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana da Serra Gaúcha - RMSG elaborado	%	100
					Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA elaborado	%	100
					Plano Estratégico da Região Metropolitana de Porto Alegre elaborado	%	100
					Projeto de parcelamento do solo analisado	%	160

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Infraestrutura e Ambiente

APERFEIÇOAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS, MICRORREGIÕES E AGLOMERAÇÕES URBANAS	Em andamento	METROPLAN	Criar a estrutura de atendimento da Região Metropolitana da Serra Gaúcha e Microrregião Ceileira, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais. Implantar o Sistema e suporte institucional para o planejamento e gestão da RMSG e Microrregião Ceileira. Aprimorar o sistema institucional para o planejamento e gestão das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Apoio às Prefeituras Municipais com vista ao Planejamento Regional, à elaboração de Planos Integrados e à compatibilização das ações das esferas municipais, estadual e federal, em articulação com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional e os COREDEs. Planejamento e Execução da Governança através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Estrutura do Sistema de Planejamento Metropolitano.	8.745.000	Escritório da Microrregião Ceileira implantado	%	100
					Escritório da Região Metropolitana da Serra Gaúcha - RMSG implantado	%	100
					Escritórios qualificados	%	100
APERFEIÇOAR OS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E SISTEMA INFORMATIZADO, CONTROLE DO SISTEMA E APOIO AO USUÁRIO DO TRANSPORTE METROPOLITANO COLETIVO	Em andamento	METROPLAN	Aprimorar o sistema de gestão de informações do transporte metropolitano coletivo de passageiros, através da implementação de um banco de dados centralizado, atualização da base cartográfica, incremento da arrecadação das taxas e contribuição dos serviços delegados. Qualificação no atendimento ao usuário do transporte metropolitano coletivo de passageiros, incremento da fiscalização e controle da frota de veículos de transporte metropolitano de passageiros.	5.570.000	Atendimento ao usuário do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAAC aperfeiçoado	%	100
					Controle de sistema de gestão de transporte metropolitano coletivo de passageiros aperfeiçoado	%	100
					Sistema de gestão de recursos financeiros implantado	%	100
					Veículo de fiscalização adquirido	unidade	10
GESTÃO DE PROJETOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO HIDROVIÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE - RMPA	Em andamento	METROPLAN	Planejar e estruturar a rede de transporte público coletivo hidroviário, orientando os investimentos em infraestrutura, operação, manutenção e gestão do serviço na Região Metropolitana de Porto Alegre. Definir alternativas de rotas e atracadouros, análise de viabilidade técnico-econômica, avaliações ambientais e modelo de gestão do sistema. Realizar Termo de Referência, licitação e implantação da Rota do Jacuí. Realizar estudos sobre Rota Sinos, Rota Sul e Esteio e Rota Gravataí.	4.470.000	Plano Hidroviário Metropolitano do RS - Diretrizes para o transporte hidroviário de passageiros na RMPA implementado	%	100
					Rota do Jacuí implantada	%	100
GESTÃO DE PROJETOS, OBRAS E ESTUDOS DE ALTERNATIVAS E CONCEPÇÕES PARA PREVENÇÃO DE CHEIAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE - RMPA	Em andamento	METROPLAN	Elaborar estudos para beneficiar a população atingida pelos efeitos das cheias no Arroio Feijó em Porto Alegre e Alvorada; no Rio Jacuí em Eldorado do Sul; na Bacia do Rio dos Sinos; e na Bacia do Rio Gravataí. Realizar a concepção do Dique de Proteção contra Cheias em Porto Alegre e Alvorada e do Dique de Proteção em Eldorado do Sul. Propor alternativas mais viáveis para os projetos de minimização do efeito das cheias na Bacia do Rio dos Sinos. Estudar a estiagem e propor as alternativas mais viáveis para os projetos de minimização do efeito das cheias (PAC 2 - Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais - Prevenção das Cheias, para Investimentos em Prevenção de Inundações no RS) na Bacia do Rio Gravataí.	186.382.027	Estudos de alternativas e projetos para minimização do efeito das cheias na Bacia do Rio dos Sinos elaborados	%	100
					Estudos de alternativas e projetos para minimização dos efeitos das cheias na Bacia do Rio Gravataí elaborados	%	100
					Estudos de concepção e anteprojetos de engenharia para proteção contra cheias do Rio Gravataí e afluentes em Alvorada e Porto Alegre elaborados	%	100
					Estudos e projeto conceitual de proteção contra cheias do Delta do Jacuí e Eldorado do Sul elaborados	%	100
MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DO PROGRAMA PASSE LIVRE ESTUDANTIL	Em andamento	METROPLAN	Manter e expandir a operacionalização do Programa Estadual do Passe Livre Estudantil.	34.005.000	Adesão ao benefício nas Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Municípios mantido e ampliado	unidade	37.000
PROMOÇÃO DAS AÇÕES INTEGRADAS DA INFRAESTRUTURA URBANA	Em andamento	METROPLAN	Analisar projetos de pavimentações encaminhados ou demandados por municípios; acompanhar as obras de pavimentação; elaborar estudos e projetos visando à qualificação urbanística e à estruturação do sistema de transporte metropolitano; acompanhar a execução das intervenções de qualificação urbana e estruturação do sistema de transporte. Realizar estudos sobre a Avenida do Litoral. Desenvolver Plano Funcional de Anel Viário Imbé-Tramandaí e Estudo de Viabilidade de três alternativas de implantação para a obra de arte de ligação viária e transposição da Lagoa do Armazém no trecho Tramandaí e Imbé, qualificando as vias urbanas por ele conformadas, como elemento estratégico de ligação viária urbana com caráter de integração local e regional.	4.825.000	Estudos e projetos de viabilidade de pavimentação de vias urbanas e obra de arte elaborados	%	100
					Obra de pavimentação executada	km	40
					Projeto de pavimentação analisado	unidade	192
					Projeto de pavimentação aprovado e conveniado	unidade	80

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E MOBILIDADE URBANA DAS REGIÕES METROPOLITANAS E AGLOMERAÇÕES URBANAS	Em andamento	METROPLAN	Desenvolver anteprojetos, projetos e obras de engenharia nas intervenções para requalificar e implantar sistema estruturante de transporte público na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), conforme diretrizes previstas no Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana (PITMUrb). PAC 2 - Programa de Aceleração do Crescimento - MOBILIDADE DAS GRANDES CIDADES: Implantar faixas exclusivas, corredores de ônibus e ciclovias metropolitanas, além de qualificar os passeios públicos com soluções de acessibilidade universal e do ambiente urbano nos municípios de Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada e Viamão. PAC 50 - Programa de Aceleração do Crescimento - PACTO DA MOBILIDADE: Realizar estudos, projetos e obras que promovam a ligação dos municípios, duplicar vias, implantar faixas exclusivas e/ou corredores de ônibus, além de qualificar os passeios públicos com soluções de acessibilidade universal e do ambiente urbano, com implantação de ciclovia na maioria dos trechos envolvendo os municípios de Porto Alegre, Alvorada, Gravataí, Cachoeirinha e Viamão (Perimetral Metropolitana), Estrada Caminho do Meio (Viamão), Av. Protásio Alves (Porto Alegre), Av. Castelo Branco/Legalidade (Porto Alegre), Av. Frederico Dähl (Alvorada) e Estrada do Conde (Eldorado e Guaíba). Realizar estudos de Rede Integrada baseada em conceitos de racionalização e troncalização das linhas metropolitanas de transporte público coletivo, envolvendo os municípios de Viamão, Alvorada, Gravataí, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Guaíba e Porto Alegre. Realizar a concepção de um Plano Urbanístico complementar às intervenções do PAC 2 e 50.	656.643.321	Corredor de transporte coletivo de passageiros - PAC 50 implantado	km	32,5				
				Estudos de Rede Integrada baseada em conceitos de racionalização e troncalização das linhas metropolitanas de transporte público coletivo elaborados	%	100					
				Estudos e projetos da Perimetral Metropolitana (Porto Alegre/ Viamão/Alvorada/Gravataí/Cachoeirinha) - PAC 50 elaborados	%	100					
				Estudos e Projetos para Duplicação da Avenida da Legalidade (Castelo Branco) / - Porto Alegre - PAC 50 elaborados	%	100					
				Faixa exclusiva para ônibus - PAC 2 implantada	km	26,57					
				Faixa exclusiva para transporte coletivo/ciclovia - PAC 2 implantada	km	20,9					
				Obra de integração dos corredores de ônibus (Porto Alegre - trecho Av. Assis Brasil e Trecho Av. Bento Gonçalves - PAC 2) executada	km	8					
				Troncal de transporte coletivo público - PAC 2 implantado	km	4,5					
				PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS, MICRORREGIÕES E AGLOMERAÇÕES URBANAS	Em andamento	METROPLAN	Assessorar os municípios das Regiões Metropolitanas e aglomerações urbanas, para assuntos relacionados à gestão da destinação de resíduos sólidos. Produzir conhecimento necessário à implantação de um sistema de dados georreferenciados, cartográficos e socioeconômicos. Consolidar informações com vistas à elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento. Elaborar estudos e projetos no âmbito das Regiões Metropolitanas e aglomerações urbanas no Estado, bem como estudos voltados aos planos diretores através de convênios firmados. Apoiar os Municípios das Regiões Metropolitanas e das Aglomerações Urbanas com relação à Agenda de Sustentabilidade.	1.520.000	Agendas regionais e municipais de sustentabilidade apoiadas	%	100
								Pesquisa, estudos e projetos regionais para o planejamento realizados	%	100	
Plano Metropolitanano de Gestão de Resíduos Sólidos assessorado	%	100									
Sistema de informações implantado	%	100									

PROGRAMA: PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DOS TRANSPORTES

OBJETIVO: CONSERVAR, RESTAURAR E AMPLIAR A MALHA RODOVIÁRIA, MANTENDO-A EM CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE, QUALIFICAR A MALHA HIDROVIÁRIA MANTENDO-A EM PLENAS CONDIÇÕES DE NAVEGABILIDADE, MELHORAR A INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA E AEROPORTUÁRIA, INCENTIVAR A INSTALAÇÃO DE PLATAFORMAS LOGÍSTICAS OBJETIVANDO ALAVANCAR O DESENVOLVIMENTO E A INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES ATRAVÉS DA INTERMODALIDADE

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.173.655.161	2.914.436.876	4.088.092.037	Malha hidroviária em condições plenas de navegabilidade	%	92	93
				Movimentação de aeronaves	Número aeronaves movimentadas	5.108	23.934
				Movimentação nos portos	Toneladas/ano	36.002.804	160.000.000
				Rodovias conservadas	KM	13.581,78	13.581,78
				Rodovias construídas	KM	46,5	487,6
				Rodovias restauradas	KM	1.166,48	2.586,56
				Taxa de utilização de berços portuários	%	36,9	42,6

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA PEDAGIADA	Nova	EGR	Expandir a malha rodoviária pedagiada estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas. Compreende, inclusive, os estudos necessários à identificação de trechos da malha rodoviária estadual que poderão ser transferidos para a EGR e geridos com recursos da implantação de novas praças de pedágio.	200.000	Malha pedagiada expandida Praça de pedágio implantada	km unidade	200 2
AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DE RODOVIA PEDAGIADA	Nova	EGR	Aumentar a capacidade das rodovias pedagiadas através de sua duplicação, implantação de terceira e quarta faixas de trânsito, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.	33.000.000	Rodovia com capacidade ampliada	km	34
AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DE RODOVIAS	Em andamento	DAER	Aumentar a capacidade dos eixos rodoviários, através da duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação de terceiras e quarta faixas de trânsito, em pontos críticos que possuem alto índice de acidentes, acíves que reduzem drasticamente a velocidade e estradas que necessitam de aumento da sua capacidade de atender a demanda de tráfego, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.	578.870.000	Rodovia com capacidade ampliada	km	155,39
ARTICULAÇÃO DE AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE APOIO A ATIVIDADE PORTUÁRIA	Nova	ST	Viabilizar a implantação de infraestrutura de apoio a atividade portuária desenvolvida pelo Porto do Rio Grande, visando a ampliação e a qualificação do atendimento da demanda por transporte e envolve articulações destinadas a viabilizar a construção da Avenida Portuária na cidade de São José do Norte e a viabilizar a travessia a seco entre as cidades de Rio Grande e São José do Norte.		0 Avenida portuária viabilizada Ligação a seco Rio Grande-São José do Norte viabilizada	unidade unidade	1 2

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIA PEDAGIADA	Nova	EGR	Conservar e manter as rodovias pedagiadas. Os serviços compreendem basicamente a conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada manual ou mecânica, terraplenagem, sinalização vertical e horizontal, obras de arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem, conservação da faixa de domínio, melhorias em trevos e travessias urbanas, serviços de meio ambiente, serviços de supervisão e fiscalização. Os serviços e os projetos necessários à realização das obras serão contratados pela EGR junto a firmas especializadas.	83.647.271 Rodovia conservada	km	892,78
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS	Em andamento	DAER	Conservar e manter as rodovias pavimentadas e não pavimentadas, compreendendo a conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada (manual ou mecânica), terraplenagem, sinalização vertical e horizontal, obras de arte correntes e especiais, operação de tapa-buracos e reperfilagem, conservação da faixa de domínio, melhorias em trevos e travessias urbanas, serviços de meio ambiente, serviços de supervisão e fiscalização.	284.596.909 Rodovia conservada e mantida	km	12.303
CONSTRUÇÃO DE ACESSOS MUNICIPAIS COM INTEGRAÇÃO À MALHA RODOVIÁRIA	Em andamento	DAER	Aumentar a extensão da rede rodoviária possibilitando integração das comunidades a toda a malha existente, beneficiando um número maior de usuários. Envolve todos os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, obras complementares, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, desapropriações, serviços de meio ambiente, fiscalização e supervisão.	946.453.187 Acesso municipal construído	km	956,21
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	Em andamento	DAER	Executar todos os serviços destinados a expandir o sistema rodoviário estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, serviços complementares, custos referentes ao meio ambiente, supervisão e fiscalização.	483.622.462 Rodovia construída	km	432,6
CONVÊNIOS MUNICIPAIS	Nova	DAER	Executar obras viárias destinadas a estender ou qualificar a rede viária municipal, ou segmentos de rodovia estadual diretamente ligada aos municípios, possibilitando maior integração, mobilidade, escoamento de produção e maiores benefícios sociais. Envolve os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares. As obras e os serviços serão realizados mediante convênios firmados entre o DAER e os Municípios, sendo responsabilidade do DAER o repasse de uma parcela dos recursos necessários. As obras serão realizadas pelos municípios, com acompanhamento do DAER.	12.800.000 Obra viária realizada	km	118,9
ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DE LONGO CURSO – PDSTC RS	Em andamento	ST	Elaborar o Plano Diretor e estabelecer as diretrizes para o marco regulatório setorial, desenvolvendo a modelagem operacional, propondo o modelo institucional, tarifário, espacial e de gestão, visando a outorga dos serviços por área de mercado. Também deverá definir e propor as soluções de transição do regime antigo para o novo. Deverá abranger todo o sistema formado pela rede de linhas, compreendendo as de longo curso e as de características semelhantes às urbanas	50.000 Plano elaborado e implementado	unidade	1
EXPANSÃO DE ÁREA PORTUÁRIA	Nova	SUPRG	Criar novas áreas para atividade portuária atendendo às necessidades do crescimento da movimentação de cargas bem como sua diversificação.	1.137.256 Área portuária retomada	unidade	1
				Projeto de novo terminal realizado	unidade	2
GESTÃO DO ACESSO AQUAVIÁRIO	Em andamento	SUPRG	Manter os canais de acesso e bacias de evolução aprofundados, modernizados e sinalizados para maior segurança e eficiência na tráfegabilidade, através da realização de serviços de dragagem e sinalização.	16.423.782 Canal e bacia de evolução mantido	unidade	4
				Canal sinalizado e controlado	unidade	1

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTES – PELT RS E INTEGRAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE TRANSPORTES	Nova	ST	Executar as atividades técnicas e gerenciais destinadas a realizar, através de análises de dados atuais e de projeções macroeconômicas, o diagnóstico e a identificação das deficiências e dos gargalos do sistema de transportes de cargas do Rio Grande do Sul e através de suas conclusões propor soluções ao gerenciamento do sistema transportador. A ação visa ainda promover a constituição de equipe multidisciplinar, a contratação de consultoria especializada e a aquisição com instalação de rede de lógica para alimentação do sistema de gestão – TRANSCAD, objetivando permitir a provisão e a periódica atualização dos insumos necessários ao desenvolvimento de estudos e ações destinadas à progressiva integração operacional dos diferentes modais que integram o do sistema transportador. Os serviços serão realizados de forma direta com o apoio de consultoria.	2.120.000 Plano elaborado, implementado e mantido	unidade	1
INSTALAÇÃO DO FÓRUM HIDROPORTUÁRIO	Nova	SPH	Promover discussões temáticas sobre o modal hidroviário e os portos interiores do RS. A SPH realizará seminários e Fóruns de discussão com a participação de estudiosos do setor, empresários e transportadores aquaviários da navegação interior.	0 Fórum instalado Seminário realizado	unidade unidade	8 8
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL DOS PORTOS INTERIORES	Nova	SPH	Garantir e fomentar a permanente disponibilidade operacional dos Portos de Porto Alegre, Pelotas, Cachoeira do Sul e Estrela, e suas respectivas infraestruturas (Caís, Berços, Armazéns, Pátios, Sistemas e Acessos) para recebimento de mercadorias e embarcações de longo curso, cabotagem e navegação interior que atendam as respectivas áreas de influência. As atividades serão focadas na infraestrutura portuária e são fundamentais à movimentação de cargas e o recebimento de embarcações. O desenvolvimento de estudos técnicos nas áreas de engenharia, economia e meio ambiente objetivam o fomento e a intensificação do uso econômico das infraestruturas existentes, incluindo arrendamentos e inclusive parcerias.	44.386.330 Estudo técnico realizado Obra de manutenção de infraestrutura de armazenagem realizada Obra de manutenção e melhoria da infraestrutura de acostagem realizada Reforma de instalação elétrica de média e baixa tensão realizada Sistema de pesagem mantido Sistema de segurança pública portuária internacional mantido	unidade % % % unidade unidade	13 100 100 100 3 2

MANUTENÇÃO DA NAVEGABILIDADE DA MALHA HIDROVIÁRIA	Nova	SPH	<p>Garantir a manutenção da navegabilidade na malha hidroviária gaúcha. As dragagens de manutenção dos calados, destinadas à implantação das profundidades de projeto, serão realizadas com equipamentos e pessoal próprios em locais onde sua terceirização apresenta baixa atratividade comercial e, nos trechos hidroviários que articulam o complexo portuário da grande Porto Alegre e os portos de Pelotas e Rio Grande, com a contratação de empresa de dragagem mediante processo licitatório. A viabilização dos serviços de dragagens com equipamentos próprios se dará através da restauração de 3 (três) parques de dragagem compostos de dragas, rebocadores, batelões e os planos inclinados do estaleiro naval de Triunfo. A manutenção da sinalização náutica será executada através da substituição e reparos dos sinais instalados, e, para tanto é necessária a aquisição e restauração de bóias e equipamentos de fundeio, bem como a aquisição de 2 (duas) embarcações apropriadas para a execução destas atividades. Com o intuito de subsidiar projetos de melhoria nas condições de navegação, redução de custos tanto na manutenção da malha hidroviária, quanto das operações logísticas do modal, serão diagnosticados o comportamento dos sedimentos subaquáticos e sua conformação atual. Da junção desses estudos e do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA contratado para melhoria no traçado entre os complexos portuários de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande pretende-se a viabilização da navegação de longo curso nos canais artificiais do Rio Grande do Sul ininterruptamente. Objetivando fomentar o transporte intermunicipal de carga e passageiros nas 41 travessias afetadas à SPH, garantindo o cumprimento de sua função econômica e social junto às comunidades por elas atendidas, serão diagnosticadas as condicionantes locais, sejam, topo-hidrográficas, técnica e segurança da navegação, acessibilidade e atracação ou análise da demanda e benefícios sociais. Pretende-se a partir desse diagnóstico combinado a aferição da capacidade local à municipalização da gestão das travessias, cabendo ao estado a normatização e fiscalização destas.</p>	75.268.437	Diagnóstico realizado	%	100					
					Dragagem de manutenção realizada	m3	2.024.000					
					Estudo de municipalização realizado	%	90					
					EVTEA realizado	%	100					
					Levantamento das condições geomorfológicas e sedimentológicas realizado	unidade	148					
					Parque de dragagem recuperado e mantido	unidade	3					
					Parque de sinalização náutica renovado	unidade	2					
					Sinalização náutica mantida	%	95					
					MANUTENÇÃO DE PRAÇAS DE PEDÁGIO	Nova	EGR	Manter a estrutura física das praças de pedágio, realizando todas as atividades necessárias envolvendo basicamente a área de eletroeletrônica, cancelas, segurança da praça e transporte de valores arrecadados.	15.717.630	Praça de pedágio mantida	unidade	14
					MODERNIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO PORTO DO RIO GRANDE	Em andamento	SUPRG	Desenvolver atividades destinadas a modernizar a infraestrutura, recuperando, adaptando e revitalizando as instalações do Porto do Rio Grande.	11.737.902	Infraestrutura de acostagem modernizada	m	600
Instalação recuperada, adaptada e revitalizada	%	100										
Posto de espera e fundeio no interior do canal do Porto do Rio Grande instalado e recuperado	unidade	5										
MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA AEROPORTUÁRIO	Nova	ST	Modernizar e manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços. As atividades necessárias constituem-se de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária e objetivam a ampliação e a qualificação necessárias ao aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros. Para a consecução das obras e serviços necessários será realizada a contratação de consultoria e de projetos para os aeroportos regionais e internacionais novos ou existentes bem como contratação de consultoria para estudos de demanda, impacto ambiental e localização de sítios aeroportuários.	42.977.586	Aeroporto mantido	unidade	12					
					Aeroporto modernizado	unidade	8					
					Estudo realizado	unidade	39					
OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DAS RODODVIAS PEDAGIADAS	Nova	EGR	Operar o sistema de arrecadação das rodovias pedagiadas, realizando as atividades necessárias as quais envolvem o planejamento, o controle e fiscalização das praças de pedágio e do fluxo de veículos. Implantação do Centro de Controle de Arrecadação - CCA e do Centro de Controle Operacional - CCO.	241.286.009	Arrecadação realizada	R\$	865.719.027					
					Fluxo de veículo controlado	unidade	176.381.990					

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Infraestrutura e Ambiente

OPERAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL	Em andamento	DAER	Executar ações de planejamento, controle, fiscalização, gerenciamento, segurança e qualidade nos serviços de transporte de passageiros, estações rodoviárias, no transporte de cargas nas rodovias estaduais e contratos de concessão.	224.234.791	Praça de pedágio administrada	unidade	14
					Faixa de domínio desapropriada	m2	880.000
					Fiscalização de estação rodoviária, agência e terminal rodoviário realizada	unidade	3.360
					Operação de fiscalização para fretamento e turismo, linhas e terminais regulares e cargas realizada	unidade	6.000
					Projeto e fiscalização de contrato de concessão realizado	unidade	5
					Veículo com excesso de velocidade, identificado por equipamento eletrônico, fiscalizado	unidade	2.682.000
					Veículo de carga fiscalizado	unidade	4.000
PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GERENCIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO	Em andamento	DAER	Elaborar o plano diretor rodoviário a partir do gerenciamento e do planejamento da malha rodoviária estadual; Introduzir a malha rodoviária do estado nas novas tecnologias de geoprocessamento, bem como, dispor de um preciso e atualizado instrumento de gestão; Obter o diagnóstico da malha rodoviária executando o levantamento da rede pavimentada e não pavimentada, incluindo o cadastro, o tráfego, condições do pavimento, acidentalidade e obras de arte especiais. Inspeccionar, diagnosticar, classificar e promover planos de ações de segurança viária. Cadastrar e monitorar os pontos de instabilidade de encostas; Desenvolver e implantar metodologias e especificações dos serviços do DAER através de aperfeiçoamento e gestão; Implementar um sistema estadual de registro de estudos e projetos, com a participação dos municípios; Conhecer, agrupar e analisar os dados socioeconômicos relacionados com a população, renda, frota de veículos, agricultura, indústria e serviços, bem como, valores de insumos e serviços utilizados nas obras rodoviárias; Atualização e elaboração de novos estudos e projetos de engenharia e estudos para licenciamento ambiental, bem como, estudos e pesquisas de materias para pavimentação de rodovias e de novas técnicas construtivas em trechos rodoviários experimentais. Promover a regularização ambiental da malha rodoviária estadual com a obtenção das licenças de operação. Adquirir bens e serviços para desenvolvimento e suporte das atividades técnicas de engenharia.	65.849.018	Gerenciamento da malha rodoviária realizado	%	100
					Licenciamento ambiental da malha rodoviária executado	unidade	280
					Mapa rodoviário interativo implantado	%	100
					Plano diretor rodoviário implantado	%	100
					Projeto rodoviário e de obra de arte especial concluído	km	1.260,6
					Trecho de rodovia experimental construído	km	5
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS	Nova	EGR	Prestar serviços de socorro rodoviário com a remoção de veículos e resgate médico aos usuários. Os serviços de resgate médico serão terceirizados com a contratação de empresa especializada. A remoção de veículos sera realizada por contratação de terceiros ou de forma direta pela EGR, com seus próprios recursos e com credenciamento para disponibilização de guinchos destinados à remoção de veículos com pane mecânica ou acidentados.	60.069.352	Ambulância disponibilizada	unidade	14
					Praça de pedágio com serviço de remoção de veículos atendida	unidade	14
RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO	Em andamento	DAER	Restaurar rodovias pavimentadas, incluindo-se obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como, recuperação de obras de arte correntes, especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização.	610.036.638	Pavimento restaurado	km	1.437
RESTAURAÇÃO DE RODOVIA PEDAGIADA	Nova	EGR	Restaurar as rodovias pedagiadas, realizando obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como restauração de obras de arte correntes especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização. A EGR mediante processo licitatório contratará a execução dos serviços.	241.912.000	Obra de arte restaurada	unidade	4
					Rodovia restaurada	km	1.149,56
SEGURANÇA NO PORTO DO RIO GRANDE	Nova	SUPRG	Prover medidas de segurança, adaptando o Porto do Rio Grande ao sistema de segurança pública portuária e infra-estrutura, demandada pelas convenções internacionais e exigências alfandegárias.	11.695.477	Atividades e patrimônio assegurados	unidade	4

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO
 OBJETIVO: SUPERAR OS PROBLEMAS DE DÉFICITS HÍDRICOS, AUMENTANDO AS ÁREAS IRRIGADAS E O LEQUE DE OPÇÕES DE CULTIVO ATRAVÉS DE UM SUPRIMENTO GARANTIDO DE ÁGUA. COMPLEMENTAR A PROVISÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA URBANO. CONHECER AS DEFICIÊNCIAS HÍDRICAS ATRAVÉS DE ESTUDOS TÉCNICOS, ELABORAR CADASTROS INCLUINDO DADOS SOBRE AS DEMANDAS DE ÁGUA NAS REGIÕES DO RS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	8.666.680	41.973.049	50.639.729	Área potencialmente irrigável	ha	351,67	95.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ELABORAÇÃO DE PROJETOS, CONSTRUÇÃO DE AÇUDES E CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS	Em andamento	SEAPI	Construir açudes escavados, aterrados e mistos, que são construções de maciços de terra construídos com a finalidade de servir de barramento das águas das chuvas, armazenadas em períodos chuvosos para serem utilizadas em épocas de seca.	970.000	Açude construído	unidade	5.000
					Técnico e agricultor capacitado	unidade	5.200
ELABORAÇÃO DE PROJETOS, CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E SISTEMAS ASSOCIADOS, GESTÃO DE USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA E COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS	Em andamento	SEAPI	Ampliar a área irrigada, beneficiando diversos municípios, principalmente os mais afetados, tanto pela seca, quanto pelas enchentes, pois as barragens além de proporcionarem um contínuo uso da água para a irrigação e regularização da vazão do leito do rio, evitam enchentes à jusante do barramento. Desenvolver projetos executivos de novas barragens a partir de um total de 23 estudos existentes não contemplados no PAC 2, e suas respectivas construções. Apoiar a operação inicial da distribuição da água de reservatórios e gerenciamento dos sistemas de distribuição para a continuidade da gestão e manutenção do sistema. Realizar compensação ambiental de áreas desmatadas pela área de alague das barragens. através de aquisição de áreas de preservação permanente ou, do plantio de mudas de árvores específicas, atendendo orientações da FEPAM.	49.235.229	Área adquirida	ha	7.500
					Barragem do Arroio Jaguari construída	%	100
					Barragem do Arroio Taquarembó construída	%	100
					Barragem do Estancado construída (PAC 2)	%	100
					Barragem do Estancado projetada (PAC 2)	%	100
					Barragem do Passo da Ferraria construída (PAC 2)	%	60
					Barragem do Passo da Ferraria projetada (PAC 2)	%	100
					Barragem do Rio Soturno construída (PAC 2)	%	100
					Barragem do Rio Soturno projetada (PAC 2)	%	100
					Barragem e canais do Rio São Sepé construídos	%	70
					Barragem e canais do Rio São Sepé projetados	%	100
					Canais da barragem do Arroio Jaguari construídos - PAC 2	%	100
					Canais da barragem do Arroio Jaguari projetados	%	100
					Canais da barragem do Arroio Taquarembó construídos - PAC 2	%	100
					Canais da barragem do Arroio Taquarembó projetados PAC 2	%	100
					Mudas de árvores adquiridas para reposição florestal obrigatória	unidade	1.906.946
Sistema de distribuição de barragem operado e gerido	unidade	4					

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE IRRIGAÇÃO NO CONTEXTO DOS USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA	Em andamento	SEAPI	<p>Realizar o levantamento de todos os sistemas hídricos (açudes, poços, barragens canais...) do Estado, bem como avaliar os poços que deverão ser revitalizados, as barragens e canais de irrigação que serão utilizados e principalmente quais as obras a serem implantadas.</p> <p>Implantar os Territórios de Irrigação e Usos Múltiplos da Água - TIUMAS, de acordo com o PIUMA/RS - Plano Diretor de Irrigação no Contexto dos Usos Múltiplos da Água do Rio Grande do Sul, o qual resultou de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional, o IICA - Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, e a Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano do Estado.</p>	434.500 Levantamento dos sistemas hídricos realizado	%	60
				Território de Irrigação -TIUMA`s - implantado	unidade	5

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO
 OBJETIVO: MANTER E AMPLIAR O ACESSO DA POPULAÇÃO DO ESTADO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO: ÁGUA POTÁVEL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E, DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUA PLUVIAIS URBANAS. ESTRUTURAR E IMPLEMENTAR A POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO, NOS TERMOS DA LEI ESTADUAL Nº 12.037/03, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL 13.836/11.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	7.018.959	1.713.334.957	1.720.353.916	Índice de regularidade dos contratos de prestação de serviços de saneamento	Percentual	99,7	100
				Nível de Universalização de Água Urbano (NUA)	Percentual	97,68	99,18
				Nível de Universalização de Esgoto Urbano Conectado (NUE-C)	Percentual	11,65	25,68
				Nível de Universalização de Esgoto Urbano Disponibilizado (NUE-D)	Percentual	13,95	32,11
				Número de famílias beneficiadas por convênios para ações de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades	Unidade	10.774	28.522
				Percentual de elaboração do Plano Estadual de Saneamento	Percentual	0	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
EXPANSÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Em andamento	CORSAN	Expandir as redes e ligações de água; substituir redes de água; otimizar e/ou melhorar os sistemas de abastecimento; ampliar os sistemas de abastecimento considerando o crescimento vegetativo; ampliar o número de economias atendidas.	226.887.037	Capacidade instalada de tratamento de água ampliada	m3	164.933.280
					Economia atendida	unidade	217.597
					Índice de perda de faturamento reduzido	%	0,387
					Rede de água assentada/substituída	m	1.992.208
					Volume de reservação ampliado	m3	24.530
EXPANSÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Em andamento	CORSAN	Expandir e/ou substituir as redes e ligações de esgoto; substituir redes de esgoto; ampliar os sistemas de esgotamento sanitário; implantar sistemas de esgotamento sanitário, ampliar o número de economias com sistemas de esgoto sanitário disponibilizado.	1.258.567.395	Capacidade instalada de tratamento de esgoto ampliada	m3	57.325.194
					Economias disponibilizadas com sistemas de esgotamento sanitário	unidade	353.236
					Redes de esgoto assentadas	m	2.500.236
					Volume de esgoto tratado ampliado	m3	74.454.251
GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO	Em andamento	SOSH	Dotar o Estado de um conjunto de elementos de informação, diagnóstico, definição de objetivos, metas, instrumentos, programas, controle e avaliação, que consubstanciam, organizam e integram o planejamento e a execução das ações de saneamento básico no Estado, de acordo com o estabelecido na Política Estadual de Saneamento.	5.818.959	Plano Estadual de Saneamento Básico realizado	%	100
					Plano Municipal de Saneamento elaborado	unidade	160
					Sistema Estadual de Informações Gerenciais de Saneamento Básico elaborado	%	100
PROMOÇÃO DE MEDIDAS INSTITUCIONAIS	Em andamento	CORSAN	Manter o parque de medidores e incrementar a medição em novas ligações visando o atendimento do crescimento vegetativo e, promover a pesquisa bial de satisfação do cliente.	112.950.183	Hidrômetro instalado/substituído	unidade	1.533.294
					Índice de Satisfação do Cliente	unidade	8
REPASSES DE CONVÊNIO PARA SANEAMENTO NOS MUNICÍPIOS E INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL - CORSAN	Em andamento	SOSH	Repassar o montante de recursos oriundos do Orçamento Geral da União para expansão e/ou melhorias nos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, conforme convênio de repasses entre Estado e CORSAN.	43.251.942	Recurso repassado	unidade	43.251.942

SANEAMENTO BÁSICO PARA PEQUENAS COMUNIDADES	Em andamento	SOSH	Realizar ações para pequenas comunidades, em áreas urbanas e rurais, que visam: proporcionar o acesso à água potável em qualidade, quantidade e regularidade às comunidades sem acesso à mesma, através da perfuração e montagem de poços tubulares profundos, implantação de sistemas de adução, tratamento, reservação e distribuição de água. Implantar sistemas de esgotamento sanitário, coletivos ou individuais (para coleta, afastamento, tratamento e disposição final); construir módulos sanitários e, assessorar tecnicamente os municípios.	72.878.400	Família beneficiada por convênio para	unidade	1.228
					implantação de módulo sanitário		
					Família beneficiada por convênio para	unidade	16.520
					implantação de sistema de		
					abastecimento de água potável, e, ou		
					sistema de esgotamento sanitário		
					Poço tubular profundo perfurado	unidade	480

PROGRAMA: SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO: COORDENAR E EXECUTAR AS AÇÕES DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL, COM BASE NA APLICAÇÃO DE NORMAS REGULATÓRIAS E NO USO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INTEGRADOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	276.808.407	8.324.210	285.132.617	Prazo médio de atendimento da solicitação de licenciamento ambiental	Dias	944	180
				Redução no estoque de processos de licenciamento não solucionados.	Unidade	10.588	3.000
				Redução no estoque de processos de outorga em procedimento de análise de dados	Unidade	3.295	1.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - SIRAM	Em andamento	SEMA	Integrar e modernizar os processos de regularização ambiental das atividades antrópicas, que englobam atribuições das três instituições executoras (SEMA, FEPAM e FZB), cuja manutenção pressupõe o cumprimento permanente das exigências legais e normativas desde o início até o encerramento da atividade antrópica, assim entendida: a intervenção ambiental, florestal ou em outras formas de vegetação, em recurso hídrico e em recurso faunístico e pesqueiro decorrentes de empreendimento ou atividade humana. Desenvolver e implantar sistema tecnológico que vai: conectar estudos, dados e informações ambientais ao processo de licenciamento ambiental; dispor e disponibilizar informações ambientais do Estado, possibilitando o acesso e o cruzamento de dados; tornar mais ágil a emissão de permissões ambientais (licenças, autorizações, outorgas).	36.983.517	Sistema Integrado de Regularização Ambiental elaborado	%	100
					Sistema Integrado de Regularização Ambiental implementado	%	100
					Sistema Integrado de Regularização Ambiental mantido	%	100
ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO - ZEE-RS	Em andamento	SEMA	Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico do Rio Grande do Sul (ZEE-RS), integrando ao sistema de planejamento do Estado as informações necessárias à gestão do território.	10.750.000	Zoneamento Ecológico-Econômico elaborado	%	100
					Zoneamento Ecológico-Econômico implementado	%	100
ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS	Em andamento	SEMA	O projeto tem como objetivos instituir o Sistema Estadual de Gestão Integrada de Risco de Desastres, bem como formular a Política Estadual de Gestão Integrada de Risco de Desastres no Estado do Rio Grande do Sul; desenvolver o Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres; e implantar a Sala de Situação para a Gestão Integrada de Risco de Desastres. A expectativa é que se possa estabelecer uma única política estadual de ações coordenadas para gerir os riscos inerentes aos desastres sobre o ambiente, com preocupação social, econômica e ambiental.	9.756.500	Sistema de Gestão de Riscos elaborado	%	100
					Sistema de Gestão de Riscos implementado	%	100
					Sistema de Gestão de Riscos mantido	%	100
GESTÃO AMBIENTAL - ATIVIDADE SEMA	Em andamento	SEMA	Desenvolver, em conformidade com suas atribuições legais, as atividades de planejamento, monitoramento, licenciamento, fiscalização, educação ambiental e cadastramento.	3.710.000	Ação de fiscalização de combate a pesca predatória e o tráfico de animais silvestres realizada	unidade	24
					Atividade antrópica de intervenção em recurso hídrico outorgada	unidade	3.400
					Atividade antrópica de intervenção em recurso hídrico vistoriada	unidade	360
					Monitoramento (quantitativo) da água realizado	unidade	90
GESTÃO, CONTROLE E LICENCIAMENTO AMBIENTAL	Nova	FEPAM	Elaborar estudos e diagnósticos ambientais do Estado. Executar o monitoramento ambiental. Licenciar e fiscalizar atividades efetivamente ou potencialmente poluidoras de modo a assegurar o cumprimento da legislação ambiental.	23.517.877	Amostras de efluentes líquidos das fontes antrópicas analisada	unidade	456
					Demanda dos Ministérios Públicos, Polícias e Judiciário atendida	%	95

					Denúncia de dano ambiental atendida	%	85
					Estudo de avaliação do inventário energético da bacia do rio Camaquã realizado	%	100
					Ponto de coleta das condições de balneabilidade das praias e balneários do Estado monitorado	unidade	83
					Ponto de coleta de qualidade da água monitorado	unidade	243
					Valores de referência de qualidade (VRQ) dos solos do Estado determinado	%	100
IMPLEMENTAÇÃO / ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, PLANOS E PROJETOS AMBIENTAIS	Em andamento	SEMA	Apoiar a construção de ferramentas que possibilitem o planejamento de uso dos recursos naturais, os quais orientam o licenciamento e monitoramento das atividades antrópicas. Incentivar, articular e planejar, em parceria com os municípios, políticas de defesa dos direitos animais.	196.245.513	Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) implementada e mantida	unidade	7
					Inventário Florestal realizado	%	100
					Município capacitado a operar na gestão e no licenciamento de atividades de impacto local	unidade	407
					Plano de Bacia Hidrográfica elaborado	unidade	9
					Plano de Manejo de Unidade de Conservação elaborado e/ou revisado	unidade	8
					Plano do Sistema Estadual de Unidades de Conservação elaborado e implementado	%	100
					Plano Estadual de Educação Ambiental elaborado	%	100
					Projeto Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado (RSBiodiversidade) implementado	%	100
					Repovoamento da araucária e de plantio de árvores nobres de espécies folhosas nativas realizada	unidade	280.000
					Sistema Informatizado para gestão da Fauna Silvestre desenvolvido	%	100
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Nova	SEMA	Implementar as ações decorrentes das diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos concluído em Dezembro de 2014.	120.000	1ª Etapa do Plano Estadual Resíduos Sólidos implementada	%	100
PARTICIPAÇÃO DA FZB NA IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS	Nova	FZB	Apoiar tecnicamente a implementação de planos, programas e projetos da SEMA e FEPAM.	0	Atividade da Aliança de Conservación de Los Pastizales Naturales en el Conosur, no contexto da conservação dos campos nativo do RS - apoiada	%	100
					Elaboração do plano do sistema estadual de unidades de conservação - apoiada	%	100
					Elaboração do Plano Estadual de Educação Ambiental - apoiada	%	100
					Elaboração e/ou revisão dos planos de manejo de unidades de conservação - apoiada	%	100
					Implantação do projeto Conservação da Biodiversidade, Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado - RS Biodiversidade - apoiado	%	100
					Projeto de Zoneamento ecológico-econômico - apoiado	%	100

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Infraestrutura e Ambiente

				Sistema de Gestão de Riscos - apoiado	%	100
				Sistema Integrado de Regionalização Ambiental - apoiado	%	100
PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS	Nova	FEPAM	Apoiar a construção de ferramentas que possibilitem o planejamento de uso dos recursos naturais, os quais orientam o licenciamento e monitoramento das atividades antrópicas.	0 Elaboração, implementação e manutenção do Sistema de Gestão de Riscos - apoiada	%	100
				Elaboração, implementação e manutenção do Sistema Integrado de Regularização Ambiental - SIRAM- apoiada	%	100
				Elaboração, implementação e manutenção do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado - apoiada	%	100
				Planos de bacias hidrográficas - elaborado	%	100
PESQUISA EM BIODIVERSIDADE - FZB	Em andamento	FZB	Executar pesquisa científica básica e aplicada em biodiversidade atual e paleontológica, manter as coleções científicas de referência da biodiversidade, inventariar as espécies e ecossistemas gaúchos, e coordenar o processo de avaliação de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção no RS.	4.049.210 Aluno de escolas públicas e privadas visitante dos parques	unidade	125.000
				Avaliação de espécies ameaçadas de extinção realizada	unidade	1
				Professor da rede pública e privada capacitado na difusão do conhecimento científico e da educação ambiental	unidade	2.000



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

EIXO SOCIAL

PROGRAMA: ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E À INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

OBJETIVO: PROMOVER ACESSO E USUFRUTO A BENS SOCIAIS, CULTURAIS, DE LAZER E ESPORTE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD) E PARA AS PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO (PCAH) POR MEIO DA PROPOSIÇÃO, COORDENAÇÃO, ARTICULAÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DA POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL PARA PCD E PCAH; DO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E CONTROLE SOCIAL; DA PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA E DO FOMENTO À CULTURA DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	3.689.019	416.638	4.105.657	Ações, Projetos, Recursos ou Serviços municipais implantados e/ou qualificados com intervenção da FADERS	unidade	8	50
				Comitê Gestor Municipal da Política Estadual para PcD e PCAH instalado e atuante	unidade	0	120

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PCD E PCAH/SD	Em andamento	FADERS	Articular políticas de diferentes esferas governamentais e em diferentes áreas e níveis de atuação, mediante a coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PCAH no RS, a gestão da Política Pública Estadual, a promoção da interiorização de ações e da descentralização de recursos, o assessoramento a gestores e a atuação junto a Municípios, Órgãos, Entidades e Conselhos de Direitos e de Controle Social sobre políticas públicas no interesse das PcD e PCAH e suas entidades representativas.	1.052.515	Comitê Gestor instalado	unidade	60
					Conselho de Direitos e de Controle Social de Políticas assessorado	unidade	40
					Evento temático realizado	unidade	20
					Plenária do Fórum coordenada	unidade	40
					Política Pública para as Pessoas com Altas Habilidades / Superdotação estabelecida	unidade	1
ATENÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ÀS PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO	Em andamento	FADERS	Prestar atenção direta a pessoas com deficiência e a pessoas com altas habilidades / superdotação e sua comunidade, em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias, conhecimentos e espaços de atendimento, com vistas à elevação da qualidade de vida e à inclusão.	907.972	Pessoa com Deficiência ou Pessoa com Altas Habilidades atendida em serviço referencial da FADERS	unidade	60.000
CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE ACESSIBILIDADE	Em andamento	FADERS	Desenvolver ações transversais, atividades e projetos voltados à produção de uma cultura fundamentada nos valores da universalidade e indivisibilidade de Direitos, da acessibilidade e da inclusão, capaz de contribuir e produzir a equiparação de oportunidades e a superação de barreiras, estigmas e obstáculos comportamentais ao pleno exercício da cidadania das PcD e PCAH / Superdotação.	1.258.958	Campanha realizada	unidade	1
					Evento cultural promovido	unidade	16
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NAS ÁREAS DA DEFICIÊNCIA E DAS ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO	Em andamento	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades / superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades / superdotação. Assessorar projetos e ações de órgãos públicos, instituições, entidades e empresas orientados à inclusão social das PcD e PCAH/Sd. Supervisionar estágios acadêmicos no campo e área de atuação da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	886.212	Estágio obrigatório supervisionado	unidade	48
					Estudo Técnico / Pesquisa realizada	unidade	16
					Material formativo produzido	unidade	8
					Órgão / Projeto assessorado	unidade	80
					Pessoa capacitada para atenção às altas habilidades	unidade	200
Pessoa capacitada para atenção às deficiências	unidade	3.000					

PROGRAMA: ACESSO E PERMANÊNCIA COM QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
 OBJETIVO: VIABILIZAR O ACESSO E A PERMANÊNCIA DO ALUNO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROPORCIONANDO UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NA BUSCA DE UM NOVO PATAMAR EDUCACIONAL, GERANDO OPORTUNIDADES PARA TODOS, AMPLIANDO A OFERTA DE ENSINO MÉDIO, VISANDO A SUA UNIVERSALIZAÇÃO E ARTICULANDO AÇÕES TRANSVERSAIS COM OUTROS ÓRGÃOS PARA A EFICIÊNCIA NA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.807.548.690	163.734.540	1.971.283.230	Taxa de permanência do Ensino Fundamental	%	98,5	99
				Taxa de permanência do Ensino Médio	%	91	95

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR QUALIFICADA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	Em andamento	SEDUC	Estabelecer uma relação de parceria entre Estado e Municípios, por meio de repasse de recursos financeiros aos municípios para complementação e qualificação da alimentação escolar no âmbito estadual, transferindo gradativamente a alimentação municipalizada para a alimentação escolarizada, com vista à expansão e à melhoria da Educação Básica. Garantir apoio aos Municípios que assumiram o compromisso de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos alunos matriculados em todas as etapas e modalidades de ensino dos estabelecimentos estaduais de educação localizados na área de sua jurisdição. Garantir o atendimento aos alunos matriculados em escolas com a alimentação escolarizada na Educação Básica da rede pública estadual (creches, pré-escolas, ensino fundamental, médio, EJA, AEE), no Ensino Médio Politécnico, no Programa Mais Educação, em Escolas de Tempo Integral, bem como em escolas atendidas no Programa Nacional de Alimentação Escolar com cardápio regionalizado.	316.500.000	Aluno atendido com alimentação escolarizada	unidade	954.945
					Aluno atendido com alimentação municipalizada	unidade	30.000
					Município que atende alimentação municipalizada da rede estadual	unidade	52
ARTICULAÇÃO DE AÇÕES TRANSVERSAIS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE GARANTAM O ACESSO E A PERMANÊNCIA	Em andamento	SEDUC	Desenvolver ações que integrem a Escola à rede de atenção à criança e ao adolescente, envolvendo órgãos públicos, sociedade civil organizada e comunidade escolar. Objetivando a melhoria e qualificação do ensino, estabelecer relação de parceria entre Estado e associações mantenedoras de estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos através de repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB. Estabelecer convênios com organismos nacionais e internacionais visando financiamento de ações para expansão da Educação Básica.	76.624.800	Parceria com entidades civis sem fins lucrativos realizada	unidade	144
					Programa e projeto firmado com Organismos Nacionais e Internacionais para expansão da Educação Básica	unidade	33

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

DEMOCRATIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DA ESCOLA, CRE E SEDUC	Em andamento	SEDUC	Manter as escolas de Educação Básica com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Atualizar e revisar os critérios de distribuição dos valores relativos ao suprimento mensal de recursos da Autonomia Financeira das Escolas da Rede Estadual de Ensino. Garantir a manutenção e qualificação dos sistemas informatizados de gestão nos aspectos administrativo, pedagógico e de recursos humanos, integrados entre escola, CREs e SEDUC. Realizar diagnóstico da demanda educacional e do atendimento escolar, bem como acompanhar o movimento e rendimento dos alunos para subsidiar a construção de políticas que assegurem a qualidade do acesso e a permanência da Educação Básica, através do censo escolar, central de matrículas e ISE - Informatização da Secretaria da Educação. Acompanhar sistematicamente a ficha de comunicação do aluno infrequente - FICAI on-line, junto aos órgãos parceiros, reforçando a necessidade de desenvolver estratégias interinstitucionais com enfoque para o trabalho em rede - Escola, Conselho Tutelar, Ministério Público e demais órgãos estaduais e municipais, concentrando esforços para manter o aluno na escola, permitindo ao Poder Público, através dos dados colhidos com a aplicação da ficha, a construção de políticas públicas em prol da garantia do direito à educação.	1.047.158.430	Censo escolar realizado	unidade	4					
					Central de matrículas implementada e informatizada	unidade	16					
					Escola atendida com manutenção centralizada	unidade	2.568					
					Escola atendida com programas de autonomia financeira e pedagógica	unidade	2.568					
					Escola, CRE e SEDUC com gestão informatizada	unidade	2.599					
					Informatização da Secretaria da Educação - ISE implantada/implementada	unidade	4					
					Recurso repassado para entidade beneficiada pelo Nota Fiscal Gaúcha	%	100					
					Relatório da FICAI on-line acompanhado	unidade	48					
					PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA - CIPAVES - COMISSÕES INTERNAS DE PREVENÇÃO A ACIDENTES E VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	Nova	SEDUC	Implantar e implementar Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas escolas - CIPAVES, prioritariamente em escolas localizadas em municípios de maior vulnerabilidade social, por meio de formação e capacitação de professores e alunos em práticas restaurativas.	3.200.000	Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência na Escola - CIPAVES instalada	unidade	2.430
										Escola com núcleo de gestão de conflito implantado	unidade	400
TRANSPORTE ESCOLAR - ADESÃO AO PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR	Em andamento	SEDUC	Manter o maior número de municípios habilitados ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, através das adesões ao Transporte Escolar em 90% dos 481 municípios que atendem alunos do meio rural, de acordo com a legislação.	0	Município com termo de adesão firmado/assinado	unidade	481					
VIABILIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	Em andamento	SEDUC	Realizar, com qualidade e vigilância, em parceria com os municípios, a oferta do transporte escolar aos alunos matriculados na Rede Pública Estadual, conforme legislação vigente.	527.800.000	Aluno da rede estadual transportado	unidade	102.751					

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 OBJETIVO: PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E REDUZIR AS TAXAS DE REINCIDÊNCIA CRIMINAL, BEM COMO QUALIFICAR OS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS, POR MEIO DA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E DA REDUÇÃO DO DÉFICIT DE VAGAS PRISIONAIS, E VALORIZAR O SERVIDOR E A INSTITUIÇÃO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	626.612.887	112.221.674	738.834.561	Percentual de presos condenados em atividade laboral	%	44,43	49,04

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL	Em andamento	SSP	Prover os meios necessários para manutenção e funcionamento do sistema prisional, bem como promover o tratamento e a assistência ao preso.	628.923.724	Atendimento ao sistema prisional efetuado	%	100
CONSTRUÇÃO DE CADEIAS PÚBLICAS	Nova	SSP	Gerar vagas no sistema prisional, destinadas exclusivamente aos presos provisórios (sem condenação criminal), em atendimento à legislação vigente.	51.918.453	Servidor qualificado	unidade	1.600
CONSTRUÇÃO DE PENITENCIÁRIAS	Em andamento	SSP	Concluir a construção de Penitenciárias no Estado, a fim de promover a desocupação parcial do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA).	45.992.384	Vaga gerada	unidade	1.566
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	Em andamento	SSP	Realizar o reaparelhamento do sistema prisional, por meio da aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes necessários à sua melhoria e manutenção.	12.000.000	Posto de trabalho prisional criado	unidade	160
					Vaga gerada	unidade	672
					Equipamento adquirido	unidade	200
					Viatura adquirida	unidade	788

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO DO ACESSO COM QUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA FUNDAÇÃO LIBERATO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
 OBJETIVO: AMPLIAR E QUALIFICAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA FUNDAÇÃO LIBERATO (FETLSVC), AMPLIANDO SUA ATUAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO DE REFERÊNCIA NA REGIÃO E NO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	22.175.718	6.085.542	28.261.260	Alunos concluintes dos cursos na Fundação Liberato	Unidade	508	660
				Alunos matriculados na Fundação Liberato	Unidade	3.504	4.754
				Projetos de pesquisa participantes da MOSTRATEC	Projetos	380	380

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VAGAS NOS CURSOS TÉCNICOS EXISTENTES E CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS	Nova	FETLSVC	Ofertar novas modalidades de cursos técnicos no Centro de Referência em Tecnologia Assistiva para a Educação Profissional (CRTA), atendendo às leis de acessibilidade para a pessoa com deficiência, e ampliar a oferta dos cursos atuais e o funcionamento da Instituição.	19.402.286	Curso criado	unidade	3
					Matrícula ampliada	unidade	1.200
					Vaga mantida	unidade	15.600
CRIAÇÃO DE CURSOS DE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO EM ÁREAS TECNOLÓGICAS E LICENCIATURAS EM CIÊNCIAS E SUA MANUTENÇÃO	Nova	FETLSVC	Criar cursos superiores tecnológicos e de licenciaturas relacionados às áreas científicas nos quais a Fundação Liberato atua no nível técnico, para os quais existe a demanda regional.	300.000	Curso de modalidade licenciatura em ciências da natureza criado	unidade	2
					Curso de modalidade tecnológica criado	unidade	2
					Matrícula criada	unidade	120
					Vaga mantida	unidade	180
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INSERÇÃO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO LIBERATO NA SOCIEDADE E NO FOMENTO À PESQUISA	Em andamento	FETLSVC	Desenvolver projetos institucionais que intensifiquem a regionalização e as relações comunitárias, como as ações da Incubadora Tecnológica, atuação no Centro de Inovação e Tecnologia (CIT), realização do Seminário de Acessibilidade Liberato Inclusiva (V, VI, VII, VIII), realização da FEICIT (20ª, 21ª, 22ª e 23ª Feira Interna de Ciência e Tecnologia) e da MOSTRATEC (31ª, 32ª, 33ª e 34ª Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia). Ampliar convênios e parcerias estratégicas públicas e privadas para captação de recursos externos e busca da sustentabilidade institucional.	790.000	Convênio e parceria estratégica implantada	unidade	30
					Empresa incubada	unidade	6
					Feira científica realizada	unidade	2
					Seminário realizado	unidade	2
MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS DE APOIO E DOS EQUIPAMENTOS DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS	Em andamento	FETLSVC	Adquirir bibliografias, implantar e modernizar laboratórios, salas de apoio pedagógico para produção de recursos didáticos e viabilizar a modalidade Educação à Distância (EAD), bem como implantar salas de recursos multifuncionais para pessoas com deficiência, entre outras.	2.326.726	Acervo bibliográfico adquirido	unidade	2.500
					Laboratório implantado	unidade	2
					Laboratório modernizado	unidade	16
					Sala de recursos equipada	unidade	2
QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO	Em andamento	FETLSVC	Revisar o Planejamento Estratégico (2016-2024), capacitar professores e gestores e realizar avaliação institucional, pesquisa de egressos e modernização administrativa da instituição.	708.000	Avaliação Institucional realizada	unidade	4
					Modernização administrativa realizada	unidade	1
					Planejamento Estratégico 2016-2024 revisado	unidade	1
					Servidor capacitado	unidade	150
QUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	Em andamento	FETLSVC	Construir um novo espaço físico conforme padrão de escola do Brasil Profissionalizado, modelo para 1.200 alunos, nas dependências da Fundação Liberato, a fim de sediar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva para a Educação Profissional (CRTA), que proporcionará a oferta de novos cursos integrados ao Ensino Médio com infraestrutura acessível, fomentando o ingresso de alunos com deficiência no ensino profissionalizante. Ampliar a estrutura atual a fim de ampliar as vagas nos cursos já existentes, bem como realizar reforma para atendimento às leis de acessibilidade, PPCI, nova subestação de energia elétrica, central de gases e construir a estação de tratamento de efluentes cloacais.	4.734.248	Central de gases para laboratório construída	unidade	1
					Construção existente reformada	unidade	1
					Estação de tratamento de efluentes cloacais construída	unidade	1
					Plano de Prevenção Contra Incêndio - PPCI executado	unidade	1
					Prédio padrão Brasil Profissionalizado construído	unidade	1
					Projeto de acessibilidade executado	unidade	1
					Sala de aula e laboratório construído	unidade	14
					Subestação de energia elétrica construída	unidade	1

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO DO ACESSO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
 OBJETIVO: AMPLIAR E QUALIFICAR A OFERTA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR MEIO DE PARCERIAS E AÇÕES EMPREENDEDORAS, FOMENTANDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL CONSIDERANDO AS DEMANDAS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	113.458.105	197.806.879	311.264.984	Alunos matriculados na rede estadual na Educação Profissional	aluno	32.455	48.000
				Índice de conclusão no tempo certo	%	70	85
				Índice de escolas com intervenção emergencial	%	20	67
				Índice de escolas com intervenção na rede física	%	20	70
				Projetos inscritos nas Mostras das Escolas de Educação Profissional (MEPs)	projeto	294	1.680

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO POTENCIALIZANDO PARCERIAS E CONVÊNIOS PÚBLICO PRIVADOS PARA INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÚBLICA ESTADUAL	Em andamento	SEDUC	Estabelecer parcerias e convênios entre entes públicos e privados para a convergência de ações que contribuam para a melhoria da qualidade da educação profissional ofertada pelas escolas técnicas estaduais.		0 Instrumento jurídico/convênio firmado	unidade	36
CAPACITAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES, SERVIDORES E GESTORES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Em andamento	SEDUC	Capacitar, atualizar e qualificar professores, servidores e gestores, nas áreas pedagógica, técnica e administrativa, buscando inclusive, parcerias com Instituições Públicas e Privadas. Oportunizar formação continuada e técnica, bem como garantir assessoria, pesquisa, troca de experiências, produção e/ou aquisição de material pedagógico necessário para subsidiar os debates e estudos aos profissionais que atuam na Educação Profissional, atendendo as diversidades regionais e potencialidades socioeconômicas das diferentes comunidades e regiões do RS. Capacitar docentes, técnicos e equipes diretivas para implementação/implantação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar.	5.760.000	Gestor capacitado Professor capacitado Servidor capacitado	unidade unidade unidade	3.456 1.607 1.560
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA REDE FÍSICA DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Em andamento	SEDUC	Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas que ofertam Educação Profissional com recursos oriundos de convênios e parcerias. Construir, reformar, ampliar e qualificar a estrutura física das escolas de Educação Profissional, oportunizando um atendimento qualificado do Ensino Profissionalizante aos alunos, inclusive com ampliação de vagas, visando atender o desenvolvimento diferenciado das regiões do Estado. Adaptar escolas para o atendimento em Tempo Integral na Educação Profissional, buscando a melhoria do desempenho escolar.	150.178.744	Atendimento emergencial efetivado Escola ampliada Escola em Tempo Integral na Educação Profissional reformada Intervenção na estrutura física atendida Nova escola técnica construída	unidade unidade unidade unidade unidade	112 34 26 200 6
CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE VAGAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Em andamento	SEDUC	Ampliar a oferta de vagas e cursos oportunizando a profissionalização, fomentando o desenvolvimento local e regional no Estado.		0 Curso técnico de nível médio criado Vaga criada em curso técnico de nível médio	unidade unidade	4 2.400
DEMOCRATIZAÇÃO E EFICIÊNCIA NA GESTÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - SUEPRO	Em andamento	SEDUC	Manter as escolas de Educação Profissional com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Disponibilizar recursos para a implementação da política de gestão da Educação Profissional, através da manutenção da Superintendência da Educação Profissional - SUEPRO da Secretaria de Estado da Educação.	61.146.240	Escola atendida com programa de autonomia financeira e pedagógica Escola e SUEPRO atendida com manutenção centralizada e apoio administrativo	unidade unidade	173 174

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA TECNOLÓGICO E DIGITAL DE GESTÃO TÉCNICA, PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DA ED. PROF. NA REDE PÚBLICA ESTADUAL	Nova	SEDUC	Desenvolver uma plataforma tecnológica na qual seja possível atender as especificidades da Educação Profissional, no que tange a oferta dos diversos cursos técnicos da Rede Pública Estadual de Educação Profissional, diversificados no universo dos 10 Eixos Tecnológicos atendidos pela SUEPRO/SEDUC/RS. Possibilitar a gestão acadêmica dos cursos técnicos, desde o processo de ingresso até a certificação dos alunos, passando por toda sua vida escolar. Possibilitar a realização da gestão dos Recursos Humanos para desenvolver cursos técnicos. Contemplar o controle/registo do funcionamento das Unidades Didáticas, principalmente nas escolas agrícolas, bem como acompanhar os projetos financeiro-administrativos das escolas.	7.500.000	Sistema desenvolvido e implantado	unidade	1
IMPLANTAÇÃO DE PROPOSTA PEDAGÓGICA ESPECÍFICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS TÉCNICAS AGRÍCOLAS	Em andamento	SEDUC	Implementar proposta pedagógica diferenciada nas escolas técnicas, gradativamente, voltada a educação em tempo integral, iniciando-se pelas escolas com cursos técnicos agrícolas	13.500.000	Escola em tempo integral implantada/atendida	unidade	26
MODERNIZAÇÃO DAS ESC. TÉCNICAS, COM ÊNFASE ÀS ESC. AGRÍCOLAS, POR MEIO DO INTERCÂMBIO DE AÇÕES, COMO RESULTADO DAS ATIV. PEDAGÓGICAS PODENDO GERAR RENDA	Nova	SEDUC	Desenvolver projeto integrado firmando parcerias e intercâmbio de ações com o objetivo de modernizar a gestão nas escolas técnicas, Associações de Casas Familiares Rurais e Escola Família Agrícola com vista à formação de agricultores familiares, e com ênfase nas escolas agrícolas, adequando o planejamento a uma gestão sistêmica voltada para resultados e atividades pedagógicas desenvolvidas podendo gerar renda.	13.500.000	Projeto pedagógico desenvolvido	unidade	40
MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS/MOBILIÁRIOS BÁSICOS DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL	Em andamento	SEDUC	Modernizar os cursos técnicos pela aquisição de equipamentos e mobiliários básicos para ampliação e qualificação, aplicável a inovação dos processos e produtos das escolas que ofertam Educação Profissional, Associações de Casa Familiares Rurais e Escola Família Agrícola, aplicando novos recursos oriundos de convênios.	53.680.000	Escola equipada/mobiliada	unidade	167
PROMOÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, AO EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS TÉCNICOS	Em andamento	SEDUC	Realizar mostras regionais de trabalhos das escolas da rede pública estadual e feira estadual das diferentes redes da Educação Profissional no RS com ações voltadas a pesquisa científica, tecnológica e de inovação. Promover a participação de alunos e professores da rede estadual de Educação Profissional em Feiras e Mostras Nacionais e Internacionais.	6.000.000	Aluno/professor participante como expositor em Mostras e Feiras Nacionais e Internacionais	unidade	288
					Feira anual realizada	unidade	4
					Mostra regional realizada	unidade	28

PROGRAMA: APOIO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: CASA CIVIL
 OBJETIVO: COMPLEMENTAR A RENDA CONCEDIDA PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ÀS FAMÍLIAS EM EXTREMA POBREZA, POR MEIO DE REPASSE DO FUNDO DE COMBATE À POBREZA EXTREMA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	158.200.000	0	158.200.000	Atendimento às famílias que se enquadram nas condicionalidades do Programa RS Mais Igual	Percentual	65	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA	Em andamento	CC	Complementar a renda concedida pelo Programa Bolsa Família às famílias em extrema pobreza, por meio de repasse do Fundo de Combate à Pobreza Extrema.	158.200.000	Família beneficiada com complementação de renda	unidade	50.000

PROGRAMA: ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO RS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS
 OBJETIVO: EXECUTAR A INTERNAÇÃO PROVISÓRIA, A INTERNAÇÃO SANÇÃO E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO E DE SEMILIBERDADE, APLICADAS, JUDICIALMENTE, AOS ADOLESCENTES QUE COMETEM ATO INFRACIONAL, DE ACORDO COM O QUE DETERMINA O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/ECA (LEI FEDERAL 8.069/90) E O SINASE (LEI FEDERAL 12.594 DE 18 DE JANEIRO DE 2012), OPORTUNIZANDO A REINserÇÃO DOS ADOLESCENTES, EM PARCERIA COM A SOCIEDADE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
99.449.101	3.822.553	103.271.654	Índice de Reingresso	percentual	32,3	29

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES	Nova	FASE	Implantar Centros de Atendimento Socioeducativo visando atender a regionalização do atendimento socioeducativo, conforme prevê o artigo 124 do ECA e a Resolução 01/94 do CEDICA/RS . Construir duas novas unidades na Regional de Porto Alegre para diminuir a superlotação e construir novos espaços visando adequar as estruturas físicas já existentes e o atendimento aos parâmetros previstos no SINASE. Reformar os centros de atendimento da FASE, visando a garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida de internação atendendo as diretrizes do SINASE, o Plano Decenal de Socioeducação e Decisões Judiciais. Reforma geral das instalações elétricas dos Centros de Atendimento.	6.964.148	Centro de Atendimento construído	unidade	1
					Centro de Atendimento reformado e/ou readequado	unidade	5
QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO	Nova	FASE	Atender às necessidades de qualificação da gestão; adquirir móveis e equipamentos; desenvolver e adquirir softwares e rede de informações e suporte para os sistemas de informática; aquisição de soluções na área de comunicação; contratar assessoria para o desenvolvimento e acompanhamento da implementação do planejamento estratégico, revisão das rotinas, processos, procedimentos e funções da FASE e também para o inventário e regularização do patrimônio.Implantação de vídeo monitoramento e controle de acessos. Ampliar a frota para garantir o atendimento das demandas, tendo em vista o aumento do número de internos e a previsão de construção de novas unidades. Substituir os veículos em precárias condições de uso, para garantir a segurança dos usuários conforme prevê o CBT.	1.283.407	Solução de informática, controle e comunicação realizada	unidade	106
					Veículo adquirido	unidade	50
QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES	Nova	FASE	Aprimorar a qualidade do atendimento e a interlocução com as demais instituições através das ações: implantação da PNAISARI (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Regime de Internação e Semiliberdade) e do POL (Plano de Saúde Mental em todas as unidades da FASE no Estado; conclusão da revisão de todos os Programas dos Centros de Atendimento de Internação e de Semiliberdade; implantação e utilização do SIPIA SINASE em todas as unidades da FASE; implantação do atendimento aos adolescentes egressos da Fundação nas 10 regionais da Infância e Juventude do Estado; implantar e qualificar o atendimento nas bibliotecas e salas de leitura nas unidades da FASE; qualificar e fortalecer a formação profissional dos adolescentes, de acordo com o que prevê o Artigo 69 do ECA; garantir e contribuir para a qualificação e adequação da oferta de ensino regular, conforme prevê o artigo 94-X do ECA.	94.165.812	Adolescente atendido	unidade	10.000
					Adolescente qualificado e/ou certificado	unidade	1.000
QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA FASE	Nova	FASE	Investir na capacitação continuada do quadro de trabalhadores e de gestores da FASE, com ênfase na formação em direitos humanos, incidindo na qualificação do atendimento aos adolescentes e no aprimoramento dos processos de trabalho, tendo como parâmetros os aspectos conceituais, operacionais e legais previstos no ECA, PEMSEIS, SINASE e Legislação Trabalhista. Manter incentivo e acompanhamento de voluntariado nas atividades socioeducativas através de entidades parceiras.	858.287	Servidor capacitado	unidade	1.200

PROGRAMA: CAPACITAÇÃO POR MEIO DE VOLUNTARIADO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

OBJETIVO: BUSCAR O AUMENTO DA EMPREGABILIDADE DE PESSOAS COM NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO, POR MEIO DE CURSOS MINISTRADOS POR VOLUNTÁRIOS, UTILIZANDO RECURSOS PÚBLICOS E PRIVADOS COM CAPACIDADE OCIOSA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	0	0	0	Percentual de certificados emitidos para alunos em relação ao número de alunos cadastrados	%	0	80
				Percentual de certificados emitidos para professores em relação ao número de professores cadastrados	%	0	80

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CADASTRAMENTO DE ALUNOS	Nova	GVG	Cadastrar alunos de acordo com o curso de seu interesse. A ação será executada através de acesso direto ao site do programa.	0	Aluno cadastrado	unidade	8.000
CADASTRAMENTO DE PROFISSIONAIS VOLUNTÁRIOS PARA MINISTRAREM AULAS	Nova	GVG	Cadastrar voluntários interessados em ministrar cursos não remunerados. A ação será executada através de acesso direto ao site do programa.	0	Voluntário cadastrado	unidade	600
CADASTRAMENTO DE VOLUNTÁRIOS PARA MANUTENÇÃO E ANDAMENTO DOS CURSOS	Nova	GVG	Cadastrar pessoas interessadas em prestar apoio voluntário na manutenção e andamento dos cursos in loco. A ação será executada através de cadastro direto ao site do programa.	0	Voluntário cadastrado	unidade	280
CAPTAÇÃO DE ENTIDADES PARCEIRAS PÚBLICAS E PRIVADAS	Nova	GVG	Captar patrocínio para o fornecimento de recursos necessários à divulgação e realização dos cursos, como estrutura, espaço físico e materiais. Para viabilizar a mensuração adequada do volume de recursos captados, todas as contribuições serão convertidas em reais (R\$). A ação será executada pelo Gabinete do Vice-Governador através de solicitação de parcerias com Instituições públicas e privadas.	0	Parceria realizada	unidade	40
					Recurso captado	R\$	4.000.000
DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA	Nova	GVG	Divulgar o programa buscando captar voluntários para ministrar cursos de capacitação profissional, bem como alunos interessados em se qualificarem profissionalmente. A ação será executada através de site exclusivo, rádio, televisão, redes sociais do Vice-Governador e materiais impressos entregues ao público em geral.	0	Programa divulgado	unidade	1
					Site disponibilizado	unidade	1
IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS	Nova	GVG	Implementar cursos conforme seu planejamento, fornecendo certificados de participação e conclusão para professores, alunos que concluírem os cursos e colaboradores administrativos.	0	Certificado emitido para aluno	unidade	6.400
					Certificado emitido para colaborador	unidade	200
					Certificado emitido para professor	unidade	480
					Curso ministrado	unidade	400
PLANEJAMENTO DOS CURSOS	Nova	GVG	Planejar cursos de acordo com o cadastro dos profissionais voluntários selecionados, espaço físico existente e horários disponíveis.	0	Curso planejado	unidade	400
SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS VOLUNTÁRIOS CADASTRADOS	Nova	GVG	Realizar a seleção de professores voluntários de acordo com os critérios do Programa.	0	Voluntário selecionado	unidade	400
SELEÇÃO DE VOLUNTÁRIOS PARA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CURSOS	Em andamento	GVG	Realizar a seleção de pessoas interessadas em prestar apoio voluntário na manutenção e andamento dos cursos in loco. Esses voluntários serão chamados de Colaboradores Administrativos.	0	Voluntário selecionado	unidade	200

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER

OBJETIVO: PROMOVER A PRÁTICA DO DESPORTO EDUCACIONAL, DE RENDIMENTO E DE PARTICIPAÇÃO PARA ALCANÇAR UMA MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA, PARA A INCLUSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO INDIVÍDUO E SUA FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	72.905.939	23.276.933	96.182.872	Centros de Excelência em atividade no RS	Índice	1	2,4
				Convênios de apoio ao esporte assinados	Índice	1	1,2
				Eventos esportivos realizados	Índice	1	1,2
				Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte em atividade no RS	Índice	1	1,143

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À DIVULGAÇÃO PROMOCIONAL DAS AÇÕES DE TRABALHO RELACIONADAS AO ESPORTE E AO LAZER	Nova	SETEL	Promover e fomentar a divulgação das atividades esportivas e de lazer, bem como dos atletas representantes do RS.	4.325.000	Campanha de divulgação de atletas representantes do RS nas Olimpíadas de 2016 realizada	unidade	1
					Campanha Publicitária realizada	unidade	4
APOIO A PROJETOS NA ÁREA DE ESPORTE E LAZER	Em andamento	FUNDERGS	Formalização de Convênios com transferências financeiras com recursos da Lei Pelé, visando o desenvolvimento e apoio do Desporto Educacional, Desporto de Participação e Inclusão Social e o Desporto de Rendimento.	26.000.000	Convênio publicado	unidade	1.200
APOIO, DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER NO ESTADO	Nova	SETEL	Viabilizar o apoio e a atração de eventos no âmbito esportivo e de lazer a serem realizados no Estado.	6.707.000	Evento apoiado	unidade	4
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE INCENTIVO À PRÁTICA DE ESPORTE E LAZER E À FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE ATLETAS	Nova	SETEL	Estimular a prática de atividades esportivas e de lazer, garantindo o direito ao acesso de qualidade às políticas públicas a toda população e promover incentivos à formação e qualificação de atletas, inclusive do paradesporto e desporto de surdos.	20.191.000	Bolsa Atleta implementada	unidade	40
					Convênio assinado	unidade	120
					Núcleo do PELC implementado	unidade	100
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EXCELÊNCIA DO ESPORTE E DO LAZER	Em andamento	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Centros de Excelência, em parceria com as Universidades, Prefeituras, Federações e Associações mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização dos Programas de Esporte voltados ao alto rendimento, nas diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul.	2.100.000	Convênio publicado	unidade	48
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS POLOS REGIONAIS DO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER	Em andamento	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte, de acordo com o art. 26 do Decreto nº 49507/2012 (Estatuto da FUNDERGS), em parceria com as Universidades mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização da execução da Política de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul.	2.100.000	Convênio publicado	unidade	32
REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS (JOGOS, CAMPEONATOS, SEMINÁRIOS, CURSOS) VOLTADOS AO ESPORTE EDUCACIONAL, PARTICIPAÇÃO E RENDIMENTO.	Em andamento	FUNDERGS	Realizar e participar de eventos esportivos capacitando e qualificando profissionais que atuam na área para incentivar e desenvolver o desporto educacional, de participação e inclusão e o desporto de alto rendimento, para atender crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, altas habilidades e surdos.	12.409.872	Evento Realizado	unidade	52
REESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CETE	Em andamento	FUNDERGS	Construção e ampliação de espaços físicos voltados ao Esporte e ao Lazer, incluindo a ampliação do ginásio existente; construção de vestiários exclusivo para praticantes de atletismo, de um Ginásio Poli Esportivo, de salas para Federações Esportivas, da Casa do Esporte, de prédio administrativo e de um auditório.	22.350.000	Obra concluída.	unidade	3

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

OBJETIVO: PROMOVER MELHORIAS NO PROCESSO EDUCACIONAL DA REDE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL, EM TODOS OS NÍVEIS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, FORTALECENDO A FORMAÇÃO CONTINUADA, INCLUSIVE PARA O USO DAS NOVAS FERRAMENTAS DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA NO PROCESSO DA APRENDIZAGEM, BUSCANDO A QUALIFICAÇÃO PEDAGÓGICA COM A PARTICIPAÇÃO DE TODA A COMUNIDADE ESCOLAR, VISANDO ATINGIR AUMENTO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	313.630.856	245.840.000	559.470.856	Incremento na taxa de rendimento escolar (aprovação) nas escolas em Tempo Integral	%	Não apurado	3
				Índice de escolas do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa, classificadas como Básico - Anos Iniciais - verificado pelo SAERS	%	45,7	45,9
				Índice de desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - Anos Finais do Ensino Fundamental	Índice de 0 a 10	3,9	5,3
				Índice de desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Índice de 0 a 10	5,5	6,1
				Índice de distorção idade-série no Ensino Fundamental	%	25,2	24
				Índice de escolas do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa, classificadas como Básico - Anos Finais - verificado pelo SAERS	%	47,5	47,7
				Índice de escolas do Ensino Fundamental, em Matemática, classificadas como Básico - Anos Finais - verificado pelo SAERS	%	50,5	50,7
				Índice de escolas do Ensino Fundamental, em Matemática, classificadas como Básico - Anos Iniciais - verificado pelo SAERS	%	53,1	53,3
				Índice de escolas do Ensino Médio, em Língua Portuguesa, classificadas como Básico, verificado pelo SAERS	%	59,6	59,8
				Índice de escolas do Ensino Médio, em Matemática, classificadas como Básico, verificado pelo SAERS	%	64,3	64,5
				Índice do IDEB no Ensino Médio/RS	Índice de 0 a 10	3,7	5
				Taxa de aprovação do Ensino Médio	%	73,8	75,8

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL	Em andamento	SEDUC	Ampliar o atendimento educacional de, no mínimo, sete horas nas escolas com disponibilidade de espaço físico, contemplando todas as regiões do Estado e com a participação das comunidades, de modo que venham a refletir os seus interesses, proporcionando condições para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, socioeducacionais, culturais e esportivas, objetivando a melhoria do desempenho escolar.	106.000.000	Aluno atendido em escola em tempo integral	unidade	205.336
					Escola com Tempo Integral implantado	unidade	400

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

APOIO À FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	Em andamento	SEDUC	Implementar o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR visando induzir e fomentar a oferta emergencial de vagas em cursos de educação superior, gratuitos e de qualidade, nas modalidades presencial e a distância, para professores em exercício na rede pública de educação básica, a fim de que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica e, onde possível, estimular que a UERGS ministre a formação para os profissionais de educação. Ao tocante da SEDUC/RS o PARFOR é de grande importância para a melhoria nos serviços educacionais do Estado do Rio Grande do Sul, sendo acompanhado em nível local através de assistência aos professores cursistas, universidades e ao andamento dos processos e desenvolvimento do programa. Promover a formação técnica em nível médio a servidores efetivos que atuam na Secretaria da Escola, Alimentação Escolar, infra-estrutura, multimeios didáticos e outros no sistema de Ensino da Educação Básica-Programa PROFUNCIÓNÁRIO.	2.822.400	Participante do Programa Profuncionário formado/qualificado Professor beneficiado com auxílio-estudo Vaga disponibilizada para 1ª Licenciatura Vaga disponibilizada para 2ª Licenciatura	unidade unidade unidade unidade unidade	1.400 1.176 2.520 1.920
ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, OPORTUNIZANDO A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADÃ	Em andamento	SEDUC	Implantar/implementar e desencadear ações que incentivem a participação dos alunos e de toda a comunidade escolar em diversas atividades educacionais, esportivas, culturais e sociais proporcionadas pela escola, fortalecendo ações de cidadania, além de proporcionar certificação de formação.	51.149.768	Aluno com certificação de conclusão do Ensino Fundamental no ENCCEJA Aluno com certificação de conclusão do Ensino Médio pelo ENEM Aluno participante do Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS Aluno participante do Projeto Crianças e Jovens do Rio Grande Escrevendo Histórias Escola integrante do Programa Mais Educação Escola participante das atividade educativas e culturais Escola participante do Programa Escola Aberta para a Cidadania Jovem e adulto atendido pelo PBA - Programa Brasil Alfabetizado	unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade	2.081 13.200 691.464 366 1.072 1.027 99 25.161
FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO E COMUNIDADE ESCOLAR	Em andamento	SEDUC	Proporcionar a formação continuada dos profissionais da Educação Básica em todos os níveis e modalidades de ensino, visando à qualificação profissional para melhor desempenho de suas funções e atendimento à diversidade cultural, étnica e de gênero para a convivência numa cultura de paz, por meio de encontros, seminários, conferências, que favoreçam a socialização de novas metodologias, troca de experiências, construção de novos conhecimentos, buscando-se um ambiente de estudo e pesquisa que resulte em práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem eficientes e exitosas. Atualizar e capacitar os profissionais, visando atender os diferentes níveis e modalidades da Educação Básica e da gestão educacional, proporcionando uma maior compreensão do contexto social, cultural, ambiental, bem como atualizar conhecimentos pedagógicos e de uso de novas tecnologias em educação. Formar grêmios estudantis, conselhos escolares, CPMs. Capacitar a gestão pedagógica e administrativa das escolas, CREs e SEDUC.	132.098.688	Participante da comunidade escolar qualificado Participante da política de gestão da Escola, CRE e SEDUC qualificado Participante da Tecnologia da Informação qualificado Participante das formações envolvendo temáticas educacionais qualificado Participante do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa qualificado Participante do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio qualificado	unidade unidade unidade unidade unidade unidade	25.680 43.146 132.348 130.044 25.280 51.240
MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA - ESCOLAS/SEDUC E CRE	Em andamento	SEDUC	Adquirir/desenvolver software, instalação de rede elétrica e lógica e hardware (computadores, notebooks, lousas, salas multimídias, sistema de som, filmagens e vídeos) de acordo com as demandas da Educomunicação e Políticas de Gestão, com vista a fomentar o uso da tecnologia nos processos de Ensino e Aprendizagem em todos os níveis de Ensino e também qualificar a gestão educacional.	159.200.000	Equipamento de apoio tecnológico adquirido Escola com laboratório de informática qualificado	unidade unidade	144.369 1.200

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

					Escola com rede elétrica, lógica e infra-estrutura de conectividade implantada/implementada	unidade	1.200
					Escola, CRE e SEDUC com sistema e aplicativo instalado	unidade	2.599
					Software/sistema qualificado/implantado/implementado	unidade	15
QUALIFICAÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR, PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS E REGIMENTOS ESCOLARES	Em andamento	SEDUC	Implantar/qualificar os projetos político pedagógicos e regimentos escolares da Educação Básica, nas unidades da rede pública estadual, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Normal. Capacitar docentes técnicos e equipes diretivas para elaboração e implementação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar. Discutir e implantar a reestruturação curricular nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que nos anos iniciais já está concluída. Otimização das ações pedagógicas para o processo educacional, com a participação do aluno/professor diretamente no processo de aprendizagem, por meio de pesquisas, debates, interações com softwares pedagógicos, trabalhos em laboratórios/bibliotecas, dentre outros.	9.080.000	Escola com ação pedagógica para qualificação do processo educacional em sala de aula implementada/sistemizada	%	25
					Escola com Projeto Político Pedagógico - PPP e regimento escolar qualificado	unidade	2.568
					Escola com reestruturação curricular dos anos finais do Ensino Fundamental implantada	unidade	2.348
QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS	Em andamento	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para laboratórios de informática, de ciências, bibliotecas escolares, salas multifuncionais, de recursos, incluindo ampliação dos acervos bibliográficos, materiais específicos para atendimento a alunos com necessidades especiais, instrumentos musicais para implantação e manutenção de bandas escolares e demais atividades culturais.	78.840.000	Equipamento para educação especial adquirido	unidade	1.527
					Escola com biblioteca atualizada	unidade	1.284
					Escola equipada com materiais diversos	unidade	2.568
					Laboratório de ciências qualificado	unidade	1.284
					Sala multifuncional/de recurso equipada	unidade	760
SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SAERS	Em andamento	SEDUC	Realizar o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS, com avaliação em larga escala, universal e censitária (todas as escolas da rede estadual) e por adesão da rede municipal e particular, resgatando esta prática executada em anos anteriores.	20.280.000	Escola estadual com SAERS implantado	unidade	2.568
					Escola particular com adesão ao SAERS	%	20
					Município com adesão ao SAERS	%	30

PROGRAMA: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE

OBJETIVO: PLANEJAR, DESENVOLVER E EXECUTAR AÇÕES DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE VOLTADAS À CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE COM QUALIDADE E RESOLUTIVIDADE, AUXILIANDO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. REESTRUTURAR E FORTALECER O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE TRABALHADORES, GESTORES E CONSELHEIROS PARA O SUS, DE FORMA INTEGRADA ENTRE OS DEPARTAMENTOS E ÓRGÃOS DA SECRETARIA DA SAÚDE, BEM COMO OUTRAS SECRETARIAS DE GOVERNO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	68.420.246	0	68.420.246

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
EDUCAÇÃO EM SAÚDE	Em andamento	SES	Promover cursos presenciais ou a distância de pós-graduação, aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação popular em saúde, bem como ações de matriciamento, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências/estágios na realidade do SUS. As ações serão elaboradas, planejadas e executadas pela Secretaria da Saúde e, quando necessário, na intersetorialidade com outras Secretarias de Governo, bem como com os governos federal e municipais e instituições de ensino, sempre buscando dar conta das demandas locais/regionais.	8.000.000	Capacitação de servidores da SES em gestão da informação/infomática realizada	unidade	4
					Capacitação e evento em vigilância em saúde realizado	unidade	285
					Capacitação e evento para os trabalhadores envolvidos no SUS realizada	unidade	816
					Capacitação e evento para qualificação da atenção básica e linhas de cuidado realizada	unidade	629
					Capacitação em ouvidoria do SUS realizada	unidade	8
					Capacitação em urgência/emergência realizada	unidade	710
					Capacitação para servidores da SES ofertada	unidade	20
					Capacitação sobre a assistência farmacêutica realizada	unidade	16
					Curso de pós-graduação lato sensu ofertado	unidade	8
					Curso de regulação médica/SAMU realizado	unidade	40
					Curso técnico de saúde implementado	unidade	1
					Educação a distância por meio de suporte pedagógico instituída	unidade	1
					Evento em planejamento em saúde realizado	unidade	9
					Mestrado profissional ofertado	unidade	1
					Núcleo de Educação em Vigilância em Saúde implantado e implementado	unidade	1
					Núcleo Regional de Saúde Coletiva (NURESC) qualificado	unidade	19
					Termo de Cooperação Técnica com instituições de ensino estabelecido	unidade	78

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

FORTALECIMENTO DA RESIDÊNCIA INTEGRADA EM SAÚDE	Em andamento	SES	Reestruturar e fortalecer o Programa de Residência Integrada em Saúde (RIS) desenvolvido pela Escola de Saúde Pública (ESP), compreendendo os Programas de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, Dermatologia Sanitária e Psiquiatria; e os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde com as ênfases: Atenção Básica em Saúde, Dermatologia Sanitária, Pneumologia Sanitária, Saúde Mental Coletiva e Vigilância em Saúde. Política Estadual de Residência Integrada em Saúde atualizada e implementada em consonância com a política e a legislação nacional de residências em saúde. Qualificar as ênfases e os campos de práticas, tendo a ESP como referência na criação de Programas de RIS descentralizados no Estado.	48.000.000	Pesquisa científica da Residência Integrada em Saúde desenvolvida e publicada	unidade	80
					Política Estadual de Residência Integrada em Saúde atualizada e implementada	unidade	1
					Profissional com Residência Integrada em Saúde concluída	unidade	380
					Residência Multiprofissional em Saúde reconhecida	unidade	1
					Terceiro ano da Residência Multiprofissional em Saúde (R3) voltado à gestão implantado	unidade	20
FORTALECIMENTO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE	Nova	FEPPS	Qualificar os servidores do SUS através da realização de cursos de aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação em saúde, capacitação, seminários, projetos de extensão, desenvolvimento de políticas voltadas a doação de sangue e medula óssea, para gerar conhecimento específico e para a superação de problemas da população, e vivências/estágios na área de atuação da FEPPS. Estas ações poderão ser elaboradas, planejadas e executadas em parceria com outras instituições.	1.671.000	Pessoa da comunidade informada nas ações de prevenção toxicológica	unidade	400.000
					Profissional de saúde capacitado	unidade	6.835
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	Nova	SES	Implementar a Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECTIS), de acordo com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e com o Relatório da 2ª Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (2004), com o objetivo de gerar conhecimento específico para a superação de problemas de saúde da população do Estado, que dependam de pesquisa e desenvolvimento, e reduzir custos das ações em saúde. Incentivar a difusão de trabalhos técnicos e científicos, divulgando resultados das pesquisas desenvolvidas.	2.000.000	Agenda Estadual de Prioridades de Pesquisa em Saúde (AEPPS) criada e revisada	unidade	1
					Edital do Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS) apoiado	unidade	2
					Parceria com Instituições de Ensino e Pesquisa efetivada	unidade	20
					Projeto de pesquisa executado	unidade	60
					Seminário de pesquisa da SES realizado	unidade	4
REALIZAÇÃO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAÚDE	Em andamento	FEPPS	Estimular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para a qualificação das ações de saúde e incentivar a difusão de trabalhos técnicos e científicos, divulgando resultados das pesquisas desenvolvidas.	8.749.246	Método de diagnóstico desenvolvido	unidade	8
					Parceria com instituições de ensino e pesquisa realizada/renovada	unidade	16
					Patente de produto da FEPPS requerida	unidade	2
					Programa de desenvolvimento científico tecnológico da FEPPS - PADCT executado	unidade	4
					Projeto de pesquisa desenvolvido	unidade	65
Trabalho científico divulgado e publicado	unidade	55					

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 OBJETIVO: COORDENAR A GESTÃO E A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES DA POLÍTICA DO TRABALHO COM BASE NA PROMOÇÃO DO EMPREGO, TRABALHO E RENDA COM QUALIDADE E EXTENSÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL AO TRABALHADOR COM O FORTALECIMENTO DO DIÁLOGO SOCIAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	36.479.281	222.848	36.702.129	Percentual de trabalhadores colocados no mercado de trabalho	Percentual	20,7	24
				Proporção entre Artesão do PGA (Programa Gaúcho do Artesanato) e SICAB (Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro)	unidade	1,29	1,4

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA DO TRABALHO DECENTE	Nova	STDS	Apoio e assessoramento técnico para programas de qualificação urbana e rural, com oportunidades equânimes entre os jovens, mulheres, afrodescendentes, quilombolas, LGBTT e outros segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social, com a cooperação, pública e privada, acompanhada pela realização de seminários de sensibilização ao empresariado a fim de inserir o referido público no mundo do trabalho. Desenvolvimento de atividades de formação para revitalização da Comissão Estadual de Emprego, Trabalho e Renda. Apoio administrativo, técnico, financeiro e operacional para a Comissão Estadual de Emprego e Renda a fim de organizar e realizar a Conferência Estadual do Trabalho Decente.	200.000	Comissão apoiada Conferência realizada Município apoiado	unidade unidade unidade	1 2 250
DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO COMO GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	Em andamento	FGTAS	Apoiar a organização do trabalho artesanal no RS, habilitar o artesão para o exercício da profissão, emitir a carteira profissional, registrar no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), apoiar a realização de Feiras municipais de artesanato, apoiar a participação e comercialização dos produtos em feiras estaduais, nacionais e internacionais. Revitalizar Casas do Artesão no Estado do RS e expandir a disponibilização de espaço Casa do Artesão em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Disponibilizar um canal pela internet para comercialização de produtos artesanais. Efetuar a qualificação profissional com incentivo ao domínio da arte e matéria-prima do artesanato, priorizando regiões em desenvolvimento e em condição de vulnerabilidade social.	2.425.978	Artesão registrado no PGA Artesão registrado no SICAB Casa do Artesão no Estado do RS em atividade Casa do Artesão revitalizada Feira e evento apoiado em nível nacional e internacional Feira e evento apoiado no RS Pessoa Qualificada Portal de Negócios desenvolvido na internet Seminário realizado para orientação de desenvolvimento de negócios e geração de renda	unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade	47.525 11.878 39 1 10 344 3.203 1 41
FOMENTO E INCENTIVO À CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA	Nova	STDS	Dar apoio técnico e financeiro para novos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, bem como realizar diagnóstico das potencialidades no Estado para subsidiar o surgimento desses novos empreendimentos e a viabilidade econômica dos existentes e possibilitar o acesso a mercados, disseminando na sociedade gaúcha os princípios do comércio justo e do consumo consciente. Estabelecer a certificação dos empreendimentos e dos produtos da Economia Solidária, através da criação de um selo.	5.200.000	Apoio técnico e financeiro realizado Diagnóstico realizado Selo de Economia Solidária implementado	unidade unidade unidade	4 1 1
GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA	Nova	STDS	Sistematização, análise e disseminação de informações sobre as condições de emprego, trabalho e renda através de um sistema informatizado.	200.000	Sistema Implantado	unidade	1
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA E MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	Nova	STDS	Implementar a Política Estadual de Fomento à Economia Popular e Solidária, de acordo com a Lei 13.531, de 20 de outubro de 2010, e manter o Conselho Estadual de composição tripartite e paritária, formado por representantes do Estado, das entidades de apoio e dos trabalhadores da economia Popular e Solidária.	200.000	Conselho mantido Política implementada	unidade unidade	1 1

PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OBJETIVO: COORDENAR A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL, ATRAVÉS DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO, CAMPANHAS, APOIO TÉCNICO FOMENTANDO O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E DE QUALIDADE, A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E A PROMOÇÃO SOCIAL DOS SEGMENTOS MAIS VULNERÁVEIS DA POPULAÇÃO GAÚCHA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	7.854.568	0	7.854.568

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO AO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL	Em andamento	STDS	Garantir a estrutura físico-financeira e o apoio técnico necessários à organização e funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar Sustentável (CONSEA), bem como fomentar a organização de conferências, seminários e encontros da Política de Segurança Alimentar no Estado.	200.000	Conselho apoiado	unidade	5
CONSTRUÇÃO DE CISTERNA PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO	Em andamento	STDS	Construir Cisternas para armazenamento de água da chuva, para consumo humano, em propriedades rurais para famílias de baixa renda, proporcionando capacitação e geração de trabalho e renda. Projeto prioritário vinculado ao Governo Federal.	3.200.000	Cisterna construída	unidade	4.700
					Pessoa capacitada	unidade	3.000
GESTÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL	Em andamento	STDS	Implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SISAN e da Estruturação e qualificação da Câmara Intersecretarias de segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CAISAN-RS, no Estado.	400.000	Gestor e/ou técnico capacitado SISAN implantado e implementado	unidade unidade	6.000 100
IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS NA ÁREA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL	Em andamento	STDS	Implantar cozinhas, padarias e hortas comunitárias objetivando a educação ambiental, produção de alimentos, capacitação profissional e geração de renda. Implantar Centros de Referência Alimentar e Nutricional Sustentável, disponibilizando equipamentos públicos para processos de formação, capacitação profissional e elaboração e fornecimento de alimentos, bem como a prestação de serviços de utilidade pública.	200.000	Centro de Referência implantado	unidade	4
					Cozinha implantada	unidade	4
					Horta Comunitária implantada	unidade	4
					Padaria Comunitária implantada	unidade	4
IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO RESTAURANTE POPULAR	Em andamento	STDS	Implantar e implementar restaurantes populares que ofereçam refeições equilibradas, nutritivas, em ambientes adequados, a preços acessíveis, em cidades de médio e grande porte, garantindo o direito à alimentação, através de repasse aos municípios e entidades.	3.854.568	Refeição fornecida	unidade	63.360

PROGRAMA: GESTÃO DA SAÚDE E INFRAESTRUTURA

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE
 OBJETIVO: ESTIMULAR PROCESSOS DE GESTÃO DE QUALIDADE, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL, USO EFICIENTE DOS RECURSOS PÚBLICOS, ACOMPANHANDO DE FORMA SISTEMÁTICA AS POLÍTICAS E OS PROCESSOS DE TRABALHO, BEM COMO FORTALECER A INFRAESTRUTURA DA SES E OS SERVIÇOS DA FEPPS NO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente 926.162.514 Despesa Capital 305.296.756 Total 1.231.459.270

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APRIMORAMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE A SES, OS MUNICÍPIOS E O PODER JUDICIÁRIO NO ENFRENTAMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS	Em andamento	SES	Aprimorar a relação entre a SES, os municípios e o poder judiciário no enfrentamento às demandas judiciais, desenvolvendo estratégias que busquem a redução das ações movidas contra a SES e a racionalização da utilização dos recursos, promovendo maior impacto nas condições de saúde da população.	857.077.413	Demanda judicial atendida	%	100
					Participação no Comitê de Judicialização mantida	unidade	12
APRIMORAMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO, MUNICÍPIOS, UNIÃO E ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS MEDIANTE COOPERAÇÃO E GESTÃO COMPARTILHADA	Nova	SES	Aprimorar a relação com os organismos nacionais e internacionais propiciando apoio técnico à Secretaria da Saúde, com objetivo de fortalecer as Redes de Atenção à Saúde e as ações prioritárias desenvolvidas no âmbito da SES.	9.600.000	Projeto de Cooperação com Organismos Internacionais e Instituições Nacionais mantido e ampliado	unidade	3
					Termo de Cooperação Interfederativa do Estado do Rio Grande do Sul para enfrentamento da epidemia de DST/Aids mantido	unidade	1
FORMULAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE LABORATÓRIOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Nova	FEPPS	Formular e implementar, de forma bipartite, uma política que garanta a hierarquização das ações laboratoriais, em consonância com a descentralização da Vigilância em Saúde.	0	Política formulada, aprovada e implantada	%	100
FORMULAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DO SANGUE E HEMODERIVADOS	Nova	FEPPS	Revisar o Plano Diretor de Sangue e Hemoderivados com vistas à formulação da Política Estadual de Sangue e Hemoderivados e implementação de diretrizes e ações para a segurança transfusional e da qualidade do sangue ofertado à população.	0	Hemocentro sob gestão municipal atualizado	unidade	3
					Plano diretor do sangue revisado e implementado	%	100
FORTALECIMENTO DA AUDITORIA DO SUS	Em andamento	SES	Integrar a Coordenação de Auditoria Médica Estadual (CAME) ao Sistema Nacional de Auditoria como ferramenta para qualificação da gestão, visando melhoria da atenção e do acesso às ações e aos serviços de saúde.	400.000	Processo de integração da auditoria realizado e mantido	unidade	1
FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA DO NÍVEL CENTRAL E REGIONAL DA SES	Em andamento	SES	Qualificar a infraestrutura da SES. Reformar, ampliar e/ou construir as diferentes estruturas da SES (Nível Central, Coordenadorias Regionais de Saúde, Escola de Saúde Pública, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos financeiros e ganhos ambientais. Garantir a infraestrutura para ações de combate à dengue no Estado.	315.000.000	Almoxarifado com espaço físico adequado para armazenamento de medicamentos	unidade	19
					Central de Equipamentos de Ultra Baixo Volume construída e implementada	unidade	2
					Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (CEADI) construída	unidade	1
					Central Regional da Rede de Frio readequada de acordo com as normas do Programa Nacional de Imunizações (PNI)	unidade	18
					Centro/Unidade Regional de Referência em Saúde do Trabalhador implantado e em funcionamento	unidade	6
					Complexo Regulador Estadual ampliado	unidade	1
					Laboratório de vigilância da qualidade da água para consumo humano implantado	unidade	15
					Prédio da Escola de Saúde Pública reformado e mantido	unidade	1

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

					Sede do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) construída e equipada	unidade	1
FORTALECIMENTO DA OUVIDORIA DO SUS	Em andamento	SES	Ampliar e descentralizar a Ouvidoria do SUS, visando ao fortalecimento da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. Fortalecer a Rede de Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos.	400.000	Ouvidoria do SUS municipal implantada	unidade	53
					Ouvidoria interna do SUS implementada	unidade	3
					Ouvidoria regional do SUS implementada	unidade	19
FORTALECIMENTO DAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E PACTUAÇÃO NO SUS	Em andamento	SES	Apoiar a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e as Comissões Intergestores Regionais (CIR) enquanto instâncias de pactuação entre os gestores, tendo em vista fortalecer e ampliar a construção coletiva e participativa da gestão do SUS. Apoiar as Conferências de Saúde reconhecendo seu papel na avaliação da situação de saúde e na proposição das diretrizes para a formulação da política de saúde. Apoiar o Conselho de Saúde na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.	1.400.000	Comissão da CIB em atividade	unidade	7
					Conferência Estadual de Saúde realizada	unidade	1
					Conselho Estadual de Saúde com manutenção efetivada	unidade	1
					Plano Regional Integrado com análise situacional e proposição de ações concluído	unidade	30
					Secretaria Técnica da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) em atividade	unidade	1
					Secretaria Técnica das Comissões Intergestores Regionais (CIR) em atividade	unidade	30
GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DA FEPPS	Em andamento	FEPPS	Dotar a FEPPS de uma infraestrutura adequada à complexidade e diversidade de suas atividades, a partir de um Plano Diretor para o Campus Central e Unidades Externas, implementando sistemas de segurança patrimonial, de logística de abastecimento, manutenção da infraestrutura da Fundação, promovendo a integração de suas unidades. Garantir a qualidade da gestão; implementar a governança institucional técnica e administrativa, com a implantação de indicadores de monitoramento e avaliação.	32.106.857	Área física da FEPPS construída, reformada, readequada e instalada	unidade	8
					Equipamento e material permanente adquirido	unidade	410
					Mecanismo de governança institucional implantado	unidade	4
					Nova área física incorporada	unidade	2
GESTÃO DO TRABALHO EM SAÚDE	Nova	SES	Promover estratégias de desenvolvimento e aperfeiçoamento para os níveis gerenciais e operacionais da SES para fomentar o processo de construção de uma organização do trabalho que seja produtora de saúde, refletindo no bem estar físico e mental dos servidores e estagiários, tanto no aspecto individual, quanto nas relações coletivas de trabalho. Implantar e implementar os núcleos de saúde dos servidores.	0	Evento abordando temas relacionados à saúde do servidor realizado	unidade	8
					Núcleo de saúde do servidor implantado e implementado	unidade	4
					Programa de desenvolvimento de equipe em nível operacional e gerencial executado	unidade	1
					Programa de Qualidade de Vida (PQV) executado	unidade	1
IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA LAFERGS	Em andamento	FEPPS	Efetivar a transição do LAFERGS de um Departamento da FEPPS para empresa pública, garantindo a infraestrutura e apoios necessários a regularidade dos processos jurídicos/administrativos, com vistas ao adequado aporte de medicamentos e outros produtos para a Assistência Farmacêutica do SUS/RS.	2.675.000	Enterprise Resource Planning (ERP) implantado	%	100
					Infraestrutura do laboratório mantida	unidade	2
					Processo jurídico e administrativo implantado	%	100
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SUS	Em andamento	SES	Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. Fortalecer o planejamento, o monitoramento e avaliação através dos grupos de trabalho e núcleos de monitoramento constituídos nos níveis central e regional da SES.	8.800.000	Grupo de Trabalho de Planejamento, Monitoramento e Avaliação regional e estadual mantido	unidade	20
					Instrumento de gestão do SUS elaborado de forma integrada	unidade	38
					Projeto Prioritário e Acordo de resultados acompanhado	unidade	2
POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AOS DESASTRES AMBIENTAIS	Em andamento	SES	Implantar a política de atuação do SUS para redução dos riscos à saúde da população e impactos na rede de atenção em decorrência de desastres ambientais.	4.000.000	Plano de contingência para desastres ambientais implantado e implementado	unidade	17

PROGRAMA: GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE
 OBJETIVO: IMPLEMENTAR A GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE, ATRAVÉS DA AMPLIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DO APERFEIÇOAMENTO DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, COM A FINALIDADE DE QUALIFICAR OS BANCOS DE DADOS, OS PROCESSOS GERENCIAIS DE TOMADA DE DECISÃO E ASSEGURAR O COMPARTILHAMENTO DAS INFORMAÇÕES GERADAS NO ÂMBITO DA SES/RS DE FORMA SEGURA E COM QUALIDADE, PERMITINDO TRANSPARÊNCIA NA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE E PARA OS ÓRGÃOS DE CONTROLE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	41.295.000	318.594.200	359.889.200

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META					
CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMAS DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO DE ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO E FERRAMENTAS INTEGRADAS EM SAÚDE	Nova	SES	Contemplar os três eixos do planejamento da governança da informação em saúde da SES: construção de plataformas de gestão, desenvolvimento de arquitetura da informação e desenvolvimento de ferramentas integradas em saúde. Na construção de plataforma de gestão está o desenvolvimento e acompanhamento de ferramentas de apoio aos processos de gestão no âmbito da SES/RS, tendo em vista atender às necessidades do trabalho, bem como o acompanhamento gerencial e estratégico. A arquitetura da informação trata da análise, estruturação e/ou organização dos bancos de dados disponíveis para a composição da gestão das informações no âmbito da SES/RS. Participam desse processo o Ministério da Saúde, as Secretarias Municipais de Saúde e Conselho Estadual de Saúde. O desenvolvimento de ferramentas integradas consiste na produção de ferramentas que subsidiem a definição de políticas e ações de saúde no território gaúcho. Qualificar, também, a infraestrutura tecnológica, incluindo recursos de informática, rede lógica, rede elétrica e servidores. Atualização de computadores, softwares e equipamentos de rede. Fortalecer o apoio aos profissionais da atenção primária à saúde e dos demais níveis assistenciais do Sistema Único de Saúde através da ampliação do convênio do projeto TelessaúdeRS. Também implantar o Tele Medicina para fornecer informação a distância, através de sistema de comunicação audiovisual, de um hospital universitário base com intensivistas titulados para uma outra UTI ou para qualquer local de atendimento a pacientes críticos.	357.400.000	Base de dados unificada	unidade	1					
					Convênio com TelessaúdeRS mantido	unidade	1					
					Ferramenta de georreferenciamento para vigilância em saúde desenvolvida e implantada	unidade	1					
					Fibra ótica estruturada	unidade	8					
					Mapa de agravos e riscos em saúde do trabalhador elaborado	unidade	1					
					Mapeamento das bases de dados disponíveis realizado	unidade	1					
					Painel de BI para a gestão da SES criado	unidade	5					
					Plano de atualização de recursos de TI (equipamentos em geral) implantado	unidade	1					
					Plano de segurança da informação implantado	unidade	1					
					Programa de cuidados críticos a distância (Tele Medicina) implantado	unidade	1					
					Rede lógica e elétrica estruturada	unidade	8					
					Sistema de videoconferência implantado	unidade	1					
					Sistema gerencial implantado	unidade	13					
					Solução de Business Intelligence (BI) implantada	unidade	1					
					Termo de cooperação técnica para informatização do processo regulador firmado	unidade	1					
					FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA DA GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO	Nova	SES	Fortalecer o Grupo de Trabalho de Planejamento, Monitoramento e Avaliação com representação dos departamentos/setores da SES, como instância permanente de pactuação e gestão solidária e cooperativa da Governança da Informação no âmbito da SES/RS, garantindo a geração e a análise de informações estratégicas para a tomada de decisão, a negociação e a construção de consensos que contribuam para instrumentalizar os gestores a interpretarem a realidade e buscarem a conduta apropriada para a resolução de problemas. Desenvolvimento de consonância entre os instrumentos de gestão e os sistemas de informação, através do estabelecimento de ferramentas de monitoramento e avaliação.		0 Matriz de indicadores definida	unidade	1
										Política estadual de informática e informação formulada	unidade	1
					Projeto de sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação elaborado	unidade	1					

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA FEPPS	Em andamento	FEPPS	Formular o Plano Diretor de Informática, visando atualizar o parque de equipamentos e reestruturação da rede lógica do campus da FEPPS, Hemocentros e Laboratórios Regionais. Levantamento das necessidades de aplicações e sistemas, para aquisição e/ou desenvolvimento. Qualificação da infraestrutura tecnológica da FEPPS, incluindo recursos de informática, rede elétrica e servidores.	2.489.200 Plano Diretor de Informática da FEPPS formulado e implantado	%	100
-----------------------------------	--------------	-------	--	--	---	-----

PROGRAMA: INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 OBJETIVO: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO ESTADO ATRAVÉS DE QUALIFICAÇÃO, APOIO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS EM PARCERIA COM OS TRÊS SETORES DA ECONOMIA (PÚBLICO, INICIATIVA PRIVADA E TERCEIRO SETOR).

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
23.274.012	126.955	23.400.967	Índice de Abrangência Estadual de Projetos Sociais	Índice	0	8,74

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO A AÇÕES DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E INCLUSÃO SOCIAL	Nova	FGTAS	Apoiar o desenvolvimento de iniciativas de geração de renda, de desenvolvimento e inclusão social de caráter individual ou coletivo, por meio de ações de valorização do ser humano e do trabalho, voltadas a pessoas em vulnerabilidade social. Possibilita a qualificação, aquisição de equipamentos, matéria prima e material de consumo necessários para garantir o funcionamento de iniciativas apoiadas.	420.000	Projeto apoiado	unidade	14
APOIO A PROJETOS SOCIAIS	Em andamento	STDS	Apoio técnico de projetos sociais, visando desenvolvimento social do Estado. Monitorar e avaliar os projetos do terceiro setor, através da Lei da Solidariedade. Fomentar ações de assistência social e inclusão produtiva através de editais públicos, buscando a qualificação de pessoas e entidades para propiciar maior inserção no mercado de trabalho.	1.587.292	Entidade sem fim lucrativo com certificado renovado	unidade	2.500
					Entidade sem fim lucrativo registrada	unidade	2.700
					Gestor de 3º setor capacitado	unidade	200
ATENDIMENTO A COMUNIDADE: CENTRO HUMANÍSTICO VIDA (VIDA) E PARQUE DE RECREAÇÃO DO TRABALHADOR (PRT)	Em andamento	FGTAS	Atender preferencialmente pessoas dos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social, desenvolver atividades que promovam a dignidade da pessoa com vistas à convivência com famílias, idosos, adultos, adolescentes e crianças, estrangeiros, voltadas para a saúde, educação, cultura, meio ambiente, recreação, lazer, esporte e trabalho, na perspectiva de garantir o acesso aos direitos sociais básicos. Proporcionar a transversalidade entre secretarias e fomentar a oferta de serviços por meio de entidades do terceiro setor e de grupos de interesse da sociedade civil.	10.066.720	Fluxo de atendimento realizado no PRT	unidade	379.291
					Fluxo de atendimento realizado no VIDA	unidade	474.114
					Projeto de Revitalização nos espaços de Convivência realizado	unidade	4
					Projeto de Transversalidade entre secretarias e terceiro setor apoiado	unidade	20
NOTA FISCAL GAÚCHA/STDS	Em andamento	STDS	Incentivar os cidadãos e cidadãs a solicitar a inclusão do CPF na emissão do documento fiscal no ato de suas compras, bem como conscientizá-los sobre a importância social do tributo, tendo como contrapartida a distribuição de prêmios e repasses às entidades sociais.	10.720.000	Recurso repassado para entidade beneficiada pela Nota Fiscal Gaúcha	%	100
PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL	Nova	FGTAS	Desenvolver a Inclusão Digital nas 11 Agências de Desenvolvimento Social – ADS (instituídas pelo Decreto Nº 47.364/2010). Contribuir para a melhoria do nível de vida da população por meio da alfabetização digital e formação e aperfeiçoamento profissional.	606.955	Curso realizado	unidade	156
					Pessoa beneficiada com acesso à Rede de Computadores	unidade	31.200
					Pessoa Qualificada	unidade	2.520

PROGRAMA: INTEGRAÇÃO E TRANSVERSALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS

OBJETIVO: INSTITUIR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITOS HUMANOS QUE RESPEITE AS DIFERENÇAS E QUE GARANTA A INCLUSÃO SOCIAL DAQUELES QUE DELA NECESSITEM, RESPEITANDO O SEU ACESSO TOTAL, CONTEMPLANDO A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES E O COMBATE A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E SOCIAL COMO UMA POLÍTICA DE ESTADO, COM ATUAÇÃO COORDENADA, INTEGRADA E COOPERADA ENTRE TODOS OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS, EM PROL DE UMA SOCIEDADE COM MAIS JUSTIÇA E COM EQUIDADE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	19.035.000	0	19.035.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META					
CONSTRUÇÃO E APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS	Nova	SJDH	Elaboração de planos nas diversas áreas de Direitos Humanos e implementação das políticas públicas resultantes dos planos.	16.700.000	Plano de ação elaborado e política pública (Lei) para crianças e adolescentes filhos de apenados(as) instituída	unidade	1					
					Plano de ação para imigrantes, refugiados e apátridas elaborado	unidade	1					
					Plano de Atenção transversal de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida sócio-educativa elaborado	unidade	1					
					Plano de enfrentamento à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes elaborado	unidade	1					
					Plano de enfrentamento ao trabalho escravo elaborado	unidade	1					
					Plano estadual de convivência familiar elaborado	unidade	1					
					Plano Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul elaborado	unidade	1					
					Plano Estadual de erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalho do adolescente elaborado	unidade	1					
					EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	Nova	SJDH	Campanhas de publicidade e conscientização da sociedade em temas de Direitos Humanos, complementado por capacitações dirigidas em temas de justiça e equidade social.	215.000	Capacitação e educação em direitos humanos realizada	unidade	5
										Material de informação e divulgação elaborado	unidade	30.000
EXPANSÃO E FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL NO RS	Em andamento	SJDH	Criar, implementar e fortalecer os Conselhos de Direitos, objetivando instrumentalizar as Políticas de Atendimento estabelecidas pela legislação, através das estruturas necessárias à consecução da proteção integral.	2.120.000	Capacitação de Conselheiro de Direito e Tutelar realizada	unidade	4					
					Conferência Estadual realizada	unidade	4					
					Fórum de Direitos da Sociedade criado	unidade	4					

PROGRAMA: JUNTOS PELA CULTURA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA CULTURA

OBJETIVO: FOMENTAR A ECONOMIA DA CULTURA PELA PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS BENS CULTURAIS E AMPLIAR O ACESSO DA POPULAÇÃO À ARTE E À CULTURA, VALORIZANDO A DIVERSIDADE, PROMOVENDO A REGIONALIZAÇÃO E APOIANDO O INTERCÂMBIO EM NÍVEL ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	93.215.599	43.781.223	136.996.822	Descentralização e democratização dos recursos estaduais de fomento à cultura no RS - FAC	Percentual	27	50
				Descentralização e democratização dos recursos estaduais de fomento à cultura no RS - LIC	Percentual	32	50

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CULTURA PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA, VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL, COM ATENÇÃO AOS GRUPOS VULNERÁVEIS	Em andamento	SEDAC	Promover o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul a partir das demandas vindas da sociedade, com incentivo à participação popular e ao controle social. Incentivar a organização dos Sistemas Municipais de Cultura em todos os municípios. Consolidar a Lei 14.310 como instrumento de gestão compartilhada, promovendo uma articulação entre o Estado, os municípios e o meio cultural. Elaborar estudos sobre a Cultura e produzir de estatísticas culturais para auxiliar a qualificação da gestão. Promover políticas de valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero, LGTBTT e popular.	925.000	Apoio à Semana Farroupilha	unidade	4
					Apoio ao Carnaval	unidade	4
					Conferência estadual realizada	unidade	2
					Encontro realizado	unidade	68
					Premio pelo desenvolvimento da cultura concedido	unidade	360
					Sistema Municipal de Cultura implementado	unidade	497
					DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AOS ACERVOS E AOS SERVIÇOS CULTURAIS DO ESTADO DO RS	Em andamento	SEDAC
					Exposição itinerante realizada	unidade	181
					Exposição sediada em instituições culturais	unidade	261
					Público atendido por serviços culturais	unidade	979.050
					Seminário, palestra, oficina realizada	unidade	447
DESENVOLVIMENTO DAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS	Em andamento	SEDAC	Apoiar o fortalecimento da organização setorial e o desenvolvimento das diversas linguagens artísticas no RS, incluindo os intercâmbios culturais.	300.000	Encontro setorial realizado	unidade	40
DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS	Em andamento	SEDAC	Modernizar as bibliotecas públicas do Estado e capacitar os atendentes de bibliotecas, com especial atenção às localizadas nos municípios alvo do Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais do Gabinete de Políticas Sociais. Atualizar o acervo e promover a Biblioteca Pública Estadual em seus 145 anos de criação.	150.000	Evento artístico setorial realizado	unidade	120
					Biblioteca Municipal assessorada	unidade	497
					Evento comemorativo realizado	unidade	5
					Modernização de Biblioteca Pública realizada	unidade	25
					Título adquirido	unidade	23.500
DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS	Em andamento	SEDAC	Promover a estruturação dos museus, por meio da assessoria técnica para a difusão do conhecimento, e da realização de fóruns, oficinas, cursos e seminários, para a capacitação dos profissionais. Fomentar nos museus a realização de atividades para os grupos vulneráveis.	0	Museu municipal assessorado	unidade	1.440
					Profissional capacitado	unidade	4.000
FOMENTO À ECONOMIA DA CULTURA	Em andamento	SEDAC	Fortalecer o Sistema Pró Cultura por meio de editais do Fundo de Apoio à Cultura – FAC e da Lei de Incentivo à Cultura - LIC, contemplando novas categorias e estimulando a diversificação, a descentralização das atividades em todas as regiões do Estado e a circulação fora do RS.	67.406.103	Editais publicados	unidade	16
					Projeto cultural contratado/conveniado	unidade	400
IMPLEMENTAÇÃO DE PONTOS DE CULTURA	Em andamento	SEDAC	Implementar Pontos de Cultura nos municípios do Estado, por meio de convênios e editais com as prefeituras.	7.550.000	Ponto de Cultura implementado	unidade	87
IMPLEMENTAÇÃO DO RS CRIATIVO/ CRIATIVA BIRÓ	Em andamento	SEDAC	Disseminar a cultura empreendedora com foco na economia criativa, a partir da implementação de espaço de atendimento e capacitação dos gestores e produtores culturais do Estado.	2.020.000	Agente e produtor cultural capacitado	unidade	1.000
					Espaço físico e estrutura para capacitação e consultoria para gestores culturais criado	unidade	1
OSPA PARA TODOS	Em andamento	FOSPA	Realizar os concertos da programação artística da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre na capital e no interior do Estado. Dar seguimento às atividades da Escola da OSPA, incluindo apresentações para a comunidade.	2.624.150			

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

					Aluno preparado pela Escola de Música da OSPA	unidade	800
					Apresentação da Escola da OSPA realizada	unidade	20
					Concerto realizado pela Orquestra Sinfônica	unidade	200
PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	Em andamento	SEDAC	Promover a educação patrimonial, a difusão de ações institucionais e o inventário e zeladoria do patrimônio material e imaterial, sob a coordenação do IPHAE. Contratar projetos para bens tombados estaduais com condenação judicial.	300.000	Inventário do patrimônio histórico realizado	unidade	9
					Oficina e/ou curso realizado para a promoção e difusão da educação patrimonial	unidade	36
					Projeto contratado para preservação de patrimônio estadual tombado	unidade	6
PROMOÇÕES CULTURAIS NO THEATRO SÃO PEDRO	Em andamento	FTSP	Oferecer uma programação de qualidade artística que permita o acesso e desperte o interesse de diferentes públicos. Fomentar ações paralelas à programação oficial nos vários espaços disponíveis.	9.700.739	Atividade artístico-cultural realizada	unidade	480
					Público atendido	unidade	200.000
QUALIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS	Em andamento	SEDAC	Executar projetos e obras de restauro e modernização tecnológica nas instituições culturais, necessárias para dotá-las de segurança e acessibilidade ao público, dando andamento ao PAC Cidades Históricas.	24.200.000	Obra do MARGS executada	%	100
					Obra do Memorial do RS executada	%	100
					Obra do Museu Hipólito José da Costa executada	%	100
					Obra do Museu Julio de Castilhos executada	%	100
					Projeto do MARGS elaborado	unidade	1
					Projeto do Memorial do RS elaborado	unidade	1
					Projeto do Museu Hipólito José da Costa elaborado	unidade	1
					Projeto do Museu Júlio de Castilhos elaborado	unidade	1
TEATRO DA OSPA	Em andamento	SEDAC	Dar prosseguimento à construção do prédio próprio da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre - OSPA.	18.075.223	Obra do Teatro da OSPA realizada	%	100
VALORIZAÇÃO DA TRADIÇÃO E DO FOLCLORE EM SUA DIVERSIDADE	Em andamento	FIGTF	Valorizar a diversidade étnico cultural do Estado, preservar os acervos folclóricos e marcos da música gaúcha e modernizar os espaços físicos e técnicos. Criar a Festa Estadual das Etnias e apoiar os eventos de comemoração da Semana Farroupilha.	1.179.607	Acervo preservado	%	100
					Estúdio modernizado	%	100
					Festival das Etnias realizado	unidade	4
					Semana Farroupilha apoiada nas regiões	unidade	4

PROGRAMA: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

OBJETIVO: MELHORAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA E QUALIFICAR OS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS E ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS, CRES E SEDUC, OPORTUNIZANDO QUALIDADE NO ACESSO E PERMANÊNCIA DA CLIENTELA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO BEM COMO A PARTICIPAÇÃO DE TODA COMUNIDADE ESCOLAR EM PROJETOS EDUCACIONAIS E SOCIAIS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	429.450.618	981.776.769	1.411.227.387	Índice de escolas com espaços pedagógicos e administrativos qualificados com mobiliários e equipamentos	%	20	70
				Índice de escolas com intervenção na rede física	%	20	80

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
QUALIFICAÇÃO DA REDE FÍSICA ATRAVÉS DE CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO	Em andamento	SEDUC	Projetar uma nova linguagem arquitetônica, identificando as escolas públicas como espaços de educação integrada, adequando à legislação vigente. Garantir espaços alternativos de educação, através de estruturas temporárias habitáveis, nos casos emergenciais. Readequar a infraestrutura física existente de acordo com os conceitos de sustentabilidade ambiental. Ampliar, reconstruir e reformar escolas de acordo com o Plano de Necessidades de Obras - PNO. Construir e qualificar os espaços esportivos e áreas cobertas para qualificar áreas de lazer, lúdicas e culturais nas escolas. Construir, qualificar e revitalizar auditórios e salas de multiuso com sistemas tecnológicos modernos. Garantir sistema de segurança eficaz à comunidade escolar, bem como, ao patrimônio público. Adequar os espaços escolares à acessibilidade plena e ao Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI). Construções, reformas, ampliações das instalações das CREs e SEDUC	1.321.747.387	Atendimento emergencial efetuado	unidade	800
					Cobertura de quadra esportiva construída	unidade	208
					Escola com obra/reforma do PNO realizada	unidade	133
					Escola com PPCI - Plano de prevenção e combate a incêndio implantado	unidade	800
					Escola em tempo integral construída	unidade	400
					Escola nova construída em áreas indígenas e de assentamentos	unidade	68
					Escola reformada/reconstruída/ampliada	unidade	40
					Estrutura temporária habitável construída	unidade	20
					Imóvel/terreno adquirido	unidade	8
					Manutenção correntiva e preventiva	unidade	520
					Nova edificação escolar construída	unidade	21
					Prédio histórico recuperado	unidade	1
					Projeto, sondagem, fundação e planialtimétrico de quadras realizado	unidade	250
					Quadra esportiva coberta construída	unidade	48
SEDUC e CRE reformada/ampliada/construída	unidade	31					
QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES, CRES E SEDUC COM EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS BÁSICOS	Em andamento	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para reposição e substituição dos que se encontram obsoletos, antieconômicos ou inservíveis, nos espaços administrativos das Escolas, nas CREs e SEDUC. Adquirir mobiliário escolar para substituição e reposição nos mais diversos ambientes escolares (bibliotecas, salas de aula, laboratórios de informática, de ciências, salas multifuncionais), com vistas a qualificar o atendimento educacional.	89.480.000	CRE e SEDUC equipada	unidade	31
					Escola com equipamento e mobiliário básico qualificado	unidade	2.568
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL ESCOLAS/SEDUC E CRE	Nova	SEDUC	Estabelecer política de destinação e reaproveitamento do lixo eletrônico, voltada à sustentabilidade ambiental, de acordo com o PNRS (Plano Nacional de Resíduos Sólidos), buscando um permanente diálogo e o envolvimento com toda a comunidade escolar.	0	Projeto voltado à sustentabilidade ambiental formulado em parceria com fundações e instituições	unidade	20

PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA TVE E DA RÁDIO FM CULTURA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO
 OBJETIVO: DAR CONTINUIDADE À MODERNIZAÇÃO DOS PARQUES TECNOLÓGICOS DA TVE E DA RÁDIO FM CULTURA OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DE ESPAÇO IMPORTANTE À DIFUSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS DO GOVERNO, A GARANTIA DE ACESSO À CULTURA E A CONTEÚDOS EDUCATIVOS QUE PROMOVAM IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL E À INFORMAÇÃO DE QUALIDADE A TODA A POPULAÇÃO GAÚCHA, MESMO NAS REGIÕES MAIS REMOTAS DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	8.273.187	6.511.276	14.784.463	Ampliação da cobertura digital nos municípios do RS	Unidade	1	88

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DA REDE DE PARCEIROS DA TVE E DA RÁDIO FM CULTURA	Em andamento	FCP-RTV	Criar ferramentas que ampliem horizontes e proporcionem programações para que cada vez mais gaúchos e gaúchas se utilizem dessas emissoras como plataformas geradoras de mais conteúdo e informação. Construir metas para interiorização do sinal e ampliação da rede de emissoras, prevendo geração, captação e troca de conteúdo de programação e de jornalismo, através de parcerias com emissoras públicas e privadas.	800.000	Parcerias firmadas	%	100
ESTUDO E AQUISIÇÃO DE SEDE PRÓPRIA	Em andamento	FCP-RTV	Estudar, analisar e viabilizar a aquisição de uma sede própria, levando em consideração todos os aspectos técnicos envolvidos na escolha do local para abrigar as emissoras da Fundação Piratini. Cabe salientar que hoje a Fundação Piratini está em um prédio locado do Governo Federal, o qual necessita de adaptações em sua infraestrutura para contemplar as exigências de acessibilidade e segurança.	880.000	Estudo para aquisição de prédio próprio Sede própria adquirida	unidade unidade	1 1
MODERNIZAÇÃO DOS PARQUES TÉCNICOS, AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE COBERTURA E DIGITALIZAÇÃO DA REDE DA TVE E FM CULTURA	Em andamento	FCP-RTV	Modernizar os equipamentos e instalações técnicas da Fundação, visto que a tecnologia está em constante mudança, requerendo permanente update e manutenção preventiva. Concluir o processo de digitalização interna para funcionamento perfeito e completo e desligamento do sistema analógico. Ampliar a rede de sinal como medida estratégica para desenvolver a comunicação pública no Estado e liberar o espectro de frequência da faixa dos 700MHz, em atendimento ao Decreto 5.820/06. Disponibilizar o sinal da TVE e FM Cultura em dispositivos móveis.	11.904.463	Acervo adquirido digitalizado Equipamento para cumprimento das legislações de TVD, acessibilidade e demais normatizações dos órgãos regulamentadores de radiodifusão adquirido Estação retransmissora digital instalada Infraestrutura técnica da Rádio FM Cultura e TVE melhorada Sistema de downlink para melhoria da recepção do sinal digital nas estações de RTV adquirido Sistema de uplink para melhor abrangência via satélite adquirido Unidade móvel de externas para TVE e Estúdio Móvel para FM Cultura adquirida	% unidade unidade % unidade unidade unidade unidade	40 4 88 100 100 1 2
REESTRUTURAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA TVE E RÁDIO FM CULTURA	Em andamento	FCP-RTV	Afirmar a vocação de produção jornalística, artística e cultural do RS e contribuir para a qualificação da comunicação praticada no Estado. Dar visibilidade e abrir espaço para a diversidade, a regionalização e a produção independente, inclusive através de chamamento público. Qualificar os formatos, pautas e critérios artísticos dos programas atuais. Atender setores culturais e sociais ausentes da comunicação tradicional por meio dos novos programas. Atender o critério da convergência digital entre os meios tradicionais e as novas mídias. Buscar que a TVE permaneça 24 horas no ar e que a FM Cultura aumente sua produção local nos finais de semana. Capacitar os funcionários para atenderem às demandas das novas tecnologias e desempenharem melhor suas atribuições.	1.200.000	Cenário novo montado Convergência digital dos programas da FM Cultura realizada Convergência digital dos programas da TVE realizada Programação da FM Cultura reestruturada Programação da TVE reestruturada Servidor capacitado	unidade % % % % unidade	14 40 40 100 100 259

PROGRAMA: POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OBJETIVO: COORDENAR A GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL GARANTINDO AS DIRETRIZES DA DEMOCRACIA, DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS E EVENTUAIS PARA INDIVÍDUOS E GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE OU RISCO SOCIAL OU QUE DELES NECESSITAM.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	41.116.885	1.080.000	42.196.885	Percentual de Conselheiros do SUAS no RS capacitados	%	0	70
				Percentual de trabalhadores e gestores do SUAS no RS capacitados	%	32	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO AO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS/RS	Em andamento	STDS	Apoio administrativo, técnico, financeiro e operacional ao Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/RS. Garantia de estrutura físico-financeira com repasse dos recursos previstos em Lei para ações de controle social. Realização de conferências estadual de assistência social, Ciclos de Debates com os Conselhos Municipais de assistência social, bem como seminários, encontros.	800.000	Conselho Estadual de Assistência Social-CEAS/RS apoiado	unidade	1
					Repasse previsto em Lei transferido e executado (3% IGDSuas e IGDBolsa)	unidade	1
GESTÃO DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS/RS	Em andamento	STDS	O Estado cofinancia os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e eventuais dos municípios, por meio de transferência financeira, regular, automática e continuada na modalidade fundo a fundo acompanhando e monitorando a adesão e a execução financeira dos recursos estadual e federal.	30.379.766	Município com recurso financeiro de cofinanciamento das duas esferas de governo alocados no FEAS/RS transferido, executado e acompanhado	unidade	497
GESTÃO ESTADUAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	Em andamento	STDS	Constitui-se em um modelo descentralizado e participativo com regulação e organização de serviços, programas, projetos e benefícios, nos diferentes níveis de proteção (básica e especial de média e alta complexidade) com foco prioritário nas famílias, seus membros e indivíduos, tendo o território como base de organização. O SUAS organiza-se através de lei estadual e de um plano específico baseado no sistema de vigilância socioassistencial a fim de afirmar a assistência social como política pública. Na gestão do SUAS são realizadas assessorias individualizadas e regionalizadas aos municípios para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, Cadastro Único (CADÚNICO) e Programa Bolsa Família - PBF. O CADÚNICO é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Estado, a fim de incluí-las nos programas sociais. Cabe à gestão estadual assessorar os municípios para a ampliação cadastral, para qualificação da busca ativa e da melhoria das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF).	6.128.654	Assessoramento e Apoio Técnico realizado	unidade	39.760
					Lei Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Estado do Rio Grande do Sul criada e promulgada	unidade	1
					Material informativo e formativo publicado e divulgado	unidade	4
					Município com CADÚNICO ampliado e atualizado	unidade	497
					Município com condicionalidade do Programa Bolsa Família (PBF) acompanhada	unidade	497
					Plano Decenal de Assistência atualizado e publicado	unidade	1
					Política Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul atualizada publicada e executada	unidade	1
					Sistema de vigilância socioassistencial implantado	unidade	1
IMPLEMENTAÇÃO DO CAPACITASUAS	Nova	STDS	Capacitação de trabalhadores e trabalhadoras, gestores e gestoras, conselheiros e conselheiras da Política de Assistência Social através da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS.	1.400.000	Município capacitado	unidade	489
					Pessoa capacitada	unidade	10.500
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI	Em andamento	STDS	Assessoramento, monitoramento e avaliação do processo de reordenamento do PETI nos municípios sob a coordenação da Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil (CEPETI). Publicação e execução do Plano Estadual Decenal e Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.	400.000	Plano publicado, acompanhado e monitorado	unidade	1
					Reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI acompanhado	unidade	39

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUAS (EDUCASUAS-RS)	Nova	STDS	Implantação do Plano da Gestão do Trabalho e Educação Permanente para o SUAS com capacitações informativas e formativas, destinadas a todos os atores da assistência social para qualificação do SUAS.	400.000	Interlocução com FETSUAS/RS (Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS) realizada	unidade	1
					Interlocução com Fórum Estadual dos Usuários e de Entidades do RS realizada	unidade	1
					Mesa de Gestão do Trabalho criada	unidade	1
					Pessoa capacitada	unidade	4.000
					Plano atualizado, publicado, acompanhado e monitorado	unidade	1
IMPLEMENTAÇÃO DO RS ACOLHEDOR - CASAS DA SOLIDARIEDADE	Nova	STDS	Acolhimento provisório de pessoas e de seus acompanhantes, que estejam em trânsito e sem condições de auto sustento durante o tratamento de doenças graves fora da localidade de residência.	2.688.465	Acolhimento realizado	unidade	4.000

PROGRAMA: POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

OBJETIVO: REALIZAR O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA E PROMOVER A AUTONOMIA DAS MULHERES E MENINAS, ATRAVÉS DA ARTICULAÇÃO DE AÇÕES COORDENADAS JUNTO À INSTITUIÇÕES DE ACESSO À SEGURANÇA, À SAÚDE, À EDUCAÇÃO E À ASSISTÊNCIA SOCIAL, AO MUNDO DO TRABALHO E À JUSTIÇA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	8.339.764	3.000.000	11.339.764

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DE CONSELHOS E ORGANISMOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	Nova	SJDH	Apoiar a criação de organismos de políticas para as mulheres, como conselhos municipais, órgãos públicos de enfrentamento à violência contra as mulheres e garantia de direitos, como secretarias, coordenadorias, departamentos. Manter o Fórum Estadual e os Fóruns Regionais de Gestoras.	1.280.000	Conselho criado	unidade	18
					Fórum Estadual mantido	unidade	1
					Fórum Regional mantido	unidade	14
					Órgão público apoiado	unidade	12
CRIAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	Nova	SJDH	Apoiar a criação de centros especializados municipais e regionais para atendimento às mulheres vítimas de violência. Apoiar a criação de casas-abrigo municipais e regionais. Manter e fortalecer o Centro de Referência da Mulher Vânia Araújo.	1.370.000	Casa-abrigo criada	unidade	9
					Centro de atendimento criado	unidade	9
					Centro de Referência da Mulher Vânia Araújo	unidade	4
					Araujo mantido		
FORTALECIMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS DA MULHER	Em andamento	SJDH	Manter as ações do referido Conselho.	934.764	Conselho mantido	unidade	1
FORTALECIMENTO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E PROTEÇÃO ÀS MULHERES E MENINAS	Nova	SJDH	Promover a transversalidade nas instituições e entre instituições a fim de garantir direitos, realizar reuniões periódicas com os integrantes da rede para elaboração, execução e acompanhamento das ações finalísticas de enfrentamento a violência e promoção da autonomia. Articular a capacitação de profissionais que atuam nas instituições que compõe a rede. Manter e fortalecer o Comitê Gestor de Políticas de Gênero.	3.585.000	Agente capacitado	unidade	1.000
					Câmara Técnica criada e mantida	unidade	1
					Rede fortalecida e mantida	unidade	1
PROMOÇÃO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	Nova	SJDH	Realizar capacitações profissionais que promovam a autonomia das mulheres, levando em consideração suas vocações regionais e culturais, bem como as suas diversidades.	3.955.000	Mulher capacitada	unidade	2.200
REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS SOBRE A TEMÁTICA DE GÊNERO	Nova	SJDH	Realizar campanhas que possam disseminar informações e prevenção à violência contra as mulheres e meninas, que fortaleçam a equidade de gênero na sociedade.	215.000	Campanha realizada	unidade	4

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 OBJETIVO: PROMOVER A SEGURANÇA PÚBLICA, GARANTINDO A PAZ SOCIAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA SOCIEDADE, MEDIANTE AÇÕES DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA CRIMINALIDADE, O CONTROLE GERENCIAL DE INDICADORES, A ADOÇÃO DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, POTENCIALIZADOS PELA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO IMPLEMENTO DAS ATIVIDADES E A ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS DE INTELIGÊNCIA E ESTRATÉGIA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.475.364.697	361.490.324	1.836.855.021	Apreensão de entorpecentes - tráfico	Kg ao ano	8.537	9.059,8
				Furto	Nº ao ano	168.956	152.723
				Homicídio doloso	Nº ao ano	2.483	2.244
				Latrocínio	Nº ao ano	144	130
				Roubo	Nº ao ano	61.563	55.648
				Roubo de veículos	Nº ao ano	13.752	12.431

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA DE SAÚDE DA POLÍCIA CIVIL	Nova	SSP	Implementar e desenvolver atividades e ações que possibilitem a qualificação do atendimento dos servidores pertencentes aos órgãos de segurança pública, tanto por meio da administração e instrumentalização das estruturas orgânicas que prestam atendimento, como de políticas de valorização do bem-estar físico e mental de seus servidores.	485.000	Atendimento prestado a servidor da Polícia Civil	unidade	100.000
APARELHAMENTO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE (CICC)	Nova	SSP	Prover o CICC com os meios necessários à manutenção e à melhoria dos serviços de atendimento, de monitoramento e de despacho de guarnições para o atendimento a chamadas de emergência e outros serviços de segurança pública.	5.722.218	Bem permanente adquirido Equipamento de comunicação ou de TI adquirido Mobiliário adquirido	unidade unidade unidade	329 6 116
CONSTRUÇÃO DO CENTRO REGIONAL DE EXCELÊNCIA EM PERÍCIAS DO SUL	Nova	SSP	Construir o Centro de Excelência em Perícias, que permitirá ao IGP desenvolver as suas atividades periciais em um complexo moderno, com a integração de todos os seus Departamentos num único prédio.	22.070.359	Prédio construído	%	100
CONSTRUÇÃO DOS PRÉDIOS DAS COORDENADORIAS REGIONAIS DE PERÍCIA	Em andamento	SSP	Construir prédios padronizados visando ao desenvolvimento do trabalho pericial em ambiente integrado e funcional em cada uma das nove Coordenadorias Regionais de Perícia.	2.400.516	Prédio construído	unidade	9
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DA BRIGADA MILITAR	Nova	SSP	Construir novas instalações policiais militares em locais em que inexistem prédios. Realizar a edificação de prédios padronizados com a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades.	12.837.261	Quartel construído - Grupo/Pelotão/Batalhão Quartel reformado - nível de Batalhão	m2 m2	5.210 3.640
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DA POLÍCIA CIVIL	Nova	SSP	Construir, ampliar e reformar as Delegacias de Polícia, visando à melhoria na prestação dos serviços de Polícia Judiciária.	68.000.000	Prédio construído ou adquirido Prédio reformado	unidade unidade	20 89
ENSINO - COLÉGIO TIRADENTES	Nova	SSP	Proporcionar ao educando uma formação integral voltada para o exercício da cidadania e para a inserção no mercado de trabalho.	2.155.000	Aluno matriculado no ensino infantil (Escola Tio Chico) Aluno matriculado no ensino médio (Colégio Tiradentes)	unidade unidade	80 1.470
FORMULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO	Nova	SSP	Formular as políticas públicas de segurança, acompanhar e gerir os meios e supervisionar as ações para sua consecução.	0	Conjunto de políticas públicas formulado e acompanhado	unidade	1
MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DA POLÍCIA CIVIL	Em andamento	SSP	Construir e aparelhar Delegacias de Polícia que compõem os projetos prioritários do Governo, conforme o Acordo de Resultados firmado com a SSP.	3.500.000	Delegacia de Polícia instalada Delegacia de Polícia reformada ou ampliada	unidade unidade	3 2
POLICIAL MILITAR COM SAÚDE	Nova	SSP	Prover as unidades hospitalares da Brigada Militar de condições adequadas ao seu funcionamento, através do reaparelhamento e da reestruturação física, implementando e desenvolvendo ações que possibilitem a melhoria do atendimento à saúde dos policiais militares e seus familiares, bem como à saúde física e mental de seus servidores.	154.365.000	Equipamento hospitalar (grande porte) adquirido Equipamento odontológico (grande porte) adquirido Melhoria física (reforma de unidades de saúde/hospitais) realizada	unidade unidade m2	9 4 1.220

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

					Servidor militar e/ou familiar atendido	unidade	560.000
					Veículo ambulância para remoção médica adquirido	unidade	4
POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	Nova	SSP	Executar o Policiamento Comunitário de modo a fomentar a transversalidade das ações da Brigada Militar com a comunidade e demais setores da sociedade, de maneira a atuar preventivamente, coadunando com a redução de índices de criminalidade. Também, potencializar a atuação da Brigada Militar nos Estabelecimentos de ensino, visando o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar, tendo como estratégia alcançar a todos os níveis de frações dos comandos regionais subsídios para a execução do policiamento escolar.	8.837.500	Aluno do PROERD formado	unidade	400.000
					Base de Policiamento Comunitário implantada	unidade	51
					Policial Militar capacitado	unidade	1.900
					Viatura de Policiamento Comunitário adquirida	unidade	126
QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA BRIGADA MILITAR	Nova	SSP	Qualificar os servidores militares da ativa da Brigada Militar, através da realização de cursos curriculares, palestras, seminários, encontros técnicos, entre outros, para o desempenho eficaz e eficiente de suas funções.	647.500	Curso/Encontro de inteligência realizado	unidade	40
					Servidor qualificado	unidade	14.000
QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL	Nova	SSP	Qualificar os policiais atualmente na ativa para que possam desempenhar com eficácia e eficiência suas funções.	31.577.522	Servidor qualificado	unidade	8.000
QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO IGP	Nova	SSP	Qualificar os servidores do IGP, visando à melhoria dos serviços periciais através de programas de ensino que visem à atualização profissional dos servidores do IGP, buscando a eficiência dos serviços prestados.	600.000	Servidor qualificado	unidade	1.800
REALIZAÇÃO DA PERÍCIA OFICIAL E IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA	Em andamento	SSP	Operacionalizar todas as rotinas relacionadas às atividades periciais no âmbito das perícias criminais, médico legais, laboratoriais e serviços de identificação, visando à coleta e à produção da prova técnica processual e à confiabilidade dos processos de identificação e emissão da cédula de identidade civil, por meio da implementação de novos projetos e aplicação de novas tecnologias, que levem ao desenvolvimento de um serviço qualificado na prestação dos serviços aos cidadãos e aos Órgãos Judiciais e Policiais, tornando a Perícia Gaúcha um modelo de excelência em nível nacional.	136.064.869	Carteira de identidade emitida	unidade	3.572.816
					Laudo emitido	unidade	627.544
REALIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA PARA A PREVENÇÃO E REPRESSÃO QUALIFICADA AO CRIME	Em andamento	SSP	Realizar as atividades atinentes às atribuições de polícia judiciária, estabelecidas na legislação vigente, em especial: realização da investigação criminal qualificada, e execução da estratégia de reestruturação e modernização dos processos de trabalho, tendente ao aperfeiçoamento de sistemas e gerenciamento da prestação dos serviços de Polícia Judiciária, com base em indicadores e na utilização do Sistema de Inteligência Policial.	398.309.500	Delegacia Especializada criada	unidade	5
					Inquérito policial remetido	unidade	760.000
					Procedimento especial para adolescente remetido	unidade	100.000
					Termo circunstanciado remetido	unidade	640.000
REALIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DE POLÍCIA OSTENSIVA E DE PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	Em andamento	SSP	Planejar, controlar e executar todas as atividades de Polícia Ostensiva, assegurando a preservação da ordem pública com agilidade, eficiência e eficácia, em consonância com a política estadual de segurança pública, mediante a qualificação das áreas de inteligência e estratégia, e a dotação de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento das atividades.	741.781.802	Operação Barreira realizada	unidade	600.000
					Prisão efetuada	unidade	56.000
					Veículo abordado	unidade	22.000.000
REAPARELHAMENTO DA BRIGADA MILITAR	Nova	SSP	Reaparelhar a Brigada Militar, proporcionando equipamentos de proteção individual (coletes balísticos) e armamentos de qualidade e em quantidade suficiente para o efetivo, potencializando a ação dos Policiais Militares com o aumento de sua capacidade individual para fazer frente aos crescentes índices de violência, possibilitando combate à ilicitude com maior garantia a integridade física dos policiais. Dotar o parque de TI da Brigada Militar de equipamentos em quantidades e arquitetura que permitam atender as carências existentes e utilização de ferramentas de gestão para melhor desempenho das atividades administrativas e operacionais. Incrementar a renovação e ampliação da frota de viaturas policiais proporcionando presença real do policial militar aliada ao estreito relacionamento com a comunidade que permitirá a consecução de elevados níveis de prevenção criminal sendo este um dos principais fatores para a redução da criminalidade.	160.708.600	EPI (armamento) adquirido	unidade	5.726
					EPI (colete balístico) adquirido	unidade	11.679
					Equipamento de comunicação adquirido	unidade	1.669
					Equipamento de tecnologia da informação adquirido	unidade	1.540
					Frota de veículos renovada	unidade	1.957
REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	Nova	SSP	Reaparelhar os órgãos de polícia judiciária, visando à realização das atividades atinentes às atribuições de polícia judiciária, estabelecidas na legislação vigente.	75.192.374			

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

					Equipamento de proteção e segurança adquirido	unidade	10.368
					Equipamento tecnologia da informação adquirido	unidade	9.305
					Material permanente adquirido	unidade	14.650
					Viatura adquirida para a Polícia Civil	unidade	3.762
REAPARELHAMENTO DO INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS	Nova	SSP	Adquirir novas tecnologias e novos equipamentos, visando à atualização e à modernização dos recursos materiais, para atender à crescente demanda solicitada ao IGP, permitindo a realização de alguns tipos de perícias que não vêm sendo atendidos por falta de condições técnicas.	11.000.000	Equipamento de proteção e segurança adquirido	unidade	1.800
					Equipamento de tecnologia da informação adquirido	unidade	1.200
					Material permanente adquirido	unidade	2.000
					Viatura adquirida para a o IGP	unidade	220
SERVIDOR DA PERÍCIA COM SAÚDE	Nova	SSP	Implementar e desenvolver atividades e ações que possibilitem a qualificação da saúde dos servidores do IGP, bem como de políticas de valorização do bem-estar físico e mental de seus servidores.	600.000	Atendimento psicossocial prestado ao servidor	unidade	4.000

PROGRAMA: PROGRAMA DE OPORTUNIDADE E DIREITOS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS

OBJETIVO: CONTRIBUIR PARA REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE VIOLENTA DE JOVENS DE 15 A 24 ANOS DE IDADE NAS CIDADES DE ALVORADA (ALV), PORTO ALEGRE (POA) E VIAMÃO (VIA), ESTENDENDO A REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, MEDIANTE A ABORDAGEM INTEGRADA DOS FATORES DE RISCO E A FOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E POPULACIONAL DAS INTERVENÇÕES.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	38.688.201	141.027.500	179.715.701	Homicídios de Jovens de 15 a 24 anos	jovens por cem mil	0,88	0,78

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO	Em andamento	SJDH	Qualificar o atendimento socioeducativo oferecido na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e diminuir a superlotação e os níveis de reincidência entre os adolescentes autores de ato infracional.	80.320.000	Centro CASE construído	unidade	3
					Centro de Profissionalização reformado	unidade	1
FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL DA SJDH	Em andamento	SJDH	Qualificar a gestão da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul - SJDH, principal executora do Programa de Oportunidade e Direitos, proporcionando à SJDH operar com base em um Modelo de Gestão para Resultados, cumprindo com metas programáticas e operativas, qualificando seus serviços, baseada num planejamento estratégico e segundo a definição de funções e metas para cada departamento e com a finalidade de executar de forma eficiente o Programa de Oportunidades e Direitos, em parceria com outras entidades governamentais e da sociedade civil.	20.355.699	Fórum Permanente criado	unidade	6
PREVENÇÃO SITUACIONAL E QUALIFICAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	Em andamento	SJDH	Oferecer espaços de convivência comunitária mais seguros e com acessibilidade universal para pessoas com deficiência, dotados de policiamento comunitário oferecido de forma integrada entre o Município e o Estado, promovendo a reapropriação pela comunidade desses espaços e a criação de ambientes que promovam o prazer de estar e pertencer à comunidade, bem como que estimulem a prática de relações sociais virtuosas e pacíficas. Formação continuada de efetivos policiais que atuarão no policiamento comunitário das áreas abrangidas pelo programa. Implementação do policiamento comunitário, fortalecimento e integração do efetivo policial com a comunidade, com bases comunitárias ou delegacia cidadã.	19.200.000	Agente da Segurança Pública capacitado	unidade	2.800
					Base de Segurança Cidadã instalada	unidade	6
PREVENÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA	Em andamento	SJDH	Empoderar jovens em situação de vulnerabilidade social, proporcionando-lhes desenvolver autonomia, independência, sentimento de pertencimento à comunidade de origem e consciência cidadã sobre seus direitos. Efetivar a inclusão social através do oferecimento de serviços públicos de educação continuada para o aumento da escolaridade, apoio financeiro para permanência na escola e redução da evasão escolar, de capacitação para a inclusão no mercado de trabalho e de geração de renda, de saúde, cultura, esporte e lazer e para a proteção contra violações a seus direitos. Criação e fortalecimento dos núcleos de gestão da rede de atenção à juventude nos territórios atendidos pelo Programa.	59.840.002	Centro da Juventude construído	unidade	6

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROMOÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: GABINETE DE POLÍTICAS SOCIAIS

OBJETIVO: QUALIFICAR E ACOMPANHAR OS SERVIÇOS SOCIAIS PRESTADOS À POPULAÇÃO QUE SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL POR MEIO DO ESTÍMULO À CONSTRUÇÃO DE ARRANJOS DE PLANEJAMENTO E AÇÕES GOVERNAMENTAIS TRANSVERSAIS E INTERSETORIAIS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente 0 Despesa Capital 0 Total 0

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ARTICULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	Nova	GPS	Promover a saúde, a autonomia, a igualdade de gênero, a cidadania, a redução da gravidez na adolescência e da violência contra a mulher, por meio de políticas públicas objeto de ações transversais executadas pela SJDH, STDS, SES e SSP.	0			
ARTICULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Em andamento	GPS	Promover, proteger e defender os direitos de crianças e adolescentes garantidos pela CF e pela legislação infraconstitucional, buscando assegurar às crianças e adolescentes o acesso a políticas sociais básicas e a políticas de garantias de direitos. Estimular o aleitamento materno por meio da Semana Estadual do Aleitamento Materno. Fomentar a criação de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar – CIPAVES. Articular ações relativas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes executadas pela SEDUC, SJDH, SES, SSP, SEDAC e SETEL.	0			
ARTICULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PARA OS IDOSOS	Em andamento	GPS	Promover a acompanhar políticas públicas que visem à proteção, respeito, valorização, autonomia e qualidade de vida e independência econômica da população idosa, direitos e princípios esses consagrados na Constituição Federal e legislação infraconstitucional, para que os idosos exerçam um papel ativo na sociedade e para que esta trate os idosos com respeito e dignidade. As ações serão executadas pela STDS, SETEL, SES, SSP, SJDH.	0			
PROMOÇÃO DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA FUNDOS ESTADUAIS QUE ATENDEM A PÚBLICOS VULNERÁVEIS	Em andamento	GPS	Promover ações de captação de recursos para os fundos estaduais que atendem a públicos vulneráveis, como crianças, idosos, pessoas com deficiência e dependentes químicos em tratamento.	0			
PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS COM ENTIDADES ASSISTENCIAIS, GABINETES DE PRIMEIRAS-DAMAS MUNICIPAIS E SOCIEDADE	Em andamento	GPS	Promover a integração com as entidades assistenciais, de prestação de serviços sociais e comunitários e sociedade, compatibilizando-a com a execução das políticas sociais do Governo do Estado, a fim de evitar ações isoladas e fragmentadas. Articular com os gabinetes das primeiras-damas municipais do RS para que os mesmos atuem como protagonistas nas políticas sociais desenvolvidas por seus municípios.	0			

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO HABITACIONAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO
OBJETIVO: PROMOVER A REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA, POR MEIO DE PROJETOS ADEQUADOS ÀS LEGISLAÇÕES PERTINENTES, PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO QUE VIABILIZEM, DENTRO DO POSSÍVEL, A PERMANÊNCIA DAS POPULAÇÕES OCUPANTES DE ÁREAS PÚBLICAS. FOMENTAR A PRODUÇÃO DE AÇÕES HABITACIONAIS, POR MEIO DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES PRIVADAS, PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES OU MELHORIAS EM UNIDADES HABITACIONAIS. O PROGRAMA DESTINA-SE ÀS FAMÍLIAS DE MENOR RENDA, COM CARÊNCIA HABITACIONAL OU HABITANDO EM MORADIAS QUE OCUPEM IRREGULARMENTE ÁREAS PÚBLICAS DO ESTADO, DE OUTROS ENTES PÚBLICOS VINCULADOS E DE MUNICÍPIOS, OU QUE DEVERÃO SER REASSENTADAS POR HABITAREM EM ÁREAS DE RISCO, ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE OU PROTEÇÃO AMBIENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	29.713.500	62.825.808	92.539.308	Redução da carência habitacional para famílias com renda de até 5 salários mínimos, pela política habitacional do Estado	unidade	198.000	179.773

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ALUGUEL SOCIAL	Em andamento	SOSH	Transferir recursos para famílias de 0 (zero) a 3 (três) salários mínimos, com o objetivo de custear a locação de imóvel por tempo determinado às famílias nas seguintes situações: a) residentes em áreas destinadas à execução de obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento estadual; b) que estejam em situação de risco, decorrente de calamidade pública ou de situação de emergência; c) residentes em áreas públicas, em especial em áreas de risco, em processo de regularização fundiária.	25.150.000	Família assistida com aluguel social	unidade	700
FOMENTO ÀS AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NOS MUNICÍPIOS	Em andamento	SOSH	Fomentar a realização de ações de regularização fundiária pelos municípios, por meio da divulgação de informações e assessoramento técnico, tendo como alvo os COREDES que possuem situações de inadequação fundiária ou aglomerados subnormais diagnosticados pelo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS.	434.500	Ação realizada para o fomento à regularização fundiária nos municípios	unidade	8
					Apoio técnico realizado para execução de projetos, obras de infraestrutura e/ou habitação	unidade	16
PRODUÇÃO DE AÇÕES HABITACIONAIS	Em andamento	SOSH	Oportunizar a produção de ações habitacionais (casas, lotes, melhorias), através de parcerias com municípios e entidades (agentes financeiros, cooperativas e associações habitacionais), bem como complementando programas habitacionais da União.	48.324.500	Lote urbanizado conveniado	unidade	296
					Melhoria habitacional conveniada	unidade	413
					Unidade habitacional conveniada	unidade	8.869

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO EM ÁREAS DE PROPRIEDADE DO ESTADO	Em andamento	SOSH	Realizar a regularização fundiária nas áreas de propriedade do Estado ocupadas para fins de moradia. A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. As ações de regularização fundiária devem garantir a inserção da área na cidade formal, em todos os seus aspectos e significados, constituindo exercício de cidadania que extrapola a simples titulação cartorial, pois visa assegurar direito fundamental, protegido constitucionalmente. A ação ocorre em etapas e encontra variantes em razão das especificidades locais, espaciais, sociais e jurídicas. É interdependente da política urbana municipal e pressupõe a qualificação e dignificação do direito à moradia. No procedimento das etapas, pode existir a necessidade de reassentamento de famílias que adquiriram o direito à moradia em um local determinado e que, em face da existência de situações de risco e, ou, de preservação ambiental, ou, ainda, em razão de projeto urbanístico com alto grau de intervenção na área ocupada, precisam ser realocadas ou reassentadas. O reassentamento também se faz necessário quando a moradia constituída e consolidada localiza-se em margens de rodovias, arroios, sob-redes de alta tensão, encostas íngremes, banhados, ou mesmo em locais com previsão de abertura de ruas e acessos ou drenagens, conforme diretriz urbanística municipal. Sendo necessária a remoção das moradias dos locais referidos, deve ser realizada a transferência dessas famílias para uma área segura e com infraestrutura implantada, bem como regularizada quanto ao aspecto da titulação jurídica e ao respectivo registro do direito à moradia.	18.195.808	Família beneficiada com titulação de lote	unidade	2.249
					Levantamento topográfico cadastral e/ou diagnóstico executado	unidade	6.968
					Lote adquirido	unidade	2.300
					Lote com obra de infraestrutura executada	unidade	874
					Lote com projeto urbanístico de infraestrutura e/ou projeto arquitetônico executado	unidade	7.296
					Lote individualizado (More Legal)	unidade	6.042
					Unidade habitacional edificada	unidade	631
				TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DE IMÓVEIS DA COHAB-RS AOS MORADORES	Em andamento	SOSH	Efetuar a transferência da propriedade dos imóveis remanescentes da COHAB-RS, para: mutuário com autorização para escritura, comprador com "contrato de gaveta" e morador sem documentação de compra e venda.

PROGRAMA: PROMOÇÃO DA PAZ E PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS NO RS

Apoio às Políticas Públicas e Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS

OBJETIVO: PROMOVER E FOMENTAR O CONHECIMENTO E OS FLUXOS DAS "REDES" DE PREVENÇÃO, TRATAMENTO, INSERÇÃO SOCIAL E REPRESSÃO, CONSTRUINDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, VOLTADAS À DIMINUIÇÃO DA OFERTA E DEMANDA SOBRE O USO INDEVIDO DE DROGAS ILÍCITAS NO RS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	2.730.000	0	2.730.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À REPRESSÃO AO TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS E PREVENÇÃO AOS CRIMES CONEXOS	Nova	SJDH	Ações de apoio aos órgãos de segurança pública e aos sistemas penitenciário e socioeducativo, na prevenção e enfrentamento ao tráfico de drogas e seus crimes conexos.	1.630.000	Projeto apoiado	unidade	4
DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA SOBRE DROGAS	Em andamento	SJDH	Campanhas publicitárias, eventos e demais ações de sensibilização e divulgação de serviços de utilidade pública ligados à temática. Disponibilização de aplicativos, sistemas, portais digitais e em diversas mídias, levando a rede de atenção ao alcance dos cidadãos. Ações publicitárias de prevenção ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas.	430.000	Aplicativo disponibilizado e mantido Campanha realizada	unidade unidade	1 1
FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS	Em andamento	SJDH	Implantar a rede de atenção e acolhimento através do fortalecimento e integração do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas. Realização de conferências, reuniões e palestras sobre a temática. Articulação com os Fóruns Permanentes de Comunidades Terapêuticas, Conselhos Municipais, Grupos de Autoajuda e Comunidade Científica. Estimular a reinserção social de ex-usuários em drogas.	670.000	Ação integrada de prevenção ao uso de drogas efetivada Conselho Municipal de Política sobre Drogas criado	unidade unidade	76 100

PROGRAMA: PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 OBJETIVO: COORDENAR E EXECUTAR ATIVIDADES DE PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS, BUSCAS E SALVAMENTOS E AÇÕES DE DEFESA CIVIL, VISANDO À MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E AO ATENDIMENTO AO BEM COMUM.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	88.364.746	26.049.185	114.413.931	Percentual de alvarás expedidos no prazo de 90 dias	%	35	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DO CORPO DE BOMBEIROS	Nova	SSP	Realizar obras de melhorias no que diz respeito à construção, ampliação de reformas das estruturas físicas dos quartéis de bombeiros militares.	22.289.185	Guarita mantida ou construída	unidade	1.320
					Quartel construído	m2	4.180
					Quartel reformado	m2	4.180
PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, REALIZAÇÃO DE BUSCAS E SALVAMENTOS E DE ATIVIDADES DE DEFESA CIVIL	Em andamento	SSP	Coordenar e executar atividades de prevenção e combate de incêndios, buscas e salvamentos e ações de defesa civil.	86.264.746	Ação de prevenção de incêndio realizada	unidade	1.762.425
					Incêndio combatido	unidade	46.595
					Remoção de fonte de perigo realizada	unidade	43.563
					Salvamento realizado	unidade	66.990
QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - CBMRS	Nova	SSP	Desenvolver a capacitação do efetivo a partir de cursos de qualificação, especialmente no que diz respeito aos cursos técnicos e de especialização, visando, além disso, ao treinamento dos salva-vidas (civis e militares) em virtude da Operação Golfinho.	2.100.000	Curso de especialização realizado	unidade	1.000
					Efetivo de Bombeiro Militar qualificado	unidade	600
					Salva-vidas treinado	unidade	5.600
REAPARELHAMENTO TÉCNICO DO CORPO DE BOMBEIROS	Nova	SSP	Otimizar os serviços prestados pelos bombeiros militares em razão do reaparelhamento técnico da dotação de infraestrutura patrimonial relacionada com o exercício das suas funções, especialmente a partir da gestão estratégica das tecnologias de comunicação e informação, melhoria da logística, bem assim com os equipamentos destinados ao serviço de combate a incêndio e demais ocorrências.	3.760.000	Equipamento de proteção individual modernizado	unidade	1.800
					Equipamento de proteção individual renovado (Operação Verão)	unidade	5.600
					Equipamento para atividades operacionais renovado	unidade	496
					Frota modernizada (aquisição de veículos)	unidade	440
					Redes de Comunicação e Informática estruturadas, gerenciadas e aperfeiçoadas	unidade	2.000

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PRODUTIVO E DE SERVIÇOS E DA QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

OBJETIVO: PROMOVER AS POLÍTICAS DE INOVAÇÃO, A PESQUISA CIENTÍFICA, O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO SUSTENTÁVEL, A IDENTIFICAÇÃO E A CONTÍNUA ADAPTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS PARA O AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DO SETOR PRODUTIVO E DE SERVIÇOS, BEM COMO A QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	148.803.436	18.386.981	167.190.417	Número de acadêmicos ativos na graduação e pós-graduação	Unidade	3.995	10.000
				Número de artigos e livros publicados	Unidade	246	1.505
				Número de bolsas acadêmicas concedidas	Unidade	717	2.312
				Número de bolsas concedidas	Unidade	1.982	7.288
				Número de cursos de graduação e pós-graduação	Unidade	83	138
				Número de editais lançados	Unidade	10	31
				Número de empresas beneficiadas	Unidade	870	3.600
				Número de eventos apoiados/participações realizadas	Unidade	212	1.676
				Número de patentes registradas	Unidade	11	22
				Número de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão	Unidade	124	1.448
				Número de projetos apoiados	Unidade	231	1.852
				Número de serviços tecnológicos prestados	Unidade	72.000	306.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APRIMORAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DIFUSÃO CIENTÍFICA E CULTURAL	Em andamento	UERGS	Fomentar e orientar a estruturação das atividades de extensão mediante elaboração e execução de programas e projetos, e a divulgação do conhecimento acadêmico e da cultura regional.	2.686.272	Bolsa de extensão concedida	unidade	268
					Evento promovido pela Uergs ou em parceria com outras instituições	unidade	440
					Periódico de extensão publicado	unidade	3
					Programa de extensão implementado	unidade	32
					Projeto de extensão realizado	unidade	440
					Publicação de livro, artigo, produção técnica e obra artística realizada	unidade	100
APRIMORAMENTO E QUALIFICAÇÃO DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, ASSOCIADAS ÀS VOCAÇÕES REGIONAIS	Em andamento	UERGS	Fomentar e apoiar o desenvolvimento de pesquisa focadas nas áreas: Humanas, Vida e Meio Ambiente e Exatas e Engenharias, considerando a viabilidade de parcerias, os arranjos produtivos locais e demandas regionais, a transferência de tecnologia e o aumento do número de grupos de pesquisa, gerando condições para implantação de programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.	2.320.000	Bolsa acadêmica concedida	unidade	480
					Curso de pós-graduação lato-sensu implementado	unidade	20
					Curso de pós-graduação stricto-sensu implementado	unidade	6
					Editora criada e Periódico Científico publicado	unidade	13
					Núcleo de Inovação Tecnológica implementado	unidade	1
					Participação (docente e/ou discente) em eventos de ensino, pesquisa e extensão, financiada pela UERGS	unidade	5.634
					Produção científica (artigos e livros) e Depósito de pedido de patentes realizado	unidade	1.405
					Projeto de Pesquisa e inovação tecnológica ativo vinculados aos grupos de pesquisa	unidade	978
					Repositório Digital criado	unidade	1
FOMENTO À FORMAÇÃO E À FIXAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	Em andamento	FAPERGS	Induzir e fomentar a capacitação de RH em cursos de pós-graduação, graduação, ensino médio e técnico e a fixação de RH nas empresas, Instituições de Ensino Superior (IES), Institutos de pesquisa, Incubadoras e Parques e Polos Tecnológicos.	37.845.300	Bolsa concedida	unidade	7.288

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

FOMENTO À PESQUISA, AO DESENVOLVIMENTO E À INOVAÇÃO	Em andamento	FAPERGS	Induzir e apoiar Pesquisa Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em Empresas, IES, Centros de Pesquisa, Incubadoras e Parques e Polos Tecnológicos; consolidar conhecimentos Técnicos e Científicos para o Desenvolvimento Sustentável; estruturar, modernizar e recuperar Centros de Pesquisa e Empresas; apoiar ações voltadas para Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia; induzir e fomentar PD&I através de auxílio a Recém-Doutor, Pesquisador Visitante, Organização de Eventos; participação em Eventos Nacionais e Internacionais, Intercâmbios Científicos Nacionais e Internacionais e apoio à Estrutura de Pesquisa.	82.732.536	Auxílio concedido	unidade	3.528
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	Em andamento	UERGS	Ampliar e qualificar programas acadêmicos; Promover e ampliar a oferta e vagas de cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológico, presenciais e a distância; qualificar a formação de docentes, discentes e técnicos da comunidade universitária e regional, articulados com a realidade de cada campus regional.	15.732.928	Bolsa acadêmica concedida	unidade	1.564
					Curso de graduação ofertado	unidade	52
					Parceria com órgãos públicos, privados e/ou internacionais ativos	unidade	190
					Programa de formação inicial e continuada implementado	unidade	5
MELHORIA E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	Em andamento	UERGS	Projetar, implantar ou adequar as instalações físicas, patrimoniais e acervo bibliográfico da UERGS, adequadas aos projetos pedagógicos de curso e a legislação vigente do Ensino Superior.	11.387.072	Vaga em curso de graduação ofertada	unidade	7.400
					Acervo Bibliográfico adquirido	unidade	51.904
					Equipamentos de laboratório e mobiliário patrimonial adquirido	%	100
					Prédios das Unidades Universitárias e Reitoria construídos, incluindo laboratórios e bibliotecas	unidade	16
MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	Em andamento	CIENTEC	Promover melhorias nas práticas de gestão da instituição que levem a uma maior eficiência e um menor tempo de resposta, com ênfase na segurança e saúde do trabalho, revisando e/ou instituindo políticas que estimulem a proteção da propriedade intelectual no âmbito da Cientec e no meio empresarial, além de incrementar a infraestrutura, capacidade e qualidade na pesquisa e na prestação de serviços tecnológicos.	1.526.309	Equipamento adquirido	unidade	40
					Prática de gestão implementada ou melhorada	unidade	5
MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARQUE INDUSTRIAL GAÚCHO	Em andamento	CIENTEC	Promover a melhoria da qualidade de produtos e processos industriais através da pesquisa e desenvolvimento tecnológico e inovação, induzindo ao aumento da competitividade do parque industrial gaúcho mediante ações estratégicas prioritariamente nas áreas de energia e fontes renováveis, novos materiais e meio ambiente, insumos para a saúde e polos industriais.	1.660.000	Projeto de infraestrutura implementado	unidade	7
					Projeto de P&D&I desenvolvido	unidade	10
					Serviço de ensaio ou calibração acreditado	unidade	80
TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA	Em andamento	CIENTEC	Prestar serviços de análises, testes, calibrações, inspeções, ensaios, perícias, consultoria e extensão tecnológica para empresas avaliando a qualidade e o desempenho de insumos, produtos, processos e resíduos, contribuindo para o crescimento do parque industrial gaúcho.	11.300.000	Laudo emitido	unidade	55.000
					Serviço tecnológico prestado	unidade	306.000

PROGRAMA: PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS
 OBJETIVO: PROMOVER AÇÕES VINCULADAS À PROTEÇÃO E À DEFESA DOS CONSUMIDORES. REGIONALIZAR AS AÇÕES, ATRAVÉS DO INVESTIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PARA A IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURAS REGIONAIS DE ATENDIMENTO E CAPACITAÇÃO PERMANENTE DOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PROMOVER AÇÕES INFORMATIVAS E EDUCATIVAS AO CONSUMIDOR, DE FORMA A PROPICIAR O DIREITO DE ESCOLHA, PREVENINDO LITÍGIOS E REDUZINDO O NÚMERO DE RECLAMAÇÕES DOS CONSUMIDORES. AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO, POR MEIO DE MECANISMOS QUE PERMITAM CONSULTA E ESCUTA À COMUNIDADE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	2.800.000	0	2.800.000	Atendimentos Procon Estadual	Percentual	0	100
				Resolutividade em Atendimento PROCON	Percentual	82	90

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSCIENTIZAÇÃO DE CONSUMIDORES E FORNECEDORES	Em andamento	SJDH	Realizar campanhas educativas e preventivas, pelos meios de comunicação, visando informar a respeito dos direitos e deveres de consumidores e fornecedores e dos agentes atuantes nas relações de consumo.	220.000	Ação de conscientização realizada	unidade	20
FISCALIZAÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	Em andamento	SJDH	Realizar atividades de fiscalização permanente, visando a diminuição do desrespeito aos direitos do consumidor e preservação dos direitos dos bons fornecedores e prestadores de serviços, com a realização de operações de fiscalização próprias e através de parcerias com outros órgãos ou entidades afins.	660.000	Ação de fiscalização realizada	unidade	4
IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO RIO GRANDE DO SUL	Nova	SJDH	Promover ações vinculadas à proteção e à defesa dos consumidores, articulando políticas públicas voltadas para a conscientização da população no âmbito do mercado de consumo. A finalidade da escola, conforme decreto 46.329/2009 é promover a educação para o consumo, bem como a formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos e dos cidadãos em geral, sobre cidadania e direito do consumidor. A escola deve promover cursos presenciais e a distância bem como palestras, fóruns e firmar convênios com as faculdades ou universidades a fim de expandir o conhecimento na graduação e pós graduação nos cursos regulares de ensino jurídico.	560.000	Escola implantada e mantida	unidade	1
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE AÇÕES INTEGRADAS	Em andamento	SJDH	Estabelecer parcerias com universidades e entidades que realizam trabalho ou tenham envolvimento com a defesa do consumidor, para qualificar os projetos regionais e atender as entidades devidamente constituídas.	420.000	Ação integrada implementada	unidade	4
MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PROCON	Em andamento	SJDH	Melhorar o método de atendimento, tornando-o mais célere e eficaz, utilizando meios eletrônicos e tecnologia da informação e comunicação. Modernizar as instalações e promover a qualificação permanente dos servidores do órgão.	430.000	Ação de aprimoramento, modernização e qualificação do Procon RS realizada	unidade	8
MUNICIPALIZAÇÃO DO PROCON	Em andamento	SJDH	Ampliar o número de PROCON's municipais, repassando recursos para apoio aos Sistemas Municipais de Defesa do Consumidor, devidamente constituídos, através de convênios ou outros instrumentos capazes de fomentar e qualificar o atendimento ao consumidor.	510.000	Município com PROCON instalado	unidade	10

PROGRAMA: PROTEÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
 OBJETIVO: EXECUTAR E AMPLIAR OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS E TESTEMUNHAS, ATRAVÉS DO PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO, AUXÍLIO E ASSISTÊNCIA A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS (PROTEGE); DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE (PPCAAM); DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS (PPDDH); E DE PROGRAMAS DE PROTEÇÃO À VÍTIMA DE VIOLÊNCIA, BEM COMO O PROGRAMA RS SOCIOEDUCATIVO, GARANTINDO OS DIREITOS HUMANOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EGRESSOS DA FASE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	29.300.000	0	29.300.000	Taxa de desligamento de Jovens do RS Socioeducativo por reincidência, redução de medida ou ingresso no sistema penal adulto.	jovens	1	0
				Taxa de empregabilidade	Percentual	0	70

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL COM O SISTEMA DE JUSTIÇA	Em andamento	SJDH	Desenvolver, coordenar e fomentar articulação institucional com o Sistema de Justiça.	1.420.000	Pesquisa e Desenvolvimento na área de Justiça (P&D) realizada	unidade	2
					Seminário e workshop relacionado ao tema de Justiça realizado	unidade	1
					Termo de parceria institucional entre órgãos de Justiça firmado	unidade	3
EXECUÇÃO E FORTALECIMENTO DO PROGRAMA RS SOCIOEDUCATIVO	Em andamento	SJDH	Executar e fortalecer o Programa RS Socioeducativo, proporcionando o desenvolvimento de autonomia e consciência dos seus direitos e deveres na sociedade, bem como instrumentalizando-os através de capacitação profissional e educacional.	22.500.000	Criança e adolescente atendido pelo programa	unidade	180
EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A PESSOAS	Em andamento	SJDH	Executar, ampliar e fortalecer o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) e Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (PPDDH).	100.000	Criança e adolescente protegido	unidade	60
					Defensor e/ou Defensora de Direitos Humanos protegido	unidade	20
EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO, AUXÍLIO E ASSISTÊNCIA A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS (PROTEGE)	Em andamento	SJDH	Executar, ampliar e fortalecer o Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas (PROTEGE).	5.280.000	Testemunha protegida	unidade	67

PROGRAMA: PROTEÇÃO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 OBJETIVO: IMPLEMENTAR A EXECUÇÃO DA MEDIDA DE PROTEÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, EM AÇÃO COMPLEMENTAR AOS MUNICÍPIOS DO RS E, O ACESSORAMENTO SOBRE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA OS MUNICÍPIOS DO RS, EM AÇÃO COMPLEMENTAR/SUPLEMENTAR AO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (DAS) DA SECRETARIA DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (STDS).

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	89.701.918	962.594	90.664.512	Adolescentes inseridos no mercado de trabalho	%	0	100
				Crianças e adolescentes com reinserção familiar e social efetivada	%	0	100
				Taxa de crianças/adolescentes reinseridos no prazo legal	%	0	100
				Taxa de reingressos	%	1,7	0

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
COOPERAÇÃO TÉCNICA COM OS MUNICÍPIOS	Nova	FPERGS	Promover o assessoramento aos municípios do RS sobre o acolhimento institucional, de forma complementar ao DAS, através da realização de projeto de formação para os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento e na rede de proteção a criança e ao adolescente. Desenvolver um plano de ação conjunto com o Estado, municípios e demais instâncias implicadas no cuidado da população adulta com demandas de risco social e saúde agravadas que permanecem atendidas pela FPERGS.	158.232	Município cooperado em formação para o Acolhimento Institucional	unidade	190
GARANTIA DE ACESSO DOS ACOLHIDOS AOS RECURSOS PARA O SEU PLENO DESENVOLVIMENTO	Em andamento	FPERGS	Fornecer aos acolhidos alimentação geral e especial e demais recursos necessários as suas atividades escolares, de lazer, de vestuário e higiene. Promover intervenção permanente com vistas ao desenvolvimento de autonomia e habilidades para condução de seus projetos de vida, especialmente, quanto a profissionalização e inserção no mundo do trabalho. Readequar a quantidade de acolhidos por abrigo residencial e redimensionar o aproveitamento do quadro de pessoal, considerando a estrutura física, especificidades dos acolhidos e critérios estabelecidos em legislação. Estimular o protagonismo dos adolescentes através do apoio a realização de seminário pelos adolescentes acolhidos. Promover a convivência familiar e comunitária através do incentivo à participação da comunidade no projeto de voluntariado e no programa de apadrinhamento afetivo. Promover ações de formação e qualidade de vida no trabalho para os profissionais que atuam na FPERGS, bem como realizar o acompanhamento funcional dos servidores. Atuar sobre as situações de conflito geradas na execução do atendimento aos acolhidos através da implantação e implementação de novas práticas de abordagem, com o projeto de mediação de conflito com referência ao aporte das práticas restaurativas no âmbito da FPERGS. Modernização e readequação da estrutura para melhorias na habitabilidade dos abrigos de forma a qualificar o atendimento prestado aos acolhidos através da aquisição/construção/ampliação/reforma/aluguel de bens móveis/imóveis, de sistema de gerenciamento/controlado de dados dos acolhidos. Fornecer alimentação básica e material pedagógico para o atendimento em contra-turno escolar realizado no centro social de Taquari.	89.821.769	Abriço reformado Acolhido inserido em atividade comunitária contínua Adolescente inserido em programa de qualificação Atividade comunitária eventual realizada Criança/adolescente atendido em acolhimento institucional Criança/adolescente atendido em contra-turno escolar Criança/adolescente com padrinho/madrinha efetivado(a) Evento de formação/capacitação profissional realizado Prédio ampliado/construído Profissional atendido em acompanhamento funcional Profissional capacitado/qualificado Seminário Protagonismo Juvenil realizado Veículo adaptado/adquirido Voluntário ativo na FPERGS	unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade	20 160 120 225 512 260 30 110 1 800 800 4 2 25
INSERÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA FPERGS, EM FASE DE DESLIGAMENTO	Em andamento	FPERGS	Apoiar e acompanhar os acolhidos em fase de desligamento, técnica e financeiramente, visando à reinserção familiar e social, possibilitando melhorias na moradia, alimentação básica, vestuário e utensílios domésticos.	684.511	Criança/adolescente reinserido Experiência familiar realizada Visita domiciliar realizada	unidade unidade unidade	280 400 1.000

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO CONSOLIDANDO A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE

OBJETIVO: FORTALECER, AMPLIAR E QUALIFICAR A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE NO RIO GRANDE DO SUL, ARTICULANDO OS DIFERENTES NÍVEIS DE ASSISTÊNCIA E A VIGILÂNCIA EM SAÚDE A PARTIR DA ATENÇÃO BÁSICA, PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, ATRAVÉS DE LINHAS DE CUIDADO E APRIMORANDO O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO ESTADO, CONSOLIDANDO A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	12.699.296.293	795.602.202	13.494.898.495	Cobertura da vacina pentavalente	%	94,82	95
				Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	%	65,74	70
				Cobertura de Estratégia de Saúde da Família	%	52,22	64,67
				Número de casos novos de Aids em menores de 5 anos	Número absoluto	48	21
				Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Número absoluto	63	45
				Proporção de exame anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose	%	77,8	85
				Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica (ICSAB)	%	26,73	23,7
				Proporção de tratamentos administrativos de medicamentos fornecidos pela SES atendidos	%	82	95
				Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e população residente	/100	7,81	12,42
				Razão de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e população residente	/100	1,29	2,5
				Taxa de mortalidade infantil	/1000	10,65	9,49

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DE LEITOS HOSPITALARES	Em andamento	SES	Ampliar a oferta de leitos SUS em hospitais públicos e filantrópicos, através do repasse de recursos próprios e de convênios para obras de expansão em hospitais existentes ou construção de novos. Viabilizar o funcionamento do Hospital Regional de Santa Maria. Implementar e ampliar as ações de saúde prestadas pelo Hospital do município de Osório para a população própria e referenciada. Ampliar leitos de internação em hospitais prioritários. Apoiar a construção do Hospital de Gravataí e implantação do Hospital Regional de Palmeira das Missões.	379.799.177	Hospital Regional construído	unidade	2
					Hospital Regional em funcionamento	unidade	1
					Leito de internação ampliado	unidade	1.607
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	Em andamento	SES	Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos.	751.600.000	Análise situacional da Assistência Farmacêutica Básica nos municípios realizada	unidade	2
					Conjunto de medicamentos selecionados como marcadores da Assistência Farmacêutica Básica presente nos municípios	%	92
					Monitoramento da aplicação dos recursos federal e estadual da Assistência Farmacêutica Básica pelos municípios realizado	unidade	4
					Município beneficiado com recurso para Assistência Farmacêutica Básica	unidade	497
					Relação Estadual de Medicamentos Essenciais (REME) revisada	unidade	2

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

					Solicitação administrativa de tratamento do elenco de medicamentos especializado e especial avaliada em até 30 dias	%	96
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA: CENTROS DE ESPECIALIDADES/REFERÊNCIAS DE DIAGNÓSTICOS E TRATAMENTO	Em andamento	SES	Implantar e implementar centros de especialidades odontológicas e habilitar os laboratórios regionais de prótese dentária.	40.000.000	Centro de Especialidade Odontológica mantido e implantado	unidade	42
					Laboratório Regional de Prótese Dentária mantido e implantado	unidade	134
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA: REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	Em andamento	SES	Qualificar a rede de atenção às urgências e emergências, através da implantação do componente pré-hospitalar fixo UPA 24 horas. Cofinanciar a(s) UPA(as) 24 horas habilitadas/qualificadas pelo Ministério da Saúde. Ampliar o número de bases do SAMU 192. Qualificar o atendimento fixo e móvel pré-hospitalar de urgência e emergência. Manter, implantar e qualificar equipe aeromédica constituída por enfermeiros e médicos da SES.	687.811.317	Base municipal do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência implantada	unidade	35
					Serviço aeromédico/Serviço de Atendimento Móvel de Urgência implantado e mantido	unidade	1
					Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas construída e equipada	unidade	29
					Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas habilitada pelo Ministério da Saúde	unidade	25
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA: REGULAÇÃO DO ACESSO	Em andamento	SES	Ampliar e qualificar as ações de regulação assistencial, através da regulação do acesso às consultas e exames especializados e leitos de UTI. Qualificar a Central de Regulação Pré-Hospitalar. Ampliar a atuação da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDO), mediante normalização dos processos logísticos e qualificação das Organizações de Procura de Órgãos e Tecidos (OPOs) e das Comissões Intra-hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos (CIHDOTTs). Reorganizar a estrutura física do Complexo Regulador.	4.000.000	Chamado para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência Estadual regulado por médico	unidade	1.203.874
					Consulta especializada e exame regulado	unidade	2.088.876
					Doador de órgãos efetivado	unidade	942
					Morte encefálica notificada	unidade	2.488
					Solicitação de internação em UTI regulada	unidade	53.372
					Transplante realizado	unidade	6.712
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA: SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Em andamento	SES	Ampliar e qualificar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do SUS/RS, através da habilitação ministerial dos Serviços de Modalidade Única componentes desta rede, de Centros Especializados em Reabilitação (CER), nas áreas auditiva, física/ostomia, intelectual e visual, de oficinas ortopédicas fixas e itinerantes e serviços para implante coclear; prestar atendimento em todas as áreas de reabilitação, através de equipe multiprofissional com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM); ampliar a cobertura da Triagem Auditiva Neonatal (TAN ou teste da orelhinha); atender aos usuários ostomizados e/ou incontinentes urinários e/ou fecais, através da concessão de insumos de saúde específicos.	250.000.000	Insumo de saúde (ostomia e/ou incontinência urinária e/ou fecal) concedido	unidade	14.285.195
					Órtese, prótese e meio auxiliar de locomoção (OPM auditiva, física e visual) concedido	unidade	210.448
					Serviço de reabilitação habilitado pelo Ministério da Saúde	unidade	22
					Triagem Auditiva Neonatal (TAN) realizada	%	95
					Usuário beneficiado com implante coclear	unidade	144
					Usuário ostomizado e/ou incontinente urinário e/ou fecal atendido	unidade	34.816
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA: SERVIÇOS PRÓPRIOS	Em andamento	SES	Garantir atendimento ambulatorial e hospitalar na rede própria (Hospital Psiquiátrico São Pedro, Hospital Sanatório Partenon, Hospital Colônia Itapuã, Ambulatório de Dermatologia Sanitária), através da assistência qualificada e resolutive, incluindo programas de reabilitação para pacientes internos e externos (oficina de criatividade, cooperativa de geração de renda, clube da amizade) e de atividades de matriciamento para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal de Porto Alegre localizadas na Gerência Partenon, Agronomia e Lomba do Pinheiro.	125.000.000	Atendimento ambulatorial realizado	unidade	880.000
					Centro Estadual de Referência em DST/Aids implantado	unidade	1
					Hospital próprio com matriciamento realizado	unidade	8
					Hospital/ambulatório equipado	unidade	4
					Hospital/ambulatório reformado	unidade	16
					Paciente asilar no Hospital Psiquiátrico São Pedro desinstitucionalizado	unidade	50
					Programa de reabilitação para pacientes internos e externos realizado	unidade	950

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

FORTALECIMENTO, AMPLIAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Em andamento	SES	Realizar ações conjuntas e padronizadas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. Identificar, conhecer, monitorar e prevenir os fatores de risco, promovendo a saúde, controlando e minimizando a ocorrência de doenças, epidemias e agravos como violência interpessoal (doméstica, sexual e outras) e autoprovocada. Municípios prioritários com ações de Vigilância Epidemiológica e controle da tuberculose, descentralizadas para a atenção básica, com ênfase no diagnóstico e tratamento.	171.520.470	Ação de vigilância sanitária de baixa complexidade descentralizada	unidade	9				
				Hospital com nova técnica laboratorial para o diagnóstico das meningites bacterianas implantada	unidade	11					
				Município com ação de vigilância epidemiológica e controle da tuberculose descentralizado para Atenção Básica	unidade	15					
				Município com testagem rápida das hepatites virais B e C implantada em Unidade de Saúde da Atenção Básica	unidade	140					
				Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar ampliado	unidade	5					
				Núcleo Regional de Vigilância em Saúde formalizado com coordenador	unidade	19					
				Serviço especializado de referência em atendimento de hepatites virais implantado	unidade	5					
				Unidade Sentinela de Vigilância da Influenza ampliada e qualificada	unidade	4					
								4.000.000	Campanha realizada	unidade	80
				GESTÃO DA COMUNICAÇÃO	Em andamento	SES	Desenvolver campanhas educativas ou de prevenção e promoção da saúde, disseminando informações através da elaboração de materiais impressos (folders, volantes, banners, cartazes, cartilhas, etc).				
IMPLANTAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE REGIONALIZADAS, COM A IMPLEMENTAÇÃO DE LINHAS DE CUIDADO	Em andamento	SES	Qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjuntos de ações de saúde, onde o estado desenvolverá ações que visem, ENTRE OUTRAS, a integridade da saúde do homem. Implantar e implementar as Linhas de Cuidado a partir da Atenção Básica, tendo em vista sua responsabilidade na coordenação do cuidado e ordenamento da rede, visando a garantia de acesso e qualificação da atenção à saúde. Busca-se identificar as portas de entrada da rede de serviços, classificando o critério de risco, acompanhando o usuário por todos os pontos de atenção e organizando as referências e contra-referências regionais. As Linhas de Cuidado devem ser subsidiadas por conhecimento científico atualizado, oportunizando espaço para ações inovadoras, com garantia e efetivação dos princípios da política de humanização do SUS. Além disso, busca-se promover a equidade e a integralidade da atenção à saúde para a população por meio de ações transversais e intersetoriais, intensificando as ações e o cuidado direcionados às populações em situação de vulnerabilidade. Implementar a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PIC), visando a integralidade das ações e a ampliação das possibilidades terapêuticas naturais e humanizadoras.	616.498.012	Ambulatório de Gestante de Alto Risco (AGAR) mantido e habilitado	unidade	20				
				Ambulatório de seguimento de egressos de UTI Neonatal mantido	unidade	15					
				Centro de parto normal implantado	unidade	19					
				Dispositivo da Rede de Atenção Psicossocial mantido e ampliado	unidade	370					
				Dispositivo Estadual da Rede de Atenção Psicossocial mantido e ampliado	unidade	1.619					
				Equipe de Atenção Domiciliar mantida e habilitada	unidade	50					
				Equipe de Saúde Prisional mantida e habilitada	unidade	39					
				Hospital de referência à gestante de alto risco habilitado	unidade	30					
				Município beneficiado com recurso para o cuidado da pessoa vivendo com HIV/Aids na Atenção Básica	unidade	64					
				Município com Política de Atenção Integral à Saúde do Homem implantada	unidade	238					
				Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PEPIC) implementada	unidade	1					
				Programa Articulador Jovem de Saúde mantido e implantado	unidade	24					
				Programa de Combate ao Racismo Institucional na Atenção Básica mantido e implantado	unidade	300					

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

Social

					Serviço de Neuromodulação mantido e implantado	unidade	1
					Unidade Básica de Saúde Prisional equipada	unidade	12
					Usuário com avaliação do estado nutricional acompanhado pela Atenção Básica	unidade	700.000
					Vaga credenciada em comunidade terapêutica	unidade	1.000
NOTA FISCAL GAÚCHA/SES	Em andamento	SES	Incentivar, por meio da distribuição de prêmios a cidadãos e de repasses a entidades sociais, os cidadãos e cidadãs a solicitar a inclusão do CPF na emissão do documento fiscal no ato de suas compras, bem como conscientizá-los sobre a importância social do tributo.	12.000.000	Recurso repassado para entidade beneficiada pelo Nota Fiscal Gaúcha	%	100
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DISPONIBILIZAÇÃO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS PARA O SUS	Em andamento	FEPPS	Prestar serviços e disponibilizar insumos a Rede de Atenção à Saúde, necessários à qualificação das políticas e programas de saúde. Realizar, descentralizar e implementar metodologias e diagnósticos laboratoriais de importância estratégica e com oportunidade para as ações e atividades de Vigilância em Saúde.	137.443.450	Amostra de medula coletada	unidade	52.400
					Análise laboratorial em vigilância/toxicológica realizada	unidade	3.036.000
					Atendimento clínico hematológico realizado	unidade	28.000
					Bolsa de sangue coletada	unidade	240.000
					Hemocomponente disponibilizado	unidade	460.000
					Hemocomponente produzido	unidade	560.000
					Investigação genética realizada	unidade	16.230
					Programa de melhoria da qualidade realizado	unidade	4
					Teleatendimento toxicológico e de diagnóstico por imagem realizado	unidade	94.400
PROGRAMA DE SANEAMENTO (PROSAN)	Em andamento	SES	Promover, em parceria com os municípios, ações de saneamento de baixo custo visando atender às comunidades de baixa renda em situação de risco epidemiológico devido à falta de saneamento básico.	8.000.000	Módulo sanitário com tratamento de esgoto implantado	unidade	4.000
					Rede de abastecimento de água potável implantada	unidade	160
QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	Em andamento	SES	Ampliar e qualificar a Atenção Básica priorizando a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Primeira Infância Melhor (PIM), incluindo o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Atender crianças através do PIM, atingindo todos os municípios e proporcionando uma maior cobertura populacional. Aumentar o número de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, Equipes de Saúde da Família Indígena e Quilombola. Realizar ações conjuntas em Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, trabalhador) e de Promoção e Prevenção da Saúde.	1.240.000.000	Equipe de Saúde Bucal mantida e implantada	unidade	1.012
					Equipe de Saúde da Família mantida e implantada	unidade	2.019
					Família atendida pelo PIM	unidade	60.200
					Município beneficiado com recursos para qualificação da atenção básica	unidade	497
					Município com PIM implantado	unidade	291
					Núcleo de Apoio à Saúde da Família mantido e implantado	unidade	209
					Unidade de Saúde da Família construída, ampliada e/ou reformada	unidade	72
					Unidade de Saúde da Família equipada	unidade	20
					Visitador do Primeira Infância Melhor habilitado	unidade	3.010
QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA: ESTABELECIMENTO DAS REFERÊNCIAS	Nova	SES	Qualificar as Redes Assistenciais Especializadas, através de habilitações de serviços junto ao Ministério da Saúde e pactuação das regiões de saúde referenciadas para atendimento nos serviços de Oncologia, Cardiologia, Nefrologia, Neurocirurgia, Oftalmologia e Traumatologia, obesidade, entre outros.	0	Rede de referência de especialidades de alta complexidade atualizada	unidade	6
					Serviço habilitado conforme legislação vigente	unidade	40
QUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA: SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES	Em andamento	SES	Executar a cooperação financeira com os municípios e prestadores de serviços ao SUS para manutenção, qualificação e ampliação da oferta de ações e serviços de atenção secundária e terciária, incluindo a urgência pré-hospitalar.	9.067.226.069	Consulta médica especializada eletiva realizada	unidade	30.212.480
					Hospital prestador de serviços ao SUS beneficiado com recursos	unidade	292

Internação cirúrgica realizada	unidade	1.411.324
Leito de cuidado intensivo neonatal habilitado	unidade	18
Leito de cuidado intensivo pediátrico habilitado	unidade	19
Leito de cuidado prolongado habilitado	unidade	500
Leito de referência para atendimento da população prisional mantido e habilitado	unidade	74
Leito de saúde mental em Hospital Geral e Hospital Especializado mantido	unidade	2.316
Leito em hospital de referência à gestante de alto risco mantido e habilitado	unidade	254
Serviço Integrado na Atenção Especializada Ambulatorial/Hospitalar contratualizado	unidade	82
Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional (UCINCO) cofinanciada, mantida e ampliada	unidade	230

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: ENCARGOS ESPECIAIS

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO

OBJETIVO:

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	99.521.150.791	12.414.012.882	111.935.163.673

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS - SAP	Em andamento	SEAPI	Ampliar a capacidade de cumprimento das políticas do Estado pelas empresas estatais.	39.950.000			
CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS - SDR	Em andamento	SDR	Ampliar a capacidade de cumprimento das políticas do Estado pelas empresas estatais.	200.000			
CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS - SME	Em andamento	SME	Ampliar a capacidade de cumprimento das políticas do Estado pelas empresas estatais.	50.000			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - AGDI	Em andamento	AGDI	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	2.898.422			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS	Em andamento	AGERGS	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	2.342.198			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - CEEE-D	Em andamento	CEEE-D	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	669.892.027			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - CEEE-GT	Em andamento	CEEE-GT	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	297.255.542			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - CESA	Em andamento	CESA	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	47.500.000			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - CIENTEC	Em andamento	CIENTEC	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	24.959.855			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - DAER	Em andamento	DAER	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	1.099.128.141			

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN	Em andamento	DETRAN	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	70.984.744
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	Em andamento	EFE	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	28.968.816.319
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FADERS	Em andamento	FADERS	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	9.234.232
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FAPERGS	Em andamento	FAPERGS	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	2.621.347
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FASE	Em andamento	FASE	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	48.803.098
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FCP-RTV	Em andamento	FCP-RTV	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	19.690.781
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FDRH	Em andamento	FDRH	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	6.756.132
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FEE	Em andamento	FEE	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	42.027.759
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	9.404.994
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAM	Em andamento	FEPAM	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	62.510.828
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FEPPS	Em andamento	FEPPS	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	5.400.248

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FETLSVC	Em andamento	FETLSVC	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	46.864.396
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS	Em andamento	FGTAS	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	40.206.196
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FIGTF	Em andamento	FIGTF	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	1.229.917
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA	Em andamento	FOSPA	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	13.938.082
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FPERGS	Em andamento	FPERGS	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	66.676.366
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FTSP	Em andamento	FTSP	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	736.693
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FUNDERGS	Em andamento	FUNDERGS	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	2.660.474
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FZB	Em andamento	FZB	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	21.568.962
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI	Em andamento	IPEPREVI	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	577.321.577
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - IPERGS	Em andamento	IPERGS	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	19.219.910
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE	Em andamento	IPESAUDE	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	294.862.875

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA	Em andamento	IRGA	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	72.752.073
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - JUCERGS	Em andamento	JUCERGS	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	6.075.895
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - METROPLAN	Em andamento	METROPLAN	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	22.730.017
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - SEDUC	Em andamento	SEDUC	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	17.983.737.433
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - SES	Em andamento	SES	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	1.408.144.513
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - SPH	Em andamento	SPH	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	366.714.980
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG	Em andamento	SUPRG	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	113.621.149
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - UERGS	Em andamento	UERGS	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	43.102.090
SERVIÇO DA DÍVIDA - CIENTEC	Em andamento	CIENTEC	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	0
SERVIÇO DA DÍVIDA - DAER	Em andamento	DAER	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	46.767.929
SERVIÇO DA DÍVIDA - EFE	Em andamento	EFE	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	18.495.150.987
SERVIÇO DA DÍVIDA - FASE	Em andamento	FASE	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	400.000
SERVIÇO DA DÍVIDA - FCP-RTV	Em andamento	FCP-RTV	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	40.000
SERVIÇO DA DÍVIDA - FEPPS	Em andamento	FEPPS	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	28.000
SERVIÇO DA DÍVIDA - FETLSVC	Em andamento	FETLSVC	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	80.000

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

SERVIÇO DA DÍVIDA - FGTAS	Em andamento	FGTAS	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	100.000
SERVIÇO DA DÍVIDA - FIGTF	Em andamento	FIGTF	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	0
SERVIÇO DA DÍVIDA - FOSPA	Em andamento	FOSPA	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	40.000
SERVIÇO DA DÍVIDA - IPESAUDE	Em andamento	IPESAUDE	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	123.500.000
SERVIÇO DA DÍVIDA - IRGA	Em andamento	IRGA	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	240.000
SERVIÇO DA DÍVIDA - SPH	Em andamento	SPH	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	40.000
SERVIÇO DA DÍVIDA - SUPRG	Em andamento	SUPRG	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	280.000
TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	Em andamento	EFE	Repartição das receitas públicas estaduais entre os municípios, inclusive decorrente da compensação financeira.	40.735.906.492

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	221.110.875.661	1.788.863.030	222.899.738.691

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CCOM	Em andamento	SECOM	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	8.000.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CEED	Em andamento	CEED	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	901.749			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CORAG	Em andamento	CORAG	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	7.200.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CORSAN	Em andamento	CORSAN	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	0			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - EGR	Em andamento	EGR	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	22.431.220			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FDRH	Em andamento	FDRH	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	12.234.836			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	13.839.946			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FETLSVC	Em andamento	FETLSVC	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	8.934.378			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FGTAS	Em andamento	FGTAS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	9.132.061			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FIGTF	Em andamento	FIGTF	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	0			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FTSP	Em andamento	FTSP	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	0			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - IRGA	Em andamento	IRGA	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	19.617.850			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SAP	Em andamento	SEAPI	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	152.536.871			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEDUC	Em andamento	SEDUC	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	95.360.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEFAZ	Em andamento	SEFAZ	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	280.407.344			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SES	Em andamento	SES	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	120.000.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SJDH	Em andamento	SJDH	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	21.634.519			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SOSH	Em andamento	SOSH	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	51.380.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - STDS	Em andamento	STDS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	8.525.186			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - AGDI	Em andamento	AGDI	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	5.375.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - AGERGS	Em andamento	AGERGS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	19.623.694			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - BAC	Em andamento	BAC	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	28.613.021			

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - BADESUL	Em andamento	BADESUL	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	126.229.687
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - BAGERGS	Em andamento	BAGERGS	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	60.990.582
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - BANRISUL	Em andamento	BANRISUL	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	1.261.907.328
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - BCV	Em andamento	BCV	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	5.227.048
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - BERGS SER	Em andamento	BC	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	85.360.169
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - CC	Em andamento	CC	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	39.404.555
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - CEASA	Em andamento	CEASA	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	2.090.000
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - CEEE-D	Em andamento	CEEE-D	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	114.222.167
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - CEEE-GT	Em andamento	CEEE-GT	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	57.471.598
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - CESA	Em andamento	CESA	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	34.200.000
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - CIENTEC	Em andamento	CIENTEC	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	34.052.463
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - CM	Em andamento	CM	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	20.193.009
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - CRM	Em andamento	CRM	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	72.000.000
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - DAER	Em andamento	DAER	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	404.045.030
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - DETRAN	Em andamento	DETRAN	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	163.837.508
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - FADERS	Em andamento	FADERS	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	12.366.618
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - FAPERGS	Em andamento	FAPERGS	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	15.247.955
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - FASE	Em andamento	FASE	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	21.390.954
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - FCP-RTV	Em andamento	FCP-RTV	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	31.349.477
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - FEE	Em andamento	FEE	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	11.572.135
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - FEPAM	Em andamento	FEPAM	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	49.830.827
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - FEPPS	Em andamento	FEPPS	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	19.450.000
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - FOSPA	Em andamento	FOSPA	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	4.806.229
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - FPERGS	Em andamento	FPERGS	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	7.486.834
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - FUNDERGS	Em andamento	FUNDERGS	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	11.192.887
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - FZB	Em andamento	FZB	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	37.626.288
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - GVG	Em andamento	GVG	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	4.497.767

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - IPEPREVI	Em andamento	IPEPREVI	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	71.647.351
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - IPERGS	Em andamento	IPERGS	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	3.187.563
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - IPESAUDE	Em andamento	IPESAUDE	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	91.385.943
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - JUCERGS	Em andamento	JUCERGS	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	34.947.699
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - METROPLAN	Em andamento	METROPLAN	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	30.642.865
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - PROCERGS	Em andamento	PROCERGS	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	39.074.000
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - SDECT	Em andamento	SDECT	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	6.735.155
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - SDR	Em andamento	SDR	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	24.214.315
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - SEDAC	Em andamento	SEDAC	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	48.916.355
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - SEMA	Em andamento	SEMA	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	77.895.492
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - SEPLAN	Em andamento	SEPLAN	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	6.330.463
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - SETEL	Em andamento	SETEL	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	14.000.000
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - SGG	Em andamento	SGG	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	8.322.170
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - SMARH	Em andamento	SMARH	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	99.451.304
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - SME	Em andamento	SME	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	2.051.940
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - SPH	Em andamento	SPH	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	64.313.773
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - SSP	Em andamento	SSP	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	123.231.367
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - STM	Em andamento	ST	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	5.480.120
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - SULGÁS	Em andamento	SULGÁS	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	160.141.932
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - SUPRG	Em andamento	SUPRG	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	116.413.258
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - UERGS	Em andamento	UERGS	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	60.838.030
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - AGDI	Em andamento	AGDI	Publicidade Institucional	1.600.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - AGERGS	Em andamento	AGERGS	Publicidade Institucional	4.332.278
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - BAC	Em andamento	BAC	Publicidade Institucional	4.000.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - BADESUL	Em andamento	BADESUL	Publicidade Institucional	15.200.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - BAGERGS	Em andamento	BAGERGS	Publicidade Institucional	881.790
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - BANRISUL	Em andamento	BANRISUL	Publicidade Institucional	351.766.667
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - BCV	Em andamento	BCV	Publicidade Institucional	1.276.816
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - BERGS SER	Em andamento	BC	Publicidade Institucional	60.745.112
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CEASA	Em andamento	CEASA	Publicidade Institucional	600.200
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CEEE-D	Em andamento	CEEE-D	Publicidade Institucional	4.284.976

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CEEE-GT	Em andamento	CEEE-GT	Publicidade Institucional	5.138.062
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CESA	Em andamento	CESA	Publicidade Institucional	413.439
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CIENTEC	Em andamento	CIENTEC	Publicidade Institucional	446.061
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CORAG	Em andamento	CORAG	Publicidade Institucional	6.000.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CORSAN	Em andamento	CORSAN	Publicidade Institucional	0
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CRM	Em andamento	CRM	Publicidade Institucional	2.400.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - DAER	Em andamento	DAER	Publicidade Institucional	8.500.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - EGR	Em andamento	EGR	Publicidade Institucional	3.227.584
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FADERS	Em andamento	FADERS	Publicidade Institucional	128.340
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FAPERGS	Em andamento	FAPERGS	Publicidade Institucional	1.400.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FASE	Em andamento	FASE	Publicidade Institucional	12.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FCP-RTV	Em andamento	FCP-RTV	Publicidade Institucional	200.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FDRH	Em andamento	FDRH	Publicidade Institucional	400.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Publicidade Institucional	4.284
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FEPAM	Em andamento	FEPAM	Publicidade Institucional	200.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FEPPS	Em andamento	FEPPS	Publicidade Institucional	560.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FETLSVC	Em andamento	FETLSVC	Publicidade Institucional	0
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FGTAS	Em andamento	FGTAS	Publicidade Institucional	240.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FPERGS	Em andamento	FPERGS	Publicidade Institucional	64.172
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FZB	Em andamento	FZB	Publicidade Institucional	100.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - GVG	Em andamento	GVG	Publicidade Institucional	0
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - IPEPREVI	Em andamento	IPEPREVI	Publicidade Institucional	877.284
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - IPESAUDE	Em andamento	IPESAUDE	Publicidade Institucional	25.922.499
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - IRGA	Em andamento	IRGA	Publicidade Institucional	13.930.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - JUCERGS	Em andamento	JUCERGS	Publicidade Institucional	534.569
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - METROPLAN	Em andamento	METROPLAN	Publicidade Institucional	366.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - PROCERGS	Em andamento	PROCERGS	Publicidade Institucional	840.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SAP	Em andamento	SEAPI	Publicidade Institucional	855.638
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SDECT	Em andamento	SDECT	Publicidade Institucional	1.460.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SDR	Em andamento	SDR	Publicidade Institucional	4.278.191
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEDAC	Em andamento	SEDAC	Publicidade Institucional	200.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEDUC	Em andamento	SEDUC	Publicidade Institucional	3.960.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEFAZ	Em andamento	SEFAZ	Publicidade Institucional	128.345
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEMA	Em andamento	SEMA	Publicidade Institucional	275.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEPLAN	Em andamento	SEPLAN	Publicidade Institucional	641.727
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SES	Em andamento	SES	Publicidade Institucional	16.000.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SETEL	Em andamento	SETEL	Publicidade Institucional	11.929.602
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SGG	Em andamento	SGG	Publicidade Institucional	200.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SJDH	Em andamento	SJDH	Publicidade Institucional	630.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SMARH	Em andamento	SMARH	Publicidade Institucional	200.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SME	Em andamento	SME	Publicidade Institucional	700.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SOSH	Em andamento	SOSH	Publicidade Institucional	790.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SPH	Em andamento	SPH	Publicidade Institucional	69.433
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SSP	Em andamento	SSP	Publicidade Institucional	1.200.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - STDS	Em andamento	STDS	Publicidade Institucional	400.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - STM	Em andamento	ST	Publicidade Institucional	450.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SULGÁS	Em andamento	SULGÁS	Publicidade Institucional	9.873.716
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SUPRG	Em andamento	SUPRG	Publicidade Institucional	4.278.191
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - UERGS	Em andamento	UERGS	Publicidade Institucional	720.000
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - AGDI	Em andamento	AGDI	Remuneração do pessoal ativo	30.777.962
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - AGERGS	Em andamento	AGERGS	Remuneração do pessoal ativo	56.035.427
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - BAC	Em andamento	BAC	Remuneração do pessoal ativo	3.393.879

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - BADESUL	Em andamento	BADESUL	Remuneração do pessoal ativo	171.810.184
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - BAGERGS	Em andamento	BAGERGS	Remuneração do pessoal ativo	24.857.822
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - BANRISUL	Em andamento	BANRISUL	Remuneração do pessoal ativo	8.658.856.769
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - BCV	Em andamento	BCV	Remuneração do pessoal ativo	4.938.975
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - BERGS SER	Em andamento	BC	Remuneração do pessoal ativo	14.628.026
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CC	Em andamento	CC	Remuneração do pessoal ativo	268.380.572
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - COM	Em andamento	SECOM	Remuneração do pessoal ativo	21.836.265
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CEASA	Em andamento	CEASA	Remuneração do pessoal ativo	23.707.570
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CEEE-D	Em andamento	CEEE-D	Remuneração do pessoal ativo	2.210.226.664
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CEEE-GT	Em andamento	CEEE-GT	Remuneração do pessoal ativo	1.279.181.694
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CESA	Em andamento	CESA	Remuneração do pessoal ativo	52.800.000
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CIENTEC	Em andamento	CIENTEC	Remuneração do pessoal ativo	92.359.697
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CM	Em andamento	CM	Remuneração do pessoal ativo	45.723.068
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CORAG	Em andamento	CORAG	Remuneração do pessoal ativo	59.598.083
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CORSAN	Em andamento	CORSAN	Remuneração do pessoal ativo	163.862.329.770
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CRM	Em andamento	CRM	Remuneração do pessoal ativo	268.000.000
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - DAER	Em andamento	DAER	Remuneração do pessoal ativo	352.522.948
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - DETRAN	Em andamento	DETRAN	Remuneração do pessoal ativo	478.868.409
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - EGR	Em andamento	EGR	Remuneração do pessoal ativo	27.576.050
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FADERS	Em andamento	FADERS	Remuneração do pessoal ativo	30.068.838
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FAPERGS	Em andamento	FAPERGS	Remuneração do pessoal ativo	13.278.600
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FASE	Em andamento	FASE	Remuneração do pessoal ativo	694.012.414
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FCP-RTV	Em andamento	FCP-RTV	Remuneração do pessoal ativo	100.402.942
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FDRH	Em andamento	FDRH	Remuneração do pessoal ativo	40.108.599
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FEE	Em andamento	FEE	Remuneração do pessoal ativo	105.261.720
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Remuneração do pessoal ativo	63.454.131
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FEPAM	Em andamento	FEPAM	Remuneração do pessoal ativo	148.951.249
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FEPPS	Em andamento	FEPPS	Remuneração do pessoal ativo	52.525.985
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FETLSVC	Em andamento	FETLSVC	Remuneração do pessoal ativo	112.539.135
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FGTAS	Em andamento	FGTAS	Remuneração do pessoal ativo	150.097.725
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FIGTF	Em andamento	FIGTF	Remuneração do pessoal ativo	3.852.878
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FOSPA	Em andamento	FOSPA	Remuneração do pessoal ativo	51.889.809
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FPERGS	Em andamento	FPERGS	Remuneração do pessoal ativo	278.110.497
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FTSP	Em andamento	FTSP	Remuneração do pessoal ativo	4.026.572
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FUNDERGS	Em andamento	FUNDERGS	Remuneração do pessoal ativo	16.987.900
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FZB	Em andamento	FZB	Remuneração do pessoal ativo	60.006.280
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - GVG	Em andamento	GVG	Remuneração do pessoal ativo	9.800.534
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - IPEPREVI	Em andamento	IPEPREVI	Remuneração do pessoal ativo	64.511.777
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - IPESAUDE	Em andamento	IPESAUDE	Remuneração do pessoal ativo	110.961.607
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - IRGA	Em andamento	IRGA	Remuneração do pessoal ativo	94.335.778

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - JUCERGS	Em andamento	JUCERGS	Remuneração do pessoal ativo	23.767.055
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - METROPLAN	Em andamento	METROPLAN	Remuneração do pessoal ativo	50.528.239
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - PGE	Em andamento	PGE	Remuneração do pessoal ativo	953.132.446
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - PROCERGS	Em andamento	PROCERGS	Remuneração do pessoal ativo	831.741.686
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SAP	Em andamento	SEAPI	Remuneração do pessoal ativo	516.983.444
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SDECT	Em andamento	SDECT	Remuneração do pessoal ativo	96.909.973
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SDR	Em andamento	SDR	Remuneração do pessoal ativo	34.687.923
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEDAC	Em andamento	SEDAC	Remuneração do pessoal ativo	76.606.330
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEDUC	Em andamento	SEDUC	Remuneração do pessoal ativo	16.144.805.131
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEFAZ	Em andamento	SEFAZ	Remuneração do pessoal ativo	1.838.211.765
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEMA	Em andamento	SEMA	Remuneração do pessoal ativo	90.502.825
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEPLAN	Em andamento	SEPLAN	Remuneração do pessoal ativo	107.795.588
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SES	Em andamento	SES	Remuneração do pessoal ativo	1.944.824.640
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SETEL	Em andamento	SETEL	Remuneração do pessoal ativo	30.840.144
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SGG	Em andamento	SGG	Remuneração do pessoal ativo	20.107.497
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SJDH	Em andamento	SJDH	Remuneração do pessoal ativo	34.146.946
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SMARH	Em andamento	SMARH	Remuneração do pessoal ativo	649.945.516
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SME	Em andamento	SME	Remuneração do pessoal ativo	10.575.689
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SOSH	Em andamento	SOSH	Remuneração do pessoal ativo	152.479.325
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SPH	Em andamento	SPH	Remuneração do pessoal ativo	140.130.046
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SSP	Em andamento	SSP	Remuneração do pessoal ativo	13.096.738.710
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - STDS	Em andamento	STDS	Remuneração do pessoal ativo	37.670.179
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - STM	Em andamento	ST	Remuneração do pessoal ativo	18.626.598
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SULGÁS	Em andamento	SULGÁS	Remuneração do pessoal ativo	169.849.466
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SUPRG	Em andamento	SUPRG	Remuneração do pessoal ativo	185.074.549
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - UERGS	Em andamento	UERGS	Remuneração do pessoal ativo	170.612.316



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

PODER LEGISLATIVO

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: AÇÃO LEGISLATIVA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 OBJETIVO: PROPICIAR O CUMPRIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	170.857.707	26.373.381	197.231.088	Proposições apreciadas	Unidade	428	383
				Reuniões de comissão realizadas fora da sede do Parlamento	Unidade	44	80
				Reuniões de comissão realizadas na sede do Parlamento	Unidade	593	455

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APROXIMAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA COM A SOCIEDADE	Em andamento	AL	Disponibilizar canais de comunicação com a sociedade, bem como executar e promover o desenvolvimento de eventos e atividades culturais e artísticas.	20.702.611	Acesso ao sítio da Assembleia Legislativa na rede mundial de computadores efetuado	unidade	3.295.656
					Evento cultural em apresentação artística realizado	unidade	900
					Evento Deputado por um dia realizado	unidade	8
					Exposição Galeria dos Municípios, exposição Novos Talentos, mostra fotográfica e efeméride realizadas	unidade	172
					Informação prestada pela Ouvidoria	unidade	5.732
					Matéria do Portal da Rádio da Assembleia ouvida	unidade	989.048
					Pesquisa realizada no acervo Bernardo de Souza	unidade	972
					Programação televisiva inédita transmitida	h	8.748
					Revista de Estudos Legislativos publicada	unidade	4
					Seminário, evento estratégico, reunião preparatória, audiência e grande debate realizado pelo Fórum Democrático	unidade	364
					Visitação ao Memorial do Legislativo realizada	unidade	14.936
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS LEGISLATIVOS E ADMINISTRATIVOS	Em andamento	AL	Prover e controlar os recursos humanos e materiais para que os trabalhos legislativos e administrativos se desenvolvam de forma efetiva e eficaz.	166.996.115	Equipamento e material permanente adquirido	unidade	5.456
					Seminário, congresso, treinamento, simpósio, curso de curta duração, de extensão e de pós-graduação realizado	unidade	172
					Sessão plenária realizada	unidade	480
MELHORIA E EXPANSÃO DO ESPAÇO FÍSICO	Em andamento	AL	Realizar construção, edificação, ampliação, projetos, melhoria, conservação, reforma e adequação dos espaços físicos da Assembleia Legislativa, bem como aquisição de equipamentos e materiais permanentes incorporáveis ou não a imóveis.	7.144.579	Edificação reformada ou otimizada	m2	16.000
					Equipamento incorporável a imóvel adquirido	unidade	24
					Prédio construído	%	15
REAPARELHAMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	Em andamento	AL	Adquirir equipamentos e materiais permanentes utilizando recursos próprios da Assembleia Legislativa.	2.387.783	Equipamento e/ou material permanente adquirido	unidade	160

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
 OBJETIVO: O PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA TEM POR OBJETIVO ABREVIAR O TEMPO ENTRE FATO/AÇÃO FISCALIZADORA/DECISÃO, RACIONALIZANDO OS PROCEDIMENTOS FISCALIZATÓRIOS E INSTRUTIVOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	71.686.168	12.164.522	83.850.690	Índice de Emissão de Pareceres de Contas de Governo Municipal	Percentual	95,77	95
				Índice de Processos Julgados de Contas de Gestão Estadual	Percentual	81,82	95
				Índice de Processos Julgados de Contas de Gestão Municipal	Percentual	90,34	95

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E REFORMULAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO TCE	Em andamento	TCE	A ação objetiva dar continuidade à ampliação e/ou reforma dos prédios do TCE, inclusive com aquisição de sala ou construção de prédios.	2.738.787	Imóvel adquirido/construído	unidade	1
					Imóvel reformado	unidade	12
APRIMORAMENTO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS	Em andamento	TCE	Desenvolver projetos objetivando a Gestão Estratégica de Pessoas, no âmbito do TCE.	299.474	Servidor apto para o desempenho de suas atribuições e valorizado pela Instituição	%	74
ATENDIMENTO NO SERVIÇO DE PERÍCIAS MÉDICAS	Em andamento	TCE	Primar pela eficiência, eficácia e agilidade na emissão de pareceres periciais, bem como prestar com excelência os serviços assistenciais, com ênfase na saúde preventiva dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e de seus dependentes.	860.809	Atendimento realizado	unidade	72.000
CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	Em andamento	TCE	Aperfeiçoar e capacitar o corpo funcional, os servidores públicos e os agentes políticos, contemplando, inclusive, a interação do Tribunal de Contas com os demais órgãos técnicos e com a sociedade, tendo em vista suas atribuições de natureza preventiva e de orientação.	2.566.915	Participante externo orientado	unidade	14.300
					Servidor do quadro capacitado	unidade	2.750
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ARRECAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	Em andamento	TCE	Exercer o controle externo, por meio da fiscalização e acompanhamento da gestão dos recursos públicos do Estado e dos Municípios do Rio Grande do Sul, em conformidade com as regras e os princípios constitucionais, contribuindo para o aperfeiçoamento da administração pública, em benefício da sociedade.	46.809.581	Procedimento de fiscalização realizado	unidade	10.800
					Procedimento de instrução processual realizado	unidade	72.000
MANUTENÇÃO DA ROTINA OPERACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	Em andamento	TCE	Implementar ações objetivando a manutenção do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.	299.474	Parecer emitido	unidade	91.000
MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO	Em andamento	TCE	Aprimorar o Sistema de Gestão pela Qualidade, mantendo a Certificação na norma internacional de garantia da qualidade ISO 9001:2008.	352.948	Certificação obtida	%	100
MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	Em andamento	TCE	Ampliar e aprimorar o uso de Tecnologia da Informação (TI), mediante a aquisição, manutenção e atualização de equipamentos e programas, bem como através da elaboração de projetos e sistemas, buscando o pleno atendimento das demandas de TI do TCE.	17.517.995	Equipamento de Informática adquirido	unidade	1.344
					Serviço de TI contratado	unidade	47
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO	Em andamento	TCE	Implementar ações no âmbito de parcerias firmadas com terceiros, através de convênios e acordos.	10.000.000	Sistema desenvolvido/modernizado	%	100
QUALIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE EXTERNO	Nova	TCE	Garantir a qualificação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do controle externo mediante a promoção e o fomento de pesquisas, estudos, capacitação e assistência técnica, visando ao fortalecimento e à integração dos Tribunais de Contas.	213.911	Atividade de integração realizada	unidade	12
REAPARELHAMENTO DO TCE COM RECURSOS PRÓPRIOS	Em andamento	TCE	Dar continuidade à expansão, atualização e melhoramentos na infraestrutura dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas do Estado.	2.190.796	Fundo utilizado	%	100

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: ENCARGOS ESPECIAIS

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO

OBJETIVO:

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	1.933.964.792	0	1.933.964.792

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - AL	Em andamento	AL	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações, pagamentos e contribuição patronal decorrente da Lei Complementar nº 14.643/14 e outros encargos gerais do Estado.	1.064.885.346			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - TCE	Em andamento	TCE	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	869.079.446			

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: **PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO**

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	2.388.573.315	0	2.388.573.315

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - AL	Em andamento	AL	Publicidade Institucional	29.519.519			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - TCE	Em andamento	TCE	Publicidade Institucional	213.909			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - AL	Em andamento	AL	Remuneração do pessoal ativo	1.240.132.524			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - TCE	Em andamento	TCE	Remuneração do pessoal ativo	1.118.707.363			



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

PODER JUDICIÁRIO

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

OBJETIVO: PRESTAR A TUTELA JURISDICCIONAL DE FORMA EFICIENTE, CÉLERE E IMPARCIAL EM OBSERVÂNCIA AO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO ESTRATÉGICO DA INSTITUIÇÃO E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	9.214.136	4.881.339	14.095.475	Processos e feitos atuados	unidade	3.442	13.800
				Processos e feitos julgados	unidade	3.070	12.300

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS ESPAÇOS FÍSICOS E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO EDIFÍCIO SEDE DO TJM E DAS AUDITORIAS MILITARES	Em andamento	JME	Dar suporte à atuação das Auditorias Militares do Tribunal de Justiça Militar através da capacidade instalada, da construção e da reforma de prédios, e da modernização dos sistemas operacionais, de maneira a otimizar a prestação dos serviços.	2.871.000	Ação de sustentabilidade implantada	unidade	24
					Espaço físico ampliado e adaptado	m2	9.064
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	Em andamento	JME	Proporcionar treinamento periódico quanto à gestão administrativa e processual, visando ao aperfeiçoamento e à qualificação operacional, em consonância com a Resolução 192/2014/CNJ.	158.021	Curso de educação continuada realizado	unidade	20
					Pessoa capacitada	unidade	80
IMPLEMENTAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL E CONTINUIDADE DO PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Nova	JME	Tornar as rotinas administrativas da JME e das Auditorias disponíveis por meio de sistema eletrônico, gerando eficiência, segurança e economicidade. Adquirir hardwares e softwares. Automatizar as Auditorias de forma a permitir uma relação mais estreita e eficaz entre a JME e a população diretamente interessada.	1.550.000	Hardware adquirido	unidade	601
					Sistema de registro audiovisual de audiência em auditoria instalado	unidade	5
					Sistema eletrônico de informação implementado	%	8
					Software adquirido	unidade	152
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JURISDICCIONAIS E OPERACIONAIS DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO	Em andamento	JME	Manter as atividades da JME no tocante à operacionalidade e coordenação das unidades vinculadas, oferecendo o suporte necessário ao planejamento, à execução e à melhoria dos serviços prestados pela JME.	9.516.454	Feito e processo atuado	unidade	13.800
					Processo finalizado	unidade	12.300

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

OBJETIVO: PRESTAR A TUTELA JURISDICIONAL COM CELERIDADE, A TODOS E A CADA UM, INDISTINTAMENTE, DISTRIBUINDO JUSTIÇA DE MODO ÚTIL E A TEMPO, EXPRESSA PELA SIMPLICIDADE DOS PROCESSOS PRODUTIVOS, PELO DESAPEGU À BUROCRACIA E POR DESPÉRDICIOS NULOS, OU SEJA, UMA INSTITUIÇÃO MODERNA E EFICIENTE NO CUMPRIMENTO DO DEVER.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	2.245.679.037	618.003.488	2.863.682.525	Processos em tramitação	Processo	4.627.932	5.729.201
				Processos iniciados	Processo	2.978.772	2.904.061
				Processos terminados	Processo	2.739.271	2.684.772

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS ESPAÇOS FÍSICOS	Em andamento	TJ	Dar suporte à atuação das varas, foros, comarcas, do Tribunal de Justiça e atividades administrativas com ampliação da capacidade instalada, construção e reformas de prédios, otimizando a prestação de serviços pelo Poder Judiciário.	868.988.852	Obra e ampliação realizada	m2	150.925
					Reforma realizada	unidade	72
ATIVIDADES SUPLETIVAS JUDICIAIS	Em andamento	TJ	Apoiar, em caráter supletivo, a prestação de serviço jurisdicional à sociedade através da disponibilização de Defensores Dativos, Tradutores e Peritos e exames de DNA.	61.317.718	Certidão de Honorários Advocatícios atendida	unidade	223.645
					Laudos de DNA emitido	unidade	14.400
					Perícia e tradução realizada	unidade	57.305
CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO NO ÂMBITO DO TJRS	Nova	TJ	Proporcionar desenvolvimento profissional contínuo e de competências estratégicas, essenciais para alcance e melhoria da prestação jurisdicional e apoio administrativo.	47.000.275	Capacitação de Auxiliares da Justiça realizada	unidade	17.093
					Capacitação de Magistrados realizada	unidade	7.748
					Capacitação de Servidores realizada	unidade	65.732
INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS FORENSES	Em andamento	TJ	Modernizar, reaparelhar e ampliar a informatização do 1º e 2º Graus de jurisdição. Desenvolver sistemas buscando agilizar os serviços prestados e possibilitar o julgamento de um maior número de processo/ano, reduzindo os estoques existentes.	366.079.470	Equipamento de infraestrutura central adquirido	unidade	32
					Equipamento de infraestrutura local adquirido	unidade	5.278
					Equipamento de usuário adquirido	unidade	18.896
					Equipamento periférico adquirido	unidade	6.540
					Hora de análise de software trabalhada	h	272.872
					Hora de desenvolvimento de software trabalhada	h	450.550
					Licença de infraestrutura adquirida	unidade	76.098
					Licença de usuário adquirida	unidade	81.528
MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO	Nova	TJ	Proporcionar suporte aos serviços notariais e de registro por meio de compensação por atos gratuitos praticados por imposição legal e assegurar renda mínima à manutenção das serventias extrajudiciais deficitárias.	103.615.000	Ato gratuito ressarcido	unidade	1.547.559
					Renda mínima paga	unidade	4.800
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS DO TJ	Em andamento	TJ	Proporcionar suporte necessário ao planejamento, execução e controle do Poder Judiciário, destinado à manutenção do Poder Judiciário Estadual no tocante às atividades administrativas, operacionais e de coordenação das unidades vinculadas.	1.416.681.210	Unidade Jurisdicional de 1º Grau instalada	unidade	603
					Unidade Jurisdicional de 2º Grau instalada	unidade	41

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: ENCARGOS ESPECIAIS

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO

OBJETIVO:

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	4.066.193.137	0	4.066.193.137

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - JME	Em andamento	JME	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	62.882.533			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - TJ	Em andamento	TJ	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	4.003.310.604			

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: **PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO**

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	6.745.864.835	0	6.745.864.835

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - TJ	Em andamento	TJ	Publicidade Institucional	7.261.926			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - JME	Em andamento	JME	Remuneração do pessoal ativo	71.334.099			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - TJ	Em andamento	TJ	Remuneração do pessoal ativo	6.667.268.810			



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

MINISTÉRIO PÚBLICO

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DA DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS Finalístico
INDISPONÍVEIS
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: MINISTÉRIO PÚBLICO
OBJETIVO: PROMOVER A DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS VIA ATUAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS QUESTÕES RELATIVAS À PROMOÇÃO DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, SANEAMENTO BÁSICO, SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROMOVER AÇÕES VOLTADAS À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, INCLUINDO O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, A REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE PROCESSOS, O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ESTRATÉGICA E DE PROJETOS, BEM COMO AS ATIVIDADES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS NO CORPO FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	0	103.253.789	103.253.789	Ciências favoráveis e parcialmente favoráveis em processos de execução criminal	Percentual	Não apurado	90
				Ciências favoráveis e parcialmente favoráveis em processos judiciais cíveis	Percentual	Não apurado	90
				Ciências favoráveis e parcialmente favoráveis em processos judiciais criminais	Percentual	Não apurado	80
				Índice de acordos firmados	Percentual	Não apurado	80
				Índice de resoluções emitidas	Percentual	Não apurado	85

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CAPACITAÇÃO DE MEMBROS E SERVIDORES	Nova	MP	Promover atividades de capacitação, visando garantir que membros e servidores tenham o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relativas ao desempenho de suas atividades, priorizando as competências relacionadas à execução da estratégia.		0 Capacitação de pessoal realizada	%	100
					Recurso aplicado em capacitação por pessoa	R\$	1.300
COMBATE À EVASÃO E REPETÊNCIA ESCOLAR - FICAI ON-LINE	Nova	MP	Garantir a permanência de toda criança e adolescente na escola, combatendo a evasão e repetência escolar.		0 Retorno de aluno à escola em virtude de FICAI aberta	unidade	50
CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA E SEDES ADMINISTRATIVAS	Em andamento	MP	Construir, instalar, ampliar e reformar Promotorias de Justiça e sedes administrativas na Capital e no Interior do Estado e adquirir bens imóveis, visando dar suporte à atuação dos Procuradores, Promotores de Justiça e Servidores da Instituição e apropriar o conjunto da área física do Ministério Público. Esta ação origina-se do recorrente aumento de demanda em razão não só do crescimento demográfico, mas, também, do desequilíbrio social cada vez mais acentuado, que gera a necessidade de uma participação mais efetiva da Instituição na tentativa de promover uma harmonização das questões conflitantes com os direitos e deveres de cada cidadão, o que resulta em aquisição de áreas e prédios, em elaboração de projetos e laudos, e em todo o trabalho necessário para a construção e reforma dos prédios, bem como pequenas adaptações com o desenvolvimento de layouts e fiscalização de serviços.	61.952.273	Área construída, reformada ou adquirida	m2	11.200
FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CRIMINAL	Nova	MP	Fiscalizar o cumprimento das penas e das medidas de segurança e fomentar o desenvolvimento de uma rede de assistência ao egresso, a fim de reduzir a impunidade e assegurar a garantia dos direitos humanos.		0 Fiscalização realizada em presídio	unidade	4.944
FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DE PROCONS - PROCON MUNICIPAL	Nova	MP	Atuar institucionalmente a favor da implantação do Programa Municipal de Defesa do Consumidor (PROCON) nos municípios do interior do Estado do Rio Grande do Sul, com o intuito de criar um instrumento mais próximo do cidadão, de auxílio na prevenção e repressão aos abusos dos direitos do consumidor.		0 Ação judicial e extrajudicial realizada	unidade	35
					Procedimento investigatório instaurado	unidade	60
FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO - RESSANEAR	Nova	MP	Fomentar a implantação dos planos municipais de saneamento básico, onde estão incluídos os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, fiscalizar a destinação e tratamento do esgoto doméstico e fomentar a implementação de um fluxo logístico reverso - lâmpadas, eletrônicos e sacolas plásticas.		0 Ação judicial e extrajudicial realizada	unidade	325
					Procedimento investigatório instaurado	unidade	497

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

FORNECIMENTO DE SUPORTE OPERACIONAL	Nova	MP	Ampliar, modernizar e adquirir bens visando instrumentalizar as áreas meio e fim, com o intuito de proporcionar uma infraestrutura adequada às reais necessidades do Órgão, em especial o Plano Diretor de Informática. Esta ação decorre da expansão do Órgão, em razão do aumento da atuação do Ministério Público junto à sociedade, cuja intervenção é cada vez mais requerida, o que redundará na qualificação dos servidores, na aquisição de móveis, veículos, máquinas mobiliário em geral, equipamentos de telecomunicação, áudio, imagem, material didático, equipamentos de processamento de dados e no desenvolvimento de sistemas.	41.301.516	Equipamento adquirido	unidade	6.440
FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	Nova	MP	Fortalecer a Atenção Básica à Saúde, contribuindo para a implantação da Estratégia da Saúde da Família (ESF) e ampliação de sua cobertura populacional em todos os municípios gaúchos.	0	Ação judicial e extrajudicial realizada	unidade	250
					Procedimento investigatório instaurado	unidade	250
OFERTA DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Nova	MP	Fiscalizar os municípios quanto à oferta de vagas na educação infantil, de modo que sejam cumpridas as metas estabelecidas no Plano Nacional da Educação.	0	Ação judicial e extrajudicial realizada	unidade	1.000
					Procedimento investigatório instaurado	unidade	1.650
PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO	Nova	MP	Atuar nas questões relacionadas à Segurança Alimentar da população, com foco no direito de informação dos consumidores sobre os alimentos e divulgação de empresas condenadas pela impropriedade do alimento disponibilizado ao consumidor.	0	Ação judicial e extrajudicial realizada	unidade	525
					Procedimento investigatório instaurado	unidade	1.550
QUALIFICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO DOS ATOS DE CORRUPÇÃO E DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Nova	MP	Qualificar a investigação dos atos de corrupção e de improbidade administrativa por meio do aprimoramento da produção de provas, integração e troca de informações com outros órgãos públicos e regionalização da atuação na matéria.	0	Ação judicial e extrajudicial realizada	unidade	375
					Procedimento investigatório criminal instaurado	unidade	625
REESTRUTURAÇÃO DOS GAECOS	Nova	MP	Reestruturar os GAECOs (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), de modo a aprimorar os mecanismos de investigação criminal, qualificando a prova produzida no inquérito e durante o processo, fomentando os setores de inteligência para produção de conhecimentos úteis ao combate ao crime organizado e incentivo a políticas de segurança pública para diminuir a criminalidade violenta.	0	Denúncia oferecida	unidade	920
					Procedimento investigatório criminal instaurado	unidade	2.175
REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE PROCESSOS	Nova	MP	Aprimorar a estrutura orgânica e da gestão administrativa, por meio da padronização de processos e rotinas, revisão da distribuição de atribuições, da regionalização e da descentralização.	0	Processo reestruturado	unidade	50
					Promotoria certificada	unidade	700

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: ENCARGOS ESPECIAIS

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO

OBJETIVO:

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	667.214.367	0	667.214.367

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - MP	Em andamento	MP	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	667.214.367			

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: **PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO**

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	3.223.665.912	63.237	3.223.729.149

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - MP	Em andamento	MP	Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura	388.575.902			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - MP	Em andamento	MP	Publicidade Institucional	2.137.569			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - MP	Em andamento	MP	Remuneração do pessoal ativo	2.833.015.678			



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

DEFENSORIA PÚBLICA

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: ORIENTAÇÃO JURÍDICA, PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

OBJETIVO: EXECUTAR AS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS PREVISTAS À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	200.367.955	64.675.579	265.043.534	Audiências realizadas	Unidade	182.554	180.000
				Manifestações técnicas escritas	Unidade	798.248	800.000
				Pessoas em situação de vulnerabilidade social atendidas	Unidade	551.339	600.000
				Processos ajuizados	Unidade	88.066	90.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA	Em andamento	DEFPUB	Aparelhar as instalações físicas da Defensoria Pública, a fim de ampliar, modernizar e suprir a Defensoria Pública dos recursos materiais necessários para o cumprimento das suas funções constitucionais, legais e institucionais, buscando automatização de procedimentos para humanizar o atendimento à população vulnerável que busca auxílio e alento junto aos agentes institucionais, além de otimizar as atividades meio e fim através da implantação de sistemas informatizados, desenvolvidos e adaptados à realidade de capilarização dos serviços da DPE.	22.459.006	Material permanente adquirido	unidade	4.000
AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO E SEDES ADMINISTRATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA	Nova	DEFPUB	Adquirir, construir, instalar e reformar as Unidades de Atendimento e Sedes Administrativas da Defensoria Pública na Capital e Interior, a fim de atender a crescente demanda pela atuação da Defensoria junto à população assistida, bem como para o atendimento do disposto na Emenda Constitucional 80/2014, que estabelece o prazo de oito anos para suprir de Defensores Públicos todas as Unidades Jurisdicionais.	23.700.864	Imóvel adquirido Imóvel construído Imóvel instalado Imóvel reformado	unidade unidade unidade unidade	2 4 120 4
MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	Nova	DEFPUB	Reduzir a exclusão social da população menos favorecida e vulnerável do Estado que não chega ordinariamente ao serviço da Defensoria Pública, através da expansão do atendimento e o conhecimento da população em relação ao trabalho da Instituição, por meio de ações itinerantes, informatização dos processos de atendimento externo e interno, qualificação da infraestrutura, capacitação dos Defensores e Servidores, além de ações como realização de pesquisas, reestruturação dos canais de comunicação com a comunidade e ações de divulgação para que mais pessoas saibam como a Defensoria pode auxiliá-las.	28.600.000	Capacitação de recurso humano realizada Equipamento, material operacional e de apoio adquirido Infraestrutura física modernizada Serviço especializado para melhoria da gestão contratado Tecnologia da Informação - equipamento adquirido Tecnologia da Informação - sistema e consultoria contratada	R\$ R\$ R\$ R\$ R\$ R\$	1.420.000 1.605.000 11.050.000 1.400.000 5.200.000 4.480.000
ORIENTAÇÃO JURÍDICA, PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	Nova	DEFPUB	Prestar orientação jurídica e exercer a ampla defesa e o contraditório dos vulneráveis, promover a ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, representar aos sistemas internacionais de direitos humanos, promover a difusão e a conscientização desses direitos, além de desenvolver e promover ações publicitárias, visando à divulgação institucional, educação em direito da população e outras ações que visam à busca da cidadania.	189.483.664	Conciliação e mediação extrajudicial de conflito realizada Convênio firmado com entes federais, estaduais e municipais, para atendimento de projetos específicos Convênio firmado com universidades e outras organizações sociais Curso, simpósio, congresso, encontro e seminário realizado Mutirão de atendimento realizado Nova Defensoria Regional implantada	unidade unidade unidade unidade unidade unidade	12.000 36 24 100 80 24
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	Nova	DEFPUB	Promoção de ações publicitárias, visando à divulgação institucional, educação em direito da população e outras ações que visam à busca da cidadania.	800.000	Publicidade institucional veiculada	unidade	40

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: ENCARGOS ESPECIAIS

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO

OBJETIVO:

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	403.195.231	0	403.195.231

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB	Em andamento	DEFPUB	Despesas com outros encargos do Estado para o pagamento de encargos da dívida ativa e fundada, contribuições previdenciárias, reforço de proventos de fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadorias e de pensões, reembolsos, indenizações e outros encargos gerais do Estado.	403.195.231			

Plano Plurianual PPA 2016-2019 LEI

PROGRAMA: **PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO**

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	824.415.478	0	824.415.478

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - DEFPUB	Em andamento	DEFPUB	Remuneração do pessoal ativo	824.415.478			



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Int.	Operações de Crédito Ext.	Transferências Obrigatórias	Total
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RS	0	93.794.387	0	0	12.910.343	0	0	0	0	0	106.704.730
ENCARGOS ESPECIAIS	0	2.342.198	0	0	0	0	0	0	0	0	2.342.198
Despesa Corrente	0	2.342.198	0	0	0	0	0	0	0	0	2.342.198
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	79.991.399	0	0	0	0	0	0	0	0	79.991.399
Despesa Corrente	0	78.918.774	0	0	0	0	0	0	0	0	78.918.774
Despesa de Capital	0	1.072.625	0	0	0	0	0	0	0	0	1.072.625
REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS	0	11.460.790	0	0	12.910.343	0	0	0	0	0	24.371.133
Despesa Corrente	0	10.533.415	0	0	12.910.343	0	0	0	0	0	23.443.758
Despesa de Capital	0	927.375	0	0	0	0	0	0	0	0	927.375
AGENCIA GAÚCHA DO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO	62.941.384	0	0	0	0	0	0	0	41.914.443	0	104.855.827
ENCARGOS ESPECIAIS	2.898.422	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.898.422
Despesa Corrente	2.898.422	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.898.422
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	11.540.000	0	0	0	0	0	0	0	40.856.693	0	52.396.693
Despesa Corrente	10.644.891	0	0	0	0	0	0	0	36.106.693	0	46.751.584
Despesa de Capital	895.109	0	0	0	0	0	0	0	4.750.000	0	5.645.109
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	37.752.962	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37.752.962
Despesa Corrente	37.552.962	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37.552.962
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO	10.750.000	0	0	0	0	0	0	0	1.057.750	0	11.807.750
Despesa Corrente	10.750.000	0	0	0	0	0	0	0	1.057.750	0	11.807.750
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	2.531.768.477	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.531.768.477
AÇÃO LEGISLATIVA	197.231.088	0	0	0	0	0	0	0	0	0	197.231.088
Despesa Corrente	170.857.707	0	0	0	0	0	0	0	0	0	170.857.707
Despesa de Capital	26.373.381	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26.373.381
ENCARGOS ESPECIAIS	1.064.885.346	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.064.885.346
Despesa Corrente	1.064.885.346	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.064.885.346
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.269.652.043	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.269.652.043
Despesa Corrente	1.269.652.043	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.269.652.043
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0	0	0	10.272.530.764	0	0	0	0	0	0	10.272.530.764
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	10.272.530.764	0	0	0	0	0	0	10.272.530.764
Despesa Corrente	0	0	0	9.010.623.436	0	0	0	0	0	0	9.010.623.436
Despesa de Capital	0	0	0	1.261.907.328	0	0	0	0	0	0	1.261.907.328
BANRISUL - ARMAZÉNS GERAIS S.A.	0	0	0	86.730.194	0	0	0	0	0	0	86.730.194
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	86.730.194	0	0	0	0	0	0	86.730.194
Despesa Corrente	0	0	0	71.217.890	0	0	0	0	0	0	71.217.890
Despesa de Capital	0	0	0	15.512.304	0	0	0	0	0	0	15.512.304
BANRISUL CARTÕES S.A.	0	0	0	160.733.307	0	0	0	0	0	0	160.733.307
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	160.733.307	0	0	0	0	0	0	160.733.307
Despesa Corrente	0	0	0	75.373.138	0	0	0	0	0	0	75.373.138
Despesa de Capital	0	0	0	85.360.169	0	0	0	0	0	0	85.360.169
BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS	0	0	0	36.006.900	0	0	0	0	0	0	36.006.900
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	36.006.900	0	0	0	0	0	0	36.006.900
Despesa Corrente	0	0	0	36.006.900	0	0	0	0	0	0	36.006.900
BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO	0	0	0	11.442.839	0	0	0	0	0	0	11.442.839
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	11.442.839	0	0	0	0	0	0	11.442.839
Despesa Corrente	0	0	0	11.442.839	0	0	0	0	0	0	11.442.839
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO	0	0	0	333.239.871	0	0	0	0	0	0	333.239.871
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	313.239.871	0	0	0	0	0	0	313.239.871
Despesa Corrente	0	0	0	297.239.871	0	0	0	0	0	0	297.239.871
Despesa de Capital	0	0	0	16.000.000	0	0	0	0	0	0	16.000.000

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Int.	Operações de Crédito Ext.	Transferências Obrigatórias	Total
PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO	0	0	0	20.000.000	0	0	0	0	0	0	20.000.000
Despesa de Capital	0	0	0	20.000.000	0	0	0	0	0	0	20.000.000
CASA CIVIL	471.936.127	0	0	0	0	0	0	0	0	0	471.936.127
APOIO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA	158.200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	158.200.000
Despesa Corrente	158.200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	158.200.000
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA	5.951.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.951.000
Despesa Corrente	5.251.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.251.000
Despesa de Capital	700.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	700.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	307.785.127	0	0	0	0	0	0	0	0	0	307.785.127
Despesa Corrente	307.385.127	0	0	0	0	0	0	0	0	0	307.385.127
Despesa de Capital	400.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	400.000
CASA MILITAR	73.977.603	0	0	0	0	0	0	0	0	390.293	74.367.896
DEFESA CIVIL	8.061.526	0	0	0	0	0	0	0	0	390.293	8.451.819
Despesa Corrente	6.561.526	0	0	0	0	0	0	0	0	390.293	6.951.819
Despesa de Capital	1.500.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.500.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	65.916.077	0	0	0	0	0	0	0	0	0	65.916.077
Despesa Corrente	63.906.322	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63.906.322
Despesa de Capital	2.009.755	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.009.755
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A	0	0	0	27.155.244	0	0	1.550.000	0	0	0	28.705.244
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	0	0	0	757.474	0	0	1.550.000	0	0	0	2.307.474
Despesa Corrente	0	0	0	757.474	0	0	1.550.000	0	0	0	2.307.474
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	26.397.770	0	0	0	0	0	0	26.397.770
Despesa Corrente	0	0	0	26.397.770	0	0	0	0	0	0	26.397.770
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0	0	0	631.224.682	0	0	0	103.642.946	0	0	734.867.628
GÁS PELO RIO GRANDE	0	0	0	291.359.568	0	0	0	103.642.946	0	0	395.002.514
Despesa Corrente	0	0	0	44.561.110	0	0	0	0	0	0	44.561.110
Despesa de Capital	0	0	0	246.798.458	0	0	0	103.642.946	0	0	350.441.404
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	339.865.114	0	0	0	0	0	0	339.865.114
Despesa Corrente	0	0	0	339.865.114	0	0	0	0	0	0	339.865.114
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0	0	0	2.207.896.513	0	0	0	0	0	0	2.207.896.513
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	871.655.686	0	0	0	0	0	0	871.655.686
Despesa Corrente	0	0	0	871.655.686	0	0	0	0	0	0	871.655.686
SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O SETOR PÚBLICO DO RS	0	0	0	1.336.240.827	0	0	0	0	0	0	1.336.240.827
Despesa Corrente	0	0	0	1.276.280.827	0	0	0	0	0	0	1.276.280.827
Despesa de Capital	0	0	0	59.960.000	0	0	0	0	0	0	59.960.000
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0	0	0	22.795.621.563	0	0	0	0	0	0	22.795.621.563
ENCARGOS ESPECIAIS	0	0	0	669.892.027	0	0	0	0	0	0	669.892.027
Despesa Corrente	0	0	0	669.892.027	0	0	0	0	0	0	669.892.027
ENERGIA ELÉTRICA PELO RIO GRANDE	0	0	0	19.796.995.729	0	0	0	0	0	0	19.796.995.729
Despesa Corrente	0	0	0	18.742.908.583	0	0	0	0	0	0	18.742.908.583
Despesa de Capital	0	0	0	1.054.087.146	0	0	0	0	0	0	1.054.087.146
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	2.328.733.807	0	0	0	0	0	0	2.328.733.807
Despesa Corrente	0	0	0	2.308.576.393	0	0	0	0	0	0	2.308.576.393
Despesa de Capital	0	0	0	20.157.414	0	0	0	0	0	0	20.157.414
COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0	0	0	3.632.777.298	0	0	0	0	0	0	3.632.777.298
ENCARGOS ESPECIAIS	0	0	0	297.255.542	0	0	0	0	0	0	297.255.542
Despesa Corrente	0	0	0	297.255.542	0	0	0	0	0	0	297.255.542
ENERGIA ELÉTRICA PELO RIO GRANDE	0	0	0	1.993.730.402	0	0	0	0	0	0	1.993.730.402
Despesa Corrente	0	0	0	1.424.194.107	0	0	0	0	0	0	1.424.194.107
Despesa de Capital	0	0	0	569.536.295	0	0	0	0	0	0	569.536.295

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Int.	Operações de Crédito Ext.	Transferências Obrigatórias	Total
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	1.341.791.354	0	0	0	0	0	0	1.341.791.354
Despesa Corrente	0	0	0	1.341.168.354	0	0	0	0	0	0	1.341.168.354
Despesa de Capital	0	0	0	623.000	0	0	0	0	0	0	623.000
COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS	0	0	0	148.313.439	0	0	0	0	0	0	148.313.439
DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS	0	0	0	13.400.000	0	0	0	0	0	0	13.400.000
Despesa Corrente	0	0	0	13.400.000	0	0	0	0	0	0	13.400.000
ENCARGOS ESPECIAIS	0	0	0	47.500.000	0	0	0	0	0	0	47.500.000
Despesa Corrente	0	0	0	47.500.000	0	0	0	0	0	0	47.500.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	87.413.439	0	0	0	0	0	0	87.413.439
Despesa Corrente	0	0	0	87.413.439	0	0	0	0	0	0	87.413.439
COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS	0	0	0	82.806.083	0	0	0	0	0	0	82.806.083
OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ARTES GRÁFICAS	0	0	0	10.008.000	0	0	0	0	0	0	10.008.000
Despesa Corrente	0	0	0	10.008.000	0	0	0	0	0	0	10.008.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	72.798.083	0	0	0	0	0	0	72.798.083
Despesa Corrente	0	0	0	72.798.083	0	0	0	0	0	0	72.798.083
COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE MINERAÇÃO	0	0	0	1.582.000.000	0	0	0	0	0	0	1.582.000.000
CARVÃO MINERAL PELO RIO GRANDE	0	0	0	1.239.600.000	0	0	0	0	0	0	1.239.600.000
Despesa Corrente	0	0	0	414.000.000	0	0	0	0	0	0	414.000.000
Despesa de Capital	0	0	0	825.600.000	0	0	0	0	0	0	825.600.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	342.400.000	0	0	0	0	0	0	342.400.000
Despesa Corrente	0	0	0	342.400.000	0	0	0	0	0	0	342.400.000
COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SANEAMENTO	0	0	0	165.460.734.385	0	0	0	0	0	0	165.460.734.385
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	163.862.329.770	0	0	0	0	0	0	163.862.329.770
Despesa Corrente	0	0	0	163.862.329.770	0	0	0	0	0	0	163.862.329.770
PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO	0	0	0	1.598.404.615	0	0	0	0	0	0	1.598.404.615
Despesa Corrente	0	0	0	1.200.000	0	0	0	0	0	0	1.200.000
Despesa de Capital	0	0	0	1.597.204.615	0	0	0	0	0	0	1.597.204.615
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	901.749	0	0	0	0	0	0	0	0	0	901.749
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	901.749	0	0	0	0	0	0	0	0	0	901.749
Despesa Corrente	861.749	0	0	0	0	0	0	0	0	0	861.749
Despesa de Capital	40.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40.000
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	1.445.479.863	0	0	0	21.174.380	0	0	26.000.000	0	0	1.492.654.243
ENCARGOS ESPECIAIS	403.195.231	0	0	0	0	0	0	0	0	0	403.195.231
Despesa Corrente	403.195.231	0	0	0	0	0	0	0	0	0	403.195.231
ORIENTAÇÃO JURÍDICA, PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	217.869.154	0	0	0	21.174.380	0	0	26.000.000	0	0	265.043.534
Despesa Corrente	199.393.575	0	0	0	974.380	0	0	0	0	0	200.367.955
Despesa de Capital	18.475.579	0	0	0	20.200.000	0	0	26.000.000	0	0	64.675.579
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	824.415.478	0	0	0	0	0	0	0	0	0	824.415.478
Despesa Corrente	824.415.478	0	0	0	0	0	0	0	0	0	824.415.478
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	2.427.363.449	302.499.197	0	0	282.162	0	0	446.387.400	1.931.897.856	8.996.989	5.117.427.053
ENCARGOS ESPECIAIS	1.099.128.141	46.767.929	0	0	0	0	0	0	0	0	1.145.896.070
Despesa Corrente	1.056.280.517	14.304.169	0	0	0	0	0	0	0	0	1.070.584.686
Despesa de Capital	42.847.624	32.463.760	0	0	0	0	0	0	0	0	75.311.384
PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL	678.516.916	212.852.629	0	0	282.162	0	0	406.387.400	1.899.426.909	8.996.989	3.206.463.005
Despesa Corrente	279.441.581	172.352.629	0	0	0	0	0	0	0	0	451.794.210
Despesa de Capital	399.075.335	40.500.000	0	0	282.162	0	0	406.387.400	1.899.426.909	8.996.989	2.754.668.795
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	649.718.392	42.878.639	0	0	0	0	0	40.000.000	32.470.947	0	765.067.978
Despesa Corrente	494.003.338	2.000.000	0	0	0	0	0	0	25.010.141	0	521.013.479
Despesa de Capital	155.715.054	40.878.639	0	0	0	0	0	40.000.000	7.460.806	0	244.054.499
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	15.410	3.245.280.449	0	0	31.837.508	0	0	0	0	0	3.277.133.367
DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO	0	146.400.000	0	0	0	0	0	0	0	0	146.400.000

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Int.	Operações de Crédito Ext.	Transferências Obrigatórias	Total
Despesa Corrente	0	134.800.000	0	0	0	0	0	0	0	0	134.800.000
Despesa de Capital	0	11.600.000	0	0	0	0	0	0	0	0	11.600.000
ENCARGOS ESPECIAIS	0	70.984.744	0	0	0	0	0	0	0	0	70.984.744
Despesa Corrente	0	70.984.744	0	0	0	0	0	0	0	0	70.984.744
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	611.268.409	0	0	31.437.508	0	0	0	0	0	642.705.917
Despesa Corrente	0	610.868.409	0	0	23.837.508	0	0	0	0	0	634.705.917
Despesa de Capital	0	400.000	0	0	7.600.000	0	0	0	0	0	8.000.000
SERVIÇOS TÉCNICOS E DE MODERNIZAÇÃO DE TRÂNSITO	15.410	2.416.627.296	0	0	400.000	0	0	0	0	0	2.417.042.706
Despesa Corrente	15.410	2.416.227.296	0	0	0	0	0	0	0	0	2.416.242.706
Despesa de Capital	0	400.000	0	0	400.000	0	0	0	0	0	800.000
Empresa Gaúcha de Rodovias S.A.	0	0	0	730.359.856	0	0	0	0	0	0	730.359.856
DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO	0	0	0	1.292.740	0	0	0	0	0	0	1.292.740
Despesa Corrente	0	0	0	1.292.740	0	0	0	0	0	0	1.292.740
PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL	0	0	0	675.832.262	0	0	0	0	0	0	675.832.262
Despesa Corrente	0	0	0	642.832.262	0	0	0	0	0	0	642.832.262
Despesa de Capital	0	0	0	33.000.000	0	0	0	0	0	0	33.000.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	0	0	53.234.854	0	0	0	0	0	0	53.234.854
Despesa Corrente	0	0	0	53.234.854	0	0	0	0	0	0	53.234.854
ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO	88.190.742.747	0	0	0	0	0	0	0	0	9.131.051	88.199.873.798
ENCARGOS ESPECIAIS	88.190.742.747	0	0	0	0	0	0	0	0	9.131.051	88.199.873.798
Despesa Corrente	76.016.909.249	0	0	0	0	0	0	0	0	9.131.051	76.026.040.300
Despesa de Capital	12.173.833.498	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.173.833.498
FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI - RÁDIO E TELEVISÃO	156.699.101	0	9.768.562	0	0	0	0	0	0	0	166.467.663
ENCARGOS ESPECIAIS	19.690.781	0	40.000	0	0	0	0	0	0	0	19.730.781
Despesa Corrente	19.690.781	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.690.781
Despesa de Capital	0	0	40.000	0	0	0	0	0	0	0	40.000
MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA TVE E DA RÁDIO FM CULTURA	13.080.419	0	1.704.044	0	0	0	0	0	0	0	14.784.463
Despesa Corrente	7.369.143	0	904.044	0	0	0	0	0	0	0	8.273.187
Despesa de Capital	5.711.276	0	800.000	0	0	0	0	0	0	0	6.511.276
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	123.927.901	0	8.024.518	0	0	0	0	0	0	0	131.952.419
Despesa Corrente	123.927.901	0	8.024.518	0	0	0	0	0	0	0	131.952.419
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	144.645.511	0	7.969.825	0	510.402	0	0	0	0	0	153.125.738
ENCARGOS ESPECIAIS	2.621.347	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.621.347
Despesa Corrente	2.621.347	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.621.347
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	21.956.730	0	7.969.825	0	0	0	0	0	0	0	29.926.555
Despesa Corrente	21.956.730	0	7.369.825	0	0	0	0	0	0	0	29.326.555
Despesa de Capital	0	0	600.000	0	0	0	0	0	0	0	600.000
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PRODUTIVO E DE SERVIÇOS E DA QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO	120.067.434	0	0	0	510.402	0	0	0	0	0	120.577.836
Despesa Corrente	120.067.434	0	0	0	510.402	0	0	0	0	0	120.577.836
FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PPD E PPAH NO RIO GRANDE DO SUL	54.490.646	0	1.013.039	0	400.000	0	0	0	0	0	55.903.685
ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E À INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES	2.692.618	0	1.013.039	0	400.000	0	0	0	0	0	4.105.657
Despesa Corrente	2.275.980	0	1.013.039	0	400.000	0	0	0	0	0	3.689.019
Despesa de Capital	416.638	0	0	0	0	0	0	0	0	0	416.638
ENCARGOS ESPECIAIS	9.234.232	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.234.232
Despesa Corrente	9.234.232	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.234.232
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	42.563.796	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42.563.796
Despesa Corrente	42.124.796	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42.124.796

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Int.	Operações de Crédito Ext.	Transferências Obrigatórias	Total
Despesa de Capital	439.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	439.000
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	866.430.304	0	1.459.816	0	0	0	0	0	0	0	867.890.120
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO RS	102.211.838	0	1.059.816	0	0	0	0	0	0	0	103.271.654
Despesa Corrente	98.789.285	0	659.816	0	0	0	0	0	0	0	99.449.101
Despesa de Capital	3.422.553	0	400.000	0	0	0	0	0	0	0	3.822.553
ENCARGOS ESPECIAIS	48.803.098	0	400.000	0	0	0	0	0	0	0	49.203.098
Despesa Corrente	48.803.098	0	0	0	0	0	0	0	0	0	48.803.098
Despesa de Capital	0	0	400.000	0	0	0	0	0	0	0	400.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	715.415.368	0	0	0	0	0	0	0	0	0	715.415.368
Despesa Corrente	715.415.368	0	0	0	0	0	0	0	0	0	715.415.368
FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	85.651.555	0	79.186.521	0	1.866.309	0	0	0	0	0	166.704.385
ENCARGOS ESPECIAIS	24.959.855	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24.959.855
Despesa Corrente	24.959.855	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24.959.855
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	0	0	400.000	0	0	0	0	0	0	0	400.000
Despesa Corrente	0	0	280.000	0	0	0	0	0	0	0	280.000
Despesa de Capital	0	0	120.000	0	0	0	0	0	0	0	120.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	50.851.700	0	76.006.521	0	0	0	0	0	0	0	126.858.221
Despesa Corrente	50.851.700	0	74.406.521	0	0	0	0	0	0	0	125.258.221
Despesa de Capital	0	0	1.600.000	0	0	0	0	0	0	0	1.600.000
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PRODUTIVO E DE SERVIÇOS E DA QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO	9.840.000	0	2.780.000	0	1.866.309	0	0	0	0	0	14.486.309
Despesa Corrente	9.840.000	0	200.000	0	740.000	0	0	0	0	0	10.780.000
Despesa de Capital	0	0	2.580.000	0	1.126.309	0	0	0	0	0	3.706.309
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA "SIEGFRIED EMANUEL HEUSER"	158.091.916	0	6.329.698	0	40.000	0	0	0	0	0	164.461.614
ENCARGOS ESPECIAIS	42.027.759	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42.027.759
Despesa Corrente	42.027.759	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42.027.759
PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS	600.000	0	5.000.000	0	0	0	0	0	0	0	5.600.000
Despesa Corrente	600.000	0	5.000.000	0	0	0	0	0	0	0	5.600.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	115.464.157	0	1.329.698	0	40.000	0	0	0	0	0	116.833.855
Despesa Corrente	115.357.202	0	1.329.698	0	0	0	0	0	0	0	116.686.900
Despesa de Capital	106.955	0	0	0	40.000	0	0	0	0	0	146.955
FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL	30.474.336	0	366.925	0	22.350.000	0	0	0	0	42.609.872	95.801.133
DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER	0	0	0	0	22.350.000	0	0	0	0	42.609.872	64.959.872
Despesa Corrente	0	0	0	0	3.000.000	0	0	0	0	42.409.872	45.409.872
Despesa de Capital	0	0	0	0	19.350.000	0	0	0	0	200.000	19.550.000
ENCARGOS ESPECIAIS	2.660.474	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.660.474
Despesa Corrente	2.660.474	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.660.474
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	27.813.862	0	366.925	0	0	0	0	0	0	0	28.180.787
Despesa Corrente	26.964.641	0	366.925	0	0	0	0	0	0	0	27.331.566
Despesa de Capital	849.221	0	0	0	0	0	0	0	0	0	849.221
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL	441.367.029	0	369.893	0	0	0	0	0	0	1.265.459	443.002.381
ENCARGOS ESPECIAIS	66.676.366	0	0	0	0	0	0	0	0	0	66.676.366
Despesa Corrente	66.676.366	0	0	0	0	0	0	0	0	0	66.676.366
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	285.661.503	0	0	0	0	0	0	0	0	0	285.661.503
Despesa Corrente	285.447.594	0	0	0	0	0	0	0	0	0	285.447.594
Despesa de Capital	213.909	0	0	0	0	0	0	0	0	0	213.909
PROTEÇÃO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO	89.029.160	0	369.893	0	0	0	0	0	0	1.265.459	90.664.512
Despesa Corrente	88.066.566	0	369.893	0	0	0	0	0	0	1.265.459	89.701.918
Despesa de Capital	962.594	0	0	0	0	0	0	0	0	0	962.594

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Int.	Operações de Crédito Ext.	Transferências Obrigatórias	Total
FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	168.337.909	0	28.341.260	0	0	0	0	0	0	0	196.679.169
AMPLIAÇÃO DO ACESSO COM QUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA FUNDAÇÃO LIBERATO	0	0	28.261.260	0	0	0	0	0	0	0	28.261.260
Despesa Corrente	0	0	22.175.718	0	0	0	0	0	0	0	22.175.718
Despesa de Capital	0	0	6.085.542	0	0	0	0	0	0	0	6.085.542
ENCARGOS ESPECIAIS	46.864.396	0	80.000	0	0	0	0	0	0	0	46.944.396
Despesa Corrente	46.864.396	0	80.000	0	0	0	0	0	0	0	46.944.396
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	121.473.513	0	0	0	0	0	0	0	0	0	121.473.513
Despesa Corrente	121.473.513	0	0	0	0	0	0	0	0	0	121.473.513
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	93.149.435	0	8.245.138	0	369.856	0	0	0	0	0	101.764.429
ENCARGOS ESPECIAIS	9.404.994	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.404.994
Despesa Corrente	9.404.994	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.404.994
PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA	7.537.018	0	7.154.200	0	369.856	0	0	0	0	0	15.061.074
Despesa Corrente	5.489.903	0	6.954.200	0	369.856	0	0	0	0	0	12.813.959
Despesa de Capital	2.047.115	0	200.000	0	0	0	0	0	0	0	2.247.115
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	76.207.423	0	1.090.938	0	0	0	0	0	0	0	77.298.361
Despesa Corrente	75.865.168	0	1.090.938	0	0	0	0	0	0	0	76.956.106
Despesa de Capital	342.255	0	0	0	0	0	0	0	0	0	342.255
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL	136.361.575	0	44.305.546	0	842.125.348	0	0	0	0	0	1.022.792.469
ENCARGOS ESPECIAIS	22.730.017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22.730.017
Despesa Corrente	22.730.017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22.730.017
PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS, MICRORREGIÕES E AGLOMERAÇÕES URBANAS	50.250.000	0	26.150.000	0	842.125.348	0	0	0	0	0	918.525.348
Despesa Corrente	48.435.000	0	14.150.000	0	294.743.871	0	0	0	0	0	357.328.871
Despesa de Capital	1.815.000	0	12.000.000	0	547.381.477	0	0	0	0	0	561.196.477
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	63.381.558	0	18.155.546	0	0	0	0	0	0	0	81.537.104
Despesa Corrente	61.987.914	0	14.155.546	0	0	0	0	0	0	0	76.143.460
Despesa de Capital	1.393.644	0	4.000.000	0	0	0	0	0	0	0	5.393.644
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE	144.773.514	0	87.376.022	0	11.101.488	0	0	0	0	19.847.962	263.098.986
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	3.221.524	0	7.023.722	0	175.000	0	0	0	0	0	10.420.246
Despesa Corrente	3.221.524	0	7.023.722	0	175.000	0	0	0	0	0	10.420.246
ENCARGOS ESPECIAIS	5.400.248	0	28.000	0	0	0	0	0	0	0	5.428.248
Despesa Corrente	5.400.248	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.400.248
Despesa de Capital	0	0	28.000	0	0	0	0	0	0	0	28.000
GESTÃO DA SAÚDE E INFRAESTRUTURA	22.351.857	0	4.930.000	0	7.500.000	0	0	0	0	0	34.781.857
Despesa Corrente	2.155.101	0	4.730.000	0	0	0	0	0	0	0	6.885.101
Despesa de Capital	20.196.756	0	200.000	0	7.500.000	0	0	0	0	0	27.896.756
GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE	1.689.200	0	800.000	0	0	0	0	0	0	0	2.489.200
Despesa Corrente	495.000	0	800.000	0	0	0	0	0	0	0	1.295.000
Despesa de Capital	1.194.200	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.194.200
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	59.375.985	0	13.160.000	0	0	0	0	0	0	0	72.535.985
Despesa Corrente	59.375.985	0	13.160.000	0	0	0	0	0	0	0	72.535.985
QUALIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO CONSOLIDANDO A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE	52.734.700	0	61.434.300	0	3.426.488	0	0	0	0	19.847.962	137.443.450
Despesa Corrente	52.734.700	0	61.434.300	0	3.426.488	0	0	0	0	19.847.962	137.443.450
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER	116.628.070	0	167.531.311	0	851.400	0	0	0	0	0	285.010.781
ENCARGOS ESPECIAIS	40.046.136	0	22.464.692	0	0	0	0	0	0	0	62.510.828
Despesa Corrente	40.046.136	0	22.464.692	0	0	0	0	0	0	0	62.510.828
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	66.423.155	0	132.558.921	0	0	0	0	0	0	0	198.982.076
Despesa Corrente	66.423.155	0	132.358.921	0	0	0	0	0	0	0	198.782.076

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Int.	Operações de Crédito Ext.	Transferências Obrigatórias	Total
Despesa de Capital	0	0	200.000	0	0	0	0	0	0	0	200.000
SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	10.158.779	0	12.507.698	0	851.400	0	0	0	0	0	23.517.877
Despesa Corrente	10.158.779	0	12.507.698	0	851.400	0	0	0	0	0	23.517.877
FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	211.930.937	0	1.617.173	0	28.223.676	0	0	0	0	0	241.771.786
EMPREGO, TRABALHO E RENDA	2.128.000	0	1.317.173	0	27.456.956	0	0	0	0	0	30.902.129
Despesa Corrente	2.128.000	0	1.094.325	0	27.456.956	0	0	0	0	0	30.679.281
Despesa de Capital	0	0	222.848	0	0	0	0	0	0	0	222.848
ENCARGOS ESPECIAIS	40.206.196	0	100.000	0	0	0	0	0	0	0	40.306.196
Despesa Corrente	40.206.196	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40.206.196
Despesa de Capital	0	0	100.000	0	0	0	0	0	0	0	100.000
INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	10.206.955	0	120.000	0	766.720	0	0	0	0	0	11.093.675
Despesa Corrente	10.100.000	0	100.000	0	766.720	0	0	0	0	0	10.966.720
Despesa de Capital	106.955	0	20.000	0	0	0	0	0	0	0	126.955
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	159.389.786	0	80.000	0	0	0	0	0	0	0	159.469.786
Despesa Corrente	159.389.786	0	80.000	0	0	0	0	0	0	0	159.469.786
FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE	6.262.402	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.262.402
ENCARGOS ESPECIAIS	1.229.917	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.229.917
Despesa Corrente	1.229.917	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.229.917
JUNTOS PELA CULTURA	1.179.607	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.179.607
Despesa Corrente	979.607	0	0	0	0	0	0	0	0	0	979.607
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.852.878	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.852.878
Despesa Corrente	3.852.878	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.852.878
FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE	72.316.833	981.437	0	0	0	0	0	0	0	0	73.298.270
ENCARGOS ESPECIAIS	13.938.082	40.000	0	0	0	0	0	0	0	0	13.978.082
Despesa Corrente	13.938.082	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13.938.082
Despesa de Capital	0	40.000	0	0	0	0	0	0	0	0	40.000
JUNTOS PELA CULTURA	2.158.942	465.208	0	0	0	0	0	0	0	0	2.624.150
Despesa Corrente	2.158.942	465.208	0	0	0	0	0	0	0	0	2.624.150
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	56.219.809	476.229	0	0	0	0	0	0	0	0	56.696.038
Despesa Corrente	56.019.809	476.229	0	0	0	0	0	0	0	0	56.496.038
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	48.517.723	0	22.761.844	0	0	0	0	0	0	0	71.279.567
ENCARGOS ESPECIAIS	6.756.132	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.756.132
Despesa Corrente	6.756.132	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.756.132
EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA	4.400.000	0	7.380.000	0	0	0	0	0	0	0	11.780.000
Despesa Corrente	4.400.000	0	7.220.000	0	0	0	0	0	0	0	11.620.000
Despesa de Capital	0	0	160.000	0	0	0	0	0	0	0	160.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	37.361.591	0	15.381.844	0	0	0	0	0	0	0	52.743.435
Despesa Corrente	37.361.591	0	15.341.844	0	0	0	0	0	0	0	52.703.435
Despesa de Capital	0	0	40.000	0	0	0	0	0	0	0	40.000
FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO	11.608.371	0	2.855.633	0	0	0	0	0	0	0	14.464.004
ENCARGOS ESPECIAIS	736.693	0	0	0	0	0	0	0	0	0	736.693
Despesa Corrente	736.693	0	0	0	0	0	0	0	0	0	736.693
JUNTOS PELA CULTURA	6.845.106	0	2.855.633	0	0	0	0	0	0	0	9.700.739
Despesa Corrente	6.445.106	0	2.655.633	0	0	0	0	0	0	0	9.100.739
Despesa de Capital	400.000	0	200.000	0	0	0	0	0	0	0	600.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	4.026.572	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.026.572
Despesa Corrente	4.026.572	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.026.572
FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL	100.827.104	0	21.023.636	0	1.500.000	0	0	0	0	0	123.350.740
ENCARGOS ESPECIAIS	21.568.962	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21.568.962
Despesa Corrente	21.568.962	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21.568.962
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	79.258.142	0	16.974.426	0	1.500.000	0	0	0	0	0	97.732.568

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Int.	Operações de Crédito Ext.	Transferências Obrigatórias	Total
Despesa Corrente	79.258.142	0	15.534.994	0	0	0	0	0	0	0	94.793.136
Despesa de Capital	0	0	1.439.432	0	1.500.000	0	0	0	0	0	2.939.432
SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	0	0	4.049.210	0	0	0	0	0	0	0	4.049.210
Despesa Corrente	0	0	3.575.000	0	0	0	0	0	0	0	3.575.000
Despesa de Capital	0	0	474.210	0	0	0	0	0	0	0	474.210
FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - FAS/RS	0	8.333.424.780	0	0	0	0	0	0	0	0	8.333.424.780
ENCARGOS ESPECIAIS	0	418.362.875	0	0	0	0	0	0	0	0	418.362.875
Despesa Corrente	0	294.862.875	0	0	0	0	0	0	0	0	294.862.875
Despesa de Capital	0	123.500.000	0	0	0	0	0	0	0	0	123.500.000
GESTÃO DA SAÚDE DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)	0	7.686.791.856	0	0	0	0	0	0	0	0	7.686.791.856
Despesa Corrente	0	7.683.591.856	0	0	0	0	0	0	0	0	7.683.591.856
Despesa de Capital	0	3.200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	3.200.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	228.270.049	0	0	0	0	0	0	0	0	228.270.049
Despesa Corrente	0	222.731.584	0	0	0	0	0	0	0	0	222.731.584
Despesa de Capital	0	5.538.465	0	0	0	0	0	0	0	0	5.538.465
GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	14.298.301	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14.298.301
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	14.298.301	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14.298.301
Despesa Corrente	14.198.301	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14.198.301
Despesa de Capital	100.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100.000
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0	22.407.473	0	0	0	0	0	0	0	0	22.407.473
ENCARGOS ESPECIAIS	0	19.219.910	0	0	0	0	0	0	0	0	19.219.910
Despesa Corrente	0	19.219.910	0	0	0	0	0	0	0	0	19.219.910
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	3.187.563	0	0	0	0	0	0	0	0	3.187.563
Despesa Corrente	0	3.087.563	0	0	0	0	0	0	0	0	3.087.563
Despesa de Capital	0	100.000	0	0	0	0	0	0	0	0	100.000
INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ	0	399.094.664	0	0	0	0	0	0	0	0	399.094.664
DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS	0	133.560.040	0	0	0	0	0	0	0	0	133.560.040
Despesa Corrente	0	125.943.403	0	0	0	0	0	0	0	0	125.943.403
Despesa de Capital	0	7.616.637	0	0	0	0	0	0	0	0	7.616.637
ENCARGOS ESPECIAIS	0	72.992.073	0	0	0	0	0	0	0	0	72.992.073
Despesa Corrente	0	72.752.073	0	0	0	0	0	0	0	0	72.752.073
Despesa de Capital	0	240.000	0	0	0	0	0	0	0	0	240.000
PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA	0	64.658.923	0	0	0	0	0	0	0	0	64.658.923
Despesa Corrente	0	57.395.321	0	0	0	0	0	0	0	0	57.395.321
Despesa de Capital	0	7.263.602	0	0	0	0	0	0	0	0	7.263.602
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	127.883.628	0	0	0	0	0	0	0	0	127.883.628
Despesa Corrente	0	126.133.628	0	0	0	0	0	0	0	0	126.133.628
Despesa de Capital	0	1.750.000	0	0	0	0	0	0	0	0	1.750.000
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0	69.450.018	0	0	0	0	0	0	0	0	69.450.018
ENCARGOS ESPECIAIS	0	6.075.895	0	0	0	0	0	0	0	0	6.075.895
Despesa Corrente	0	6.075.895	0	0	0	0	0	0	0	0	6.075.895
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	59.249.323	0	0	0	0	0	0	0	0	59.249.323
Despesa Corrente	0	57.955.016	0	0	0	0	0	0	0	0	57.955.016
Despesa de Capital	0	1.294.307	0	0	0	0	0	0	0	0	1.294.307
PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO	0	4.124.800	0	0	0	0	0	0	0	0	4.124.800
Despesa Corrente	0	4.124.800	0	0	0	0	0	0	0	0	4.124.800
MINISTÉRIO PÚBLICO	3.994.070.831	0	0	0	126.474	0	0	0	0	0	3.994.197.305
ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DA DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	103.253.789	0	0	0	0	0	0	0	0	0	103.253.789
Despesa de Capital	103.253.789	0	0	0	0	0	0	0	0	0	103.253.789
ENCARGOS ESPECIAIS	667.214.367	0	0	0	0	0	0	0	0	0	667.214.367

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Int.	Operações de Crédito Ext.	Transferências Obrigatórias	Total
Despesa Corrente	667.214.367	0	0	0	0	0	0	0	0	0	667.214.367
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.223.602.675	0	0	0	126.474	0	0	0	0	0	3.223.729.149
Despesa Corrente	3.223.602.675	0	0	0	63.237	0	0	0	0	0	3.223.665.912
Despesa de Capital	0	0	0	0	63.237	0	0	0	0	0	63.237
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	1.125.657.624	0	0	0	0	0	0	0	15.301.025	0	1.140.958.649
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	953.132.446	0	0	0	0	0	0	0	0	0	953.132.446
Despesa Corrente	953.132.446	0	0	0	0	0	0	0	0	0	953.132.446
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, CONCILIAÇÃO E CONSULTORIA AO ESTADO	172.525.178	0	0	0	0	0	0	0	15.301.025	0	187.826.203
Despesa Corrente	138.525.178	0	0	0	0	0	0	0	6.161.671	0	144.686.849
Despesa de Capital	34.000.000	0	0	0	0	0	0	0	9.139.354	0	43.139.354
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RPPS/RS	0	47.118.879.121	0	0	0	0	0	0	6.363.135	0	47.125.242.256
ENCARGOS ESPECIAIS	0	577.321.577	0	0	0	0	0	0	0	0	577.321.577
Despesa Corrente	0	577.321.577	0	0	0	0	0	0	0	0	577.321.577
GESTÃO DE PREVIDÊNCIA DO(A) SERVIDOR(A) ESTADUAL	0	46.405.121.132	0	0	0	0	0	0	5.763.135	0	46.410.884.267
Despesa Corrente	0	46.405.121.132	0	0	0	0	0	0	1.851.422	0	46.406.972.554
Despesa de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	3.911.713	0	3.911.713
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	136.436.412	0	0	0	0	0	0	600.000	0	137.036.412
Despesa Corrente	0	136.436.412	0	0	0	0	0	0	600.000	0	137.036.412
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO	871.985.608	0	0	0	69.517.991	0	0	0	0	48.265.229	989.768.828
DEFESA AGROPECUÁRIA ESTADUAL	111.089.138	0	0	0	39.765.192	0	0	0	0	0	150.854.330
Despesa Corrente	111.089.138	0	0	0	17.454.426	0	0	0	0	0	128.543.564
Despesa de Capital	0	0	0	0	22.310.766	0	0	0	0	0	22.310.766
DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS	50.469.645	0	0	0	27.479.171	0	0	0	0	0	77.948.816
Despesa Corrente	50.469.645	0	0	0	13.976.881	0	0	0	0	0	64.446.526
Despesa de Capital	0	0	0	0	13.502.290	0	0	0	0	0	13.502.290
ENCARGOS ESPECIAIS	39.950.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	39.950.000
Despesa de Capital	39.950.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	39.950.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	668.102.325	0	0	0	2.273.628	0	0	0	0	0	670.375.953
Despesa Corrente	656.666.383	0	0	0	0	0	0	0	0	0	656.666.383
Despesa de Capital	11.435.942	0	0	0	2.273.628	0	0	0	0	0	13.709.570
PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA	2.374.500	0	0	0	0	0	0	0	0	48.265.229	50.639.729
Despesa Corrente	2.374.500	0	0	0	0	0	0	0	0	6.292.180	8.666.680
Despesa de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41.973.049	41.973.049
SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO	119.603.652	0	0	0	0	0	0	0	0	0	119.603.652
INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	89.767.387	0	0	0	0	0	0	0	0	0	89.767.387
Despesa Corrente	89.167.387	0	0	0	0	0	0	0	0	0	89.167.387
Despesa de Capital	600.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	600.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	29.836.265	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29.836.265
Despesa Corrente	29.836.265	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29.836.265
SECRETARIA DA CULTURA	200.329.011	0	0	0	48.886.000	0	0	0	0	0	249.215.011
JUNTOS PELA CULTURA	74.606.326	0	0	0	48.886.000	0	0	0	0	0	123.492.326
Despesa Corrente	67.881.103	0	0	0	12.630.000	0	0	0	0	0	80.511.103
Despesa de Capital	6.725.223	0	0	0	36.256.000	0	0	0	0	0	42.981.223
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	125.722.685	0	0	0	0	0	0	0	0	0	125.722.685
Despesa Corrente	120.498.366	0	0	0	0	0	0	0	0	0	120.498.366
Despesa de Capital	5.224.319	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.224.319
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	35.566.095.658	0	0	0	441.314.863	0	0	0	382.456.860	2.091.241.640	38.481.109.021
ACESSO E PERMANÊNCIA COM QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA	701.028.216	0	0	0	0	0	0	0	0	1.270.255.014	1.971.283.230
Despesa Corrente	646.467.436	0	0	0	0	0	0	0	0	1.161.081.254	1.807.548.690

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Int.	Operações de Crédito Ext.	Transferências Obrigatórias	Total
Despesa de Capital	54.560.780	0	0	0	0	0	0	0	0	109.173.760	163.734.540
AMPLIAÇÃO DO ACESSO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	247.264.984	0	0	0	64.000.000	0	0	0	0	0	311.264.984
Despesa Corrente	94.458.105	0	0	0	19.000.000	0	0	0	0	0	113.458.105
Despesa de Capital	152.806.879	0	0	0	45.000.000	0	0	0	0	0	197.806.879
DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM	117.822.400	0	0	0	42.498.688	0	0	0	21.080.000	378.069.768	559.470.856
Despesa Corrente	2.822.400	0	0	0	16.498.688	0	0	0	21.080.000	273.229.768	313.630.856
Despesa de Capital	115.000.000	0	0	0	26.000.000	0	0	0	0	104.840.000	245.840.000
ENCARGOS ESPECIAIS	17.983.737.433	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17.983.737.433
Despesa Corrente	17.983.737.433	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17.983.737.433
MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DOS ESPAÇOS ESCOLARES	272.117.494	0	0	0	334.816.175	0	0	0	361.376.860	442.916.858	1.411.227.387
Despesa Corrente	11.520.000	0	0	0	161.000.000	0	0	0	0	256.930.618	429.450.618
Despesa de Capital	260.597.494	0	0	0	173.816.175	0	0	0	361.376.860	185.986.240	981.776.769
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	16.244.125.131	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16.244.125.131
Despesa Corrente	16.241.365.131	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16.241.365.131
Despesa de Capital	2.760.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.760.000
SECRETARIA DA FAZENDA	2.484.693.432	0	0	0	14.350.575	0	0	0	46.500.000	0	2.545.544.007
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.057.896.879	0	0	0	14.350.575	0	0	0	46.500.000	0	2.118.747.454
Despesa Corrente	2.057.896.879	0	0	0	14.350.575	0	0	0	17.500.000	0	2.089.747.454
Despesa de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	29.000.000	0	29.000.000
SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	426.796.553	0	0	0	0	0	0	0	0	0	426.796.553
Despesa Corrente	328.597.810	0	0	0	0	0	0	0	0	0	328.597.810
Despesa de Capital	98.198.743	0	0	0	0	0	0	0	0	0	98.198.743
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS	123.116.229	0	0	0	12.000.000	0	0	0	166.215.701	0	301.331.930
INTEGRAÇÃO E TRANSVERSALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS	19.035.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.035.000
Despesa Corrente	19.035.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.035.000
POLÍTICAS PARA AS MULHERES	2.429.764	0	0	0	8.910.000	0	0	0	0	0	11.339.764
Despesa Corrente	2.429.764	0	0	0	5.910.000	0	0	0	0	0	8.339.764
Despesa de Capital	0	0	0	0	3.000.000	0	0	0	0	0	3.000.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	56.411.465	0	0	0	0	0	0	0	0	0	56.411.465
Despesa Corrente	53.729.932	0	0	0	0	0	0	0	0	0	53.729.932
Despesa de Capital	2.681.533	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.681.533
PROGRAMA DE OPORTUNIDADE E DIREITOS	13.500.000	0	0	0	0	0	0	0	166.215.701	0	179.715.701
Despesa Corrente	4.252.500	0	0	0	0	0	0	0	34.435.701	0	38.688.201
Despesa de Capital	9.247.500	0	0	0	0	0	0	0	131.780.000	0	141.027.500
PROMOÇÃO DA PAZ E PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS NO RS	2.730.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.730.000
Despesa Corrente	2.730.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.730.000
PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	2.800.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.800.000
Despesa Corrente	2.800.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.800.000
PROTEÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA	26.210.000	0	0	0	3.090.000	0	0	0	0	0	29.300.000
Despesa Corrente	26.210.000	0	0	0	3.090.000	0	0	0	0	0	29.300.000
SECRETARIA DA SAÚDE	13.463.400.937	0	0	0	16.531.428	0	0	0	0	4.978.569.246	18.458.501.611
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	58.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	58.000.000
Despesa Corrente	58.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	58.000.000
ENCARGOS ESPECIAIS	1.408.144.513	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.408.144.513
Despesa Corrente	1.408.144.513	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.408.144.513
GESTÃO DA SAÚDE E INFRAESTRUTURA	1.196.677.413	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.196.677.413
Despesa Corrente	919.277.413	0	0	0	0	0	0	0	0	0	919.277.413
Despesa de Capital	277.400.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	277.400.000

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Int.	Operações de Crédito Ext.	Transferências Obrigatórias	Total
GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE	357.400.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	357.400.000
Despesa Corrente	40.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40.000.000
Despesa de Capital	317.400.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	317.400.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.080.824.640	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.080.824.640
Despesa Corrente	2.080.824.640	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.080.824.640
QUALIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO CONSOLIDANDO A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE	8.362.354.371	0	0	0	16.531.428	0	0	0	0	4.978.569.246	13.357.455.045
Despesa Corrente	7.632.554.371	0	0	0	10.881.264	0	0	0	0	4.918.417.208	12.561.852.843
Despesa de Capital	729.800.000	0	0	0	5.650.164	0	0	0	0	60.152.038	795.602.292
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	15.652.771.119	0	0	0	258.502.471	0	0	0	0	0	15.911.273.590
ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	719.683.286	0	0	0	19.151.275	0	0	0	0	0	738.834.561
Despesa Corrente	624.523.724	0	0	0	2.089.163	0	0	0	0	0	626.612.887
Despesa de Capital	95.159.562	0	0	0	17.062.112	0	0	0	0	0	112.221.674
PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	1.668.953.459	0	0	0	167.901.562	0	0	0	0	0	1.836.855.021
Despesa Corrente	1.434.926.897	0	0	0	40.437.800	0	0	0	0	0	1.475.364.697
Despesa de Capital	234.026.562	0	0	0	127.463.762	0	0	0	0	0	361.490.324
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	13.181.898.902	0	0	0	39.271.175	0	0	0	0	0	13.221.170.077
Despesa Corrente	13.174.325.793	0	0	0	12.366.603	0	0	0	0	0	13.186.692.396
Despesa de Capital	7.573.109	0	0	0	26.904.572	0	0	0	0	0	34.477.681
PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	82.235.472	0	0	0	32.178.459	0	0	0	0	0	114.413.931
Despesa Corrente	74.735.625	0	0	0	13.629.121	0	0	0	0	0	88.364.746
Despesa de Capital	7.499.847	0	0	0	18.549.338	0	0	0	0	0	26.049.185
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	146.881.612	0	0	0	0	0	0	0	44.391.004	0	191.272.616
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	22.363.881	0	0	0	0	0	0	0	44.391.004	0	66.754.885
Despesa Corrente	21.763.881	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21.763.881
Despesa de Capital	600.000	0	0	0	0	0	0	0	44.391.004	0	44.991.004
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	105.105.128	0	0	0	0	0	0	0	0	0	105.105.128
Despesa Corrente	104.299.225	0	0	0	0	0	0	0	0	0	104.299.225
Despesa de Capital	805.903	0	0	0	0	0	0	0	0	0	805.903
PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO	19.412.603	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.412.603
Despesa Corrente	5.416.074	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.416.074
Despesa de Capital	13.996.529	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13.996.529
SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA	13.035.485	0	0	0	0	0	0	0	160.000.000	8.996.989	182.032.474
ENCARGOS ESPECIAIS	50.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50.000
Despesa de Capital	50.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50.000
ENERGIA PELO RIO GRANDE	257.856	0	0	0	0	0	0	0	160.000.000	8.396.989	168.654.845
Despesa Corrente	217.856	0	0	0	0	0	0	0	0	7.596.989	7.814.845
Despesa de Capital	40.000	0	0	0	0	0	0	0	160.000.000	800.000	160.840.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	12.727.629	0	0	0	0	0	0	0	0	600.000	13.327.629
Despesa Corrente	12.667.629	0	0	0	0	0	0	0	0	600.000	13.267.629
Despesa de Capital	60.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	60.000
SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS	757.896.820	0	0	0	0	0	0	0	22.050.000	0	779.946.820
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	749.596.820	0	0	0	0	0	0	0	0	0	749.596.820
Despesa Corrente	749.169.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	749.169.000
Despesa de Capital	427.820	0	0	0	0	0	0	0	0	0	427.820
RENOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	8.300.000	0	0	0	0	0	0	0	22.050.000	0	30.350.000
Despesa Corrente	300.000	0	0	0	0	0	0	0	22.050.000	0	22.350.000
Despesa de Capital	8.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.000.000

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Int.	Operações de Crédito Ext.	Transferências Obrigatórias	Total
SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO	302.400.233	0	0	0	43.251.942	0	0	17.600.000	0	72.019.259	435.271.434
GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS	16.133.500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16.133.500
Despesa Corrente	16.133.500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16.133.500
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	204.649.325	0	0	0	0	0	0	0	0	0	204.649.325
Despesa Corrente	201.719.325	0	0	0	0	0	0	0	0	0	201.719.325
Despesa de Capital	2.930.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.930.000
PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO HABITACIONAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO	74.939.308	0	0	0	0	0	0	17.600.000	0	0	92.539.308
Despesa Corrente	29.713.500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29.713.500
Despesa de Capital	45.225.808	0	0	0	0	0	0	17.600.000	0	0	62.825.808
PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO	6.678.100	0	0	0	43.251.942	0	0	0	0	72.019.259	121.949.301
Despesa Corrente	350.000	0	0	0	0	0	0	0	0	5.468.959	5.818.959
Despesa de Capital	6.328.100	0	0	0	43.251.942	0	0	0	0	66.550.300	116.130.342
SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER	117.961.589	0	0	0	16.720.441	0	0	0	0	0	134.682.030
CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL	13.600.000	0	0	0	400.000	0	0	0	0	0	14.000.000
Despesa Corrente	13.600.000	0	0	0	400.000	0	0	0	0	0	14.000.000
DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER	22.803.000	0	0	0	8.420.000	0	0	0	0	0	31.223.000
Despesa Corrente	20.916.067	0	0	0	6.580.000	0	0	0	0	0	27.496.067
Despesa de Capital	1.886.933	0	0	0	1.840.000	0	0	0	0	0	3.726.933
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO	24.788.843	0	0	0	7.900.441	0	0	0	0	0	32.689.284
Despesa Corrente	24.453.223	0	0	0	1.717.774	0	0	0	0	0	26.170.997
Despesa de Capital	335.620	0	0	0	6.182.667	0	0	0	0	0	6.518.287
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	56.769.746	0	0	0	0	0	0	0	0	0	56.769.746
Despesa Corrente	55.569.746	0	0	0	0	0	0	0	0	0	55.569.746
Despesa de Capital	1.200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.200.000
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	235.492.317	0	0	0	11.498.287	0	0	0	56.230.017	123.018.226	426.238.847
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	168.673.317	0	0	0	0	0	0	0	0	0	168.673.317
Despesa Corrente	164.673.317	0	0	0	0	0	0	0	0	0	164.673.317
Despesa de Capital	4.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.000.000
SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	66.819.000	0	0	0	11.498.287	0	0	0	56.230.017	123.018.226	257.565.530
Despesa Corrente	66.819.000	0	0	0	7.648.287	0	0	0	56.230.017	119.018.226	249.715.530
Despesa de Capital	0	0	0	0	3.850.000	0	0	0	0	4.000.000	7.850.000
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO	947.433.140	0	0	0	390.412.738	0	0	0	0	30.071.121	1.367.916.999
APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL	27.446.295	0	0	0	21.217.449	0	0	0	0	30.071.121	78.734.865
Despesa Corrente	12.834.570	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.834.570
Despesa de Capital	14.611.725	0	0	0	21.217.449	0	0	0	0	30.071.121	65.900.295
APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO	26.090.456	0	0	0	4.700.000	0	0	0	0	0	30.790.456
Despesa Corrente	8.556.380	0	0	0	800.000	0	0	0	0	0	9.356.380
Despesa de Capital	17.534.076	0	0	0	3.900.000	0	0	0	0	0	21.434.076
ENCARGOS ESPECIAIS	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
FOMENTO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E SOCIAL - ATERS	636.028.074	0	0	0	2.352.180	0	0	0	0	0	638.380.254
Despesa Corrente	613.066.783	0	0	0	0	0	0	0	0	0	613.066.783
Despesa de Capital	22.961.291	0	0	0	2.352.180	0	0	0	0	0	25.313.471
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	194.487.886	0	0	0	362.143.109	0	0	0	0	0	556.630.995
Despesa Corrente	27.872.404	0	0	0	157.756.839	0	0	0	0	0	185.629.243
Despesa de Capital	166.615.482	0	0	0	204.386.270	0	0	0	0	0	371.001.752
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	63.180.429	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63.180.429
Despesa Corrente	60.535.632	0	0	0	0	0	0	0	0	0	60.535.632
Despesa de Capital	2.644.797	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.644.797
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	137.181.278	0	0	0	0	0	0	0	22.964.631	0	160.145.909

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Int.	Operações de Crédito Ext.	Transferências Obrigatórias	Total
PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	5.238.000	0	0	0	0	0	0	0	5.954.631	0	11.192.631
Despesa Corrente	5.078.000	0	0	0	0	0	0	0	5.954.631	0	11.032.631
Despesa de Capital	160.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160.000
PRODUÇÃO, GESTÃO E ANÁLISE DE DADOS ESPACIAIS	17.175.500	0	0	0	0	0	0	0	17.010.000	0	34.185.500
Despesa Corrente	13.288.500	0	0	0	0	0	0	0	17.010.000	0	30.298.500
Despesa de Capital	3.887.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.887.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	114.767.778	0	0	0	0	0	0	0	0	0	114.767.778
Despesa Corrente	113.675.682	0	0	0	0	0	0	0	0	0	113.675.682
Despesa de Capital	1.092.096	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.092.096
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	107.650.888	0	0	0	3.254.568	0	0	0	0	3.848.654	114.754.110
EMPREGO, TRABALHO E RENDA	5.800.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.800.000
Despesa Corrente	5.800.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.800.000
GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL	5.800.000	0	0	0	2.054.568	0	0	0	0	0	7.854.568
Despesa Corrente	5.800.000	0	0	0	2.054.568	0	0	0	0	0	7.854.568
INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	12.307.292	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.307.292
Despesa Corrente	12.307.292	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.307.292
POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS	37.148.231	0	0	0	1.200.000	0	0	0	0	3.848.654	42.196.885
Despesa Corrente	36.068.231	0	0	0	1.200.000	0	0	0	0	3.848.654	41.116.885
Despesa de Capital	1.080.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.080.000
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	46.595.365	0	0	0	0	0	0	0	0	0	46.595.365
Despesa Corrente	45.670.179	0	0	0	0	0	0	0	0	0	45.670.179
Despesa de Capital	925.186	0	0	0	0	0	0	0	0	0	925.186
SECRETARIA DOS TRANSPORTES	39.327.933	0	0	0	19.379.382	0	0	0	2.000.000	8.996.989	69.704.304
PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL	17.081.335	0	0	0	18.029.262	0	0	0	2.000.000	8.036.989	45.147.586
Despesa Corrente	13.051.335	0	0	0	3.600.000	0	0	0	2.000.000	4.436.989	23.088.324
Despesa de Capital	4.030.000	0	0	0	14.429.262	0	0	0	0	3.600.000	22.059.262
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	22.246.598	0	0	0	1.350.120	0	0	0	0	960.000	24.556.718
Despesa Corrente	21.776.598	0	0	0	400.000	0	0	0	0	560.000	22.736.598
Despesa de Capital	470.000	0	0	0	950.120	0	0	0	0	400.000	1.820.120
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO	49.164.984	0	0	0	0	0	0	0	0	0	49.164.984
GOVERNO PARA RESULTADOS	20.535.317	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20.535.317
Despesa Corrente	20.535.317	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20.535.317
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	28.629.667	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28.629.667
Despesa Corrente	28.229.667	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28.229.667
Despesa de Capital	400.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	400.000
SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS	534.452.527	46.575.913	0	0	0	0	0	0	100.000.000	9.894.559	690.922.999
ENCARGOS ESPECIAIS	366.714.980	40.000	0	0	0	0	0	0	0	0	366.754.980
Despesa Corrente	366.714.980	0	0	0	0	0	0	0	0	0	366.714.980
Despesa de Capital	0	40.000	0	0	0	0	0	0	0	0	40.000
PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL	287.228	19.367.539	0	0	0	0	0	0	100.000.000	0	119.654.767
Despesa Corrente	287.228	17.522.368	0	0	0	0	0	0	2.000.000	0	19.809.596
Despesa de Capital	0	1.845.171	0	0	0	0	0	0	98.000.000	0	99.845.171
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	167.450.319	27.168.374	0	0	0	0	0	0	0	9.894.559	204.513.252
Despesa Corrente	167.450.319	26.257.944	0	0	0	0	0	0	0	8.996.989	202.705.252
Despesa de Capital	0	910.430	0	0	0	0	0	0	0	897.570	1.808.000
SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE	0	460.661.564	0	0	0	0	0	0	0	0	460.661.564
ENCARGOS ESPECIAIS	0	113.901.149	0	0	0	0	0	0	0	0	113.901.149
Despesa Corrente	0	113.621.149	0	0	0	0	0	0	0	0	113.621.149
Despesa de Capital	0	280.000	0	0	0	0	0	0	0	0	280.000
PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL	0	40.994.417	0	0	0	0	0	0	0	0	40.994.417
Despesa Corrente	0	36.130.769	0	0	0	0	0	0	0	0	36.130.769
Despesa de Capital	0	4.863.648	0	0	0	0	0	0	0	0	4.863.648

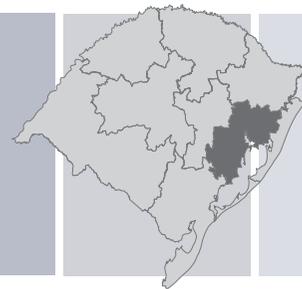
ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Int.	Operações de Crédito Ext.	Transferências Obrigatórias	Total
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0	305.765.998	0	0	0	0	0	0	0	0	305.765.998
Despesa Corrente	0	305.765.998	0	0	0	0	0	0	0	0	305.765.998
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	2.061.851.408	0	0	0	10.000.000	0	0	0	0	0	2.071.851.408
ENCARGOS ESPECIAIS	869.079.446	0	0	0	0	0	0	0	0	0	869.079.446
Despesa Corrente	869.079.446	0	0	0	0	0	0	0	0	0	869.079.446
FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA	73.850.690	0	0	0	10.000.000	0	0	0	0	0	83.850.690
Despesa Corrente	66.686.168	0	0	0	5.000.000	0	0	0	0	0	71.686.168
Despesa de Capital	7.164.522	0	0	0	5.000.000	0	0	0	0	0	12.164.522
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.118.921.272	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.118.921.272
Despesa Corrente	1.118.921.272	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.118.921.272
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	13.540.863.865	0	0	0	660.000	0	0	0	0	0	13.541.523.865
ENCARGOS ESPECIAIS	4.003.310.604	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.003.310.604
Despesa Corrente	4.003.310.604	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.003.310.604
MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2.863.022.525	0	0	0	660.000	0	0	0	0	0	2.863.682.525
Despesa Corrente	2.245.019.037	0	0	0	660.000	0	0	0	0	0	2.245.679.037
Despesa de Capital	618.003.488	0	0	0	0	0	0	0	0	0	618.003.488
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	6.674.530.736	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.674.530.736
Despesa Corrente	6.674.530.736	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.674.530.736
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	134.216.632	0	0	0	0	0	0	0	0	0	134.216.632
ENCARGOS ESPECIAIS	62.882.533	0	0	0	0	0	0	0	0	0	62.882.533
Despesa Corrente	62.882.533	0	0	0	0	0	0	0	0	0	62.882.533
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	71.334.099	0	0	0	0	0	0	0	0	0	71.334.099
Despesa Corrente	71.334.099	0	0	0	0	0	0	0	0	0	71.334.099
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	286.889.218	0	1.015.218	0	19.494.272	0	0	0	0	0	307.398.708
ENCARGOS ESPECIAIS	43.102.090	0	0	0	0	0	0	0	0	0	43.102.090
Despesa Corrente	43.102.090	0	0	0	0	0	0	0	0	0	43.102.090
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	231.155.128	0	1.015.218	0	0	0	0	0	0	0	232.170.346
Despesa Corrente	225.343.405	0	1.015.218	0	0	0	0	0	0	0	226.358.623
Despesa de Capital	5.811.723	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.811.723
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PRODUTIVO E DE SERVIÇOS E DA QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO	12.632.000	0	0	0	19.494.272	0	0	0	0	0	32.126.272
Despesa Corrente	8.672.000	0	0	0	8.773.600	0	0	0	0	0	17.445.600
Despesa de Capital	3.960.000	0	0	0	10.720.672	0	0	0	0	0	14.680.672



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

CADERNO DE REGIONALIZAÇÃO

Região Funcional



1

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à Gestão, Capacitação e Educação para Cooperativas	SDR	Qualificar a gestão para cooperativas, através do acompanhamento e monitoramento de ações por equipes multidisciplinares que atuam em vários setores da cooperativa: produção, comercialização, financeiro e contábil, social, entre outros. Realizar educação cooperativista (associados e direção) por meio de cursos e palestras.	Acompanhamento de ações realizado	unidade	28
			Curso/oficina realizado	unidade	8
			Diagnóstico elaborado	unidade	24
			Plano de aprimoramento implementado	unidade	24
Apoio ao Acesso ao Crédito e Saneamento de Cooperativas	SDR	Apoiar o acesso às linhas de crédito específicas para capital de giro, investimento e saneamento financeiro, para operações junto ao Sistema Bancário, bem como garantir, quando possível, operações por meio do Fundo de Aval para Cooperativas Agropecuárias (Lei Estadual nº 13.863/2011).	Cooperativa beneficiada	unidade	6
			Operação de crédito viabilizada pelo Fundo de Aval para cooperativas agropecuárias	unidade	3
Apoio e Fomento a Cooperativas	SDR	Fomentar a organização formal de novas cooperativas, oportunizando a geração de trabalho e renda com inclusão social, bem como apoiar projetos de estruturação de cooperativas dos ramos agropecuário, trabalho, consumo, crédito, mineração, saúde, transporte, especial/social, produção, habitação, ensino, infraestrutura e turismo e lazer.	Evento realizado	unidade	20
Fomento à Intercooperação	SDR	Fomentar a intercooperação através da aproximação das cooperativas e da formação de redes interorganizacionais, visando melhorar o atendimento aos associados e fortalecer o movimento cooperativo, e trabalhando de forma sistêmica. Realizar seminários, envolvendo gestores dos empreendimentos cooperativos, gestores públicos, lideranças do movimento sindical e cooperativo, técnicos das unidades de cooperativismo e escritórios da EMATER. Estabelecer grupos executivos de trabalho para estruturar empreendimentos cooperativos, de forma a atender as demandas da sociedade local e regional. Identificar e definir as vantagens logísticas em cada cenário de intercooperação.	Cooperativa beneficiada	unidade	10
			Evento realizado	unidade	5

PROGRAMA: CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETEL	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	1
Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos na Região Metropolitana de Porto Alegre	SETEL	Apoiar, fortalecer a criação de novos negócios e captar eventos nacionais e internacionais acima de 2.000 pessoas.	Evento Turístico captado	unidade	21

PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Econômico

Defesa Sanitária Animal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário. Melhorar as condições sanitárias dos rebanhos do RS e manter as condições sanitárias existentes com objetivo de aumentar produtividade, renda e valorização do produto através do acesso a mercados exigentes, realizando georreferenciamento de propriedades e identificação individual de animais. Atender demanda com educação sanitária animal, incremento das atividades de fiscalização de trânsito e em propriedades, monitoramento da condição sanitária dos animais e incremento das atividades de vigilância sanitária. Implantar novos módulos, visando ampliar a abrangência do Sistema de Defesa Agropecuário (SDA). Realizar inquéritos epidemiológico. Promover a indenização pelo abate sanitário e sacrifício de animais atingidos pela febre aftosa, tuberculose, brucelose e peste suína clássica e outras doenças infecto-contagiosas. Adquirir vacinas para imunização do rebanho do RS.	Propriedade georreferenciada	unidade	14.032
Defesa Sanitária Vegetal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário e evitar a introdução de novas pragas e atuar na erradicação e controle da disseminação das pragas, através das ações de fiscalização, vigilância epidemiológica, certificação sanitária e apoio laboratorial para a realização de diagnósticos e exames. Promover a qualidade e a idoneidade dos insumos e dos serviços agropecuários, através da fiscalização de estabelecimentos, prestadoras de serviços e propriedades rurais. Atender demanda com educação sanitária vegetal.	Estabelecimento de comércio de insumos agrícolas fiscalizado	unidade	180
			Exame de laboratório de análise de resíduos de agrotóxicos realizado	unidade	124
			Inspeção realizada	unidade	120
			Permissão de trânsito emitida	unidade	8.000
			Propriedade com certificação fiscalizada	unidade	40
			Propriedade rural fiscalizada no uso de agrotóxico	unidade	310
			Treinamento e capacitação de servidores realizada	unidade	4
			Unidade consolidadora fiscalizada	unidade	20
Inspeção de Produtos de Origem Animal	SEAPI	Criar grupo interinstitucional (SEAP, FAMURS, SDR, FETAG e EMATER) para a elaboração de estratégias, visando a conscientização e incentivo de gestores municipais e empresários quanto à adesão aos SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial, Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) e ao SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal). Identificar servidores e capacitação dos mesmos para atuação como auditores do SISBI-SUSAF, buscando agilizar o atendimento às solicitações de adesão. Realizar auditorias orientativas e de inclusão ao sistema SISBI-SUSAF nos serviços de inspeção municipal e estabelecimentos aptos documentalente. Capacitar servidores estaduais para padronização de procedimentos, buscando a equivalência ao SIF (Serviço de Inspeção Federal) e, por conseguinte, a adesão ao SISBI.	Auditor SISBI-SUSAF capacitado	unidade	8
Inspeção de Produtos de Origem Vegetal	SEAPI	Promover a qualidade dos produtos de origem vegetal, da matéria prima ao produto final, através de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal.	Análise laboratorial de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Coleta de produtos vegetais para análise de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Estabelecimento de comércio de vinhos e derivados da uva fiscalizado	unidade	60
			Estabelecimento produtor de vinhos e derivados da uva e do vinho fiscalizado	unidade	52

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Armazenagem da Produção Agrícola e Pecuária Gaúcha	CESA	Promover a política de armazenagem oficial do Estado do RS, prestando serviços especializados em armazenagem e beneficiamento de grãos, recebendo produtos de lavoura e preparando-os para a guarda por longos períodos, tanto para agricultores como para cooperativas e iniciativa privada. Armazenar os estoques oficiais e executar os programas sociais do Governo Federal, como Milho Balcão e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, ambos voltados para a agricultura familiar. Realizar a armazenagem de produtos perecíveis e deterioráveis como carnes, frutas, hortaliças e medicamentos. Os procedimentos tarifários e técnicos implicam o balizamento da política tarifárias e de procedimentos técnicos.	Média de produto a granel armazenado	t	95.400
Centro de Excelência	IRGA	Construir e implantar o Centro de Excelência, incluindo três prédios: administração, auditório e biblioteca. Realizar eventos técnicos, curso e treinamentos de capacitação para técnicos de nível médio e superior, produtores rurais, trabalhadores rurais, industrialistas, ambientalistas, nutricionistas, donas de casa e jovens com ligação ao setor agropecuário. Os eventos corresponderão aos Dias de Campo na Estação Experimental e congressos, reuniões de seminários técnicos.	Evento realizado Mobiliário e equipamento adquirido Obra concluída Pessoa capacitada Público capacitado em evento técnico Treinamento e curso realizado	unidade %	48 100 100 1.200 2.000 24
Orizicultura e Sustentabilidade	IRGA	Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em terras baixas e para planejamento e gestão da atividade rural; realizar prestação de serviços e executar a certificação dos campos de produção e sementes de arroz; implantar sistemas de suporte à política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas públicas; analisar solo e água; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de granizo; apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.	Dia de campo regional realizado Evento técnico para difusão de tecnologia promovido Lavoura demonstrativa para difusão da tecnologia realizada Roteiro técnico realizado Unidade demonstrativa implantada	unidade unidade unidade unidade unidade	12 20 21 37 15
Qualificação do Parque de Exposições Assis Brasil	SEAPI	Qualificar a infraestrutura do Parque Assis Brasil, a fim de proporcionar melhores condições para a realização de outras feiras e eventos, bem como para a captação de novas formas de usos.	Evento apoiado Feira (Expointer) realizada Visitante recebido na Expointer	unidade unidade unidade	4 4 2.000.000

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Informações, estudos e estatísticas do Turismo no RS	SETEL	Produzir, sistematizar e monitorar informações que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos gaúchos; realizar estudos de Índice de Competitividade Turística dos destinos gaúchos, consolidar dados estatísticos, visando subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo; contribuir com o incremento de turistas no Estado, divulgando a informação turística e contribuir para a tomada de decisão de investimentos, disponibilizando informações inclusive sobre fontes de financiamento e linhas de crédito.	Observatório do Turismo estruturado Seminário do Observatório realizado	unidade unidade	1 4
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETEL	Articular e apoiar as regiões turísticas na implementação e melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, incluindo a implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística, instalação e revitalização de Centros de Atenção Turística para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional, aquisição de equipamentos, revitalização de áreas turísticas, bem como acessos a atrativos turísticos.	Centro de Atenção ao Turista implementado	unidade	1

Caderno de Regionalização

Econômico

Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETEL	Articular e apoiar as regiões turísticas na implementação e melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, incluindo a implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística, instalação e revitalização de Centros de Atenção Turística para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional, aquisição de equipamentos, revitalização de áreas turísticas, bem como acessos a atrativos turísticos.	Centro de Atenção ao Turista temporário (Verão) implementado	unidade	12
			Sinalização Turística instalada	unidade	300
Programa de Regionalização do Turismo	SETEL	O Programa visa fortalecer as governanças, promover a articulação e integração regionais, estruturar e consolidar destinos e produtos turísticos competitivos nas regiões, com benefícios aos empreendedores, comunidades locais, gestores públicos municipais, bem como ampliar e diversificar a oferta turística por meio da estruturação e qualificação de produtos, segmentação e posicionamento de destinos e produtos no mercado turístico. Compete ao Programa de Regionalização articular projetos transversais com outros órgãos do Estado, principalmente Cultura, Educação e Meio Ambiente, visando a qualificação e promoção do Turismo cultural e ecológico e programas de educação turística nas escolas.	Conferência Estadual do Turismo realizada	unidade	2
			Gestor público capacitado	unidade	74
			Governança regional apoiada	unidade	2
			Projeto de revitalização/posicionamento de mercado de produtos turísticos ícones do RS nas regiões menos desenvolvidas implementado	unidade	1
			Salão Gaúcho do Turismo realizado	unidade	2
Qualificação profissional e empresarial do Turismo	SETEL	Qualificar profissionais e empresários ligados direta e indiretamente ao Turismo, incluindo a produção associada à atividade turística, nos seus diversos níveis, desde a gestão até a operação. Criar e implementar programa de qualificação ao quadro técnico do turismo visando a atualização profissional e à melhoria dos serviços prestados à sociedade, abrangendo todas as divisões técnicas, de forma continuada.	Gestor/empreendedor qualificado	unidade	25
			Profissional qualificado	unidade	50

PROGRAMA: DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO, MODERNIZAÇÃO DE SETORES TRADICIONAIS, INDUÇÃO DE NOVAS ECONOMIAS E ALAVANCAGEM DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Financiamentos de Investimentos à Ampliação da Infraestrutura Pública Municipal do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos públicos municipais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	80.637.111
Financiamentos de Investimentos para a Ampliação da Infraestrutura Econômica do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para os setores de transporte, energia, gás, saneamento, educação, saúde e telecomunicações.	Operação de financiamento aprovada	R\$	268.256.766
Financiamentos de Investimentos para a Modernização de Setores Tradicionais e a Indução de Novas Economias Empresariais no RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos empresariais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	536.823.031
Financiamentos de Investimentos para a Modernização e Ampliação da Produção e da Produtividade Agropecuária Gaúcha	BADESUL	Aprovar operações de crédito para projetos de produtores rurais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	300.830.947

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à Indústria Criativa do Estado do Rio Grande do Sul	SDECT	Apoiar projetos com foco na Ciência e Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, voltados a setores da Indústria Criativa.	Projeto apoiado	unidade	26
Apoio ao desenvolvimento de setores da Economia do Rio Grande do Sul	AGDI	Promover o desenvolvimento dos setores produtivos do Rio Grande do Sul, através da elaboração de estudos e projetos setoriais, da qualificação empresarial, bem como da continuidade às ações voltadas a implantação da film commission (setor audiovisual), que inclui o desenvolvimento de banco de dados e plataforma colaborativa.	Projeto Setorial implantado	unidade	1

Caderno de Regionalização

Econômico

Apoio ao empreendedorismo e inovação	AGDI	Potencializar a conexão de empreendedores e a geração de negócios e inovação aberta, por meio da realização de ações de aproximação de projetos e empresas com investidores, fortalecimento de redes, estímulo à realização de desafios para solução de problemas de inovação e realização de intercâmbio.	Núcleo de empreendedorismo criativo implantado / mantido	unidade	1
Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.	SDECT	Apoiar a estruturação de pólos, parques tecnológicos e incubadoras em articulação com universidades, setores produtivos e o poder público em todos os níveis.	Projeto de Incubadora Tecnológica apoiado	unidade	15
			Projeto de Parque Tecnológico apoiado	unidade	6
			Projeto de Polo Tecnológico apoiado	unidade	9
Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Extensão Produtiva e Inovação (NEPIs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio a projetos prioritários e ações coletivas para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação e à realização de estudo de viabilidade para simbiose industrial e da formação de agendas para execução de ações transversais. Implantar e/ou manter Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação para capacitar pequenas e médias empresas do setor industrial nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações, produção mais limpa e benchmarking. Inclui formação da equipe para gestão e monitoramento do Projeto.	Ação coletiva em APL realizada	unidade	89
			APL com Governança apoiada	unidade	2
			APL com Projeto Prioritário apoiado	unidade	2
			Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação implantado / mantido	unidade	1
Incubadora Tecnológica	CIENTEC	Manter e ampliar o apoio logístico às incubadoras da Fundação Cientec (Sede e Campus de Cachoeirinha) e às empresas nelas instaladas, melhorando a infraestrutura e as condições para obterem êxito na inserção no mercado de negócio.	ITCientec (Cachoeirinha) - Empresa incubada	unidade	3
			ITCientec (Porto Alegre) - Empresa incubada	unidade	10
Redes de Cooperação	SDECT	Desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas. O projeto foi iniciado no ano 2000, sendo concebido para empreendedores da indústria, comércio e serviços, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados . O Programa Redes de Cooperação foi formalizado através do Decreto nº 42.950 / 2004.	Nova empresa em rede associada	unidade	272
			Nova Rede implantada	unidade	68

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul	CEASA	Organizar o abastecimento de hortifrutigranjeiros do Estado do Rio Grande do Sul, auxiliando o crescimento dos produtores, atacadistas e varejistas, promovendo uma formação de preços saudável, através da oferta de um centro de oferta e procura, disponibilizando serviços como limpeza, segurança, manutenção, fiscalização de embalagens, classificação e sanidade de produtos, informação de mercado e retorno do ICMS aos municípios, visando a harmonia dos interesses dos clientes, empregados, acionistas e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.	Alimento comercializado no complexo CEASA/RS	t	580.000
			Alimento distribuído pelo programa assistencial da CEASA/RS	t	12.000
			Usuário beneficiado pelo complexo da CEASA/RS	unidade	20.000
Apoio à Agroindústria Familiar	SDR	Apoiar as agroindústrias familiares e o artesanato rural. Fomentar a legalização de agroindústrias familiares e de pequeno porte de processamento artesanal no âmbito sanitário, ambiental e fiscal, buscando agregar valor à produção, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional e ao incremento da geração de trabalho e de renda no campo, através do fornecimento de assistência e qualificação técnica, apoio na comercialização e linhas de crédito específicas aos beneficiários do programa. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual, executando a política estadual de agroindústria familiar de acordo com a Lei Estadual 13.921, de 17 de janeiro de 2013, o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) e Dec. 49.341, de 5 de julho de 2012.	Projeto Agroindustrial apoiado	unidade	41

Caderno de Regionalização

Econômico

Apoio ao Artesanato e ao Turismo Rural	SDR	Promover o turismo e o artesanato rural, apoiando a legalização dos empreendimentos que desenvolvam essas atividades e auxiliando na elaboração e no encaminhamento de projetos de crédito, na legalização ambiental e tributária, na formação técnica dos beneficiários, no apoio à produção (matéria prima e equipamentos), à comercialização, à promoção e na disponibilização de marcas próprias certificando a origem dos seus produtos.	Projeto de incentivo à produção apoiado	unidade	11
Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar	SDR	Apoiar a inserção dos agricultores nos mercados institucionais através do apoio à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de outras formas de compras institucionais, como a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS (Lei nº 13.922/2012).	Agricultor beneficiado pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	unidade	460
			Cooperativa fornecedora de alimentos para órgãos públicos por meio do PAA - Modalidade Compra Institucional	unidade	1
			Produto adquirido da agricultura familiar pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	t	4.070
Apoio e Desenvolvimento da Produção Leiteira e da Pecuária Familiar	SDR	Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e da pecuária de corte nas propriedades de base familiar. Proporcionar a melhoria da produtividade e qualidade do leite, melhoramento genético do rebanho, aumento na disponibilidade de forragem e estruturação das propriedades, através do acesso ao crédito para ações de custeio e investimento, assim como implementar unidades demonstrativas para o aperfeiçoamento e troca de conhecimentos. Estimular a produção pecuária de base ecológica, agregação de valor a subprodutos da pecuária, e apoiar as atividades de rastreabilidade do rebanho gaúcho.	Agricultor e pecuarista familiar beneficiado	unidade	1.256
			Projeto produtivo apoiado	unidade	144
Apoio e Desenvolvimento de Sistemas de Base Ecológica	SDR	Fomentar os sistemas agroecológicos e de produção orgânica e a comercialização, valorizando a agrosociobiodiversidade e estimulando a diversificação da produção agrícola, contemplando também as plantas medicinais, aromáticas e condimentares, priorizando mulheres e jovens rurais, por meio de financiamento e outras ações do Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica (Decreto 51.617/2014). Apoiar os sistemas de produção agropecuários que vizam a transição e/ou consolidação agroecológica de unidades produtivas, promovendo a geração de trabalho, renda e a inclusão social, estimulando a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Projeto produtivo apoiado	unidade	96
Desenvolvimento Agrário e Fortalecimento dos Assentamentos	SDR	Apoio e fortalecimento da infraestrutura básica, produtiva, econômica, social e ambiental dos assentamentos da Reforma Agrária e articulação de parceria com o INCRA para a aquisição de áreas para assentamentos de sem-terra. Operacionalizar as ações do FUNTERRA (art. 188 Constituição Estadual e Lei 7.916/84 e alterações).	Sistema de abastecimento d' água implantada	unidade	2
Desenvolvimento e Apoio Socioeconômico de Comunidades Quilombolas	SDR	Apoiar empreendimentos coletivos para a geração de renda e incentivar projetos produtivos em comunidades quilombolas.	Comunidade quilombola beneficiada	unidade	2
Desenvolvimento Integrado da Pesca Artesanal e Aquicultura	SDR	Apoiar a pesca artesanal e a aquicultura e promover a popularização do consumo de peixe no Rio Grande do Sul, através de iniciativas de apoio à comercialização e do incremento da produtividade e da produção sustentável de pescado.	Evento de divulgação das ações de pesca e aquicultura realizado	unidade	1
			Unidade de referência tecnológica implantada	unidade	5
			Viveiro para piscicultura construído	unidade	110

Caderno de Regionalização

Econômico

Fortalecimento Etnosustentável e Desenvolvimento Socioeconômico de Comunidades Indígenas	SDR	Apoiar a elaboração de planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas em áreas estaduais; elaborar e executar projetos produtivos das comunidades indígenas, visando garantir a segurança alimentar, o fortalecimento da produção e o apoio a agroindustrialização e comercialização do excedente; implementar ações de manejo e recuperação de solos degradados; incentivar a implantação e manutenção de pontos de venda de artesanato e participação em feiras.	Comunidade indígena atendida	unidade	27
			Plano de gestão territorial e ambiental elaborado	unidade	5
Modernização do Sistema de Gestão e Capacitação na CEASA/RS	CEASA	Modernizar a gestão, com a meta de aumentar a captação de receitas, controles mais eficientes dos processos e redução dos custos das operações que ocorrem na administração do complexo. Realizar diagnóstico mercadológico do setor de pesquisas de mercado e assinatura de um convênio com a Secretaria da Fazenda e Famurgs.	Diagnóstico/pesquisa realizada	%	20
Qualificação da Infraestrutura de Abastecimento no Estado do RS - CEASA/RS	CEASA	Qualificar as áreas do complexo da CEASA/RS, com recuperações urgentes na infraestrutura de mais de 45 anos de existência. Executar projetos para: recuperação asfáltica, hidráulica e desassoreamento do canal, aprovação do PPCI e suas derivações, novas instalações elétricas nos pavilhões, construção da cerca leste, cobertura do telhado do setor B-1, TAC -Ajuste ambiental para tratamento do esgoto, revitalização de poços artesianos e instalação de estruturas para reaproveitamento das águas das chuvas nas cabeceiras dos pavilhões, reestruturação do sistema de informática, redem internet e fibra ótica e implantação do sistema de sinalização de trânsito.	Infraestrutura qualificada	%	26
Regularização e Reorganização Fundiária	SDR	Trabalhar para a legalização das propriedades através da regularização fundiária de áreas ocupadas por agricultores familiares e públicos especiais que não possuem concessão de uso e transferência de título de propriedade (titulação) das áreas do Estado onde estão produzindo, assim como a indenização de famílias desalojadas de áreas indígenas e de barragem (reassentados).	Área devoluta concedida	ha	4.000
			Área geocadastrada, georeferenciada e certificada	unidade	8.000
			Título de propriedade transferido à assentados da Reforma Agrária em condições de emancipação	unidade	13

PROGRAMA: PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Otimização da Infraestrutura dos Centros de Pesquisa da FEPAGRO	FEPAGRO	Viabilizar a construção, reforma, adequação, manutenção de benfeitorias, bem como a aquisição de máquinas, implementos e equipamentos é considerada estratégica. A Fepagro conta com 20 Centros de Pesquisa distribuídos no Estado e, para atender sua missão institucional de desenvolver pesquisa agropecuária e gerar conhecimentos e tecnologias, as condições de infraestrutura necessitam de ajustes e atualizações.	Projeto de obra civil de construção e reforma realizada	unidade	3
			Rede de energia elétrica e/ou hidrossanitária implantada/recuperada	unidade	1
Projeto de Pesquisa Mais Água	FEPAGRO	Contribuir para o aumento da disponibilidade e melhoria da qualidade da água, através da avaliação de práticas adequadas de manejo de solo e de resíduos de suínos, do monitoramento das condições meteorológicas e processos hidrológicos, integrados a uma análise socioeconômica, em diferentes sistemas agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul.	Metodologia para o manejo de dejetos suínos desenvolvida	unidade	8

PROGRAMA: INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Democratização e Qualificação da Comunicação Governamental	SECOM	Realizar cobertura jornalística da agenda diária do governador e divulgar as informações referentes às principais ações do governo a jornais, portais de internet, emissoras de rádios e televisões, por meio de releases da agência de notícias online do Estado e ferramentas de disparo de emails. Prestar atendimento a jornalistas na busca de informações referentes à administração estadual. Realizar acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia e ampliar o acesso a informações a toda a sociedade.	Comunicação governamental regionalizada por meio da estrutura das regiões funcionais do RS	unidade	1

PROGRAMA: OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ARTES GRÁFICAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Modernização e Adequação da Infraestrutura da CORAG	CORAG	Qualificar a infraestrutura da CORAG, visando melhorar a prestação dos serviços e atender às demandas da sociedade.	Ambiente físico adequado às normas legais de acessibilidade	%	100
			Instalações reformadas	%	100
			Programa de Prevenção e Combate à Incêndios (PPCI) implementado	unidade	1
			Rede hidráulica reformada	%	100
			Setor de Impressão de Segurança adequado à NBR 15540 e demais normas aplicáveis ao tema	%	100
			Telhado do edifício reformado	%	100

PROGRAMA: PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Análises Socioeconômicas para o Planejamento	SEPLAN	Elaborar e publicar o Atlas Socioeconômico do RS, nos idiomas português e inglês, e Perfis Regionais com informações por COREDE e Região Funcional.	Perfil por COREDE publicado	unidade	5
			Perfil por Região Funcional publicado	unidade	1
Planejamento Governamental e Regional	SEPLAN	Elaborar, realizar o acompanhamento e avaliar o Plano Plurianual estadual e utilizar as informações provenientes desse processo para elaborar documentos, visando proporcionar transparência à atuação governamental. Elaborar agendas para o equilíbrio territorial, utilizando informações do PPA. Elaborar estudos de longo prazo para o Estado e estimular o planejamento de longo prazo nos órgãos estaduais.	Agenda para o equilíbrio territorial elaborada	unidade	5
			Caderno de Realizações elaborado	unidade	20
Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDES	SEPLAN	Promover e acompanhar o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDES.	Plano estratégico elaborado	unidade	5

PROGRAMA: POLÍTICA DE GESTÃO PARA OS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Promoção à Saúde dos Servidores	SMARH	Acompanhar as condições e a evolução física dos servidores, repassar conhecimentos sobre boas práticas de saúde e incentivo à prática de esportes através de palestras, dinâmicas e ações voltadas à saúde do servidor que estimulem a atividade de ginástica laboral e a utilização da academia do CAFF	Servidores atendidos pela academia do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF)	unidade	600

PROGRAMA: PRODUÇÃO, GESTÃO E ANÁLISE DE DADOS ESPACIAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE-RS)	SEPLAN	Promover o adequado ordenamento na geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados espaciais, através da implantação do Portal Estadual de Dados Geoespaciais - GEOPORTAL e da aquisição de nova base cartográfica digital contínua.	Base Cartográfica adquirida	%	100

Tudo Fácil - Rede de Serviços ao Cidadão	SEPLAN	Oferecer, através da rede Tudo Fácil, acesso dos cidadãos aos serviços públicos estaduais, remodelando e qualificando a rede.	Rede de atendimento remodelada	unidade	1
			Unidade de atendimento mantida	unidade	3

PROGRAMA: REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Execução de Convênios para Regulação de Serviços de Competência da União e dos Municípios	AGERGS	Executar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, convênio com a ANEEL para a fiscalização dos serviços delegados de energia elétrica de competência da União. Executar convênio com os municípios para a regulação do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	40

Fomento à Participação Social	AGERGS	Assegurar a plena transparência das ações e decisões da AGERGS, através de diversos mecanismos: publicação anual de relatório, que deve incluir a avaliação dos indicadores de qualidade, o resultado de pesquisa de opinião pública sobre a sua prestação e o demonstrativo de origem e aplicação de seus recursos, divulgados através de audiência pública, cujo teor e resultados serão também publicados e remetidos à Assembleia Legislativa; disponibilização de sistema de Ouvidoria Pública, bem como manutenção de cadastro de usuários voluntários, que podem opinar, sugerir e reclamar quanto à prestação dos serviços públicos delegados; realização de audiências e Consultas Públicas, bem como incentivo à formação de conselhos de consumidores, contribuindo também para a participação social no processo regulatório.	Audiência Pública realizada	unidade	8
			Usuário Voluntário cadastrado	unidade	572

Caderno de Regionalização

Governança e Gestão

Monitoramento da Modicidade Tarifária, Equilíbrio Econômico-Financeiro e Justa Remuneração Abrangendo as Áreas Reguladas pela AGERGS	AGERGS	Estabelecer estratégias que contemplem estudo, desenvolvimento e aprimoramento da estrutura de custos dos serviços públicos prestados, com maior capacitação dos técnicos na área de regulação para estabelecimento de padrões de referência, incentivo à excelência da gestão e investimentos dos concessionários, por meio de ferramentas regulatórias, desenvolvimento de padrões contábeis e rotinas de informação e redução da assimetria de informações entre delegatários, usuários e poder público, incluindo a implantação de banco de dados com informações econômico-financeiras, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: saneamento, transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação. Essa ação está embasada na Lei Estadual nº 10.931/97, que criou a AGERGS, definindo dentre seus objetivos o de assegurar a modicidade tarifária, contida no conceito de serviços públicos adequados, e o de zelar pelo equilíbrio econômico e financeiro dos serviços públicos.	Fiscalização Regulatória realizada	unidade	5
			Revisão e Reajuste Tarifário realizado	unidade	8
Monitoramento e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Públicos Delegados nas Áreas Reguladas pela AGERGS	AGERGS	De acordo com a Lei nº 10.931/97, toda concessão ou permissão de serviços públicos pressupõe a sua prestação, assegurando o pleno atendimento das necessidades dos usuários, de acordo com o conceito de serviço adequado, ou seja, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A regulação da qualidade dos serviços com a elaboração e acompanhamento de indicadores e realização de pesquisas de opinião pública constitui-se, portanto, num dos pilares da ação do Estado para o cumprimento do que determina a lei a fim de garantir a promoção do interesse público e a melhoria da qualidade de vida da população, de acordo com a Lei nº 11.075/98. A ação inclui a implantação de banco de dados com informações de padrões de qualidade dos setores sob regulação da AGERGS, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	40
			Pesquisa com Usuário Voluntário sobre saneamento, energia elétrica, TIP longo curso e metrop., trav. hidroviárias e estações rodoviárias realizada	unidade	4
Reforma da Sede Própria AGERGS	AGERGS	Reforma dos cinco andares onde está localizada a AGERGS, na Av. Borges de Medeiros, 659, 11º, 12º, 13º 14º e 15º andares	Prédio Próprio reformado	%	100

PROGRAMA: RENOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão Documental	SMARH	Efetivar a gestão documental no Poder Executivo Estadual, criando estratégias e procedimentos para garantir o adequado tratamento documental desde sua produção até a sua destinação final.	Acervo documental da Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos (SMARH) revitalizado	%	100
Implementação de Gestão e Virtualização de Processos no Poder Executivo Estadual	SMARH	Ampliar, conscientizar, estimular e executar políticas de virtualização dos procedimentos de trabalho, contribuindo para promoção de uma cultura organizacional no Executivo do RS focada em agilidade, resultados e qualidade de serviços, produtos e processos. Para isso, serão realizadas pesquisas, consultorias, implementação e acompanhamento da gestão eletrônica de processos e documentos.	Gestão de processos implementada no Departamento de Administração do Patrimônio do Estado (DEAPE)	%	100
Reestruturação Física do Complexo do CAFF e seus Anexos	SMARH	Tomar os ambientes de trabalho instalados no complexo do CAFF e anexos eficientes, seguros, sustentáveis e acessíveis, adotando modelos de gestão focados em resultados, redução de custos e acessibilidade.	Arquivo da Divisão de Pessoal e Desenvolvimento de RH da SMARH realocado	%	100

Caderno de Regionalização

Governança e Gestão

Reestruturação Física do Complexo do CAFF e seus Anexos	SMARH	Tornar os ambientes de trabalho instalados no complexo do CAFF e anexos eficientes, seguros, sustentáveis e acessíveis, adotando modelos de gestão focados em resultados, redução de custos e acessibilidade.	Complexo do CAFF e seus anexos remodelados e reestruturados	%	100
			Plano de Prevenção de Combate a Incêndio implementado	%	100
			Plano diretor do CAFF concluído e aprovado	unidade	1
			Soluções sustentáveis implantadas no Complexo do CAFF e seus anexos	%	100
Renovação Tecnológica da SMARH	SMARH	Modernizar os sistemas e equipamentos de Tecnologia da Informação e a rede lógica da Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos (SMARH), com vistas à otimização das atividades internas, ao atendimento dos servidores estaduais e às secretarias, através do desenvolvimento de sistemas, implantação de novos módulos e atualização do parque tecnológico.	CVS - Central de Veículos da SMARH desenvolvida e implementada	unidade	1
			Equipamento de tecnologia da informação adquirido	unidade	200
			Rede lógica modernizada	unidade	1
			Repositório digital para os documentos arquivísticos digitais do Estado implementado	unidade	1
			Sistema de Recursos Humanos (RHE) Modernizado	%	100

PROGRAMA: REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, CONCILIAÇÃO E CONSULTORIA AO ESTADO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Modernização Institucional	PGE	Promover a qualificação técnica dos integrantes de seus quadros funcionais, a melhoria operacional e a infraestrutura necessárias ao efetivo e regular desempenho das atividades de consultoria jurídica e de representação judicial da administração pública estadual, desempenhadas pela PGE, por meio dos seguintes órgãos de direção, execução e de apoio: Gabinete, Conselho Superior, Corregedoria-Geral, Procuradorias com funções especializadas (06), de coordenação e integração (01), de pesquisa e documentação (01), de execução regional (18), de execução junto aos Tribunais Superiores (01) e órgão central de apoio administrativo (01). Edificar nova sede para a PGE, que concentre em lugar único a atuação de seus órgãos e atenda as particularidades relacionadas à atuação judicial, viabilizando melhores condições de trabalho e de atendimento à Administração Pública e ao cidadão.	Capacitação de pessoal realizada	unidade	39,3
			Manutenção e qualificação da infraestrutura física realizada	%	15,47

PROGRAMA: SERVIÇOS TÉCNICOS E DE MODERNIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aquisição de Prédio Administrativo para o DETRAN/RS	DETRAN	Adquirir prédio administrativo, em Porto Alegre, para a instalação de todas as atividades do DETRAN/RS na capital.	Prédio adquirido	unidade	1

Caderno de Regionalização

Governança e Gestão

Modernização dos Serviços de Trânsito	DETRAN	<p>Implantar controle biométrico para acesso aos serviços de trânsito, com ênfase no controle das etapas dos processos de habilitação de condutores realizadas nos Centros de Formação de Condutores - CFCs e DETRAN; filmagem de aulas e exames práticos de direção veicular; VPD - Virtualização dos processos realizados nos Centros de Registros de Veículos - CRVAs e DETRAN/RS; implantar sistema de leilão eletrônico, para gerenciamento e aperfeiçoamento do sistema estadual de remoção e depósitos; criar Pátio Central de Reciclagem para sanar o problema de superlotação dos depósitos e qualificar o processo de reciclagem de veículos, com impactos qualitativos em questões ambientais e sociais; disponibilizar veículos adaptados, para ampliar o acesso aos serviços de habilitação aos candidatos deficientes físicos. Consolidar, através de sistema informatizado, as bases de dados municipais, estaduais e federal acerca dos registros de ocorrências de acidentes de trânsito; elaborar diagnóstico da acidentalidade, com mapeamento de pontos críticos com foco nas ações educativas, de fiscalização de trânsito e políticas públicas de segurança viária.</p>	Pátio central de reciclagem criado	unidade	1
---------------------------------------	--------	---	------------------------------------	---------	---

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio para o Acesso à Internet e à Telefonia no Meio Rural	SDR	Articular e realizar ações conjuntas entre as Cooperativas de Infraestrutura, os Municípios e as operadoras de telefonia para criação de condições e disponibilização de infraestrutura para acesso à Internet de qualidade no meio rural.	Articulação/ação realizada	unidade	5
Incentivo ao Uso e à Geração de Energia por Meio de Fontes Alternativas	SDR	Incentivar e apoiar a utilização e a implantação de fontes alternativas de energias pelos agricultores familiares e públicos especiais, bem como fomentar e articular incentivos para a aquisição de equipamentos e geração de energia por meio de fontes alternativas através de cooperativas de infraestrutura, visando o uso racional dos recursos naturais.	Evento/seminário realizado para associados das cooperativas com potencial de investimento	unidade	1
Melhoria da Qualidade da Energia Elétrica no Campo	SDR	Articular com entidades e municípios a realização de levantamento da necessidade de carga de energia elétrica nos empreendimentos rurais de associados de cooperativas. Requerer eventuais providências necessárias junto aos Comitê de Planejamento Energético do Estado (COPERGS) para a adequação da tensão de energia pelas distribuidoras. Quando o tipo de obra exigir participação financeira do consumidor, apoiar financeiramente, com a utilização de recursos do FEAPER, a execução do projeto.	Levantamento de necessidade de carga realizado	unidade	300
			Projeto de melhoria da infraestrutura energética implantado	unidade	40

PROGRAMA: CARVÃO MINERAL PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Produção de Carvão CE 4.700 na Mina do Leão	CRM	Fornecer carvão mineral com poder de calor de 4.700 Kcal/Kg para abastecimento do mercado do Estado de Santa Catarina e outros mercados regionais.	Carvão mineral energético nacional produzido	t	600.000

PROGRAMA: ENERGIA ELÉTRICA PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão da Transmissão	CEEE-GT	Aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT através da construção e da ampliação de linhas de transmissão e subestações de energia elétrica.	Capacidade de transmissão expandida	MVA	348
Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição	CEEE-D	Atender as Redes de Distribuição desenvolvendo atividades direcionadas à Expansão, destinada ao incremento de carga que é motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; à Renovação, destinada a substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil; à Melhoria, com a finalidade exclusiva de melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico e à Regularização de Vilas que consiste em regularização de unidades consumidoras, com foco na inclusão social.	Capacidade de rede de distribuição expandida	kVA	202.670
			Unidade consumidora regularizada	unidade	15.600
Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão	CEEE-D	Atender as instalações da Subtransmissão: Linhas e Subestações. As atividades estão direcionadas à: Expansão, destinada ao incremento de carga que é motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; a Renovação, destinada a substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil; a Melhoria, com a finalidade exclusiva de melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico.	Capacidade de subtransmissão expandida	MVA	525
			Linha de transmissão expandida	km	55

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: GÁS PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Melhorias Operacionais dos Sistemas de Distribuição de Gás Natural	SULGÁS	Expandir a rede de distribuição de gás natural e da carteira de clientes, especialmente no segmento de varejo, constituído por clientes residenciais e comerciais. Haverá a ampliação, também, do volume de gás natural distribuído a regiões com demandas potenciais significativas e da oferta de gás natural na forma comprimida (GNC) a regiões afastadas da rede de distribuição. Dentre os principais projetos, destacam-se: macrocélulas em Porto Alegre e Caxias do Sul; saturação das redes existentes (AÇO e PEAD); ramal UTE Rio Grande; interligação Polo Petroquímico Triunfo; interligação Canoas-Cachoeirinha; ramal Scharlau/Portão; ramal Alvorada; ramal Cavalhada; ramal Agronomia; Projetos Estruturantes (modal GNC) em Gramado/Canela e Santa Cruz do Sul. Esta ação contempla, ainda, a realização de projetos de infraestrutura que configuram melhorias no sistema de distribuição de gás natural e no atendimento aos clientes. Os projetos compreendem desde a aquisição de sistemas e/ou equipamentos operacionais até a construção de redes de infraestrutura de distribuição fundamentadas na ampliação da capacidade de fornecimento, na segurança operacional e na robustez da malha dutoviária de distribuição de gás, agregando valor ao produto e aos clientes.	Cliente atendido	unidade	90.982
			Rede de distribuição de gás natural expandida	km	426,2
			Volume de GN comercializado	m3/d	2.971.259
Desenvolvimento do Mercado de Biometano no Estado	SULGÁS	Incentivar a implantação de projetos de produção de Biometano em diferentes regiões funcionais. Produzir e fornecer o energético, à Sulgás, a partir de distintos substratos com vistas à injeção na rede de distribuição. As principais atividades e investimentos previstos para a consecução da ação são: Realização de Chamada Pública para seleção de propostas para fornecimento de Biometano; Ramal Carlos Barbosa; Projetos Estruturantes; Gerador (Paralelo) – Posto GNVVERDE Montenegro; Pontos de Injeção de Biometano – GNVverde; Projeto Pesquisa de Biometano e GNV em Motores – Convênio Univates; Projeto de Pesquisa “Mapa do Biometano e Biomassa no RS” – UNIVATES; Análises Físico-Químicas Biometano (GNVverde) – Convênio SULGÁS/SENAI/CTGÁS; aplicação do Biometano em veículos leves e pesados; aplicação de Biometano na indústria; aplicação de Biometano para geração de energia elétrica e cogeração.	Projeto contratado	unidade	2
			Volume de biometano adquirido	m3/d	27.000

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS, MICRORREGIÕES E AGLOMERAÇÕES URBANAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aperfeiçoamento do Processo de Gestão Territorial e Mobilidade Urbana	METROPLAN	Formular políticas e diretrizes que promovam a organização do território e o desenvolvimento sustentável, em articulação com a SEPLAN e os COREDES, através da elaboração de planos de desenvolvimento urbano integrado, assessoramento técnico aos municípios na elaboração e/ou revisão dos planos diretores e análise de parcelamento de solo. Apoiar e assessorar as prefeituras através de compatibilizações de ações entre governos. Realizar trabalhos técnicos e operações em diversos segmentos. Realizar a gestão de projetos e estudos técnicos especializados para elaboração do Plano Estratégico da Região Metropolitana de Porto Alegre visando definir as macrodiretrizes que nortearão o conjunto de ações estratégicas e prioritárias, voltadas para o desenvolvimento sustentável, econômico, social, ambiental e reordenamento territorial. Realizar estudos para aplicação das diretrizes gerais contidas no Estatuto da Metrópole para o planejamento, gestão, execução das funções públicas de interesse comum, em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas, instituídas pelo Estado, e normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado. Articular instrumentos de governança interfederativa e critérios para o apoio da União em ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, em articulação com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional e os COREDES envolvidos. Realizar a modelagem do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros (Aulinor, Ausul, RMSG e RMPA) e Consórcio de Gestores do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros.	Assessoramento técnico na elaboração de Planos Regionais ou outros instrumentos de planejamento efetuado	unidade	40

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Aperfeiçoamento do Processo de Gestão Territorial e Mobilidade Urbana	METROPLAN	<p>Formular políticas e diretrizes que promovam a organização do território e o desenvolvimento sustentável, em articulação com a SEPLAN e os COREDES, através da elaboração de planos de desenvolvimento urbano integrado, assessoramento técnico aos municípios na elaboração e/ou revisão dos planos diretores e análise de parcelamento de solo. Apoiar e assessorar as prefeituras através de compatibilizações de ações entre governos. Realizar trabalhos técnicos e operações em diversos segmentos. Realizar a gestão de projetos e estudos técnicos especializados para elaboração do Plano Estratégico da Região Metropolitana de Porto Alegre visando definir as macrodiretrizes que nortearão o conjunto de ações estratégicas e prioritárias, voltadas para o desenvolvimento sustentável, econômico, social, ambiental e reordenamento territorial. Realizar estudos para aplicação das diretrizes gerais contidas no Estatuto da Metrópole para o planejamento, gestão, execução das funções públicas de interesse comum, em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas, instituídas pelo Estado, e normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado. Articular instrumentos de governança interfederativa e critérios para o apoio da União em ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, em articulação com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional e os COREDES envolvidos. Realizar a modelagem do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros (Aulinor, Ausul, RMSG e RMPA) e Consórcio de Gestores do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros.</p>	<p>Consórcio de Gestores do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros implantado</p> <p>Estudos para aplicação do Estatuto da Metrópole elaborados</p> <p>Modelagem do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros implantada</p> <p>Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA elaborado</p> <p>Plano Estratégico da Região Metropolitana de Porto Alegre elaborado</p> <p>Projeto de parcelamento do solo analisado</p>	<p>%</p> <p>%</p> <p>%</p> <p>%</p> <p>%</p> <p>%</p> <p>%</p>	<p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>80</p>
Aperfeiçoamento e Implantação de Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	METROPLAN	<p>Criar a estrutura de atendimento da Região Metropolitana da Serra Gaúcha e Microrregião Celeira, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais. Implantar o Sistema e suporte institucional para o planejamento e gestão da RMSG e Microrregião Celeira. Aprimorar o sistema institucional para o planejamento e gestão das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Apoio às Prefeituras Municipais com vista ao Planejamento Regional, à elaboração de Planos Integrados e à compatibilização das ações das esferas municipais, estadual e federal, em articulação com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional e os COREDES. Planejamento e Execução da Governança através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Estrutura do Sistema de Planejamento Metropolitano.</p>	<p>Escritórios qualificados</p>	<p>%</p>	<p>25</p>
Aperfeiçoar os Serviços de Fiscalização e Sistema Informatizado, Controle do Sistema e Apoio ao Usuário do Transporte Metropolitano Coletivo	METROPLAN	<p>Aprimorar o sistema de gestão de informações do transporte metropolitano coletivo de passageiros, através da implementação de um banco de dados centralizado, atualização da base cartográfica, incremento da arrecadação das taxas e contribuição dos serviços delegados. Qualificação no atendimento ao usuário do transporte metropolitano coletivo de passageiros, incremento da fiscalização e controle da frota de veículos de transporte metropolitano de passageiros.</p>	<p>Atendimento ao usuário do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAAC aperfeiçoado</p> <p>Controle de sistema de gestão de transporte metropolitano coletivo de passageiros aperfeiçoado</p> <p>Sistema de gestão de recursos financeiros implantado</p>	<p>%</p> <p>%</p> <p>%</p>	<p>35</p> <p>40</p> <p>35</p>
Gestão de Projetos para Implementação do Plano Hidroviário da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA	METROPLAN	<p>Planejar e estruturar a rede de transporte público coletivo hidroviário, orientando os investimentos em infraestrutura, operação, manutenção e gestão do serviço na Região Metropolitana de Porto Alegre. Definir alternativas de rotas e atracadouros, análise de viabilidade técnico-econômica, avaliações ambientais e modelo de gestão do sistema. Realizar Termo de Referência, licitação e implantação da Rota do Jacuí. Realizar estudos sobre Rota Sinos, Rota Sul e Esteio e Rota Gravataí.</p>	<p>Plano Hidroviário Metropolitano do RS - Diretrizes para o transporte hidroviário de passageiros na RMPA implementado</p> <p>Rota do Jacuí implantada</p>	<p>%</p> <p>%</p>	<p>100</p> <p>100</p>

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Gestão de Projetos, Obras e Estudos de Alternativas e Concepções para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA	METROPLAN	Elaborar estudos para beneficiar a população atingida pelos efeitos das cheias no Arroio Feijó em Porto Alegre e Alvorada; no Rio Jacuí em Eldorado do Sul; na Bacia do Rio dos Sinos; e na Bacia do Rio Gravataí. Realizar a concepção do Dique de Proteção contra Cheias em Porto Alegre e Alvorada e do Dique de Proteção em Eldorado do Sul. Propor alternativas mais viáveis para os projetos de minimização do efeito das cheias na Bacia do Rio dos Sinos. Estudar a estiagem e propor as alternativas mais viáveis para os projetos de minimização do efeito das cheias (PAC 2 - Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais - Prevenção das Cheias, para Investimentos em Prevenção de Inundações no RS) na Bacia do Rio Gravataí.	Estudos de alternativas e projetos para minimização do efeito das cheias na Bacia do Rio dos Sinos elaborados	%	100
			Estudos de alternativas e projetos para minimização dos efeitos das cheias na Bacia do Rio Gravataí elaborados	%	100
			Estudos de concepção e anteprojetos de engenharia para proteção contra cheias do Rio Gravataí e afluentes em Alvorada e Porto Alegre elaborados	%	100
			Estudos e projeto conceitual de proteção contra cheias do Delta do Jacuí e Eldorado do Sul elaborados	%	100
Promoção do Desenvolvimento e Mobilidade Urbana das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas	METROPLAN	Desenvolver anteprojetos, projetos e obras de engenharia nas intervenções para requalificar e implantar sistema estruturante de transporte público na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), conforme diretrizes previstas no Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana (PITMUrb). PAC 2 - Programa de Aceleração do Crescimento - MOBILIDADE DAS GRANDES CIDADES: Implantar faixas exclusivas, corredores de ônibus e ciclovias metropolitanas, além de qualificar os passeios públicos com soluções de acessibilidade universal e do ambiente urbano nos municípios de Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada e Viamão. PAC 50 - Programa de Aceleração do Crescimento - PACTO DA MOBILIDADE: Realizar estudos, projetos e obras que promovam a ligação dos municípios, duplicar vias, implantar faixas exclusivas e/ou corredores de ônibus, além de qualificar os passeios públicos com soluções de acessibilidade universal e do ambiente urbano, com implantação de ciclovia na maioria dos trechos envolvendo os municípios de Porto Alegre, Alvorada, Gravataí, Cachoeirinha e Viamão (Perimetral Metropolitana), Estrada Caminho do Meio (Viamão), Av. Protásio Alves (Porto Alegre), Av. Castelo Branco/Legalidade (Porto Alegre), Av. Frederico Dohl (Alvorada) e Estrada do Conde (Eldorado e Guaíba). Realizar estudos de Rede Integrada baseada em conceitos de racionalização e troncalização das linhas metropolitanas de transporte público coletivo, envolvendo os municípios de Viamão, Alvorada, Gravataí, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Guaíba e Porto Alegre. Realizar a concepção de um Plano Urbanístico complementar às intervenções do PAC 2 e 50.	Corredor de transporte coletivo de passageiros - PAC 50 implantado	km	32,5
			Estudos de Rede Integrada baseada em conceitos de racionalização e troncalização das linhas metropolitanas de transporte público coletivo elaborados	%	100
			Estudos e projetos da Perimetral Metropolitana (Porto Alegre/ Viamão/Alvorada/Gravataí/Cachoeirinha) - PAC 50 elaborados	%	100
			Estudos e Projetos para Duplicação da Avenida da Legalidade (Castelo Branco) / - Porto Alegre - PAC 50 elaborados	%	100
			Faixa exclusiva para ônibus - PAC 2 implantada	km	26,57
			Faixa exclusiva para transporte coletivo/ciclovia - PAC 2 implantada	km	20,9
			Obra de integração dos corredores de ônibus (Porto Alegre - trecho Av. Assis Brasil e Trecho Av. Bento Gonçalves - PAC 2) executada	km	8
			Troncal de transporte coletivo público - PAC 2 implantado	km	4,5

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Promoção do Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	METROPLAN	Assessorar os municípios das Região Metropolitanas e aglomerações urbanas, para assuntos relacionados à gestão da destinação de resíduos sólidos. Produzir conhecimento necessário à implantação de um sistema de dados georreferenciados, cartográficos e socioeconômicos. Consolidar informações com vistas à elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento. Elaborar estudos e projetos no âmbito das Regiões Metropolitanas e aglomerações urbanas no Estado, bem como estudos voltados aos planos diretores através de convênios firmados. Apoiar os Municípios das Regiões Metropolitanas e das Aglomerações Urbanas com relação à Agenda de Sustentabilidade.	Agendas regionais e municipais de sustentabilidade apoiadas	%	50
			Pesquisa, estudos e projetos regionais para o planejamento realizados	%	50
			Sistema de informações implantado	%	50

PROGRAMA: PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Capacidade de Rodovia Pedagiada	EGR	Aumentar a capacidade das rodovias pedagiadas através de sua duplicação, implantação de terceira e quarta faixas de trânsito, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.	Rodovia com capacidade ampliada	km	21
Ampliação de Capacidade de Rodovias	DAER	Aumentar a capacidade dos eixos rodoviários, através da duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação de terceiras e quarta faixas de trânsito, em pontos críticos que possuem alto índice de acidentes, aclives que reduzem drasticamente a velocidade e estradas que necessitam de aumento da sua capacidade de atender a demanda de tráfego, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.	Rodovia com capacidade ampliada	km	14,16
Conservação e Manutenção de Rodovia Pedagiada	EGR	Conservar e manter as rodovias pedagiadas. Os serviços compreendem basicamente a conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada manual ou mecânica, terraplenagem, sinalização vertical e horizontal, obras de arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem, conservação da faixa de domínio, melhorias em trevos e travessias urbanas, serviços de meio ambiente, serviços de supervisão e fiscalização. Os serviços e os projetos necessários à realização das obras serão contratados pela EGR junto a firmas especializadas.	Rodovia conservada	km	259,36
Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária	DAER	Aumentar a extensão da rede rodoviária possibilitando integração das comunidades a toda a malha existente, beneficiando um número maior de usuários. Envolve todos os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, obras complementares, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, desapropriações, serviços de meio ambiente, fiscalização e supervisão.	Acesso municipal construído	km	80,31
Construção de Rodovias	DAER	Executar todos os serviços destinados a expandir o sistema rodoviário estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, serviços complementares, custos referentes ao meio ambiente, supervisão e fiscalização.	Rodovia construída	km	31,86

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Convênios Municipais	DAER	Executar obras viárias destinadas a estender ou qualificar a rede viária municipal, ou segmentos de rodovia estadual diretamente ligada aos municípios, possibilitando maior integração, mobilidade, escoamento de produção e maiores benefícios sociais. Envolve os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares. As obras e os serviços serão realizados mediante convênios firmados entre o DAER e os Municípios, sendo responsabilidade do DAER o repasse de uma parcela dos recursos necessários. As obras serão realizadas pelos municípios, com acompanhamento do DAER.	Obra viária realizada	km	0,9
Instalação do Fórum Hidroportuário	SPH	Promover discussões temáticas sobre o modal hidroviário e os portos interiores do RS. A SPH realizará seminários e Fóruns de discussão com a participação de estudiosos do setor, empresários e transportadores aquaviários da navegação interior.	Fórum instalado	unidade	4
			Seminário realizado	unidade	4
Manutenção e Desenvolvimento Operacional dos Portos Interiores	SPH	Garantir e fomentar a permanente disponibilidade operacional dos Portos de Porto Alegre, Pelotas, Cachoeira do Sul e Estrela, e suas respectivas infraestruturas (Caís, Berços, Armazéns, Pátios, Sistemas e Acessos) para recebimento de mercadorias e embarcações de longo curso, cabotagem e navegação interior que atendam as respectivas áreas de influência. As atividades serão focadas na infraestrutura portuária e são fundamentais à movimentação de cargas e o recebimento de embarcações. O desenvolvimento de estudos técnicos nas áreas de engenharia, economia e meio ambiente objetivam o fomento e a intensificação do uso econômico das infraestruturas existentes, incluindo arrendamentos e inclusive parcerias.	Estudo técnico realizado	unidade	5
			Obra de manutenção de infraestrutura de armazenagem realizada	%	68
			Obra de manutenção e melhoria da infraestrutura de acostagem realizada	%	75
			Reforma de instalação elétrica de média e baixa tensão realizada	%	85
			Sistema de pesagem mantido	unidade	1
			Sistema de segurança pública portuária internacional mantido	unidade	1
Manutenção da Navegabilidade da Malha Hidroviária	SPH	Garantir a manutenção da navegabilidade na malha hidroviária gaúcha. As dragagens de manutenção dos calados, destinadas à implantação das profundidades de projeto, serão realizadas com equipamentos e pessoal próprios em locais onde sua terceirização apresenta baixa atratividade comercial e, nos trechos hidroviários que articulam o complexo portuário da grande Porto Alegre e os portos de Pelotas e Rio Grande, com a contratação de empresa de dragagem mediante processo licitatório. A viabilização dos serviços de dragagens com equipamentos próprios se dará através da restauração de 3 (três) parques de dragagem compostos de dragas, rebocadores, batelões e os planos inclinados do estaleiro naval de Triunfo. A manutenção da sinalização náutica será executada através da substituição e reparos dos sinais instalados, e, para tanto é necessária a aquisição e restauração de bóias e equipamentos de fundo, bem como a aquisição de 2 (duas) embarcações apropriadas para a execução destas atividades. Com o intuito de subsidiar projetos de melhoria nas condições de navegação, redução de custos tanto na manutenção da malha hidroviária, quanto das operações logísticas do modal, serão diagnosticados o comportamento dos sedimentos subaquáticos e sua conformação atual. Da junção desses estudos e do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA contratado para melhoria no traçado entre os complexos portuários de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande pretende-se a viabilização da navegação de longo curso nos canais artificiais do Rio Grande do Sul ininterruptamente. Objetivando fomentar o transporte intermunicipal de carga e passageiros nas 41 travessias afetadas à SPH, garantindo o cumprimento de sua função econômica e social junto às comunidades por elas atendidas, serão diagnosticadas as condicionantes locais, sejam, topo-hidrográficas, técnica e segurança da navegação, acessibilidade e atracação ou análise da demanda e benefícios sociais. Pretende-se a partir desse diagnóstico combinado a aferição da capacidade local à municipalização da gestão das travessias, cabendo ao estado a normatização e fiscalização destas.	Dragagem de manutenção realizada	m3	964.000

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Manutenção da Navegabilidade da Malha Hidroviária	SPH	<p>Garantir a manutenção da navegabilidade na malha hidroviária gaúcha. As dragagens de manutenção dos calados, destinadas à implantação das profundidades de projeto, serão realizadas com equipamentos e pessoal próprios em locais onde sua terceirização apresenta baixa atratividade comercial e, nos trechos hidroviários que articulam o complexo portuário da grande Porto Alegre e os portos de Pelotas e Rio Grande, com a contratação de empresa de dragagem mediante processo licitatório. A viabilização dos serviços de dragagens com equipamentos próprios se dará através da restauração de 3 (três) parques de dragagem compostos de dragas, rebocadores, batelões e os planos inclinados do estaleiro naval de Triunfo. A manutenção da sinalização náutica será executada através da substituição e reparos dos sinais instalados, e, para tanto é necessária a aquisição e restauração de bóias e equipamentos de fundeio, bem como a aquisição de 2 (duas) embarcações apropriadas para a execução destas atividades.</p> <p>Com o intuito de subsidiar projetos de melhoria nas condições de navegação, redução de custos tanto na manutenção da malha hidroviária, quanto das operações logísticas do modal, serão diagnosticados o comportamento dos sedimentos subaquáticos e sua conformação atual. Da junção desses estudos e do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA contratado para melhoria no traçado entre os complexos portuários de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande pretende-se a viabilização da navegação de longo curso nos canais artificiais do Rio Grande do Sul ininterruptamente.</p> <p>Objetivando fomentar o transporte intermunicipal de carga e passageiros nas 41 travessias afetas à SPH, garantindo o cumprimento de sua função econômica e social junto às comunidades por elas atendidas, serão diagnosticadas as condicionantes locais, sejam, topo-hidrográficas, técnica e segurança da navegação, acessibilidade e atração ou análise da demanda e benefícios sociais. Pretende-se a partir desse diagnóstico combinado a aferição da capacidade local à municipalização da gestão das travessias, cabendo ao estado a normatização e fiscalização destas.</p>	EVTEA realizado	%	50
			Levantamento das condições geomorfológicas e sedimentológicas realizado	unidade	76
			Parque de dragagem recuperado e mantido	unidade	3
			Parque de sinalização náutica renovado	unidade	2
Manutenção de Praças de Pedágio	EGR	Manter a estrutura física das praças de pedágio, realizando todas as atividades necessárias envolvendo basicamente a área de eletroeletrônica, cancelas, segurança da praça e transporte de valores arrecadados.	Praça de pedágio mantida	unidade	5
Operação e Administração do Sistema de Arrecadação das Rododovias Pedagiadas	EGR	Operar o sistema de arrecadação das rodovias pedagiadas, realizando as atividades necessárias as quais envolvem o planejamento, o controle e fiscalização das praças de pedágio e do fluxo de veículos. Implantação do Centro de Controle de Arrecadação - CCA e do Centro de Controle Operacional - CCO.	Arrecadação realizada	R\$	296.455.336
			Fluxo de veículo controlado	unidade	98.638.793
			Praça de pedágio administrada	unidade	5
Planejamento, Desenvolvimento e Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado	DAER	Elaborar o plano diretor rodoviário a partir do gerenciamento e do planejamento da malha rodoviária estadual; Introduzir a malha rodoviária do estado nas novas tecnologias de geoprocessamento, bem como, dispor de um preciso e atualizado instrumento de gestão; Obter o diagnóstico da malha rodoviária executando o levantamento da rede pavimentada e não pavimentada, incluindo o cadastro, o tráfego, condições do pavimento, acidentalidade e obras de arte especiais. Inspeccionar, diagnosticar, classificar e promover planos de ações de segurança viária. Cadastrar e monitorar os pontos de instabilidade de encostas; Desenvolver e implantar metodologias e especificações dos serviços do DAER através de aperfeiçoamento e gestão; Implementar um sistema estadual de registro de estudos e projetos, com a participação dos municípios; Conhecer, agrupar e analisar os dados socioeconômicos relacionados com a população, renda, frota de veículos, agricultura, indústria e serviços, bem como, valores de insumos e serviços utilizados nas obras rodoviárias; Atualização e elaboração de novos estudos e projetos de engenharia e estudos para licenciamento ambiental, bem como, estudos e pesquisas de matérias para pavimentação de rodovias e de novas técnicas construtivas em trechos rodoviários experimentais. Promover a regularização ambiental da malha rodoviária estadual com a obtenção das licenças de operação. Adquirir bens e serviços para desenvolvimento e suporte das atividades técnicas de engenharia.	Projeto rodoviário e de obra de arte especial concluído	km	221

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Prestação de Serviços de Atendimento aos Usuários	EGR	Prestar serviços de socorro rodoviário com a remoção de veículos e resgate médico aos usuários. Os serviços de resgate médico serão terceirizados com a contratação de empresa especializada. A remoção de veículos será realizada por contratação de terceiros ou de forma direta pela EGR, com seus próprios recursos e com credenciamento para disponibilização de guinchos destinados à remoção de veículos com pane mecânica ou acidentados.	Ambulância disponibilizada	unidade	5
			Praça de pedágio com serviço de remoção de veículos atendida	unidade	5
Restauração de Pavimento	DAER	Restaurar rodovias pavimentadas, incluindo-se obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como, recuperação de obras de arte correntes, especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização.	Pavimento restaurado	km	34,68
Restauração de Rodovia Pedagiada	EGR	Restaurar as rodovias pedagiadas, realizando obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como restauração de obras de arte correntes especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização. A EGR mediante processo licitatório contratará a execução dos serviços.	Obra de arte restaurada	unidade	4
			Rodovia restaurada	km	278,62

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	CORSAN	Expandir as redes e ligações de água; substituir redes de água; otimizar e/ou melhorar os sistemas de abastecimento; ampliar os sistemas de abastecimento considerando o crescimento vegetativo; ampliar o número de economias atendidas.	Capacidade instalada de tratamento de água ampliada	m3	116.367.840
			Rede de água assentada/substituída	m	412.547
			Volume de reservação ampliado	m3	12.780
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	CORSAN	Expandir e/ou substituir as redes e ligações de esgoto; substituir redes de esgoto; ampliar os sistemas de esgotamento sanitário; implantar sistemas de esgotamento sanitário, ampliar o número de economias com sistemas de esgoto sanitário disponibilizado.	Capacidade instalada de tratamento de esgoto ampliada	m3	23.348.308
			Economias disponibilizadas com sistemas de esgotamento sanitário	unidade	232.768
			Redes de esgoto assentadas	m	1.595.350

PROGRAMA: SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Implementação / Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais	SEMA	Apoiar a construção de ferramentas que possibilitem o planejamento de uso dos recursos naturais, os quais orientam o licenciamento e monitoramento das atividades antrópicas. Incentivar, articular e planejar, em parceria com os municípios, políticas de defesa dos direitos animais.	Inventário Florestal realizado	%	50
			Plano de Manejo de Unidade de Conservação elaborado e/ou revisado	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E À INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas para as PcD e PcAH/Sd	FADERS	Articular políticas de diferentes esferas governamentais e em diferentes áreas e níveis de atuação, mediante a coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH no RS, a gestão da Política Pública Estadual, a promoção da interiorização de ações e da descentralização de recursos, o assessoramento a gestores e a atuação junto a Municípios, Órgãos, Entidades e Conselhos de Direitos e de Controle Social sobre políticas públicas no interesse das PcD e PcAH e suas entidades representativas.	Comitê Gestor instalado	unidade	12
			Conselho de Direitos e de Controle Social de Políticas assessorado	unidade	4
			Evento temático realizado	unidade	2
			Plenária do Fórum coordenada	unidade	4
Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Prestar atenção direta a pessoas com deficiência e a pessoas com altas habilidades / superdotação e sua comunidade, em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias, conhecimentos e espaços de atendimento, com vistas à elevação da qualidade de vida e à inclusão.	Pessoa com Deficiência ou Pessoa com Altas Habilidades atendida em serviço referência da FADERS	unidade	30.000
Produção de Conhecimento nas Áreas da Deficiência e das Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades / superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades / superdotação. Assessorar projetos e ações de órgãos públicos, instituições, entidades e empresas orientados à inclusão social das PcD e PcAH/Sd. Supervisionar estágios acadêmicos no campo e área de atuação da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Estágio obrigatório supervisionado	unidade	48
			Órgão / Projeto assessorado	unidade	8
			Pessoa capacitada para atenção às altas habilidades	unidade	40
			Pessoa capacitada para atenção às deficiências	unidade	600

PROGRAMA: ACESSO E PERMANÊNCIA COM QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Alimentação Escolar Qualificada para a Educação Básica	SEDUC	Estabelecer uma relação de parceria entre Estado e Municípios, por meio de repasse de recursos financeiros aos municípios para complementação e qualificação da alimentação escolar no âmbito estadual, transferindo gradativamente a alimentação municipalizada para a alimentação escolarizada, com vista à expansão e à melhoria da Educação Básica. Garantir apoio aos Municípios que assumiram o compromisso de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos alunos matriculados em todas as etapas e modalidades de ensino dos estabelecimentos estaduais de educação localizados na área de sua jurisdição. Garantir o atendimento aos alunos matriculados em escolas com a alimentação escolarizada na Educação Básica da rede pública estadual (creches, pré-escolas, ensino fundamental, médio, EJA, AEE), no Ensino Médio Politécnico, no Programa Mais Educação, em Escolas de Tempo Integral, bem como em escolas atendidas no Programa Nacional de Alimentação Escolar com cardápio regionalizado.	Aluno atendido com alimentação escolarizada	unidade	369.552
			Aluno atendido com alimentação municipalizada	unidade	17.573
			Município que atende alimentação municipalizada da rede estadual	unidade	10
Articulação de Ações Transversais com Órgãos Públicos e Instituições da Sociedade Civil que Garantam o Acesso e a Permanência	SEDUC	Desenvolver ações que integrem a Escola à rede de atenção à criança e ao adolescente, envolvendo órgãos públicos, sociedade civil organizada e comunidade escolar. Objetivando a melhoria e qualificação do ensino, estabelecer relação de parceria entre Estado e associações mantenedoras de estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos através de repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB. Estabelecer convênios com organismos nacionais e internacionais visando financiamento de ações para expansão da Educação Básica.	Parceria com entidades civis sem fins lucrativos realizada	unidade	25

Caderno de Regionalização

Social

Democratização e Eficiência da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	SEDUC	Manter as escolas de Educação Básica com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Atualizar e revisar os critérios de distribuição dos valores relativos ao suprimento mensal de recursos da Autonomia Financeira das Escolas da Rede Estadual de Ensino. Garantir a manutenção e qualificação dos sistemas informatizados de gestão nos aspectos administrativo, pedagógico e de recursos humanos, integrados entre escola, CREs e SEDUC. Realizar diagnóstico da demanda educacional e do atendimento escolar, bem como acompanhar o movimento e rendimento dos alunos para subsidiar a construção de políticas que assegurem a qualidade do acesso e a permanência da Educação Básica, através do censo escolar, central de matrículas e ISE - Informatização da Secretaria da Educação. Acompanhar sistematicamente a ficha de comunicação do aluno infrequente - FICAI on-line, junto aos órgãos parceiros, reforçando a necessidade de desenvolver estratégias interinstitucionais com enfoque para o trabalho em rede - Escola, Conselho Tutelar, Ministério Público e demais órgãos estaduais e municipais, concentrando esforços para manter o aluno na escola, permitindo ao Poder Público, através dos dados colhidos com a aplicação da ficha, a construção de políticas públicas em prol da garantia do direito à educação.	Central de matrículas implementada e informatizada	unidade	8
			Escola atendida com manutenção centralizada	unidade	691
			Escola atendida com programas de autonomia financeira e pedagógica	unidade	691
			Escola, CRE e SEDUC com gestão informatizada	unidade	697
Prevenção à Violência - CIPAVES - Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas Escolas	SEDUC	Implantar e implementar Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas escolas - CIPAVES, prioritariamente em escolas localizadas em municípios de maior vulnerabilidade social, por meio de formação e capacitação de professores e alunos em práticas restaurativas.	Escola com núcleo de gestão de conflito implantado	unidade	60
Transporte Escolar - Adesão ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar	SEDUC	Manter o maior número de municípios habilitados ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, através das adesões ao Transporte Escolar em 90% dos 481 municípios que atendem alunos do meio rural, de acordo com a legislação.	Município com termo de adesão firmado/assinado	unidade	60
Viabilização do Transporte Escolar	SEDUC	Realizar, com qualidade e vigilância, em parceria com os municípios, a oferta do transporte escolar aos alunos matriculados na Rede Pública Estadual, conforme legislação vigente.	Aluno da rede estadual transportado	unidade	13.092

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção de Penitenciárias	SSP	Concluir a construção de Penitenciárias no Estado, a fim de promover a desocupação parcial do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA).	Posto de trabalho prisional criado	unidade	160
			Vaga gerada	unidade	672

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO DO ACESSO COM QUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA FUNDAÇÃO LIBERATO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Modernização e qualificação dos recursos de apoio e dos equipamentos didáticos-pedagógicos	FETLSVC	Adquirir bibliografias, implantar e modernizar laboratórios, salas de apoio pedagógico para produção de recursos didáticos e viabilizar a modalidade Educação à Distância (EAD), bem como implantar salas de recursos multifuncionais para pessoas com deficiência, entre outras.	Acervo bibliográfico adquirido	unidade	2.500
			Laboratório implantado	unidade	2
			Laboratório modernizado	unidade	16
			Sala de recursos equipada	unidade	2
Qualificação da Gestão	FETLSVC	Revisar o Planejamento Estratégico (2016-2024), capacitar professores e gestores e realizar avaliação institucional, pesquisa de egressos e modernização administrativa da instituição.	Modernização administrativa realizada	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

Qualificação e ampliação da infraestrutura	FETLSVC	Construir um novo espaço físico conforme padrão de escola do Brasil Profissionalizado, modelo para 1.200 alunos, nas dependências da Fundação Liberato, a fim de sediar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva para a Educação Profissional (CRTA), que proporcionará a oferta de novos cursos integrados ao Ensino Médio com infraestrutura acessível, fomentando o ingresso de alunos com deficiência no ensino profissionalizante. Ampliar a estrutura atual a fim de ampliar as vagas nos cursos já existentes, bem como realizar reforma para atendimento às leis de acessibilidade, PPCI, nova subestação de energia elétrica, central de gases e construir a estação de tratamento de efluentes cloacais.	Central de gases para laboratório construída	unidade	1
			Construção existente reformada	unidade	1
			Estação de tratamento de efluentes cloacais construída	unidade	1
			Plano de Prevenção Contra Incêndio - PPCI executado	unidade	1
			Prédio padrão Brasil Profissionalizado construído	unidade	1
			Projeto de acessibilidade executado	unidade	1
			Sala de aula e laboratório construído	unidade	14
			Subestação de energia elétrica construída	unidade	1

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO DO ACESSO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ações de mobilização e articulação potencializando parcerias e convênios público privados para investimentos na Educação Profissional pública estadual	SEDUC	Estabelecer parcerias e convênios entre entes públicos e privados para a convergência de ações que contribuam para a melhoria da qualidade da educação profissional ofertada pelas escolas técnicas estaduais.	Instrumento jurídico/convênio firmado	unidade	4
Capacitação, atualização e qualificação de professores, servidores e gestores da Rede Estadual de Educação Profissional	SEDUC	Capacitar, atualizar e qualificar professores, servidores e gestores, nas áreas pedagógica, técnica e administrativa, buscando inclusive, parcerias com Instituições Públicas e Privadas. Oportunizar formação continuada e técnica, bem como garantir assessoria, pesquisa, troca de experiências, produção e/ou aquisição de material pedagógico necessário para subsidiar os debates e estudos aos profissionais que atuam na Educação Profissional, atendendo as diversidades regionais e potencialidades socioeconômicas das diferentes comunidades e regiões do RS. Capacitar docentes, técnicos e equipes diretivas para implementação/implantação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar.	Gestor capacitado	unidade	1.968
			Professor capacitado	unidade	880
			Servidor capacitado	unidade	384
Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional	SEDUC	Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas que ofertam Educação Profissional com recursos oriundos de convênios e parcerias. Construir, reformar, ampliar e qualificar a estrutura física das escolas de Educação Profissional, oportunizando um atendimento qualificado do Ensino Profissionalizante aos alunos, inclusive com ampliação de vagas, visando atender o desenvolvimento diferenciado das regiões do Estado. Adaptar escolas para o atendimento em Tempo Integral na Educação Profissional, buscando a melhoria do desempenho escolar.	Escola ampliada	unidade	9
			Escola em Tempo Integral na Educação Profissional reformada	unidade	3
			Nova escola técnica construída	unidade	2
Democratização e eficiência na gestão das Escolas de Educação Profissional e Superintendência de Educação Profissional - SUEPRO	SEDUC	Manter as escolas de Educação Profissional com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Disponibilizar recursos para a implementação da política de gestão da Educação Profissional, através da manutenção da Superintendência da Educação Profissional - SUEPRO da Secretaria de Estado da Educação.	Escola atendida com programa de autonomia financeira e pedagógica	unidade	46
			Escola e SUEPRO atendida com manutenção centralizada e apoio administrativo	unidade	47
Implantação de proposta pedagógica específica da Educação Profissional em tempo integral nas escolas técnicas agrícolas	SEDUC	Implementar proposta pedagógica diferenciada nas escolas técnicas, gradativamente, voltada a educação em tempo integral, iniciando-se pelas escolas com cursos técnicos agrícolas	Escola em tempo integral implantada/atendida	unidade	3

Caderno de Regionalização

Social

Modernização e inovação dos equipamentos/mobiliários básicos dos cursos de Educação Profissional das Escolas da Rede Estadual	SEDUC	Modernizar os cursos técnicos pela aquisição de equipamentos e mobiliários básicos para ampliação e qualificação, aplicável a inovação dos processos e produtos das escolas que ofertam Educação Profissional, Associações de Casa Familiares Rurais e Escola Família Agrícola, aplicando novos recursos oriundos de convênios.	Escola equipada/mobiliada	unidade	44
Promoção de ações voltadas à pesquisa científica e tecnológica, ao empreendedorismo e sustentabilidade nos cursos técnicos	SEDUC	Realizar mostras regionais de trabalhos das escolas da rede pública estadual e feira estadual das diferentes redes da Educação Profissional no RS com ações voltadas a pesquisa científica, tecnológica e de inovação. Promover a participação de alunos e professores da rede estadual de Educação Profissional em Feiras e Mostras Nacionais e Internacionais.	Feira anual realizada	unidade	4

PROGRAMA: ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção e reforma de Unidades	FASE	Implantar Centros de Atendimento Socioeducativo visando atender a regionalização do atendimento socioeducativo, conforme prevê o artigo 124 do ECA e a Resolução 01/94 do CEDICA/RS. Construir duas novas unidades na Regional de Porto Alegre para diminuir a superlotação e construir novos espaços visando adequar as estruturas físicas já existentes e o atendimento aos parâmetros previstos no SINASE. Reformar os centros de atendimento da FASE, visando a garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida de internação atendendo as diretrizes do SINASE, o Plano Decenal de Socioeducação e Decisões Judiciais. Reforma geral das instalações elétricas dos Centros de Atendimento.	Centro de Atendimento construído	unidade	1
			Centro de Atendimento reformado e/ou readequado	unidade	2

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio a projetos na área de Esporte e Lazer	FUNDERGS	Formalização de Convênios com transferências financeiras com recursos da Lei Pelé, visando o desenvolvimento e apoio do Desporto Educacional, Desporto de Participação e Inclusão Social e o Desporto de Rendimento.	Convênio publicado	unidade	360
Implantação e manutenção de centros de excelência do esporte e do lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Centros de Excelência, em parceria com as Universidades, Prefeituras, Federações e Associações mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização dos Programas de Esporte voltados ao alto rendimento, nas diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	20
Implantação e manutenção dos Polos Regionais do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte, de acordo com o art. 26 do Decreto nº 49507/2012 (Estatuto da FUNDERGS), em parceria com as Universidades mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização da execução da Política de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4
Reestruturação e ampliação do CETE	FUNDERGS	Construção e ampliação de espaços físicos voltados ao Esporte e ao Lazer, incluindo a ampliação do ginásio existente; construção de vestiários exclusivo para praticantes de atletismo, de um Ginásio Poli Esportivo, de salas para Federações Esportivas, da Casa do Esporte, de prédio administrativo e de um auditório.	Obra concluída.	unidade	3

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Oferta de Escolas em Tempo Integral	SEDUC	Ampliar o atendimento educacional de, no mínimo, sete horas nas escolas com disponibilidade de espaço físico, contemplando todas as regiões do Estado e com a participação das comunidades, de modo que venham a refletir os seus interesses, proporcionando condições para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, socioeducacionais, culturais e esportivas, objetivando a melhoria do desempenho escolar.	Aluno atendido em escola em tempo integral	unidade	48.400
			Escola com Tempo Integral implantado	unidade	60
Apoio à Formação Inicial dos Profissionais da Educação	SEDUC	Implementar o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR visando induzir e fomentar a oferta emergencial de vagas em cursos de educação superior, gratuitos e de qualidade, nas modalidades presencial e a distância, para professores em exercício na rede pública de educação básica, a fim de que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica e, onde possível, estimular que a UERGS ministre a formação para os profissionais de educação. Ao tocante da SEDUC/RS o PARFOR é de grande importância para a melhoria nos serviços educacionais do Estado do Rio Grande do Sul, sendo acompanhado em nível local através de assistência aos professores cursistas, universidades e ao andamento dos processos e desenvolvimento do programa. Promover a formação técnica em nível médio a servidores efetivos que atuam na Secretaria da Escola, Alimentação Escolar, infra-estrutura, multimeios didáticos e outros no sistema de Ensino da Educação Básica- Programa PROFUNCIÓNÁRIO.	Professor beneficiado com auxílio-estudo	unidade	508
Atendimento da Educação Básica, Oportunizando a Participação Social e Cidadã	SEDUC	Implantar/implementar e desencadear ações que incentivem a participação dos alunos e de toda a comunidade escolar em diversas atividades educacionais, esportivas, culturais e sociais proporcionadas pela escola, fortalecendo ações de cidadania, além de proporcionar certificação de formação.	Aluno participante do Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS	unidade	105.676
			Escola integrante do Programa Mais Educação	unidade	303
			Escola participante das atividades educativas e culturais	unidade	276
			Escola participante do Programa Escola Aberta para a Cidadania	unidade	11
			Jovem e adulto atendido pelo PBA - Programa Brasil Alfabetizado	unidade	966
			Participante da política de gestão da Escola, CRE e SEDUC qualificado	unidade	11.050
Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino e Comunidade Escolar	SEDUC	Proporcionar a formação continuada dos profissionais da Educação Básica em todos os níveis e modalidades de ensino, visando à qualificação profissional para melhor desempenho de suas funções e atendimento à diversidade cultural, étnica e de gênero para a convivência numa cultura de paz, por meio de encontros, seminários, conferências, que favoreçam a socialização de novas metodologias, troca de experiências, construção de novos conhecimentos, buscando-se um ambiente de estudo e pesquisa que resulte em práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem eficientes e exitosas. Atualizar e capacitar os profissionais, visando atender os diferentes níveis e modalidades da Educação Básica e da gestão educacional, proporcionando uma maior compreensão do contexto social, cultural, ambiental, bem como atualizar conhecimentos pedagógicos e de uso de novas tecnologias em educação. Formar grêmios estudantis, conselhos escolares, CPMs. Capacitar a gestão pedagógica e administrativa das escolas, CREs e SEDUC.	Participante da Tecnologia da Informação qualificado	unidade	40.190
			Participante das formações envolvendo temáticas educacionais qualificado	unidade	39.686
			Participante do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa qualificado	unidade	7.484
			Participante do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio qualificado	unidade	12.005

Caderno de Regionalização

Social

Modernização Tecnológica - Escolas/SEDUC e CRE	SEDUC	Adquirir/desenvolver software, instalação de rede elétrica e lógica e hardware (computadores, notebooks, lousas, salas multimídias, sistema de som, filmagens e vídeos) de acordo com as demandas da Educomunicação e Políticas de Gestão, com vista a fomentar o uso da tecnologia nos processos de Ensino e Aprendizagem em todos os níveis de Ensino e também qualificar a gestão educacional.	Equipamento de apoio tecnológico adquirido	unidade	53.278
			Escola, CRE e SEDUC com sistema e aplicativo instalado	unidade	697
Qualificação da Reestruturação Curricular, Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares	SEDUC	Implantar/qualificar os projetos político pedagógicos e regimentos escolares da Educação Básica, nas unidades da rede pública estadual, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Normal. Capacitar docentes técnicos e equipes diretivas para elaboração e implementação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar. Discutir e implantar a reestruturação curricular nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que nos anos iniciais já está concluída. Otimização das ações pedagógicas para o processo educacional, com a participação do aluno/professor diretamente no processo de aprendizagem, por meio de pesquisas, debates, interações com softwares pedagógicos, trabalhos em laboratórios/bibliotecas, dentre outros.	Escola com Projeto Político Pedagógico - PPP e regimento escolar qualificado	unidade	694
			Escola com reestruturação curricular dos anos finais do Ensino Fundamental implantada	unidade	622
Qualificação dos Espaços Pedagógicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para laboratórios de informática, de ciências, bibliotecas escolares, salas multifuncionais, de recursos, incluindo ampliação dos acervos bibliográficos, materiais específicos para atendimento a alunos com necessidades especiais, instrumentos musicais para implantação e manutenção de bandas escolares e demais atividades culturais.	Equipamento para educação especial adquirido	unidade	371
			Escola com biblioteca atualizada	unidade	348
			Escola equipada com materiais diversos	unidade	691
			Laboratório de ciências qualificado	unidade	348
Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul - SAERS	SEDUC	Realizar o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS, com avaliação em larga escala, universal e censitária (todas as escolas da rede estadual) e por adesão da rede municipal e particular, resgatando esta prática executada em anos anteriores.	Sala multifuncional/de recurso equipada	unidade	212
			Escola estadual com SAERS implantado	unidade	691

PROGRAMA: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Educação em Saúde	SES	Promover cursos presenciais ou a distância de pós-graduação, aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação popular em saúde, bem como ações de matriciamento, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências/estágios na realidade do SUS. As ações serão elaboradas, planejadas e executadas pela Secretaria da Saúde e, quando necessário, na intersetorialidade com outras Secretarias de Governo, bem como com os governos federal e municipais e instituições de ensino, sempre buscando dar conta das demandas locais regionais.	Núcleo de Educação em Vigilância em Saúde implantado e implementado	unidade	1
			Núcleo Regional de Saúde Coletiva (NURESC) qualificado	unidade	2
Realização de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	FEPPS	Estimular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para a qualificação das ações de saúde e incentivar a difusão de trabalhos técnicos e científicos, divulgando resultados das pesquisas desenvolvidas.	Parceria com instituições de ensino e pesquisa realizada/renovada	unidade	16
			Patente de produto da FEPPS requerida	unidade	2
			Trabalho científico divulgado e publicado	unidade	55

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à implementação da Agenda do Trabalho Decente	STDS	Apoio e assessoramento técnico para programas de qualificação urbana e rural, com oportunidades equânimes entre os jovens, mulheres, afrodescendentes, quilombolas, LGBTT e outros segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social, com a cooperação, pública e privada, acompanhada pela realização de seminários de sensibilização ao empresariado a fim de inserir o referido público no mundo do trabalho. Desenvolvimento de atividades de formação para revitalização da Comissão Estadual de Emprego, Trabalho e Renda. Apoio administrativo, técnico, financeiro e operacional para a Comissão Estadual de Emprego e Renda a fim de organizar e realizar a Conferência Estadual do Trabalho Decente.	Município apoiado	unidade	49
Desenvolvimento do artesanato como geração de trabalho e renda	FGTAS	Apoiar a organização do trabalho artesanal no RS, habilitar o artesão para o exercício da profissão, emitir a carteira profissional, registrar no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), apoiar a realização de Feiras municipais de artesanato, apoiar a participação e comercialização dos produtos em feiras estaduais, nacionais e internacionais. Revitalizar Casas do Artesão no Estado do RS e expandir a disponibilização de espaço Casa do Artesão em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Disponibilizar um canal pela internet para comercialização de produtos artesanais. Efetuar a qualificação profissional com incentivo ao domínio da arte e matéria-prima do artesanato, priorizando regiões em desenvolvimento e em condição de vulnerabilidade social.	Artesão registrado no PGA	unidade	19.748
			Artesão registrado no SICAB	unidade	5.094
			Casa do Artesão no Estado do RS em atividade	unidade	7
			Casa do Artesão revitalizada	unidade	1
			Feira e evento apoiado no RS	unidade	100
			Pessoa Qualificada	unidade	1.940
			Seminário realizado para orientação de desenvolvimento de negócios e geração de renda	unidade	6
Relações com o mercado de trabalho	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado dispensado sem justa causa buscando a sua recolocação no mercado de trabalho e também sua inserção em cursos de qualificação profissional. Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do "Informe PED". A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado - "Mais Emprego" do MTE - que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informações sobre o perfil de trabalhadores cadastrados. Ações voltadas para o público prioritário (colocados monitorados pelo seguro e o trabalhador com deficiência).	Atendimento realizado	unidade	1.937.381
			Trabalhador colocado no mercado de trabalho por meio das agências FGTAS/SINE	unidade	27.638
			Vaga Captada	unidade	234.227

PROGRAMA: GESTÃO DA SAÚDE E INFRAESTRUTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES	SES	Qualificar a infraestrutura da SES. Reformar, ampliar e/ou construir as diferentes estruturas da SES (Nível Central, Coordenadorias Regionais de Saúde, Escola de Saúde Pública, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos financeiros e ganhos ambientais. Garantir a infraestrutura para ações de combate à dengue no Estado.	Central de Equipamentos de Ultra Baixo Volume construída e implementada	unidade	1
			Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (CEADI) construída	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES	SES	Qualificar a infraestrutura da SES. Reformar, ampliar e/ou construir as diferentes estruturas da SES (Nível Central, Coordenadorias Regionais de Saúde, Escola de Saúde Pública, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos financeiros e ganhos ambientais. Garantir a infraestrutura para ações de combate à dengue no Estado.	Central Regional da Rede de Frio readequada de acordo com as normas do Programa Nacional de Imunizações (PNI)	unidade	1
			Complexo Regulador Estadual ampliado	unidade	1
			Prédio da Escola de Saúde Pública reformado e mantido	unidade	1
			Sede do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) construída e equipada	unidade	1
Fortalecimento da Ouvidoria do SUS	SES	Ampliar e descentralizar a Ouvidoria do SUS, visando ao fortalecimento da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. Fortalecer a Rede de Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos.	Ouvidoria do SUS municipal implantada	unidade	22
			Ouvidoria regional do SUS implementada	unidade	2
Fortalecimento das Instâncias de Participação Social e Pactuação no SUS	SES	Apoiar a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e as Comissões Intergestores Regionais (CIR) enquanto instâncias de pactuação entre os gestores, tendo em vista fortalecer e ampliar a construção coletiva e participativa da gestão do SUS. Apoiar as Conferências de Saúde reconhecendo seu papel na avaliação da situação de saúde e na proposição das diretrizes para a formulação da política de saúde. Apoiar o Conselho de Saúde na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.	Comissão da CIB em atividade	unidade	7
			Secretaria Técnica da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) em atividade	unidade	1
Gestão da Infraestrutura da FEPPS	FEPPS	Dotar a FEPPS de uma infraestrutura adequada à complexidade e diversidade de suas atividades, a partir de um Plano Diretor para o Campus Central e Unidades Externas, implementando sistemas de segurança patrimonial, de logística de abastecimento, manutenção da infraestrutura da Fundação, promovendo a integração de suas unidades. Garantir a qualidade da gestão; implementar a governança institucional técnica e administrativa, com a implantação de indicadores de monitoramento e avaliação.	Mecanismo de governança institucional implantado	unidade	4
			Nova área física incorporada	unidade	2
Implantação da Empresa LAFERGS	FEPPS	Efetivar a transição do LAFERGS de um Departamento da FEPPS para empresa pública, garantindo a infraestrutura e apoios necessários a regularidade dos processos jurídicos/administrativos, com vistas ao adequado aporte de medicamentos e outros produtos para a Assistência Farmacêutica do SUS/RS.	Enterprise Resource Planning (ERP) implantado	%	100
			Infraestrutura do laboratório mantida	unidade	2
			Processo jurídico e administrativo implantado	%	100
Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS	SES	Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. Fortalecer o planejamento, o monitoramento e avaliação através dos grupos de trabalho e núcleos de monitoramento constituídos nos níveis central e regional da SES.	Grupo de Trabalho de Planejamento, Monitoramento e Avaliação regional e estadual mantido	unidade	3
Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais	SES	Implantar a política de atuação do SUS para redução dos riscos à saúde da população e impactos na rede de atenção em decorrência de desastres ambientais.	Plano de contingência para desastres ambientais implantado e implementado	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Atendimento a comunidade: Centro Humanístico Vida (Vida) e Parque de Recreação do Trabalhador (PRT)	FGTAS	Atender preferencialmente pessoas dos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social, desenvolver atividades que promovam a dignidade da pessoa com vistas à convivência com famílias, idosos, adultos, adolescentes e crianças, estrangeiros, voltadas para a saúde, educação, cultura, meio ambiente, recreação, lazer, esporte e trabalho, na perspectiva de garantir o acesso aos direitos sociais básicos. Proporcionar a transversalidade entre secretarias e fomentar a oferta de serviços por meio de entidades do terceiro setor e de grupos de interesse da sociedade civil.	Fluxo de atendimento realizado no PRT	unidade	379.291
			Fluxo de atendimento realizado no VIDA	unidade	474.114
			Projeto de Revitalização nos espaços de Convivência realizado	unidade	4
			Projeto de Transversalidade entre secretarias e terceiro setor apoiado	unidade	20
Promoção da inclusão digital	FGTAS	Desenvolver a Inclusão Digital nas 11 Agências de Desenvolvimento Social – ADS (instituídas pelo Decreto Nº 47.364/2010). Contribuir para a melhoria do nível de vida da população por meio da alfabetização digital e formação e aperfeiçoamento profissional.	Curso realizado	unidade	24
			Pessoa beneficiada com acesso à Rede de Computadores	unidade	4.800
			Pessoa Qualificada	unidade	540

PROGRAMA: JUNTOS PELA CULTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cultura para a promoção da cidadania, valorização da diversidade e inclusão social, com atenção aos grupos vulneráveis	SEDAC	Promover o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul a partir das demandas vindas da sociedade, com incentivo à participação popular e ao controle social. Incentivar a organização dos Sistemas Municipais de Cultura em todos os municípios. Consolidar a Lei 14.310 como instrumento de gestão compartilhada, promovendo uma articulação entre o Estado, os municípios e o meio cultural. Elaborar estudos sobre a Cultura e produzir de estatísticas culturais para auxiliar a qualificação da gestão. Promover políticas de valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero, LGBTT e popular.	Encontro realizado	unidade	8
			Premio pelo desenvolvimento da cultura concedido	unidade	40
			Sistema Municipal de Cultura implementado	unidade	56
Democratização do acesso aos acervos e aos serviços culturais do Estado do RS	SEDAC	Ampliar a divulgação e o conhecimento dos bens culturais e históricos das diversas instituições culturais - museus, bibliotecas e casas de cultura - e realizar exposições no interior do Estado.	Apresentação artística realizada	unidade	24
			Exposição itinerante realizada	unidade	21
			Exposição sediada em instituições culturais	unidade	29
			Público atendido por serviços culturais	unidade	499.050
			Seminário, palestra, oficina realizada	unidade	48
Desenvolvimento das linguagens artísticas	SEDAC	Apoiar o fortalecimento da organização setorial e o desenvolvimento das diversas linguagens artísticas no RS, incluindo os intercâmbios culturais.	Encontro setorial realizado	unidade	4
			Evento artístico setorial realizado	unidade	12
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Bibliotecas	SEDAC	Modernizar as bibliotecas públicas do Estado e capacitar os atendentes de bibliotecas, com especial atenção às localizadas nos municípios alvo do Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais do Gabinete de Políticas Sociais. Atualizar o acervo e promover a Biblioteca Pública Estadual em seus 145 anos de criação.	Biblioteca Municipal assessorada	unidade	52
			Modernização de Biblioteca Pública realizada	unidade	4
			Título adquirido	unidade	4.500

Caderno de Regionalização

Social

Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus	SEDAC	Promover a estruturação dos museus, por meio da assessoria técnica para a difusão do conhecimento, e da realização de fóruns, oficinas, cursos e seminários, para a capacitação dos profissionais. Fomentar nos museus a realização de atividades para os grupos vulneráveis.	Museu municipal assessorado	unidade	160
			Profissional capacitado	unidade	480
Fomento à economia da cultura	SEDAC	Fortalecer o Sistema Pró Cultura por meio de editais do Fundo de Apoio à Cultura – FAC e da Lei de Incentivo à Cultura - LIC, contemplando novas categorias e estimulando a diversificação, a descentralização das atividades em todas as regiões do Estado e a circulação fora do RS.	Projeto cultural contratado/conveniêdo	unidade	48
Implementação do RS Criativo/ Criativa Birô	SEDAC	Disseminar a cultura empreendedora com foco na economia criativa, a partir da implementação de espaço de atendimento e capacitação dos gestores e produtores culturais do Estado.	Agente e produtor cultural capacitado	unidade	110
OSPA para todos	FOSPA	Realizar os concertos da programação artística da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre na capital e no interior do Estado. Dar seguimento às atividades da Escola da OSPA, incluindo apresentações para a comunidade.	Concerto realizado pela Orquestra Sinfônica	unidade	80
Promoção e difusão da preservação do patrimônio histórico	SEDAC	Promover a educação patrimonial, a difusão de ações institucionais e o inventário e zeladoria do patrimônio material e imaterial, sob a coordenação do IPHAE. Contratar projetos para bens tombados estaduais com condenação judicial.	Inventário do patrimônio histórico realizado	unidade	1
			Oficina e/ou curso realizado para a promoção e difusão da educação patrimonial	unidade	4

PROGRAMA: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Qualificação da rede física através de construção, reconstrução, ampliação e recuperação	SEDUC	Projetar uma nova linguagem arquitetônica, identificando as escolas públicas como espaços de educação integrada, adequando à legislação vigente. Garantir espaços alternativos de educação, através de estruturas temporárias habitáveis, nos casos emergenciais. Readequar a infraestrutura física existente de acordo com os conceitos de sustentabilidade ambiental. Ampliar, reconstruir e reformar escolas de acordo com o Plano de Necessidades de Obras - PNO. Construir e qualificar os espaços esportivos e áreas cobertas para qualificar áreas de lazer, lúdicas e culturais nas escolas. Construir, qualificar e revitalizar auditórios e salas de multiuso com sistemas tecnológicos modernos. Garantir sistema de segurança eficaz à comunidade escolar, bem como, ao patrimônio público. Adequar os espaços escolares à acessibilidade plena e ao Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI). Construções, reformas, ampliações das instalações das CREs e SEDUC	Prédio histórico recuperado	unidade	1
Qualificação dos espaços escolares, CREs e SEDUC com equipamentos e mobiliários básicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para reposição e substituição dos que se encontram obsoletos, antieconomicos ou inservíveis, nos espaços administrativos das Escolas, nas CREs e SEDUC. Adquirir mobiliário escolar para substituição e reposição nos mais diversos ambientes escolares (bibliotecas, salas de aula, laboratorios de informatica, de ciências, salas multifuncionais), com vistas a qualificar o atendimento educacional.	CRE e SEDUC equipada	unidade	6
			Escola com equipamento e mobiliário básico qualificado	unidade	691

PROGRAMA: POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Social

Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	STDS	Constitui-se em um modelo descentralizado e participativo com regulação e organização de serviços, programas, projetos e benefícios, nos diferentes níveis de proteção (básica e especial de média e alta complexidade) com foco prioritário nas famílias, seus membros e indivíduos, tendo o território como base de organização. O SUAS organizar-se-á através de lei estadual e de um plano específico baseado no sistema de vigilância socioassistencial a fim de afirmar a assistência social como política pública. Na gestão do SUAS são realizadas assessorias individualizadas e regionalizadas aos municípios para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, Cadastro Único (CADÚNICO) e Programa Bolsa Família - PBF. O CADÚNICO é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Estado, a fim de incluí-las nos programas sociais. Cabe à gestão estadual assessorar os municípios para a ampliação cadastral, para qualificação da busca ativa e da melhoria das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF).	Assessoramento e Apoio Técnico realizado	unidade	5.600
Implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	STDS	Assessoramento, monitoramento e avaliação do processo de reordenamento do PETI nos municípios sob a coordenação da Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil (CEPETI). Publicação e execução do Plano Estadual Decenal e Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.	Reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI acompanhado	unidade	12

PROGRAMA: POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SJDH	Apoiar a criação de organismos de políticas para as mulheres, como conselhos municipais, órgãos públicos de enfrentamento à violência contra as mulheres e garantia de direitos, como secretarias, coordenadorias, departamentos. Manter o Fórum Estadual e os Fóruns Regionais de Gestoras.	Conselho criado Órgão público apoiado	unidade unidade	2 2
Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho	SJDH	Realizar capacitações profissionais que promovam a autonomia das mulheres, levando em consideração suas vocações regionais e culturais, bem como as suas diversidades.	Mulher capacitada	unidade	880

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aparelhamento do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC)	SSP	Prover o CICC com os meios necessários à manutenção e à melhoria dos serviços de atendimento, de monitoramento e de despacho de guarnições para o atendimento a chamadas de emergência e outros serviços de segurança pública.	Bem permanente adquirido Equipamento de comunicação ou de TI adquirido Mobiliário adquirido	unidade unidade unidade	329 6 116
Construção do Centro Regional de Excelência em Perícias do Sul	SSP	Construir o Centro de Excelência em Perícias, que permitirá ao IGP desenvolver as suas atividades periciais em um complexo moderno, com a integração de todos os seus Departamentos num único prédio.	Prédio construído	%	100
Construção dos Prédios das Coordenadorias Regionais de Perícia	SSP	Construir prédios padronizados visando ao desenvolvimento do trabalho pericial em ambiente integrado e funcional em cada uma das nove Coordenadorias Regionais de Perícia.	Prédio construído	unidade	1
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Brigada Militar	SSP	Construir novas instalações policiais militares em locais em que inexistem prédios. Realizar a edificação de prédios padronizados com a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades.	Quartel construído - Grupo/Pelotão/Batalhão Quartel reformado - nível de Batalhão	m2 m2	210 2.080

Caderno de Regionalização

Social

Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Polícia Civil	SSP	Construir, ampliar e reformar as Delegacias de Polícia, visando à melhoria na prestação dos serviços de Polícia Judiciária.	Prédio reformado	unidade	22
Ensino - Colégio Tiradentes	SSP	Proporcionar ao educando uma formação integral voltada para o exercício da cidadania e para a inserção no mercado de trabalho.	Aluno matriculado no ensino infantil (Escola Tio Chico)	unidade	80
			Aluno matriculado no ensino médio (Colégio Tiradentes)	unidade	270
Modernização das Estruturas Físicas da Polícia Civil	SSP	Construir e aparelhar Delegacias de Polícia que compõem os projetos prioritários do Governo, conforme o Acordo de Resultados firmado com a SSP.	Delegacia de Polícia instalada	unidade	1
			Delegacia de Polícia reformada ou ampliada	unidade	1
Policial Militar com Saúde	SSP	Prover as unidades hospitalares da Brigada Militar de condições adequadas ao seu funcionamento, através do reaparelhamento e da reestruturação física, implementando e desenvolvendo ações que possibilitem a melhoria do atendimento à saúde dos policiais militares e seus familiares, bem como à saúde física e mental de seus servidores.	Equipamento hospitalar (grande porte) adquirido	unidade	3
			Melhoria física (reforma de unidades de saúde/hospitais) realizada	m2	558
			Veículo ambulância para remoção médica adquirido	unidade	2
Policamento Comunitário	SSP	Executar o Policiamento Comunitário de modo a fomentar a transversalidade das ações da Brigada Militar com a comunidade e demais setores da sociedade, de maneira a atuar preventivamente, coadunando com a redução de índices de criminalidade. Também, potencializar a atuação da Brigada Militar nos Estabelecimentos de ensino, visando o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar, tendo como estratégia alcançar a todos os níveis de frações dos comandos regionais subsidiados para a execução do policiamento escolar.	Base de Policiamento Comunitário implantada	unidade	21
Realização das Funções de Polícia Judiciária para a Prevenção e Repressão Qualificada ao Crime	SSP	Realizar as atividades atinentes às atribuições de polícia judiciária, estabelecidas na legislação vigente, em especial: realização da investigação criminal qualificada, e execução da estratégia de reestruturação e modernização dos processos de trabalho, tendente ao aperfeiçoamento de sistemas e gerenciamento da prestação dos serviços de Polícia Judiciária, com base em indicadores e na utilização do Sistema de Inteligência Policial.	Delegacia Especializada criada	unidade	5

PROGRAMA: PROGRAMA DE OPORTUNIDADE E DIREITOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aprimoramento do processo de ressocialização	SJDH	Qualificar o atendimento socioeducativo oferecido na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e diminuir a superlotação e os níveis de reincidência entre os adolescentes autores de ato infracional.	Centro de Profissionalização reformado	unidade	1
Fortalecimento institucional da SJDH	SJDH	Qualificar a gestão da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul - SJDH, principal executora do Programa de Oportunidade e Direitos, proporcionando à SJDH operar com base em um Modelo de Gestão para Resultados, cumprindo com metas programáticas e operativas, qualificando seus serviços, baseada num planejamento estratégico e segundo a definição de funções e metas para cada departamento e com a finalidade de executar de forma eficiente o Programa de Oportunidades e Direitos, em parceria com outras entidades governamentais e da sociedade civil.	Fórum Permanente criado	unidade	6

Caderno de Regionalização

Social

Prevenção situacional e qualificação da segurança pública	SJDH	Oferecer espaços de convivência comunitária mais seguros e com acessibilidade universal para pessoas com deficiência, dotados de policiamento comunitário oferecido de forma integrada entre o Município e o Estado, promovendo a reapropriação pela comunidade desses espaços e a criação de ambientes que promovam o prazer de estar e pertencer à comunidade, bem como que estimulem a prática de relações sociais virtuosas e pacíficas. Formação continuada de efetivos policiais que atuarão no policiamento comunitário das áreas abrangidas pelo programa. Implementação do policiamento comunitário, fortalecimento e integração do efetivo policial com a comunidade, com bases comunitárias ou delegacia cidadã.	Base de Segurança Cidadã instalada	unidade	6
Prevenção Social da Violência	SJDH	Empoderar jovens em situação de vulnerabilidade social, proporcionando-lhes desenvolver autonomia, independência, sentimento de pertencimento à comunidade de origem e consciência cidadã sobre seus direitos. Efetivar a inclusão social através do oferecimento de serviços públicos de educação continuada para o aumento da escolaridade, apoio financeiro para permanência na escola e redução da evasão escolar, de capacitação para a inclusão no mercado de trabalho e de geração de renda, de saúde, cultura, esporte e lazer e para a proteção contra violações a seus direitos. Criação e fortalecimento dos núcleos de gestão da rede de atenção à juventude nos territórios atendidos pelo Programa.	Centro da Juventude construído	unidade	6

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO HABITACIONAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aluguel Social	SOSH	Transferir recursos para famílias de 0 (zero) a 3 (três) salários mínimos, com o objetivo de custear a locação de imóvel por tempo determinado às famílias nas seguintes situações: a) residentes em áreas destinadas à execução de obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento estadual; b) que estejam em situação de risco, decorrente de calamidade pública ou de situação de emergência; c) residentes em áreas públicas, em especial em áreas de risco, em processo de regularização fundiária.	Família assistida com aluguel social	unidade	700
Fomento às Ações de Regularização Fundiária nos Municípios	SOSH	Fomentar a realização de ações de regularização fundiária pelos municípios, por meio da divulgação de informações e assessoramento técnico, tendo como alvo os COREDES que possuem situações de inadequação fundiária ou aglomerados subnormais diagnosticados pelo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS.	Ação realizada para o fomento à regularização fundiária nos municípios Apoio técnico realizado para execução de projetos, obras de infraestrutura e/ou habitação	unidade	4 8
Produção de Ações Habitacionais	SOSH	Oportunizar a produção de ações habitacionais (casas, lotes, melhorias), através de parcerias com municípios e entidades (agentes financeiros, cooperativas e associações habitacionais), bem como complementando programas habitacionais da União.	Lote urbanizado conveniado Melhoria habitacional conveniada Unidade habitacional conveniada	unidade unidade unidade	121 170 3.644

Caderno de Regionalização

Social

Regularização Fundiária e Reassentamento em Áreas de Propriedade do Estado	SOSH	Realizar a regularização fundiária nas áreas de propriedade do Estado ocupadas para fins de moradia. A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. As ações de regularização fundiária devem garantir a inserção da área na cidade formal, em todos os seus aspectos e significados, constituindo exercício de cidadania que extrapola a simples titulação cartorial, pois visa assegurar direito fundamental, protegido constitucionalmente. A ação ocorre em etapas e encontra variantes em razão das especificidades locais, espaciais, sociais e jurídicas. É interdependente da política urbana municipal e pressupõe a qualificação e dignificação do direito à moradia. No procedimento das etapas, pode existir a necessidade de reassentamento de famílias que adquiriram o direito à moradia em um local determinado e que, em face da existência de situações de risco e, ou, de preservação ambiental, ou, ainda, em razão de projeto urbanístico com alto grau de intervenção na área ocupada, precisam ser realocadas ou reassentadas. O reassentamento também se faz necessário quando a moradia constituída e consolidada localiza-se em margens de rodovias, arroios, sob-redes de alta tensão, encostas íngremes, banhados, ou mesmo em locais com previsão de abertura de ruas e acessos ou drenagens, conforme diretriz urbanística municipal. Sendo necessária a remoção das moradias dos locais referidos, deve ser realizada a transferência dessas famílias para uma área segura e com infraestrutura implantada, bem como regularizada quanto ao aspecto da titulação jurídica e ao respectivo registro do direito à moradia.	Família beneficiada com titulação de lote	unidade	2.249
			Levantamento topográfico cadastral e/ou diagnóstico executado	unidade	6.968
			Lote adquirido	unidade	2.300
			Lote com obra de infraestrutura executada	unidade	874
			Lote com projeto urbanístico de infraestrutura e/ou projeto arquitetônico executado	unidade	6.946
			Lote individualizado (More Legal)	unidade	6.042
			Unidade habitacional edificada	unidade	631
			Transferência da Propriedade de Imóveis da COHAB-RS aos Moradores	SOSH	Efetuar a transferência da propriedade dos imóveis remanescentes da COHAB-RS, para: mutuário com autorização para escritura, comprador com "contrato de gaveta" e morador sem documentação de compra e venda.

PROGRAMA: PROMOÇÃO DA PAZ E PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS NO RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas	SJDH	Implantar a rede de atenção e acolhimento através do fortalecimento e integração do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas. Realização de conferências, reuniões e palestras sobre a temática. Articulação com os Fóruns Permanentes de Comunidades Terapêuticas, Conselhos Municipais, Grupos de Autoajuda e Comunidade Científica. Estimular a reinserção social de ex-usuários em drogas.	Ação integrada de prevenção ao uso de drogas efetivada	unidade	48

PROGRAMA: PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas do Corpo de Bombeiros	SSP	Realizar obras de melhorias no que diz respeito à construção, ampliação de reformas das estruturas físicas dos quartéis de bombeiros militares.	Quartel construído	m2	700
			Quartel reformado	m2	700
Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil	SSP	Coordenar e executar atividades de prevenção e combate de incêndios, buscas e salvamentos e ações de defesa civil.	Ação de prevenção de incêndio realizada	unidade	526.160
			Incêndio combatido	unidade	17.970
			Remoção de fonte de perigo realizada	unidade	13.210
			Salvamento realizado	unidade	10.560

Caderno de Regionalização

Social

Reaparelhamento Técnico do Corpo de Bombeiros	SSP	Otimizar os serviços prestados pelos bombeiros militares em razão do reaparelhamento técnico da dotação de infraestrutura patrimonial relacionada com o exercício das suas funções, especialmente a partir da gestão estratégica das tecnologias de comunicação e informação, melhoria da logística, bem assim com os equipamentos destinados ao serviço de combate a incêndio e demais ocorrências.	Equipamento de proteção individual modernizado	unidade	540
			Equipamento para atividades operacionais renovado	unidade	132
			Frota modernizada (aquisição de veículos)	unidade	132
			Redes de Comunicação e Informática estruturadas, gerenciadas e aperfeiçoadas	unidade	600

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PRODUTIVO E DE SERVIÇOS E DA QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aprimoramento de programas e projetos de extensão para o desenvolvimento regional, difusão científica e cultural	UERGS	Fomentar e orientar a estruturação das atividades de extensão mediante elaboração e execução de programas e projetos, e a divulgação do conhecimento acadêmico e da cultura regional.	Bolsa de extensão concedida	unidade	88
			Evento promovido pela Uergs ou em parceria com outras instituições	unidade	80
			Programa de extensão implementado	unidade	4
			Projeto de extensão realizado	unidade	80
			Publicação de livro, artigo, produção técnica e obra artística realizada	unidade	24
			Bolsa acadêmica concedida	unidade	152
			Curso de pós-graduação lato-sensu implementado	unidade	5
Aprimoramento e qualificação da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, associadas às vocações regionais	UERGS	Fomentar e apoiar o desenvolvimento de pesquisa focadas nas áreas: Humanas, Vida e Meio Ambiente e Exatas e Engenharias, considerando a viabilidade de parcerias, os arranjos produtivos locais e demandas regionais, a transferência de tecnologia e o aumento do número de grupos de pesquisa, gerando condições para implantação de programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.	Curso de pós-graduação stricto-sensu implementado	unidade	2
			Participação (docente e/ou discente) em eventos de ensino, pesquisa e extensão, financiada pela UERGS	unidade	830
			Produção científica (artigos e livros) e Depósito de pedido de patentes realizado	unidade	569
			Projeto de Pesquisa e inovação tecnológica ativo vinculados aos grupos de pesquisa	unidade	359
			Bolsa acadêmica concedida	unidade	492
			Curso de graduação ofertado	unidade	14
			Vaga em curso de graduação ofertada	unidade	1.840
Formação inicial e continuada	UERGS	Ampliar e qualificar programas acadêmicos; Promover e ampliar a oferta e vagas de cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológico, presenciais e a distância; qualificar a formação de docentes, discentes e técnicos da comunidade universitária e regional, articulados com a realidade de cada campus regional.	Bolsa acadêmica concedida	unidade	492
Melhoria e ampliação da infraestrutura	UERGS	Projetar, implantar ou adequar as instalações físicas, patrimoniais e acervo bibliográfico da UERGS, adequadas aos projetos pedagógicos de curso e a legislação vigente do Ensino Superior.	Curso de graduação ofertado	unidade	14
			Vaga em curso de graduação ofertada	unidade	1.840
			Acervo Bibliográfico adquirido	unidade	14.248

Caderno de Regionalização

Social

Melhoria e ampliação da infraestrutura	UERGS	Projetar, implantar ou adequar as instalações físicas, patrimoniais e acervo bibliográfico da UERGS, adequadas aos projetos pedagógicos de curso e a legislação vigente do Ensino Superior.	Prédios das Unidades Universitárias e Reitoria construídos, incluindo laboratórios e bibliotecas	unidade	2
--	-------	---	--	---------	---

PROGRAMA: PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Municipalização do PROCON	SJDH	Ampliar o número de PROCON's municipais, repassando recursos para apoio aos Sistemas Municipais de Defesa do Consumidor, devidamente constituídos, através de convênios ou outros instrumentos capazes de fomentar e qualificar o atendimento ao consumidor.	Município com PROCON instalado	unidade	4

PROGRAMA: PROTEÇÃO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cooperação Técnica com os Municípios	FPERGS	Promover o assessoramento aos municípios do RS sobre o acolhimento institucional, de forma complementar ao DAS, através da realização de projeto de formação para os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento e na rede de proteção a criança e ao adolescente. Desenvolver um plano de ação conjunto com o Estado, municípios e demais instâncias implicadas no cuidado da população adulta com demandas de risco social e saúde agravadas que permanecem atendidas pela FPERGS.	Município cooperado em formação para o Acolhimento Institucional	unidade	31

Garantia de acesso dos acolhidos aos recursos para o seu pleno desenvolvimento	FPERGS	Fornecer aos acolhidos alimentação geral e especial e demais recursos necessários as suas atividades escolares, de lazer, de vestuário e higiene. Promover intervenção permanente com vistas ao desenvolvimento de autonomia e habilidades para condução de seus projetos de vida, especialmente, quanto a profissionalização e inserção no mundo do trabalho. Readequar a quantidade de acolhidos por abrigo residencial e redimensionar o aproveitamento do quadro de pessoal, considerando a estrutura física, especificidades dos acolhidos e critérios estabelecidos em legislação. Estimular o protagonismo dos adolescentes através do apoio a realização de seminário pelos adolescentes acolhidos. Promover a convivência familiar e comunitária através do incentivo à participação da comunidade no projeto de voluntariado e no programa de apadrinhamento afetivo. Promover ações de formação e qualidade de vida no trabalho para os profissionais que atuam na FPERGS, bem como realizar o acompanhamento funcional dos servidores. Atuar sobre as situações de conflito geradas na execução do atendimento aos acolhidos através da implantação e implementação de novas práticas de abordagem, com o projeto de mediação de conflito com referência ao aporte das práticas restaurativas no âmbito da FPERGS. Modernização e readequação da estrutura para melhorias na habitabilidade dos abrigos de forma a qualificar o atendimento prestado aos acolhidos através da aquisição/construção/ampliação/reforma/aluguel de bens móveis/imóveis, de sistema de gerenciamento/controlado de dados dos acolhidos. Fornecer alimentação básica e material pedagógico para o atendimento em contra-turno escolar realizado no centro social de Taquari.	Abrigo reformado	unidade	20
			Acolhido inserido em atividade comunitária contínua	unidade	160
			Adolescente inserido em programa de qualificação	unidade	120
			Atividade comunitária eventual realizada	unidade	225
			Criança/adolescente atendido em acolhimento institucional	unidade	500
			Criança/adolescente com padrinho/madrinha efetivado(a)	unidade	30
			Evento de formação/capacitação profissional realizado	unidade	102
			Prédio ampliado/construído	unidade	1
			Profissional atendido em acompanhamento funcional	unidade	800
			Profissional capacitado/qualificado	unidade	800
			Seminário Protagonismo Juvenil realizado	unidade	4
			Veículo adaptado/adquirido	unidade	2
			Voluntário ativo na FPERGS	unidade	25
			Inserção familiar e comunitária de crianças e adolescentes da FPERGS, em fase de desligamento	FPERGS	Apoiar e acompanhar os acolhidos em fase de desligamento, técnica e financeiramente, visando à reinserção familiar e social, possibilitando melhorias na moradia, alimentação básica, vestuário e utensílios domésticos.
Experiência familiar realizada	unidade	400			
Visita domiciliar realizada	unidade	1.000			

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO CONSOLIDANDO A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE

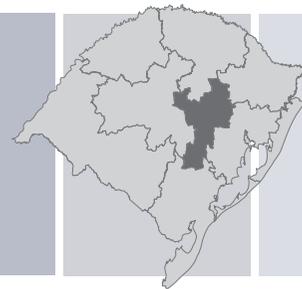
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Leitos Hospitalares	SES	Ampliar a oferta de leitos SUS em hospitais públicos e filantrópicos, através do repasse de recursos próprios e de convênios para obras de expansão em hospitais existentes ou construção de novos. Viabilizar o funcionamento do Hospital Regional de Santa Maria. Implementar e ampliar as ações de saúde prestadas pelo Hospital do município de Osório para a população própria e referenciada. Ampliar leitos de internação em hospitais prioritários. Apoiar a construção do Hospital de Gravataí e implantação do Hospital Regional de Palmeira das Missões.	Hospital Regional construído	unidade	1
			Leito de internação ampliado	unidade	1.105
Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica	SES	Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos.	Município beneficiado com recurso para Assistência Farmacêutica Básica	unidade	70
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências de Diagnósticos e Tratamento	SES	Implantar e implementar centros de especialidades odontológicas e habilitar os laboratórios regionais de prótese dentária.	Centro de Especialidade Odontológica mantido e implantado	unidade	9
			Laboratório Regional de Prótese Dentária mantido e implantado	unidade	7
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Serviços Próprios	SES	Garantir atendimento ambulatorial e hospitalar na rede própria (Hospital Psiquiátrico São Pedro, Hospital Sanatório Partenon, Hospital Colônia Itapuã, Ambulatório de Dermatologia Sanitária), através da assistência qualificada e resolutive, incluindo programas de reabilitação para pacientes internos e externos (oficina de criatividade, cooperativa de geração de renda, clube da amizade) e de atividades de matriciamento para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal de Porto Alegre localizadas na Gerência Partenon, Agronomia e Lomba do Pinheiro.	Centro Estadual de Referência em DST/Aids implantado	unidade	1
			Hospital próprio com matriciamento realizado	unidade	8
			Hospital/ambulatório equipado	unidade	4
			Hospital/ambulatório reformado	unidade	16
			Paciente asilar no Hospital Psiquiátrico São Pedro desinstitucionalizado	unidade	50
Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde	SES	Realizar ações conjuntas e padronizadas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. Identificar, conhecer, monitorar e prevenir os fatores de risco, promovendo a saúde, controlando e minimizando a ocorrência de doenças, epidemias e agravos como violência interpessoal (doméstica, sexual e outras) e autoprovocada. Municípios prioritários com ações de Vigilância Epidemiológica e controle da tuberculose, descentralizadas para a atenção básica, com ênfase no diagnóstico e tratamento.	Ação de vigilância sanitária de baixa complexidade descentralizada	unidade	1
			Hospital com nova técnica laboratorial para o diagnóstico das meningites bacterianas implantada	unidade	3
			Município com ação de vigilância epidemiológica e controle da tuberculose descentralizado para Atenção Básica	unidade	10
			Município com testagem rápida das hepatites virais B e C implantada em Unidade de Saúde da Atenção Básica	unidade	20
			Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar ampliado	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado	SES	Qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjuntos de ações de saúde, onde o estado desenvolverá ações que visem, ENTRE OUTRAS, a integridade da saúde do homem. Implantar e implementar as Linhas de Cuidado a partir da Atenção Básica, tendo em vista sua responsabilidade na coordenação do cuidado e ordenamento da rede, visando a garantia de acesso e qualificação da atenção à saúde. Busca-se identificar as portas de entrada da rede de serviços, classificando o critério de risco, acompanhando o usuário por todos os pontos de atenção e organizando as referências e contra-referências regionais. As Linhas de Cuidado devem ser subsidiadas por conhecimento científico atualizado, oportunizando espaço para ações inovadoras, com garantia e efetivação dos princípios da política de humanização do SUS. Além disso, busca-se promover a equidade e a integralidade da atenção à saúde para a população por meio de ações transversais e intersetoriais, intensificando as ações e o cuidado direcionados às populações em situação de vulnerabilidade. Implementar a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PIC), visando a integralidade das ações e a ampliação das possibilidades terapêuticas naturais e humanizadoras.	Equipe de Saúde Prisional mantida e habilitada	unidade	12
			Município beneficiado com recurso para o cuidado da pessoa vivendo com HIV/Aids na Atenção Básica	unidade	24
			Programa Articulador Jovem de Saúde mantido e implantado	unidade	1
			Programa de Combate ao Racismo Institucional na Atenção Básica mantido e implantado	unidade	13
			Serviço de Neuromodulação mantido e implantado	unidade	1
Prestação de Serviços e Disponibilização de Insumos Estratégicos para o SUS	FEPPS	Prestar serviços e disponibilizar insumos a Rede de Atenção à Saúde, necessários à qualificação das políticas e programas de saúde. Realizar, descentralizar e implementar metodologias e diagnósticos laboratoriais de importância estratégica e com oportunidade para as ações e atividades de Vigilância em Saúde.	Investigação genética realizada	unidade	16.230
			Programa de melhoria da qualidade realizado	unidade	4
Qualificação da Atenção Básica	SES	Ampliar e qualificar a Atenção Básica priorizando a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Primeira Infância Melhor (PIM), incluindo o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Atender crianças através do PIM, atingindo todos os municípios e proporcionando uma maior cobertura populacional. Aumentar o número de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, Equipes de Saúde da Família Indígena e Quilombola. Realizar ações conjuntas em Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, trabalhador) e de Promoção e Prevenção da Saúde.	Equipe de Saúde Bucal mantida e implantada	unidade	202
			Equipe de Saúde da Família mantida e implantada	unidade	538
			Família atendida pelo PIM	unidade	9.740
			Município beneficiado com recursos para qualificação da atenção básica	unidade	70
			Município com PIM implantado	unidade	28
			Núcleo de Apoio à Saúde da Família mantido e implantado	unidade	16
			Visitador do Primeira Infância Melhor habilitado	unidade	487

Região Funcional



2

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à Gestão, Capacitação e Educação para Cooperativas	SDR	Qualificar a gestão para cooperativas, através do acompanhamento e monitoramento de ações por equipes multidisciplinares que atuam em vários setores da cooperativa: produção, comercialização, financeiro e contábil, social, entre outros. Realizar educação cooperativista (associados e direção) por meio de cursos e palestras.	Acompanhamento de ações realizado	unidade	37
			Curso/oficina realizado	unidade	8
			Diagnóstico elaborado	unidade	24
			Plano de aprimoramento implementado	unidade	24
Apoio ao Acesso ao Crédito e Saneamento de Cooperativas	SDR	Apoiar o acesso às linhas de crédito específicas para capital de giro, investimento e saneamento financeiro, para operações junto ao Sistema Bancário, bem como garantir, quando possível, operações por meio do Fundo de Aval para Cooperativas Agropecuárias (Lei Estadual nº 13.863/2011).	Cooperativa beneficiada	unidade	3
Apoio e Fomento a Cooperativas	SDR	Fomentar a organização formal de novas cooperativas, oportunizando a geração de trabalho e renda com inclusão social, bem como apoiar projetos de estruturação de cooperativas dos ramos agropecuário, trabalho, consumo, crédito, mineração, saúde, transporte, especial/social, produção, habitação, ensino, infraestrutura e turismo e lazer.	Evento realizado	unidade	8
Fomento à Intercooperação	SDR	Fomentar a intercooperação através da aproximação das cooperativas e da formação de redes interorganizacionais, visando melhorar o atendimento aos associados e fortalecer o movimento cooperativo, e trabalhando de forma sistêmica. Realizar seminários, envolvendo gestores dos empreendimentos cooperativos, gestores públicos, lideranças do movimento sindical e cooperativo, técnicos das unidades de cooperativismo e escritórios da EMATER. Estabelecer grupos executivos de trabalho para estruturar empreendimentos cooperativos, de forma a atender as demandas da sociedade local e regional. Identificar e definir as vantagens logísticas em cada cenário de intercooperação.	Cooperativa beneficiada	unidade	10
			Evento realizado	unidade	4

PROGRAMA: CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETEL	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	1
Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos na Região Metropolitana de Porto Alegre	SETEL	Apoiar, fortalecer a criação de novos negócios e captar eventos nacionais e internacionais acima de 2.000 pessoas.	Evento Turístico captado	unidade	3

PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Econômico

Defesa Sanitária Animal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário. Melhorar as condições sanitárias dos rebanhos do RS e manter as condições sanitárias existentes com objetivo de aumentar produtividade, renda e valorização do produto através do acesso a mercados exigentes, realizando georreferenciamento de propriedades e identificação individual de animais. Atender demanda com educação sanitária animal, incremento das atividades de fiscalização de trânsito e em propriedades, monitoramento da condição sanitária dos animais e incremento das atividades de vigilância sanitária. Implantar novos módulos, visando ampliar a abrangência do Sistema de Defesa Agropecuário (SDA). Realizar inquéritos epidemiológico. Promover a indenização pelo abate sanitário e sacrifício de animais atingidos pela febre aftosa, tuberculose, brucelose e peste suína clássica e outras doenças infecto-contagiosas. Adquirir vacinas para imunização do rebanho do RS.	Propriedade georreferenciada	unidade	28.552
Defesa Sanitária Vegetal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário e evitar a introdução de novas pragas e atuar na erradicação e controle da disseminação das mesmas, através das ações de fiscalização, vigilância epidemiológica, certificação sanitária e apoio laboratorial para a realização de diagnósticos e exames. Promover a qualidade e a idoneidade dos insumos e dos serviços agropecuários, através da fiscalização de estabelecimentos, prestadoras de serviços e propriedades rurais. Atender demanda com educação sanitária vegetal.	Estabelecimento de comércio de insumos agrícolas fiscalizado	unidade	135
			Exame de laboratório de análise de resíduos de agrotóxicos realizado	unidade	164
			Propriedade com certificação fiscalizada	unidade	35
			Propriedade rural fiscalizada no uso de agrotóxico	unidade	410
			Treinamento e capacitação de servidores realizada	unidade	4
			Unidade consolidadora fiscalizada	unidade	5
Inspeção de Produtos de Origem Animal	SEAPI	Criar grupo interinstitucional (SEAP, FAMURS, SDR, FETAG e EMATER) para a elaboração de estratégias, visando a conscientização e incentivo de gestores municipais e empresários quanto à adesão aos SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial, Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) e ao SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal). Identificar servidores e capacitação dos mesmos para atuação como auditores do SISBI-SUSAF, buscando agilizar o atendimento às solicitações de adesão. Realizar auditorias orientativas e de inclusão ao sistema SISBI-SUSAF nos serviços de inspeção municipal e estabelecimentos aptos documentalente. Capacitar servidores estaduais para padronização de procedimentos, buscando a equivalência ao SIF (Serviço de Inspeção Federal) e, por conseguinte, a adesão ao SISBI.	Auditor SISBI-SUSAF capacitado	unidade	8
Inspeção de Produtos de Origem Vegetal	SEAPI	Promover a qualidade dos produtos de origem vegetal, da matéria prima ao produto final, através de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal.	Análise laboratorial de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Coleta de produtos vegetais para análise de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Estabelecimento de comércio de vinhos e derivados da uva fiscalizado	unidade	60
			Estabelecimento produtor de vinhos e derivados da uva e do vinho fiscalizado	unidade	40

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Armazenagem da Produção Agrícola e Pecuária Gaúcha	CESA	Promover a política de armazenagem oficial do Estado do RS, prestando serviços especializados em armazenagem e beneficiamento de grãos, recebendo produtos de lavoura e preparando-os para a guarda por longos períodos, tanto para agricultores como para cooperativas e iniciativa privada. Armazenar os estoques oficiais e executar os programas sociais do Governo Federal, como Milho Balcão e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, ambos voltados para a agricultura familiar. Realizar a armazenagem de produtos perecíveis e deterioráveis como carnes, frutas, hortaliças e medicamentos. Os procedimentos tarifários e técnicos implicam o balizamento da política tarifárias e de procedimentos técnicos.	Média de produto a granel armazenado	t	34.650
Orizicultura e Sustentabilidade	IRGA	Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em terras baixas e para planejamento e gestão da atividade rural; realizar prestação de serviços e executar a certificação dos campos de produção e sementes de arroz; implantar sistemas de suporte à política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas públicas; analisar solo e água; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de grânizo; apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.	Dia de campo regional realizado	unidade	7
			Evento técnico para difusão de tecnologia promovido	unidade	12
			Lavoura demonstrativa para difusão da tecnologia realizada	unidade	11
			Roteiro técnico realizado	unidade	21
			Unidade demonstrativa implantada	unidade	8

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETEL	Articular e apoiar as regiões turísticas na implementação e melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, incluindo a implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística, instalação e revitalização de Centros de Atenção Turística para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional, aquisição de equipamentos, revitalização de áreas turísticas, bem como acessos a atrativos turísticos.	Sinalização Turística instalada	unidade	300
Programa de Regionalização do Turismo	SETEL	O Programa visa fortalecer as governanças, promover a articulação e integração regionais, estruturar e consolidar destinos e produtos turísticos competitivos nas regiões, com benefícios aos empreendedores, comunidades locais, gestores públicos municipais, bem como ampliar e diversificar a oferta turística por meio da estruturação e qualificação de produtos, segmentação e posicionamento de destinos e produtos no mercado turístico. Compete ao Programa de Regionalização articular projetos transversais com outros órgãos do Estado, principalmente Cultura, Educação e Meio Ambiente, visando a qualificação e promoção do Turismo cultural e ecológico e programas de educação turística nas escolas.	Governança regional apoiada	unidade	3
			Projeto de revitalização/posicionamento de mercado de produtos turísticos ícones do RS nas regiões menos desenvolvidas implementado	unidade	1
			Projeto de segmentação turismo paleontológico implementado	unidade	1
Qualificação profissional e empresarial do Turismo	SETEL	Qualificar profissionais e empresários ligados direta e indiretamente ao Turismo, incluindo a produção associada à atividade turística, nos seus diversos níveis, desde a gestão até a operação. Criar e implementar programa de qualificação ao quadro técnico do turismo visando a atualização profissional e à melhoria dos serviços prestados à sociedade, abrangendo todas as divisões técnicas, de forma continuada.	Gestor/empreendedor qualificado	unidade	50
			Profissional qualificado	unidade	200

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO, MODERNIZAÇÃO DE SETORES TRADICIONAIS, INDUÇÃO DE NOVAS ECONOMIAS E ALAVANCAGEM DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Financiamentos de Investimentos à Ampliação da Infraestrutura Pública Municipal do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos públicos municipais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	48.905.727
Financiamentos de Investimentos para a Ampliação da Infraestrutura Econômica do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para os setores de transporte, energia, gás, saneamento, educação, saúde e telecomunicações.	Operação de financiamento aprovada	R\$	104.126.263
Financiamentos de Investimentos para a Modernização de Setores Tradicionais e a Indução de Novas Economias Empresariais no RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos empresariais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	208.372.663
Financiamentos de Investimentos para a Modernização e Ampliação da Produção e da Produtividade Agropecuária Gaúcha	BADESUL	Aprovar operações de crédito para projetos de produtores rurais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	148.947.613

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.	SDECT	Apoiar a estruturação de pólos, parques tecnológicos e incubadoras em articulação com universidades, setores produtivos e o poder público em todos os níveis.	Projeto de Incubadora Tecnológica apoiado	unidade	12
			Projeto de Parque Tecnológico apoiado	unidade	4
			Projeto de Polo Tecnológico apoiado	unidade	3
Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Extensão Produtiva e Inovação (NEPIs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio a projetos prioritários e ações coletivas para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação e à realização de estudo de viabilidade para simbiose industrial e da formação de agendas para execução de ações transversais. Implantar e/ou manter Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação para capacitar pequenas e médias empresas do setor industrial nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações, produção mais limpa e benchmarking. Inclui formação da equipe para gestão e monitoramento do Projeto.	Ação coletiva em APL realizada	unidade	44
			APL com Governança apoiada	unidade	1
			APL com Projeto Prioritário apoiado	unidade	1
Redes de Cooperação	SDECT	Desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas. O projeto foi iniciado no ano 2000, sendo concebido para empreendedores da indústria, comércio e serviços, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados . O Programa Redes de Cooperação foi formalizado através do Decreto nº 42.950 / 2004.	Nova empresa em rede associada	unidade	48
			Nova Rede implantada	unidade	12

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Econômico

Apoio à Agroindústria Familiar	SDR	Apoiar as agroindústrias familiares e o artesanato rural. Fomentar a legalização de agroindústrias familiares e de pequeno porte de processamento artesanal no âmbito sanitário, ambiental e fiscal, buscando agregar valor à produção, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional e ao incremento da geração de trabalho e de renda no campo, através do fornecimento de assistência e qualificação técnica, apoio na comercialização e linhas de crédito específicas aos beneficiários do programa. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual, executando a política estadual de agroindústria familiar de acordo com a Lei Estadual 13.921, de 17 de janeiro de 2013, o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) e Dec. 49.341, de 5 de julho de 2012.	Projeto Agroindustrial apoiado	unidade	71
Apoio ao Artesanato e ao Turismo Rural	SDR	Promover o turismo e o artesanato rural, apoiando a legalização dos empreendimentos que desenvolvam essas atividades e auxiliando na elaboração e no encaminhamento de projetos de crédito, na legalização ambiental e tributária, na formação técnica dos beneficiários, no apoio à produção (matéria prima e equipamentos), à comercialização, à promoção e na disponibilização de marcas próprias certificando a origem dos seus produtos.	Projeto de incentivo à produção apoiado	unidade	5
Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar	SDR	Apoiar a inserção dos agricultores nos mercados institucionais através do apoio à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de outras formas de compras institucionais, como a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS (Lei nº 13.922/2012).	Agricultor beneficiado pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea Produto adquirido da agricultura familiar pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	unidade t	280 1.370
Apoio e Desenvolvimento da Produção Leiteira e da Pecuária Familiar	SDR	Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e da pecuária de corte nas propriedades de base familiar. Proporcionar a melhoria da produtividade e qualidade do leite, melhoramento genético do rebanho, aumento na disponibilidade de forragem e estruturação das propriedades, através do acesso ao crédito para ações de custeio e investimento, assim como implementar unidades demonstrativas para o aperfeiçoamento e troca de conhecimentos. Estimular a produção pecuária de base ecológica, agregação de valor a subprodutos da pecuária, e apoiar as atividades de rastreabilidade do rebanho gaúcho.	Agricultor e pecuarista familiar beneficiado Projeto produtivo apoiado	unidade unidade	2.160 44
Apoio e Desenvolvimento de Sistemas de Base Ecológica	SDR	Fomentar os sistemas agroecológicos e de produção orgânica e a comercialização, valorizando a agrosociobiodiversidade e estimulando a diversificação da produção agrícola, contemplando também as plantas medicinais, aromáticas e condimentares, priorizando mulheres e jovens rurais, por meio de financiamento e outras ações do Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica (Decreto 51.617/2014). Apoiar os sistemas de produção agropecuários que vizam a transição e/ou consolidação agroecológica de unidades produtivas, promovendo a geração de trabalho, renda e a inclusão social, estimulando a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Projeto produtivo apoiado	unidade	68
Desenvolvimento e Apoio Socioeconômico de Comunidades Quilombolas	SDR	Apoiar empreendimentos coletivos para a geração de renda e incentivar projetos produtivos em comunidades quilombolas.	Comunidade quilombola beneficiada	unidade	2
Desenvolvimento Integrado da Pesca Artesanal e Aquicultura	SDR	Apoiar a pesca artesanal e a aquicultura e promover a popularização do consumo de peixe no Rio Grande do Sul, através de iniciativas de apoio à comercialização e do incremento da produtividade e da produção sustentável de pescado.	Evento de divulgação das ações de pesca e aquicultura realizado Unidade de referência tecnológica implantada Viveiro para piscicultura construído	unidade unidade unidade	1 5 110

Caderno de Regionalização

Econômico

Fortalecimento Etnosustentável e Desenvolvimento Socioeconômico de Comunidades Indígenas	SDR	Apoiar a elaboração de planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas em áreas estaduais; elaborar e executar projetos produtivos das comunidades indígenas, visando garantir a segurança alimentar, o fortalecimento da produção e o apoio a agroindustrialização e comercialização do excedente; implementar ações de manejo e recuperação de solos degradados; incentivar a implantação e manutenção de pontos de venda de artesanato e participação em feiras.	Comunidade indígena atendida	unidade	4
--	-----	---	------------------------------	---------	---

PROGRAMA: INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Democratização e Qualificação da Comunicação Governamental	SECOM	Realizar cobertura jornalística da agenda diária do governador e divulgar as informações referentes às principais ações do governo a jornais, portais de internet, emissoras de rádios e televisões, por meio de releases da agência de notícias online do Estado e ferramentas de disparo de emails. Prestar atendimento a jornalistas na busca de informações referentes à administração estadual. Realizar acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia e ampliar o acesso a informações a toda a sociedade.	Comunicação governamental regionalizada por meio da estrutura das regiões funcionais do RS	unidade	1

PROGRAMA: PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Análises Socioeconômicas para o Planejamento	SEPLAN	Elaborar e publicar o Atlas Socioeconômico do RS, nos idiomas português e inglês, e Perfis Regionais com informações por COREDE e Região Funcional.	Perfil por COREDE publicado Perfil por Região Funcional publicado	unidade unidade	2 1
Planejamento Governamental e Regional	SEPLAN	Elaborar, realizar o acompanhamento e avaliar o Plano Plurianual estadual e utilizar as informações provenientes desse processo para elaborar documentos, visando proporcionar transparência à atuação governamental. Elaborar agendas para o equilíbrio territorial, utilizando informações do PPA. Elaborar estudos de longo prazo para o Estado e estimular o planejamento de longo prazo nos órgãos estaduais.	Agenda para o equilíbrio territorial elaborada Caderno de Realizações elaborado	unidade unidade	2 8
Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDES	SEPLAN	Promover e acompanhar o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDES.	Plano estratégico elaborado	unidade	2

PROGRAMA: REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Execução de Convênios para Regulação de Serviços de Competência da União e dos Municípios	AGERGS	Executar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, convênio com a ANEEL para a fiscalização dos serviços delegados de energia elétrica de competência da União. Executar convênio com os municípios para a regulação do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	40
Fomento à Participação Social	AGERGS	Assegurar a plena transparência das ações e decisões da AGERGS, através de diversos mecanismos: publicação anual de relatório, que deve incluir a avaliação dos indicadores de qualidade, o resultado de pesquisa de opinião pública sobre a sua prestação e o demonstrativo de origem e aplicação de seus recursos, divulgados através de audiência pública, cujo teor e resultados serão também publicados e remetidos à Assembléia Legislativa; disponibilização de sistema de Ouvidoria Pública, bem como manutenção de cadastro de usuários voluntários, que podem opinar, sugerir e reclamar quanto à prestação dos serviços públicos delegados; realização de audiências e Consultas Públicas, bem como incentivo à formação de conselhos de consumidores, contribuindo também para a participação social no processo regulatório.	Audiência Pública realizada Usuário Voluntário cadastrado	unidade unidade	4 572

Caderno de Regionalização

Governança e Gestão

Monitoramento da Modicidade Tarifária, Equilíbrio Econômico-Financeiro e Justa Remuneração Abrangendo as Áreas Reguladas pela AGERGS	AGERGS	Estabelecer estratégias que contemplem estudo, desenvolvimento e aprimoramento da estrutura de custos dos serviços públicos prestados, com maior capacitação dos técnicos na área de regulação para estabelecimento de padrões de referência, incentivo à excelência da gestão e investimentos dos concessionários, por meio de ferramentas regulatórias, desenvolvimento de padrões contábeis e rotinas de informação e redução da assimetria de informações entre delegatários, usuários e poder público, incluindo a implantação de banco de dados com informações econômico-financeiras, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: saneamento, transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação. Essa ação está embasada na Lei Estadual nº 10.931/97, que criou a AGERGS, definindo dentre seus objetivos o de assegurar a modicidade tarifária, contida no conceito de serviços públicos adequados, e o de zelar pelo equilíbrio econômico e financeiro dos serviços públicos.	Fiscalização Regulatória realizada	unidade	4
			Revisão e Reajuste Tarifário realizado	unidade	8
Monitoramento e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Públicos Delegados nas Áreas Reguladas pela AGERGS	AGERGS	De acordo com a Lei nº 10.931/97, toda concessão ou permissão de serviços públicos pressupõe a sua prestação, assegurando o pleno atendimento das necessidades dos usuários, de acordo com o conceito de serviço adequado, ou seja, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A regulação da qualidade dos serviços com a elaboração e acompanhamento de indicadores e realização de pesquisas de opinião pública constitui-se, portanto, num dos pilares da ação do Estado para o cumprimento do que determina a lei a fim de garantir a promoção do interesse público e a melhoria da qualidade de vida da população, de acordo com a Lei nº 11.075/98. A ação inclui a implantação de banco de dados com informações de padrões de qualidade dos setores sob regulação da AGERGS, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	40

PROGRAMA: REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, CONCILIAÇÃO E CONSULTORIA AO ESTADO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Modernização Institucional	PGE	Promover a qualificação técnica dos integrantes de seus quadros funcionais, a melhoria operacional e a infraestrutura necessárias ao efetivo e regular desempenho das atividades de consultoria jurídica e de representação judicial da administração pública estadual, desempenhadas pela PGE, por meio dos seguintes órgãos de direção, execução e de apoio: Gabinete, Conselho Superior, Corregedoria-Geral, Procuradorias com funções especializadas (06), de coordenação e integração (01), de pesquisa e documentação (01), de execução regional (18), de execução junto aos Tribunais Superiores (01) e órgão central de apoio administrativo (01). Edificar nova sede para a PGE, que concentre em lugar único a atuação de seus órgãos e atenda as particularidades relacionadas à atuação judicial, viabilizando melhores condições de trabalho e de atendimento à Administração Pública e ao cidadão.	Capacitação de pessoal realizada	unidade	2,33
			Manutenção e qualificação da infraestrutura física realizada	%	1,36

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio para o Acesso à Internet e à Telefonia no Meio Rural	SDR	Articular e realizar ações conjuntas entre as Cooperativas de Infraestrutura, os Municípios e as operadoras de telefonia para criação de condições e disponibilização de infraestrutura para acesso à Internet de qualidade no meio rural.	Articulação/ação realizada	unidade	2
Incentivo ao Uso e à Geração de Energia por Meio de Fontes Alternativas	SDR	Incentivar e apoiar a utilização e a implantação de fontes alternativas de energias pelos agricultores familiares e públicos especiais, bem como fomentar e articular incentivos para a aquisição de equipamentos e geração de energia por meio de fontes alternativas através de cooperativas de infraestrutura, visando o uso racional dos recursos naturais.	Evento/seminário realizado para associados das cooperativas com potencial de investimento	unidade	1
Melhoria da Qualidade da Energia Elétrica no Campo	SDR	Articular com entidades e municípios a realização de levantamento da necessidade de carga de energia elétrica nos empreendimentos rurais de associados de cooperativas. Requerer eventuais providências necessárias junto aos Comitê de Planejamento Energético do Estado (COPERGS) para a adequação da tensão de energia pelas distribuidoras. Quando o tipo de obra exigir participação financeira do consumidor, apoiar financeiramente, com a utilização de recursos do FEAPER, a execução do projeto.	Levantamento de necessidade de carga realizado	unidade	200
			Projeto de melhoria da infraestrutura energética implantado	unidade	16

PROGRAMA: ENERGIA ELÉTRICA PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão da Transmissão	CEEE-GT	Aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT através da construção e da ampliação de linhas de transmissão e subestações de energia elétrica.	Capacidade de transmissão expandida	MVA	50
Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição	CEEE-D	Atender as Redes de Distribuição desenvolvendo atividades direcionadas à Expansão, destinada ao incremento de carga que é motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; à Renovação, destinada a substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil; à Melhoria, com a finalidade exclusiva de melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico e à Regularização de Vilas que consiste em regularização de unidades consumidoras, com foco na inclusão social.	Capacidade de rede de distribuição expandida	kVA	3.898

PROGRAMA: GÁS PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Melhorias Operacionais dos Sistemas de Distribuição de Gás Natural	SULGÁS	Expandir a rede de distribuição de gás natural e da carteira de clientes, especialmente no segmento de varejo, constituído por clientes residenciais e comerciais. Haverá a ampliação, também, do volume de gás natural distribuído a regiões com demandas potenciais significativas e da oferta de gás natural na forma comprimida (GNC) a regiões afastadas da rede de distribuição. Dentre os principais projetos, destacam-se: macrocélulas em Porto Alegre e Caxias do Sul; saturação das redes existentes (AÇO e PEAD); ramal UTE Rio Grande; interligação Polo Petroquímico Triunfo; interligação Canoas-Cachoeirinha; ramal Scharlau/Portão; ramal Alvorada; ramal Cavalhada; ramal Agronomia; Projetos Estruturantes (modal GNC) em Gramado/Canela e Santa Cruz do Sul. Esta ação contempla, ainda, a realização de projetos de infraestrutura que configuram melhorias no sistema de distribuição de gás natural e no atendimento aos clientes. Os projetos compreendem desde a aquisição de sistemas e/ou equipamentos operacionais até a construção de redes de infraestrutura de distribuição fundamentadas na ampliação da capacidade de fornecimento, na segurança operacional e na robustez da malha dutoviária de distribuição de gás, agregando valor ao produto e aos clientes.	Cliente atendido	unidade	10

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Melhorias Operacionais dos Sistemas de Distribuição de Gás Natural	SULGÁS	Expandir a rede de distribuição de gás natural e da carteira de clientes, especialmente no segmento de varejo, constituído por clientes residenciais e comerciais. Haverá a ampliação, também, do volume de gás natural distribuído a regiões com demandas potenciais significativas e da oferta de gás natural na forma comprimida (GNC) a regiões afastadas da rede de distribuição. Dentre os principais projetos, destacam-se: macrocélulas em Porto Alegre e Caxias do Sul; saturação das redes existentes (AÇO e PEAD); ramal UTE Rio Grande; interligação Polo Petroquímico Triunfo; interligação Canoas-Cachoeirinha; ramal Scharlau/Portão; ramal Alvorada; ramal Cavalhada; ramal Agronomia; Projetos Estruturantes (modal GNC) em Gramado/Canela e Santa Cruz do Sul. Esta ação contempla, ainda, a realização de projetos de infraestrutura que configuram melhorias no sistema de distribuição de gás natural e no atendimento aos clientes. Os projetos compreendem desde a aquisição de sistemas e/ou equipamentos operacionais até a construção de redes de infraestrutura de distribuição fundamentadas na ampliação da capacidade de fornecimento, na segurança operacional e na robustez da malha dutoviária de distribuição de gás, agregando valor ao produto e aos clientes.	Rede de distribuição de gás natural expandida	km	4,4
			Volume de GN comercializado	m3/d	32.888
Desenvolvimento do Mercado de Biometano no Estado	SULGÁS	Incentivar a implantação de projetos de produção de Biometano em diferentes regiões funcionais. Produzir e fornecer o energético, à Sulgás, a partir de distintos substratos com vistas à injeção na rede de distribuição. As principais atividades e investimentos previstos para a consecução da ação são: Realização de Chamada Pública para seleção de propostas para fornecimento de Biometano; Ramal Carlos Barbosa; Projetos Estruturantes; Gerador (Paralelo) – Posto GNVERDE Montenegro; Pontos de Injeção de Biometano – GNVerde; Projeto Pesquisa de Biometano e GNV em Motores – Convênio Univates; Projeto de Pesquisa “Mapa do Biometano e Biomassa no RS” – UNIVATES; Análises Físico-Químicas Biometano (GNVerde) – Convênio SULGÁS/SENAI/CTGÁS; aplicação do Biometano em veículos leves e pesados; aplicação de Biometano na indústria; aplicação de Biometano para geração de energia elétrica e cogeração.	Projeto contratado	unidade	1
			Volume de biometano adquirido	m3/d	35.000

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS, MICRORREGIÕES E AGLOMERAÇÕES URBANAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aperfeiçoamento e Implantação de Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	METROPLAN	Criar a estrutura de atendimento da Região Metropolitana da Serra Gaúcha e Microrregião Celeira, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais. Implantar o Sistema e suporte institucional para o planejamento e gestão da RMSG e Microrregião Celeira. Aprimorar o sistema institucional para o planejamento e gestão das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Apoio às Prefeituras Municipais com vista ao Planejamento Regional, à elaboração de Planos Integrados e à compatibilização das ações das esferas municipais, estadual e federal, em articulação com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional e os COREDES. Planejamento e Execução da Governança através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Estrutura do Sistema de Planejamento Metropolitano.	Escritórios qualificados	%	25
			Aperfeiçoar os Serviços de Fiscalização e Sistema Informatizado, Controle do Sistema e Apoio ao Usuário do Transporte Metropolitano Coletivo	METROPLAN	Aprimorar o sistema de gestão de informações do transporte metropolitano coletivo de passageiros, através da implementação de um banco de dados centralizado, atualização da base cartográfica, incremento da arrecadação das taxas e contribuição dos serviços delegados. Qualificação no atendimento ao usuário do transporte metropolitano coletivo de passageiros, incremento da fiscalização e controle da frota de veículos de transporte metropolitano de passageiros.
			Controle de sistema de gestão de transporte metropolitano coletivo de passageiros aperfeiçoado	%	5
			Sistema de gestão de recursos financeiros implantado	%	10

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Promoção do Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	METROPLAN	Assessorar os municípios das Região Metropolitanas e aglomerações urbanas, para assuntos relacionados à gestão da destinação de resíduos sólidos. Produzir conhecimento necessário à implantação de um sistema de dados georreferenciados, cartográficos e socioeconômicos. Consolidar informações com vistas à elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento. Elaborar estudos e projetos no âmbito das Regiões Metropolitanas e aglomerações urbanas no Estado, bem como estudos voltados aos planos diretores através de convênios firmados. Apoiar os Municípios das Regiões Metropolitanas e das Aglomerações Urbanas com relação à Agenda de Sustentabilidade.	Pesquisa, estudos e projetos regionais para o planejamento realizados	%	50
--	-----------	--	---	---	----

PROGRAMA: PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Capacidade de Rodovia Pedagiada	EGR	Aumentar a capacidade das rodovias pedagiadas através de sua duplicação, implantação de terceira e quarta faixas de trânsito, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.	Rodovia com capacidade ampliada	km	4
Conservação e Manutenção de Rodovia Pedagiada	EGR	Conservar e manter as rodovias pedagiadas. Os serviços compreendem basicamente a conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada manual ou mecânica, terraplenagem, sinalização vertical e horizontal, obras de arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem, conservação da faixa de domínio, melhorias em trevos e travessias urbanas, serviços de meio ambiente, serviços de supervisão e fiscalização. Os serviços e os projetos necessários à realização das obras serão contratados pela EGR junto a firmas especializadas.	Rodovia conservada	km	281,49
Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária	DAER	Aumentar a extensão da rede rodoviária possibilitando integração das comunidades a toda a malha existente, beneficiando um número maior de usuários. Envolve todos os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, obras complementares, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, desapropriações, serviços de meio ambiente, fiscalização e supervisão.	Acesso municipal construído	km	105,52
Construção de Rodovias	DAER	Executar todos os serviços destinados a expandir o sistema rodoviário estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, serviços complementares, custos referentes ao meio ambiente, supervisão e fiscalização.	Rodovia construída	km	28,3
Convênios Municipais	DAER	Executar obras viárias destinadas a estender ou qualificar a rede viária municipal, ou segmentos de rodovia estadual diretamente ligada aos municípios, possibilitando maior integração, mobilidade, escoamento de produção e maiores benefícios sociais. Envolve os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares. As obras e os serviços serão realizados mediante convênios firmados entre o DAER e os Municípios, sendo responsabilidade do DAER o repasse de uma parcela dos recursos necessários. As obras serão realizadas pelos municípios, com acompanhamento do DAER.	Obra viária realizada	km	17,8
Instalação do Fórum Hidroportuário	SPH	Promover discussões temáticas sobre o modal hidroviário e os portos interiores do RS. A SPH realizará seminários e Fóruns de discussão com a participação de estudiosos do setor, empresários e transportadores aquaviários da navegação interior.	Fórum instalado	unidade	2

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Instalação do Fórum Hidroportuário	SPH	Promover discussões temáticas sobre o modal hidroviário e os portos interiores do RS. A SPH realizará seminários e Fóruns de discussão com a participação de estudiosos do setor, empresários e transportadores aquaviários da navegação interior.	Seminário realizado	unidade	2
Manutenção e Desenvolvimento Operacional dos Portos Interiores	SPH	Garantir e fomentar a permanente disponibilidade operacional dos Portos de Porto Alegre, Pelotas, Cachoeira do Sul e Estrela, e suas respectivas infraestruturas (Cais, Berços, Armazéns, Pátios, Sistemas e Acessos) para recebimento de mercadorias e embarcações de longo curso, cabotagem e navegação interior que atendam as respectivas áreas de influência. As atividades serão focadas na infraestrutura portuária e são fundamentais à movimentação de cargas e o recebimento de embarcações. O desenvolvimento de estudos técnicos nas áreas de engenharia, economia e meio ambiente objetivam o fomento e a intensificação do uso econômico das infraestruturas existentes, incluindo arrendamentos e inclusive parcerias.	Estudo técnico realizado	unidade	2
			Sistema de pesagem mantido	unidade	1
Manutenção da Navegabilidade da Malha Hidroviária	SPH	Garantir a manutenção da navegabilidade na malha hidroviária gaúcha. As dragagens de manutenção dos calados, destinadas à implantação das profundidades de projeto, serão realizadas com equipamentos e pessoal próprios em locais onde sua terceirização apresenta baixa atratividade comercial e, nos trechos hidroviários que articulam o complexo portuário da grande Porto Alegre e os portos de Pelotas e Rio Grande, com a contratação de empresa de dragagem mediante processo licitatório. A viabilização dos serviços de dragagens com equipamentos próprios se dará através da restauração de 3 (três) parques de dragagem compostos de dragas, rebocadores, batelões e os planos inclinados do estaleiro naval de Triunfo. A manutenção da sinalização náutica será executada através da substituição e reparos dos sinais instalados, e, para tanto é necessária a aquisição e restauração de bóias e equipamentos de fundeio, bem como a aquisição de 2 (duas) embarcações apropriadas para a execução destas atividades. Com o intuito de subsidiar projetos de melhoria nas condições de navegação, redução de custos tanto na manutenção da malha hidroviária, quanto das operações logísticas do modal, serão diagnosticados o comportamento dos sedimentos subaquáticos e sua conformação atual. Da junção desses estudos e do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA contratado para melhoria no traçado entre os complexos portuários de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande pretende-se a viabilização da navegação de longo curso nos canais artificiais do Rio Grande do Sul ininterruptamente. Objetivando fomentar o transporte intermunicipal de carga e passageiros nas 41 travessias afetadas à SPH, garantindo o cumprimento de sua função econômica e social junto às comunidades por elas atendidas, serão diagnosticadas as condicionantes locais, sejam, topo-hidrográficas, técnica e segurança da navegação, acessibilidade e atracação ou análise da demanda e benefícios sociais. Pretende-se a partir desse diagnóstico combinado a aferição da capacidade local à municipalização da gestão das travessias, cabendo ao estado a normatização e fiscalização destas.	Dragagem de manutenção realizada	m3	110.000
			Levantamento das condições geomorfológicas e sedimentológicas realizado	unidade	20
Manutenção de Praças de Pedágio	EGR	Manter a estrutura física das praças de pedágio, realizando todas as atividades necessárias envolvendo basicamente a área de eletroeletrônica, cancelas, segurança da praça e transporte de valores arrecadados.	Praça de pedágio mantida	unidade	4
Operação e Administração do Sistema de Arrecadação das Rododovias Pedagiadas	EGR	Operar o sistema de arrecadação das rodovias pedagiadas, realizando as atividades necessárias as quais evoluem o planejamento, o controle e fiscalização das praças de pedágio e do fluxo de veículos. Implantação do Centro de Controle de Arrecadação - CCA e do Centro de Controle Operacional - CCO.	Arrecadação realizada	R\$	318.316.375
			Fluxo de veículo controlado	unidade	48.676.053
			Praça de pedágio administrada	unidade	4

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Planejamento, Desenvolvimento e Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado	DAER	Elaborar o plano diretor rodoviário a partir do gerenciamento e do planejamento da malha rodoviária estadual; Introduzir a malha rodoviária do estado nas novas tecnologias de geoprocessamento, bem como, dispor de um preciso e atualizado instrumento de gestão; Obter o diagnóstico da malha rodoviária executando o levantamento da rede pavimentada e não pavimentada, incluindo o cadastro, o tráfego, condições do pavimento, acidentalidade e obras de arte especiais. Inspeccionar, diagnosticar, classificar e promover planos de ações de segurança viária. Cadastrar e monitorar os pontos de instabilidade de encostas; Desenvolver e implantar metodologias e especificações dos serviços do DAER através de aperfeiçoamento e gestão; Implementar um sistema estadual de registro de estudos e projetos, com a participação dos municípios; Conhecer, agrupar e analisar os dados socioeconômicos relacionados com a população, renda, frota de veículos, agricultura, indústria e serviços, bem como, valores de insumos e serviços utilizados nas obras rodoviárias; Atualização e elaboração de novos estudos e projetos de engenharia e estudos para licenciamento ambiental, bem como, estudos e pesquisas de matérias para pavimentação de rodovias e de novas técnicas construtivas em trechos rodoviários experimentais. Promover a regularização ambiental da malha rodoviária estadual com a obtenção das licenças de operação. Adquirir bens e serviços para desenvolvimento e suporte das atividades técnicas de engenharia.	Projeto rodoviário e de obra de arte especial concluído	km	41,12
Prestação de Serviços de Atendimento aos Usuários	EGR	Prestar serviços de socorro rodoviário com a remoção de veículos e resgate médico aos usuários. Os serviços de resgate médico serão terceirizados com a contratação de empresa especializada. A remoção de veículos será realizada por contratação de terceiros ou de forma direta pela EGR, com seus próprios recursos e com credenciamento para disponibilização de guinchos destinados à remoção de veículos com pane mecânica ou acidentados.	Ambulância disponibilizada Praça de pedágio com serviço de remoção de veículos atendida	unidade unidade	4 4
Restauração de Pavimento	DAER	Restaurar rodovias pavimentadas, incluindo-se obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como, recuperação de obras de arte correntes, especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização.	Pavimento restaurado	km	65,34
Restauração de Rodovia Pedagiada	EGR	Restaurar as rodovias pedagiadas, realizando obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como restauração de obras de arte correntes especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização. A EGR mediante processo licitatório contratará a execução dos serviços.	Rodovia restaurada	km	464,58

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	CORSAN	Expandir as redes e ligações de água; substituir redes de água; otimizar e/ou melhorar os sistemas de abastecimento; ampliar os sistemas de abastecimento considerando o crescimento vegetativo; ampliar o número de economias atendidas.	Rede de água assentada/substituída	m	216.154
			Volume de reservação ampliado	m3	2.000
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	CORSAN	Expandir e/ou substituir as redes e ligações de esgoto; substituir redes de esgoto; ampliar os sistemas de esgotamento sanitário; implantar sistemas de esgotamento sanitário, ampliar o número de economias com sistemas de esgoto sanitário disponibilizado.	Capacidade instalada de tratamento de esgoto ampliada	m3	1.261.440
			Economias disponibilizadas com sistemas de esgotamento sanitário	unidade	5.458
			Redes de esgoto assentadas	m	43.550

PROGRAMA: SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Implementação / Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais	SEMA	Apoiar a construção de ferramentas que possibilitem o planejamento de uso dos recursos naturais, os quais orientam o licenciamento e monitoramento das atividades antrópicas. Incentivar, articular e planejar, em parceria com os municípios, políticas de defesa dos direitos animais.	Plano de Manejo de Unidade de Conservação elaborado e/ou revisado	unidade	1
			Repovoamento da araucária e de plantio de árvores nobres de espécies folhosas nativas realizada	unidade	100.000
Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	SEMA	Implementar as ações decorrentes das diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos concluído em Dezembro de 2014.	1ª Etapa do Plano Estadual Resíduos Sólidos implementada	%	15

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E À INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas para as PcD e PcAH/Sd	FADERS	Articular políticas de diferentes esferas governamentais e em diferentes áreas e níveis de atuação, mediante a coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH no RS, a gestão da Política Pública Estadual, a promoção da interiorização de ações e da descentralização de recursos, o assessoramento a gestores e a atuação junto a Municípios, Órgãos, Entidades e Conselhos de Direitos e de Controle Social sobre políticas públicas no interesse das PcD e PcAH e suas entidades representativas.	Comitê Gestor instalado	unidade	6
			Conselho de Direitos e de Controle Social de Políticas assessorado	unidade	4
			Evento temático realizado	unidade	2
			Plenária do Fórum coordenada	unidade	4
Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Prestar atenção direta a pessoas com deficiência e a pessoas com altas habilidades / superdotação e sua comunidade, em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias, conhecimentos e espaços de atendimento, com vistas à elevação da qualidade de vida e à inclusão.	Pessoa com Deficiência ou Pessoa com Altas Habilidades atendida em serviço referência da FADERS	unidade	6.000
Produção de Conhecimento nas Áreas da Deficiência e das Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades / superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades / superdotação. Assessorar projetos e ações de órgãos públicos, instituições, entidades e empresas orientados à inclusão social das PcD e PcAH/Sd. Supervisionar estágios acadêmicos no campo e área de atuação da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Órgão / Projeto assessorado	unidade	8
			Pessoa capacitada para atenção às altas habilidades	unidade	20
			Pessoa capacitada para atenção às deficiências	unidade	300

PROGRAMA: ACESSO E PERMANÊNCIA COM QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Alimentação Escolar Qualificada para a Educação Básica	SEDUC	Estabelecer uma relação de parceria entre Estado e Municípios, por meio de repasse de recursos financeiros aos municípios para complementação e qualificação da alimentação escolar no âmbito estadual, transferindo gradativamente a alimentação municipalizada para a alimentação escolarizada, com vista à expansão e à melhoria da Educação Básica. Garantir apoio aos Municípios que assumiram o compromisso de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos alunos matriculados em todas as etapas e modalidades de ensino dos estabelecimentos estaduais de educação localizados na área de sua jurisdição. Garantir o atendimento aos alunos matriculados em escolas com a alimentação escolarizada na Educação Básica da rede pública estadual (creches, pré-escolas, ensino fundamental, médio, EJA, AEE), no Ensino Médio Politécnico, no Programa Mais Educação, em Escolas de Tempo Integral, bem como em escolas atendidas no Programa Nacional de Alimentação Escolar com cardápio regionalizado.	Aluno atendido com alimentação escolarizada	unidade	64.375
			Aluno atendido com alimentação municipalizada	unidade	2.939
			Município que atende alimentação municipalizada da rede estadual	unidade	17
Articulação de Ações Transversais com Órgãos Públicos e Instituições da Sociedade Civil que Garantam o Acesso e a Permanência	SEDUC	Desenvolver ações que integrem a Escola à rede de atenção à criança e ao adolescente, envolvendo órgãos públicos, sociedade civil organizada e comunidade escolar. Objetivando a melhoria e qualificação do ensino, estabelecer relação de parceria entre Estado e associações mantenedoras de estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos através de repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB. Estabelecer convênios com organismos nacionais e internacionais visando financiamento de ações para expansão da Educação Básica.	Parceria com entidades civis sem fins lucrativos realizada	unidade	16

Caderno de Regionalização

Social

Democratização e Eficiência da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	SEDUC	Manter as escolas de Educação Básica com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Atualizar e revisar os critérios de distribuição dos valores relativos ao suprimento mensal de recursos da Autonomia Financeira das Escolas da Rede Estadual de Ensino. Garantir a manutenção e qualificação dos sistemas informatizados de gestão nos aspectos administrativo, pedagógico e de recursos humanos, integrados entre escola, CREs e SEDUC. Realizar diagnóstico da demanda educacional e do atendimento escolar, bem como acompanhar o movimento e rendimento dos alunos para subsidiar a construção de políticas que assegurem a qualidade do acesso e a permanência da Educação Básica, através do censo escolar, central de matrículas e ISE - Informatização da Secretaria da Educação. Acompanhar sistematicamente a ficha de comunicação do aluno infrequente - FICAI on-line, junto aos órgãos parceiros, reforçando a necessidade de desenvolver estratégias interinstitucionais com enfoque para o trabalho em rede - Escola, Conselho Tutelar, Ministério Público e demais órgãos estaduais e municipais, concentrando esforços para manter o aluno na escola, permitindo ao Poder Público, através dos dados colhidos com a aplicação da ficha, a construção de políticas públicas em prol da garantia do direito à educação.	Central de matrículas implementada e informatizada	unidade	1
			Escola atendida com manutenção centralizada	unidade	198
			Escola atendida com programas de autonomia financeira e pedagógica	unidade	198
			Escola, CRE e SEDUC com gestão informatizada	unidade	200
Prevenção à Violência - CIPAVES - Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas Escolas	SEDUC	Implantar e implementar Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas escolas - CIPAVES, prioritariamente em escolas localizadas em municípios de maior vulnerabilidade social, por meio de formação e capacitação de professores e alunos em práticas restaurativas.	Escola com núcleo de gestão de conflito implantado	unidade	34
Transporte Escolar - Adesão ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar	SEDUC	Manter o maior número de municípios habilitados ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, através das adesões ao Transporte Escolar em 90% dos 481 municípios que atendem alunos do meio rural, de acordo com a legislação.	Município com termo de adesão firmado/assinado	unidade	58
Viabilização do Transporte Escolar	SEDUC	Realizar, com qualidade e vigilância, em parceria com os municípios, a oferta do transporte escolar aos alunos matriculados na Rede Pública Estadual, conforme legislação vigente.	Aluno da rede estadual transportado	unidade	14.992

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO DO ACESSO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ações de mobilização e articulação potencializando parcerias e convênios público privados para investimentos na Educação Profissional pública estadual	SEDUC	Estabelecer parcerias e convênios entre entes públicos e privados para a convergência de ações que contribuam para a melhoria da qualidade da educação profissional ofertada pelas escolas técnicas estaduais.	Instrumento jurídico/convênio firmado	unidade	4
Capacitação, atualização e qualificação de professores, servidores e gestores da Rede Estadual de Educação Profissional	SEDUC	Capacitar, atualizar e qualificar professores, servidores e gestores, nas áreas pedagógica, técnica e administrativa, buscando inclusive, parcerias com Instituições Públicas e Privadas. Oportunizar formação continuada e técnica, bem como garantir assessoria, pesquisa, troca de experiências, produção e/ou aquisição de material pedagógico necessário para subsidiar os debates e estudos aos profissionais que atuam na Educação Profissional, atendendo as diversidades regionais e potencialidades socioeconômicas das diferentes comunidades e regiões do RS. Capacitar docentes, técnicos e equipes diretivas para implementação/implantação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar.	Gestor capacitado Professor capacitado Servidor capacitado	unidade unidade unidade	120 64 104
Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional	SEDUC	Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas que ofertam Educação Profissional com recursos oriundos de convênios e parcerias. Construir, reformar, ampliar e qualificar a estrutura física das escolas de Educação Profissional, oportunizando um atendimento qualificado do Ensino Profissionalizante aos alunos, inclusive com ampliação de vagas, visando atender o desenvolvimento diferenciado das regiões do Estado. Adaptar escolas para o atendimento em Tempo Integral na Educação Profissional, buscando a melhoria do desempenho escolar.	Escola ampliada	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional	SEDUC	Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas que ofertam Educação Profissional com recursos oriundos de convênios e parceiras. Construir, reformar, ampliar e qualificar a estrutura física das escolas de Educação Profissional, oportunizando um atendimento qualificado do Ensino Profissionalizante aos alunos, inclusive com ampliação de vagas, visando atender o desenvolvimento diferenciado das regiões do Estado. Adaptar escolas para o atendimento em Tempo Integral na Educação Profissional, buscando a melhoria do desempenho escolar.	Escola em Tempo Integral na Educação Profissional reformada	unidade	3
Democratização e eficiência na gestão das Escolas de Educação Profissional e Superintendência de Educação Profissional - SUEPRO	SEDUC	Manter as escolas de Educação Profissional com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Disponibilizar recursos para a implementação da política de gestão da Educação Profissional, através da manutenção da Superintendência da Educação Profissional - SUEPRO da Secretaria de Estado da Educação.	Escola atendida com programa de autonomia financeira e pedagógica	unidade	10
			Escola e SUEPRO atendida com manutenção centralizada e apoio administrativo	unidade	10
Implantação de proposta pedagógica específica da Educação Profissional em tempo integral nas escolas técnicas agrícolas	SEDUC	Implementar proposta pedagógica diferenciada nas escolas técnicas, gradativamente, voltada a educação em tempo integral, iniciando-se pelas escolas com cursos técnicos agrícolas	Escola em tempo integral implantada/atendida	unidade	3
Modernização e inovação dos equipamentos/mobiliários básicos dos cursos de Educação Profissional das Escolas da Rede Estadual	SEDUC	Modernizar os cursos técnicos pela aquisição de equipamentos e mobiliários básicos para ampliação e qualificação, aplicável a inovação dos processos e produtos das escolas que ofertam Educação Profissional, Associações de Casa Familiares Rurais e Escola Família Agrícola, aplicando novos recursos oriundos de convênios.	Escola equipada/mobiliada	unidade	10

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio a projetos na área de Esporte e Lazer	FUNDERGS	Formalização de Convênios com transferências financeiras com recursos da Lei Pelé, visando o desenvolvimento e apoio do Desporto Educacional, Desporto de Participação e Inclusão Social e o Desporto de Rendimento.	Convênio publicado	unidade	120
Implantação e manutenção de centros de excelência do esporte e do lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Centros de Excelência, em parceria com as Universidades, Prefeituras, Federações e Associações mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização dos Programas de Esporte voltados ao alto rendimento, nas diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4
Implantação e manutenção dos Polos Regionais do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte, de acordo com o art. 26 do Decreto nº 49507/2012 (Estatuto da FUNDERGS), em parceria com as Universidades mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização da execução da Política de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Oferta de Escolas em Tempo Integral	SEDUC	Ampliar o atendimento educacional de, no mínimo, sete horas nas escolas com disponibilidade de espaço físico, contemplando todas as regiões do Estado e com a participação das comunidades, de modo que venham a refletir os seus interesses, proporcionando condições para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, socioeducacionais, culturais e esportivas, objetivando a melhoria do desempenho escolar.	Aluno atendido em escola em tempo integral	unidade	10.744
			Escola com Tempo Integral implantado	unidade	34

Caderno de Regionalização

Social

Apoio à Formação Inicial dos Profissionais da Educação	SEDUC	Implementar o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR visando induzir e fomentar a oferta emergencial de vagas em cursos de educação superior, gratuitos e de qualidade, nas modalidades presencial e a distância, para professores em exercício na rede pública de educação básica, a fim de que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica e, onde possível, estimular que a UERGS ministre a formação para os profissionais de educação. Ao tocante da SEDUC/RS o PARFOR é de grande importância para a melhoria nos serviços educacionais do Estado do Rio Grande do Sul, sendo acompanhado em nível local através de assistência aos professores cursistas, universidades e ao andamento dos processos e desenvolvimento do programa. Promover a formação técnica em nível médio a servidores efetivos que atuam na Secretaria da Escola, Alimentação Escolar, infra-estrutura, multimeios didáticos e outros no sistema de Ensino da Educação Básica- Programa PROFUNIONÁRIO.	Professor beneficiado com auxílio-estudo	unidade	152
Atendimento da Educação Básica, Oportunizando a Participação Social e Cidadã	SEDUC	Implantar/implementar e desencadear ações que incentivem a participação dos alunos e de toda a comunidade escolar em diversas atividades educacionais, esportivas, culturais e sociais proporcionadas pela escola, fortalecendo ações de cidadania, além de proporcionar certificação de formação.	Aluno participante do Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS	unidade	42.368
			Escola integrante do Programa Mais Educação	unidade	80
			Escola participante das atividades educativas e culturais	unidade	79
			Escola participante do Programa Escola Aberta para a Cidadania	unidade	2
			Jovem e adulto atendido pelo PBA - Programa Brasil Alfabetizado	unidade	2.082
Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino e Comunidade Escolar	SEDUC	Proporcionar a formação continuada dos profissionais da Educação Básica em todos os níveis e modalidades de ensino, visando à qualificação profissional para melhor desempenho de suas funções e atendimento à diversidade cultural, étnica e de gênero para a convivência numa cultura de paz, por meio de encontros, seminários, conferências, que favoreçam a socialização de novas metodologias, troca de experiências, construção de novos conhecimentos, buscando-se um ambiente de estudo e pesquisa que resulte em práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem eficientes e exitosas. Atualizar e capacitar os profissionais, visando atender os diferentes níveis e modalidades da Educação Básica e da gestão educacional, proporcionando uma maior compreensão do contexto social, cultural, ambiental, bem como atualizar conhecimentos pedagógicos e de uso de novas tecnologias em educação. Formar grêmios estudantis, conselhos escolares, CPMs. Capacitar a gestão pedagógica e administrativa das escolas, CREs e SEDUC.	Participante da política de gestão da Escola, CRE e SEDUC qualificado	unidade	3.254
			Participante da Tecnologia da Informação qualificado	unidade	8.704
			Participante das formações envolvendo temáticas educacionais qualificado	unidade	8.560
			Participante do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa qualificado	unidade	1.840
			Participante do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio qualificado	unidade	3.325
Modernização Tecnológica - Escolas/SEDUC e CRE	SEDUC	Adquirir/desenvolver software, instalação de rede elétrica e lógica e hardware (computadores, notebooks, lousas, salas multimídias, sistema de som, filmagens e vídeos) de acordo com as demandas da Educomunicação e Políticas de Gestão, com vista a fomentar o uso da tecnologia nos processos de Ensino e Aprendizagem em todos os níveis de Ensino e também qualificar a gestão educacional.	Equipamento de apoio tecnológico adquirido	unidade	4.732
			Escola, CRE e SEDUC com sistema e aplicativo instalado	unidade	200

Caderno de Regionalização

Social

Qualificação da Reestruturação Curricular, Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares	SEDUC	Implantar/qualificar os projetos político pedagógicos e regimentos escolares da Educação Básica, nas unidades da rede pública estadual, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Normal. Capacitar docentes técnicos e equipes diretivas para elaboração e implementação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar. Discutir e implantar a reestruturação curricular nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que nos anos iniciais já está concluída. Otimização das ações pedagógicas para o processo educacional, com a participação do aluno/professor diretamente no processo de aprendizagem, por meio de pesquisas, debates, interações com softwares pedagógicos, trabalhos em laboratórios/bibliotecas, dentre outros.	Escola com Projeto Político Pedagógico - PPP e regimento escolar qualificado	unidade	198
			Escola com reestruturação curricular dos anos finais do Ensino Fundamental implantada	unidade	188
Qualificação dos Espaços Pedagógicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para laboratórios de informática, de ciências, bibliotecas escolares, salas multifuncionais, de recursos, incluindo ampliação dos acervos bibliográficos, materiais específicos para atendimento a alunos com necessidades especiais, instrumentos musicais para implantação e manutenção de bandas escolares e demais atividades culturais.	Equipamento para educação especial adquirido	unidade	159
			Escola com biblioteca atualizada	unidade	100
			Escola equipada com materiais diversos	unidade	198
			Laboratório de ciências qualificado	unidade	100
			Sala multifuncional/de recurso equipada	unidade	57
Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul - SAERS	SEDUC	Realizar o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS, com avaliação em larga escala, universal e censitária (todas as escolas da rede estadual) e por adesão da rede municipal e particular, resgatando esta prática executada em anos anteriores.	Escola estadual com SAERS implantado	unidade	198

PROGRAMA: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Educação em Saúde	SES	Promover cursos presenciais ou a distância de pós-graduação, aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação popular em saúde, bem como ações de matriciamento, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências/estágios na realidade do SUS. As ações serão elaboradas, planejadas e executadas pela Secretaria da Saúde e, quando necessário, na intersectorialidade com outras Secretarias de Governo, bem como com os governos federal e municipais e instituições de ensino, sempre buscando dar conta das demandas locais regionais.	Núcleo Regional de Saúde Coletiva (NURESC) qualificado	unidade	2

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à implementação da Agenda do Trabalho Decente	STDS	Apoio e assessoramento técnico para programas de qualificação urbana e rural, com oportunidades equânimes entre os jovens, mulheres, afrodescendentes, quilombolas, LGBTQT e outros segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social, com a cooperação, pública e privada, acompanhada pela realização de seminários de sensibilização ao empresariado a fim de inserir o referido público no mundo do trabalho. Desenvolvimento de atividades de formação para revitalização da Comissão Estadual de Emprego, Trabalho e Renda. Apoio administrativo, técnico, financeiro e operacional para a Comissão Estadual de Emprego e Renda a fim de a organizar e realizar a Conferência Estadual do Trabalho Decente.	Município apoiado	unidade	30

Caderno de Regionalização

Social

Desenvolvimento do artesanato como geração de trabalho e renda	FGTAS	Apoiar a organização do trabalho artesanal no RS, habilitar o artesão para o exercício da profissão, emitir a carteira profissional, registrar no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), apoiar a realização de Feiras municipais de artesanato, apoiar a participação e comercialização dos produtos em feiras estaduais, nacionais e internacionais. Revitalizar Casas do Artesão no Estado do RS e expandir a disponibilização de espaço Casa do Artesão em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Disponibilizar um canal pela internet para comercialização de produtos artesanais. Efetuar a qualificação profissional com incentivo ao domínio da arte e matéria-prima do artesanato, priorizando regiões em desenvolvimento e em condição de vulnerabilidade social.	Artesão registrado no PGA	unidade	3.307
			Artesão registrado no SICAB	unidade	843
			Casa do Artesão no Estado do RS em atividade	unidade	4
			Feira e evento apoiado no RS	unidade	10
			Pessoa Qualificada	unidade	161
			Seminário realizado para orientação de desenvolvimento de negócios e geração de renda	unidade	4
			Relações com o mercado de trabalho	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado dispensado sem justa causa buscando a sua recolocação no mercado de trabalho e também sua inserção em cursos de qualificação profissional. Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do "Informe PED". A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado - "Mais Emprego" do MTE - que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informações sobre o perfil de trabalhadores cadastrados. Ações voltadas para o público prioritário (colocados monitorados pelo seguro e o trabalhador com deficiência).
		Trabalhador colocado no mercado de trabalho por meio das agências FGTAS/SINE	unidade	7.880	
		Vaga Captada	unidade	50.518	

PROGRAMA: GESTÃO DA SAÚDE E INFRAESTRUTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES	SES	Qualificar a infraestrutura da SES. Reformar, ampliar e/ou construir as diferentes estruturas da SES (Nível Central, Coordenadorias Regionais de Saúde, Escola de Saúde Pública, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos financeiros e ganhos ambientais. Garantir a infraestrutura para ações de combate à dengue no Estado.	Central Regional da Rede de Frio readequada de acordo com as normas do Programa Nacional de Imunizações (PNI)	unidade	2
Fortalecimento da Ouvidoria do SUS	SES	Ampliar e descentralizar a Ouvidoria do SUS, visando ao fortalecimento da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. Fortalecer a Rede de Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos.	Ouvidoria do SUS municipal implantada Ouvidoria regional do SUS implementada	unidade unidade	4 2
Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS	SES	Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. Fortalecer o planejamento, o monitoramento e avaliação através dos grupos de trabalho e núcleos de monitoramento constituídos nos níveis central e regional da SES.	Grupo de Trabalho de Planejamento, Monitoramento e Avaliação regional e estadual mantido	unidade	2
Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais	SES	Implantar a política de atuação do SUS para redução dos riscos à saúde da população e impactos na rede de atenção em decorrência de desastres ambientais.	Plano de contingência para desastres ambientais implantado e implementado	unidade	2

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Promoção da inclusão digital	FGTAS	Desenvolver a Inclusão Digital nas 11 Agências de Desenvolvimento Social – ADS (instituídas pelo Decreto Nº 47.364/2010). Contribuir para a melhoria do nível de vida da população por meio da alfabetização digital e formação e aperfeiçoamento profissional.	Curso realizado	unidade	18
			Pessoa beneficiada com acesso à Rede de Computadores	unidade	3.600
			Pessoa Qualificada	unidade	270

PROGRAMA: JUNTOS PELA CULTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cultura para a promoção da cidadania, valorização da diversidade e inclusão social, com atenção aos grupos vulneráveis	SEDAC	Promover o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul a partir das demandas vindas da sociedade, com incentivo à participação popular e ao controle social. Incentivar a organização dos Sistemas Municipais de Cultura em todos os municípios. Consolidar a Lei 14.310 como instrumento de gestão compartilhada, promovendo uma articulação entre o Estado, os municípios e o meio cultural. Elaborar estudos sobre a Cultura e produzir de estatísticas culturais para auxiliar a qualificação da gestão. Promover políticas de valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero, LGBTT e popular.	Encontro realizado	unidade	7
			Premio pelo desenvolvimento da cultura concedido	unidade	40
			Sistema Municipal de Cultura implementado	unidade	55
Democratização do acesso aos acervos e aos serviços culturais do Estado do RS	SEDAC	Ampliar a divulgação e o conhecimento dos bens culturais e históricos das diversas instituições culturais - museus, bibliotecas e casas de cultura - e realizar exposições no interior do Estado.	Apresentação artística realizada	unidade	23
			Exposição itinerante realizada	unidade	20
			Exposição sediada em instituições culturais	unidade	28
			Público atendido por serviços culturais	unidade	60.000
			Seminário, palestra, oficina realizada	unidade	51
Desenvolvimento das linguagens artísticas	SEDAC	Apoiar o fortalecimento da organização setorial e o desenvolvimento das diversas linguagens artísticas no RS, incluindo os intercâmbios culturais.	Encontro setorial realizado	unidade	4
			Evento artístico setorial realizado	unidade	14
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Bibliotecas	SEDAC	Modernizar as bibliotecas públicas do Estado e capacitar os atendentes de bibliotecas, com especial atenção às localizadas nos municípios alvo do Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais do Gabinete de Políticas Sociais. Atualizar o acervo e promover a Biblioteca Pública Estadual em seus 145 anos de criação.	Biblioteca Municipal assessorada	unidade	57
			Modernização de Biblioteca Pública realizada	unidade	4
			Título adquirido	unidade	3.000
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus	SEDAC	Promover a estruturação dos museus, por meio da assessoria técnica para a difusão do conhecimento, e da realização de fóruns, oficinas, cursos e seminários, para a capacitação dos profissionais. Fomentar nos museus a realização de atividades para os grupos vulneráveis.	Museu municipal assessorado	unidade	160
			Profissional capacitado	unidade	440
Fomento à economia da cultura	SEDAC	Fortalecer o Sistema Pró Cultura por meio de editais do Fundo de Apoio à Cultura – FAC e da Lei de Incentivo à Cultura - LIC, contemplando novas categorias e estimulando a diversificação, a descentralização das atividades em todas as regiões do Estado e a circulação fora do RS.	Projeto cultural contratado/conveniado	unidade	44
Implementação do RS Criativo/ Criativa Birô	SEDAC	Disseminar a cultura empreendedora com foco na economia criativa, a partir da implementação de espaço de atendimento e capacitação dos gestores e produtores culturais do Estado.	Agente e produtor cultural capacitado	unidade	112

Caderno de Regionalização

Social

OSPA para todos	FOSPA	Realizar os concertos da programação artística da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre na capital e no interior do Estado. Dar seguimento às atividades da Escola da OSPA, incluindo apresentações para a comunidade.	Concerto realizado pela Orquestra Sinfônica	unidade	15
Promoção e difusão da preservação do patrimônio histórico	SEDAC	Promover a educação patrimonial, a difusão de ações institucionais e o inventário e zeladoria do patrimônio material e imaterial, sob a coordenação do IPHAE. Contratar projetos para bens tombados estaduais com condenação judicial.	Inventário do patrimônio histórico realizado	unidade	1
			Oficina e/ou curso realizado para a promoção e difusão da educação patrimonial	unidade	4

PROGRAMA: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Qualificação dos espaços escolares, CREs e SEDUC com equipamentos e mobiliários básicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para reposição e substituição dos que se encontram obsoletos, antieconomicos ou inservíveis, nos espaços administrativos das Escolas, nas CREs e SEDUC. Adquirir mobiliário escolar para substituição e reposição nos mais diversos ambientes escolares (bibliotecas, salas de aula, laboratorios de informatica, de ciências, salas multifuncionais), com vistas a qualificar o atendimento educacional.	CRE e SEDUC equipada	unidade	2
			Escola com equipamento e mobiliário básico qualificado	unidade	198

PROGRAMA: POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	STDS	Constitui-se em um modelo descentralizado e participativo com regulação e organização de serviços, programas, projetos e benefícios, nos diferentes níveis de proteção (básica e especial de média e alta complexidade) com foco prioritário nas famílias, seus membros e indivíduos, tendo o território como base de organização. O SUAS organizar-se-á através de lei estadual e de um plano específico baseado no sistema de vigilância socioassistencial a fim de afirmar a assistência social como política pública. Na gestão do SUAS são realizadas assessorias individualizadas e regionalizadas aos municípios para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, Cadastro Único (CADÚNICO) e Programa Bolsa Família - PBF. O CADÚNICO é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Estado, a fim de inclui-las nos programas sociais. Cabe à gestão estadual assessorar os municípios para a ampliação cadastral, para qualificação da busca ativa e da melhoria das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF).	Assessoramento e Apoio Técnico realizado	unidade	4.720
Implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	STDS	Assessoramento, monitoramento e avaliação do processo de reordenamento do PETI nos municípios sob a coordenação da Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil (CEPETI). Publicação e execução do Plano Estadual Decenal e Intersectorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.	Reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI acompanhado	unidade	3

PROGRAMA: POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SJDH	Apoiar a criação de organismos de políticas para as mulheres, como conselhos municipais, órgãos públicos de enfrentamento à violência contra as mulheres e garantia de direitos, como secretarias, coordenadorias, departamentos. Manter o Fórum Estadual e os Fóruns Regionais de Gestoras.	Conselho criado	unidade	2
			Órgão público apoiado	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho	SJDH	Realizar capacitações profissionais que promovam a autonomia das mulheres, levando em consideração suas vocações regionais e culturais, bem como as suas diversidades.	Mulher capacitada	unidade	155
---	------	--	-------------------	---------	-----

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Brigada Militar	SSP	Construir novas instalações policiais militares em locais em que inexistem prédios. Realizar a edificação de prédios padronizados com a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades.	Quartel construído - Grupo/Pelotão/Batalhão	m2	900
			Quartel reformado - nível de Batalhão	m2	520

Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Polícia Civil	SSP	Construir, ampliar e reformar as Delegacias de Polícia, visando à melhoria na prestação dos serviços de Polícia Judiciária.	Prédio reformado	unidade	7
---	-----	---	------------------	---------	---

Policiamento Comunitário	SSP	Executar o Policiamento Comunitário de modo a fomentar a transversalidade das ações da Brigada Militar com a comunidade e demais setores da sociedade, de maneira a atuar preventivamente, coadunando com a redução de índices de criminalidade. Também, potencializar a atuação da Brigada Militar nos Estabelecimentos de ensino, visando o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar, tendo como estratégia alcançar a todos os níveis de frações dos comandos regionais subsidiados para a execução do policiamento escolar.	Base de Policiamento Comunitário implantada	unidade	4
--------------------------	-----	---	---	---------	---

PROGRAMA: PROGRAMA DE OPORTUNIDADE E DIREITOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aprimoramento do processo de ressocialização	SJDH	Qualificar o atendimento socioeducativo oferecido na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e diminuir a superlotação e os níveis de reincidência entre os adolescentes autores de ato infracional.	Centro CASE construído	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO HABITACIONAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Produção de Ações Habitacionais	SOSH	Oportunizar a produção de ações habitacionais (casas, lotes, melhorias), através de parcerias com municípios e entidades (agentes financeiros, cooperativas e associações habitacionais), bem como complementando programas habitacionais da União.	Lote urbanizado conveniado	unidade	17
			Melhoria habitacional conveniada	unidade	23
			Unidade habitacional conveniada	unidade	503

Caderno de Regionalização

Social

Regularização Fundiária e Reassentamento em Áreas de Propriedade do Estado	SOSH	Realizar a regularização fundiária nas áreas de propriedade do Estado ocupadas para fins de moradia. A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. As ações de regularização fundiária devem garantir a inserção da área na cidade formal, em todos os seus aspectos e significados, constituindo exercício de cidadania que extrapola a simples titulação cartorial, pois visa assegurar direito fundamental, protegido constitucionalmente. A ação ocorre em etapas e encontra variantes em razão das especificidades locais, espaciais, sociais e jurídicas. É interdependente da política urbana municipal e pressupõe a qualificação e dignificação do direito à moradia. No procedimento das etapas, pode existir a necessidade de reassentamento de famílias que adquiriram o direito à moradia em um local determinado e que, em face da existência de situações de risco e, ou, de preservação ambiental, ou, ainda, em razão de projeto urbanístico com alto grau de intervenção na área ocupada, precisam ser realocadas ou reassentadas. O reassentamento também se faz necessário quando a moradia constituída e consolidada localiza-se em margens de rodovias, arroios, sob-redes de alta tensão, encostas íngremes, banhados, ou mesmo em locais com previsão de abertura de ruas e acessos ou drenagens, conforme diretriz urbanística municipal. Sendo necessária a remoção das moradias dos locais referidos, deve ser realizada a transferência dessas famílias para uma área segura e com infraestrutura implantada, bem como regularizada quanto ao aspecto da titulação jurídica e ao respectivo registro do direito à moradia.	Lote com projeto urbanístico de infraestrutura e/ou projeto arquitetônico executado	unidade	350
Transferência da Propriedade de Imóveis da COHAB-RS aos Moradores	SOSH	Efetuar a transferência da propriedade dos imóveis remanescentes da COHAB-RS, para: mutuário com autorização para escritura, comprador com "contrato de gaveta" e morador sem documentação de compra e venda.	Escritura assinada	unidade	107

PROGRAMA: PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas do Corpo de Bombeiros	SSP	Realizar obras de melhorias no que diz respeito à construção, ampliação de reformas das estruturas físicas dos quartéis de bombeiros militares.	Quartel construído	m2	520
			Quartel reformado	m2	520
Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil	SSP	Coordenar e executar atividades de prevenção e combate de incêndios, buscas e salvamentos e ações de defesa civil.	Ação de prevenção de incêndio realizada	unidade	115.505
			Incêndio combatido	unidade	2.783
			Remoção de fonte de perigo realizada	unidade	4.280
			Salvamento realizado	unidade	8.130
Reaparelhamento Técnico do Corpo de Bombeiros	SSP	Otimizar os serviços prestados pelos bombeiros militares em razão do reaparelhamento técnico da dotação de infraestrutura patrimonial relacionada com o exercício das suas funções, especialmente a partir da gestão estratégica das tecnologias de comunicação e informação, melhoria da logística, bem assim com os equipamentos destinados ao serviço de combate a incêndio e demais ocorrências.	Equipamento de proteção individual modernizado	unidade	180
			Equipamento para atividades operacionais renovado	unidade	52
			Frota modernizada (aquisição de veículos)	unidade	44
			Redes de Comunicação e Informática estruturadas, gerenciadas e aperfeiçoadas	unidade	200

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PRODUTIVO E DE SERVIÇOS E DA QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional			
Aprimoramento de programas e projetos de extensão para o desenvolvimento regional, difusão científica e cultural	UERGS	Fomentar e orientar a estruturação das atividades de extensão mediante elaboração e execução de programas e projetos, e a divulgação do conhecimento acadêmico e da cultura regional.	Bolsa de extensão concedida	unidade	16			
			Evento promovido pela Uergs ou em parceria com outras instituições	unidade	40			
			Programa de extensão implementado	unidade	4			
			Projeto de extensão realizado	unidade	40			
			Publicação de livro, artigo, produção técnica e obra artística realizada	unidade	8			
						Bolsa acadêmica concedida	unidade	28
						Curso de pós-graduação lato-sensu implementado	unidade	2
Aprimoramento e qualificação da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, associadas às vocações regionais	UERGS	Fomentar e apoiar o desenvolvimento de pesquisa focadas nas áreas: Humanas, Vida e Meio Ambiente e Exatas e Engenharias, considerando a viabilidade de parcerias, os arranjos produtivos locais e demandas regionais, a transferência de tecnologia e o aumento do número de grupos de pesquisa, gerando condições para implantação de programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.	Participação (docente e/ou discente) em eventos de ensino, pesquisa e extensão, financiada pela UERGS	unidade	697			
			Produção científica (artigos e livros) e Depósito de pedido de patentes realizado	unidade	66			
			Projeto de Pesquisa e inovação tecnológica ativo vinculados aos grupos de pesquisa	unidade	97			
						Bolsa acadêmica concedida	unidade	100
						Curso de graduação ofertado	unidade	4
Formação inicial e continuada	UERGS	Ampliar e qualificar programas acadêmicos; Promover e ampliar a oferta e vagas de cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológico, presenciais e a distância; qualificar a formação de docentes, discentes e técnicos da comunidade universitária e regional, articulados com a realidade de cada campus regional.	Vaga em curso de graduação ofertada	unidade	560			
Melhoria e ampliação da infraestrutura	UERGS	Projetar, implantar ou adequar as instalações físicas, patrimoniais e acervo bibliográfico da UERGS, adequadas aos projetos pedagógicos de curso e a legislação vigente do Ensino Superior.	Acervo Bibliográfico adquirido	unidade	2.700			

PROGRAMA: PROTEÇÃO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cooperação Técnica com os Municípios	FPERGS	Promover o assessoramento aos municípios do RS sobre o acolhimento institucional, de forma complementar ao DAS, através da realização de projeto de formação para os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento e na rede de proteção a criança e ao adolescente. Desenvolver um plano de ação conjunto com o Estado, municípios e demais instâncias implicadas no cuidado da população adulta com demandas de risco social e saúde agravadas que permanecem atendidas pela FPERGS.	Município cooperado em formação para o Acolhimento Institucional	unidade	15

Caderno de Regionalização

Social

Garantia de acesso dos acolhidos aos recursos para o seu pleno desenvolvimento	FPERGS	<p>Fornecer aos acolhidos alimentação geral e especial e demais recursos necessários as suas atividades escolares, de lazer, de vestuário e higiene. Promover intervenção permanente com vistas ao desenvolvimento de autonomia e habilidades para condução de seus projetos de vida, especialmente, quanto a profissionalização e inserção no mundo do trabalho. Readequar a quantidade de acolhidos por abrigo residencial e redimensionar o aproveitamento do quadro de pessoal, considerando a estrutura física, especificidades dos acolhidos e critérios estabelecidos em legislação. Estimular o protagonismo dos adolescentes através do apoio a realização de seminário pelos adolescentes acolhidos.</p> <p>Promover a convivência familiar e comunitária através do incentivo à participação da comunidade no projeto de voluntariado e no programa de apadrinhamento afetivo. Promover ações de formação e qualidade de vida no trabalho para os profissionais que atuam na FPERGS, bem como realizar o acompanhamento funcional dos servidores. Atuar sobre as situações de conflito geradas na execução do atendimento aos acolhidos através da implantação e implementação de novas práticas de abordagem, com o projeto de mediação de conflito com referência ao aporte das práticas restaurativas no âmbito da FPERGS. Modernização e readequação da estrutura para melhorias na habitabilidade dos abrigos de forma a qualificar o atendimento prestado aos acolhidos através da aquisição/construção/ampliação/reforma/aluguel de bens móveis/imóveis, de sistema de gerenciamento/controle de dados dos acolhidos.</p> <p>Fornecer alimentação básica e material pedagógico para o atendimento em contra-turno escolar realizado no centro social de Taquari.</p>	Criança/adolescente atendido em contra-turno escolar	unidade	260
			Evento de formação/capacitação profissional realizado	unidade	4

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO CONSOLIDANDO A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE

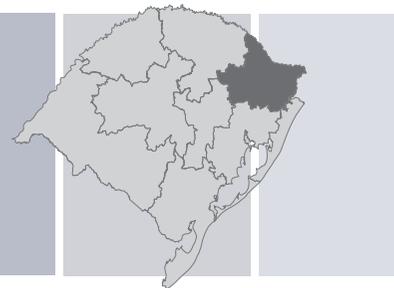
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Leitos Hospitalares	SES	Ampliar a oferta de leitos SUS em hospitais públicos e filantrópicos, através do repasse de recursos próprios e de convênios para obras de expansão em hospitais existentes ou construção de novos. Viabilizar o funcionamento do Hospital Regional de Santa Maria. Implementar e ampliar as ações de saúde prestadas pelo Hospital do município de Osório para a população própria e referenciada. Ampliar leitos de internação em hospitais prioritários. Apoiar a construção do Hospital de Gravataí e implantação do Hospital Regional de Palmeira das Missões.	Leito de internação ampliado	unidade	10
Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica	SES	Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos.	Município beneficiado com recurso para Assistência Farmacêutica Básica	unidade	59
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências de Diagnósticos e Tratamento	SES	Implantar e implementar centros de especialidades odontológicas e habilitar os laboratórios regionais de prótese dentária.	Centro de Especialidade Odontológica mantido e implantado Laboratório Regional de Prótese Dentária mantido e implantado	unidade	1 14
Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde	SES	Realizar ações conjuntas e padronizadas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. Identificar, conhecer, monitorar e prevenir os fatores de risco, promovendo a saúde, controlando e minimizando a ocorrência de doenças, epidemias e agravos como violência interpessoal (doméstica, sexual e outras) e autoprovocada. Municípios prioritários com ações de Vigilância Epidemiológica e controle da tuberculose, descentralizadas para a atenção básica, com ênfase no diagnóstico e tratamento.	Ação de vigilância sanitária de baixa complexidade descentralizada	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde	SES	Realizar ações conjuntas e padronizadas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. Identificar, conhecer, monitorar e prevenir os fatores de risco, promovendo a saúde, controlando e minimizando a ocorrência de doenças, epidemias e agravos como violência interpessoal (doméstica, sexual e outras) e autoprovocada. Municípios prioritários com ações de Vigilância Epidemiológica e controle da tuberculose, descentralizadas para a atenção básica, com ênfase no diagnóstico e tratamento.	Hospital com nova técnica laboratorial para o diagnóstico das meningites bacterianas implantada	unidade	1
			Município com ação de vigilância epidemiológica e controle da tuberculose descentralizado para Atenção Básica	unidade	1
			Município com testagem rápida das hepatites virais B e C implantada em Unidade de Saúde da Atenção Básica	unidade	4
			Serviço especializado de referência em atendimento de hepatites virais implantado	unidade	2
			Unidade Sentinela de Vigilância da Influenza ampliada e qualificada	unidade	1
Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado	SES	Qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjuntos de ações de saúde, onde o estado desenvolverá ações que visem, ENTRE OUTRAS, a integridade da saúde do homem. Implantar e implementar as Linhas de Cuidado a partir da Atenção Básica, tendo em vista sua responsabilidade na coordenação do cuidado e ordenamento da rede, visando a garantia de acesso e qualificação da atenção à saúde. Busca-se identificar as portas de entrada da rede de serviços, classificando o critério de risco, acompanhando o usuário por todos os pontos de atenção e organizando as referências e contra-referências regionais. As Linhas de Cuidado devem ser subsidiadas por conhecimento científico atualizado, oportunizando espaço para ações inovadoras, com garantia e efetivação dos princípios da política de humanização do SUS. Além disso, busca-se promover a equidade e a integralidade da atenção à saúde para a população por meio de ações transversais e intersetoriais, intensificando as ações e o cuidado direcionados às populações em situação de vulnerabilidade. Implementar a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PIC), visando a integralidade das ações e a ampliação das possibilidades terapêuticas naturais e humanizadoras.	Equipe de Saúde Prisional mantida e habilitada	unidade	2
			Município beneficiado com recurso para o cuidado da pessoa vivendo com HIV/Aids na Atenção Básica	unidade	4
			Programa de Combate ao Racismo Institucional na Atenção Básica mantido e implantado	unidade	7
Qualificação da Atenção Básica	SES	Ampliar e qualificar a Atenção Básica priorizando a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Primeira Infância Melhor (PIM), incluindo o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Atender crianças através do PIM, atingindo todos os municípios e proporcionando uma maior cobertura populacional. Aumentar o número de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, Equipes de Saúde da Família Índigena e Quilombola. Realizar ações conjuntas em Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, trabalhador) e de Promoção e Prevenção da Saúde.	Equipe de Saúde Bucal mantida e implantada	unidade	71
			Equipe de Saúde da Família mantida e implantada	unidade	128
			Família atendida pelo PIM	unidade	1.660
			Município beneficiado com recursos para qualificação da atenção básica	unidade	59
			Município com PIM implantado	unidade	12
			Núcleo de Apoio à Saúde da Família mantido e implantado	unidade	8
			Visitador do Primeira Infância Melhor habilitado	unidade	83

Região Funcional



3

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio ao Acesso ao Crédito e Saneamento de Cooperativas	SDR	Apoiar o acesso às linhas de crédito específicas para capital de giro, investimento e saneamento financeiro, para operações junto ao Sistema Bancário, bem como garantir, quando possível, operações por meio do Fundo de Aval para Cooperativas Agropecuárias (Lei Estadual nº 13.863/2011).	Cooperativa beneficiada	unidade	4
Apoio e Fomento a Cooperativas	SDR	Fomentar a organização formal de novas cooperativas, oportunizando a geração de trabalho e renda com inclusão social, bem como apoiar projetos de estruturação de cooperativas dos ramos agropecuário, trabalho, consumo, crédito, mineração, saúde, transporte, especial/social, produção, habitação, ensino, infraestrutura e turismo e lazer.	Evento realizado	unidade	12

PROGRAMA: CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETEL	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	1

PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Defesa Sanitária Animal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário. Melhorar as condições sanitárias dos rebanhos do RS e manter as condições sanitárias existentes com objetivo de aumentar produtividade, renda e valorização do produto através do acesso a mercados exigentes, realizando georreferenciamento de propriedades e identificação individual de animais. Atender demanda com educação sanitária animal, incremento das atividades de fiscalização de trânsito e em propriedades, monitoramento da condição sanitária dos animais e incremento das atividades de vigilância sanitária. Implantar novos módulos, visando ampliar a abrangência do Sistema de Defesa Agropecuário (SDA). Realizar inquéritos epidemiológico. Promover a indenização pelo abate sanitário e sacrifício de animais atingidos pela febre aftosa, tuberculose, brucelose e peste suína clássica e outras doenças infecto-contagiosas. Adquirir vacinas para imunização do rebanho do RS.	Propriedade georreferenciada	unidade	11.745
Defesa Sanitária Vegetal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário e evitar a introdução de novas pragas e atuar na erradicação e controle da disseminação das presentes, através das ações de fiscalização, vigilância epidemiológica, certificação sanitária e apoio laboratorial para a realização de diagnósticos e exames. Promover a qualidade e a idoneidade dos insumos e dos serviços agropecuários, através da fiscalização de estabelecimentos, prestadoras de serviços e propriedades rurais. Atender demanda com educação sanitária vegetal.	Barreira fitossanitária executada	unidade	2.000
			Estabelecimento de comércio de insumos agrícolas fiscalizado	unidade	140
			Exame de laboratório de análise de resíduos de agrotóxicos realizado	unidade	72
			Inspeção realizada	unidade	520
			Permissão de trânsito emitida	unidade	253.600
			Propriedade com certificação fiscalizada	unidade	280
			Propriedade rural fiscalizada no uso de agrotóxico	unidade	180
			Treinamento e capacitação de servidores realizada	unidade	4
			Unidade consolidadora fiscalizada	unidade	30

Caderno de Regionalização

Econômico

Inspeção de Produtos de Origem Animal	SEAPI	<p>Criar grupo interinstitucional (SEAP, FAMURS, SDR, FETAG e EMATER) para a elaboração de estratégias, visando a conscientização e incentivo de gestores municipais e empresários quanto à adesão aos SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial, Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) e ao SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal). Identificar servidores e capacitação dos mesmos para atuação como auditores do SISBI-SUSAF, buscando agilizar o atendimento às solicitações de adesão. Realizar auditorias orientativas e de inclusão ao sistema SISBI-SUSAF nos serviços de inspeção municipal e estabelecimentos aptos documentalmente. Capacitar servidores estaduais para padronização de procedimentos, buscando a equivalência ao SIF (Serviço de Inspeção Federal) e, por conseguinte, a adesão ao SISBI.</p>	Auditor SISBI-SUSAF capacitado	unidade	8
Inspeção de Produtos de Origem Vegetal	SEAPI	<p>Promover a qualidade dos produtos de origem vegetal, da matéria prima ao produto final, através de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal.</p>	Análise laboratorial de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Análise laboratorial de vinhos e derivados da uva e do vinho realizada	unidade	1.200
			Coleta de produtos vegetais para análise de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Coleta de vinificação realizada	unidade	1.120
			Estabelecimento de comércio de vinhos e derivados da uva fiscalizado	unidade	60
			Estabelecimento produtor de vinhos e derivados da uva e do vinho fiscalizado	unidade	2.364
			Veículo transportador de vinhos e derivados da uva e vinho fiscalizado	unidade	440

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Armazenagem da Produção Agrícola e Pecuária Gaúcha	CESA	<p>Promover a política de armazenagem oficial do Estado do RS, prestando serviços especializados em armazenagem e beneficiamento de grãos, recebendo produtos de lavoura e preparando-os para a guarda por longos períodos, tanto para agricultores como para cooperativas e iniciativa privada. Armazenar os estoques oficiais e executar os programas sociais do Governo Federal, como Milho Balcão e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, ambos voltados para a agricultura familiar. Realizar a armazenagem de produtos perecíveis e deterioráveis como carnes, frutas, hortaliças e medicamentos. Os procedimentos tarifários e técnicos implicam o balizamento da política tarifárias e de procedimentos técnicos.</p>	Média de produto a frio armazenado	t	20.700

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Programa de Regionalização do Turismo	SETEL	O Programa visa fortalecer as governanças, promover a articulação e integração regionais, estruturar e consolidar destinos e produtos turísticos competitivos nas regiões, com benefícios aos empreendedores, comunidades locais, gestores públicos municipais, bem como ampliar e diversificar a oferta turística por meio da estruturação e qualificação de produtos, segmentação e posicionamento de destinos e produtos no mercado turístico. Compete ao Programa de Regionalização articular projetos transversais com outros órgãos do Estado, principalmente Cultura, Educação e Meio Ambiente, visando a qualificação e promoção do Turismo cultural e ecológico e programas de educação turística nas escolas.	Gestor público capacitado	unidade	60
			Governança regional apoiada	unidade	2
Qualificação profissional e empresarial do Turismo	SETEL	Qualificar profissionais e empresários ligados direta e indiretamente ao Turismo, incluindo a produção associada à atividade turística, nos seus diversos níveis, desde a gestão até a operação. Criar e implementar programa de qualificação ao quadro técnico do turismo visando a atualização profissional e à melhoria dos serviços prestados à sociedade, abrangendo todas as divisões técnicas, de forma continuada.	Gestor/empreendedor qualificado	unidade	100
			Profissional qualificado	unidade	400

PROGRAMA: DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO, MODERNIZAÇÃO DE SETORES TRADICIONAIS, INDUÇÃO DE NOVAS ECONOMIAS E ALAVANCAGEM DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Financiamentos de Investimentos à Ampliação da Infraestrutura Pública Municipal do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos públicos municipais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	19.461.893
Financiamentos de Investimentos para a Ampliação da Infraestrutura Econômica do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para os setores de transporte, energia, gás, saneamento, educação, saúde e telecomunicações.	Operação de financiamento aprovada	R\$	182.658.549
Financiamentos de Investimentos para a Modernização de Setores Tradicionais e a Indução de Novas Economias Empresariais no RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos empresariais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	365.527.846
Financiamentos de Investimentos para a Modernização e Ampliação da Produção e da Produtividade Agropecuária Gaúcha	BADESUL	Aprovar operações de crédito para projetos de produtores rurais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	226.996.760

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.	SDECT	Apoiar a estruturação de pólos, parques tecnológicos e incubadoras em articulação com universidades, setores produtivos e o poder público em todos os níveis.	Projeto de Incubadora Tecnológica apoiado	unidade	3
			Projeto de Parque Tecnológico apoiado	unidade	1
			Projeto de Polo Tecnológico apoiado	unidade	9

Caderno de Regionalização

Econômico

Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Extensão Produtiva e Inovação (NEPIs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio a projetos prioritários e ações coletivas para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação e à realização de estudo de viabilidade para simbiose industrial e da formação de agendas para execução de ações transversais. Implantar e/ou manter Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação para capacitar pequenas e médias empresas do setor industrial nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações, produção mais limpa e benchmarking. Inclui formação da equipe para gestão e monitoramento do Projeto.	Ação coletiva em APL realizada	unidade	88
			APL com Governança apoiada	unidade	2
			APL com Projeto Prioritário apoiado	unidade	1
			Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação implantado / mantido	unidade	3
Redes de Cooperação	SDECT	Desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas. O projeto foi iniciado no ano 2000, sendo concebido para empreendedores da indústria, comércio e serviços, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados. O Programa Redes de Cooperação foi formalizado através do Decreto nº 42.950 / 2004.	Nova empresa em rede associada	unidade	80
			Nova Rede implantada	unidade	20

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à Agroindústria Familiar	SDR	Apoiar as agroindústrias familiares e o artesanato rural. Fomentar a legalização de agroindústrias familiares e de pequeno porte de processamento artesanal no âmbito sanitário, ambiental e fiscal, buscando agregar valor à produção, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional e ao incremento da geração de trabalho e de renda no campo, através do fornecimento de assistência e qualificação técnica, apoio na comercialização e linhas de crédito específicas aos beneficiários do programa. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual, executando a política estadual de agroindústria familiar de acordo com a Lei Estadual 13.921, de 17 de janeiro de 2013, o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) e Dec. 49.341, de 5 de julho de 2012.	Projeto Agroindustrial apoiado	unidade	72
Apoio ao Artesanato e ao Turismo Rural	SDR	Promover o turismo e o artesanato rural, apoiando a legalização dos empreendimentos que desenvolvam essas atividades e auxiliando na elaboração e no encaminhamento de projetos de crédito, na legalização ambiental e tributária, na formação técnica dos beneficiários, no apoio à produção (matéria prima e equipamentos), à comercialização, à promoção e na disponibilização de marcas próprias certificando a origem dos seus produtos.	Projeto de incentivo à produção apoiado	unidade	12
Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar	SDR	Apoiar a inserção dos agricultores nos mercados institucionais através do apoio à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de outras formas de compras institucionais, como a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS (Lei nº 13.922/2012).	Agricultor beneficiado pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea Produto adquirido da agricultura familiar pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	unidade t	324 615
Apoio e Desenvolvimento da Produção Leiteira e da Pecuária Familiar	SDR	Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e da pecuária de corte nas propriedades de base familiar. Proporcionar a melhoria da produtividade e qualidade do leite, melhoramento genético do rebanho, aumento na disponibilidade de forragem e estruturação das propriedades, através do acesso ao crédito para ações de custeio e investimento, assim como implementar unidades demonstrativas para o aperfeiçoamento e troca de conhecimentos. Estimular a produção pecuária de base ecológica, agregação de valor a subprodutos da pecuária, e apoiar as atividades de rastreabilidade do rebanho gaúcho.	Agricultor e pecuarista familiar beneficiado	unidade	1.688
			Projeto produtivo apoiado	unidade	128

Caderno de Regionalização

Econômico

Apoio e Desenvolvimento de Sistemas de Base Ecológica	SDR	Fomentar os sistemas agroecológicos e de produção orgânica e a comercialização, valorizando a agrosociobiodiversidade e estimulando a diversificação da produção agrícola, contemplando também as plantas medicinais, aromáticas e condimentares, priorizando mulheres e jovens rurais, por meio de financiamento e outras ações do Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica (Decreto 51.617/2014). Apoiar os sistemas de produção agropecuários que vizam a transição e/ou consolidação agroecológica de unidades produtivas, promovendo a geração de trabalho, renda e a inclusão social, estimulando a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Projeto produtivo apoiado	unidade	48
Desenvolvimento e Apoio Socioeconômico de Comunidades Quilombolas	SDR	Apoiar empreendimentos coletivos para a geração de renda e incentivar projetos produtivos em comunidades quilombolas.	Comunidade quilombola beneficiada	unidade	1
Desenvolvimento Integrado da Pesca Artesanal e Aqüicultura	SDR	Apoiar a pesca artesanal e a aqüicultura e promover a popularização do consumo de peixe no Rio Grande do Sul, através de iniciativas de apoio à comercialização e do incremento da produtividade e da produção sustentável de pescado.	Evento de divulgação das ações de pesca e aqüicultura realizado	unidade	1
			Unidade de referência tecnológica implantada	unidade	5
			Viveiro para piscicultura construído	unidade	110
Fortalecimento Etnosustentável e Desenvolvimento Socioeconômico de Comunidades Indígenas	SDR	Apoiar a elaboração de planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas em áreas estaduais; elaborar e executar projetos produtivos das comunidades indígenas, visando garantir a segurança alimentar, o fortalecimento da produção e o apoio a agroindustrialização e comercialização do excedente; implementar ações de manejo e recuperação de solos degradados; incentivar a implantação e manutenção de pontos de venda de artesanato e participação em feiras.	Comunidade indígena atendida	unidade	1

PROGRAMA: PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Otimização da Infraestrutura dos Centros de Pesquisa da FEPAGRO	FEPAGRO	Viabilizar a construção, reforma, adequação, manutenção de benfeitorias, bem como a aquisição de máquinas, implementos e equipamentos é considerada estratégica. A Fepagro conta com 20 Centros de Pesquisa distribuídos no Estado e, para atender sua missão institucional de desenvolver pesquisa agropecuária e gerar conhecimentos e tecnologias, as condições de infraestrutura necessitam de ajustes e atualizações.	Projeto de obra civil de construção e reforma realizada	unidade	2
Projeto de Pesquisa Mais Água	FEPAGRO	Contribuir para o aumento da disponibilidade e melhoria da qualidade da água, através da avaliação de práticas adequadas de manejo de solo e de resíduos de suínos, do monitoramento das condições meteorológicas e processos hidrológicos, integrados a uma análise socioeconômica, em diferentes sistemas agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul.	Ensaio de manejo de cultivo na qualidade do solo realizado	unidade	20
			Estação de monitoramento para solo instalada	unidade	3

PROGRAMA: INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Democratização e Qualificação da Comunicação Governamental	SECOM	Realizar cobertura jornalística da agenda diária do governador e divulgar as informações referentes às principais ações do governo a jornais, portais de internet, emissoras de rádios e televisões, por meio de releases da agência de notícias online do Estado e ferramentas de disparo de emails. Prestar atendimento a jornalistas na busca de informações referentes à administração estadual. Realizar acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia e ampliar o acesso a informações a toda a sociedade.	Comunicação governamental regionalizada por meio da estrutura das regiões funcionais do RS	unidade	1

PROGRAMA: PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Análises Socioeconômicas para o Planejamento	SEPLAN	Elaborar e publicar o Atlas Socioeconômico do RS, nos idiomas português e inglês, e Perfis Regionais com informações por COREDE e Região Funcional.	Perfil por COREDE publicado Perfil por Região Funcional publicado	unidade unidade	3 1
Planejamento Governamental e Regional	SEPLAN	Elaborar, realizar o acompanhamento e avaliar o Plano Plurianual estadual e utilizar as informações provenientes desse processo para elaborar documentos, visando proporcionar transparência à atuação governamental. Elaborar agendas para o equilíbrio territorial, utilizando informações do PPA. Elaborar estudos de longo prazo para o Estado e estimular o planejamento de longo prazo nos órgãos estaduais.	Agenda para o equilíbrio territorial elaborada Caderno de Realizações elaborado	unidade unidade	3 12
Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDES	SEPLAN	Promover e acompanhar o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDES.	Plano estratégico elaborado	unidade	3

PROGRAMA: REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Execução de Convênios para Regulação de Serviços de Competência da União e dos Municípios	AGERGS	Executar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, convênio com a ANEEL para a fiscalização dos serviços delegados de energia elétrica de competência da União. Executar convênio com os municípios para a regulação do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	39
Fomento à Participação Social	AGERGS	Assegurar a plena transparência das ações e decisões da AGERGS, através de diversos mecanismos: publicação anual de relatório, que deve incluir a avaliação dos indicadores de qualidade, o resultado de pesquisa de opinião pública sobre a sua prestação e o demonstrativo de origem e aplicação de seus recursos, divulgados através de audiência pública, cujo teor e resultados serão também publicados e remetidos à Assembléia Legislativa; disponibilização de sistema de Ouvidoria Pública, bem como manutenção de cadastro de usuários voluntários, que podem opinar, sugerir e reclamar quanto à prestação dos serviços públicos delegados; realização de audiências e Consultas Públicas, bem como incentivo à formação de conselhos de consumidores, contribuindo também para a participação social no processo regulatório.	Audiência Pública realizada Usuário Voluntário cadastrado	unidade unidade	4 572

Caderno de Regionalização

Governança e Gestão

Monitoramento da Modicidade Tarifária, Equilíbrio Econômico-Financeiro e Justa Remuneração Abrangendo as Áreas Reguladas pela AGERGS	AGERGS	Estabelecer estratégias que contemplem estudo, desenvolvimento e aprimoramento da estrutura de custos dos serviços públicos prestados, com maior capacitação dos técnicos na área de regulação para estabelecimento de padrões de referência, incentivo à excelência da gestão e investimentos dos concessionários, por meio de ferramentas regulatórias, desenvolvimento de padrões contábeis e rotinas de informação e redução da assimetria de informações entre delegatários, usuários e poder público, incluindo a implantação de banco de dados com informações econômico-financeiras, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: saneamento, transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação. Essa ação está embasada na Lei Estadual nº 10.931/97, que criou a AGERGS, definindo dentre seus objetivos o de assegurar a modicidade tarifária, contida no conceito de serviços públicos adequados, e o de zelar pelo equilíbrio econômico e financeiro dos serviços públicos.	Fiscalização Regulatória realizada	unidade	4
			Revisão e Reajuste Tarifário realizado	unidade	8
Monitoramento e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Públicos Delegados nas Áreas Reguladas pela AGERGS	AGERGS	De acordo com a Lei nº 10.931/97, toda concessão ou permissão de serviços públicos pressupõe a sua prestação, assegurando o pleno atendimento das necessidades dos usuários, de acordo com o conceito de serviço adequado, ou seja, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A regulação da qualidade dos serviços com a elaboração e acompanhamento de indicadores e realização de pesquisas de opinião pública constitui-se, portanto, num dos pilares da ação do Estado para o cumprimento do que determina a lei a fim de garantir a promoção do interesse público e a melhoria da qualidade de vida da população, de acordo com a Lei nº 11.075/98. A ação inclui a implantação de banco de dados com informações de padrões de qualidade dos setores sob regulação da AGERGS, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	39

PROGRAMA: REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, CONCILIAÇÃO E CONSULTORIA AO ESTADO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Modernização Institucional	PGE	Promover a qualificação técnica dos integrantes de seus quadros funcionais, a melhoria operacional e a infraestrutura necessárias ao efetivo e regular desempenho das atividades de consultoria jurídica e de representação judicial da administração pública estadual, desempenhadas pela PGE, por meio dos seguintes órgãos de direção, execução e de apoio: Gabinete, Conselho Superior, Corregedoria-Geral, Procuradorias com funções especializadas (06), de coordenação e integração (01), de pesquisa e documentação (01), de execução regional (18), de execução junto aos Tribunais Superiores (01) e órgão central de apoio administrativo (01). Edificar nova sede para a PGE, que concentre em lugar único a atuação de seus órgãos e atenda as particularidades relacionadas à atuação judicial, viabilizando melhores condições de trabalho e de atendimento à Administração Pública e ao cidadão.	Capacitação de pessoal realizada	unidade	2,63
			Manutenção e qualificação da infraestrutura física realizada	%	0,66

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio para o Acesso à Internet e à Telefonia no Meio Rural	SDR	Articular e realizar ações conjuntas entre as Cooperativas de Infraestrutura, os Municípios e as operadoras de telefonia para criação de condições e disponibilização de infraestrutura para acesso à Internet de qualidade no meio rural.	Articulação/ação realizada	unidade	3
Melhoria da Qualidade da Energia Elétrica no Campo	SDR	Articular com entidades e municípios a realização de levantamento da necessidade de carga de energia elétrica nos empreendimentos rurais de associados de cooperativas. Requerer eventuais providências necessárias junto aos Comitê de Planejamento Energético do Estado (COPERGS) para a adequação da tensão de energia pelas distribuidoras. Quando o tipo de obra exigir participação financeira do consumidor, apoiar financeiramente, com a utilização de recursos do FEAPER, a execução do projeto.	Levantamento de necessidade de carga realizado Projeto de melhoria da infraestrutura energética implantado	unidade unidade	180 24

PROGRAMA: ENERGIA ELÉTRICA PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão da Geração	CEEE-GT	Ampliar a capacidade de produção de energia, aumentar a participação da CEEE-GT no mercado e aumento da rentabilidade da atividade geradora através da renovação e ampliação do parque existente, bem como participações em novos projetos que envolvam fontes geradoras alternativas.	Potência hidroelétrica instalada expandida	Mw	8
Expansão da Transmissão	CEEE-GT	Aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT através da construção e da ampliação de linhas de transmissão e subestações de energia elétrica.	Capacidade de transmissão expandida	MVA	50

PROGRAMA: GÁS PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Melhorias Operacionais dos Sistemas de Distribuição de Gás Natural	SULGÁS	Expandir a rede de distribuição de gás natural e da carteira de clientes, especialmente no segmento de varejo, constituído por clientes residenciais e comerciais. Haverá a ampliação, também, do volume de gás natural distribuído a regiões com demandas potenciais significativas e da oferta de gás natural na forma comprimida (GNC) a regiões afastadas da rede de distribuição. Dentre os principais projetos, destacam-se: macrocélulas em Porto Alegre e Caxias do Sul; saturação das redes existentes (AÇO e PEAD); ramal UTE Rio Grande; interligação Polo Petroquímico Triunfo; interligação Canoas-Cachoeirinha; ramal Scharlau/Portão; ramal Alvorada; ramal Cavalhada; ramal Agronomia; Projetos Estruturantes (modal GNC) em Gramado/Canela e Santa Cruz do Sul. Esta ação contempla, ainda, a realização de projetos de infraestrutura que configuram melhorias no sistema de distribuição de gás natural e no atendimento aos clientes. Os projetos compreendem desde a aquisição de sistemas e/ou equipamentos operacionais até a construção de redes de infraestrutura de distribuição fundamentadas na ampliação da capacidade de fornecimento, na segurança operacional e na robustez da malha dutoviária de distribuição de gás, agregando valor ao produto e aos clientes.	Cliente atendido Rede de distribuição de gás natural expandida Volume de GN comercializado	unidade km m3/d	1.533 52,2 183.563

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Desenvolvimento do Mercado de Biometano no Estado	SULGÁS	Incentivar a implantação de projetos de produção de Biometano em diferentes regiões funcionais. Produzir e fornecer o energético, à Sulgás, a partir de distintos substratos com vistas à injeção na rede de distribuição. As principais atividades e investimentos previstos para a consecução da ação são: Realização de Chamada Pública para seleção de propostas para fornecimento de Biometano; Ramal Carlos Barbosa; Projetos Estruturantes; Gerador (Paralelo) – Posto GNV Verde Montenegro; Pontos de Injeção de Biometano – GNV Verde; Projeto Pesquisa de Biometano e GNV em Motores – Convênio Univates; Projeto de Pesquisa “Mapa do Biometano e Biomassa no RS” – UNIVATES; Análises Físico-Químicas Biometano (GNV Verde) – Convênio SULGÁS/SENAI/CTGÁS; aplicação do Biometano em veículos leves e pesados; aplicação de Biometano na indústria; aplicação de Biometano para geração de energia elétrica e cogeração.	Projeto contratado	unidade	1
			Volume de biometano adquirido	m3/d	35.000

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS, MICRORREGIÕES E AGLOMERAÇÕES URBANAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aperfeiçoamento do Processo de Gestão Territorial e Mobilidade Urbana	METROPLAN	Formular políticas e diretrizes que promovam a organização do território e o desenvolvimento sustentável, em articulação com a SEPLAN e os COREDES, através da elaboração de planos de desenvolvimento urbano integrado, assessoramento técnico aos municípios na elaboração e/ou revisão dos planos diretores e análise de parcelamento de solo. Apoiar e assessorar as prefeituras através de compatibilizações de ações entre governos. Realizar trabalhos técnicos e operações em diversos segmentos. Realizar a gestão de projetos e estudos técnicos especializados para elaboração do Plano Estratégico da Região Metropolitana de Porto Alegre visando definir as macrodiretrizes que nortearão o conjunto de ações estratégicas e prioritárias, voltadas para o desenvolvimento sustentável, econômico, social, ambiental e reordenamento territorial. Realizar estudos para aplicação das diretrizes gerais contidas no Estatuto da Metrópole para o planejamento, gestão, execução das funções públicas de interesse comum, em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas, instituídas pelo Estado, e normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado. Articular instrumentos de governança interfederativa e critérios para o apoio da União em ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, em articulação com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional e os COREDES envolvidos. Realizar a modelagem do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros (Aulinor, Ausul, RMSG e RMPA) e Consórcio de Gestores do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros.	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana da Serra Gaúcha - RMSG elaborado	%	100
			Projeto de parcelamento do solo analisado	%	80
Aperfeiçoamento e Implantação de Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	METROPLAN	Criar a estrutura de atendimento da Região Metropolitana da Serra Gaúcha e Microrregião Celeira, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais. Implantar o Sistema e suporte institucional para o planejamento e gestão da RMSG e Microrregião Celeira. Aprimorar o sistema institucional para o planejamento e gestão das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Apoio às Prefeituras Municipais com vista ao Planejamento Regional, à elaboração de Planos Integrados e à compatibilização das ações das esferas municipais, estadual e federal, em articulação com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional e os COREDES. Planejamento e Execução da Governança através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Estrutura do Sistema de Planejamento Metropolitano.	Escritório da Região Metropolitana da Serra Gaúcha - RMSG implantado	%	100
Aperfeiçoar os Serviços de Fiscalização e Sistema Informatizado, Controle do Sistema e Apoio ao Usuário do Transporte Metropolitano Coletivo	METROPLAN	Aprimorar o sistema de gestão de informações do transporte metropolitano coletivo de passageiros, através da implementação de um banco de dados centralizado, atualização da base cartográfica, incremento da arrecadação das taxas e contribuição dos serviços delegados. Qualificação no atendimento ao usuário do transporte metropolitano coletivo de passageiros, incremento da fiscalização e controle da frota de veículos de transporte metropolitano de passageiros.	Atendimento ao usuário do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAAC aperfeiçoado	%	25

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Aperfeiçoar os Serviços de Fiscalização e Sistema Informatizado, Controle do Sistema e Apoio ao Usuário do Transporte Metropolitano Coletivo	METROPLAN	Aprimorar o sistema de gestão de informações do transporte metropolitano coletivo de passageiros, através da implementação de um banco de dados centralizado, atualização da base cartográfica, incremento da arrecadação das taxas e contribuição dos serviços delegados. Qualificação no atendimento ao usuário do transporte metropolitano coletivo de passageiros, incremento da fiscalização e controle da frota de veículos de transporte metropolitano de passageiros.	Controle de sistema de gestão de transporte metropolitano coletivo de passageiros aperfeiçoado	%	10
			Sistema de gestão de recursos financeiros implantado	%	15
Promoção do Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	METROPLAN	Assessorar os municípios das Região Metropolitanas e aglomerações urbanas, para assuntos relacionados à gestão da destinação de resíduos sólidos. Produzir conhecimento necessário à implantação de um sistema de dados georreferenciados, cartográficos e socioeconômicos. Consolidar informações com vistas à elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento. Elaborar estudos e projetos no âmbito das Regiões Metropolitanas e aglomerações urbanas no Estado, bem como estudos voltados aos planos diretores através de convênios firmados. Apoiar os Municípios das Regiões Metropolitanas e das Aglomerações Urbanas com relação à Agenda de Sustentabilidade.	Agendas regionais e municipais de sustentabilidade apoiadas	%	50
			Sistema de informações implantado	%	50

PROGRAMA: PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Capacidade de Rodovias	DAER	Aumentar a capacidade dos eixos rodoviários, através da duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação de terceiras e quarta faixas de trânsito, em pontos críticos que possuem alto índice de acidentes, aclives que reduzem drasticamente a velocidade e estradas que necessitam de aumento da sua capacidade de atender a demanda de tráfego, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.	Rodovia com capacidade ampliada	km	19,35
Conservação e Manutenção de Rodovia Pedagiada	EGR	Conservar e manter as rodovias pedagiadas. Os serviços compreendem basicamente a conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada manual ou mecânica, terraplenagem, sinalização vertical e horizontal, obras de arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem, conservação da faixa de domínio, melhorias em trevos e travessias urbanas, serviços de meio ambiente, serviços de supervisão e fiscalização. Os serviços e os projetos necessários à realização das obras serão contratados pela EGR junto a firmas especializadas.	Rodovia conservada	km	191,34
Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária	DAER	Aumentar a extensão da rede rodoviária possibilitando integração das comunidades a toda a malha existente, beneficiando um número maior de usuários. Envolve todos os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, obras complementares, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, desapropriações, serviços de meio ambiente, fiscalização e supervisão.	Acesso municipal construído	km	104,81
Construção de Rodovias	DAER	Executar todos os serviços destinados a expandir o sistema rodoviário estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, serviços complementares, custos referentes ao meio ambiente, supervisão e fiscalização.	Rodovia construída	km	26

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Convênios Municipais	DAER	Executar obras viárias destinadas a estender ou qualificar a rede viária municipal, ou segmentos de rodovia estadual diretamente ligada aos municípios, possibilitando maior integração, mobilidade, escoamento de produção e maiores benefícios sociais. Envolve os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares. As obras e os serviços serão realizados mediante convênios firmados entre o DAER e os Municípios, sendo responsabilidade do DAER o repasse de uma parcela dos recursos necessários. As obras serão realizadas pelos municípios, com acompanhamento do DAER.	Obra viária realizada	km	2,1
Manutenção de Praças de Pedágio	EGR	Manter a estrutura física das praças de pedágio, realizando todas as atividades necessárias envolvendo basicamente a área de eletroeletrônica, cancelas, segurança da praça e transporte de valores arrecadados.	Praça de pedágio mantida	unidade	4
Modernização, Manutenção e Ampliação do Sistema Aeroportuário	ST	Modernizar e manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços. As atividades necessárias constituem-se de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária e objetivam a ampliação e a qualificação necessárias ao aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros. Para a consecução das obras e serviços necessários será realizada a contratação de consultoria e de projetos para os aeroportos regionais e internacionais novos ou existentes bem como contratação de consultoria para estudos de demanda, impacto ambiental e localização de sítios aeroportuários.	Aeroporto mantido	unidade	2
			Aeroporto modernizado	unidade	2
			Estudo realizado	unidade	10
Operação e Administração do Sistema de Arrecadação das Rododovias Pedagiadas	EGR	Operar o sistema de arrecadação das rodovias pedagiadas, realizando as atividades necessárias as quais envolvem o planejamento, o controle e fiscalização das praças de pedágio e do fluxo de veículos. Implantação do Centro de Controle de Arrecadação - CCA e do Centro de Controle Operacional - CCO.	Arrecadação realizada	R\$	190.546.560
			Fluxo de veículo controlado	unidade	21.889.125
			Praça de pedágio administrada	unidade	4
Planejamento, Desenvolvimento e Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado	DAER	Elaborar o plano diretor rodoviário a partir do gerenciamento e do planejamento da malha rodoviária estadual; Introduzir a malha rodoviária do estado nas novas tecnologias de geoprocessamento, bem como, dispor de um preciso e atualizado instrumento de gestão; Obter o diagnóstico da malha rodoviária executando o levantamento da rede pavimentada e não pavimentada, incluindo o cadastro, o tráfego, condições do pavimento, acidentalidade e obras de arte especiais. Inspeccionar, diagnosticar, classificar e promover planos de ações de segurança viária. Cadastrar e monitorar os pontos de instabilidade de encostas; Desenvolver e implantar metodologias e especificações dos serviços do DAER através de aperfeiçoamento e gestão; Implementar um sistema estadual de registro de estudos e projetos, com a participação dos municípios; Conhecer, agrupar e analisar os dados socioeconômicos relacionados com a população, renda, frota de veículos, agricultura, indústria e serviços, bem como, valores de insumos e serviços utilizados nas obras rodoviárias; Atualização e elaboração de novos estudos e projetos de engenharia e estudos para licenciamento ambiental, bem como, estudos e pesquisas de matérias para pavimentação de rodovias e de novas técnicas construtivas em trechos rodoviários experimentais. Promover a regularização ambiental da malha rodoviária estadual com a obtenção das licenças de operação. Adquirir bens e serviços para desenvolvimento e suporte das atividades técnicas de engenharia.	Projeto rodoviário e de obra de arte especial concluído	km	355,12
Prestação de Serviços de Atendimento aos Usuários	EGR	Prestar serviços de socorro rodoviário com a remoção de veículos e resgate médico aos usuários. Os serviços de resgate médico serão terceirizados com a contratação de empresa especializada. A remoção de veículos será realizada por contratação de terceiros ou de forma direta pela EGR, com seus próprios recursos e com credenciamento para disponibilização de guinchos destinados à remoção de veículos com pane mecânica ou acidentados.	Ambulância disponibilizada	unidade	4
			Praça de pedágio com serviço de remoção de veículos atendida	unidade	4
Restauração de Pavimento	DAER	Restaurar rodovias pavimentadas, incluindo-se obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como, recuperação de obras de arte correntes, especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização.	Pavimento restaurado	km	285,97

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Restauração de Rodovia Pedagiada	EGR	Restaurar as rodovias pedagiadas, realizando obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como restauração de obras de arte correntes especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização. A EGR mediante processo licitatório contratará a execução dos serviços.	Rodovia restaurada	km	288,44
----------------------------------	-----	---	--------------------	----	--------

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	CORSAN	Expandir as redes e ligações de água; substituir redes de água; otimizar e/ou melhorar os sistemas de abastecimento; ampliar os sistemas de abastecimento considerando o crescimento vegetativo; ampliar o número de economias atendidas.	Capacidade instalada de tratamento de água ampliada	m3	2.207.520
			Rede de água assentada/substituída	m	109.264
			Volume de reservação ampliado	m3	2.000
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	CORSAN	Expandir e/ou substituir as redes e ligações de esgoto; substituir redes de esgoto; ampliar os sistemas de esgotamento sanitário; implantar sistemas de esgotamento sanitário, ampliar o número de economias com sistemas de esgoto sanitário disponibilizado.	Capacidade instalada de tratamento de esgoto ampliada	m3	16.083.360
			Economias disponibilizadas com sistemas de esgotamento sanitário	unidade	25.496
			Redes de esgoto assentadas	m	150.386

PROGRAMA: SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Implementação / Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais	SEMA	Apoiar a construção de ferramentas que possibilitem o planejamento de uso dos recursos naturais, os quais orientam o licenciamento e monitoramento das atividades antrópicas. Incentivar, articular e planejar, em parceria com os municípios, políticas de defesa dos direitos animais.	Plano de Manejo de Unidade de Conservação elaborado e/ou revisado	unidade	1
			Repovoamento da araucária e de plantio de árvores nobres de espécies folhosas nativas realizada	unidade	100.000

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E À INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas para as PcD e PcAH/Sd	FADERS	Articular políticas de diferentes esferas governamentais e em diferentes áreas e níveis de atuação, mediante a coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH no RS, a gestão da Política Pública Estadual, a promoção da interiorização de ações e da descentralização de recursos, o assessoramento a gestores e a atuação junto a Municípios, Órgãos, Entidades e Conselhos de Direitos e de Controle Social sobre políticas públicas no interesse das PcD e PcAH e suas entidades representativas.	Comitê Gestor instalado	unidade	6
			Conselho de Direitos e de Controle Social de Políticas assessorado	unidade	4
			Evento temático realizado	unidade	2
			Plenária do Fórum coordenada	unidade	4
Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Prestar atenção direta a pessoas com deficiência e a pessoas com altas habilidades / superdotação e sua comunidade, em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias, conhecimentos e espaços de atendimento, com vistas à elevação da qualidade de vida e à inclusão.	Pessoa com Deficiência ou Pessoa com Altas Habilidades atendida em serviço referência da FADERS	unidade	4.000
Produção de Conhecimento nas Áreas da Deficiência e das Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades / superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades / superdotação. Assessorar projetos e ações de órgãos públicos, instituições, entidades e empresas orientados à inclusão social das PcD e PcAH/Sd. Supervisionar estágios acadêmicos no campo e área de atuação da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Órgão / Projeto assessorado	unidade	8
			Pessoa capacitada para atenção às altas habilidades	unidade	20
			Pessoa capacitada para atenção às deficiências	unidade	300

PROGRAMA: ACESSO E PERMANÊNCIA COM QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Alimentação Escolar Qualificada para a Educação Básica	SEDUC	Estabelecer uma relação de parceria entre Estado e Municípios, por meio de repasse de recursos financeiros aos municípios para complementação e qualificação da alimentação escolar no âmbito estadual, transferindo gradativamente a alimentação municipalizada para a alimentação escolarizada, com vista à expansão e à melhoria da Educação Básica. Garantir apoio aos Municípios que assumiram o compromisso de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos alunos matriculados em todas as etapas e modalidades de ensino dos estabelecimentos estaduais de educação localizados na área de sua jurisdição. Garantir o atendimento aos alunos matriculados em escolas com a alimentação escolarizada na Educação Básica da rede pública estadual (creches, pré-escolas, ensino fundamental, médio, EJA, AEE), no Ensino Médio Politécnico, no Programa Mais Educação, em Escolas de Tempo Integral, bem como em escolas atendidas no Programa Nacional de Alimentação Escolar com cardápio regionalizado.	Aluno atendido com alimentação escolarizada	unidade	80.250
			Aluno atendido com alimentação municipalizada	unidade	7.416
			Município que atende alimentação municipalizada da rede estadual	unidade	14
Articulação de Ações Transversais com Órgãos Públicos e Instituições da Sociedade Civil que Garantam o Acesso e a Permanência	SEDUC	Desenvolver ações que integrem a Escola à rede de atenção à criança e ao adolescente, envolvendo órgãos públicos, sociedade civil organizada e comunidade escolar. Objetivando a melhoria e qualificação do ensino, estabelecer relação de parceria entre Estado e associações mantenedoras de estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos através de repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB. Estabelecer convênios com organismos nacionais e internacionais visando financiamento de ações para expansão da Educação Básica.	Parceria com entidades civis sem fins lucrativos realizada	unidade	18

Caderno de Regionalização

Social

Democratização e Eficiência da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	SEDUC	Manter as escolas de Educação Básica com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Atualizar e revisar os critérios de distribuição dos valores relativos ao suprimento mensal de recursos da Autonomia Financeira das Escolas da Rede Estadual de Ensino. Garantir a manutenção e qualificação dos sistemas informatizados de gestão nos aspectos administrativo, pedagógico e de recursos humanos, integrados entre escola, CREs e SEDUC. Realizar diagnóstico da demanda educacional e do atendimento escolar, bem como acompanhar o movimento e rendimento dos alunos para subsidiar a construção de políticas que assegurem a qualidade do acesso e a permanência da Educação Básica, através do censo escolar, central de matrículas e ISE - Informatização da Secretaria da Educação. Acompanhar sistematicamente a ficha de comunicação do aluno infrequente - FICAI on-line, junto aos órgãos parceiros, reforçando a necessidade de desenvolver estratégias interinstitucionais com enfoque para o trabalho em rede - Escola, Conselho Tutelar, Ministério Público e demais órgãos estaduais e municipais, concentrando esforços para manter o aluno na escola, permitindo ao Poder Público, através dos dados colhidos com a aplicação da ficha, a construção de políticas públicas em prol da garantia do direito à educação.	Central de matrículas implementada e informatizada	unidade	1
			Escola atendida com manutenção centralizada	unidade	229
			Escola atendida com programas de autonomia financeira e pedagógica	unidade	229
			Escola, CRE e SEDUC com gestão informatizada	unidade	232
Prevenção à Violência - CIPAVES - Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas Escolas	SEDUC	Implantar e implementar Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas escolas - CIPAVES, prioritariamente em escolas localizadas em municípios de maior vulnerabilidade social, por meio de formação e capacitação de professores e alunos em práticas restaurativas.	Escola com núcleo de gestão de conflito implantado	unidade	42
Transporte Escolar - Adesão ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar	SEDUC	Manter o maior número de municípios habilitados ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, através das adesões ao Transporte Escolar em 90% dos 481 municípios que atendem alunos do meio rural, de acordo com a legislação.	Município com termo de adesão firmado/assinado	unidade	49
Viabilização do Transporte Escolar	SEDUC	Realizar, com qualidade e vigilância, em parceria com os municípios, a oferta do transporte escolar aos alunos matriculados na Rede Pública Estadual, conforme legislação vigente.	Aluno da rede estadual transportado	unidade	10.371

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO DO ACESSO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ações de mobilização e articulação potencializando parcerias e convênios público privados para investimentos na Educação Profissional pública estadual	SEDUC	Estabelecer parcerias e convênios entre entes públicos e privados para a convergência de ações que contribuam para a melhoria da qualidade da educação profissional ofertada pelas escolas técnicas estaduais.	Instrumento jurídico/convênio firmado	unidade	4
Capacitação, atualização e qualificação de professores, servidores e gestores da Rede Estadual de Educação Profissional	SEDUC	Capacitar, atualizar e qualificar professores, servidores e gestores, nas áreas pedagógica, técnica e administrativa, buscando inclusive, parcerias com Instituições Públicas e Privadas. Oportunizar formação continuada e técnica, bem como garantir assessoria, pesquisa, troca de experiências, produção e/ou aquisição de material pedagógico necessário para subsidiar os debates e estudos aos profissionais que atuam na Educação Profissional, atendendo as diversidades regionais e potencialidades socioeconômicas das diferentes comunidades e regiões do RS. Capacitar docentes, técnicos e equipes diretivas para implementação/implantação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar.	Gestor capacitado Professor capacitado Servidor capacitado	unidade unidade unidade	96 8 64
Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional	SEDUC	Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas que ofertam Educação Profissional com recursos oriundos de convênios e parcerias. Construir, reformar, ampliar e qualificar a estrutura física das escolas de Educação Profissional, oportunizando um atendimento qualificado do Ensino Profissionalizante aos alunos, inclusive com ampliação de vagas, visando atender o desenvolvimento diferenciado das regiões do Estado. Adaptar escolas para o atendimento em Tempo Integral na Educação Profissional, buscando a melhoria do desempenho escolar.	Escola ampliada	unidade	2

Caderno de Regionalização

Social

Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional	SEDUC	Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas que ofertam Educação Profissional com recursos oriundos de convênios e parceiras. Construir, reformar, ampliar e qualificar a estrutura física das escolas de Educação Profissional, oportunizando um atendimento qualificado do Ensino Profissionalizante aos alunos, inclusive com ampliação de vagas, visando atender o desenvolvimento diferenciado das regiões do Estado. Adaptar escolas para o atendimento em Tempo Integral na Educação Profissional, buscando a melhoria do desempenho escolar.	Nova escola técnica construída	unidade	1
Democratização e eficiência na gestão das Escolas de Educação Profissional e Superintendência de Educação Profissional - SUEPRO	SEDUC	Manter as escolas de Educação Profissional com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Disponibilizar recursos para a implementação da política de gestão da Educação Profissional, através da manutenção da Superintendência da Educação Profissional - SUEPRO da Secretaria de Estado da Educação.	Escola atendida com programa de autonomia financeira e pedagógica	unidade	9
			Escola e SUEPRO atendida com manutenção centralizada e apoio administrativo	unidade	9
Modernização e inovação dos equipamentos/mobiliários básicos dos cursos de Educação Profissional das Escolas da Rede Estadual	SEDUC	Modernizar os cursos técnicos pela aquisição de equipamentos e mobiliários básicos para ampliação e qualificação, aplicável a inovação dos processos e produtos das escolas que ofertam Educação Profissional, Associações de Casa Familiares Rurais e Escola Família Agrícola, aplicando novos recursos oriundos de convênios.	Escola equipada/mobiliada	unidade	8

PROGRAMA: ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção e reforma de Unidades	FASE	Implantar Centros de Atendimento Socioeducativo visando atender a regionalização do atendimento socioeducativo, conforme prevê o artigo 124 do ECA e a Resolução 01/94 do CEDICA/RS. Construir duas novas unidades na Regional de Porto Alegre para diminuir a superlotação e construir novos espaços visando adequar as estruturas físicas já existentes e o atendimento aos parâmetros previstos no SINASE. Reformar os centros de atendimento da FASE, visando a garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida de internação atendendo as diretrizes do SINASE, o Plano Decenal de Socioeducação e Decisões Judiciais. Reforma geral das instalações elétricas dos Centros de Atendimento.	Centro de Atendimento reformado e/ou readequado	unidade	1

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio a projetos na área de Esporte e Lazer	FUNDERGS	Formalização de Convênios com transferências financeiras com recursos da Lei Pelé, visando o desenvolvimento e apoio do Desporto Educacional, Desporto de Participação e Inclusão Social e o Desporto de Rendimento.	Convênio publicado	unidade	120
Implantação e manutenção de centros de excelência do esporte e do lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Centros de Excelência, em parceria com as Universidades, Prefeituras, Federações e Associações mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização dos Programas de Esporte voltados ao alto rendimento, nas diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4
Implantação e manutenção dos Polos Regionais do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte, de acordo com o art. 26 do Decreto nº 49507/2012 (Estatuto da FUNDERGS), em parceria com as Universidades mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização da execução da Política de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Oferta de Escolas em Tempo Integral	SEDUC	Ampliar o atendimento educacional de, no mínimo, sete horas nas escolas com disponibilidade de espaço físico, contemplando todas as regiões do Estado e com a participação das comunidades, de modo que venham a refletir os seus interesses, proporcionando condições para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, socioeducacionais, culturais e esportivas, objetivando a melhoria do desempenho escolar.	Aluno atendido em escola em tempo integral	unidade	20.024
			Escola com Tempo Integral implantado	unidade	42
Apoio à Formação Inicial dos Profissionais da Educação	SEDUC	Implementar o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR visando induzir e fomentar a oferta emergencial de vagas em cursos de educação superior, gratuitos e de qualidade, nas modalidades presencial e a distância, para professores em exercício na rede pública de educação básica, a fim de que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica e, onde possível, estimular que a UERGS ministre a formação para os profissionais de educação. Ao tocante da SEDUC/RS o PARFOR é de grande importância para a melhoria nos serviços educacionais do Estado do Rio Grande do Sul, sendo acompanhado em nível local através de assistência aos professores cursistas, universidades e ao andamento dos processos e desenvolvimento do programa. Promover a formação técnica em nível médio a servidores efetivos que atuam na Secretaria da Escola, Alimentação Escolar, infra-estrutura, multimeios didáticos e outros no sistema de Ensino da Educação Básica- Programa PROFUNCIÓNÁRIO.	Professor beneficiado com auxílio-estudo	unidade	16
Atendimento da Educação Básica, Oportunizando a Participação Social e Cidadã	SEDUC	Implantar/implementar e desencadear ações que incentivem a participação dos alunos e de toda a comunidade escolar em diversas atividades educacionais, esportivas, culturais e sociais proporcionadas pela escola, fortalecendo ações de cidadania, além de proporcionar certificação de formação.	Aluno participante do Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS	unidade	55.892
			Escola integrante do Programa Mais Educação	unidade	25
			Escola participante das atividades educativas e culturais	unidade	92
			Escola participante do Programa Escola Aberta para a Cidadania	unidade	8
			Jovem e adulto atendido pelo PBA - Programa Brasil Alfabetizado	unidade	480
Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino e Comunidade Escolar	SEDUC	Proporcionar a formação continuada dos profissionais da Educação Básica em todos os níveis e modalidades de ensino, visando à qualificação profissional para melhor desempenho de suas funções e atendimento à diversidade cultural, étnica e de gênero para a convivência numa cultura de paz, por meio de encontros, seminários, conferências, que favoreçam a socialização de novas metodologias, troca de experiências, construção de novos conhecimentos, buscando-se um ambiente de estudo e pesquisa que resulte em práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem eficientes e exitosas. Atualizar e capacitar os profissionais, visando atender os diferentes níveis e modalidades da Educação Básica e da gestão educacional, proporcionando uma maior compreensão do contexto social, cultural, ambiental, bem como atualizar conhecimentos pedagógicos e de uso de novas tecnologias em educação. Formar grêmios estudantis, conselhos escolares, CPMs. Capacitar a gestão pedagógica e administrativa das escolas, CREs e SEDUC.	Participante da política de gestão da Escola, CRE e SEDUC qualificado	unidade	3.250
			Participante da Tecnologia da Informação qualificado	unidade	10.960
			Participante das formações envolvendo temáticas educacionais qualificado	unidade	10.744
			Participante do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa qualificado	unidade	2.124
			Participante do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio qualificado	unidade	4.060

Caderno de Regionalização

Social

Modernização Tecnológica - Escolas/SEDUC e CRE	SEDUC	Adquirir/desenvolver software, instalação de rede elétrica e lógica e hardware (computadores, notebooks, lousas, salas multimídias, sistema de som, filmagens e vídeos) de acordo com as demandas da Educomunicação e Políticas de Gestão, com vista a fomentar o uso da tecnologia nos processos de Ensino e Aprendizagem em todos os níveis de Ensino e também qualificar a gestão educacional.	Equipamento de apoio tecnológico adquirido	unidade	7.708
			Escola, CRE e SEDUC com sistema e aplicativo instalado	unidade	232
Qualificação da Reestruturação Curricular, Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares	SEDUC	Implantar/qualificar os projetos político pedagógicos e regimentos escolares da Educação Básica, nas unidades da rede pública estadual, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Normal. Capacitar docentes técnicos e equipes diretivas para elaboração e implementação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar. Discutir e implantar a reestruturação curricular nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que nos anos iniciais já está concluída. Otimização das ações pedagógicas para o processo educacional, com a participação do aluno/professor diretamente no processo de aprendizagem, por meio de pesquisas, debates, interações com softwares pedagógicos, trabalhos em laboratórios/bibliotecas, dentre outros.	Escola com Projeto Político Pedagógico - PPP e regimento escolar qualificado	unidade	228
			Escola com reestruturação curricular dos anos finais do Ensino Fundamental implantada	unidade	212
Qualificação dos Espaços Pedagógicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para laboratórios de informática, de ciências, bibliotecas escolares, salas multifuncionais, de recursos, incluindo ampliação dos acervos bibliográficos, materiais específicos para atendimento a alunos com necessidades especiais, instrumentos musicais para implantação e manutenção de bandas escolares e demais atividades culturais.	Equipamento para educação especial adquirido	unidade	152
			Escola com biblioteca atualizada	unidade	114
			Escola equipada com materiais diversos	unidade	229
			Laboratório de ciências qualificado	unidade	114
Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul - SAERS	SEDUC	Realizar o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS, com avaliação em larga escala, universal e censitária (todas as escolas da rede estadual) e por adesão da rede municipal e particular, resgatando esta prática executada em anos anteriores.	Sala multifuncional/de recurso equipada	unidade	67
			Escola estadual com SAERS implantado	unidade	229

PROGRAMA: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Educação em Saúde	SES	Promover cursos presenciais ou a distância de pós-graduação, aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação popular em saúde, bem como ações de matriciamento, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências/estágios na realidade do SUS. As ações serão elaboradas, planejadas e executadas pela Secretaria da Saúde e, quando necessário, na intersetorialidade com outras Secretarias de Governo, bem como com os governos federal e municipais e instituições de ensino, sempre buscando dar conta das demandas locais regionais.	Núcleo Regional de Saúde Coletiva (NURESC) qualificado	unidade	1

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Social

Apoio à implementação da Agenda do Trabalho Decente	STDS	Apoio e assessoramento técnico para programas de qualificação urbana e rural, com oportunidades equânimes entre os jovens, mulheres, afrodescendentes, quilombolas, LGBTT e outros segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social, com a cooperação, pública e privada, acompanhada pela realização de seminários de sensibilização ao empresariado a fim de inserir o referido público no mundo do trabalho. Desenvolvimento de atividades de formação para revitalização da Comissão Estadual de Emprego, Trabalho e Renda. Apoio administrativo, técnico, financeiro e operacional para a Comissão Estadual de Emprego e Renda a fim de a organizar e realizar a Conferência Estadual do Trabalho Decente.	Município apoiado	unidade	28
Desenvolvimento do artesanato como geração de trabalho e renda	FGTAS	Apoiar a organização do trabalho artesanal no RS, habilitar o artesão para o exercício da profissão, emitir a carteira profissional, registrar no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), apoiar a realização de Feiras municipais de artesanato, apoiar a participação e comercialização dos produtos em feiras estaduais, nacionais e internacionais. Revitalizar Casas do Artesão no Estado do RS e expandir a disponibilização de espaço Casa do Artesão em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Disponibilizar um canal pela internet para comercialização de produtos artesanais. Efetuar a qualificação profissional com incentivo ao domínio da arte e matéria-prima do artesanato, priorizando regiões em desenvolvimento e em condição de vulnerabilidade social.	Artesão registrado no PGA	unidade	5.328
			Artesão registrado no SICAB	unidade	1.310
			Casa do Artesão no Estado do RS em atividade	unidade	4
			Feira e evento apoiado no RS	unidade	17
			Pessoa Qualificada	unidade	161
			Seminário realizado para orientação de desenvolvimento de negócios e geração de renda	unidade	4
Relações com o mercado de trabalho	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado dispensado sem justa causa buscando a sua recolocação no mercado de trabalho e também sua inserção em cursos de qualificação profissional. Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do "Informe PED". A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado - "Mais Emprego" do MTE - que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informações sobre o perfil de trabalhadores cadastrados. Ações voltadas para o público prioritário (colocados monitorados pelo seguro e o trabalhador com deficiência).	Atendimento realizado	unidade	681.644
			Trabalhador colocado no mercado de trabalho por meio das agências FGTAS/SINE	unidade	11.435
			Vaga Captada	unidade	61.004

PROGRAMA: GESTÃO DA SAÚDE E INFRAESTRUTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES	SES	Qualificar a infraestrutura da SES. Reformar, ampliar e/ou construir as diferentes estruturas da SES (Nível Central, Coordenadorias Regionais de Saúde, Escola de Saúde Pública, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos financeiros e ganhos ambientais. Garantir a infraestrutura para ações de combate à dengue no Estado.	Central Regional da Rede de Frio readequada de acordo com as normas do Programa Nacional de Imunizações (PNI)	unidade	1
Fortalecimento da Ouvidoria do SUS	SES	Ampliar e descentralizar a Ouvidoria do SUS, visando ao fortalecimento da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. Fortalecer a Rede de Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos.	Ouvidoria do SUS municipal implantada	unidade	7
			Ouvidoria regional do SUS implementada	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS	SES	Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. Fortalecer o planejamento, o monitoramento e avaliação através dos grupos de trabalho e núcleos de monitoramento constituídos nos níveis central e regional da SES.	Grupo de Trabalho de Planejamento, Monitoramento e Avaliação regional e estadual mantido	unidade	1
Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais	SES	Implantar a política de atuação do SUS para redução dos riscos à saúde da população e impactos na rede de atenção em decorrência de desastres ambientais.	Plano de contingência para desastres ambientais implantado e implementado	unidade	1

PROGRAMA: INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Promoção da inclusão digital	FGTAS	Desenvolver a Inclusão Digital nas 11 Agências de Desenvolvimento Social – ADS (instituídas pelo Decreto Nº 47.364/2010). Contribuir para a melhoria do nível de vida da população por meio da alfabetização digital e formação e aperfeiçoamento profissional.	Curso realizado	unidade	18
			Pessoa beneficiada com acesso à Rede de Computadores	unidade	3.600
			Pessoa Qualificada	unidade	270

PROGRAMA: JUNTOS PELA CULTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cultura para a promoção da cidadania, valorização da diversidade e inclusão social, com atenção aos grupos vulneráveis	SEDAC	Promover o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul a partir das demandas vindas da sociedade, com incentivo à participação popular e ao controle social. Incentivar a organização dos Sistemas Municipais de Cultura em todos os municípios. Consolidar a Lei 14.310 como instrumento de gestão compartilhada, promovendo uma articulação entre o Estado, os municípios e o meio cultural. Elaborar estudos sobre a Cultura e produzir de estatísticas culturais para auxiliar a qualificação da gestão. Promover políticas de valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero, LGBTT e popular.	Encontro realizado	unidade	8
			Premio pelo desenvolvimento da cultura concedido	unidade	40
			Sistema Municipal de Cultura implementado	unidade	55
Democratização do acesso aos acervos e aos serviços culturais do Estado do RS	SEDAC	Ampliar a divulgação e o conhecimento dos bens culturais e históricos das diversas instituições culturais - museus, bibliotecas e casas de cultura - e realizar exposições no interior do Estado.	Apresentação artística realizada	unidade	23
			Exposição itinerante realizada	unidade	21
			Exposição sediada em instituições culturais	unidade	28
			Público atendido por serviços culturais	unidade	60.000
			Seminário, palestra, oficina realizada	unidade	52
Desenvolvimento das linguagens artísticas	SEDAC	Apoiar o fortalecimento da organização setorial e o desenvolvimento das diversas linguagens artísticas no RS, incluindo os intercâmbios culturais.	Encontro setorial realizado	unidade	5
			Evento artístico setorial realizado	unidade	14
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Bibliotecas	SEDAC	Modernizar as bibliotecas públicas do Estado e capacitar os atendentes de bibliotecas, com especial atenção às localizadas nos municípios alvo do Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais do Gabinete de Políticas Sociais. Atualizar o acervo e promover a Biblioteca Pública Estadual em seus 145 anos de criação.	Biblioteca Municipal assessorada	unidade	54
			Modernização de Biblioteca Pública realizada	unidade	4
			Título adquirido	unidade	2.000
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus	SEDAC	Promover a estruturação dos museus, por meio da assessoria técnica para a difusão do conhecimento, e da realização de fóruns, oficinas, cursos e seminários, para a capacitação dos profissionais. Fomentar nos museus a realização de atividades para os grupos vulneráveis.	Museu municipal assessorado	unidade	160

Caderno de Regionalização

Social

Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus	SEDAC	Promover a estruturação dos museus, por meio da assessoria técnica para a difusão do conhecimento, e da realização de fóruns, oficinas, cursos e seminários, para a capacitação dos profissionais. Fomentar nos museus a realização de atividades para os grupos vulneráveis.	Profissional capacitado	unidade	440
Fomento à economia da cultura	SEDAC	Fortalecer o Sistema Pró Cultura por meio de editais do Fundo de Apoio à Cultura – FAC e da Lei de Incentivo à Cultura - LIC, contemplando novas categorias e estimulando a diversificação, a descentralização das atividades em todas as regiões do Estado e a circulação fora do RS.	Projeto cultural contratado/conveniado	unidade	48
Implementação do RS Criativo/ Criativa Birô	SEDAC	Disseminar a cultura empreendedora com foco na economia criativa, a partir da implementação de espaço de atendimento e capacitação dos gestores e produtores culturais do Estado.	Agente e produtor cultural capacitado	unidade	111
OSPA para todos	FOSPA	Realizar os concertos da programação artística da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre na capital e no interior do Estado. Dar seguimento às atividades da Escola da OSPA, incluindo apresentações para a comunidade.	Concerto realizado pela Orquestra Sinfônica	unidade	30
Promoção e difusão da preservação do patrimônio histórico	SEDAC	Promover a educação patrimonial, a difusão de ações institucionais e o inventário e zeladoria do patrimônio material e imaterial, sob a coordenação do IPHAE. Contratar projetos para bens tombados estaduais com condenação judicial.	Inventário do patrimônio histórico realizado	unidade	1
			Oficina e/ou curso realizado para a promoção e difusão da educação patrimonial	unidade	4

PROGRAMA: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Qualificação dos espaços escolares, CREs e SEDUC com equipamentos e mobiliários básicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para reposição e substituição dos que se encontram obsoletos, antieconomicos ou inservíveis, nos espaços administrativos das Escolas, nas CREs e SEDUC. Adquirir mobiliário escolar para substituição e reposição nos mais diversos ambientes escolares (bibliotecas, salas de aula, laboratorios de informática, de ciências, salas multifuncionais), com vistas a qualificar o atendimento educacional.	CRE e SEDUC equipada	unidade	3
			Escola com equipamento e mobiliário básico qualificado	unidade	229

PROGRAMA: POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	STDS	Constitui-se em um modelo descentralizado e participativo com regulação e organização de serviços, programas, projetos e benefícios, nos diferentes níveis de proteção (básica e especial de média e alta complexidade) com foco prioritário nas famílias, seus membros e indivíduos, tendo o território como base de organização. O SUAS organizar-se-á através de lei estadual e de um plano específico baseado no sistema de vigilância socioassistencial a fim de afirmar a assistência social como política pública. Na gestão do SUAS são realizadas assessorias individualizadas e regionalizadas aos municípios para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, Cadastro Único (CADÚNICO) e Programa Bolsa Família - PBF. O CADÚNICO é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Estado, a fim de incluí-las nos programas sociais. Cabe à gestão estadual assessorar os municípios para a ampliação cadastral, para qualificação da busca ativa e da melhoria das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF).	Assessoramento e Apoio Técnico realizado	unidade	3.920
Implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	STDS	Assessoramento, monitoramento e avaliação do processo de reordenamento do PETI nos municípios sob a coordenação da Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil (CEPETI). Publicação e execução do Plano Estadual Decenal e Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.	Reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI acompanhado	unidade	2

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SJDH	Apoiar a criação de organismos de políticas para as mulheres, como conselhos municipais, órgãos públicos de enfrentamento à violência contra as mulheres e garantia de direitos, como secretarias, coordenadorias, departamentos. Manter o Fórum Estadual e os Fóruns Regionais de Gestoras.	Conselho criado	unidade	2
			Órgão público apoiado	unidade	2
Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho	SJDH	Realizar capacitações profissionais que promovam a autonomia das mulheres, levando em consideração suas vocações regionais e culturais, bem como as suas diversidades.	Mulher capacitada	unidade	220

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Brigada Militar	SSP	Construir novas instalações policiais militares em locais em que inexistem prédios. Realizar a edificação de prédios padronizados com a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades.	Quartel construído - Grupo/Pelotão/Batalhão	m2	303
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Polícia Civil	SSP	Construir, ampliar e reformar as Delegacias de Polícia, visando à melhoria na prestação dos serviços de Polícia Judiciária.	Prédio reformado	unidade	7
Modernização das Estruturas Físicas da Polícia Civil	SSP	Construir e aparelhar Delegacias de Polícia que compõem os projetos prioritários do Governo, conforme o Acordo de Resultados firmado com a SSP.	Delegacia de Polícia instalada	unidade	1
			Delegacia de Polícia reformada ou ampliada	unidade	1
Policamento Comunitário	SSP	Executar o Policiamento Comunitário de modo a fomentar a transversalidade das ações da Brigada Militar com a comunidade e demais setores da sociedade, de maneira a atuar preventivamente, coadunando com a redução de índices de criminalidade. Também, potencializar a atuação da Brigada Militar nos Estabelecimentos de ensino, visando o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar, tendo como estratégia alcançar a todos os níveis de frações dos comandos regionais subsídios para a execução do policiamento escolar.	Base de Policiamento Comunitário implantada	unidade	6

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO HABITACIONAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fomento às Ações de Regularização Fundiária nos Municípios	SOSH	Fomentar a realização de ações de regularização fundiária pelos municípios, por meio da divulgação de informações e assessoramento técnico, tendo como alvo os COREDES que possuem situações de inadequação fundiária ou aglomerados subnormais diagnosticados pelo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS.	Ação realizada para o fomento à regularização fundiária nos municípios	unidade	1
			Apoio técnico realizado para execução de projetos, obras de infraestrutura e/ou habitação	unidade	2
Produção de Ações Habitacionais	SOSH	Oportunizar a produção de ações habitacionais (casas, lotes, melhorias), através de parcerias com municípios e entidades (agentes financeiros, cooperativas e associações habitacionais), bem como complementando programas habitacionais da União.	Lote urbanizado conveniado	unidade	22
			Melhoria habitacional conveniada	unidade	31
			Unidade habitacional conveniada	unidade	652

Caderno de Regionalização

Social

Transferência da Propriedade de Imóveis da COHAB-RS aos Moradores	SOSH	Efetuar a transferência da propriedade dos imóveis remanescentes da COHAB-RS, para: mutuário com autorização para escritura, comprador com "contrato de gaveta" e morador sem documentação de compra e venda.	Escritura assinada	unidade	208
---	------	---	--------------------	---------	-----

PROGRAMA: PROMOÇÃO DA PAZ E PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS NO RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas	SJDH	Implantar a rede de atenção e acolhimento através do fortalecimento e integração do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas. Realização de conferências, reuniões e palestras sobre a temática. Articulação com os Fóruns Permanentes de Comunidades Terapêuticas, Conselhos Municipais, Grupos de Autoajuda e Comunidade Científica. Estimular a reinserção social de ex-usuários em drogas.	Ação integrada de prevenção ao uso de drogas efetivada	unidade	8

PROGRAMA: PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas do Corpo de Bombeiros	SSP	Realizar obras de melhorias no que diz respeito à construção, ampliação de reformas das estruturas físicas dos quartéis de bombeiros militares.	Quartel construído Quartel reformado	m2 m2	520 520
Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil	SSP	Coordenar e executar atividades de prevenção e combate de incêndios, buscas e salvamentos e ações de defesa civil.	Ação de prevenção de incêndio realizada Incêndio combatido Remoção de fonte de perigo realizada Salvamento realizado	unidade unidade unidade unidade	188.219,92 3.294 2.980 8.550
Reaparelhamento Técnico do Corpo de Bombeiros	SSP	Otimizar os serviços prestados pelos bombeiros militares em razão do reaparelhamento técnico da dotação de infraestrutura patrimonial relacionada com o exercício das suas funções, especialmente a partir da gestão estratégica das tecnologias de comunicação e informação, melhoria da logística, bem assim com os equipamentos destinados ao serviço de combate a incêndio e demais ocorrências.	Equipamento de proteção individual modernizado Equipamento para atividades operacionais renovado Frota modernizada (aquisição de veículos) Redes de Comunicação e Informática estruturadas, gerenciadas e aperfeiçoadas	unidade unidade unidade unidade	180 49 44 200

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PRODUTIVO E DE SERVIÇOS E DA QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aprimoramento de programas e projetos de extensão para o desenvolvimento regional, difusão científica e cultural	UERGS	Fomentar e orientar a estruturação das atividades de extensão mediante elaboração e execução de programas e projetos, e a divulgação do conhecimento acadêmico e da cultura regional.	Bolsa de extensão concedida Evento promovido pela Uergs ou em parceria com outras instituições Programa de extensão implementado Projeto de extensão realizado Publicação de livro, artigo, produção técnica e obra artística realizada	unidade unidade unidade unidade unidade	28 40 4 40 16

Caderno de Regionalização

Social

Aprimoramento e qualificação da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, associadas às vocações regionais	UERGS	Fomentar e apoiar o desenvolvimento de pesquisa focadas nas áreas: Humanas, Vida e Meio Ambiente e Exatas e Engenharias, considerando a viabilidade de parcerias, os arranjos produtivos locais e demandas regionais, a transferência de tecnologia e o aumento do número de grupos de pesquisa, gerando condições para implantação de programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.	Bolsa acadêmica concedida	unidade	52
			Curso de pós-graduação lato-sensu implementado	unidade	2
			Curso de pós-graduação stricto-sensu implementado	unidade	1
			Participação (docente e/ou discente) em eventos de ensino, pesquisa e extensão, financiada pela UERGS	unidade	712
			Produção científica (artigos e livros) e Depósito de pedido de patentes realizado	unidade	173
			Projeto de Pesquisa e inovação tecnológica ativo vinculados aos grupos de pesquisa	unidade	140
			Formação inicial e continuada	UERGS	Ampliar e qualificar programas acadêmicos; Promover e ampliar a oferta e vagas de cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológico, presenciais e a distância; qualificar a formação de docentes, discentes e técnicos da comunidade universitária e regional, articulados com a realidade de cada campus regional.
Curso de graduação ofertado	unidade	8			
Vaga em curso de graduação ofertada	unidade	1.160			
Melhoria e ampliação da infraestrutura	UERGS	Projetar, implantar ou adequar as instalações físicas, patrimoniais e acervo bibliográfico da UERGS, adequadas aos projetos pedagógicos de curso e a legislação vigente do Ensino Superior.	Acervo Bibliográfico adquirido	unidade	6.420
			Prédios das Unidades Universitárias e Reitoria construídos, incluindo laboratórios e bibliotecas	unidade	3

PROGRAMA: PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Municipalização do PROCON	SJDH	Ampliar o número de PROCON's municipais, repassando recursos para apoio aos Sistemas Municipais de Defesa do Consumidor, devidamente constituídos, através de convênios ou outros instrumentos capazes de fomentar e qualificar o atendimento ao consumidor.	Município com PROCON instalado	unidade	3

PROGRAMA: PROTEÇÃO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cooperação Técnica com os Municípios	FPERGS	Promover o assessoramento aos municípios do RS sobre o acolhimento institucional, de forma complementar ao DAS, através da realização de projeto de formação para os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento e na rede de proteção a criança e ao adolescente. Desenvolver um plano de ação conjunto com o Estado, municípios e demais instâncias implicadas no cuidado da população adulta com demandas de risco social e saúde agravadas que permanecem atendidas pela FPERGS.	Município cooperado em formação para o Acolhimento Institucional	unidade	16

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO CONSOLIDANDO A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE

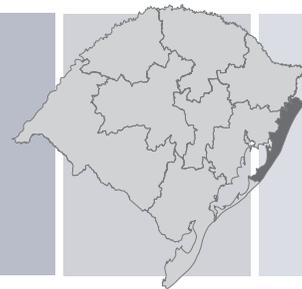
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Leitos Hospitalares	SES	Ampliar a oferta de leitos SUS em hospitais públicos e filantrópicos, através do repasse de recursos próprios e de convênios para obras de expansão em hospitais existentes ou construção de novos. Viabilizar o funcionamento do Hospital Regional de Santa Maria. Implementar e ampliar as ações de saúde prestadas pelo Hospital do município de Osório para a população própria e referenciada. Ampliar leitos de internação em hospitais prioritários. Apoiar a construção do Hospital de Gravataí e implantação do Hospital Regional de Palmeira das Missões.	Leito de internação ampliado	unidade	166
Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica	SES	Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos.	Município beneficiado com recurso para Assistência Farmacêutica Básica	unidade	49
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências de Diagnósticos e Tratamento	SES	Implantar e implementar centros de especialidades odontológicas e habilitar os laboratórios regionais de prótese dentária.	Centro de Especialidade Odontológica mantido e implantado	unidade	1
			Laboratório Regional de Prótese Dentária mantido e implantado	unidade	3
Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde	SES	Realizar ações conjuntas e padronizadas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. Identificar, conhecer, monitorar e prevenir os fatores de risco, promovendo a saúde, controlando e minimizando a ocorrência de doenças, epidemias e agravos como violência interpessoal (doméstica, sexual e outras) e autoprovocada. Municípios prioritários com ações de Vigilância Epidemiológica e controle da tuberculose, descentralizadas para a atenção básica, com ênfase no diagnóstico e tratamento.	Ação de vigilância sanitária de baixa complexidade descentralizada	unidade	1
			Hospital com nova técnica laboratorial para o diagnóstico das meningites bacterianas implantada	unidade	1
			Município com testagem rápida das hepatites virais B e C implantada em Unidade de Saúde da Atenção Básica	unidade	3
Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado	SES	Qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjuntos de ações de saúde, onde o estado desenvolverá ações que visem, ENTRE OUTRAS, a integridade da saúde do homem. Implantar e implementar as Linhas de Cuidado a partir da Atenção Básica, tendo em vista sua responsabilidade na coordenação do cuidado e ordenamento da rede, visando a garantia de acesso e qualificação da atenção à saúde. Busca-se identificar as portas de entrada da rede de serviços, classificando o critério de risco, acompanhando o usuário por todos os pontos de atenção e organizando as referências e contra-referências regionais. As Linhas de Cuidado devem ser subsidiadas por conhecimento científico atualizado, oportunizando espaço para ações inovadoras, com garantia e efetivação dos princípios da política de humanização do SUS. Além disso, busca-se promover a equidade e a integralidade da atenção à saúde para a população por meio de ações transversais e intersetoriais, intensificando as ações e o cuidado direcionados às populações em situação de vulnerabilidade. Implementar a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PIC), visando a integralidade das ações e a ampliação das possibilidades terapêuticas naturais e humanizadoras.	Equipe de Saúde Prisional mantida e habilitada	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado	SES	Qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjuntos de ações de saúde, onde o estado desenvolverá ações que visem, ENTRE OUTRAS, a integridade da saúde do homem. Implantar e implementar as Linhas de Cuidado a partir da Atenção Básica, tendo em vista sua responsabilidade na coordenação do cuidado e ordenamento da rede, visando a garantia de acesso e qualificação da atenção à saúde. Busca-se identificar as portas de entrada da rede de serviços, classificando o critério de risco, acompanhando o usuário por todos os pontos de atenção e organizando as referências e contra-referências regionais. As Linhas de Cuidado devem ser subsidiadas por conhecimento científico atualizado, oportunizando espaço para ações inovadoras, com garantia e efetivação dos princípios da política de humanização do SUS. Além disso, busca-se promover a equidade e a integralidade da atenção à saúde para a população por meio de ações transversais e intersetoriais, intensificando as ações e o cuidado direcionados às populações em situação de vulnerabilidade. Implementar a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PIC), visando a integralidade das ações e a ampliação das possibilidades terapêuticas naturais e humanizadoras.	Município beneficiado com recurso para o cuidado da pessoa vivendo com HIV/Aids na Atenção Básica	unidade	6
			Programa Articulator Jovem de Saúde mantido e implantado	unidade	1
			Programa de Combate ao Racismo Institucional na Atenção Básica mantido e implantado	unidade	5
Qualificação da Atenção Básica	SES	Ampliar e qualificar a Atenção Básica priorizando a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Primeira Infância Melhor (PIM), incluindo o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Atender crianças através do PIM, atingindo todos os municípios e proporcionando uma maior cobertura populacional. Aumentar o número de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, Equipes de Saúde da Família Índigena e Quilombola. Realizar ações conjuntas em Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, trabalhador) e de Promoção e Prevenção da Saúde.	Equipe de Saúde Bucal mantida e implantada	unidade	79
			Equipe de Saúde da Família mantida e implantada	unidade	157
			Família atendida pelo PIM	unidade	3.140
			Município beneficiado com recursos para qualificação da atenção básica	unidade	49
			Município com PIM implantado	unidade	17
			Núcleo de Apoio à Saúde da Família mantido e implantado	unidade	8
			Visitador do Primeira Infância Melhor habilitado	unidade	157

Região Funcional



4

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio ao Acesso ao Crédito e Saneamento de Cooperativas	SDR	Apoiar o acesso às linhas de crédito específicas para capital de giro, investimento e saneamento financeiro, para operações junto ao Sistema Bancário, bem como garantir, quando possível, operações por meio do Fundo de Aval para Cooperativas Agropecuárias (Lei Estadual nº 13.863/2011).	Cooperativa beneficiada	unidade	2
Apoio e Fomento a Cooperativas	SDR	Fomentar a organização formal de novas cooperativas, oportunizando a geração de trabalho e renda com inclusão social, bem como apoiar projetos de estruturação de cooperativas dos ramos agropecuário, trabalho, consumo, crédito, mineração, saúde, transporte, especial/social, produção, habitação, ensino, infraestrutura e turismo e lazer.	Evento realizado	unidade	4

PROGRAMA: CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETEL	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	1

PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Defesa Sanitária Animal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário. Melhorar as condições sanitárias dos rebanhos do RS e manter as condições sanitárias existentes com objetivo de aumentar produtividade, renda e valorização do produto através do acesso a mercados exigentes, realizando georreferenciamento de propriedades e identificação individual de animais. Atender demanda com educação sanitária animal, incremento das atividades de fiscalização de trânsito e em propriedades, monitoramento da condição sanitária dos animais e incremento das atividades de vigilância sanitária. Implantar novos módulos, visando ampliar a abrangência do Sistema de Defesa Agropecuário (SDA). Realizar inquéritos epidemiológico. Promover a indenização pelo abate sanitário e sacrifício de animais atingidos pela febre aftosa, tuberculose, brucelose e peste suína clássica e outras doenças infecto-contagiosas. Adquirir vacinas para imunização do rebanho do RS.	Propriedade georreferenciada	unidade	3.400
Defesa Sanitária Vegetal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário e evitar a introdução de novas pragas e atuar na erradicação e controle da disseminação das presentes, através das ações de fiscalização, vigilância epidemiológica, certificação sanitária e apoio laboratorial para a realização de diagnósticos e exames. Promover a qualidade e a idoneidade dos insumos e dos serviços agropecuários, através da fiscalização de estabelecimentos, prestadoras de serviços e propriedades rurais. Atender demanda com educação sanitária vegetal.	Barreira fitossanitária executada	unidade	2.000
			Estabelecimento de comércio de insumos agrícolas fiscalizado	unidade	30
			Exame de laboratório de análise de resíduos de agrotóxicos realizado	unidade	28
			Inspeção realizada	unidade	120
			Permissão de trânsito emitida	unidade	26.000
			Propriedade com certificação fiscalizada	unidade	15
			Propriedade rural fiscalizada no uso de agrotóxico	unidade	75
			Treinamento e capacitação de servidores realizada	unidade	4
			Unidade consolidadora fiscalizada	unidade	10

Caderno de Regionalização

Econômico

Inspeção de Produtos de Origem Animal	SEAPI	<p>Criar grupo interinstitucional (SEAP, FAMURS, SDR, FETAG e EMATER) para a elaboração de estratégias, visando a conscientização e incentivo de gestores municipais e empresários quanto à adesão aos SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial, Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) e ao SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal). Identificar servidores e capacitação dos mesmos para atuação como auditores do SISBI-SUSAF, buscando agilizar o atendimento às solicitações de adesão. Realizar auditorias orientativas e de inclusão ao sistema SISBI-SUSAF nos serviços de inspeção municipal e estabelecimentos aptos documentalmente. Capacitar servidores estaduais para padronização de procedimentos, buscando a equivalência ao SIF (Serviço de Inspeção Federal) e, por conseguinte, a adesão ao SISBI.</p>	Auditor SISBI-SUSAF capacitado	unidade	8
Inspeção de Produtos de Origem Vegetal	SEAPI	<p>Promover a qualidade dos produtos de origem vegetal, da matéria prima ao produto final, através de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal.</p>	Análise laboratorial de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Coleta de produtos vegetais para análise de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Estabelecimento de comércio de vinhos e derivados da uva fiscalizado	unidade	60
			Estabelecimento produtor de vinhos e derivados da uva e do vinho fiscalizado	unidade	48

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Orizicultura e Sustentabilidade	IRGA	<p>Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em terras baixas e para planejamento e gestão da atividade rural; realizar prestação de serviços e executar a certificação dos campos de produção e sementes de arroz; implantar sistemas de suporte à política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas públicas; analisar solo e água; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de granizo; apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.</p>	Dia de campo regional realizado	unidade	11
			Evento técnico para difusão de tecnologia promovido	unidade	16
			Lavoura demonstrativa para difusão da tecnologia realizada	unidade	15
			Roteiro técnico realizado	unidade	26
			Unidade demonstrativa implantada	unidade	11

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETEL	<p>Articular e apoiar as regiões turísticas na implementação e melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, incluindo a implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística, instalação e revitalização de Centros de Atenção Turística para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional, aquisição de equipamentos, revitalização de áreas turísticas, bem como acessos a atrativos turísticos.</p>	Centro de Atenção ao Turista temporário (Verão) implementado	unidade	12
			Sinalização Turística instalada	unidade	300

Caderno de Regionalização

Econômico

Programa de Regionalização do Turismo	SETEL	O Programa visa fortalecer as governanças, promover a articulação e integração regionais, estruturar e consolidar destinos e produtos turísticos competitivos nas regiões, com benefícios aos empreendedores, comunidades locais, gestores públicos municipais, bem como ampliar e diversificar a oferta turística por meio da estruturação e qualificação de produtos, segmentação e posicionamento de destinos e produtos no mercado turístico. Compete ao Programa de Regionalização articular projetos transversais com outros órgãos do Estado, principalmente Cultura, Educação e Meio Ambiente, visando a qualificação e promoção do Turismo cultural e ecológico e programas de educação turística nas escolas.	Gestor público capacitado	unidade	55
			Governança regional apoiada	unidade	3
			Projeto de revitalização/posicionamento de mercado de produtos turísticos ícones do RS nas regiões menos desenvolvidas implementado	unidade	1
Qualificação profissional e empresarial do Turismo	SETEL	Qualificar profissionais e empresários ligados direta e indiretamente ao Turismo, incluindo a produção associada à atividade turística, nos seus diversos níveis, desde a gestão até a operação. Criar e implementar programa de qualificação ao quadro técnico do turismo visando a atualização profissional e à melhoria dos serviços prestados à sociedade, abrangendo todas as divisões técnicas, de forma continuada.	Gestor/empreendedor qualificado	unidade	25
			Profissional qualificado	unidade	50

PROGRAMA: DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO, MODERNIZAÇÃO DE SETORES TRADICIONAIS, INDUÇÃO DE NOVAS ECONOMIAS E ALAVANCAGEM DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Financiamentos de Investimentos à Ampliação da Infraestrutura Pública Municipal do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos públicos municipais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	5.293.635
Financiamentos de Investimentos para a Ampliação da Infraestrutura Econômica do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para os setores de transporte, energia, gás, saneamento, educação, saúde e telecomunicações.	Operação de financiamento aprovada	R\$	1.660.312
Financiamentos de Investimentos para a Modernização de Setores Tradicionais e a Indução de Novas Economias Empresariais no RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos empresariais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	3.322.542
Financiamentos de Investimentos para a Modernização e Ampliação da Produção e da Produtividade Agropecuária Gaúcha	BADESUL	Aprovar operações de crédito para projetos de produtores rurais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	6.887.098

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Extensão Produtiva e Inovação (NEPIs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio a projetos prioritários e ações coletivas para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação e à realização de estudo de viabilidade para simbiose industrial e da formação de agendas para execução de ações transversais. Implantar e/ou manter Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação para capacitar pequenas e médias empresas do setor industrial nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações, produção mais limpa e benchmarking. Inclui formação da equipe para gestão e monitoramento do Projeto.	APL com Projeto Prioritário apoiado	unidade	1
Redes de Cooperação	SDECT	Desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas. O projeto foi iniciado no ano 2000, sendo concebido para empreendedores da indústria, comércio e serviços, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados. O Programa Redes de Cooperação foi formalizado através do Decreto nº 42.950 / 2004.	Nova empresa em rede associada	unidade	24
			Nova Rede implantada	unidade	8

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à Agroindústria Familiar	SDR	Apoiar as agroindústrias familiares e o artesanato rural. Fomentar a legalização de agroindústrias familiares e de pequeno porte de processamento artesanal no âmbito sanitário, ambiental e fiscal, buscando agregar valor à produção, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional e ao incremento da geração de trabalho e de renda no campo, através do fornecimento de assistência e qualificação técnica, apoio na comercialização e linhas de crédito específicas aos beneficiários do programa. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual, executando a política estadual de agroindústria familiar de acordo com a Lei Estadual 13.921, de 17 de janeiro de 2013, o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) e Dec. 49.341, de 5 de julho de 2012.	Projeto Agroindustrial apoiado	unidade	8
Apoio ao Artesanato e ao Turismo Rural	SDR	Promover o turismo e o artesanato rural, apoiando a legalização dos empreendimentos que desenvolvam essas atividades e auxiliando na elaboração e no encaminhamento de projetos de crédito, na legalização ambiental e tributária, na formação técnica dos beneficiários, no apoio à produção (matéria prima e equipamentos), à comercialização, à promoção e na disponibilização de marcas próprias certificando a origem dos seus produtos.	Projeto de incentivo à produção apoiado	unidade	2
Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar	SDR	Apoiar a inserção dos agricultores nos mercados institucionais através do apoio à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de outras formas de compras institucionais, como a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS (Lei nº 13.922/2012).	Agricultor beneficiado pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	unidade	100
			Cooperativa fornecedora de alimentos para órgãos públicos por meio do PAA - Modalidade Compra Institucional	unidade	1
			Produto adquirido da agricultura familiar pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	t	1.100
Apoio e Desenvolvimento da Produção Leiteira e da Pecuária Familiar	SDR	Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e da pecuária de corte nas propriedades de base familiar. Proporcionar a melhoria da produtividade e qualidade do leite, melhoramento genético do rebanho, aumento na disponibilidade de forragem e estruturação das propriedades, através do acesso ao crédito para ações de custeio e investimento, assim como implementar unidades demonstrativas para o aperfeiçoamento e troca de conhecimentos. Estimular a produção pecuária de base ecológica, agregação de valor a subprodutos da pecuária, e apoiar as atividades de rastreabilidade do rebanho gaúcho.	Agricultor e pecuarista familiar beneficiado	unidade	40
			Projeto produtivo apoiado	unidade	12
Apoio e Desenvolvimento de Sistemas de Base Ecológica	SDR	Fomentar os sistemas agroecológicos e de produção orgânica e a comercialização, valorizando a agrosociobiodiversidade e estimulando a diversificação da produção agrícola, contemplando também as plantas medicinais, aromáticas e condimentares, priorizando mulheres e jovens rurais, por meio de financiamento e outras ações do Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica (Decreto 51.617/2014). Apoiar os sistemas de produção agropecuários que vizam a transição e/ou consolidação agroecológica de unidades produtivas, promovendo a geração de trabalho, renda e a inclusão social, estimulando a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Projeto produtivo apoiado	unidade	48
Desenvolvimento e Apoio Socioeconômico de Comunidades Quilombolas	SDR	Apoiar empreendimentos coletivos para a geração de renda e incentivar projetos produtivos em comunidades quilombolas.	Comunidade quilombola beneficiada	unidade	2

Caderno de Regionalização

Econômico

Fortalecimento Etnosustentável e Desenvolvimento Socioeconômico de Comunidades Indígenas	SDR	Apoiar a elaboração de planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas em áreas estaduais; elaborar e executar projetos produtivos das comunidades indígenas, visando garantir a segurança alimentar, o fortalecimento da produção e o apoio a agroindustrialização e comercialização do excedente; implementar ações de manejo e recuperação de solos degradados; incentivar a implantação e manutenção de pontos de venda de artesanato e participação em feiras.	Comunidade indígena atendida	unidade	9
Regularização e Reorganização Fundiária	SDR	Trabalhar para a legalização das propriedades através da regularização fundiária de áreas ocupadas por agricultores familiares e públicos especiais que não possuem concessão de uso e transferência de título de propriedade (titulação) das áreas do Estado onde estão produzindo, assim como a indenização de famílias desalojadas de áreas indígenas e de barragem (reassentados).	Área devoluta concedida	ha	26.000

PROGRAMA: PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Otimização da Infraestrutura dos Centros de Pesquisa da FEPAGRO	FEPAGRO	Viabilizar a construção, reforma, adequação, manutenção de benfeitorias, bem como a aquisição de máquinas, implementos e equipamentos é considerada estratégica. A Fepagro conta com 20 Centros de Pesquisa distribuídos no Estado e, para atender sua missão institucional de desenvolver pesquisa agropecuária e gerar conhecimentos e tecnologias, as condições de infraestrutura necessitam de ajustes e atualizações.	Projeto de obra civil de construção e reforma realizada	unidade	1

PROGRAMA: INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Democratização e Qualificação da Comunicação Governamental	SECOM	Realizar cobertura jornalística da agenda diária do governador e divulgar as informações referentes às principais ações do governo a jornais, portais de internet, emissoras de rádios e televisões, por meio de releases da agência de notícias online do Estado e ferramentas de disparo de emails. Prestar atendimento a jornalistas na busca de informações referentes à administração estadual. Realizar acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia e ampliar o acesso a informações a toda a sociedade.	Comunicação governamental regionalizada por meio da estrutura das regiões funcionais do RS	unidade	1

PROGRAMA: PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Análises Socioeconômicas para o Planejamento	SEPLAN	Elaborar e publicar o Atlas Socioeconômico do RS, nos idiomas português e inglês, e Perfis Regionais com informações por COREDE e Região Funcional.	Perfil por COREDE publicado Perfil por Região Funcional publicado	unidade unidade	1 1
Planejamento Governamental e Regional	SEPLAN	Elaborar, realizar o acompanhamento e avaliar o Plano Plurianual estadual e utilizar as informações provenientes desse processo para elaborar documentos, visando proporcionar transparência à atuação governamental. Elaborar agendas para o equilíbrio territorial, utilizando informações do PPA. Elaborar estudos de longo prazo para o Estado e estimular o planejamento de longo prazo nos órgãos estaduais.	Agenda para o equilíbrio territorial elaborada Caderno de Realizações elaborado	unidade unidade	1 4
Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDES	SEPLAN	Promover e acompanhar o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDES.	Plano estratégico elaborado	unidade	1

PROGRAMA: REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Execução de Convênios para Regulação de Serviços de Competência da União e dos Municípios	AGERGS	Executar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, convênio com a ANEEL para a fiscalização dos serviços delegados de energia elétrica de competência da União. Executar convênio com os municípios para a regulação do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	38
Fomento à Participação Social	AGERGS	Assegurar a plena transparência das ações e decisões da AGERGS, através de diversos mecanismos: publicação anual de relatório, que deve incluir a avaliação dos indicadores de qualidade, o resultado de pesquisa de opinião pública sobre a sua prestação e o demonstrativo de origem e aplicação de seus recursos, divulgados através de audiência pública, cujo teor e resultados serão também publicados e remetidos à Assembléia Legislativa; disponibilização de sistema de Ouvidoria Pública, bem como manutenção de cadastro de usuários voluntários, que podem opinar, sugerir e reclamar quanto à prestação dos serviços públicos delegados; realização de audiências e Consultas Públicas, bem como incentivo à formação de conselhos de consumidores, contribuindo também para a participação social no processo regulatório.	Audiência Pública realizada Usuário Voluntário cadastrado	unidade unidade	4 572

Caderno de Regionalização

Governança e Gestão

<p>Monitoramento da Modicidade Tarifária, Equilíbrio Econômico-Financeiro e Justa Remuneração Abrangendo as Áreas Reguladas pela AGERGS</p>	<p>AGERGS</p>	<p>Estabelecer estratégias que contemplem estudo, desenvolvimento e aprimoramento da estrutura de custos dos serviços públicos prestados, com maior capacitação dos técnicos na área de regulação para estabelecimento de padrões de referência, incentivo à excelência da gestão e investimentos dos concessionários, por meio de ferramentas regulatórias, desenvolvimento de padrões contábeis e rotinas de informação e redução da assimetria de informações entre delegatários, usuários e poder público, incluindo a implantação de banco de dados com informações econômico-financeiras, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: saneamento, transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação. Essa ação está embasada na Lei Estadual nº 10.931/97, que criou a AGERGS, definindo dentre seus objetivos o de assegurar a modicidade tarifária, contida no conceito de serviços públicos adequados, e o de zelar pelo equilíbrio econômico e financeiro dos serviços públicos.</p>	<p>Fiscalização Regulatória realizada</p>	<p>unidade</p>	<p>4</p>
			<p>Revisão e Reajuste Tarifário realizado</p>	<p>unidade</p>	<p>8</p>
<p>Monitoramento e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Públicos Delegados nas Áreas Reguladas pela AGERGS</p>	<p>AGERGS</p>	<p>De acordo com a Lei nº 10.931/97, toda concessão ou permissão de serviços públicos pressupõe a sua prestação, assegurando o pleno atendimento das necessidades dos usuários, de acordo com o conceito de serviço adequado, ou seja, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A regulação da qualidade dos serviços com a elaboração e acompanhamento de indicadores e realização de pesquisas de opinião pública constitui-se, portanto, num dos pilares da ação do Estado para o cumprimento do que determina a lei a fim de garantir a promoção do interesse público e a melhoria da qualidade de vida da população, de acordo com a Lei nº 11.075/98. A ação inclui a implantação de banco de dados com informações de padrões de qualidade dos setores sob regulação da AGERGS, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação.</p>	<p>Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada</p>	<p>unidade</p>	<p>38</p>

PROGRAMA: REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, CONCILIAÇÃO E CONSULTORIA AO ESTADO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Modernização Institucional	PGE	<p>Promover a qualificação técnica dos integrantes de seus quadros funcionais, a melhoria operacional e a infraestrutura necessárias ao efetivo e regular desempenho das atividades de consultoria jurídica e de representação judicial da administração pública estadual, desempenhadas pela PGE, por meio dos seguintes órgãos de direção, execução e de apoio: Gabinete, Conselho Superior, Corregedoria-Geral, Procuradorias com funções especializadas (06), de coordenação e integração (01), de pesquisa e documentação (01), de execução regional (18), de execução junto aos Tribunais Superiores (01) e órgão central de apoio administrativo (01). Edificar nova sede para a PGE, que concentre em lugar único a atuação de seus órgãos e atenda as particularidades relacionadas à atuação judicial, viabilizando melhores condições de trabalho e de atendimento à Administração Pública e ao cidadão.</p>	<p>Capacitação de pessoal realizada</p>	<p>unidade</p>	<p>0,87</p>
			<p>Manutenção e qualificação da infraestrutura física realizada</p>	<p>%</p>	<p>0,54</p>

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio para o Acesso à Internet e à Telefonia no Meio Rural	SDR	Articular e realizar ações conjuntas entre as Cooperativas de Infraestrutura, os Municípios e as operadoras de telefonia para criação de condições e disponibilização de infraestrutura para acesso à Internet de qualidade no meio rural.	Articulação/ação realizada	unidade	1
Melhoria da Qualidade da Energia Elétrica no Campo	SDR	Articular com entidades e municípios a realização de levantamento da necessidade de carga de energia elétrica nos empreendimentos rurais de associados de cooperativas. Requerer eventuais providências necessárias junto aos Comitê de Planejamento Energético do Estado (COPERGS) para a adequação da tensão de energia pelas distribuidoras. Quando o tipo de obra exigir participação financeira do consumidor, apoiar financeiramente, com a utilização de recursos do FEAPER, a execução do projeto.	Levantamento de necessidade de carga realizado	unidade	60
			Projeto de melhoria da infraestrutura energética implantado	unidade	8

PROGRAMA: ENERGIA ELÉTRICA PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão da Geração	CEEE-GT	Ampliar a capacidade de produção de energia, aumentar a participação da CEEE-GT no mercado e aumento da rentabilidade da atividade geradora através da renovação e ampliação do parque existente, bem como participações em novos projetos que envolvam fontes geradoras alternativas.	Potencia eólica instalada expandida	Mw	52,5
Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição	CEEE-D	Atender as Redes de Distribuição desenvolvendo atividades direcionadas à Expansão, destinada ao incremento de carga que é motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; à Renovação, destinada a substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil; à Melhoria, com a finalidade exclusiva de melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico e à Regularização de Vilas que consiste em regularização de unidades consumidoras, com foco na inclusão social.	Capacidade de rede de distribuição expandida	kVA	62.360
			Unidade consumidora regularizada	unidade	800
Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão	CEEE-D	Atender as instalações da Subtransmissão: Linhas e Subestações. As atividades estão direcionadas à: Expansão, destinada ao incremento de carga que é motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; a Renovação, destinada a substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil; a Melhoria, com a finalidade exclusiva de melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico.	Capacidade de subtransmissão expandida	MVA	50
			Linha de transmissão expandida	km	39,5

PROGRAMA: GÁS PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Melhorias Operacionais dos Sistemas de Distribuição de Gás Natural	SULGÁS	Expandir a rede de distribuição de gás natural e da carteira de clientes, especialmente no segmento de varejo, constituído por clientes residenciais e comerciais. Haverá a ampliação, também, do volume de gás natural distribuído a regiões com demandas potenciais significativas e da oferta de gás natural na forma comprimida (GNC) a regiões afastadas da rede de distribuição. Dentre os principais projetos, destacam-se: macrocélulas em Porto Alegre e Caxias do Sul; saturação das redes existentes (AÇO e PEAD); ramal UTE Rio Grande; interligação Polo Petroquímico Triunfo; interligação Canoas-Cachoeirinha; ramal Scharlau/Portão; ramal Alvorada; ramal Cavalhada; ramal Agronomia; Projetos Estruturantes (modal GNC) em Gramado/Canela e Santa Cruz do Sul. Esta ação contempla, ainda, a realização de projetos de infraestrutura que configuram melhorias no sistema de distribuição de gás natural e no atendimento aos clientes. Os projetos compreendem desde a aquisição de sistemas e/ou equipamentos operacionais até a construção de redes de infraestrutura de distribuição fundamentadas na ampliação da capacidade de fornecimento, na segurança operacional e na robustez da malha dutoviária de distribuição de gás, agregando valor ao produto e aos clientes.	Cliente atendido Volume de GN comercializado	unidade m3/d	4 12.399
---	--------	--	---	-----------------	-------------

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS, MICRORREGIÕES E AGLOMERAÇÕES URBANAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aperfeiçoamento do Processo de Gestão Territorial e Mobilidade Urbana	METROPLAN	Formular políticas e diretrizes que promovam a organização do território e o desenvolvimento sustentável, em articulação com a SEPLAN e os COREDES, através da elaboração de planos de desenvolvimento urbano integrado, assessoramento técnico aos municípios na elaboração e/ou revisão dos planos diretores e análise de parcelamento de solo. Apoiar e assessorar as prefeituras através de compatibilizações de ações entre governos. Realizar trabalhos técnicos e operações em diversos segmentos. Realizar a gestão de projetos e estudos técnicos especializados para elaboração do Plano Estratégico da Região Metropolitana de Porto Alegre visando definir as macrodiretrizes que nortearão o conjunto de ações estratégicas e prioritárias, voltadas para o desenvolvimento sustentável, econômico, social, ambiental e reordenamento territorial. Realizar estudos para aplicação das diretrizes gerais contidas no Estatuto da Metrópole para o planejamento, gestão, execução das funções públicas de interesse comum, em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas, instituídas pelo Estado, e normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado. Articular instrumentos de governança interfederativa e critérios para o apoio da União em ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, em articulação com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional e os COREDES envolvidos. Realizar a modelagem do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros (Aulinor, Ausul, RMSG e RMPA) e Consórcio de Gestores do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros.	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Aglomeração Urbana do Litoral Norte - AULINOR elaborado	%	100
Aperfeiçoamento e Implantação de Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	METROPLAN	Criar a estrutura de atendimento da Região Metropolitana da Serra Gaúcha e Microrregião Celeira, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais. Implantar o Sistema e suporte institucional para o planejamento e gestão da RMSG e Microrregião Celeira. Aprimorar o sistema institucional para o planejamento e gestão das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Apoio às Prefeituras Municipais com vista ao Planejamento Regional, à elaboração de Planos Integrados e à compatibilização das ações das esferas municipais, estadual e federal, em articulação com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional e os COREDES. Planejamento e Execução da Governança através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Estrutura do Sistema de Planejamento Metropolitano.	Escritórios qualificados	%	25

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Aperfeiçoar os Serviços de Fiscalização e Sistema Informatizado, Controle do Sistema e Apoio ao Usuário do Transporte Metropolitano Coletivo	METROPLAN	Aprimorar o sistema de gestão de informações do transporte metropolitano coletivo de passageiros, através da implementação de um banco de dados centralizado, atualização da base cartográfica, incremento da arrecadação das taxas e contribuição dos serviços delegados. Qualificação no atendimento ao usuário do transporte metropolitano coletivo de passageiros, incremento da fiscalização e controle da frota de veículos de transporte metropolitano de passageiros.	Atendimento ao usuário do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAAC aperfeiçoado	%	15
			Controle de sistema de gestão de transporte metropolitano coletivo de passageiros aperfeiçoado	%	15
			Sistema de gestão de recursos financeiros implantado	%	15
Promoção das Ações Integradas da Infraestrututa Urbana	METROPLAN	Analisar projetos de pavimentações encaminhados ou demandados por municípios; acompanhar as obras de pavimentação; elaborar estudos e projetos visando à qualificação urbanística e à estruturação do sistema de transporte metropolitano; acompanhar a execução das intervenções de qualificação urbana e estruturação do sistema de transporte. Realizar estudos sobre a Avenida do Litoral. Desenvolver Plano Funcional de Anel Viário Imbé-Tramandaí e Estudo de Viabilidade de três alternativas de implantação para a obra de arte de ligação viária e transposição da Lagoa do Armazém no trecho Tramandaí e Imbé, qualificando as vias urbanas por ele conformadas, como elemento estratégico de ligação viária urbana com caráter de integração local e regional.	Estudos e projetos de viabilidade de pavimentação de vias urbanas e obra de arte elaborados	%	100

PROGRAMA: PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Capacidade de Rodovia Pedagiada	EGR	Aumentar a capacidade das rodovias pedagiadas através de sua duplicação, implantação de terceira e quarta faixas de trânsito, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.	Rodovia com capacidade ampliada	km	9
Ampliação de Capacidade de Rodovias	DAER	Aumentar a capacidade dos eixos rodoviários, através da duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação de terceiras e quarta faixas de trânsito, em pontos críticos que possuem alto índice de acidentes, aclives que reduzem drasticamente a velocidade e estradas que necessitam de aumento da sua capacidade de atender a demanda de trafego, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.	Rodovia com capacidade ampliada	km	6
Conservação e Manutenção de Rodovia Pedagiada	EGR	Conservar e manter as rodovias pedagiadas. Os serviços compreendem basicamente a conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada manual ou mecânica, terraplenagem, sinalização vertical e horizontal, obras de arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem, conservação da faixa de domínio, melhorias em trevos e travessias urbanas, serviços de meio ambiente, serviços de supervisão e fiscalização. Os serviços e os projetos necessários à realização das obras serão contratados pela EGR junto a firmas especializadas.	Rodovia conservada	km	55,83

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária	DAER	Aumentar a extensão da rede rodoviária possibilitando integração das comunidades a toda a malha existente, beneficiando um número maior de usuários. Envolve todos os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, obras complementares, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, desapropriações, serviços de meio ambiente, fiscalização e supervisão.	Acesso municipal construído	km	9,5
Construção de Rodovias	DAER	Executar todos os serviços destinados a expandir o sistema rodoviário estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, serviços complementares, custos referentes ao meio ambiente, supervisão e fiscalização.	Rodovia construída	km	111
Modernização, Manutenção e Ampliação do Sistema Aeroportuário	ST	Modernizar e manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços. As atividades necessárias constituem-se de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária e objetivam a ampliação e a qualificação necessárias ao aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros. Para a consecução das obras e serviços necessários será realizada a contratação de consultoria e de projetos para os aeroportos regionais e internacionais novos ou existentes bem como contratação de consultoria para estudos de demanda, impacto ambiental e localização de sítios aeroportuários.	Aeroporto mantido	unidade	2
			Aeroporto modernizado	unidade	2
			Estudo realizado	unidade	5
Planejamento, Desenvolvimento e Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado	DAER	Elaborar o plano diretor rodoviário a partir do gerenciamento e do planejamento da malha rodoviária estadual; Introduzir a malha rodoviária do estado nas novas tecnologias de geoprocessamento, bem como, dispor de um preciso e atualizado instrumento de gestão; Obter o diagnóstico da malha rodoviária executando o levantamento da rede pavimentada e não pavimentada, incluindo o cadastro, o tráfego, condições do pavimento, acidentalidade e obras de arte especiais. Inspeccionar, diagnosticar, classificar e promover planos de ações de segurança viária. Cadastrar e monitorar os pontos de instabilidade de encostas; Desenvolver e implantar metodologias e especificações dos serviços do DAER através de aperfeiçoamento e gestão; Implementar um sistema estadual de registro de estudos e projetos, com a participação dos municípios; Conhecer, agrupar e analisar os dados socioeconômicos relacionados com a população, renda, frota de veículos, agricultura, indústria e serviços, bem como, valores de insumos e serviços utilizados nas obras rodoviárias; Atualização e elaboração de novos estudos e projetos de engenharia e estudos para licenciamento ambiental, bem como, estudos e pesquisas de materias para pavimentação de rodovias e de novas técnicas construtivas em trechos rodoviários experimentais. Promover a regularização ambiental da malha rodoviária estadual com a obtenção das licenças de operação. Adquirir bens e serviços para desenvolvimento e suporte das atividades técnicas de engenharia.	Projeto rodoviário e de obra de arte especial concluído	km	188,5
Restauração de Rodovia Pedagiada	EGR	Restaurar as rodovias pedagiadas, realizando obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como restauração de obras de arte correntes especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização. A EGR mediante processo licitatório contratará a execução dos serviços.	Rodovia restaurada	km	37,64

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	CORSAN	Expandir as redes e ligações de água; substituir redes de água; otimizar e/ou melhorar os sistemas de abastecimento; ampliar os sistemas de abastecimento considerando o crescimento vegetativo; ampliar o número de economias atendidas.	Capacidade instalada de tratamento de água ampliada	m3	8.514.720
			Rede de água assentada/substituída	m	132.367
			Volume de reservação ampliado	m3	4.200
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	CORSAN	Expandir e/ou substituir as redes e ligações de esgoto; substituir redes de esgoto; ampliar os sistemas de esgotamento sanitário; implantar sistemas de esgotamento sanitário, ampliar o número de economias com sistemas de esgoto sanitário disponibilizado.	Capacidade instalada de tratamento de esgoto ampliada	m3	5.689.094
			Economias disponibilizadas com sistemas de esgotamento sanitário	unidade	3.556
			Redes de esgoto assentadas	m	44.622

PROGRAMA: SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Implementação / Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais	SEMA	Apoiar a construção de ferramentas que possibilitem o planejamento de uso dos recursos naturais, os quais orientam o licenciamento e monitoramento das atividades antrópicas. Incentivar, articular e planejar, em parceria com os municípios, políticas de defesa dos direitos animais.	Inventário Florestal realizado	%	50
			Plano de Manejo de Unidade de Conservação elaborado e/ou revisado	unidade	1
Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	SEMA	Implementar as ações decorrentes das diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos concluído em Dezembro de 2014.	1ª Etapa do Plano Estadual Resíduos Sólidos implementada	%	20

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E À INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas para as PcD e PcAH/Sd	FADERS	Articular políticas de diferentes esferas governamentais e em diferentes áreas e níveis de atuação, mediante a coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH no RS, a gestão da Política Pública Estadual, a promoção da interiorização de ações e da descentralização de recursos, o assessoramento a gestores e a atuação junto a Municípios, Órgãos, Entidades e Conselhos de Direitos e de Controle Social sobre políticas públicas no interesse das PcD e PcAH e suas entidades representativas.	Comitê Gestor instalado	unidade	6
			Conselho de Direitos e de Controle Social de Políticas assessorado	unidade	4
			Evento temático realizado	unidade	2
			Plenária do Fórum coordenada	unidade	4
Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Prestar atenção direta a pessoas com deficiência e a pessoas com altas habilidades / superdotação e sua comunidade, em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias, conhecimentos e espaços de atendimento, com vistas à elevação da qualidade de vida e à inclusão.	Pessoa com Deficiência ou Pessoa com Altas Habilidades atendida em serviço referência da FADERS	unidade	6.000
Produção de Conhecimento nas Áreas da Deficiência e das Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades / superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades / superdotação. Assessorar projetos e ações de órgãos públicos, instituições, entidades e empresas orientados à inclusão social das PcD e PcAH/Sd. Supervisionar estágios acadêmicos no campo e área de atuação da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Órgão / Projeto assessorado	unidade	8
			Pessoa capacitada para atenção às altas habilidades	unidade	20
			Pessoa capacitada para atenção às deficiências	unidade	300

PROGRAMA: ACESSO E PERMANÊNCIA COM QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Alimentação Escolar Qualificada para a Educação Básica	SEDUC	Estabelecer uma relação de parceria entre Estado e Municípios, por meio de repasse de recursos financeiros aos municípios para complementação e qualificação da alimentação escolar no âmbito estadual, transferindo gradativamente a alimentação municipalizada para a alimentação escolarizada, com vista à expansão e à melhoria da Educação Básica. Garantir apoio aos Municípios que assumiram o compromisso de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos alunos matriculados em todas as etapas e modalidades de ensino dos estabelecimentos estaduais de educação localizados na área de sua jurisdição. Garantir o atendimento aos alunos matriculados em escolas com a alimentação escolarizada na Educação Básica da rede pública estadual (creches, pré-escolas, ensino fundamental, médio, EJA, AEE), no Ensino Médio Politécnico, no Programa Mais Educação, em Escolas de Tempo Integral, bem como em escolas atendidas no Programa Nacional de Alimentação Escolar com cardápio regionalizado.	Aluno atendido com alimentação escolarizada	unidade	41.397
Articulação de Ações Transversais com Órgãos Públicos e Instituições da Sociedade Civil que Garantam o Acesso e a Permanência	SEDUC	Desenvolver ações que integrem a Escola à rede de atenção à criança e ao adolescente, envolvendo órgãos públicos, sociedade civil organizada e comunidade escolar. Objetivando a melhoria e qualificação do ensino, estabelecer relação de parceria entre Estado e associações mantenedoras de estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos através de repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB. Estabelecer convênios com organismos nacionais e internacionais visando financiamento de ações para expansão da Educação Básica.	Parceria com entidades civis sem fins lucrativos realizada	unidade	5

Caderno de Regionalização

Social

Democratização e Eficiência da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	SEDUC	Manter as escolas de Educação Básica com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Atualizar e revisar os critérios de distribuição dos valores relativos ao suprimento mensal de recursos da Autonomia Financeira das Escolas da Rede Estadual de Ensino. Garantir a manutenção e qualificação dos sistemas informatizados de gestão nos aspectos administrativo, pedagógico e de recursos humanos, integrados entre escola, CREs e SEDUC. Realizar diagnóstico da demanda educacional e do atendimento escolar, bem como acompanhar o movimento e rendimento dos alunos para subsidiar a construção de políticas que assegurem a qualidade do acesso e a permanência da Educação Básica, através do censo escolar, central de matrículas e ISE - Informatização da Secretaria da Educação. Acompanhar sistematicamente a ficha de comunicação do aluno infrequente - FICAI on-line, junto aos órgãos parceiros, reforçando a necessidade de desenvolver estratégias interinstitucionais com enfoque para o trabalho em rede - Escola, Conselho Tutelar, Ministério Público e demais órgãos estaduais e municipais, concentrando esforços para manter o aluno na escola, permitindo ao Poder Público, através dos dados colhidos com a aplicação da ficha, a construção de políticas públicas em prol da garantia do direito à educação.	Central de matrículas implementada e informatizada	unidade	1
			Escola atendida com manutenção centralizada	unidade	103
			Escola atendida com programas de autonomia financeira e pedagógica	unidade	103
			Escola, CRE e SEDUC com gestão informatizada	unidade	104
Prevenção à Violência - CIPAVES - Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas Escolas	SEDUC	Implantar e implementar Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas escolas - CIPAVES, prioritariamente em escolas localizadas em municípios de maior vulnerabilidade social, por meio de formação e capacitação de professores e alunos em práticas restaurativas.	Escola com núcleo de gestão de conflito implantado	unidade	24
Transporte Escolar - Adesão ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar	SEDUC	Manter o maior número de municípios habilitados ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, através das adesões ao Transporte Escolar em 90% dos 481 municípios que atendem alunos do meio rural, de acordo com a legislação.	Município com termo de adesão firmado/assinado	unidade	20
Viabilização do Transporte Escolar	SEDUC	Realizar, com qualidade e vigilância, em parceria com os municípios, a oferta do transporte escolar aos alunos matriculados na Rede Pública Estadual, conforme legislação vigente.	Aluno da rede estadual transportado	unidade	4.172

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO DO ACESSO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ações de mobilização e articulação potencializando parcerias e convênios público privados para investimentos na Educação Profissional pública estadual	SEDUC	Estabelecer parcerias e convênios entre entes públicos e privados para a convergência de ações que contribuam para a melhoria da qualidade da educação profissional ofertada pelas escolas técnicas estaduais.	Instrumento jurídico/convênio firmado	unidade	4
Capacitação, atualização e qualificação de professores, servidores e gestores da Rede Estadual de Educação Profissional	SEDUC	Capacitar, atualizar e qualificar professores, servidores e gestores, nas áreas pedagógica, técnica e administrativa, buscando inclusive, parcerias com Instituições Públicas e Privadas. Oportunizar formação continuada e técnica, bem como garantir assessoria, pesquisa, troca de experiências, produção e/ou aquisição de material pedagógico necessário para subsidiar os debates e estudos aos profissionais que atuam na Educação Profissional, atendendo as diversidades regionais e potencialidades socioeconômicas das diferentes comunidades e regiões do RS. Capacitar docentes, técnicos e equipes diretivas para implementação/implantação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar.	Gestor capacitado Professor capacitado Servidor capacitado	unidade unidade unidade	72 6 56
Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional	SEDUC	Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas que ofertam Educação Profissional com recursos oriundos de convênios e parcerias. Construir, reformar, ampliar e qualificar a estrutura física das escolas de Educação Profissional, oportunizando um atendimento qualificado do Ensino Profissionalizante aos alunos, inclusive com ampliação de vagas, visando atender o desenvolvimento diferenciado das regiões do Estado. Adaptar escolas para o atendimento em Tempo Integral na Educação Profissional, buscando a melhoria do desempenho escolar.	Escola em Tempo Integral na Educação Profissional reformada	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

Democratização e eficiência na gestão das Escolas de Educação Profissional e Superintendência de Educação Profissional - SUEPRO	SEDUC	Manter as escolas de Educação Profissional com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Disponibilizar recursos para a implementação da política de gestão da Educação Profissional, através da manutenção da Superintendência da Educação Profissional - SUEPRO da Secretaria de Estado da Educação.	Escola atendida com programa de autonomia financeira e pedagógica	unidade	6
			Escola e SUEPRO atendida com manutenção centralizada e apoio administrativo	unidade	6
Implantação de proposta pedagógica específica da Educação Profissional em tempo integral nas escolas técnicas agrícolas	SEDUC	Implementar proposta pedagógica diferenciada nas escolas técnicas, gradativamente, voltada a educação em tempo integral, iniciando-se pelas escolas com cursos técnicos agrícolas	Escola em tempo integral implantada/atendida	unidade	1
Modernização e inovação dos equipamentos/mobiliários básicos dos cursos de Educação Profissional das Escolas da Rede Estadual	SEDUC	Modernizar os cursos técnicos pela aquisição de equipamentos e mobiliários básicos para ampliação e qualificação, aplicável a inovação dos processos e produtos das escolas que ofertam Educação Profissional, Associações de Casa Familiares Rurais e Escola Família Agrícola, aplicando novos recursos oriundos de convênios.	Escola equipada/mobiliada	unidade	6

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio a projetos na área de Esporte e Lazer	FUNDERGS	Formalização de Convênios com transferências financeiras com recursos da Lei Pelé, visando o desenvolvimento e apoio do Desporto Educacional, Desporto de Participação e Inclusão Social e o Desporto de Rendimento.	Convênio publicado	unidade	120
Implantação e manutenção de centros de excelência do esporte e do lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Centros de Excelência, em parceria com as Universidades, Prefeituras, Federações e Associações mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização dos Programas de Esporte voltados ao alto rendimento, nas diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4
Implantação e manutenção dos Polos Regionais do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte, de acordo com o art. 26 do Decreto nº 49507/2012 (Estatuto da FUNDERGS), em parceria com as Universidades mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização da execução da Política de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Oferta de Escolas em Tempo Integral	SEDUC	Ampliar o atendimento educacional de, no mínimo, sete horas nas escolas com disponibilidade de espaço físico, contemplando todas as regiões do Estado e com a participação das comunidades, de modo que venham a refletir os seus interesses, proporcionando condições para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, socioeducacionais, culturais e esportivas, objetivando a melhoria do desempenho escolar.	Aluno atendido em escola em tempo integral	unidade	3.304
			Escola com Tempo Integral implantado	unidade	24

Caderno de Regionalização

Social

Apoio à Formação Inicial dos Profissionais da Educação	SEDUC	Implementar o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR visando induzir e fomentar a oferta emergencial de vagas em cursos de educação superior, gratuitos e de qualidade, nas modalidades presencial e a distância, para professores em exercício na rede pública de educação básica, a fim de que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica e, onde possível, estimular que a UERGS ministre a formação para os profissionais de educação. Ao tocante da SEDUC/RS o PARFOR é de grande importância para a melhoria nos serviços educacionais do Estado do Rio Grande do Sul, sendo acompanhado em nível local através de assistência aos professores cursistas, universidades e ao andamento dos processos e desenvolvimento do programa. Promover a formação técnica em nível médio a servidores efetivos que atuam na Secretaria da Escola, Alimentação Escolar, infra-estrutura, multimeios didáticos e outros no sistema de Ensino da Educação Básica- Programa PROFUNIONÁRIO.	Professor beneficiado com auxílio-estudo	unidade	16
Atendimento da Educação Básica, Oportunizando a Participação Social e Cidadã	SEDUC	Implantar/implementar e desencadear ações que incentivem a participação dos alunos e de toda a comunidade escolar em diversas atividades educacionais, esportivas, culturais e sociais proporcionadas pela escola, fortalecendo ações de cidadania, além de proporcionar certificação de formação.	Aluno participante do Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS	unidade	20.800
			Escola integrante do Programa Mais Educação	unidade	36
			Escola participante das atividades educativas e culturais	unidade	41
Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino e Comunidade Escolar	SEDUC	Proporcionar a formação continuada dos profissionais da Educação Básica em todos os níveis e modalidades de ensino, visando à qualificação profissional para melhor desempenho de suas funções e atendimento à diversidade cultural, étnica e de gênero para a convivência numa cultura de paz, por meio de encontros, seminários, conferências, que favoreçam a socialização de novas metodologias, troca de experiências, construção de novos conhecimentos, buscando-se um ambiente de estudo e pesquisa que resulte em práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem eficientes e exitosas. Atualizar e capacitar os profissionais, visando atender os diferentes níveis e modalidades da Educação Básica e da gestão educacional, proporcionando uma maior compreensão do contexto social, cultural, ambiental, bem como atualizar conhecimentos pedagógicos e de uso de novas tecnologias em educação. Formar grêmios estudantis, conselhos escolares, CPMs. Capacitar a gestão pedagógica e administrativa das escolas, CREs e SEDUC.	Participante da política de gestão da Escola, CRE e SEDUC qualificado	unidade	1.784
			Participante da Tecnologia da Informação qualificado	unidade	5.018
			Participante das formações envolvendo temáticas educacionais qualificado	unidade	4.946
			Participante do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa qualificado	unidade	680
			Participante do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio qualificado	unidade	1.610
Modernização Tecnológica - Escolas/SEDUC e CRE	SEDUC	Adquirir/desenvolver software, instalação de rede elétrica e lógica e hardware (computadores, notebooks, lousas, salas multimídias, sistema de som, filmagens e vídeos) de acordo com as demandas da Educação e Políticas de Gestão, com vista a fomentar o uso da tecnologia nos processos de Ensino e Aprendizagem em todos os níveis de Ensino e também qualificar a gestão educacional.	Equipamento de apoio tecnológico adquirido	unidade	3.852
			Escola, CRE e SEDUC com sistema e aplicativo instalado	unidade	104
Qualificação da Reestruturação Curricular, Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares	SEDUC	Implantar/qualificar os projetos político pedagógicos e regimentos escolares da Educação Básica, nas unidades da rede pública estadual, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Normal. Capacitar docentes técnicos e equipes diretivas para elaboração e implementação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar. Discutir e implantar a reestruturação curricular nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que nos anos iniciais já está concluída. Otimização das ações pedagógicas para o processo educacional, com a participação do aluno/professor diretamente no processo de aprendizagem, por meio de pesquisas, debates, interações com softwares pedagógicos, trabalhos em laboratórios/bibliotecas, dentre outros.	Escola com Projeto Político Pedagógico - PPP e regimento escolar qualificado	unidade	102

Caderno de Regionalização

Social

Qualificação da Reestruturação Curricular, Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares	SEDUC	Implantar/qualificar os projetos político pedagógicos e regimentos escolares da Educação Básica, nas unidades da rede pública estadual, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Normal. Capacitar docentes técnicos e equipes diretivas para elaboração e implementação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar. Discutir e implantar a reestruturação curricular nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que nos anos iniciais já está concluída. Otimização das ações pedagógicas para o processo educacional, com a participação do aluno/professor diretamente no processo de aprendizagem, por meio de pesquisas, debates, interações com softwares pedagógicos, trabalhos em laboratórios/bibliotecas, dentre outros.	Escola com reestruturação curricular dos anos finais do Ensino Fundamental implantada	unidade	96
Qualificação dos Espaços Pedagógicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para laboratórios de informática, de ciências, bibliotecas escolares, salas multifuncionais, de recursos, incluindo ampliação dos acervos bibliográficos, materiais específicos para atendimento a alunos com necessidades especiais, instrumentos musicais para implantação e manutenção de bandas escolares e demais atividades culturais.	Equipamento para educação especial adquirido	unidade	42
			Escola com biblioteca atualizada	unidade	52
			Escola equipada com materiais diversos	unidade	103
			Laboratório de ciências qualificado	unidade	52
			Sala multifuncional/de recurso equipada	unidade	14
Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul - SAERS	SEDUC	Realizar o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS, com avaliação em larga escala, universal e censitária (todas as escolas da rede estadual) e por adesão da rede municipal e particular, resgatando esta prática executada em anos anteriores.	Escola estadual com SAERS implantado	unidade	103

PROGRAMA: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Educação em Saúde	SES	Promover cursos presenciais ou a distância de pós-graduação, aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação popular em saúde, bem como ações de matriciamento, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências/estágios na realidade do SUS. As ações serão elaboradas, planejadas e executadas pela Secretaria da Saúde e, quando necessário, na intersectorialidade com outras Secretarias de Governo, bem como com os governos federal e municipais e instituições de ensino, sempre buscando dar conta das demandas locais regionais.	Núcleo Regional de Saúde Coletiva (NURESC) qualificado	unidade	1

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à implementação da Agenda do Trabalho Decente	STDS	Apoio e assessoramento técnico para programas de qualificação urbana e rural, com oportunidades equânimes entre os jovens, mulheres, afrodescendentes, quilombolas, LGBTQT e outros segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social, com a cooperação, pública e privada, acompanhada pela realização de seminários de sensibilização ao empresariado a fim de inserir o referido público no mundo do trabalho. Desenvolvimento de atividades de formação para revitalização da Comissão Estadual de Emprego, Trabalho e Renda. Apoio administrativo, técnico, financeiro e operacional para a Comissão Estadual de Emprego e Renda a fim de a organizar e realizar a Conferência Estadual do Trabalho Decente.	Município apoiado	unidade	15

Caderno de Regionalização

Social

Desenvolvimento do artesanato como geração de trabalho e renda	FGTAS	Apoiar a organização do trabalho artesanal no RS, habilitar o artesão para o exercício da profissão, emitir a carteira profissional, registrar no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), apoiar a realização de Feiras municipais de artesanato, apoiar a participação e comercialização dos produtos em feiras estaduais, nacionais e internacionais. Revitalizar Casas do Artesão no Estado do RS e expandir a disponibilização de espaço Casa do Artesão em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Disponibilizar um canal pela internet para comercialização de produtos artesanais. Efetuar a qualificação profissional com incentivo ao domínio da arte e matéria-prima do artesanato, priorizando regiões em desenvolvimento e em condição de vulnerabilidade social.	Artesão registrado no PGA	unidade	4.414
			Artesão registrado no SICAB	unidade	1.042
			Casa do Artesão no Estado do RS em atividade	unidade	3
			Feira e evento apoiado no RS	unidade	10
			Pessoa Qualificada	unidade	134
			Seminário realizado para orientação de desenvolvimento de negócios e geração de renda	unidade	4
			Relações com o mercado de trabalho	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado dispensado sem justa causa buscando a sua recolocação no mercado de trabalho e também sua inserção em cursos de qualificação profissional. Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do "Informe PED". A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado - "Mais Emprego" do MTE - que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informações sobre o perfil de trabalhadores cadastrados. Ações voltadas para o público prioritário (colocados monitorados pelo seguro e o trabalhador com deficiência).
		Trabalhador colocado no mercado de trabalho por meio das agências FGTAS/SINE	unidade	5.925	
		Vaga Captada	unidade	40.803	

PROGRAMA: GESTÃO DA SAÚDE E INFRAESTRUTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES	SES	Qualificar a infraestrutura da SES. Reformar, ampliar e/ou construir as diferentes estruturas da SES (Nível Central, Coordenadorias Regionais de Saúde, Escola de Saúde Pública, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos financeiros e ganhos ambientais. Garantir a infraestrutura para ações de combate à dengue no Estado.	Central Regional da Rede de Frio readequada de acordo com as normas do Programa Nacional de Imunizações (PNI)	unidade	1
Fortalecimento da Ouvidoria do SUS	SES	Ampliar e descentralizar a Ouvidoria do SUS, visando ao fortalecimento da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. Fortalecer a Rede de Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos.	Ouvidoria regional do SUS implementada	unidade	1
Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS	SES	Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. Fortalecer o planejamento, o monitoramento e avaliação através dos grupos de trabalho e núcleos de monitoramento constituídos nos níveis central e regional da SES.	Grupo de Trabalho de Planejamento, Monitoramento e Avaliação regional e estadual mantido	unidade	1
Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais	SES	Implantar a política de atuação do SUS para redução dos riscos à saúde da população e impactos na rede de atenção em decorrência de desastres ambientais.	Plano de contingência para desastres ambientais implantado e implementado	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Promoção da inclusão digital	FGTAS	Desenvolver a Inclusão Digital nas 11 Agências de Desenvolvimento Social – ADS (instituídas pelo Decreto Nº 47.364/2010). Contribuir para a melhoria do nível de vida da população por meio da alfabetização digital e formação e aperfeiçoamento profissional.	Curso realizado	unidade	12
			Pessoa beneficiada com acesso à Rede de Computadores	unidade	2.400
			Pessoa Qualificada	unidade	180

PROGRAMA: JUNTOS PELA CULTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cultura para a promoção da cidadania, valorização da diversidade e inclusão social, com atenção aos grupos vulneráveis	SEDAC	Promover o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul a partir das demandas vindas da sociedade, com incentivo à participação popular e ao controle social. Incentivar a organização dos Sistemas Municipais de Cultura em todos os municípios. Consolidar a Lei 14.310 como instrumento de gestão compartilhada, promovendo uma articulação entre o Estado, os municípios e o meio cultural. Elaborar estudos sobre a Cultura e produzir de estatísticas culturais para auxiliar a qualificação da gestão. Promover políticas de valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero, LGBTT e popular.	Encontro realizado	unidade	7
			Premio pelo desenvolvimento da cultura concedido	unidade	40
			Sistema Municipal de Cultura implementado	unidade	55
Democratização do acesso aos acervos e aos serviços culturais do Estado do RS	SEDAC	Ampliar a divulgação e o conhecimento dos bens culturais e históricos das diversas instituições culturais - museus, bibliotecas e casas de cultura - e realizar exposições no interior do Estado.	Apresentação artística realizada	unidade	24
			Exposição itinerante realizada	unidade	19
			Exposição sediada em instituições culturais	unidade	29
			Público atendido por serviços culturais	unidade	60.000
			Seminário, palestra, oficina realizada	unidade	48
Desenvolvimento das linguagens artísticas	SEDAC	Apoiar o fortalecimento da organização setorial e o desenvolvimento das diversas linguagens artísticas no RS, incluindo os intercâmbios culturais.	Encontro setorial realizado	unidade	5
			Evento artístico setorial realizado	unidade	14
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Bibliotecas	SEDAC	Modernizar as bibliotecas públicas do Estado e capacitar os atendentes de bibliotecas, com especial atenção às localizadas nos municípios alvo do Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais do Gabinete de Políticas Sociais. Atualizar o acervo e promover a Biblioteca Pública Estadual em seus 145 anos de criação.	Biblioteca Municipal assessorada	unidade	58
			Modernização de Biblioteca Pública realizada	unidade	4
			Título adquirido	unidade	3.000
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus	SEDAC	Promover a estruturação dos museus, por meio da assessoria técnica para a difusão do conhecimento, e da realização de fóruns, oficinas, cursos e seminários, para a capacitação dos profissionais. Fomentar nos museus a realização de atividades para os grupos vulneráveis.	Museu municipal assessorado	unidade	160
			Profissional capacitado	unidade	440
Fomento à economia da cultura	SEDAC	Fortalecer o Sistema Pró Cultura por meio de editais do Fundo de Apoio à Cultura – FAC e da Lei de Incentivo à Cultura - LIC, contemplando novas categorias e estimulando a diversificação, a descentralização das atividades em todas as regiões do Estado e a circulação fora do RS.	Projeto cultural contratado/conveniado	unidade	44
Implementação do RS Criativo/ Criativa Birô	SEDAC	Disseminar a cultura empreendedora com foco na economia criativa, a partir da implementação de espaço de atendimento e capacitação dos gestores e produtores culturais do Estado.	Agente e produtor cultural capacitado	unidade	111

Caderno de Regionalização

Social

OSPA para todos	FOSPA	Realizar os concertos da programação artística da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre na capital e no interior do Estado. Dar seguimento às atividades da Escola da OSPA, incluindo apresentações para a comunidade.	Concerto realizado pela Orquestra Sinfônica	unidade	15
Promoção e difusão da preservação do patrimônio histórico	SEDAC	Promover a educação patrimonial, a difusão de ações institucionais e o inventário e zeladoria do patrimônio material e imaterial, sob a coordenação do IPHAE. Contratar projetos para bens tombados estaduais com condenação judicial.	Inventário do patrimônio histórico realizado	unidade	1
			Oficina e/ou curso realizado para a promoção e difusão da educação patrimonial	unidade	4

PROGRAMA: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Qualificação dos espaços escolares, CREs e SEDUC com equipamentos e mobiliários básicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para reposição e substituição dos que se encontram obsoletos, antieconomicos ou inservíveis, nos espaços administrativos das Escolas, nas CREs e SEDUC. Adquirir mobiliário escolar para substituição e reposição nos mais diversos ambientes escolares (bibliotecas, salas de aula, laboratorios de informatica, de ciências, salas multifuncionais), com vistas a qualificar o atendimento educacional.	CRE e SEDUC equipada	unidade	1
			Escola com equipamento e mobiliário básico qualificado	unidade	103

PROGRAMA: POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	STDS	Constitui-se em um modelo descentralizado e participativo com regulação e organização de serviços, programas, projetos e benefícios, nos diferentes níveis de proteção (básica e especial de média e alta complexidade) com foco prioritário nas famílias, seus membros e indivíduos, tendo o território como base de organização. O SUAS organizar-se-á através de lei estadual e de um plano específico baseado no sistema de vigilância socioassistencial a fim de afirmar a assistência social como política pública. Na gestão do SUAS são realizadas assessorias individualizadas e regionalizadas aos municípios para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, Cadastro Único (CADÚNICO) e Programa Bolsa Família - PBF. O CADÚNICO é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Estado, a fim de inclui-las nos programas sociais. Cabe à gestão estadual assessorar os municípios para a ampliação cadastral, para qualificação da busca ativa e da melhoria das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF).	Assessoramento e Apoio Técnico realizado	unidade	1.680

PROGRAMA: POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SJDH	Apoiar a criação de organismos de políticas para as mulheres, como conselhos municipais, órgãos públicos de enfrentamento à violência contra as mulheres e garantia de direitos, como secretarias, coordenadorias, departamentos. Manter o Fórum Estadual e os Fóruns Regionais de Gestoras.	Conselho criado	unidade	2
			Órgão público apoiado	unidade	1
Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho	SJDH	Realizar capacitações profissionais que promovam a autonomia das mulheres, levando em consideração suas vocações regionais e culturais, bem como as suas diversidades.	Mulher capacitada	unidade	65

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção dos Prédios das Coordenadorias Regionais de Perícia	SSP	Construir prédios padronizados visando ao desenvolvimento do trabalho pericial em ambiente integrado e funcional em cada uma das nove Coordenadorias Regionais de Perícia.	Prédio construído	unidade	1
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Polícia Civil	SSP	Construir, ampliar e reformar as Delegacias de Polícia, visando à melhoria na prestação dos serviços de Polícia Judiciária.	Prédio reformado	unidade	8
Policimento Comunitário	SSP	Executar o Policiamento Comunitário de modo a fomentar a transversalidade das ações da Brigada Militar com a comunidade e demais setores da sociedade, de maneira a atuar preventivamente, coadunando com a redução de índices de criminalidade. Também, potencializar a atuação da Brigada Militar nos Estabelecimentos de ensino, visando o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar, tendo como estratégia alcançar a todos os níveis de frações dos comandos regionais subsidiados para a execução do policiamento escolar.	Base de Policiamento Comunitário implantada	unidade	2

PROGRAMA: PROGRAMA DE OPORTUNIDADE E DIREITOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aprimoramento do processo de ressocialização	SJDH	Qualificar o atendimento socioeducativo oferecido na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e diminuir a superlotação e os níveis de reincidência entre os adolescentes autores de ato infracional.	Centro CASE construído	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO HABITACIONAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fomento às Ações de Regularização Fundiária nos Municípios	SOSH	Fomentar a realização de ações de regularização fundiária pelos municípios, por meio da divulgação de informações e assessoramento técnico, tendo como alvo os COREDES que possuem situações de inadequação fundiária ou aglomerados subnormais diagnosticados pelo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS.	Ação realizada para o fomento à regularização fundiária nos municípios	unidade	1
			Apoio técnico realizado para execução de projetos, obras de infraestrutura e/ou habitação	unidade	2
Produção de Ações Habitacionais	SOSH	Oportunizar a produção de ações habitacionais (casas, lotes, melhorias), através de parcerias com municípios e entidades (agentes financeiros, cooperativas e associações habitacionais), bem como complementando programas habitacionais da União.	Lote urbanizado conveniado	unidade	9
			Melhoria habitacional conveniada	unidade	11
			Unidade habitacional conveniada	unidade	241
Transferência da Propriedade de Imóveis da COHAB-RS aos Moradores	SOSH	Efetuar a transferência da propriedade dos imóveis remanescentes da COHAB-RS, para: mutuário com autorização para escritura, comprador com "contrato de gaveta" e morador sem documentação de compra e venda.	Escritura assinada	unidade	2

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas do Corpo de Bombeiros	SSP	Realizar obras de melhorias no que diz respeito à construção, ampliação de reformas das estruturas físicas dos quartéis de bombeiros militares.	Quartel construído	m2	350
			Quartel reformado	m2	350
Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil	SSP	Coordenar e executar atividades de prevenção e combate de incêndios, buscas e salvamentos e ações de defesa civil.	Ação de prevenção de incêndio realizada	unidade	51.330
			Incêndio combatido	unidade	5.520
			Remoção de fonte de perigo realizada	unidade	3.630
			Salvamento realizado	unidade	4.280
Reaparelhamento Técnico do Corpo de Bombeiros	SSP	Otimizar os serviços prestados pelos bombeiros militares em razão do reaparelhamento técnico da dotação de infraestrutura patrimonial relacionada com o exercício das suas funções, especialmente a partir da gestão estratégica das tecnologias de comunicação e informação, melhoria da logística, bem assim com os equipamentos destinados ao serviço de combate a incêndio e demais ocorrências.	Equipamento de proteção individual modernizado	unidade	108
			Equipamento para atividades operacionais renovado	unidade	36
			Frota modernizada (aquisição de veículos)	unidade	32
			Redes de Comunicação e Informática estruturadas, gerenciadas e aperfeiçoadas	unidade	120

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PRODUTIVO E DE SERVIÇOS E DA QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aprimoramento de programas e projetos de extensão para o desenvolvimento regional, difusão científica e cultural	UERGS	Fomentar e orientar a estruturação das atividades de extensão mediante elaboração e execução de programas e projetos, e a divulgação do conhecimento acadêmico e da cultura regional.	Bolsa de extensão concedida	unidade	12
			Evento promovido pela Uergs ou em parceria com outras instituições	unidade	40
			Programa de extensão implementado	unidade	4
			Projeto de extensão realizado	unidade	40
			Publicação de livro, artigo, produção técnica e obra artística realizada	unidade	4
			Projeto de extensão realizado	unidade	40
Aprimoramento e qualificação da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, associadas às vocações regionais	UERGS	Fomentar e apoiar o desenvolvimento de pesquisa focadas nas áreas: Humanas, Vida e Meio Ambiente e Exatas e Engenharias, considerando a viabilidade de parcerias, os arranjos produtivos locais e demandas regionais, a transferência de tecnologia e o aumento do número de grupos de pesquisa, gerando condições para implantação de programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.	Bolsa acadêmica concedida	unidade	20
			Curso de pós-graduação lato-sensu implementado	unidade	2
			Participação (docente e/ou discente) em eventos de ensino, pesquisa e extensão, financiada pela UERGS	unidade	684
			Produção científica (artigos e livros) e Depósito de pedido de patentes realizado	unidade	46
			Projeto de Pesquisa e inovação tecnológica ativo vinculados aos grupos de pesquisa	unidade	64
			Projeto de Pesquisa e inovação tecnológica ativo vinculados aos grupos de pesquisa	unidade	64

Caderno de Regionalização

Social

Formação inicial e continuada	UERGS	Ampliar e qualificar programas acadêmicos; Promover e ampliar a oferta e vagas de cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológico, presenciais e a distância; qualificar a formação de docentes, discentes e técnicos da comunidade universitária e regional, articulados com a realidade de cada campus regional.	Bolsa acadêmica concedida	unidade	68
			Curso de graduação ofertado	unidade	2
			Vaga em curso de graduação ofertada	unidade	240
Melhoria e ampliação da infraestrutura	UERGS	Projetar, implantar ou adequar as instalações físicas, patrimoniais e acervo bibliográfico da UERGS, adequadas aos projetos pedagógicos de curso e a legislação vigente do Ensino Superior.	Acervo Bibliográfico adquirido	unidade	3.856
			Prédios das Unidades Universitárias e Reitoria construídos, incluindo laboratórios e bibliotecas	unidade	2

PROGRAMA: PROTEÇÃO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cooperação Técnica com os Municípios	FPERGS	Promover o assessoramento aos municípios do RS sobre o acolhimento institucional, de forma complementar ao DAS, através da realização de projeto de formação para os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento e na rede de proteção a criança e ao adolescente. Desenvolver um plano de ação conjunto com o Estado, municípios e demais instâncias implicadas no cuidado da população adulta com demandas de risco social e saúde agravadas que permanecem atendidas pela FPERGS.	Município cooperado em formação para o Acolhimento Institucional	unidade	6

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO CONSOLIDANDO A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE

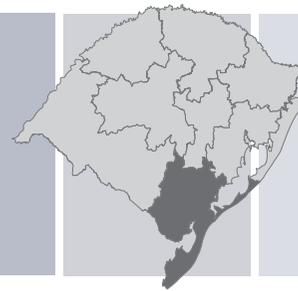
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica	SES	Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos.	Município beneficiado com recurso para Assistência Farmacêutica Básica	unidade	21
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências de Diagnósticos e Tratamento	SES	Implantar e implementar centros de especialidades odontológicas e habilitar os laboratórios regionais de prótese dentária.	Centro de Especialidade Odontológica mantido e implantado	unidade	1
			Laboratório Regional de Prótese Dentária mantido e implantado	unidade	4
Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde	SES	Realizar ações conjuntas e padronizadas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. Identificar, conhecer, monitorar e prevenir os fatores de risco, promovendo a saúde, controlando e minimizando a ocorrência de doenças, epidemias e agravos como violência interpessoal (doméstica, sexual e outras) e autoprovocada. Municípios prioritários com ações de Vigilância Epidemiológica e controle da tuberculose, descentralizadas para a atenção básica, com ênfase no diagnóstico e tratamento.	Ação de vigilância sanitária de baixa complexidade descentralizada	unidade	1
			Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar ampliado	unidade	1
			Serviço especializado de referência em atendimento de hepatites virais implantado	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado	SES	Qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjuntos de ações de saúde, onde o estado desenvolverá ações que visem, ENTRE OUTRAS, a integridade da saúde do homem. Implantar e implementar as Linhas de Cuidado a partir da Atenção Básica, tendo em vista sua responsabilidade na coordenação do cuidado e ordenamento da rede, visando a garantia de acesso e qualificação da atenção à saúde. Busca-se identificar as portas de entrada da rede de serviços, classificando o critério de risco, acompanhando o usuário por todos os pontos de atenção e organizando as referências e contra-referências regionais. As Linhas de Cuidado devem ser subsidiadas por conhecimento científico atualizado, oportunizando espaço para ações inovadoras, com garantia e efetivação dos princípios da política de humanização do SUS. Além disso, busca-se promover a equidade e a integralidade da atenção à saúde para a população por meio de ações transversais e intersetoriais, intensificando as ações e o cuidado direcionados às populações em situação de vulnerabilidade. Implementar a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PIC), visando a integralidade das ações e a ampliação das possibilidades terapêuticas naturais e humanizadoras.	Equipe de Saúde Prisional mantida e habilitada	unidade	2
			Município beneficiado com recurso para o cuidado da pessoa vivendo com HIV/Aids na Atenção Básica	unidade	4
			Programa de Combate ao Racismo Institucional na Atenção Básica mantido e implantado	unidade	11
Qualificação da Atenção Básica	SES	Ampliar e qualificar a Atenção Básica priorizando a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Primeira Infância Melhor (PIM), incluindo o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Atender crianças através do PIM, atingindo todos os municípios e proporcionando uma maior cobertura populacional. Aumentar o número de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, Equipes de Saúde da Família Índigena e Quilombola. Realizar ações conjuntas em Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, trabalhador) e de Promoção e Prevenção da Saúde.	Equipe de Saúde Bucal mantida e implantada	unidade	35
			Equipe de Saúde da Família mantida e implantada	unidade	60
			Família atendida pelo PIM	unidade	2.420
			Município beneficiado com recursos para qualificação da atenção básica	unidade	21
			Município com PIM implantado	unidade	12
			Núcleo de Apoio à Saúde da Família mantido e implantado	unidade	2
			Visitador do Primeira Infância Melhor habilitado	unidade	121

Região Funcional



5

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à Gestão, Capacitação e Educação para Cooperativas	SDR	Qualificar a gestão para cooperativas, através do acompanhamento e monitoramento de ações por equipes multidisciplinares que atuam em vários setores da cooperativa: produção, comercialização, financeiro e contábil, social, entre outros. Realizar educação cooperativista (associados e direção) por meio de cursos e palestras.	Acompanhamento de ações realizado	unidade	34
			Curso/oficina realizado	unidade	8
			Diagnóstico elaborado	unidade	24
			Plano de aprimoramento implementado	unidade	24
Apoio ao Acesso ao Crédito e Saneamento de Cooperativas	SDR	Apoiar o acesso às linhas de crédito específicas para capital de giro, investimento e saneamento financeiro, para operações junto ao Sistema Bancário, bem como garantir, quando possível, operações por meio do Fundo de Aval para Cooperativas Agropecuárias (Lei Estadual nº 13.863/2011).	Cooperativa beneficiada	unidade	1
Apoio e Fomento a Cooperativas	SDR	Fomentar a organização formal de novas cooperativas, oportunizando a geração de trabalho e renda com inclusão social, bem como apoiar projetos de estruturação de cooperativas dos ramos agropecuário, trabalho, consumo, crédito, mineração, saúde, transporte, especial/social, produção, habitação, ensino, infraestrutura e turismo e lazer.	Evento realizado	unidade	4
Fomento à Intercooperação	SDR	Fomentar a intercooperação através da aproximação das cooperativas e da formação de redes interorganizacionais, visando melhorar o atendimento aos associados e fortalecer o movimento cooperativo, e trabalhando de forma sistêmica. Realizar seminários, envolvendo gestores dos empreendimentos cooperativos, gestores públicos, lideranças do movimento sindical e cooperativo, técnicos das unidades de cooperativismo e escritórios da EMATER. Estabelecer grupos executivos de trabalho para estruturar empreendimentos cooperativos, de forma a atender as demandas da sociedade local e regional. Identificar e definir as vantagens logísticas em cada cenário de intercooperação.	Cooperativa beneficiada	unidade	10
			Evento realizado	unidade	4

PROGRAMA: CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETEL	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	3

PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Defesa Sanitária Animal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário. Melhorar as condições sanitárias dos rebanhos do RS e manter as condições sanitárias existentes com objetivo de aumentar produtividade, renda e valorização do produto através do acesso a mercados exigentes, realizando georreferenciamento de propriedades e identificação individual de animais. Atender demanda com educação sanitária animal, incremento das atividades de fiscalização de trânsito e em propriedades, monitoramento da condição sanitária dos animais e incremento das atividades de vigilância sanitária. Implantar novos módulos, visando ampliar a abrangência do Sistema de Defesa Agropecuário (SDA). Realizar inquéritos epidemiológico. Promover a indenização pelo abate sanitário e sacrifício de animais atingidos pela febre aftosa, tuberculose, brucelose e peste suína clássica e outras doenças infecto-contagiosas. Adquirir vacinas para imunização do rebanho do RS.	Animal identificado	unidade	720.232
			Propriedade georreferenciada	unidade	37.893

Caderno de Regionalização

Econômico

Defesa Sanitária Vegetal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário e evitar a introdução de novas pragas e atuar na erradicação e controle da disseminação das presentes, através das ações de fiscalização, vigilância epidemiológica, certificação sanitária e apoio laboratorial para a realização de diagnósticos e exames. Promover a qualidade e a idoneidade dos insumos e dos serviços agropecuários, através da fiscalização de estabelecimentos, prestadoras de serviços e propriedades rurais. Atender demanda com educação sanitária vegetal.	Estabelecimento de comércio de insumos agrícolas fiscalizado	unidade	75
			Exame de laboratório de análise de resíduos de agrotóxicos realizado	unidade	60
			Inspeção realizada	unidade	1.280
			Propriedade com certificação fiscalizada	unidade	25
			Propriedade rural fiscalizada no uso de agrotóxico	unidade	150
			Treinamento e capacitação de servidores realizada	unidade	4
Unidade consolidadora fiscalizada	unidade	5			
Inspeção de Produtos de Origem Animal	SEAPI	Criar grupo interinstitucional (SEAP, FAMURS, SDR, FETAG e EMATER) para a elaboração de estratégias, visando a conscientização e incentivo de gestores municipais e empresários quanto à adesão aos SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial, Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) e ao SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal). Identificar servidores e capacitação dos mesmos para atuação como auditores do SISBI-SUSAF, buscando agilizar o atendimento às solicitações de adesão. Realizar auditorias orientativas e de inclusão ao sistema SISBI-SUSAF nos serviços de inspeção municipal e estabelecimentos aptos documentalmente. Capacitar servidores estaduais para padronização de procedimentos, buscando a equivalência ao SIF (Serviço de Inspeção Federal) e, por conseguinte, a adesão ao SISBI.	Auditor SISBI-SUSAF capacitado	unidade	8
Inspeção de Produtos de Origem Vegetal	SEAPI	Promover a qualidade dos produtos de origem vegetal, da matéria prima ao produto final, através de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal.	Análise laboratorial de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Coleta de produtos vegetais para análise de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Estabelecimento de comércio de vinhos e derivados da uva fiscalizado	unidade	60

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Armazenagem da Produção Agrícola e Pecuária Gaúcha	CESA	Promover a política de armazenagem oficial do Estado do RS, prestando serviços especializados em armazenagem e beneficiamento de grãos, recebendo produtos de lavoura e preparando-os para a guarda por longos períodos, tanto para agricultores como para cooperativas e iniciativa privada. Armazenar os estoques oficiais e executar os programas sociais do Governo Federal, como Milho Balcão e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, ambos voltados para a agricultura familiar. Realizar a armazenagem de produtos perecíveis e deterioráveis como carnes, frutas, hortaliças e medicamentos. Os procedimentos tarifários e técnicos implicam o balizamento da política tarifárias e de procedimentos técnicos.	Média de produto a frio armazenado	t	7.200
			Média de produto a granel armazenado	t	46.350

Caderno de Regionalização

Econômico

Orizicultura e Sustentabilidade	IRGA	Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em terras baixas e para planejamento e gestão da atividade rural; realizar prestação de serviços e executar a certificação dos campos de produção e sementes de arroz; implantar sistemas de suporte à política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas públicas; analisar solo e água; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de grânio; apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.	Dia de campo regional realizado	unidade	15
			Evento técnico para difusão de tecnologia promovido	unidade	24
			Lavoura demonstrativa para difusão da tecnologia realizada	unidade	26
			Roteiro técnico realizado	unidade	47
			Unidade demonstrativa implantada	unidade	21

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETEL	Articular e apoiar as regiões turísticas na implementação e melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, incluindo a implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística, instalação e revitalização de Centros de Atenção Turística para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional, aquisição de equipamentos, revitalização de áreas turísticas, bem como acessos a atrativos turísticos.	Centro de Atenção ao Turista implementado	unidade	2
			Centro de Atenção ao Turista temporário (Verão) implementado	unidade	16
			Sinalização Turística instalada	unidade	150
			Programa de Regionalização do Turismo	SETEL	O Programa visa fortalecer as governanças, promover a articulação e integração regionais, estruturar e consolidar destinos e produtos turísticos competitivos nas regiões, com benefícios aos empreendedores, comunidades locais, gestores públicos municipais, bem como ampliar e diversificar a oferta turística por meio da estruturação e qualificação de produtos, segmentação e posicionamento de destinos e produtos no mercado turístico. Compete ao Programa de Regionalização articular projetos transversais com outros órgãos do Estado, principalmente Cultura, Educação e Meio Ambiente, visando a qualificação e promoção do Turismo cultural e ecológico e programas de educação turística nas escolas.
Qualificação profissional e empresarial do Turismo	SETEL	Qualificar profissionais e empresários ligados direta e indiretamente ao Turismo, incluindo a produção associada à atividade turística, nos seus diversos níveis, desde a gestão até a operação. Criar e implementar programa de qualificação ao quadro técnico do turismo visando a atualização profissional e à melhoria dos serviços prestados à sociedade, abrangendo todas as divisões técnicas, de forma continuada.	Governança regional apoiada	unidade	3
			Projeto de revitalização/posicionamento de mercado de produtos turísticos ícones do RS nas regiões menos desenvolvidas implementado	unidade	1
			Gestor/empreendedor qualificado	unidade	25
			Profissional qualificado	unidade	50

PROGRAMA: DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO, MODERNIZAÇÃO DE SETORES TRADICIONAIS, INDUÇÃO DE NOVAS ECONOMIAS E ALAVANCAGEM DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Financiamentos de Investimentos à Ampliação da Infraestrutura Pública Municipal do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos públicos municipais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	5.319.584
Financiamentos de Investimentos para a Ampliação da Infraestrutura Econômica do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para os setores de transporte, energia, gás, saneamento, educação, saúde e telecomunicações.	Operação de financiamento aprovada	R\$	4.163.499
Financiamentos de Investimentos para a Modernização de Setores Tradicionais e a Indução de Novas Economias Empresariais no RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos empresariais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	8.331.801
Financiamentos de Investimentos para a Modernização e Ampliação da Produção e da Produtividade Agropecuária Gaúcha	BADESUL	Aprovar operações de crédito para projetos de produtores rurais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	49.386.005

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Extensão Produtiva e Inovação (NEPIs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio a projetos prioritários e ações coletivas para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação e à realização de estudo de viabilidade para simbiose industrial e da formação de agendas para execução de ações transversais. Implantar e/ou manter Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação para capacitar pequenas e médias empresas do setor industrial nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações, produção mais limpa e benchmarking. Inclui formação da equipe para gestão e monitoramento do Projeto.	Ação coletiva em APL realizada	unidade	89
			APL com Governança apoiada	unidade	2
			APL com Projeto Prioritário apoiado	unidade	1
Redes de Cooperação	SDECT	Desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas. O projeto foi iniciado no ano 2000, sendo concebido para empreendedores da indústria, comércio e serviços, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados . O Programa Redes de Cooperação foi formalizado através do Decreto nº 42.950 / 2004.	Nova empresa em rede associada	unidade	80
			Nova Rede implantada	unidade	20

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à Agroindústria Familiar	SDR	Apoiar as agroindústrias familiares e o artesanato rural. Fomentar a legalização de agroindústrias familiares e de pequeno porte de processamento artesanal no âmbito sanitário, ambiental e fiscal, buscando agregar valor à produção, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional e ao incremento da geração de trabalho e de renda no campo, através do fornecimento de assistência e qualificação técnica, apoio na comercialização e linhas de crédito específicas aos beneficiários do programa. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual, executando a política estadual de agroindústria familiar de acordo com a Lei Estadual 13.921, de 17 de janeiro de 2013, o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) e Dec. 49.341, de 5 de julho de 2012.	Projeto Agroindustrial apoiado	unidade	18
Apoio ao Artesanato e ao Turismo Rural	SDR	Promover o turismo e o artesanato rural, apoiando a legalização dos empreendimentos que desenvolvam essas atividades e auxiliando na elaboração e no encaminhamento de projetos de crédito, na legalização ambiental e tributária, na formação técnica dos beneficiários, no apoio à produção (matéria prima e equipamentos), à comercialização, à promoção e na disponibilização de marcas próprias certificando a origem dos seus produtos.	Projeto de incentivo à produção apoiado	unidade	4
Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar	SDR	Apoiar a inserção dos agricultores nos mercados institucionais através do apoio à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de outras formas de compras institucionais, como a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS (Lei nº 13.922/2012).	Agricultor beneficiado pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	unidade	120
			Cooperativa fornecedora de alimentos para órgãos públicos por meio do PAA - Modalidade Compra Institucional	unidade	8
			Produto adquirido da agricultura familiar pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	t	605

Caderno de Regionalização

Econômico

Apoio e Desenvolvimento da Produção Leiteira e da Pecuária Familiar	SDR	Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e da pecuária de corte nas propriedades de base familiar. Proporcionar a melhoria da produtividade e qualidade do leite, melhoramento genético do rebanho, aumento na disponibilidade de forragem e estruturação das propriedades, através do acesso ao crédito para ações de custeio e investimento, assim como implementar unidades demonstrativas para o aperfeiçoamento e troca de conhecimentos. Estimular a produção pecuária de base ecológica, agregação de valor a subprodutos da pecuária, e apoiar as atividades de rastreabilidade do rebanho gaúcho.	Agricultor e pecuarista familiar beneficiado	unidade	2.428
			Projeto produtivo apoiado	unidade	364
Apoio e Desenvolvimento de Sistemas de Base Ecológica	SDR	Fomentar os sistemas agroecológicos e de produção orgânica e a comercialização, valorizando a agrosociobiodiversidade e estimulando a diversificação da produção agrícola, contemplando também as plantas medicinais, aromáticas e condimentares, priorizando mulheres e jovens rurais, por meio de financiamento e outras ações do Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica (Decreto 51.617/2014). Apoiar os sistemas de produção agropecuários que vizam a transição e/ou consolidação agroecológica de unidades produtivas, promovendo a geração de trabalho, renda e a inclusão social, estimulando a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Projeto produtivo apoiado	unidade	24
Desenvolvimento e Apoio Socioeconômico de Comunidades Quilombolas	SDR	Apoiar empreendimentos coletivos para a geração de renda e incentivar projetos produtivos em comunidades quilombolas.	Comunidade quilombola beneficiada	unidade	4
Desenvolvimento Integrado da Pesca Artesanal e Aquicultura	SDR	Apoiar a pesca artesanal e a aquicultura e promover a popularização do consumo de peixe no Rio Grande do Sul, através de iniciativas de apoio à comercialização e do incremento da produtividade e da produção sustentável de pescado.	Evento de divulgação das ações de pesca e aquicultura realizado	unidade	1
			Viveiro para piscicultura construído	unidade	110
Fortalecimento Etnosustentável e Desenvolvimento Socioeconômico de Comunidades Indígenas	SDR	Apoiar a elaboração de planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas em áreas estaduais; elaborar e executar projetos produtivos das comunidades indígenas, visando garantir a segurança alimentar, o fortalecimento da produção e o apoio a agroindustrialização e comercialização do excedente; implementar ações de manejo e recuperação de solos degradados; incentivar a implantação e manutenção de pontos de venda de artesanato e participação em feiras.	Comunidade indígena atendida	unidade	1

PROGRAMA: INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Democratização e Qualificação da Comunicação Governamental	SECOM	Realizar cobertura jornalística da agenda diária do governador e divulgar as informações referentes às principais ações do governo a jornais, portais de internet, emissoras de rádios e televisões, por meio de releases da agência de notícias online do Estado e ferramentas de disparo de emails. Prestar atendimento a jornalistas na busca de informações referentes à administração estadual. Realizar acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia e ampliar o acesso a informações a toda a sociedade.	Comunicação governamental regionalizada por meio da estrutura das regiões funcionais do RS	unidade	1

PROGRAMA: PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Análises Socioeconômicas para o Planejamento	SEPLAN	Elaborar e publicar o Atlas Socioeconômico do RS, nos idiomas português e inglês, e Perfis Regionais com informações por COREDE e Região Funcional.	Perfil por COREDE publicado Perfil por Região Funcional publicado	unidade unidade	1 1
Planejamento Governamental e Regional	SEPLAN	Elaborar, realizar o acompanhamento e avaliar o Plano Plurianual estadual e utilizar as informações provenientes desse processo para elaborar documentos, visando proporcionar transparência à atuação governamental. Elaborar agendas para o equilíbrio territorial, utilizando informações do PPA. Elaborar estudos de longo prazo para o Estado e estimular o planejamento de longo prazo nos órgãos estaduais.	Agenda para o equilíbrio territorial elaborada Caderno de Realizações elaborado	unidade unidade	1 4
Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDES	SEPLAN	Promover e acompanhar o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDES.	Plano estratégico elaborado	unidade	1

PROGRAMA: REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Execução de Convênios para Regulação de Serviços de Competência da União e dos Municípios	AGERGS	Executar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, convênio com a ANEEL para a fiscalização dos serviços delegados de energia elétrica de competência da União. Executar convênio com os municípios para a regulação do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	37
Fomento à Participação Social	AGERGS	Assegurar a plena transparência das ações e decisões da AGERGS, através de diversos mecanismos: publicação anual de relatório, que deve incluir a avaliação dos indicadores de qualidade, o resultado de pesquisa de opinião pública sobre a sua prestação e o demonstrativo de origem e aplicação de seus recursos, divulgados através de audiência pública, cujo teor e resultados serão também publicados e remetidos à Assembléia Legislativa; disponibilização de sistema de Ouvidoria Pública, bem como manutenção de cadastro de usuários voluntários, que podem opinar, sugerir e reclamar quanto à prestação dos serviços públicos delegados; realização de audiências e Consultas Públicas, bem como incentivo à formação de conselhos de consumidores, contribuindo também para a participação social no processo regulatório.	Audiência Pública realizada Usuário Voluntário cadastrado	unidade unidade	4 572

Caderno de Regionalização

Governança e Gestão

Monitoramento da Modicidade Tarifária, Equilíbrio Econômico-Financeiro e Justa Remuneração Abrangendo as Áreas Reguladas pela AGERGS	AGERGS	Estabelecer estratégias que contemplem estudo, desenvolvimento e aprimoramento da estrutura de custos dos serviços públicos prestados, com maior capacitação dos técnicos na área de regulação para estabelecimento de padrões de referência, incentivo à excelência da gestão e investimentos dos concessionários, por meio de ferramentas regulatórias, desenvolvimento de padrões contábeis e rotinas de informação e redução da assimetria de informações entre delegatários, usuários e poder público, incluindo a implantação de banco de dados com informações econômico-financeiras, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: saneamento, transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação. Essa ação está embasada na Lei Estadual nº 10.931/97, que criou a AGERGS, definindo dentre seus objetivos o de assegurar a modicidade tarifária, contida no conceito de serviços públicos adequados, e o de zelar pelo equilíbrio econômico e financeiro dos serviços públicos.	Fiscalização Regulatória realizada	unidade	4
			Revisão e Reajuste Tarifário realizado	unidade	4
Monitoramento e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Públicos Delegados nas Áreas Reguladas pela AGERGS	AGERGS	De acordo com a Lei nº 10.931/97, toda concessão ou permissão de serviços públicos pressupõe a sua prestação, assegurando o pleno atendimento das necessidades dos usuários, de acordo com o conceito de serviço adequado, ou seja, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A regulação da qualidade dos serviços com a elaboração e acompanhamento de indicadores e realização de pesquisas de opinião pública constitui-se, portanto, num dos pilares da ação do Estado para o cumprimento do que determina a lei a fim de garantir a promoção do interesse público e a melhoria da qualidade de vida da população, de acordo com a Lei nº 11.075/98. A ação inclui a implantação de banco de dados com informações de padrões de qualidade dos setores sob regulação da AGERGS, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	37

PROGRAMA: REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, CONCILIAÇÃO E CONSULTORIA AO ESTADO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Modernização Institucional	PGE	Promover a qualificação técnica dos integrantes de seus quadros funcionais, a melhoria operacional e a infraestrutura necessárias ao efetivo e regular desempenho das atividades de consultoria jurídica e de representação judicial da administração pública estadual, desempenhadas pela PGE, por meio dos seguintes órgãos de direção, execução e de apoio: Gabinete, Conselho Superior, Corregedoria-Geral, Procuradorias com funções especializadas (06), de coordenação e integração (01), de pesquisa e documentação (01), de execução regional (18), de execução junto aos Tribunais Superiores (01) e órgão central de apoio administrativo (01). Edificar nova sede para a PGE, que concentre em lugar único a atuação de seus órgãos e atenda as particularidades relacionadas à atuação judicial, viabilizando melhores condições de trabalho e de atendimento à Administração Pública e ao cidadão.	Capacitação de pessoal realizada	unidade	1,55
			Manutenção e qualificação da infraestrutura física realizada	%	1,21

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio para o Acesso à Internet e à Telefonia no Meio Rural	SDR	Articular e realizar ações conjuntas entre as Cooperativas de Infraestrutura, os Municípios e as operadoras de telefonia para criação de condições e disponibilização de infraestrutura para acesso à Internet de qualidade no meio rural.	Articulação/ação realizada	unidade	1
Incentivo ao Uso e à Geração de Energia por Meio de Fontes Alternativas	SDR	Incentivar e apoiar a utilização e a implantação de fontes alternativas de energias pelos agricultores familiares e públicos especiais, bem como fomentar e articular incentivos para a aquisição de equipamentos e geração de energia por meio de fontes alternativas através de cooperativas de infraestrutura, visando o uso racional dos recursos naturais.	Evento/seminário realizado para associados das cooperativas com potencial de investimento	unidade	1
Melhoria da Qualidade da Energia Elétrica no Campo	SDR	Articular com entidades e municípios a realização de levantamento da necessidade de carga de energia elétrica nos empreendimentos rurais de associados de cooperativas. Requerer eventuais providências necessárias junto aos Comitê de Planejamento Energético do Estado (COPERGS) para a adequação da tensão de energia pelas distribuidoras. Quando o tipo de obra exigir participação financeira do consumidor, apoiar financeiramente, com a utilização de recursos do FEAPER, a execução do projeto.	Levantamento de necessidade de carga realizado	unidade	140
			Projeto de melhoria da infraestrutura energética implantado	unidade	8

PROGRAMA: ENERGIA ELÉTRICA PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão da Transmissão	CEEE-GT	Aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT através da construção e da ampliação de linhas de transmissão e subestações de energia elétrica.	Capacidade de transmissão expandida	MVA	183
Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição	CEEE-D	Atender as Redes de Distribuição desenvolvendo atividades direcionadas à Expansão, destinada ao incremento de carga que é motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; à Renovação, destinada a substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil; à Melhoria, com a finalidade exclusiva de melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico e à Regularização de Vilas que consiste em regularização de unidades consumidoras, com foco na inclusão social.	Capacidade de rede de distribuição expandida	kVA	97.438
			Unidade consumidora regularizada	unidade	1.700
Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão	CEEE-D	Atender as instalações da Subtransmissão: Linhas e Subestações. As atividades estão direcionadas à: Expansão, destinada ao incremento de carga que é motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; a Renovação, destinada a substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil; a Melhoria, com a finalidade exclusiva de melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico.	Capacidade de subtransmissão expandida	MVA	156,3
			Linha de transmissão expandida	km	53,5

PROGRAMA: GÁS PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Melhorias Operacionais dos Sistemas de Distribuição de Gás Natural	SULGÁS	Expandir a rede de distribuição de gás natural e da carteira de clientes, especialmente no segmento de varejo, constituído por clientes residenciais e comerciais. Haverá a ampliação, também, do volume de gás natural distribuído a regiões com demandas potenciais significativas e da oferta de gás natural na forma comprimida (GNC) a regiões afastadas da rede de distribuição. Dentre os principais projetos, destacam-se: macrocélulas em Porto Alegre e Caxias do Sul; saturação das redes existentes (AÇO e PEAD); ramal UTE Rio Grande; interligação Polo Petroquímico Triunfo; interligação Canoas-Cachoeirinha; ramal Scharlau/Portão; ramal Alvorada; ramal Cavalhada; ramal Agronomia; Projetos Estruturantes (modal GNC) em Gramado/Canela e Santa Cruz do Sul. Esta ação contempla, ainda, a realização de projetos de infraestrutura que configuram melhorias no sistema de distribuição de gás natural e no atendimento aos clientes. Os projetos compreendem desde a aquisição de sistemas e/ou equipamentos operacionais até a construção de redes de infraestrutura de distribuição fundamentadas na ampliação da capacidade de fornecimento, na segurança operacional e na robustez da malha dutoviária de distribuição de gás, agregando valor ao produto e aos clientes.	Cliente atendido	unidade	5
			Rede de distribuição de gás natural expandida	km	24
			Volume de GN comercializado	m3/d	163.779

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS, MICRORREGIÕES E AGLOMERAÇÕES URBANAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aperfeiçoamento do Processo de Gestão Territorial e Mobilidade Urbana	METROPLAN	Formular políticas e diretrizes que promovam a organização do território e o desenvolvimento sustentável, em articulação com a SEPLAN e os COREDES, através da elaboração de planos de desenvolvimento urbano integrado, assessoramento técnico aos municípios na elaboração e/ou revisão dos planos diretores e análise de parcelamento de solo. Apoiar e assessorar as prefeituras através de compatibilizações de ações entre governos. Realizar trabalhos técnicos e operações em diversos segmentos. Realizar a gestão de projetos e estudos técnicos especializados para elaboração do Plano Estratégico da Região Metropolitana de Porto Alegre visando definir as macrodiretrizes que nortearão o conjunto de ações estratégicas e prioritárias, voltadas para o desenvolvimento sustentável, econômico, social, ambiental e reordenamento territorial. Realizar estudos para aplicação das diretrizes gerais contidas no Estatuto da Metrópole para o planejamento, gestão, execução das funções públicas de interesse comum, em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas, instituídas pelo Estado, e normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado. Articular instrumentos de governança interfederativa e critérios para o apoio da União em ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, em articulação com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional e os COREDES envolvidos. Realizar a modelagem do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros (Aulinor, Ausul, RMSG e RMPA) e Consórcio de Gestores do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros.	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Aglomeração Urbana do Sul - AUSUL elaborado	%	100
Aperfeiçoamento e Implantação de Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	METROPLAN	Criar a estrutura de atendimento da Região Metropolitana da Serra Gaúcha e Microrregião Celeira, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais. Implantar o Sistema e suporte institucional para o planejamento e gestão da RMSG e Microrregião Celeira. Aprimorar o sistema institucional para o planejamento e gestão das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Apoio às Prefeituras Municipais com vista ao Planejamento Regional, à elaboração de Planos Integrados e à compatibilização das ações das esferas municipais, estadual e federal, em articulação com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional e os COREDES. Planejamento e Execução da Governança através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Estrutura do Sistema de Planejamento Metropolitano.	Escritórios qualificados	%	25

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Aperfeiçoar os Serviços de Fiscalização e Sistema Informatizado, Controle do Sistema e Apoio ao Usuário do Transporte Metropolitano Coletivo	METROPLAN	Aprimorar o sistema de gestão de informações do transporte metropolitano coletivo de passageiros, através da implementação de um banco de dados centralizado, atualização da base cartográfica, incremento da arrecadação das taxas e contribuição dos serviços delegados. Qualificação no atendimento ao usuário do transporte metropolitano coletivo de passageiros, incremento da fiscalização e controle da frota de veículos de transporte metropolitano de passageiros.	Atendimento ao usuário do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAAC aperfeiçoado	%	15
			Controle de sistema de gestão de transporte metropolitano coletivo de passageiros aperfeiçoado	%	30
			Sistema de gestão de recursos financeiros implantado	%	25

PROGRAMA: PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Capacidade de Rodovias	DAER	Aumentar a capacidade dos eixos rodoviários, através da duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação de terceiras e quarta faixas de trânsito, em pontos críticos que possuem alto índice de acidentes, aclives que reduzem drasticamente a velocidade e estradas que necessitam de aumento da sua capacidade de atender a demanda de tráfego, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.	Rodovia com capacidade ampliada	km	10,63
Articulação de Ações para Implantação de Infraestrutura de Apoio a Atividade Portuária	ST	Viabilizar a implantação de infraestrutura de apoio a atividade portuária desenvolvida pelo Porto do Rio Grande, visando a ampliação e a qualificação do atendimento da demanda por transporte e envolve articulações destinadas a viabilizar a construção da Avenida Portuária na cidade de São José do Norte e a viabilizar a travessia a seco entre as cidades de Rio Grande e São José do Norte.	Avenida portuária viabilizada	unidade	1
			Ligação a seco Rio Grande-São José do Norte viabilizada	unidade	2
Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária	DAER	Aumentar a extensão da rede rodoviária possibilitando integração das comunidades a toda a malha existente, beneficiando um número maior de usuários. Envolve todos os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, obras complementares, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, desapropriações, serviços de meio ambiente, fiscalização e supervisão.	Acesso municipal construído	km	45,51
Construção de Rodovias	DAER	Executar todos os serviços destinados a expandir o sistema rodoviário estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, serviços complementares, custos referentes ao meio ambiente, supervisão e fiscalização.	Rodovia construída	km	1
Expansão de Área Portuária	SUPRG	Criar novas áreas para atividade portuária atendendo às necessidades do crescimento da movimentação de cargas bem como sua diversificação.	Área portuária retomada	unidade	1
			Projeto de novo terminal realizado	unidade	2
Gestão do Acesso Aquaviário	SUPRG	Manter os canais de acesso e bacias de evolução aprofundados, modernizados e sinalizados para maior segurança e eficiência na trafegabilidade, através da realização de serviços de dragagem e sinalização.	Canal e bacia de evolução mantido	unidade	4
			Canal sinalizado e controlado	unidade	1

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Instalação do Fórum Hidroportuário	SPH	Promover discussões temáticas sobre o modal hidroviário e os portos interiores do RS. A SPH realizará seminários e Fóruns de discussão com a participação de estudiosos do setor, empresários e transportadores aquaviários da navegação interior.	Fórum instalado	unidade	2
			Seminário realizado	unidade	2
Manutenção e Desenvolvimento Operacional dos Portos Interiores	SPH	Garantir e fomentar a permanente disponibilidade operacional dos Portos de Porto Alegre, Pelotas, Cachoeira do Sul e Estrela, e suas respectivas infraestruturas (Cais, Berços, Armazéns, Pátios, Sistemas e Acessos) para recebimento de mercadorias e embarcações de longo curso, cabotagem e navegação interior que atendam as respectivas áreas de influência. As atividades serão focadas na infraestrutura portuária e são fundamentais à movimentação de cargas e o recebimento de embarcações. O desenvolvimento de estudos técnicos nas áreas de engenharia, economia e meio ambiente objetivam o fomento e a intensificação do uso econômico das infraestruturas existentes, incluindo arrendamentos e inclusive parcerias.	Estudo técnico realizado	unidade	4
			Obra de manutenção de infraestrutura de armazenagem realizada	%	32
			Obra de manutenção e melhoria da infraestrutura de acostagem realizada	%	25
			Reforma de instalação elétrica de média e baixa tensão realizada	%	15
			Sistema de pesagem mantido	unidade	1
			Sistema de segurança pública portuária internacional mantido	unidade	1
Manutenção da Navegabilidade da Malha Hidroviária	SPH	Garantir a manutenção da navegabilidade na malha hidroviária gaúcha. As dragagens de manutenção dos calados, destinadas à implantação das profundidades de projeto, serão realizadas com equipamentos e pessoal próprios em locais onde sua terceirização apresenta baixa atratividade comercial e, nos trechos hidroviários que articulam o complexo portuário da grande Porto Alegre e os portos de Pelotas e Rio Grande, com a contratação de empresa de dragagem mediante processo licitatório. A viabilização dos serviços de dragagens com equipamentos próprios se dará através da restauração de 3 (três) parques de dragagem compostos de dragas, rebocadores, batelões e os planos inclinados do estaleiro naval de Triunfo. A manutenção da sinalização náutica será executada através da substituição e reparos dos sinais instalados, e, para tanto é necessária a aquisição e restauração de bóias e equipamentos de fundeio, bem como a aquisição de 2 (duas) embarcações apropriadas para a execução destas atividades. Com o intuito de subsidiar projetos de melhoria nas condições de navegação, redução de custos tanto na manutenção da malha hidroviária, quanto das operações logísticas do modal, serão diagnosticados o comportamento dos sedimentos subaquáticos e sua conformação atual. Da junção desses estudos e do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA contratado para melhoria no traçado entre os complexos portuários de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande pretende-se a viabilização da navegação de longo curso nos canais artificiais do Rio Grande do Sul ininterruptamente. Objetivando fomentar o transporte intermunicipal de carga e passageiros nas 41 travessias afetas à SPH, garantindo o cumprimento de sua função econômica e social junto às comunidades por elas atendidas, serão diagnosticadas as condicionantes locais, sejam, topo-hidrográficas, técnica e segurança da navegação, acessibilidade e atracação ou análise da demanda e benefícios sociais. Pretende-se a partir desse diagnóstico combinado a aferição da capacidade local à municipalização da gestão das travessias, cabendo ao estado a normatização e fiscalização destas.	Dragagem de manutenção realizada	m3	850.000
			EVTEA realizado	%	50
			Levantamento das condições geomorfológicas e sedimentológicas realizado	unidade	44
Modernização e Adaptação da Infraestrutura do Porto do Rio Grande	SUPRG	Desenvolver atividades destinadas a modernizar a infraestrutura, recuperando, adaptando e revitalizando as instalações do Porto do Rio Grande.	Infraestrutura de acostagem modernizada	m	600
			Instalação recuperada, adaptada e revitalizada	%	100
			Posto de espera e fundeio no interior do canal do Porto do Rio Grande instalado e recuperado	unidade	5

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Modernização, Manutenção e Ampliação do Sistema Aeroportuário	ST	Modernizar e manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços. As atividades necessárias constituem-se de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária e objetivam a ampliação e a qualificação necessárias ao aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros. Para a consecução das obras e serviços necessários será realizada a contratação de consultoria e de projetos para os aeroportos regionais e internacionais novos ou existentes bem como contratação de consultoria para estudos de demanda, impacto ambiental e localização de sítios aeroportuários.	Aeroporto mantido	unidade	2
			Aeroporto modernizado	unidade	1
			Estudo realizado	unidade	7
Planejamento, Desenvolvimento e Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado	DAER	Elaborar o plano diretor rodoviário a partir do gerenciamento e do planejamento da malha rodoviária estadual; Introduzir a malha rodoviária do estado nas novas tecnologias de geoprocessamento, bem como, dispor de um preciso e atualizado instrumento de gestão; Obter o diagnóstico da malha rodoviária executando o levantamento da rede pavimentada e não pavimentada, incluindo o cadastro, o tráfego, condições do pavimento, acidentalidade e obras de arte especiais. Inspeccionar, diagnosticar, classificar e promover planos de ações de segurança viária. Cadastrar e monitorar os pontos de instabilidade de encostas; Desenvolver e implantar metodologias e especificações dos serviços do DAER através de aperfeiçoamento e gestão; Implementar um sistema estadual de registro de estudos e projetos, com a participação dos municípios; Conhecer, agrupar e analisar os dados socioeconômicos relacionados com a população, renda, frota de veículos, agricultura, indústria e serviços, bem como, valores de insumos e serviços utilizados nas obras rodoviárias; Atualização e elaboração de novos estudos e projetos de engenharia e estudos para licenciamento ambiental, bem como, estudos e pesquisas de matérias para pavimentação de rodovias e de novas técnicas construtivas em trechos rodoviários experimentais. Promover a regularização ambiental da malha rodoviária estadual com a obtenção das licenças de operação. Adquirir bens e serviços para desenvolvimento e suporte das atividades técnicas de engenharia.	Projeto rodoviário e de obra de arte especial concluído	km	49
Segurança no Porto do Rio Grande	SUPRG	Prover medidas de segurança, adaptando o Porto do Rio Grande ao sistema de segurança pública portuária e infra-estrutura, demandada pelas convenções internacionais e exigências alfandegárias.	Atividades e patrimônio assegurados	unidade	4

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	CORSAN	Expandir as redes e ligações de água; substituir redes de água; otimizar e/ou melhorar os sistemas de abastecimento; ampliar os sistemas de abastecimento considerando o crescimento vegetativo; ampliar o número de economias atendidas.	Capacidade instalada de tratamento de água ampliada	m3	28.382.400
			Rede de água assentada/substituída	m	50.496
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	CORSAN	Expandir e/ou substituir as redes e ligações de esgoto; substituir redes de esgoto; ampliar os sistemas de esgotamento sanitário; implantar sistemas de esgotamento sanitário, ampliar o número de economias com sistemas de esgoto sanitário disponibilizado.	Economias disponibilizadas com sistemas de esgotamento sanitário	unidade	676
			Redes de esgoto assentadas	m	2.074

PROGRAMA: SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Implementação / Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais	SEMA	Apoiar a construção de ferramentas que possibilitem o planejamento de uso dos recursos naturais, os quais orientam o licenciamento e monitoramento das atividades antrópicas. Incentivar, articular e planejar, em parceria com os municípios, políticas de defesa dos direitos animais.	Plano de Manejo de Unidade de Conservação elaborado e/ou revisado	unidade	1
			Projeto Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado (RSBiodiversidade) implementado	%	33
Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	SEMA	Implementar as ações decorrentes das diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos concluído em Dezembro de 2014.	1ª Etapa do Plano Estadual Resíduos Sólidos implementada	%	15

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E À INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas para as PcD e PcAH/Sd	FADERS	Articular políticas de diferentes esferas governamentais e em diferentes áreas e níveis de atuação, mediante a coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH no RS, a gestão da Política Pública Estadual, a promoção da interiorização de ações e da descentralização de recursos, o assessoramento a gestores e a atuação junto a Municípios, Órgãos, Entidades e Conselhos de Direitos e de Controle Social sobre políticas públicas no interesse das PcD e PcAH e suas entidades representativas.	Comitê Gestor instalado	unidade	6
			Conselho de Direitos e de Controle Social de Políticas assessorado	unidade	4
			Evento temático realizado	unidade	1
			Plenária do Fórum coordenada	unidade	4
Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Prestar atenção direta a pessoas com deficiência e a pessoas com altas habilidades / superdotação e sua comunidade, em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias, conhecimentos e espaços de atendimento, com vistas à elevação da qualidade de vida e à inclusão.	Pessoa com Deficiência ou Pessoa com Altas Habilidades atendida em serviço referência da FADERS	unidade	6.000
Produção de Conhecimento nas Áreas da Deficiência e das Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades / superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades / superdotação. Assessorar projetos e ações de órgãos públicos, instituições, entidades e empresas orientados à inclusão social das PcD e PcAH/Sd. Supervisionar estágios acadêmicos no campo e área de atuação da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Órgão / Projeto assessorado	unidade	8
			Pessoa capacitada para atenção às altas habilidades	unidade	20
			Pessoa capacitada para atenção às deficiências	unidade	300

PROGRAMA: ACESSO E PERMANÊNCIA COM QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Alimentação Escolar Qualificada para a Educação Básica	SEDUC	Estabelecer uma relação de parceria entre Estado e Municípios, por meio de repasse de recursos financeiros aos municípios para complementação e qualificação da alimentação escolar no âmbito estadual, transferindo gradativamente a alimentação municipalizada para a alimentação escolarizada, com vista à expansão e à melhoria da Educação Básica. Garantir apoio aos Municípios que assumiram o compromisso de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos alunos matriculados em todas as etapas e modalidades de ensino dos estabelecimentos estaduais de educação localizados na área de sua jurisdição. Garantir o atendimento aos alunos matriculados em escolas com a alimentação escolarizada na Educação Básica da rede pública estadual (creches, pré-escolas, ensino fundamental, médio, EJA, AEE), no Ensino Médio Politécnico, no Programa Mais Educação, em Escolas de Tempo Integral, bem como em escolas atendidas no Programa Nacional de Alimentação Escolar com cardápio regionalizado.	Aluno atendido com alimentação escolarizada	unidade	25.245
Articulação de Ações Transversais com Órgãos Públicos e Instituições da Sociedade Civil que Garantam o Acesso e a Permanência	SEDUC	Desenvolver ações que integrem a Escola à rede de atenção à criança e ao adolescente, envolvendo órgãos públicos, sociedade civil organizada e comunidade escolar. Objetivando a melhoria e qualificação do ensino, estabelecer relação de parceria entre Estado e associações mantenedoras de estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos através de repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB. Estabelecer convênios com organismos nacionais e internacionais visando financiamento de ações para expansão da Educação Básica.	Parceria com entidades civis sem fins lucrativos realizada	unidade	9

Caderno de Regionalização

Social

Democratização e Eficiência da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	SEDUC	Manter as escolas de Educação Básica com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Atualizar e revisar os critérios de distribuição dos valores relativos ao suprimento mensal de recursos da Autonomia Financeira das Escolas da Rede Estadual de Ensino. Garantir a manutenção e qualificação dos sistemas informatizados de gestão nos aspectos administrativo, pedagógico e de recursos humanos, integrados entre escola, CREs e SEDUC. Realizar diagnóstico da demanda educacional e do atendimento escolar, bem como acompanhar o movimento e rendimento dos alunos para subsidiar a construção de políticas que assegurem a qualidade do acesso e a permanência da Educação Básica, através do censo escolar, central de matrículas e ISE - Informatização da Secretaria da Educação. Acompanhar sistematicamente a ficha de comunicação do aluno infrequente - FICAI on-line, junto aos órgãos parceiros, reforçando a necessidade de desenvolver estratégias interinstitucionais com enfoque para o trabalho em rede - Escola, Conselho Tutelar, Ministério Público e demais órgãos estaduais e municipais, concentrando esforços para manter o aluno na escola, permitindo ao Poder Público, através dos dados colhidos com a aplicação da ficha, a construção de políticas públicas em prol da garantia do direito à educação.	Central de matrículas implementada e informatizada	unidade	2
			Escola atendida com manutenção centralizada	unidade	168
			Escola atendida com programas de autonomia financeira e pedagógica	unidade	168
			Escola, CRE e SEDUC com gestão informatizada	unidade	170
Prevenção à Violência - CIPAVES - Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas Escolas	SEDUC	Implantar e implementar Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas escolas - CIPAVES, prioritariamente em escolas localizadas em municípios de maior vulnerabilidade social, por meio de formação e capacitação de professores e alunos em práticas restaurativas.	Escola com núcleo de gestão de conflito implantado	unidade	32
Transporte Escolar - Adesão ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar	SEDUC	Manter o maior número de municípios habilitados ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, através das adesões ao Transporte Escolar em 90% dos 481 municípios que atendem alunos do meio rural, de acordo com a legislação.	Município com termo de adesão firmado/assinado	unidade	22
Viabilização do Transporte Escolar	SEDUC	Realizar, com qualidade e vigilância, em parceria com os municípios, a oferta do transporte escolar aos alunos matriculados na Rede Pública Estadual, conforme legislação vigente.	Aluno da rede estadual transportado	unidade	6.441

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção de Cadeias Públicas	SSP	Gerar vagas no sistema prisional, destinadas exclusivamente aos presos provisórios (sem condenação criminal), em atendimento à legislação vigente.	Vaga gerada	unidade	674

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO DO ACESSO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ações de mobilização e articulação potencializando parcerias e convênios público privados para investimentos na Educação Profissional pública estadual	SEDUC	Estabelecer parcerias e convênios entre entes públicos e privados para a convergência de ações que contribuam para a melhoria da qualidade da educação profissional ofertada pelas escolas técnicas estaduais.	Instrumento jurídico/convênio firmado	unidade	4
Capacitação, atualização e qualificação de professores, servidores e gestores da Rede Estadual de Educação Profissional	SEDUC	Capacitar, atualizar e qualificar professores, servidores e gestores, nas áreas pedagógica, técnica e administrativa, buscando inclusive, parcerias com Instituições Públicas e Privadas. Oportunizar formação continuada e técnica, bem como garantir assessoria, pesquisa, troca de experiências, produção e/ou aquisição de material pedagógico necessário para subsidiar os debates e estudos aos profissionais que atuam na Educação Profissional, atendendo as diversidades regionais e potencialidades socioeconômicas das diferentes comunidades e regiões do RS. Capacitar docentes, técnicos e equipes diretivas para implementação/implantação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar.	Gestor capacitado	unidade	192
			Professor capacitado	unidade	160
			Servidor capacitado	unidade	144

Caderno de Regionalização

Social

Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional	SEDUC	Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas que ofertam Educação Profissional com recursos oriundos de convênios e parceiras. Construir, reformar, ampliar e qualificar a estrutura física das escolas de Educação Profissional, oportunizando um atendimento qualificado do Ensino Profissionalizante aos alunos, inclusive com ampliação de vagas, visando atender o desenvolvimento diferenciado das regiões do Estado. Adaptar escolas para o atendimento em Tempo Integral na Educação Profissional, buscando a melhoria do desempenho escolar.	Escola ampliada	unidade	1
			Escola em Tempo Integral na Educação Profissional reformada	unidade	2
			Nova escola técnica construída	unidade	1
Democratização e eficiência na gestão das Escolas de Educação Profissional e Superintendência de Educação Profissional - SUEPRO	SEDUC	Manter as escolas de Educação Profissional com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Disponibilizar recursos para a implementação da política de gestão da Educação Profissional, através da manutenção da Superintendência da Educação Profissional - SUEPRO da Secretaria de Estado da Educação.	Escola atendida com programa de autonomia financeira e pedagógica	unidade	17
			Escola e SUEPRO atendida com manutenção centralizada e apoio administrativo	unidade	17
Implantação de proposta pedagógica específica da Educação Profissional em tempo integral nas escolas técnicas agrícolas	SEDUC	Implementar proposta pedagógica diferenciada nas escolas técnicas, gradativamente, voltada a educação em tempo integral, iniciando-se pelas escolas com cursos técnicos agrícolas	Escola em tempo integral implantada/atendida	unidade	2
Modernização e inovação dos equipamentos/mobiliários básicos dos cursos de Educação Profissional das Escolas da Rede Estadual	SEDUC	Modernizar os cursos técnicos pela aquisição de equipamentos e mobiliários básicos para ampliação e qualificação, aplicável a inovação dos processos e produtos das escolas que ofertam Educação Profissional, Associações de Casa Familiares Rurais e Escola Família Agrícola, aplicando novos recursos oriundos de convênios.	Escola equipada/mobiliada	unidade	16

PROGRAMA: ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção e reforma de Unidades	FASE	Implantar Centros de Atendimento Socioeducativo visando atender a regionalização do atendimento socioeducativo, conforme prevê o artigo 124 do ECA e a Resolução 01/94 do CEDICA/RS. Construir duas novas unidades na Regional de Porto Alegre para diminuir a superlotação e construir novos espaços visando adequar as estruturas físicas já existentes e o atendimento aos parâmetros previstos no SINASE. Reformar os centros de atendimento da FASE, visando a garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida de internação atendendo as diretrizes do SINASE, o Plano Decenal de Socioeducação e Decisões Judiciais. Reforma geral das instalações elétricas dos Centros de Atendimento.	Centro de Atendimento reformado e/ou readequado	unidade	1

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio a projetos na área de Esporte e Lazer	FUNDERGS	Formalização de Convênios com transferências financeiras com recursos da Lei Pelé, visando o desenvolvimento e apoio do Desporto Educacional, Desporto de Participação e Inclusão Social e o Desporto de Rendimento.	Convênio publicado	unidade	160
Implantação e manutenção de centros de excelência do esporte e do lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Centros de Excelência, em parceria com as Universidades, Prefeituras, Federações e Associações mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização dos Programas de Esporte voltados ao alto rendimento, nas diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4
Implantação e manutenção dos Polos Regionais do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte, de acordo com o art. 26 do Decreto nº 49507/2012 (Estatuto da FUNDERGS), em parceria com as Universidades mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização da execução da Política de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Oferta de Escolas em Tempo Integral	SEDUC	Ampliar o atendimento educacional de, no mínimo, sete horas nas escolas com disponibilidade de espaço físico, contemplando todas as regiões do Estado e com a participação das comunidades, de modo que venham a refletir os seus interesses, proporcionando condições para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, socioeducacionais, culturais e esportivas, objetivando a melhoria do desempenho escolar.	Aluno atendido em escola em tempo integral	unidade	13.680
			Escola com Tempo Integral implantado	unidade	32
Apoio à Formação Inicial dos Profissionais da Educação	SEDUC	Implementar o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR visando induzir e fomentar a oferta emergencial de vagas em cursos de educação superior, gratuitos e de qualidade, nas modalidades presencial e a distância, para professores em exercício na rede pública de educação básica, a fim de que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica e, onde possível, estimular que a UERGS ministre a formação para os profissionais de educação. Ao tocante da SEDUC/RS o PARFOR é de grande importância para a melhoria nos serviços educacionais do Estado do Rio Grande do Sul, sendo acompanhado em nível local através de assistência aos professores cursistas, universidades e ao andamento dos processos e desenvolvimento do programa. Promover a formação técnica em nível médio a servidores efetivos que atuam na Secretaria da Escola, Alimentação Escolar, infra-estrutura, multimeios didáticos e outros no sistema de Ensino da Educação Básica- Programa PROFUNCIÓNÁRIO.	Professor beneficiado com auxílio-estudo	unidade	12
Atendimento da Educação Básica, Oportunizando a Participação Social e Cidadã	SEDUC	Implantar/implementar e desencadear ações que incentivem a participação dos alunos e de toda a comunidade escolar em diversas atividades educacionais, esportivas, culturais e sociais proporcionadas pela escola, fortalecendo ações de cidadania, além de proporcionar certificação de formação.	Aluno participante do Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS	unidade	25.148
			Escola integrante do Programa Mais Educação	unidade	87
			Escola participante das atividades educativas e culturais	unidade	67
			Escola participante do Programa Escola Aberta para a Cidadania	unidade	17
			Jovem e adulto atendido pelo PBA - Programa Brasil Alfabetizado	unidade	5.937
			Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino e Comunidade Escolar	SEDUC	Proporcionar a formação continuada dos profissionais da Educação Básica em todos os níveis e modalidades de ensino, visando à qualificação profissional para melhor desempenho de suas funções e atendimento à diversidade cultural, étnica e de gênero para a convivência numa cultura de paz, por meio de encontros, seminários, conferências, que favoreçam a socialização de novas metodologias, troca de experiências, construção de novos conhecimentos, buscando-se um ambiente de estudo e pesquisa que resulte em práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem eficientes e exitosas. Atualizar e capacitar os profissionais, visando atender os diferentes níveis e modalidades da Educação Básica e da gestão educacional, proporcionando uma maior compreensão do contexto social, cultural, ambiental, bem como atualizar conhecimentos pedagógicos e de uso de novas tecnologias em educação. Formar grêmios estudantis, conselhos escolares, CPMs. Capacitar a gestão pedagógica e administrativa das escolas, CREs e SEDUC.
Participante da Tecnologia da Informação qualificado	unidade	9.964			
Participante das formações envolvendo temáticas educacionais qualificado	unidade	9.820			
Participante do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa qualificado	unidade	2.016			
Participante do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio qualificado	unidade	3.080			

Caderno de Regionalização

Social

Modernização Tecnológica - Escolas/SEDUC e CRE	SEDUC	Adquirir/desenvolver software, instalação de rede elétrica e lógica e hardware (computadores, notebooks, lousas, salas multimídias, sistema de som, filmagens e vídeos) de acordo com as demandas da Educomunicação e Políticas de Gestão, com vista a fomentar o uso da tecnologia nos processos de Ensino e Aprendizagem em todos os níveis de Ensino e também qualificar a gestão educacional.	Equipamento de apoio tecnológico adquirido	unidade	8.534
			Escola, CRE e SEDUC com sistema e aplicativo instalado	unidade	170
Qualificação da Reestruturação Curricular, Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares	SEDUC	Implantar/qualificar os projetos político pedagógicos e regimentos escolares da Educação Básica, nas unidades da rede pública estadual, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Normal. Capacitar docentes técnicos e equipes diretivas para elaboração e implementação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar. Discutir e implantar a reestruturação curricular nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que nos anos iniciais já está concluída. Otimização das ações pedagógicas para o processo educacional, com a participação do aluno/professor diretamente no processo de aprendizagem, por meio de pesquisas, debates, interações com softwares pedagógicos, trabalhos em laboratórios/bibliotecas, dentre outros.	Escola com Projeto Político Pedagógico - PPP e regimento escolar qualificado	unidade	168
			Escola com reestruturação curricular dos anos finais do Ensino Fundamental implantada	unidade	150
Qualificação dos Espaços Pedagógicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para laboratórios de informática, de ciências, bibliotecas escolares, salas multifuncionais, de recursos, incluindo ampliação dos acervos bibliográficos, materiais específicos para atendimento a alunos com necessidades especiais, instrumentos musicais para implantação e manutenção de bandas escolares e demais atividades culturais.	Equipamento para educação especial adquirido	unidade	73
			Escola com biblioteca atualizada	unidade	84
			Escola equipada com materiais diversos	unidade	168
			Laboratório de ciências qualificado	unidade	84
Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul - SAERS	SEDUC	Realizar o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS, com avaliação em larga escala, universal e censitária (todas as escolas da rede estadual) e por adesão da rede municipal e particular, resgatando esta prática executada em anos anteriores.	Sala multifuncional/de recurso equipada	unidade	50
			Escola estadual com SAERS implantado	unidade	168

PROGRAMA: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Educação em Saúde	SES	Promover cursos presenciais ou a distância de pós-graduação, aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação popular em saúde, bem como ações de matriciamento, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências/estágios na realidade do SUS. As ações serão elaboradas, planejadas e executadas pela Secretaria da Saúde e, quando necessário, na intersetorialidade com outras Secretarias de Governo, bem como com os governos federal e municipais e instituições de ensino, sempre buscando dar conta das demandas locais.	Núcleo Regional de Saúde Coletiva (NURESC) qualificado	unidade	1

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Social

Apoio à implementação da Agenda do Trabalho Decente	STDS	Apoio e assessoramento técnico para programas de qualificação urbana e rural, com oportunidades equânimes entre os jovens, mulheres, afrodescendentes, quilombolas, LGBTT e outros segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social, com a cooperação, pública e privada, acompanhada pela realização de seminários de sensibilização ao empresariado a fim de inserir o referido público no mundo do trabalho. Desenvolvimento de atividades de formação para revitalização da Comissão Estadual de Emprego, Trabalho e Renda. Apoio administrativo, técnico, financeiro e operacional para a Comissão Estadual de Emprego e Renda a fim de a organizar e realizar a Conferência Estadual do Trabalho Decente.	Município apoiado	unidade	9
Desenvolvimento do artesanato como geração de trabalho e renda	FGTAS	Apoiar a organização do trabalho artesanal no RS, habilitar o artesão para o exercício da profissão, emitir a carteira profissional, registrar no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), apoiar a realização de Feiras municipais de artesanato, apoiar a participação e comercialização dos produtos em feiras estaduais, nacionais e internacionais. Revitalizar Casas do Artesão no Estado do RS e expandir a disponibilização de espaço Casa do Artesão em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Disponibilizar um canal pela internet para comercialização de produtos artesanais. Efetuar a qualificação profissional com incentivo ao domínio da arte e matéria-prima do artesanato, priorizando regiões em desenvolvimento e em condição de vulnerabilidade social.	Artesão registrado no PGA	unidade	3.682
			Artesão registrado no SICAB	unidade	940
			Casa do Artesão no Estado do RS em atividade	unidade	4
			Feira e evento apoiado no RS	unidade	48
			Pessoa Qualificada	unidade	161
			Seminário realizado para orientação de desenvolvimento de negócios e geração de renda	unidade	4
Relações com o mercado de trabalho	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado dispensado sem justa causa buscando a sua recolocação no mercado de trabalho e também sua inserção em cursos de qualificação profissional. Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do "Informe PED". A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado - "Mais Emprego" do MTE - que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informações sobre o perfil de trabalhadores cadastrados. Ações voltadas para o público prioritário (colocados monitorados pelo seguro e o trabalhador com deficiência).	Atendimento realizado	unidade	389.199
			Trabalhador colocado no mercado de trabalho por meio das agências FGTAS/SINE	unidade	12.010
			Vaga Captada	unidade	28.603

PROGRAMA: GESTÃO DA SAÚDE E INFRAESTRUTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES	SES	Qualificar a infraestrutura da SES. Reformar, ampliar e/ou construir as diferentes estruturas da SES (Nível Central, Coordenadorias Regionais de Saúde, Escola de Saúde Pública, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos financeiros e ganhos ambientais. Garantir a infraestrutura para ações de combate à dengue no Estado.	Central Regional da Rede de Frio readequada de acordo com as normas do Programa Nacional de Imunizações (PNI)	unidade	1
Fortalecimento da Ouvidoria do SUS	SES	Ampliar e descentralizar a Ouvidoria do SUS, visando ao fortalecimento da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. Fortalecer a Rede de Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos.	Ouvidoria do SUS municipal implantada	unidade	3
			Ouvidoria regional do SUS implementada	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS	SES	Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. Fortalecer o planejamento, o monitoramento e avaliação através dos grupos de trabalho e núcleos de monitoramento constituídos nos níveis central e regional da SES.	Grupo de Trabalho de Planejamento, Monitoramento e Avaliação regional e estadual mantido	unidade	1
Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais	SES	Implantar a política de atuação do SUS para redução dos riscos à saúde da população e impactos na rede de atenção em decorrência de desastres ambientais.	Plano de contingência para desastres ambientais implantado e implementado	unidade	1

PROGRAMA: INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Promoção da inclusão digital	FGTAS	Desenvolver a Inclusão Digital nas 11 Agências de Desenvolvimento Social – ADS (instituídas pelo Decreto Nº 47.364/2010). Contribuir para a melhoria do nível de vida da população por meio da alfabetização digital e formação e aperfeiçoamento profissional.	Curso realizado	unidade	12
			Pessoa beneficiada com acesso à Rede de Computadores	unidade	2.400
			Pessoa Qualificada	unidade	180

PROGRAMA: JUNTOS PELA CULTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cultura para a promoção da cidadania, valorização da diversidade e inclusão social, com atenção aos grupos vulneráveis	SEDAC	Promover o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul a partir das demandas vindas da sociedade, com incentivo à participação popular e ao controle social. Incentivar a organização dos Sistemas Municipais de Cultura em todos os municípios. Consolidar a Lei 14.310 como instrumento de gestão compartilhada, promovendo uma articulação entre o Estado, os municípios e o meio cultural. Elaborar estudos sobre a Cultura e produzir de estatísticas culturais para auxiliar a qualificação da gestão. Promover políticas de valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero, LGBTTT e popular.	Encontro realizado	unidade	8
			Premio pelo desenvolvimento da cultura concedido	unidade	40
			Sistema Municipal de Cultura implementado	unidade	55
Democratização do acesso aos acervos e aos serviços culturais do Estado do RS	SEDAC	Ampliar a divulgação e o conhecimento dos bens culturais e históricos das diversas instituições culturais - museus, bibliotecas e casas de cultura - e realizar exposições no interior do Estado.	Apresentação artística realizada	unidade	25
			Exposição itinerante realizada	unidade	20
			Exposição sediada em instituições culturais	unidade	28
			Público atendido por serviços culturais	unidade	60.000
			Seminário, palestra, oficina realizada	unidade	53
Desenvolvimento das linguagens artísticas	SEDAC	Apoiar o fortalecimento da organização setorial e o desenvolvimento das diversas linguagens artísticas no RS, incluindo os intercâmbios culturais.	Encontro setorial realizado	unidade	5
			Evento artístico setorial realizado	unidade	14
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Bibliotecas	SEDAC	Modernizar as bibliotecas públicas do Estado e capacitar os atendentes de bibliotecas, com especial atenção às localizadas nos municípios alvo do Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais do Gabinete de Políticas Sociais. Atualizar o acervo e promover a Biblioteca Pública Estadual em seus 145 anos de criação.	Biblioteca Municipal assessorada	unidade	56
			Título adquirido	unidade	2.000
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus	SEDAC	Promover a estruturação dos museus, por meio da assessoria técnica para a difusão do conhecimento, e da realização de fóruns, oficinas, cursos e seminários, para a capacitação dos profissionais. Fomentar nos museus a realização de atividades para os grupos vulneráveis.	Museu municipal assessorado	unidade	160

Caderno de Regionalização

Social

Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus	SEDAC	Promover a estruturação dos museus, por meio da assessoria técnica para a difusão do conhecimento, e da realização de fóruns, oficinas, cursos e seminários, para a capacitação dos profissionais. Fomentar nos museus a realização de atividades para os grupos vulneráveis.	Profissional capacitado	unidade	440
Fomento à economia da cultura	SEDAC	Fortalecer o Sistema Pró Cultura por meio de editais do Fundo de Apoio à Cultura – FAC e da Lei de Incentivo à Cultura - LIC, contemplando novas categorias e estimulando a diversificação, a descentralização das atividades em todas as regiões do Estado e a circulação fora do RS.	Projeto cultural contratado/conveniado	unidade	42
Implementação do RS Criativo/ Criativa Birô	SEDAC	Disseminar a cultura empreendedora com foco na economia criativa, a partir da implementação de espaço de atendimento e capacitação dos gestores e produtores culturais do Estado.	Agente e produtor cultural capacitado	unidade	110
OSPA para todos	FOSPA	Realizar os concertos da programação artística da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre na capital e no interior do Estado. Dar seguimento às atividades da Escola da OSPA, incluindo apresentações para a comunidade.	Concerto realizado pela Orquestra Sinfônica	unidade	15
Promoção e difusão da preservação do patrimônio histórico	SEDAC	Promover a educação patrimonial, a difusão de ações institucionais e o inventário e zeladoria do patrimônio material e imaterial, sob a coordenação do IPHAE. Contratar projetos para bens tombados estaduais com condenação judicial.	Inventário do patrimônio histórico realizado	unidade	1
			Oficina e/ou curso realizado para a promoção e difusão da educação patrimonial	unidade	4
			Projeto contratado para preservação de patrimônio estadual tombado	unidade	2

PROGRAMA: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Qualificação dos espaços escolares, CREs e SEDUC com equipamentos e mobiliários básicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para reposição e substituição dos que se encontram obsoletos, antieconomicos ou inservíveis, nos espaços administrativos das Escolas, nas CREs e SEDUC. Adquirir mobiliário escolar para substituição e reposição nos mais diversos ambientes escolares (bibliotecas, salas de aula, laboratorios de informatica, de ciências, salas multifuncionais), com vistas a qualificar o atendimento educacional.	CRE e SEDUC equipada	unidade	2
			Escola com equipamento e mobiliário básico qualificado	unidade	168

PROGRAMA: POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	STDS	Constitui-se em um modelo descentralizado e participativo com regulação e organização de serviços, programas, projetos e benefícios, nos diferentes níveis de proteção (básica e especial de média e alta complexidade) com foco prioritário nas famílias, seus membros e indivíduos, tendo o território como base de organização. O SUAS organizar-se-á através de lei estadual e de um plano específico baseado no sistema de vigilância socioassistencial a fim de afirmar a assistência social como política pública. Na gestão do SUAS são realizadas assessorias individualizadas e regionalizadas aos municípios para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, Cadastro Único (CADÚNICO) e Programa Bolsa Família - PBF. O CADÚNICO é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Estado, a fim de incluí-las nos programas sociais. Cabe à gestão estadual assessorar os municípios para a ampliação cadastral, para qualificação da busca ativa e da melhoria das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF).	Assessoramento e Apoio Técnico realizado	unidade	1.760

Caderno de Regionalização

Social

Implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	STDS	Assessoramento, monitoramento e avaliação do processo de reordenamento do PETI nos municípios sob a coordenação da Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil (CEPETI). Publicação e execução do Plano Estadual Decenal e Intersecretorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.	Reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI acompanhado	unidade	3
--	------	--	--	---------	---

PROGRAMA: POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SJDH	Apoiar a criação de organismos de políticas para as mulheres, como conselhos municipais, órgãos públicos de enfrentamento à violência contra as mulheres e garantia de direitos, como secretarias, coordenadorias, departamentos. Manter o Fórum Estadual e os Fóruns Regionais de Gestoras.	Conselho criado Órgão público apoiado	unidade unidade	2 1
Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho	SJDH	Realizar capacitações profissionais que promovam a autonomia das mulheres, levando em consideração suas vocações regionais e culturais, bem como as suas diversidades.	Mulher capacitada	unidade	175

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção dos Prédios das Coordenadorias Regionais de Perícia	SSP	Construir prédios padronizados visando ao desenvolvimento do trabalho pericial em ambiente integrado e funcional em cada uma das nove Coordenadorias Regionais de Perícia.	Prédio construído	unidade	1
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Polícia Civil	SSP	Construir, ampliar e reformar as Delegacias de Polícia, visando à melhoria na prestação dos serviços de Polícia Judiciária.	Prédio reformado	unidade	6
Ensino - Colégio Tiradentes	SSP	Proporcionar ao educando uma formação integral voltada para o exercício da cidadania e para a inserção no mercado de trabalho.	Aluno matriculado no ensino médio (Colégio Tiradentes)	unidade	195
Policamento Comunitário	SSP	Executar o Policiamento Comunitário de modo a fomentar a transversalidade das ações da Brigada Militar com a comunidade e demais setores da sociedade, de maneira a atuar preventivamente, coadunando com a redução de índices de criminalidade. Também, potencializar a atuação da Brigada Militar nos Estabelecimentos de ensino, visando o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar, tendo como estratégia alcançar a todos os níveis de frações dos comandos regionais subsídios para a execução do policiamento escolar.	Base de Policiamento Comunitário implantada	unidade	2

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO HABITACIONAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fomento às Ações de Regularização Fundiária nos Municípios	SOSH	Fomentar a realização de ações de regularização fundiária pelos municípios, por meio da divulgação de informações e assessoramento técnico, tendo como alvo os COREDES que possuem situações de inadequação fundiária ou aglomerados subnormais diagnosticados pelo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS.	Ação realizada para o fomento à regularização fundiária nos municípios Apoio técnico realizado para execução de projetos, obras de infraestrutura e/ou habitação	unidade unidade	1 2
Produção de Ações Habitacionais	SOSH	Oportunizar a produção de ações habitacionais (casas, lotes, melhorias), através de parcerias com municípios e entidades (agentes financeiros, cooperativas e associações habitacionais), bem como complementando programas habitacionais da União.	Lote urbanizado conveniado	unidade	25

Caderno de Regionalização

Social

Produção de Ações Habitacionais	SOSH	Oportunizar a produção de ações habitacionais (casas, lotes, melhorias), através de parcerias com municípios e entidades (agentes financeiros, cooperativas e associações habitacionais), bem como complementando programas habitacionais da União.	Melhoria habitacional conveniada	unidade	34
			Unidade habitacional conveniada	unidade	724
Transferência da Propriedade de Imóveis da COHAB-RS aos Moradores	SOSH	Efetuar a transferência da propriedade dos imóveis remanescentes da COHAB-RS, para: mutuário com autorização para escritura, comprador com "contrato de gaveta" e morador sem documentação de compra e venda.	Escritura assinada	unidade	1.175

PROGRAMA: PROMOÇÃO DA PAZ E PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS NO RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas	SJDH	Implantar a rede de atenção e acolhimento através do fortalecimento e integração do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas. Realização de conferências, reuniões e palestras sobre a temática. Articulação com os Fóruns Permanentes de Comunidades Terapêuticas, Conselhos Municipais, Grupos de Autoajuda e Comunidade Científica. Estimular a reinserção social de ex-usuários em drogas.	Ação integrada de prevenção ao uso de drogas efetivada	unidade	8

PROGRAMA: PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas do Corpo de Bombeiros	SSP	Realizar obras de melhorias no que diz respeito à construção, ampliação de reformas das estruturas físicas dos quartéis de bombeiros militares.	Quartel construído	m2	520
			Quartel reformado	m2	520
Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil	SSP	Coordenar e executar atividades de prevenção e combate de incêndios, buscas e salvamentos e ações de defesa civil.	Ação de prevenção de incêndio realizada	unidade	94.114,96
			Incêndio combatido	unidade	3.805
			Remoção de fonte de perigo realizada	unidade	3.210
			Salvamento realizado	unidade	560
Reaparelhamento Técnico do Corpo de Bombeiros	SSP	Otimizar os serviços prestados pelos bombeiros militares em razão do reaparelhamento técnico da dotação de infraestrutura patrimonial relacionada com o exercício das suas funções, especialmente a partir da gestão estratégica das tecnologias de comunicação e informação, melhoria da logística, bem assim com os equipamentos destinados ao serviço de combate a incêndio e demais ocorrências.	Equipamento de proteção individual modernizado	unidade	180
			Equipamento para atividades operacionais renovado	unidade	49
			Frota modernizada (aquisição de veículos)	unidade	44
			Redes de Comunicação e Informática estruturadas, gerenciadas e aperfeiçoadas	unidade	200

PROGRAMA: PROTEÇÃO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cooperação Técnica com os Municípios	FPERGS	Promover o assessoramento aos municípios do RS sobre o acolhimento institucional, de forma complementar ao DAS, através da realização de projeto de formação para os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento e na rede de proteção a criança e ao adolescente. Desenvolver um plano de ação conjunto com o Estado, municípios e demais instâncias implicadas no cuidado da população adulta com demandas de risco social e saúde agravadas que permanecem atendidas pela FPERGS.	Município cooperado em formação para o Acolhimento Institucional	unidade	14

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO CONSOLIDANDO A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE

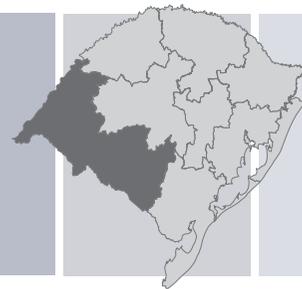
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Leitos Hospitalares	SES	Ampliar a oferta de leitos SUS em hospitais públicos e filantrópicos, através do repasse de recursos próprios e de convênios para obras de expansão em hospitais existentes ou construção de novos. Viabilizar o funcionamento do Hospital Regional de Santa Maria. Implementar e ampliar as ações de saúde prestadas pelo Hospital do município de Osório para a população própria e referenciada. Ampliar leitos de internação em hospitais prioritários. Apoiar a construção do Hospital de Gravataí e implantação do Hospital Regional de Palmeira das Missões.	Leito de internação ampliado	unidade	28
Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica	SES	Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos.	Município beneficiado com recurso para Assistência Farmacêutica Básica	unidade	22
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências de Diagnósticos e Tratamento	SES	Implantar e implementar centros de especialidades odontológicas e habilitar os laboratórios regionais de prótese dentária.	Centro de Especialidade Odontológica mantido e implantado	unidade	4
			Laboratório Regional de Prótese Dentária mantido e implantado	unidade	4
Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde	SES	Realizar ações conjuntas e padronizadas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. Identificar, conhecer, monitorar e prevenir os fatores de risco, promovendo a saúde, controlando e minimizando a ocorrência de doenças, epidemias e agravos como violência interpessoal (doméstica, sexual e outras) e autoprovocada. Municípios prioritários com ações de Vigilância Epidemiológica e controle da tuberculose, descentralizadas para a atenção básica, com ênfase no diagnóstico e tratamento.	Ação de vigilância sanitária de baixa complexidade descentralizada	unidade	1
			Hospital com nova técnica laboratorial para o diagnóstico das meningites bacterianas implantada	unidade	2
			Município com ação de vigilância epidemiológica e controle da tuberculose descentralizado para Atenção Básica	unidade	2
			Município com testagem rápida das hepatites virais B e C implantada em Unidade de Saúde da Atenção Básica	unidade	3

Caderno de Regionalização

Social

Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado	SES	Qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjuntos de ações de saúde, onde o estado desenvolverá ações que visem, ENTRE OUTRAS, a integridade da saúde do homem. Implantar e implementar as Linhas de Cuidado a partir da Atenção Básica, tendo em vista sua responsabilidade na coordenação do cuidado e ordenamento da rede, visando a garantia de acesso e qualificação da atenção à saúde. Busca-se identificar as portas de entrada da rede de serviços, classificando o critério de risco, acompanhando o usuário por todos os pontos de atenção e organizando as referências e contra-referências regionais. As Linhas de Cuidado devem ser subsidiadas por conhecimento científico atualizado, oportunizando espaço para ações inovadoras, com garantia e efetivação dos princípios da política de humanização do SUS. Além disso, busca-se promover a equidade e a integralidade da atenção à saúde para a população por meio de ações transversais e intersetoriais, intensificando as ações e o cuidado direcionados às populações em situação de vulnerabilidade. Implementar a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PIC), visando a integralidade das ações e a ampliação das possibilidades terapêuticas naturais e humanizadoras.	Equipe de Saúde Prisional mantida e habilitada	unidade	4
			Município beneficiado com recurso para o cuidado da pessoa vivendo com HIV/Aids na Atenção Básica	unidade	3
			Programa de Combate ao Racismo Institucional na Atenção Básica mantido e implantado	unidade	12
Qualificação da Atenção Básica	SES	Ampliar e qualificar a Atenção Básica priorizando a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Primeira Infância Melhor (PIM), incluindo o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Atender crianças através do PIM, atingindo todos os municípios e proporcionando uma maior cobertura populacional. Aumentar o número de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, Equipes de Saúde da Família Índigena e Quilombola. Realizar ações conjuntas em Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, trabalhador) e de Promoção e Prevenção da Saúde.	Equipe de Saúde Bucal mantida e implantada	unidade	67
			Equipe de Saúde da Família mantida e implantada	unidade	155
			Família atendida pelo PIM	unidade	5.420
			Município beneficiado com recursos para qualificação da atenção básica	unidade	22
			Município com PIM implantado	unidade	15
			Núcleo de Apoio à Saúde da Família mantido e implantado	unidade	5
			Visitador do Primeira Infância Melhor habilitado	unidade	271

Região Funcional



6

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio ao Acesso ao Crédito e Saneamento de Cooperativas	SDR	Apoiar o acesso às linhas de crédito específicas para capital de giro, investimento e saneamento financeiro, para operações junto ao Sistema Bancário, bem como garantir, quando possível, operações por meio do Fundo de Aval para Cooperativas Agropecuárias (Lei Estadual nº 13.863/2011).	Cooperativa beneficiada	unidade	2
Apoio e Fomento a Cooperativas	SDR	Fomentar a organização formal de novas cooperativas, oportunizando a geração de trabalho e renda com inclusão social, bem como apoiar projetos de estruturação de cooperativas dos ramos agropecuário, trabalho, consumo, crédito, mineração, saúde, transporte, especial/social, produção, habitação, ensino, infraestrutura e turismo e lazer.	Evento realizado	unidade	8

PROGRAMA: CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETEL	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	3

PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Defesa Sanitária Animal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário. Melhorar as condições sanitárias dos rebanhos do RS e manter as condições sanitárias existentes com objetivo de aumentar produtividade, renda e valorização do produto através do acesso a mercados exigentes, realizando georreferenciamento de propriedades e identificação individual de animais. Atender demanda com educação sanitária animal, incremento das atividades de fiscalização de trânsito e em propriedades, monitoramento da condição sanitária dos animais e incremento das atividades de vigilância sanitária. Implantar novos módulos, visando ampliar a abrangência do Sistema de Defesa Agropecuário (SDA). Realizar inquéritos epidemiológico. Promover a indenização pelo abate sanitário e sacrifício de animais atingidos pela febre aftosa, tuberculose, brucelose e peste suína clássica e outras doenças infecto-contagiosas. Adquirir vacinas para imunização do rebanho do RS.	Animal identificado	unidade	3.796.832
			Propriedade georreferenciada	unidade	12.480
Defesa Sanitária Vegetal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário e evitar a introdução de novas pragas e atuar na erradicação e controle da disseminação das presentes, através das ações de fiscalização, vigilância epidemiológica, certificação sanitária e apoio laboratorial para a realização de diagnósticos e exames. Promover a qualidade e a idoneidade dos insumos e dos serviços agropecuários, através da fiscalização de estabelecimentos, prestadoras de serviços e propriedades rurais. Atender demanda com educação sanitária vegetal.	Estabelecimento de comércio de insumos agrícolas fiscalizado	unidade	80
			Exame de laboratório de análise de resíduos de agrotóxicos realizado	unidade	28
			Inspeção realizada	unidade	440
			Propriedade com certificação fiscalizada	unidade	5
			Propriedade rural fiscalizada no uso de agrotóxico	unidade	75
Treinamento e capacitação de servidores realizada	unidade	4			

Caderno de Regionalização

Econômico

Inspeção de Produtos de Origem Animal	SEAPI	<p>Criar grupo interinstitucional (SEAP, FAMURS, SDR, FETAG e EMATER) para a elaboração de estratégias, visando a conscientização e incentivo de gestores municipais e empresários quanto à adesão aos SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial, Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) e ao SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal). Identificar servidores e capacitação dos mesmos para atuação como auditores do SISBI-SUSAF, buscando agilizar o atendimento às solicitações de adesão. Realizar auditorias orientativas e de inclusão ao sistema SISBI-SUSAF nos serviços de inspeção municipal e estabelecimentos aptos documentalmente. Capacitar servidores estaduais para padronização de procedimentos, buscando a equivalência ao SIF (Serviço de Inspeção Federal) e, por conseguinte, a adesão ao SISBI.</p>	Auditor SISBI-SUSAF capacitado	unidade	8
Inspeção de Produtos de Origem Vegetal	SEAPI	<p>Promover a qualidade dos produtos de origem vegetal, da matéria prima ao produto final, através de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal.</p>	Análise laboratorial de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Coleta de produtos vegetais para análise de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Coleta de vinificação realizada	unidade	60
			Estabelecimento de comércio de vinhos e derivados da uva fiscalizado	unidade	60
			Estabelecimento produtor de vinhos e derivados da uva e do vinho fiscalizado	unidade	72
			Veículo transportador de vinhos e derivados da uva e vinho fiscalizado	unidade	40

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Armazenagem da Produção Agrícola e Pecuária Gaúcha	CESA	<p>Promover a política de armazenagem oficial do Estado do RS, prestando serviços especializados em armazenagem e beneficiamento de grãos, recebendo produtos de lavoura e preparando-os para a guarda por longos períodos, tanto para agricultores como para cooperativas e iniciativa privada. Armazenar os estoques oficiais e executar os programas sociais do Governo Federal, como Milho Balcão e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, ambos voltados para a agricultura familiar. Realizar a armazenagem de produtos perecíveis e deterioráveis como carnes, frutas, hortaliças e medicamentos. Os procedimentos tarifários e técnicos implicam o balizamento da política tarifárias e de procedimentos técnicos.</p>	Média de produto a granel armazenado	t	49.500
Orizicultura e Sustentabilidade	IRGA	<p>Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em terras baixas e para planejamento e gestão da atividade rural; realizar prestação de serviços e executar a certificação dos campos de produção e sementes de arroz; implantar sistemas de suporte à política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas públicas; analisar solo e água; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de grânio; apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.</p>	Dia de campo regional realizado	unidade	19
			Evento técnico para difusão de tecnologia promovido	unidade	44
			Lavoura demonstrativa para difusão da tecnologia realizada	unidade	34
			Roteiro técnico realizado	unidade	57
			Unidade demonstrativa implantada	unidade	26

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETEL	Articular e apoiar as regiões turísticas na implementação e melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, incluindo a implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística, instalação e revitalização de Centros de Atenção Turística para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional, aquisição de equipamentos, revitalização de áreas turísticas, bem como acessos a atrativos turísticos.	Centro de Atenção ao Turista implementado	unidade	4
			Sinalização Turística instalada	unidade	150
Programa de Regionalização do Turismo	SETEL	O Programa visa fortalecer as governanças, promover a articulação e integração regionais, estruturar e consolidar destinos e produtos turísticos competitivos nas regiões, com benefícios aos empreendedores, comunidades locais, gestores públicos municipais, bem como ampliar e diversificar a oferta turística por meio da estruturação e qualificação de produtos, segmentação e posicionamento de destinos e produtos no mercado turístico. Compete ao Programa de Regionalização articular projetos transversais com outros órgãos do Estado, principalmente Cultura, Educação e Meio Ambiente, visando a qualificação e promoção do Turismo cultural e ecológico e programas de educação turística nas escolas.	Gestor público capacitado	unidade	73
			Governança regional apoiada	unidade	3
			Projeto de revitalização/posicionamento de mercado de produtos turísticos ícones do RS nas regiões menos desenvolvidas implementado	unidade	1
Qualificação profissional e empresarial do Turismo	SETEL	Qualificar profissionais e empresários ligados direta e indiretamente ao Turismo, incluindo a produção associada à atividade turística, nos seus diversos níveis, desde a gestão até a operação. Criar e implementar programa de qualificação ao quadro técnico do turismo visando a atualização profissional e à melhoria dos serviços prestados à sociedade, abrangendo todas as divisões técnicas, de forma continuada.	Gestor/empreendedor qualificado	unidade	25
			Profissional qualificado	unidade	50

PROGRAMA: DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO, MODERNIZAÇÃO DE SETORES TRADICIONAIS, INDUÇÃO DE NOVAS ECONOMIAS E ALAVANCAGEM DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Financiamentos de Investimentos à Ampliação da Infraestrutura Pública Municipal do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos públicos municipais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	24.943.660
Financiamentos de Investimentos para a Ampliação da Infraestrutura Econômica do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para os setores de transporte, energia, gás, saneamento, educação, saúde e telecomunicações.	Operação de financiamento aprovada	R\$	68.859.542
Financiamentos de Investimentos para a Modernização de Setores Tradicionais e a Indução de Novas Economias Empresariais no RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos empresariais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	137.798.531
Financiamentos de Investimentos para a Modernização e Ampliação da Produção e da Produtividade Agropecuária Gaúcha	BADESUL	Aprovar operações de crédito para projetos de produtores rurais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	243.864.836

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.	SDECT	Apoiar a estruturação de pólos, parques tecnológicos e incubadoras em articulação com universidades, setores produtivos e o poder público em todos os níveis.	Projeto de Parque Tecnológico apoiado	unidade	3

Caderno de Regionalização

Econômico

Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Extensão Produtiva e Inovação (NEPIs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio a projetos prioritários e ações coletivas para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação e à realização de estudo de viabilidade para simbiose industrial e da formação de agendas para execução de ações transversais. Implantar e/ou manter Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação para capacitar pequenas e médias empresas do setor industrial nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações, produção mais limpa e benchmarking. Inclui formação da equipe para gestão e monitoramento do Projeto.	APL com Projeto Prioritário apoiado	unidade	1
Redes de Cooperação	SDECT	Desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas. O projeto foi iniciado no ano 2000, sendo concebido para empreendedores da indústria, comércio e serviços, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados. O Programa Redes de Cooperação foi formalizado através do Decreto nº 42.950 / 2004.	Nova empresa em rede associada	unidade	48
			Nova Rede implantada	unidade	12

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à Agroindústria Familiar	SDR	Apoiar as agroindústrias familiares e o artesanato rural. Fomentar a legalização de agroindústrias familiares e de pequeno porte de processamento artesanal no âmbito sanitário, ambiental e fiscal, buscando agregar valor à produção, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional e ao incremento da geração de trabalho e de renda no campo, através do fornecimento de assistência e qualificação técnica, apoio na comercialização e linhas de crédito específicas aos beneficiários do programa. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual, executando a política estadual de agroindústria familiar de acordo com a Lei Estadual 13.921, de 17 de janeiro de 2013, o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) e Dec. 49.341, de 5 de julho de 2012.	Projeto Agroindustrial apoiado	unidade	16
Apoio ao Artesanato e ao Turismo Rural	SDR	Promover o turismo e o artesanato rural, apoiando a legalização dos empreendimentos que desenvolvam essas atividades e auxiliando na elaboração e no encaminhamento de projetos de crédito, na legalização ambiental e tributária, na formação técnica dos beneficiários, no apoio à produção (matéria prima e equipamentos), à comercialização, à promoção e na disponibilização de marcas próprias certificando a origem dos seus produtos.	Projeto de incentivo à produção apoiado	unidade	8
Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar	SDR	Apoiar a inserção dos agricultores nos mercados institucionais através do apoio à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de outras formas de compras institucionais, como a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS (Lei nº 13.922/2012).	Agricultor beneficiado pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	unidade	140
			Produto adquirido da agricultura familiar pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	t	810
Apoio e Desenvolvimento da Produção Leiteira e da Pecuária Familiar	SDR	Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e da pecuária de corte nas propriedades de base familiar. Proporcionar a melhoria da produtividade e qualidade do leite, melhoramento genético do rebanho, aumento na disponibilidade de forragem e estruturação das propriedades, através do acesso ao crédito para ações de custeio e investimento, assim como implementar unidades demonstrativas para o aperfeiçoamento e troca de conhecimentos. Estimular a produção pecuária de base ecológica, agregação de valor a subprodutos da pecuária, e apoiar as atividades de rastreabilidade do rebanho gaúcho.	Agricultor e pecuarista familiar beneficiado	unidade	3.688
			Projeto produtivo apoiado	unidade	392

Caderno de Regionalização

Econômico

Apoio e Desenvolvimento de Sistemas de Base Ecológica	SDR	Fomentar os sistemas agroecológicos e de produção orgânica e a comercialização, valorizando a agrosociobiodiversidade e estimulando a diversificação da produção agrícola, contemplando também as plantas medicinais, aromáticas e condimentares, priorizando mulheres e jovens rurais, por meio de financiamento e outras ações do Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica (Decreto 51.617/2014). Apoiar os sistemas de produção agropecuários que vizam a transição e/ou consolidação agroecológica de unidades produtivas, promovendo a geração de trabalho, renda e a inclusão social, estimulando a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Projeto produtivo apoiado	unidade	20
Desenvolvimento Agrário e Fortalecimento dos Assentamentos	SDR	Apoio e fortalecimento da infraestrutura básica, produtiva, econômica, social e ambiental dos assentamentos da Reforma Agrária e articulação de parceria com o INCRA para a aquisição de áreas para assentamentos de sem-terra. Operacionalizar as ações do FUNTERRA (art. 188 Constituição Estadual e Lei 7.916/84 e alterações).	Ponte recuperada e/ou construída	m	200
			Sistema de abastecimento d'água implantada	unidade	30
Desenvolvimento e Apoio Socioeconômico de Comunidades Quilombolas	SDR	Apoiar empreendimentos coletivos para a geração de renda e incentivar projetos produtivos em comunidades quilombolas.	Comunidade quilombola beneficiada	unidade	3
Desenvolvimento Integrado da Pesca Artesanal e Aquicultura	SDR	Apoiar a pesca artesanal e a aquicultura e promover a popularização do consumo de peixe no Rio Grande do Sul, através de iniciativas de apoio à comercialização e do incremento da produtividade e da produção sustentável de pescado.	Evento de divulgação das ações de pesca e aquicultura realizado	unidade	1
			Unidade de referência tecnológica implantada	unidade	5
Regularização e Reorganização Fundiária	SDR	Trabalhar para a legalização das propriedades através da regularização fundiária de áreas ocupadas por agricultores familiares e públicos especiais que não possuem concessão de uso e transferência de título de propriedade (titulação) das áreas do Estado onde estão produzindo, assim como a indenização de famílias desalojadas de áreas indígenas e de barragem (reassentados).	Titulação de propriedade concedida à agricultor desalojado de área indígena e barragem	unidade	25
			Título de propriedade transferido à assentados da Reforma Agrária em condições de emancipação	unidade	42

PROGRAMA: PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Otimização da Infraestrutura dos Centros de Pesquisa da FEPAGRO	FEPAGRO	Viabilizar a construção, reforma, adequação, manutenção de benfeitorias, bem como a aquisição de máquinas, implementos e equipamentos é considerada estratégica. A Fepagro conta com 20 Centros de Pesquisa distribuídos no Estado e, para atender sua missão institucional de desenvolver pesquisa agropecuária e gerar conhecimentos e tecnologias, as condições de infraestrutura necessitam de ajustes e atualizações.	Projeto de obra civil de construção e reforma realizada	unidade	1
			Rede de energia elétrica e/ou hidrossanitária implantada/recuperada	unidade	2

PROGRAMA: INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Democratização e Qualificação da Comunicação Governamental	SECOM	Realizar cobertura jornalística da agenda diária do governador e divulgar as informações referentes às principais ações do governo a jornais, portais de internet, emissoras de rádios e televisões, por meio de releases da agência de notícias online do Estado e ferramentas de disparo de emails. Prestar atendimento a jornalistas na busca de informações referentes à administração estadual. Realizar acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia e ampliar o acesso a informações a toda a sociedade.	Comunicação governamental regionalizada por meio da estrutura das regiões funcionais do RS	unidade	1

PROGRAMA: PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Análises Socioeconômicas para o Planejamento	SEPLAN	Elaborar e publicar o Atlas Socioeconômico do RS, nos idiomas português e inglês, e Perfis Regionais com informações por COREDE e Região Funcional.	Perfil por COREDE publicado Perfil por Região Funcional publicado	unidade unidade	2 1
Planejamento Governamental e Regional	SEPLAN	Elaborar, realizar o acompanhamento e avaliar o Plano Plurianual estadual e utilizar as informações provenientes desse processo para elaborar documentos, visando proporcionar transparência à atuação governamental. Elaborar agendas para o equilíbrio territorial, utilizando informações do PPA. Elaborar estudos de longo prazo para o Estado e estimular o planejamento de longo prazo nos órgãos estaduais.	Agenda para o equilíbrio territorial elaborada Caderno de Realizações elaborado	unidade unidade	2 8
Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDEs	SEPLAN	Promover e acompanhar o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDEs.	Plano estratégico elaborado	unidade	2

PROGRAMA: REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Execução de Convênios para Regulação de Serviços de Competência da União e dos Municípios	AGERGS	Executar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, convênio com a ANEEL para a fiscalização dos serviços delegados de energia elétrica de competência da União. Executar convênio com os municípios para a regulação do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	36
Fomento à Participação Social	AGERGS	Assegurar a plena transparência das ações e decisões da AGERGS, através de diversos mecanismos: publicação anual de relatório, que deve incluir a avaliação dos indicadores de qualidade, o resultado de pesquisa de opinião pública sobre a sua prestação e o demonstrativo de origem e aplicação de seus recursos, divulgados através de audiência pública, cujo teor e resultados serão também publicados e remetidos à Assembléia Legislativa; disponibilização de sistema de Ouvidoria Pública, bem como manutenção de cadastro de usuários voluntários, que podem opinar, sugerir e reclamar quanto à prestação dos serviços públicos delegados; realização de audiências e Consultas Públicas, bem como incentivo à formação de conselhos de consumidores, contribuindo também para a participação social no processo regulatório.	Audiência Pública realizada Usuário Voluntário cadastrado	unidade unidade	4 572

Caderno de Regionalização

Governança e Gestão

<p>Monitoramento da Modicidade Tarifária, Equilíbrio Econômico-Financeiro e Justa Remuneração Abrangendo as Áreas Reguladas pela AGERGS</p>	<p>AGERGS</p>	<p>Estabelecer estratégias que contemplem estudo, desenvolvimento e aprimoramento da estrutura de custos dos serviços públicos prestados, com maior capacitação dos técnicos na área de regulação para estabelecimento de padrões de referência, incentivo à excelência da gestão e investimentos dos concessionários, por meio de ferramentas regulatórias, desenvolvimento de padrões contábeis e rotinas de informação e redução da assimetria de informações entre delegatários, usuários e poder público, incluindo a implantação de banco de dados com informações econômico-financeiras, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: saneamento, transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação. Essa ação está embasada na Lei Estadual nº 10.931/97, que criou a AGERGS, definindo dentre seus objetivos o de assegurar a modicidade tarifária, contida no conceito de serviços públicos adequados, e o de zelar pelo equilíbrio econômico e financeiro dos serviços públicos.</p>	<p>Fiscalização Regulatória realizada</p>	<p>unidade</p>	<p>4</p>
			<p>Revisão e Reajuste Tarifário realizado</p>	<p>unidade</p>	<p>4</p>
<p>Monitoramento e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Públicos Delegados nas Áreas Reguladas pela AGERGS</p>	<p>AGERGS</p>	<p>De acordo com a Lei nº 10.931/97, toda concessão ou permissão de serviços públicos pressupõe a sua prestação, assegurando o pleno atendimento das necessidades dos usuários, de acordo com o conceito de serviço adequado, ou seja, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A regulação da qualidade dos serviços com a elaboração e acompanhamento de indicadores e realização de pesquisas de opinião pública constitui-se, portanto, num dos pilares da ação do Estado para o cumprimento do que determina a lei a fim de garantir a promoção do interesse público e a melhoria da qualidade de vida da população, de acordo com a Lei nº 11.075/98. A ação inclui a implantação de banco de dados com informações de padrões de qualidade dos setores sob regulação da AGERGS, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação.</p>	<p>Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada</p>	<p>unidade</p>	<p>36</p>

PROGRAMA: REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, CONCILIAÇÃO E CONSULTORIA AO ESTADO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Modernização Institucional	PGE	<p>Promover a qualificação técnica dos integrantes de seus quadros funcionais, a melhoria operacional e a infraestrutura necessárias ao efetivo e regular desempenho das atividades de consultoria jurídica e de representação judicial da administração pública estadual, desempenhadas pela PGE, por meio dos seguintes órgãos de direção, execução e de apoio: Gabinete, Conselho Superior, Corregedoria-Geral, Procuradorias com funções especializadas (06), de coordenação e integração (01), de pesquisa e documentação (01), de execução regional (18), de execução junto aos Tribunais Superiores (01) e órgão central de apoio administrativo (01). Edificar nova sede para a PGE, que concentre em lugar único a atuação de seus órgãos e atenda as particularidades relacionadas à atuação judicial, viabilizando melhores condições de trabalho e de atendimento à Administração Pública e ao cidadão.</p>	Capacitação de pessoal realizada	unidade	2,17
			Manutenção e qualificação da infraestrutura física realizada	%	0,79

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio para o Acesso à Internet e à Telefonia no Meio Rural	SDR	Articular e realizar ações conjuntas entre as Cooperativas de Infraestrutura, os Municípios e as operadoras de telefonia para criação de condições e disponibilização de infraestrutura para acesso à Internet de qualidade no meio rural.	Articulação/ação realizada	unidade	2
Melhoria da Qualidade da Energia Elétrica no Campo	SDR	Articular com entidades e municípios a realização de levantamento da necessidade de carga de energia elétrica nos empreendimentos rurais de associados de cooperativas. Requerer eventuais providências necessárias junto aos Comitê de Planejamento Energético do Estado (COPERGS) para a adequação da tensão de energia pelas distribuidoras. Quando o tipo de obra exigir participação financeira do consumidor, apoiar financeiramente, com a utilização de recursos do FEAPER, a execução do projeto.	Levantamento de necessidade de carga realizado Projeto de melhoria da infraestrutura energética implantado	unidade unidade	120 16

PROGRAMA: CARVÃO MINERAL PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão da Mineração do Carvão	CRM	Desenvolver atividades destinadas a expandir a mineração do carvão através de implantação de novas unidades de mineração, conforme o sucesso de empreendimentos associados a estas unidades mineiras em leilões de energia A-5 ou outros mercados que venham a ser viabilizados.	Mina de Candiota 2 Implantada Mina de Candiota 3 Implantada Mina de Candiota 4 Implantada Mina de Candiota 5 Implantada Mina de Candiota 6 Implantada	% % % % %	100 100 100 100 100
Produção de Carvão CE 3.300 na Mina de Candiota	CRM	Fornecer carvão mineral com poder de calor de 3.300 Kcal/Kg para abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici, Fases A + B + C da CGTEE e outros mercados regionais de menor porte, principalmente na secagem de grãos.	Carvão mineral energético nacional produzido	t	13.500.000

PROGRAMA: ENERGIA ELÉTRICA PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão da Transmissão	CEEE-GT	Aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT através da construção e da ampliação de linhas de transmissão e subestações de energia elétrica.	Capacidade de transmissão expandida	MVA	133
Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição	CEEE-D	Atender as Redes de Distribuição desenvolvendo atividades direcionadas à Expansão, destinada ao incremento de carga que é motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; à Renovação, destinada a substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil; à Melhoria, com a finalidade exclusiva de melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico e à Regularização de Vilas que consiste em regularização de unidades consumidoras, com foco na inclusão social.	Capacidade de rede de distribuição expandida	kVA	23.385
Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão	CEEE-D	Atender as instalações da Subtransmissão: Linhas e Subestações. As atividades estão direcionadas à: Expansão, destinada ao incremento de carga que é motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; a Renovação, destinada a substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil; a Melhoria, com a finalidade exclusiva de melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico.	Linha de transmissão expandida	km	7,6

PROGRAMA: GÁS PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Melhorias Operacionais dos Sistemas de Distribuição de Gás Natural	SULGÁS	Expandir a rede de distribuição de gás natural e da carteira de clientes, especialmente no segmento de varejo, constituído por clientes residenciais e comerciais. Haverá a ampliação, também, do volume de gás natural distribuído a regiões com demandas potenciais significativas e da oferta de gás natural na forma comprimida (GNC) a regiões afastadas da rede de distribuição. Dentre os principais projetos, destacam-se: macrocélulas em Porto Alegre e Caxias do Sul; saturação das redes existentes (AÇO e PEAD); ramal UTE Rio Grande; interligação Polo Petroquímico Triunfo; interligação Canoas-Cachoeirinha; ramal Scharlau/Portão; ramal Alvorada; ramal Cavalhada; ramal Agronomia; Projetos Estruturantes (modal GNC) em Gramado/Canela e Santa Cruz do Sul. Esta ação contempla, ainda, a realização de projetos de infraestrutura que configuram melhorias no sistema de distribuição de gás natural e no atendimento aos clientes. Os projetos compreendem desde a aquisição de sistemas e/ou equipamentos operacionais até a construção de redes de infraestrutura de distribuição fundamentadas na ampliação da capacidade de fornecimento, na segurança operacional e na robustez da malha dutoviária de distribuição de gás, agregando valor ao produto e aos clientes.	Cliente atendido	unidade	1

PROGRAMA: PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária	DAER	Aumentar a extensão da rede rodoviária possibilitando integração das comunidades a toda a malha existente, beneficiando um número maior de usuários. Envolve todos os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, obras complementares, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, desapropriações, serviços de meio ambiente, fiscalização e supervisão.	Acesso municipal construído	km	2,4
Construção de Rodovias	DAER	Executar todos os serviços destinados a expandir o sistema rodoviário estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, serviços complementares, custos referentes ao meio ambiente, supervisão e fiscalização.	Rodovia construída	km	64,34

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Planejamento, Desenvolvimento e Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado	DAER	Elaborar o plano diretor rodoviário a partir do gerenciamento e do planejamento da malha rodoviária estadual; Introduzir a malha rodoviária do estado nas novas tecnologias de geoprocessamento, bem como, dispor de um preciso e atualizado instrumento de gestão; Obter o diagnóstico da malha rodoviária executando o levantamento da rede pavimentada e não pavimentada, incluindo o cadastro, o tráfego, condições do pavimento, acidentalidade e obras de arte especiais. Inspeccionar, diagnosticar, classificar e promover planos de ações de segurança viária. Cadastrar e monitorar os pontos de instabilidade de encostas; Desenvolver e implantar metodologias e especificações dos serviços do DAER através de aperfeiçoamento e gestão; Implementar um sistema estadual de registro de estudos e projetos, com a participação dos municípios; Conhecer, agrupar e analisar os dados socioeconômicos relacionados com a população, renda, frota de veículos, agricultura, indústria e serviços, bem como, valores de insumos e serviços utilizados nas obras rodoviárias; Atualização e elaboração de novos estudos e projetos de engenharia e estudos para licenciamento ambiental, bem como, estudos e pesquisas de matérias para pavimentação de rodovias e de novas técnicas construtivas em trechos rodoviários experimentais. Promover a regularização ambiental da malha rodoviária estadual com a obtenção das licenças de operação. Adquirir bens e serviços para desenvolvimento e suporte das atividades técnicas de engenharia.	Projeto rodoviário e de obra de arte especial concluído	km	66,5
---	------	--	---	----	------

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais	SEAPI	Ampliar a área irrigada, beneficiando diversos municípios, principalmente os mais afetados, tanto pela seca, quanto pelas enchentes, pois as barragens além de proporcionarem um contínuo uso da água para a irrigação e regularização da vazão do leito do rio, evitam enchentes à jusante do barramento. Desenvolver projetos executivos de novas barragens a partir de um total de 23 estudos existentes não contemplados no PAC 2, e suas respectivas construções. Apoiar a operação inicial da distribuição da água de reservatórios e gerenciamento dos sistemas de distribuição para a continuidade da gestão e manutenção do sistema. Realizar compensação ambiental de áreas desmatadas pela área de alague das barragens. através de aquisição de áreas de preservação permanente ou, do plantio de mudas de árvores específicas, atendendo orientações da FEPAM.	Área adquirida	ha	2.700
			Barragem do Arroio Jaguari construída	%	100
			Barragem do Arroio Taquarembó construída	%	100
			Barragem do Passo da Ferraria construída (PAC 2)	%	60
			Barragem do Passo da Ferraria projetada (PAC 2)	%	100
			Canais da barragem do Arroio Jaguari construídos - PAC 2	%	100
			Canais da barragem do Arroio Jaguari projetados	%	100
			Canais da barragem do Arroio Taquarembó construídos - PAC 2	%	100
			Canais da barragem do Arroio Taquarembó projetados PAC 2	%	100
			Mudas de árvores adquiridas para reposição florestal obrigatória	unidade	1.201.946
			Sistema de distribuição de barragem operado e gerido	unidade	2

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Implementação do Plano Diretor de Irrigação no Contexto dos Usos Múltiplos da Água	SEAPI	Realizar o levantamento de todos os sistemas hídricos (açudes, poços, barragens canais...) do Estado, bem como avaliar os poços que deverão ser revitalizados, as barragens e canais de irrigação que serão utilizados e principalmente quais as obras a serem implantadas. Implantar os Territórios de Irrigação e Usos Múltiplos da Água - TIUMAS, de acordo com o PIUMA/RS - Plano Diretor de Irrigação no Contexto dos Usos Múltiplos da Água do Rio Grande do Sul, o qual resultou de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional, o IICA - Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, e a Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano do Estado.	Território de Irrigação -TIUMA's - implantado	unidade	2
--	-------	--	---	---------	---

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	CORSAN	Expandir as redes e ligações de água; substituir redes de água; otimizar e/ou melhorar os sistemas de abastecimento; ampliar os sistemas de abastecimento considerando o crescimento vegetativo; ampliar o número de economias atendidas.	Rede de água assentada/substituída	m	300.960
			Volume de reservação ampliado	m3	500
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	CORSAN	Expandir e/ou substituir as redes e ligações de esgoto; substituir redes de esgoto; ampliar os sistemas de esgotamento sanitário; implantar sistemas de esgotamento sanitário, ampliar o número de economias com sistemas de esgoto sanitário disponibilizado.	Capacidade instalada de tratamento de esgoto ampliada	m3	4.415.040
			Economias disponibilizadas com sistemas de esgotamento sanitário	unidade	9.550
			Redes de esgoto assentadas	m	100.972

PROGRAMA: SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Implementação / Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais	SEMA	Apoiar a construção de ferramentas que possibilitem o planejamento de uso dos recursos naturais, os quais orientam o licenciamento e monitoramento das atividades antrópicas. Incentivar, articular e planejar, em parceria com os municípios, políticas de defesa dos direitos animais.	Plano de Manejo de Unidade de Conservação elaborado e/ou revisado	unidade	1
			Projeto Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado (RSBiodiversidade) implementado	%	34
Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	SEMA	Implementar as ações decorrentes das diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos concluído em Dezembro de 2014.	1ª Etapa do Plano Estadual Resíduos Sólidos implementada	%	20

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E À INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas para as PcD e PcAH/Sd	FADERS	Articular políticas de diferentes esferas governamentais e em diferentes áreas e níveis de atuação, mediante a coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH no RS, a gestão da Política Pública Estadual, a promoção da interiorização de ações e da descentralização de recursos, o assessoramento a gestores e a atuação junto a Municípios, Órgãos, Entidades e Conselhos de Direitos e de Controle Social sobre políticas públicas no interesse das PcD e PcAH e suas entidades representativas.	Comitê Gestor instalado	unidade	6
			Conselho de Direitos e de Controle Social de Políticas assessorado	unidade	4
			Evento temático realizado	unidade	1
			Plenária do Fórum coordenada	unidade	4
Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Prestar atenção direta a pessoas com deficiência e a pessoas com altas habilidades / superdotação e sua comunidade, em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias, conhecimentos e espaços de atendimento, com vistas à elevação da qualidade de vida e à inclusão.	Pessoa com Deficiência ou Pessoa com Altas Habilidades atendida em serviço referência da FADERS	unidade	2.000
Produção de Conhecimento nas Áreas da Deficiência e das Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades / superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades / superdotação. Assessorar projetos e ações de órgãos públicos, instituições, entidades e empresas orientados à inclusão social das PcD e PcAH/Sd. Supervisionar estágios acadêmicos no campo e área de atuação da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Órgão / Projeto assessorado	unidade	8
			Pessoa capacitada para atenção às altas habilidades	unidade	20
			Pessoa capacitada para atenção às deficiências	unidade	300

PROGRAMA: ACESSO E PERMANÊNCIA COM QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Alimentação Escolar Qualificada para a Educação Básica	SEDUC	Estabelecer uma relação de parceria entre Estado e Municípios, por meio de repasse de recursos financeiros aos municípios para complementação e qualificação da alimentação escolar no âmbito estadual, transferindo gradativamente a alimentação municipalizada para a alimentação escolarizada, com vista à expansão e à melhoria da Educação Básica. Garantir apoio aos Municípios que assumiram o compromisso de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos alunos matriculados em todas as etapas e modalidades de ensino dos estabelecimentos estaduais de educação localizados na área de sua jurisdição. Garantir o atendimento aos alunos matriculados em escolas com a alimentação escolarizada na Educação Básica da rede pública estadual (creches, pré-escolas, ensino fundamental, médio, EJA, AEE), no Ensino Médio Politécnico, no Programa Mais Educação, em Escolas de Tempo Integral, bem como em escolas atendidas no Programa Nacional de Alimentação Escolar com cardápio regionalizado.	Aluno atendido com alimentação escolarizada	unidade	104.390
			Aluno atendido com alimentação municipalizada	unidade	1.420
			Município que atende alimentação municipalizada da rede estadual	unidade	1
Articulação de Ações Transversais com Órgãos Públicos e Instituições da Sociedade Civil que Garantam o Acesso e a Permanência	SEDUC	Desenvolver ações que integrem a Escola à rede de atenção à criança e ao adolescente, envolvendo órgãos públicos, sociedade civil organizada e comunidade escolar. Objetivando a melhoria e qualificação do ensino, estabelecer relação de parceria entre Estado e associações mantenedoras de estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos através de repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB. Estabelecer convênios com organismos nacionais e internacionais visando financiamento de ações para expansão da Educação Básica.	Parceria com entidades civis sem fins lucrativos realizada	unidade	9

Caderno de Regionalização

Social

Democratização e Eficiência da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	SEDUC	Manter as escolas de Educação Básica com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Atualizar e revisar os critérios de distribuição dos valores relativos ao suprimento mensal de recursos da Autonomia Financeira das Escolas da Rede Estadual de Ensino. Garantir a manutenção e qualificação dos sistemas informatizados de gestão nos aspectos administrativo, pedagógico e de recursos humanos, integrados entre escola, CREs e SEDUC. Realizar diagnóstico da demanda educacional e do atendimento escolar, bem como acompanhar o movimento e rendimento dos alunos para subsidiar a construção de políticas que assegurem a qualidade do acesso e a permanência da Educação Básica, através do censo escolar, central de matrículas e ISE - Informatização da Secretaria da Educação. Acompanhar sistematicamente a ficha de comunicação do aluno infrequente - FICAI on-line, junto aos órgãos parceiros, reforçando a necessidade de desenvolver estratégias interinstitucionais com enfoque para o trabalho em rede - Escola, Conselho Tutelar, Ministério Público e demais órgãos estaduais e municipais, concentrando esforços para manter o aluno na escola, permitindo ao Poder Público, através dos dados colhidos com a aplicação da ficha, a construção de políticas públicas em prol da garantia do direito à educação.	Escola atendida com manutenção centralizada	unidade	224
			Escola atendida com programas de autonomia financeira e pedagógica	unidade	224
			Escola, CRE e SEDUC com gestão informatizada	unidade	228
Prevenção à Violência - CIPAVES - Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas Escolas	SEDUC	Implantar e implementar Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas escolas - CIPAVES, prioritariamente em escolas localizadas em municípios de maior vulnerabilidade social, por meio de formação e capacitação de professores e alunos em práticas restaurativas.	Escola com núcleo de gestão de conflito implantado	unidade	52
Transporte Escolar - Adesão ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar	SEDUC	Manter o maior número de municípios habilitados ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, através das adesões ao Transporte Escolar em 90% dos 481 municípios que atendem alunos do meio rural, de acordo com a legislação.	Município com termo de adesão firmado/assinado	unidade	20
Viabilização do Transporte Escolar	SEDUC	Realizar, com qualidade e vigilância, em parceria com os municípios, a oferta do transporte escolar aos alunos matriculados na Rede Pública Estadual, conforme legislação vigente.	Aluno da rede estadual transportado	unidade	4.879

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção de Cadeias Públicas	SSP	Gerar vagas no sistema prisional, destinadas exclusivamente aos presos provisórios (sem condenação criminal), em atendimento à legislação vigente.	Vaga gerada	unidade	286

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO DO ACESSO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ações de mobilização e articulação potencializando parcerias e convênios público privados para investimentos na Educação Profissional pública estadual	SEDUC	Estabelecer parcerias e convênios entre entes públicos e privados para a convergência de ações que contribuam para a melhoria da qualidade da educação profissional ofertada pelas escolas técnicas estaduais.	Instrumento jurídico/convênio firmado	unidade	4
Capacitação, atualização e qualificação de professores, servidores e gestores da Rede Estadual de Educação Profissional	SEDUC	Capacitar, atualizar e qualificar professores, servidores e gestores, nas áreas pedagógica, técnica e administrativa, buscando inclusive, parcerias com Instituições Públicas e Privadas. Oportunizar formação continuada e técnica, bem como garantir assessoria, pesquisa, troca de experiências, produção e/ou aquisição de material pedagógico necessário para subsidiar os debates e estudos aos profissionais que atuam na Educação Profissional, atendendo as diversidades regionais e potencialidades socioeconômicas das diferentes comunidades e regiões do RS. Capacitar docentes, técnicos e equipes diretivas para implementação/implantação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar.	Gestor capacitado	unidade	180
			Professor capacitado	unidade	15
			Servidor capacitado	unidade	152

Caderno de Regionalização

Social

Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional	SEDUC	Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas que ofertam Educação Profissional com recursos oriundos de convênios e parceiras. Construir, reformar, ampliar e qualificar a estrutura física das escolas de Educação Profissional, oportunizando um atendimento qualificado do Ensino Profissionalizante aos alunos, inclusive com ampliação de vagas, visando atender o desenvolvimento diferenciado das regiões do Estado. Adaptar escolas para o atendimento em Tempo Integral na Educação Profissional, buscando a melhoria do desempenho escolar.	Escola ampliada	unidade	4
			Escola em Tempo Integral na Educação Profissional reformada	unidade	3
			Nova escola técnica construída	unidade	1
Democratização e eficiência na gestão das Escolas de Educação Profissional e Superintendência de Educação Profissional - SUEPRO	SEDUC	Manter as escolas de Educação Profissional com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Disponibilizar recursos para a implementação da política de gestão da Educação Profissional, através da manutenção da Superintendência da Educação Profissional - SUEPRO da Secretaria de Estado da Educação.	Escola atendida com programa de autonomia financeira e pedagógica	unidade	16
			Escola e SUEPRO atendida com manutenção centralizada e apoio administrativo	unidade	16
Implantação de proposta pedagógica específica da Educação Profissional em tempo integral nas escolas técnicas agrícolas	SEDUC	Implementar proposta pedagógica diferenciada nas escolas técnicas, gradativamente, voltada a educação em tempo integral, iniciando-se pelas escolas com cursos técnicos agrícolas	Escola em tempo integral implantada/atendida	unidade	3
Modernização e inovação dos equipamentos/mobiliários básicos dos cursos de Educação Profissional das Escolas da Rede Estadual	SEDUC	Modernizar os cursos técnicos pela aquisição de equipamentos e mobiliários básicos para ampliação e qualificação, aplicável a inovação dos processos e produtos das escolas que ofertam Educação Profissional, Associações de Casa Familiares Rurais e Escola Família Agrícola, aplicando novos recursos oriundos de convênios.	Escola equipada/mobiliada	unidade	15

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio a projetos na área de Esporte e Lazer	FUNDERGS	Formalização de Convênios com transferências financeiras com recursos da Lei Pelé, visando o desenvolvimento e apoio do Desporto Educacional, Desporto de Participação e Inclusão Social e o Desporto de Rendimento.	Convênio publicado	unidade	120
Implantação e manutenção de centros de excelência do esporte e do lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Centros de Excelência, em parceria com as Universidades, Prefeituras, Federações e Associações mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização dos Programas de Esporte voltados ao alto rendimento, nas diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4
Implantação e manutenção dos Polos Regionais do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte, de acordo com o art. 26 do Decreto nº 49507/2012 (Estatuto da FUNDERGS), em parceria com as Universidades mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização da execução da Política de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Oferta de Escolas em Tempo Integral	SEDUC	Ampliar o atendimento educacional de, no mínimo, sete horas nas escolas com disponibilidade de espaço físico, contemplando todas as regiões do Estado e com a participação das comunidades, de modo que venham a refletir os seus interesses, proporcionando condições para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, socioeducacionais, culturais e esportivas, objetivando a melhoria do desempenho escolar.	Aluno atendido em escola em tempo integral	unidade	35.448
			Escola com Tempo Integral implantado	unidade	52

Caderno de Regionalização

Social

Apoio à Formação Inicial dos Profissionais da Educação	SEDUC	Implementar o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR visando induzir e fomentar a oferta emergencial de vagas em cursos de educação superior, gratuitos e de qualidade, nas modalidades presencial e a distância, para professores em exercício na rede pública de educação básica, a fim de que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica e, onde possível, estimular que a UERGS ministre a formação para os profissionais de educação. Ao tocante da SEDUC/RS o PARFOR é de grande importância para a melhoria nos serviços educacionais do Estado do Rio Grande do Sul, sendo acompanhado em nível local através de assistência aos professores cursistas, universidades e ao andamento dos processos e desenvolvimento do programa. Promover a formação técnica em nível médio a servidores efetivos que atuam na Secretaria da Escola, Alimentação Escolar, infra-estrutura, multimeios didáticos e outros no sistema de Ensino da Educação Básica- Programa PROFUNCIÓNÁRIO.	Professor beneficiado com auxílio-estudo	unidade	48
Atendimento da Educação Básica, Oportunizando a Participação Social e Cidadã	SEDUC	Implantar/implementar e desencadear ações que incentivem a participação dos alunos e de toda a comunidade escolar em diversas atividades educacionais, esportivas, culturais e sociais proporcionadas pela escola, fortalecendo ações de cidadania, além de proporcionar certificação de formação.	Aluno participante do Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS	unidade	85.156
			Escola integrante do Programa Mais Educação	unidade	131
			Escola participante das atividades educativas e culturais	unidade	90
			Escola participante do Programa Escola Aberta para a Cidadania	unidade	22
			Jovem e adulto atendido pelo PBA - Programa Brasil Alfabetizado	unidade	6.171
			Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino e Comunidade Escolar	SEDUC	Proporcionar a formação continuada dos profissionais da Educação Básica em todos os níveis e modalidades de ensino, visando à qualificação profissional para melhor desempenho de suas funções e atendimento à diversidade cultural, étnica e de gênero para a convivência numa cultura de paz, por meio de encontros, seminários, conferências, que favoreçam a socialização de novas metodologias, troca de experiências, construção de novos conhecimentos, buscando-se um ambiente de estudo e pesquisa que resulte em práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem eficientes e exitosas. Atualizar e capacitar os profissionais, visando atender os diferentes níveis e modalidades da Educação Básica e da gestão educacional, proporcionando uma maior compreensão do contexto social, cultural, ambiental, bem como atualizar conhecimentos pedagógicos e de uso de novas tecnologias em educação. Formar grêmios estudantis, conselhos escolares, CPMs. Capacitar a gestão pedagógica e administrativa das escolas, CREs e SEDUC.
Participante da Tecnologia da Informação qualificado	unidade	13.322			
Participante das formações envolvendo temáticas educacionais qualificado	unidade	13.034			
Participante do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa qualificado	unidade	2.496			
Participante do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio qualificado	unidade	4.095			
Modernização Tecnológica - Escolas/SEDUC e CRE	SEDUC	Adquirir/desenvolver software, instalação de rede elétrica e lógica e hardware (computadores, notebooks, lousas, salas multimídias, sistema de som, filmagens e vídeos) de acordo com as demandas da Educomunicação e Políticas de Gestão, com vista a fomentar o uso da tecnologia nos processos de Ensino e Aprendizagem em todos os níveis de Ensino e também qualificar a gestão educacional.			
			Escola, CRE e SEDUC com sistema e aplicativo instalado	unidade	228

Caderno de Regionalização

Social

Qualificação da Reestruturação Curricular, Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares	SEDUC	Implantar/qualificar os projetos político pedagógicos e regimentos escolares da Educação Básica, nas unidades da rede pública estadual, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Normal. Capacitar docentes técnicos e equipes diretivas para elaboração e implementação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar. Discutir e implantar a reestruturação curricular nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que nos anos iniciais já está concluída. Otimização das ações pedagógicas para o processo educacional, com a participação do aluno/professor diretamente no processo de aprendizagem, por meio de pesquisas, debates, interações com softwares pedagógicos, trabalhos em laboratórios/bibliotecas, dentre outros.	Escola com Projeto Político Pedagógico - PPP e regimento escolar qualificado	unidade	224
			Escola com reestruturação curricular dos anos finais do Ensino Fundamental implantada	unidade	208
Qualificação dos Espaços Pedagógicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para laboratórios de informática, de ciências, bibliotecas escolares, salas multifuncionais, de recursos, incluindo ampliação dos acervos bibliográficos, materiais específicos para atendimento a alunos com necessidades especiais, instrumentos musicais para implantação e manutenção de bandas escolares e demais atividades culturais.	Equipamento para educação especial adquirido	unidade	150
			Escola com biblioteca atualizada	unidade	110
			Escola equipada com materiais diversos	unidade	224
			Laboratório de ciências qualificado	unidade	110
			Sala multifuncional/de recurso equipada	unidade	73
Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul - SAERS	SEDUC	Realizar o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS, com avaliação em larga escala, universal e censitária (todas as escolas da rede estadual) e por adesão da rede municipal e particular, resgatando esta prática executada em anos anteriores.	Escola estadual com SAERS implantado	unidade	224

PROGRAMA: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Educação em Saúde	SES	Promover cursos presenciais ou a distância de pós-graduação, aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação popular em saúde, bem como ações de matriciamento, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências/estágios na realidade do SUS. As ações serão elaboradas, planejadas e executadas pela Secretaria da Saúde e, quando necessário, na intersectorialidade com outras Secretarias de Governo, bem como com os governos federal e municipais e instituições de ensino, sempre buscando dar conta das demandas locais regionais.	Núcleo Regional de Saúde Coletiva (NURESC) qualificado	unidade	2

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à implementação da Agenda do Trabalho Decente	STDS	Apoio e assessoramento técnico para programas de qualificação urbana e rural, com oportunidades equânimes entre os jovens, mulheres, afrodescendentes, quilombolas, LGBTQT e outros segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social, com a cooperação, pública e privada, acompanhada pela realização de seminários de sensibilização ao empresariado a fim de inserir o referido público no mundo do trabalho. Desenvolvimento de atividades de formação para revitalização da Comissão Estadual de Emprego, Trabalho e Renda. Apoio administrativo, técnico, financeiro e operacional para a Comissão Estadual de Emprego e Renda a fim de a organizar e realizar a Conferência Estadual do Trabalho Decente.	Município apoiado	unidade	14

Caderno de Regionalização

Social

Desenvolvimento do artesanato como geração de trabalho e renda	FGTAS	Apoiar a organização do trabalho artesanal no RS, habilitar o artesão para o exercício da profissão, emitir a carteira profissional, registrar no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), apoiar a realização de Feiras municipais de artesanato, apoiar a participação e comercialização dos produtos em feiras estaduais, nacionais e internacionais. Revitalizar Casas do Artesão no Estado do RS e expandir a disponibilização de espaço Casa do Artesão em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Disponibilizar um canal pela internet para comercialização de produtos artesanais. Efetuar a qualificação profissional com incentivo ao domínio da arte e matéria-prima do artesanato, priorizando regiões em desenvolvimento e em condição de vulnerabilidade social.	Artesão registrado no PGA	unidade	2.843
			Artesão registrado no SICAB	unidade	695
			Casa do Artesão no Estado do RS em atividade	unidade	7
			Feira e evento apoiado no RS	unidade	100
			Pessoa Qualificada	unidade	268
			Seminário realizado para orientação de desenvolvimento de negócios e geração de renda	unidade	6
Relações com o mercado de trabalho	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado dispensado sem justa causa buscando a sua recolocação no mercado de trabalho e também sua inserção em cursos de qualificação profissional. Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do "Informe PED". A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado - "Mais Emprego" do MTE - que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informações sobre o perfil de trabalhadores cadastrados. Ações voltadas para o público prioritário (colocados monitorados pelo seguro e o trabalhador com deficiência).	Atendimento realizado	unidade	325.258
			Trabalhador colocado no mercado de trabalho por meio das agências FGTAS/SINE	unidade	7.113
			Vaga Captada	unidade	38.584

PROGRAMA: GESTÃO DA SAÚDE E INFRAESTRUTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Formulação da Política Estadual do Sangue e Hemoderivados	FEPPS	Revisar o Plano Diretor de Sangue e Hemoderivados com vistas à formulação da Política Estadual de Sangue e Hemoderivados e implementação de diretrizes e ações para a segurança transfusional e da qualidade do sangue ofertado à população.	Hemocentro sob gestão municipal estadualizado	unidade	1
Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES	SES	Qualificar a infraestrutura da SES. Reformar, ampliar e/ou construir as diferentes estruturas da SES (Nível Central, Coordenadorias Regionais de Saúde, Escola de Saúde Pública, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos financeiros e ganhos ambientais. Garantir a infraestrutura para ações de combate à dengue no Estado.	Central Regional da Rede de Frio readequada de acordo com as normas do Programa Nacional de Imunizações (PNI)	unidade	2
Fortalecimento da Ouvidoria do SUS	SES	Ampliar e descentralizar a Ouvidoria do SUS, visando ao fortalecimento da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. Fortalecer a Rede de Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos.	Ouvidoria do SUS municipal implantada Ouvidoria regional do SUS implementada	unidade unidade	7 2
Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS	SES	Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. Fortalecer o planejamento, o monitoramento e avaliação através dos grupos de trabalho e núcleos de monitoramento constituídos nos níveis central e regional da SES.	Grupo de Trabalho de Planejamento, Monitoramento e Avaliação regional e estadual mantido	unidade	2
Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais	SES	Implantar a política de atuação do SUS para redução dos riscos à saúde da população e impactos na rede de atenção em decorrência de desastres ambientais.	Plano de contingência para desastres ambientais implantado e implementado	unidade	2

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Promoção da inclusão digital	FGTAS	Desenvolver a Inclusão Digital nas 11 Agências de Desenvolvimento Social – ADS (instituídas pelo Decreto Nº 47.364/2010). Contribuir para a melhoria do nível de vida da população por meio da alfabetização digital e formação e aperfeiçoamento profissional.	Curso realizado	unidade	12
			Pessoa beneficiada com acesso à Rede de Computadores	unidade	2.400
			Pessoa Qualificada	unidade	180

PROGRAMA: JUNTOS PELA CULTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cultura para a promoção da cidadania, valorização da diversidade e inclusão social, com atenção aos grupos vulneráveis	SEDAC	Promover o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul a partir das demandas vindas da sociedade, com incentivo à participação popular e ao controle social. Incentivar a organização dos Sistemas Municipais de Cultura em todos os municípios. Consolidar a Lei 14.310 como instrumento de gestão compartilhada, promovendo uma articulação entre o Estado, os municípios e o meio cultural. Elaborar estudos sobre a Cultura e produzir de estatísticas culturais para auxiliar a qualificação da gestão. Promover políticas de valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero, LGTBTT e popular.	Encontro realizado	unidade	8
			Premio pelo desenvolvimento da cultura concedido	unidade	40
			Sistema Municipal de Cultura implementado	unidade	56
Democratização do acesso aos acervos e aos serviços culturais do Estado do RS	SEDAC	Ampliar a divulgação e o conhecimento dos bens culturais e históricos das diversas instituições culturais - museus, bibliotecas e casas de cultura - e realizar exposições no interior do Estado.	Apresentação artística realizada	unidade	24
			Exposição itinerante realizada	unidade	21
			Exposição sediada em instituições culturais	unidade	30
			Público atendido por serviços culturais	unidade	60.000
			Seminário, palestra, oficina realizada	unidade	48
Desenvolvimento das linguagens artísticas	SEDAC	Apoiar o fortalecimento da organização setorial e o desenvolvimento das diversas linguagens artísticas no RS, incluindo os intercâmbios culturais.	Encontro setorial realizado	unidade	5
			Evento artístico setorial realizado	unidade	12
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Bibliotecas	SEDAC	Modernizar as bibliotecas públicas do Estado e capacitar os atendentes de bibliotecas, com especial atenção às localizadas nos municípios alvo do Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais do Gabinete de Políticas Sociais. Atualizar o acervo e promover a Biblioteca Pública Estadual em seus 145 anos de criação.	Biblioteca Municipal assessorada	unidade	57
			Título adquirido	unidade	2.000
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus	SEDAC	Promover a estruturação dos museus, por meio da assessoria técnica para a difusão do conhecimento, e da realização de fóruns, oficinas, cursos e seminários, para a capacitação dos profissionais. Fomentar nos museus a realização de atividades para os grupos vulneráveis.	Museu municipal assessorado	unidade	160
			Profissional capacitado	unidade	440
Fomento à economia da cultura	SEDAC	Fortalecer o Sistema Pró Cultura por meio de editais do Fundo de Apoio à Cultura – FAC e da Lei de Incentivo à Cultura - LIC, contemplando novas categorias e estimulando a diversificação, a descentralização das atividades em todas as regiões do Estado e a circulação fora do RS.	Projeto cultural contratado/conveniado	unidade	42
Implementação do RS Criativo/ Criativa Birô	SEDAC	Disseminar a cultura empreendedora com foco na economia criativa, a partir da implementação de espaço de atendimento e capacitação dos gestores e produtores culturais do Estado.	Agente e produtor cultural capacitado	unidade	112
OSPA para todos	FOSPA	Realizar os concertos da programação artística da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre na capital e no interior do Estado. Dar seguimento às atividades da Escola da OSPA, incluindo apresentações para a comunidade.	Concerto realizado pela Orquestra Sinfônica	unidade	15

Caderno de Regionalização

Social

Promoção e difusão da preservação do patrimônio histórico	SEDAC	Promover a educação patrimonial, a difusão de ações institucionais e o inventário e zeladoria do patrimônio material e imaterial, sob a coordenação do IPHAE. Contratar projetos para bens tombados estaduais com condenação judicial.	Inventário do patrimônio histórico realizado	unidade	1
			Oficina e/ou curso realizado para a promoção e difusão da educação patrimonial	unidade	4
			Projeto contratado para preservação de patrimônio estadual tombado	unidade	2

PROGRAMA: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Qualificação dos espaços escolares, CREs e SEDUC com equipamentos e mobiliários básicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para reposição e substituição dos que se encontram obsoletos, antieconomicos ou inservíveis, nos espaços administrativos das Escolas, nas CREs e SEDUC. Adquirir mobiliário escolar para substituição e reposição nos mais diversos ambientes escolares (bibliotecas, salas de aula, laboratorios de informática, de ciências, salas multifuncionais), com vistas a qualificar o atendimento educacional.	CRE e SEDUC equipada	unidade	4
			Escola com equipamento e mobiliário básico qualificado	unidade	224

PROGRAMA: POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	STDS	Constitui-se em um modelo descentralizado e participativo com regulação e organização de serviços, programas, projetos e benefícios, nos diferentes níveis de proteção (básica e especial de média e alta complexidade) com foco prioritário nas famílias, seus membros e indivíduos, tendo o território como base de organização. O SUAS organizar-se-á através de lei estadual e de um plano específico baseado no sistema de vigilância socioassistencial a fim de afirmar a assistência social como política pública. Na gestão do SUAS são realizadas assessorias individualizadas e regionalizadas aos municípios para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, Cadastro Único (CADÚNICO) e Programa Bolsa Família - PBF. O CADÚNICO é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Estado, a fim de inclui-las nos programas sociais. Cabe à gestão estadual assessorar os municípios para a ampliação cadastral, para qualificação da busca ativa e da melhoria das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF).	Assessoramento e Apoio Técnico realizado	unidade	1.600
Implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	STDS	Assessoramento, monitoramento e avaliação do processo de reordenamento do PETI nos municípios sob a coordenação da Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil (CEPETI). Publicação e execução do Plano Estadual Decenal e Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.	Reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI acompanhado	unidade	6

PROGRAMA: POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SJDH	Apoiar a criação de organismos de políticas para as mulheres, como conselhos municipais, órgãos públicos de enfrentamento à violência contra as mulheres e garantia de direitos, como secretarias, coordenadorias, departamentos. Manter o Fórum Estadual e os Fóruns Regionais de Gestoras.	Conselho criado	unidade	2
			Órgão público apoiado	unidade	1
Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho	SJDH	Realizar capacitações profissionais que promovam a autonomia das mulheres, levando em consideração suas vocações regionais e culturais, bem como as suas diversidades.	Mulher capacitada	unidade	155

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção dos Prédios das Coordenadorias Regionais de Perícia	SSP	Construir prédios padronizados visando ao desenvolvimento do trabalho pericial em ambiente integrado e funcional em cada uma das nove Coordenadorias Regionais de Perícia.	Prédio construído	unidade	1
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Brigada Militar	SSP	Construir novas instalações policiais militares em locais em que inexistem prédios. Realizar a edificação de prédios padronizados com a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades.	Quartel reformado - nível de Batalhão	m2	520
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Polícia Civil	SSP	Construir, ampliar e reformar as Delegacias de Polícia, visando à melhoria na prestação dos serviços de Polícia Judiciária.	Prédio reformado	unidade	4
Ensino - Colégio Tiradentes	SSP	Proporcionar ao educando uma formação integral voltada para o exercício da cidadania e para a inserção no mercado de trabalho.	Aluno matriculado no ensino médio (Colégio Tiradentes)	unidade	220
Policimento Comunitário	SSP	Executar o Policiamento Comunitário de modo a fomentar a transversalidade das ações da Brigada Militar com a comunidade e demais setores da sociedade, de maneira a atuar preventivamente, coadunando com a redução de índices de criminalidade. Também, potencializar a atuação da Brigada Militar nos Estabelecimentos de ensino, visando o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar, tendo como estratégia alcançar a todos os níveis de frações dos comandos regionais subsidiados para a execução do policiamento escolar.	Base de Policiamento Comunitário implantada	unidade	4

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO HABITACIONAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Produção de Ações Habitacionais	SOSH	Oportunizar a produção de ações habitacionais (casas, lotes, melhorias), através de parcerias com municípios e entidades (agentes financeiros, cooperativas e associações habitacionais), bem como complementando programas habitacionais da União.	Lote urbanizado conveniado	unidade	11
			Melhoria habitacional conveniada	unidade	16
			Unidade habitacional conveniada	unidade	347
Transferência da Propriedade de Imóveis da COHAB-RS aos Moradores	SOSH	Efetuar a transferência da propriedade dos imóveis remanescentes da COHAB-RS, para: mutuário com autorização para escritura, comprador com "contrato de gaveta" e morador sem documentação de compra e venda.	Escritura assinada	unidade	1.024

PROGRAMA: PROMOÇÃO DA PAZ E PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS NO RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas	SJDH	Implantar a rede de atenção e acolhimento através do fortalecimento e integração do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas. Realização de conferências, reuniões e palestras sobre a temática. Articulação com os Fóruns Permanentes de Comunidades Terapêuticas, Conselhos Municipais, Grupos de Autoajuda e Comunidade Científica. Estimular a reinserção social de ex-usuários em drogas.	Ação integrada de prevenção ao uso de drogas efetivada	unidade	4

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas do Corpo de Bombeiros	SSP	Realizar obras de melhorias no que diz respeito à construção, ampliação de reformas das estruturas físicas dos quartéis de bombeiros militares.	Quartel construído	m2	350
			Quartel reformado	m2	350
Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil	SSP	Coordenar e executar atividades de prevenção e combate de incêndios, buscas e salvamentos e ações de defesa civil.	Ação de prevenção de incêndio realizada	unidade	171.110
			Incêndio combatido	unidade	3.977
			Remoção de fonte de perigo realizada	unidade	5.560
			Salvamento realizado	unidade	6.240
Reaparelhamento Técnico do Corpo de Bombeiros	SSP	Otimizar os serviços prestados pelos bombeiros militares em razão do reaparelhamento técnico da dotação de infraestrutura patrimonial relacionada com o exercício das suas funções, especialmente a partir da gestão estratégica das tecnologias de comunicação e informação, melhoria da logística, bem assim com os equipamentos destinados ao serviço de combate a incêndio e demais ocorrências.	Equipamento de proteção individual modernizado	unidade	144
			Equipamento para atividades operacionais renovado	unidade	44
			Frota modernizada (aquisição de veículos)	unidade	34
			Redes de Comunicação e Informática estruturadas, gerenciadas e aperfeiçoadas	unidade	160

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PRODUTIVO E DE SERVIÇOS E DA QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aprimoramento de programas e projetos de extensão para o desenvolvimento regional, difusão científica e cultural	UERGS	Fomentar e orientar a estruturação das atividades de extensão mediante elaboração e execução de programas e projetos, e a divulgação do conhecimento acadêmico e da cultura regional.	Bolsa de extensão concedida	unidade	36
			Evento promovido pela Uergs ou em parceria com outras instituições	unidade	40
			Programa de extensão implementado	unidade	4
			Projeto de extensão realizado	unidade	40
			Publicação de livro, artigo, produção técnica e obra artística realizada	unidade	16
Aprimoramento e qualificação da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, associadas às vocações regionais	UERGS	Fomentar e apoiar o desenvolvimento de pesquisa focadas nas áreas: Humanas, Vida e Meio Ambiente e Exatas e Engenharias, considerando a viabilidade de parcerias, os arranjos produtivos locais e demandas regionais, a transferência de tecnologia e o aumento do número de grupos de pesquisa, gerando condições para implantação de programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.	Bolsa acadêmica concedida	unidade	68
			Curso de pós-graduação lato-sensu implementado	unidade	2
			Curso de pós-graduação stricto-sensu implementado	unidade	1
			Participação (docente e/ou discente) em eventos de ensino, pesquisa e extensão, financiada pela UERGS	unidade	656
			Produção científica (artigos e livros) e Depósito de pedido de patentes realizado	unidade	79

Caderno de Regionalização

Social

Aprimoramento e qualificação da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, associadas às vocações regionais	UERGS	Fomentar e apoiar o desenvolvimento de pesquisa focadas nas áreas: Humanas, Vida e Meio Ambiente e Exatas e Engenharias, considerando a viabilidade de parcerias, os arranjos produtivos locais e demandas regionais, a transferência de tecnologia e o aumento do número de grupos de pesquisa, gerando condições para implantação de programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.	Projeto de Pesquisa e inovação tecnológica ativo vinculados aos grupos de pesquisa	unidade	76
Formação inicial e continuada	UERGS	Ampliar e qualificar programas acadêmicos; Promover e ampliar a oferta e vagas de cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológico, presenciais e a distância; qualificar a formação de docentes, discentes e técnicos da comunidade universitária e regional, articulados com a realidade de cada campus regional.	Bolsa acadêmica concedida	unidade	224
			Curso de graduação ofertado	unidade	6
			Vaga em curso de graduação ofertada	unidade	920
Melhoria e ampliação da infraestrutura	UERGS	Projetar, implantar ou adequar as instalações físicas, patrimoniais e acervo bibliográfico da UERGS, adequadas aos projetos pedagógicos de curso e a legislação vigente do Ensino Superior.	Acervo Bibliográfico adquirido	unidade	7.880
			Prédios das Unidades Universitárias e Reitoria	unidade	2
			construídos, incluindo laboratórios e bibliotecas		

PROGRAMA: PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Municipalização do PROCON	SJDH	Ampliar o número de PROCON's municipais, repassando recursos para apoio aos Sistemas Municipais de Defesa do Consumidor, devidamente constituídos, através de convênios ou outros instrumentos capazes de fomentar e qualificar o atendimento ao consumidor.	Município com PROCON instalado	unidade	1

PROGRAMA: PROTEÇÃO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cooperação Técnica com os Municípios	FPERGS	Promover o assessoramento aos municípios do RS sobre o acolhimento institucional, de forma complementar ao DAS, através da realização de projeto de formação para os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento e na rede de proteção a criança e ao adolescente. Desenvolver um plano de ação conjunto com o Estado, municípios e demais instâncias implicadas no cuidado da população adulta com demandas de risco social e saúde agravadas que permanecem atendidas pela FPERGS.	Município cooperado em formação para o Acolhimento Institucional	unidade	5

Caderno de Regionalização

Social

Garantia de acesso dos acolhidos aos recursos para o seu pleno desenvolvimento	FPERGS	<p>Fornecer aos acolhidos alimentação geral e especial e demais recursos necessários as suas atividades escolares, de lazer, de vestuário e higiene. Promover intervenção permanente com vistas ao desenvolvimento de autonomia e habilidades para condução de seus projetos de vida, especialmente, quanto a profissionalização e inserção no mundo do trabalho. Readequar a quantidade de acolhidos por abrigo residencial e redimensionar o aproveitamento do quadro de pessoal, considerando a estrutura física, especificidades dos acolhidos e critérios estabelecidos em legislação. Estimular o protagonismo dos adolescentes através do apoio a realização de seminário pelos adolescentes acolhidos.</p> <p>Promover a convivência familiar e comunitária através do incentivo à participação da comunidade no projeto de voluntariado e no programa de apadrinhamento afetivo. Promover ações de formação e qualidade de vida no trabalho para os profissionais que atuam na FPERGS, bem como realizar o acompanhamento funcional dos servidores. Atuar sobre as situações de conflito geradas na execução do atendimento aos acolhidos através da implantação e implementação de novas práticas de abordagem, com o projeto de mediação de conflito com referência ao aporte das práticas restaurativas no âmbito da FPERGS. Modernização e readequação da estrutura para melhorias na habitabilidade dos abrigos de forma a qualificar o atendimento prestado aos acolhidos através da aquisição/construção/ampliação/reforma/aluguel de bens móveis/imóveis, de sistema de gerenciamento/control de dados dos acolhidos.</p> <p>Fornecer alimentação básica e material pedagógico para o atendimento em contra-turno escolar realizado no centro social de Taquari.</p>	Criança/adolescente atendido em acolhimento institucional	unidade	12
			Evento de formação/capacitação profissional realizado	unidade	4

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO CONSOLIDANDO A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE

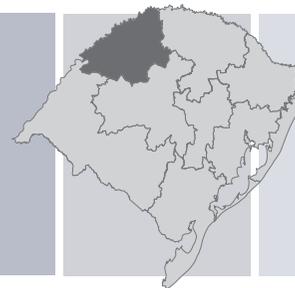
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Leitos Hospitalares	SES	Ampliar a oferta de leitos SUS em hospitais públicos e filantrópicos, através do repasse de recursos próprios e de convênios para obras de expansão em hospitais existentes ou construção de novos. Viabilizar o funcionamento do Hospital Regional de Santa Maria. Implementar e ampliar as ações de saúde prestadas pelo Hospital do município de Osório para a população própria e referenciada. Ampliar leitos de internação em hospitais prioritários. Apoiar a construção do Hospital de Gravataí e implantação do Hospital Regional de Palmeira das Missões.	Leito de internação ampliado	unidade	39
Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica	SES	Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos.	Município beneficiado com recurso para Assistência Farmacêutica Básica	unidade	20
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências de Diagnósticos e Tratamento	SES	Implantar e implementar centros de especialidades odontológicas e habilitar os laboratórios regionais de prótese dentária.	Centro de Especialidade Odontológica mantido e implantado	unidade	5
			Laboratório Regional de Prótese Dentária mantido e implantado	unidade	8
Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde	SES	Realizar ações conjuntas e padronizadas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. Identificar, conhecer, monitorar e prevenir os fatores de risco, promovendo a saúde, controlando e minimizando a ocorrência de doenças, epidemias e agravos como violência interpessoal (doméstica, sexual e outras) e autoprovocada. Municípios prioritários com ações de Vigilância Epidemiológica e controle da tuberculose, descentralizadas para a atenção básica, com ênfase no diagnóstico e tratamento.	Ação de vigilância sanitária de baixa complexidade descentralizada	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde	SES	Realizar ações conjuntas e padronizadas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. Identificar, conhecer, monitorar e prevenir os fatores de risco, promovendo a saúde, controlando e minimizando a ocorrência de doenças, epidemias e agravos como violência interpessoal (doméstica, sexual e outras) e autoprovocada. Municípios prioritários com ações de Vigilância Epidemiológica e controle da tuberculose, descentralizadas para a atenção básica, com ênfase no diagnóstico e tratamento.	Hospital com nova técnica laboratorial para o diagnóstico das meningites bacterianas implantada	unidade	1
			Município com ação de vigilância epidemiológica e controle da tuberculose descentralizado para Atenção Básica	unidade	1
			Município com testagem rápida das hepatites virais B e C implantada em Unidade de Saúde da Atenção Básica	unidade	6
			Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar ampliado	unidade	1
			Serviço especializado de referência em atendimento de hepatites virais implantado	unidade	1
Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado	SES	Qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjuntos de ações de saúde, onde o estado desenvolverá ações que visem, ENTRE OUTRAS, a integridade da saúde do homem. Implantar e implementar as Linhas de Cuidado a partir da Atenção Básica, tendo em vista sua responsabilidade na coordenação do cuidado e ordenamento da rede, visando a garantia de acesso e qualificação da atenção à saúde. Busca-se identificar as portas de entrada da rede de serviços, classificando o critério de risco, acompanhando o usuário por todos os pontos de atenção e organizando as referências e contra-referências regionais. As Linhas de Cuidado devem ser subsidiadas por conhecimento científico atualizado, oportunizando espaço para ações inovadoras, com garantia e efetivação dos princípios da política de humanização do SUS. Além disso, busca-se promover a equidade e a integralidade da atenção à saúde para a população por meio de ações transversais e intersetoriais, intensificando as ações e o cuidado direcionados às populações em situação de vulnerabilidade. Implementar a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PIC), visando a integralidade das ações e a ampliação das possibilidades terapêuticas naturais e humanizadoras.	Equipe de Saúde Prisional mantida e habilitada	unidade	1
			Município beneficiado com recurso para o cuidado da pessoa vivendo com HIV/Aids na Atenção Básica	unidade	8
			Programa Articulador Jovem de Saúde mantido e implantado	unidade	1
			Programa de Combate ao Racismo Institucional na Atenção Básica mantido e implantado	unidade	13
Qualificação da Atenção Básica	SES	Ampliar e qualificar a Atenção Básica priorizando a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Primeira Infância Melhor (PIM), incluindo o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Atender crianças através do PIM, atingindo todos os municípios e proporcionando uma maior cobertura populacional. Aumentar o número de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, Equipes de Saúde da Família Índigena e Quilombola. Realizar ações conjuntas em Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, trabalhador) e de Promoção e Prevenção da Saúde.	Equipe de Saúde Bucal mantida e implantada	unidade	46
			Equipe de Saúde da Família mantida e implantada	unidade	114
			Família atendida pelo PIM	unidade	6.580
			Município beneficiado com recursos para qualificação da atenção básica	unidade	20
			Município com PIM implantado	unidade	15
			Núcleo de Apoio à Saúde da Família mantido e implantado	unidade	8
			Visitador do Primeira Infância Melhor habilitado	unidade	329

Região Funcional



7

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à Gestão, Capacitação e Educação para Cooperativas	SDR	Qualificar a gestão para cooperativas, através do acompanhamento e monitoramento de ações por equipes multidisciplinares que atuam em vários setores da cooperativa: produção, comercialização, financeiro e contábil, social, entre outros. Realizar educação cooperativista (associados e direção) por meio de cursos e palestras.	Acompanhamento de ações realizado	unidade	63
			Curso/oficina realizado	unidade	16
			Diagnóstico elaborado	unidade	48
			Plano de aprimoramento implementado	unidade	48
Apoio ao Acesso ao Crédito e Saneamento de Cooperativas	SDR	Apoiar o acesso às linhas de crédito específicas para capital de giro, investimento e saneamento financeiro, para operações junto ao Sistema Bancário, bem como garantir, quando possível, operações por meio do Fundo de Aval para Cooperativas Agropecuárias (Lei Estadual nº 13.863/2011).	Cooperativa beneficiada	unidade	9
			Operação de crédito viabilizada pelo Fundo de Aval para cooperativas agropecuárias	unidade	1
Apoio e Fomento a Cooperativas	SDR	Fomentar a organização formal de novas cooperativas, oportunizando a geração de trabalho e renda com inclusão social, bem como apoiar projetos de estruturação de cooperativas dos ramos agropecuário, trabalho, consumo, crédito, mineração, saúde, transporte, especial/social, produção, habitação, ensino, infraestrutura e turismo e lazer.	Evento realizado	unidade	16
Fomento à Intercooperação	SDR	Fomentar a intercooperação através da aproximação das cooperativas e da formação de redes interorganizacionais, visando melhorar o atendimento aos associados e fortalecer o movimento cooperativo, e trabalhando de forma sistêmica. Realizar seminários, envolvendo gestores dos empreendimentos cooperativos, gestores públicos, lideranças do movimento sindical e cooperativo, técnicos das unidades de cooperativismo e escritórios da EMATER. Estabelecer grupos executivos de trabalho para estruturar empreendimentos cooperativos, de forma a atender as demandas da sociedade local e regional. Identificar e definir as vantagens logísticas em cada cenário de intercooperação.	Cooperativa beneficiada	unidade	20
			Evento realizado	unidade	8

PROGRAMA: CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETEL	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	1

PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Defesa Sanitária Animal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário. Melhorar as condições sanitárias dos rebanhos do RS e manter as condições sanitárias existentes com objetivo de aumentar produtividade, renda e valorização do produto através do acesso a mercados exigentes, realizando georreferenciamento de propriedades e identificação individual de animais. Atender demanda com educação sanitária animal, incremento das atividades de fiscalização de trânsito e em propriedades, monitoramento da condição sanitária dos animais e incremento das atividades de vigilância sanitária. Implantar novos módulos, visando ampliar a abrangência do Sistema de Defesa Agropecuário (SDA). Realizar inquéritos epidemiológico. Promover a indenização pelo abate sanitário e sacrifício de animais atingidos pela febre aftosa, tuberculose, brucelose e peste suína clássica e outras doenças infecto-contagiosas. Adquirir vacinas para imunização do rebanho do RS.	Animal identificado	unidade	1.114.378
			Propriedade georreferenciada	unidade	36.194

Caderno de Regionalização

Econômico

Defesa Sanitária Vegetal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário e evitar a introdução de novas pragas e atuar na erradicação e controle da disseminação das presentes, através das ações de fiscalização, vigilância epidemiológica, certificação sanitária e apoio laboratorial para a realização de diagnósticos e exames. Promover a qualidade e a idoneidade dos insumos e dos serviços agropecuários, através da fiscalização de estabelecimentos, prestadoras de serviços e propriedades rurais. Atender demanda com educação sanitária vegetal.	Estabelecimento de comércio de insumos agrícolas fiscalizado	unidade	365
			Exame de laboratório de análise de resíduos de agrotóxicos realizado	unidade	156
			Propriedade rural fiscalizada no uso de agrotóxico	unidade	395
			Treinamento e capacitação de servidores realizada	unidade	4
Inspecção de Produtos de Origem Animal	SEAPI	Criar grupo interinstitucional (SEAP, FAMURS, SDR, FETAG e EMATER) para a elaboração de estratégias, visando a conscientização e incentivo de gestores municipais e empresários quanto à adesão aos SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial, Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) e ao SISBI (Sistema Brasileiro de Inspecção de Produtos de Origem Animal). Identificar servidores e capacitação dos mesmos para atuação como auditores do SISBI-SUSAF, buscando agilizar o atendimento às solicitações de adesão. Realizar auditorias orientativas e de inclusão ao sistema SISBI-SUSAF nos serviços de inspecção municipal e estabelecimentos aptos documentalmente. Capacitar servidores estaduais para padronização de procedimentos, buscando a equivalência ao SIF (Serviço de Inspecção Federal) e, por conseguinte, a adesão ao SISBI.	Auditor SISBI-SUSAF capacitado	unidade	8
Inspecção de Produtos de Origem Vegetal	SEAPI	Promover a qualidade dos produtos de origem vegetal, da matéria prima ao produto final, através de ações de fiscalização e inspecção de produtos de origem vegetal.	Análise laboratorial de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Coleta de produtos vegetais para análise de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Estabelecimento de comércio de vinhos e derivados da uva fiscalizado	unidade	60
			Estabelecimento produtor de vinhos e derivados da uva e do vinho fiscalizado	unidade	44

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Armazenagem da Produção Agrícola e Pecuária Gaúcha	CESA	Promover a política de armazenagem oficial do Estado do RS, prestando serviços especializados em armazenagem e beneficiamento de grãos, recebendo produtos de lavoura e preparando-os para a guarda por longos períodos, tanto para agricultores como para cooperativas e iniciativa privada. Armazenar os estoques oficiais e executar os programas sociais do Governo Federal, como Milho Balcão e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, ambos voltados para a agricultura familiar. Realizar a armazenagem de produtos perecíveis e deterioráveis como carnes, frutas, hortaliças e medicamentos. Os procedimentos tarifários e técnicos implicam o balizamento da política tarifárias e de procedimentos técnicos.	Média de produto a granel armazenado	t	136.350

Caderno de Regionalização

Econômico

Orizicultura e Sustentabilidade	IRGA	Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em terras baixas e para planejamento e gestão da atividade rural; realizar prestação de serviços e executar a certificação dos campos de produção e sementes de arroz; implantar sistemas de suporte à política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas públicas; analisar solo e água; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de grânio; apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.	Dia de campo regional realizado	unidade	4
			Evento técnico para difusão de tecnologia promovido	unidade	4
			Lavoura demonstrativa para difusão da tecnologia realizada	unidade	4
			Roteiro técnico realizado	unidade	4
			Unidade demonstrativa implantada	unidade	4

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETEL	Articular e apoiar as regiões turísticas na implementação e melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, incluindo a implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística, instalação e revitalização de Centros de Atenção Turística para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional, aquisição de equipamentos, revitalização de áreas turísticas, bem como acessos a atrativos turísticos.	Centro de Atenção ao Turista implementado	unidade	2
			Sinalização Turística instalada	unidade	300
Programa de Regionalização do Turismo	SETEL	O Programa visa fortalecer as governanças, promover a articulação e integração regionais, estruturar e consolidar destinos e produtos turísticos competitivos nas regiões, com benefícios aos empreendedores, comunidades locais, gestores públicos municipais, bem como ampliar e diversificar a oferta turística por meio da estruturação e qualificação de produtos, segmentação e posicionamento de destinos e produtos no mercado turístico. Compete ao Programa de Regionalização articular projetos transversais com outros órgãos do Estado, principalmente Cultura, Educação e Meio Ambiente, visando a qualificação e promoção do Turismo cultural e ecológico e programas de educação turística nas escolas.	Gestor público capacitado	unidade	55
			Governança regional apoiada	unidade	3
			Projeto de revitalização/posicionamento de mercado de produtos turísticos ícones do RS nas regiões menos desenvolvidas implementado	unidade	1
Qualificação profissional e empresarial do Turismo	SETEL	Qualificar profissionais e empresários ligados direta e indiretamente ao Turismo, incluindo a produção associada à atividade turística, nos seus diversos níveis, desde a gestão até a operação. Criar e implementar programa de qualificação ao quadro técnico do turismo visando a atualização profissional e à melhoria dos serviços prestados à sociedade, abrangendo todas as divisões técnicas, de forma continuada.	Gestor/empreendedor qualificado	unidade	50
			Profissional qualificado	unidade	200

PROGRAMA: DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO, MODERNIZAÇÃO DE SETORES TRADICIONAIS, INDUÇÃO DE NOVAS ECONOMIAS E ALAVANCAGEM DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Financiamentos de Investimentos à Ampliação da Infraestrutura Pública Municipal do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos públicos municipais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	55.586.413
Financiamentos de Investimentos para a Ampliação da Infraestrutura Econômica do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para os setores de transporte, energia, gás, saneamento, educação, saúde e telecomunicações.	Operação de financiamento aprovada	R\$	41.158.305
Financiamentos de Investimentos para a Modernização de Setores Tradicionais e a Indução de Novas Economias Empresariais no RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos empresariais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	82.364.101
Financiamentos de Investimentos para a Modernização e Ampliação da Produção e da Produtividade Agropecuária Gaúcha	BADESUL	Aprovar operações de crédito para projetos de produtores rurais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	252.540.532

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.	SDECT	Apoiar a estruturação de pólos, parques tecnológicos e incubadoras em articulação com universidades, setores produtivos e o poder público em todos os níveis.	Projeto de Incubadora Tecnológica apoiado	unidade	9
			Projeto de Parque Tecnológico apoiado	unidade	4
			Projeto de Polo Tecnológico apoiado	unidade	7
Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Extensão Produtiva e Inovação (NEPIs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio a projetos prioritários e ações coletivas para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação e à realização de estudo de viabilidade para simbiose industrial e da formação de agendas para execução de ações transversais. Implantar e/ou manter Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação para capacitar pequenas e médias empresas do setor industrial nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações, produção mais limpa e benchmarking. Inclui formação da equipe para gestão e monitoramento do Projeto.	Ação coletiva em APL realizada	unidade	43
			APL com Governança apoiada	unidade	1
			APL com Projeto Prioritário apoiado	unidade	1
			Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação implantado / mantido	unidade	3
Redes de Cooperação	SDECT	Desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas. O projeto foi iniciado no ano 2000, sendo concebido para empreendedores da indústria, comércio e serviços, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados . O Programa Redes de Cooperação foi formalizado através do Decreto nº 42.950 / 2004.	Nova empresa em rede associada	unidade	84
			Nova Rede implantada	unidade	24

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à Agroindústria Familiar	SDR	Apoiar as agroindústrias familiares e o artesanato rural. Fomentar a legalização de agroindústrias familiares e de pequeno porte de processamento artesanal no âmbito sanitário, ambiental e fiscal, buscando agregar valor à produção, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional e ao incremento da geração de trabalho e de renda no campo, através do fornecimento de assistência e qualificação técnica, apoio na comercialização e linhas de crédito específicas aos beneficiários do programa. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual, executando a política estadual de agroindústria familiar de acordo com a Lei Estadual 13.921, de 17 de janeiro de 2013, o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) e Dec. 49.341, de 5 de julho de 2012.	Projeto Agroindustrial apoiado	unidade	107
Apoio ao Artesanato e ao Turismo Rural	SDR	Promover o turismo e o artesanato rural, apoiando a legalização dos empreendimentos que desenvolvam essas atividades e auxiliando na elaboração e no encaminhamento de projetos de crédito, na legalização ambiental e tributária, na formação técnica dos beneficiários, no apoio à produção (matéria prima e equipamentos), à comercialização, à promoção e na disponibilização de marcas próprias certificando a origem dos seus produtos.	Projeto de incentivo à produção apoiado	unidade	14
Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar	SDR	Apoiar a inserção dos agricultores nos mercados institucionais através do apoio à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de outras formas de compras institucionais, como a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS (Lei nº 13.922/2012).	Agricultor beneficiado pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	unidade	260

Caderno de Regionalização

Econômico

Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar	SDR	Apoiar a inserção dos agricultores nos mercados institucionais através do apoio à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de outras formas de compras institucionais, como a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS (Lei nº 13.922/2012).	Produto adquirido da agricultura familiar pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	t	1.540
Apoio e Desenvolvimento da Produção Leiteira e da Pecuária Familiar	SDR	Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e da pecuária de corte nas propriedades de base familiar. Proporcionar a melhoria da produtividade e qualidade do leite, melhoramento genético do rebanho, aumento na disponibilidade de forragem e estruturação das propriedades, através do acesso ao crédito para ações de custeio e investimento, assim como implementar unidades demonstrativas para o aperfeiçoamento e troca de conhecimentos. Estimular a produção pecuária de base ecológica, agregação de valor a subprodutos da pecuária, e apoiar as atividades de rastreabilidade do rebanho gaúcho.	Agricultor e pecuarista familiar beneficiado Projeto produtivo apoiado	unidade unidade	18.572 256
Apoio e Desenvolvimento de Sistemas de Base Ecológica	SDR	Fomentar os sistemas agroecológicos e de produção orgânica e a comercialização, valorizando a agrosociobiodiversidade e estimulando a diversificação da produção agrícola, contemplando também as plantas medicinais, aromáticas e condimentares, priorizando mulheres e jovens rurais, por meio de financiamento e outras ações do Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica (Decreto 51.617/2014). Apoiar os sistemas de produção agropecuários que vizam a transição e/ou consolidação agroecológica de unidades produtivas, promovendo a geração de trabalho, renda e a inclusão social, estimulando a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Projeto produtivo apoiado	unidade	100
Desenvolvimento Agrário e Fortalecimento dos Assentamentos	SDR	Apoio e fortalecimento da infraestrutura básica, produtiva, econômica, social e ambiental dos assentamentos da Reforma Agrária e articulação de parceria com o INCRA para a aquisição de áreas para assentamentos de sem-terra. Operacionalizar as ações do FUNTERRA (art. 188 Constituição Estadual e Lei 7.916/84 e alterações).	Sistema de abastecimento d'água implantada	unidade	6
Desenvolvimento e Apoio Socioeconômico de Comunidades Quilombolas	SDR	Apoiar empreendimentos coletivos para a geração de renda e incentivar projetos produtivos em comunidades quilombolas.	Comunidade quilombola beneficiada	unidade	2
Desenvolvimento Integrado da Pesca Artesanal e Aquicultura	SDR	Apoiar a pesca artesanal e a aquicultura e promover a popularização do consumo de peixe no Rio Grande do Sul, através de iniciativas de apoio à comercialização e do incremento da produtividade e da produção sustentável de pescado.	Evento de divulgação das ações de pesca e aquicultura realizado Unidade de referência tecnológica implantada Viveiro para piscicultura construído	unidade unidade unidade	2 10 220
Fortalecimento Etnosustentável e Desenvolvimento Socioeconômico de Comunidades Indígenas	SDR	Apoiar a elaboração de planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas em áreas estaduais; elaborar e executar projetos produtivos das comunidades indígenas, visando garantir a segurança alimentar, o fortalecimento da produção e o apoio a agroindustrialização e comercialização do excedente; implementar ações de manejo e recuperação de solos degradados; incentivar a implantação e manutenção de pontos de venda de artesanato e participação em feiras.	Comunidade indígena atendida Plano de gestão territorial e ambiental elaborado	unidade unidade	18 1
Regularização e Reorganização Fundiária	SDR	Trabalhar para a legalização das propriedades através da regularização fundiária de áreas ocupadas por agricultores familiares e públicos especiais que não possuem concessão de uso e transferência de título de propriedade (titulação) das áreas do Estado onde estão produzindo, assim como a indenização de famílias desalojadas de áreas indígenas e de barragem (reassentados).	Titulação de propriedade concedida à agricultor desalojado de área indígena e barragem	unidade	317

PROGRAMA: PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Otimização da Infraestrutura dos Centros de Pesquisa da FEPAGRO	FEPAGRO	Viabilizar a construção, reforma, adequação, manutenção de benfeitorias, bem como a aquisição de máquinas, implementos e equipamentos é considerada estratégica. A Fepagro conta com 20 Centros de Pesquisa distribuídos no Estado e, para atender sua missão institucional de desenvolver pesquisa agropecuária e gerar conhecimentos e tecnologias, as condições de infraestrutura necessitam de ajustes e atualizações.	Projeto de obra civil de construção e reforma realizada	unidade	1
			Rede de energia elétrica e/ou hidrossanitária implantada/recuperada	unidade	1
Projeto de Pesquisa Mais Água	FEPAGRO	Contribuir para o aumento da disponibilidade e melhoria da qualidade da água, através da avaliação de práticas adequadas de manejo de solo e de resíduos de suínos, do monitoramento das condições meteorológicas e processos hidrológicos, integrados a uma análise socioeconômica, em diferentes sistemas agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul.	Estação de monitoramento para água instalada	unidade	3

PROGRAMA: INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Democratização e Qualificação da Comunicação Governamental	SECOM	Realizar cobertura jornalística da agenda diária do governador e divulgar as informações referentes às principais ações do governo a jornais, portais de internet, emissoras de rádios e televisões, por meio de releases da agência de notícias online do Estado e ferramentas de disparo de emails. Prestar atendimento a jornalistas na busca de informações referentes à administração estadual. Realizar acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia e ampliar o acesso a informações a toda a sociedade.	Comunicação governamental regionalizada por meio da estrutura das regiões funcionais do RS	unidade	1

PROGRAMA: PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Análises Socioeconômicas para o Planejamento	SEPLAN	Elaborar e publicar o Atlas Socioeconômico do RS, nos idiomas português e inglês, e Perfis Regionais com informações por COREDE e Região Funcional.	Perfil por COREDE publicado Perfil por Região Funcional publicado	unidade unidade	4 1
Planejamento Governamental e Regional	SEPLAN	Elaborar, realizar o acompanhamento e avaliar o Plano Plurianual estadual e utilizar as informações provenientes desse processo para elaborar documentos, visando proporcionar transparência à atuação governamental. Elaborar agendas para o equilíbrio territorial, utilizando informações do PPA. Elaborar estudos de longo prazo para o Estado e estimular o planejamento de longo prazo nos órgãos estaduais.	Agenda para o equilíbrio territorial elaborada Caderno de Realizações elaborado	unidade unidade	4 16
Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDEs	SEPLAN	Promover e acompanhar o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDEs.	Plano estratégico elaborado	unidade	4

PROGRAMA: REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Execução de Convênios para Regulação de Serviços de Competência da União e dos Municípios	AGERGS	Executar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, convênio com a ANEEL para a fiscalização dos serviços delegados de energia elétrica de competência da União. Executar convênio com os municípios para a regulação do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	36
Fomento à Participação Social	AGERGS	Assegurar a plena transparência das ações e decisões da AGERGS, através de diversos mecanismos: publicação anual de relatório, que deve incluir a avaliação dos indicadores de qualidade, o resultado de pesquisa de opinião pública sobre a sua prestação e o demonstrativo de origem e aplicação de seus recursos, divulgados através de audiência pública, cujo teor e resultados serão também publicados e remetidos à Assembléia Legislativa; disponibilização de sistema de Ouvidoria Pública, bem como manutenção de cadastro de usuários voluntários, que podem opinar, sugerir e reclamar quanto à prestação dos serviços públicos delegados; realização de audiências e Consultas Públicas, bem como incentivo à formação de conselhos de consumidores, contribuindo também para a participação social no processo regulatório.	Audiência Pública realizada Usuário Voluntário cadastrado	unidade unidade	4 572

Caderno de Regionalização

Governança e Gestão

Monitoramento da Modicidade Tarifária, Equilíbrio Econômico-Financeiro e Justa Remuneração Abrangendo as Áreas Reguladas pela AGERGS	AGERGS	Estabelecer estratégias que contemplem estudo, desenvolvimento e aprimoramento da estrutura de custos dos serviços públicos prestados, com maior capacitação dos técnicos na área de regulação para estabelecimento de padrões de referência, incentivo à excelência da gestão e investimentos dos concessionários, por meio de ferramentas regulatórias, desenvolvimento de padrões contábeis e rotinas de informação e redução da assimetria de informações entre delegatários, usuários e poder público, incluindo a implantação de banco de dados com informações econômico-financeiras, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: saneamento, transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação. Essa ação está embasada na Lei Estadual nº 10.931/97, que criou a AGERGS, definindo dentre seus objetivos o de assegurar a modicidade tarifária, contida no conceito de serviços públicos adequados, e o de zelar pelo equilíbrio econômico e financeiro dos serviços públicos.	Fiscalização Regulatória realizada	unidade	4
			Revisão e Reajuste Tarifário realizado	unidade	4
Monitoramento e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Públicos Delegados nas Áreas Reguladas pela AGERGS	AGERGS	De acordo com a Lei nº 10.931/97, toda concessão ou permissão de serviços públicos pressupõe a sua prestação, assegurando o pleno atendimento das necessidades dos usuários, de acordo com o conceito de serviço adequado, ou seja, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A regulação da qualidade dos serviços com a elaboração e acompanhamento de indicadores e realização de pesquisas de opinião pública constitui-se, portanto, num dos pilares da ação do Estado para o cumprimento do que determina a lei a fim de garantir a promoção do interesse público e a melhoria da qualidade de vida da população, de acordo com a Lei nº 11.075/98. A ação inclui a implantação de banco de dados com informações de padrões de qualidade dos setores sob regulação da AGERGS, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	36

PROGRAMA: REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, CONCILIAÇÃO E CONSULTORIA AO ESTADO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Modernização Institucional	PGE	Promover a qualificação técnica dos integrantes de seus quadros funcionais, a melhoria operacional e a infraestrutura necessárias ao efetivo e regular desempenho das atividades de consultoria jurídica e de representação judicial da administração pública estadual, desempenhadas pela PGE, por meio dos seguintes órgãos de direção, execução e de apoio: Gabinete, Conselho Superior, Corregedoria-Geral, Procuradorias com funções especializadas (06), de coordenação e integração (01), de pesquisa e documentação (01), de execução regional (18), de execução junto aos Tribunais Superiores (01) e órgão central de apoio administrativo (01). Edificar nova sede para a PGE, que concentre em lugar único a atuação de seus órgãos e atenda as particularidades relacionadas à atuação judicial, viabilizando melhores condições de trabalho e de atendimento à Administração Pública e ao cidadão.	Capacitação de pessoal realizada	unidade	3,32
			Manutenção e qualificação da infraestrutura física realizada	%	1,24

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio para o Acesso à Internet e à Telefonia no Meio Rural	SDR	Articular e realizar ações conjuntas entre as Cooperativas de Infraestrutura, os Municípios e as operadoras de telefonia para criação de condições e disponibilização de infraestrutura para acesso à Internet de qualidade no meio rural.	Articulação/ação realizada	unidade	4
Incentivo ao Uso e à Geração de Energia por Meio de Fontes Alternativas	SDR	Incentivar e apoiar a utilização e a implantação de fontes alternativas de energias pelos agricultores familiares e públicos especiais, bem como fomentar e articular incentivos para a aquisição de equipamentos e geração de energia por meio de fontes alternativas através de cooperativas de infraestrutura, visando o uso racional dos recursos naturais.	Evento/seminário realizado para associados das cooperativas com potencial de investimento	unidade	2
Melhoria da Qualidade da Energia Elétrica no Campo	SDR	Articular com entidades e municípios a realização de levantamento da necessidade de carga de energia elétrica nos empreendimentos rurais de associados de cooperativas. Requerer eventuais providências necessárias junto aos Comitê de Planejamento Energético do Estado (COPERGS) para a adequação da tensão de energia pelas distribuidoras. Quando o tipo de obra exigir participação financeira do consumidor, apoiar financeiramente, com a utilização de recursos do FEAPER, a execução do projeto.	Levantamento de necessidade de carga realizado	unidade	320
			Projeto de melhoria da infraestrutura energética implantado	unidade	32

PROGRAMA: ENERGIA ELÉTRICA PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão da Transmissão	CEEE-GT	Aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT através da construção e da ampliação de linhas de transmissão e subestações de energia elétrica.	Capacidade de transmissão expandida	MVA	25

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS, MICRORREGIÕES E AGLOMERAÇÕES URBANAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aperfeiçoamento e Implantação de Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	METROPLAN	Criar a estrutura de atendimento da Região Metropolitana da Serra Gaúcha e Microrregião Celeira, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais. Implantar o Sistema e suporte institucional para o planejamento e gestão da RMSG e Microrregião Celeira. Aprimorar o sistema institucional para o planejamento e gestão das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Apoio às Prefeituras Municipais com vista ao Planejamento Regional, à elaboração de Planos Integrados e à compatibilização das ações das esferas municipais, estadual e federal, em articulação com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional e os COREDEs. Planejamento e Execução da Governança através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Estrutura do Sistema de Planejamento Metropolitano.	Escritório da Microrregião Celeira implantado	%	100

PROGRAMA: PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Ampliação de Capacidade de Rodovias	DAER	Aumentar a capacidade dos eixos rodoviários, através da duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação de terceiras e quarta faixas de trânsito, em pontos críticos que possuem alto índice de acidentes, aclives que reduzem drasticamente a velocidade e estradas que necessitam de aumento da sua capacidade de atender a demanda de trafego, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.	Rodovia com capacidade ampliada	km	12,64
Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária	DAER	Aumentar a extensão da rede rodoviária possibilitando integração das comunidades a toda a malha existente, beneficiando um número maior de usuários. Envolve todos os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, obras complementares, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, desapropriações, serviços de meio ambiente, fiscalização e supervisão.	Acesso municipal construído	km	221,61
Construção de Rodovias	DAER	Executar todos os serviços destinados a expandir o sistema rodoviário estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, serviços complementares, custos referentes ao meio ambiente, supervisão e fiscalização.	Rodovia construída	km	53,92
Convênios Municipais	DAER	Executar obras viárias destinadas a estender ou qualificar a rede viária municipal, ou segmentos de rodovia estadual diretamente ligada aos municípios, possibilitando maior integração, mobilidade, escoamento de produção e maiores benefícios sociais. Envolve os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares. As obras e os serviços serão realizados mediante convênios firmados entre o DAER e os Municípios, sendo responsabilidade do DAER o repasse de uma parcela dos recursos necessários. As obras serão realizadas pelos municípios, com acompanhamento do DAER.	Obra viária realizada	km	2,4
Modernização, Manutenção e Ampliação do Sistema Aeroportuário	ST	Modernizar e manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços. As atividades necessárias constituem-se de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária e objetivam a ampliação e a qualificação necessárias ao aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros. Para a consecução das obras e serviços necessários será realizada a contratação de consultoria e de projetos para os aeroportos regionais e internacionais novos ou existentes bem como contratação de consultoria para estudos de demanda, impacto ambiental e localização de sítios aeroportuários.	Aeroporto mantido	unidade	3
			Aeroporto modernizado	unidade	1
			Estudo realizado	unidade	9

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Planejamento, Desenvolvimento e Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado	DAER	Elaborar o plano diretor rodoviário a partir do gerenciamento e do planejamento da malha rodoviária estadual; Introduzir a malha rodoviária do estado nas novas tecnologias de geoprocessamento, bem como, dispor de um preciso e atualizado instrumento de gestão; Obter o diagnóstico da malha rodoviária executando o levantamento da rede pavimentada e não pavimentada, incluindo o cadastro, o tráfego, condições do pavimento, acidentalidade e obras de arte especiais. Inspeccionar, diagnosticar, classificar e promover planos de ações de segurança viária. Cadastrar e monitorar os pontos de instabilidade de encostas; Desenvolver e implantar metodologias e especificações dos serviços do DAER através de aperfeiçoamento e gestão; Implementar um sistema estadual de registro de estudos e projetos, com a participação dos municípios; Conhecer, agrupar e analisar os dados socioeconômicos relacionados com a população, renda, frota de veículos, agricultura, indústria e serviços, bem como, valores de insumos e serviços utilizados nas obras rodoviárias; Atualização e elaboração de novos estudos e projetos de engenharia e estudos para licenciamento ambiental, bem como, estudos e pesquisas de matérias para pavimentação de rodovias e de novas técnicas construtivas em trechos rodoviários experimentais. Promover a regularização ambiental da malha rodoviária estadual com a obtenção das licenças de operação. Adquirir bens e serviços para desenvolvimento e suporte das atividades técnicas de engenharia.	Projeto rodoviário e de obra de arte especial concluído	km	84,12
---	------	--	---	----	-------

Restauração de Pavimento	DAER	Restaurar rodovias pavimentadas, incluindo-se obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como, recuperação de obras de arte correntes, especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização.	Pavimento restaurado	km	165,96
--------------------------	------	--	----------------------	----	--------

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais	SEAPI	Ampliar a área irrigada, beneficiando diversos municípios, principalmente os mais afetados, tanto pela seca, quanto pelas enchentes, pois as barragens além de proporcionarem um contínuo uso da água para a irrigação e regularização da vazão do leito do rio, evitam enchentes à jusante do barramento. Desenvolver projetos executivos de novas barragens a partir de um total de 23 estudos existentes não contemplados no PAC 2, e suas respectivas construções. Apoiar a operação inicial da distribuição da água de reservatórios e gerenciamento dos sistemas de distribuição para a continuidade da gestão e manutenção do sistema. Realizar compensação ambiental de áreas desmatadas pela área de alague das barragens. através de aquisição de áreas de preservação permanente ou, do plantio de mudas de arvores específicas, atendendo orientações da FEPAM.	Barragem do Rio Soturno projetada (PAC 2)	%	100

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	CORSAN	Expandir as redes e ligações de água; substituir redes de água; otimizar e/ou melhorar os sistemas de abastecimento; ampliar os sistemas de abastecimento considerando o crescimento vegetativo; ampliar o número de economias atendidas.	Capacidade instalada de tratamento de água ampliada	m3	4.730.400
			Rede de água assentada/substituída	m	341.048
			Volume de reservação ampliado	m3	1.500
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	CORSAN	Expandir e/ou substituir as redes e ligações de esgoto; substituir redes de esgoto; ampliar os sistemas de esgotamento sanitário; implantar sistemas de esgotamento sanitário, ampliar o número de economias com sistemas de esgoto sanitário disponibilizado.	Capacidade instalada de tratamento de esgoto ampliada	m3	1.261.440

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	CORSAN	Expandir e/ou substituir as redes e ligações de esgoto; substituir redes de esgoto; ampliar os sistemas de esgotamento sanitário; implantar sistemas de esgotamento sanitário, ampliar o número de economias com sistemas de esgoto sanitário disponibilizado.	Economias disponibilizadas com sistemas de esgotamento sanitário	unidade	27.622
			Redes de esgoto assentadas	m	233.090

PROGRAMA: SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	SEMA	Implementar as ações decorrentes das diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos concluído em Dezembro de 2014.	1ª Etapa do Plano Estadual Resíduos Sólidos implementada	%	5

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E À INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas para as PcD e PcAH/Sd	FADERS	Articular políticas de diferentes esferas governamentais e em diferentes áreas e níveis de atuação, mediante a coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH no RS, a gestão da Política Pública Estadual, a promoção da interiorização de ações e da descentralização de recursos, o assessoramento a gestores e a atuação junto a Municípios, Órgãos, Entidades e Conselhos de Direitos e de Controle Social sobre políticas públicas no interesse das PcD e PcAH e suas entidades representativas.	Comitê Gestor instalado	unidade	6
			Conselho de Direitos e de Controle Social de Políticas assessorado	unidade	4
			Evento temático realizado	unidade	2
			Plenária do Fórum coordenada	unidade	4
Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Prestar atenção direta a pessoas com deficiência e a pessoas com altas habilidades / superdotação e sua comunidade, em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias, conhecimentos e espaços de atendimento, com vistas à elevação da qualidade de vida e à inclusão.	Pessoa com Deficiência ou Pessoa com Altas Habilidades atendida em serviço referência da FADERS	unidade	2.000
Produção de Conhecimento nas Áreas da Deficiência e das Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades / superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades / superdotação. Assessorar projetos e ações de órgãos públicos, instituições, entidades e empresas orientados à inclusão social das PcD e PcAH/Sd. Supervisionar estágios acadêmicos no campo e área de atuação da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Órgão / Projeto assessorado	unidade	8
			Pessoa capacitada para atenção às altas habilidades	unidade	20
			Pessoa capacitada para atenção às deficiências	unidade	300

PROGRAMA: ACESSO E PERMANÊNCIA COM QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Alimentação Escolar Qualificada para a Educação Básica	SEDUC	Estabelecer uma relação de parceria entre Estado e Municípios, por meio de repasse de recursos financeiros aos municípios para complementação e qualificação da alimentação escolar no âmbito estadual, transferindo gradativamente a alimentação municipalizada para a alimentação escolarizada, com vista à expansão e à melhoria da Educação Básica. Garantir apoio aos Municípios que assumiram o compromisso de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos alunos matriculados em todas as etapas e modalidades de ensino dos estabelecimentos estaduais de educação localizados na área de sua jurisdição. Garantir o atendimento aos alunos matriculados em escolas com a alimentação escolarizada na Educação Básica da rede pública estadual (creches, pré-escolas, ensino fundamental, médio, EJA, AEE), no Ensino Médio Politécnico, no Programa Mais Educação, em Escolas de Tempo Integral, bem como em escolas atendidas no Programa Nacional de Alimentação Escolar com cardápio regionalizado.	Aluno atendido com alimentação escolarizada	unidade	75.025
			Aluno atendido com alimentação municipalizada	unidade	5.896
			Município que atende alimentação municipalizada da rede estadual	unidade	14
Articulação de Ações Transversais com Órgãos Públicos e Instituições da Sociedade Civil que Garantam o Acesso e a Permanência	SEDUC	Desenvolver ações que integrem a Escola à rede de atenção à criança e ao adolescente, envolvendo órgãos públicos, sociedade civil organizada e comunidade escolar. Objetivando a melhoria e qualificação do ensino, estabelecer relação de parceria entre Estado e associações mantenedoras de estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos através de repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB. Estabelecer convênios com organismos nacionais e internacionais visando financiamento de ações para expansão da Educação Básica.	Parceria com entidades civis sem fins lucrativos realizada	unidade	26

Caderno de Regionalização

Social

Democratização e Eficiência da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	SEDUC	Manter as escolas de Educação Básica com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Atualizar e revisar os critérios de distribuição dos valores relativos ao suprimento mensal de recursos da Autonomia Financeira das Escolas da Rede Estadual de Ensino. Garantir a manutenção e qualificação dos sistemas informatizados de gestão nos aspectos administrativo, pedagógico e de recursos humanos, integrados entre escola, CREs e SEDUC. Realizar diagnóstico da demanda educacional e do atendimento escolar, bem como acompanhar o movimento e rendimento dos alunos para subsidiar a construção de políticas que assegurem a qualidade do acesso e a permanência da Educação Básica, através do censo escolar, central de matrículas e ISE - Informatização da Secretaria da Educação. Acompanhar sistematicamente a ficha de comunicação do aluno infrequente - FICAI on-line, junto aos órgãos parceiros, reforçando a necessidade de desenvolver estratégias interinstitucionais com enfoque para o trabalho em rede - Escola, Conselho Tutelar, Ministério Público e demais órgãos estaduais e municipais, concentrando esforços para manter o aluno na escola, permitindo ao Poder Público, através dos dados colhidos com a aplicação da ficha, a construção de políticas públicas em prol da garantia do direito à educação.	Escola atendida com manutenção centralizada	unidade	310
			Escola atendida com programas de autonomia financeira e pedagógica	unidade	310
			Escola, CRE e SEDUC com gestão informatizada	unidade	315
Prevenção à Violência - CIPAVES - Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas Escolas	SEDUC	Implantar e implementar Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas escolas - CIPAVES, prioritariamente em escolas localizadas em municípios de maior vulnerabilidade social, por meio de formação e capacitação de professores e alunos em práticas restaurativas.	Escola com núcleo de gestão de conflito implantado	unidade	60
Transporte Escolar - Adesão ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar	SEDUC	Manter o maior número de municípios habilitados ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, através das adesões ao Transporte Escolar em 90% dos 481 municípios que atendem alunos do meio rural, de acordo com a legislação.	Município com termo de adesão firmado/assinado	unidade	76
Viabilização do Transporte Escolar	SEDUC	Realizar, com qualidade e vigilância, em parceria com os municípios, a oferta do transporte escolar aos alunos matriculados na Rede Pública Estadual, conforme legislação vigente.	Aluno da rede estadual transportado	unidade	16.875

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO DO ACESSO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ações de mobilização e articulação potencializando parcerias e convênios público privados para investimentos na Educação Profissional pública estadual	SEDUC	Estabelecer parcerias e convênios entre entes públicos e privados para a convergência de ações que contribuam para a melhoria da qualidade da educação profissional ofertada pelas escolas técnicas estaduais.	Instrumento jurídico/convênio firmado	unidade	4
Capacitação, atualização e qualificação de professores, servidores e gestores da Rede Estadual de Educação Profissional	SEDUC	Capacitar, atualizar e qualificar professores, servidores e gestores, nas áreas pedagógica, técnica e administrativa, buscando inclusive, parcerias com Instituições Públicas e Privadas. Oportunizar formação continuada e técnica, bem como garantir assessoria, pesquisa, troca de experiências, produção e/ou aquisição de material pedagógico necessário para subsidiar os debates e estudos aos profissionais que atuam na Educação Profissional, atendendo as diversidades regionais e potencialidades socioeconômicas das diferentes comunidades e regiões do RS. Capacitar docentes, técnicos e equipes diretivas para implementação/implantação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar.	Gestor capacitado Professor capacitado Servidor capacitado	unidade unidade unidade	360 244 272
Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional	SEDUC	Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas que ofertam Educação Profissional com recursos oriundos de convênios e parcerias. Construir, reformar, ampliar e qualificar a estrutura física das escolas de Educação Profissional, oportunizando um atendimento qualificado do Ensino Profissionalizante aos alunos, inclusive com ampliação de vagas, visando atender o desenvolvimento diferenciado das regiões do Estado. Adaptar escolas para o atendimento em Tempo Integral na Educação Profissional, buscando a melhoria do desempenho escolar.	Escola ampliada	unidade	3

Caderno de Regionalização

Social

Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional	SEDUC	Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas que ofertam Educação Profissional com recursos oriundos de convênios e parceiras. Construir, reformar, ampliar e qualificar a estrutura física das escolas de Educação Profissional, oportunizando um atendimento qualificado do Ensino Profissionalizante aos alunos, inclusive com ampliação de vagas, visando atender o desenvolvimento diferenciado das regiões do Estado. Adaptar escolas para o atendimento em Tempo Integral na Educação Profissional, buscando a melhoria do desempenho escolar.	Escola em Tempo Integral na Educação Profissional reformada	unidade	6
Democratização e eficiência na gestão das Escolas de Educação Profissional e Superintendência de Educação Profissional - SUEPRO	SEDUC	Manter as escolas de Educação Profissional com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Disponibilizar recursos para a implementação da política de gestão da Educação Profissional, através da manutenção da Superintendência da Educação Profissional - SUEPRO da Secretaria de Estado da Educação.	Escola atendida com programa de autonomia financeira e pedagógica	unidade	29
			Escola e SUEPRO atendida com manutenção centralizada e apoio administrativo	unidade	29
Implantação de proposta pedagógica específica da Educação Profissional em tempo integral nas escolas técnicas agrícolas	SEDUC	Implementar proposta pedagógica diferenciada nas escolas técnicas, gradativamente, voltada a educação em tempo integral, iniciando-se pelas escolas com cursos técnicos agrícolas	Escola em tempo integral implantada/atendida	unidade	4
Modernização e inovação dos equipamentos/mobiliários básicos dos cursos de Educação Profissional das Escolas da Rede Estadual	SEDUC	Modernizar os cursos técnicos pela aquisição de equipamentos e mobiliários básicos para ampliação e qualificação, aplicável a inovação dos processos e produtos das escolas que ofertam Educação Profissional, Associações de Casa Familiares Rurais e Escola Família Agrícola, aplicando novos recursos oriundos de convênios.	Escola equipada/mobiliada	unidade	29

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio a projetos na área de Esporte e Lazer	FUNDERGS	Formalização de Convênios com transferências financeiras com recursos da Lei Pelé, visando o desenvolvimento e apoio do Desporto Educacional, Desporto de Participação e Inclusão Social e o Desporto de Rendimento.	Convênio publicado	unidade	120
Implantação e manutenção de centros de excelência do esporte e do lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Centros de Excelência, em parceria com as Universidades, Prefeituras, Federações e Associações mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização dos Programas de Esporte voltados ao alto rendimento, nas diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4
Implantação e manutenção dos Polos Regionais do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte, de acordo com o art. 26 do Decreto nº 49507/2012 (Estatuto da FUNDERGS), em parceria com as Universidades mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização da execução da Política de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Oferta de Escolas em Tempo Integral	SEDUC	Ampliar o atendimento educacional de, no mínimo, sete horas nas escolas com disponibilidade de espaço físico, contemplando todas as regiões do Estado e com a participação das comunidades, de modo que venham a refletir os seus interesses, proporcionando condições para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, socioeducacionais, culturais e esportivas, objetivando a melhoria do desempenho escolar.	Aluno atendido em escola em tempo integral	unidade	39.864
			Escola com Tempo Integral implantado	unidade	60

Caderno de Regionalização

Social

Apoio à Formação Inicial dos Profissionais da Educação	SEDUC	Implementar o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR visando induzir e fomentar a oferta emergencial de vagas em cursos de educação superior, gratuitos e de qualidade, nas modalidades presencial e a distância, para professores em exercício na rede pública de educação básica, a fim de que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica e, onde possível, estimular que a UERGS ministre a formação para os profissionais de educação. Ao tocante da SEDUC/RS o PARFOR é de grande importância para a melhoria nos serviços educacionais do Estado do Rio Grande do Sul, sendo acompanhado em nível local através de assistência aos professores cursistas, universidades e ao andamento dos processos e desenvolvimento do programa. Promover a formação técnica em nível médio a servidores efetivos que atuam na Secretaria da Escola, Alimentação Escolar, infra-estrutura, multimeios didáticos e outros no sistema de Ensino da Educação Básica- Programa PROFUNCIÓNÁRIO.	Professor beneficiado com auxílio-estudo	unidade	76
Atendimento da Educação Básica, Oportunizando a Participação Social e Cidadã	SEDUC	Implantar/implementar e desencadear ações que incentivem a participação dos alunos e de toda a comunidade escolar em diversas atividades educacionais, esportivas, culturais e sociais proporcionadas pela escola, fortalecendo ações de cidadania, além de proporcionar certificação de formação.	Aluno participante do Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS	unidade	130.976
			Escola integrante do Programa Mais Educação	unidade	138
			Escola participante das atividades educativas e culturais	unidade	124
			Escola participante do Programa Escola Aberta para a Cidadania	unidade	17
			Jovem e adulto atendido pelo PBA - Programa Brasil Alfabetizado	unidade	3.861
			Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino e Comunidade Escolar	SEDUC	Proporcionar a formação continuada dos profissionais da Educação Básica em todos os níveis e modalidades de ensino, visando à qualificação profissional para melhor desempenho de suas funções e atendimento à diversidade cultural, étnica e de gênero para a convivência numa cultura de paz, por meio de encontros, seminários, conferências, que favoreçam a socialização de novas metodologias, troca de experiências, construção de novos conhecimentos, buscando-se um ambiente de estudo e pesquisa que resulte em práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem eficientes e exitosas. Atualizar e capacitar os profissionais, visando atender os diferentes níveis e modalidades da Educação Básica e da gestão educacional, proporcionando uma maior compreensão do contexto social, cultural, ambiental, bem como atualizar conhecimentos pedagógicos e de uso de novas tecnologias em educação. Formar grêmios estudantis, conselhos escolares, CPMs. Capacitar a gestão pedagógica e administrativa das escolas, CREs e SEDUC.
Participante da Tecnologia da Informação qualificado	unidade	13.190			
Participante das formações envolvendo temáticas educacionais qualificado	unidade	12.830			
Participante do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa qualificado	unidade	2.700			
Participante do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio qualificado	unidade	4.830			
Modernização Tecnológica - Escolas/SEDUC e CRE	SEDUC	Adquirir/desenvolver software, instalação de rede elétrica e lógica e hardware (computadores, notebooks, lousas, salas multimídias, sistema de som, filmagens e vídeos) de acordo com as demandas da Educomunicação e Políticas de Gestão, com vista a fomentar o uso da tecnologia nos processos de Ensino e Aprendizagem em todos os níveis de Ensino e também qualificar a gestão educacional.			
			Escola, CRE e SEDUC com sistema e aplicativo instalado	unidade	315

Caderno de Regionalização

Social

Qualificação da Reestruturação Curricular, Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares	SEDUC	Implantar/qualificar os projetos político pedagógicos e regimentos escolares da Educação Básica, nas unidades da rede pública estadual, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Normal. Capacitar docentes técnicos e equipes diretas para elaboração e implementação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar. Discutir e implantar a reestruturação curricular nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que nos anos iniciais já está concluída. Otimização das ações pedagógicas para o processo educacional, com a participação do aluno/professor diretamente no processo de aprendizagem, por meio de pesquisas, debates, interações com softwares pedagógicos, trabalhos em laboratórios/bibliotecas, dentre outros.	Escola com Projeto Político Pedagógico - PPP e regimento escolar qualificado	unidade	308
			Escola com reestruturação curricular dos anos finais do Ensino Fundamental implantada	unidade	282
Qualificação dos Espaços Pedagógicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para laboratórios de informática, de ciências, bibliotecas escolares, salas multifuncionais, de recursos, incluindo ampliação dos acervos bibliográficos, materiais específicos para atendimento a alunos com necessidades especiais, instrumentos musicais para implantação e manutenção de bandas escolares e demais atividades culturais.	Equipamento para educação especial adquirido	unidade	197
			Escola com biblioteca atualizada	unidade	154
			Escola equipada com materiais diversos	unidade	310
			Laboratório de ciências qualificado	unidade	154
			Sala multifuncional/de recurso equipada	unidade	109
Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul - SAERS	SEDUC	Realizar o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS, com avaliação em larga escala, universal e censitária (todas as escolas da rede estadual) e por adesão da rede municipal e particular, resgatando esta prática executada em anos anteriores.	Escola estadual com SAERS implantado	unidade	310

PROGRAMA: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Educação em Saúde	SES	Promover cursos presenciais ou a distância de pós-graduação, aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação popular em saúde, bem como ações de matriciamento, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências/estágios na realidade do SUS. As ações serão elaboradas, planejadas e executadas pela Secretaria da Saúde e, quando necessário, na intersectorialidade com outras Secretarias de Governo, bem como com os governos federal e municipais e instituições de ensino, sempre buscando dar conta das demandas locais regionais.	Núcleo Regional de Saúde Coletiva (NURESC) qualificado	unidade	3

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à implementação da Agenda do Trabalho Decente	STDS	Apoio e assessoramento técnico para programas de qualificação urbana e rural, com oportunidades equânimes entre os jovens, mulheres, afrodescendentes, quilombolas, LGBTQT e outros segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social, com a cooperação, pública e privada, acompanhada pela realização de seminários de sensibilização ao empresariado a fim de inserir o referido público no mundo do trabalho. Desenvolvimento de atividades de formação para revitalização da Comissão Estadual de Emprego, Trabalho e Renda. Apoio administrativo, técnico, financeiro e operacional para a Comissão Estadual de Emprego e Renda a fim de a organizar e realizar a Conferência Estadual do Trabalho Decente.	Município apoiado	unidade	32

Caderno de Regionalização

Social

Desenvolvimento do artesanato como geração de trabalho e renda	FGTAS	Apoiar a organização do trabalho artesanal no RS, habilitar o artesão para o exercício da profissão, emitir a carteira profissional, registrar no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), apoiar a realização de Feiras municipais de artesanato, apoiar a participação e comercialização dos produtos em feiras estaduais, nacionais e internacionais. Revitalizar Casas do Artesão no Estado do RS e expandir a disponibilização de espaço Casa do Artesão em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Disponibilizar um canal pela internet para comercialização de produtos artesanais. Efetuar a qualificação profissional com incentivo ao domínio da arte e matéria-prima do artesanato, priorizando regiões em desenvolvimento e em condição de vulnerabilidade social.	Artesão registrado no PGA	unidade	2.884
			Artesão registrado no SICAB	unidade	677
			Casa do Artesão no Estado do RS em atividade	unidade	3
			Feira e evento apoiado no RS	unidade	10
			Pessoa Qualificada	unidade	109
			Seminário realizado para orientação de desenvolvimento de negócios e geração de renda	unidade	4
Relações com o mercado de trabalho	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado dispensado sem justa causa buscando a sua recolocação no mercado de trabalho e também sua inserção em cursos de qualificação profissional. Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do "Informe PED". A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado - "Mais Emprego" do MTE - que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informações sobre o perfil de trabalhadores cadastrados. Ações voltadas para o público prioritário (colocados monitorados pelo seguro e o trabalhador com deficiência).	Atendimento realizado	unidade	305.768
			Trabalhador colocado no mercado de trabalho por meio das agências FGTAS/SINE	unidade	5.055
			Vaga Captada	unidade	27.188

PROGRAMA: GESTÃO DA SAÚDE E INFRAESTRUTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Formulação da Política Estadual do Sangue e Hemoderivados	FEPPS	Revisar o Plano Diretor de Sangue e Hemoderivados com vistas à formulação da Política Estadual de Sangue e Hemoderivados e implementação de diretrizes e ações para a segurança transfusional e da qualidade do sangue ofertado à população.	Hemocentro sob gestão municipal estadualizado	unidade	1
Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES	SES	Qualificar a infraestrutura da SES. Reformar, ampliar e/ou construir as diferentes estruturas da SES (Nível Central, Coordenadorias Regionais de Saúde, Escola de Saúde Pública, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos financeiros e ganhos ambientais. Garantir a infraestrutura para ações de combate à dengue no Estado.	Central de Equipamentos de Ultra Baixo Volume construída e implementada	unidade	1
			Central Regional da Rede de Frio readequada de acordo com as normas do Programa Nacional de Imunizações (PNI)	unidade	3
Fortalecimento da Ouvidoria do SUS	SES	Ampliar e descentralizar a Ouvidoria do SUS, visando ao fortalecimento da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. Fortalecer a Rede de Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos.	Ouvidoria do SUS municipal implantada	unidade	4
			Ouvidoria regional do SUS implementada	unidade	3
Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS	SES	Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. Fortalecer o planejamento, o monitoramento e avaliação através dos grupos de trabalho e núcleos de monitoramento constituídos nos níveis central e regional da SES.	Grupo de Trabalho de Planejamento, Monitoramento e Avaliação regional e estadual mantido	unidade	3

Caderno de Regionalização

Social

Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais	SES	Implantar a política de atuação do SUS para redução dos riscos à saúde da população e impactos na rede de atenção em decorrência de desastres ambientais.	Plano de contingência para desastres ambientais implantado e implementado	unidade	2
--	-----	---	---	---------	---

PROGRAMA: INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Promoção da inclusão digital	FGTAS	Desenvolver a Inclusão Digital nas 11 Agências de Desenvolvimento Social – ADS (instituídas pelo Decreto Nº 47.364/2010). Contribuir para a melhoria do nível de vida da população por meio da alfabetização digital e formação e aperfeiçoamento profissional.	Curso realizado	unidade	18
			Pessoa beneficiada com acesso à Rede de Computadores	unidade	3.600
			Pessoa Qualificada	unidade	270

PROGRAMA: JUNTOS PELA CULTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cultura para a promoção da cidadania, valorização da diversidade e inclusão social, com atenção aos grupos vulneráveis	SEDAC	Promover o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul a partir das demandas vindas da sociedade, com incentivo à participação popular e ao controle social. Incentivar a organização dos Sistemas Municipais de Cultura em todos os municípios. Consolidar a Lei 14.310 como instrumento de gestão compartilhada, promovendo uma articulação entre o Estado, os municípios e o meio cultural. Elaborar estudos sobre a Cultura e produzir de estatísticas culturais para auxiliar a qualificação da gestão. Promover políticas de valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero, LGBTT e popular.	Encontro realizado	unidade	7
			Premio pelo desenvolvimento da cultura concedido	unidade	40
			Sistema Municipal de Cultura implementado	unidade	55
Democratização do acesso aos acervos e aos serviços culturais do Estado do RS	SEDAC	Ampliar a divulgação e o conhecimento dos bens culturais e históricos das diversas instituições culturais - museus, bibliotecas e casas de cultura - e realizar exposições no interior do Estado.	Apresentação artística realizada	unidade	24
			Exposição itinerante realizada	unidade	19
			Exposição sediada em instituições culturais	unidade	30
			Público atendido por serviços culturais	unidade	60.000
			Seminário, palestra, oficina realizada	unidade	51
Desenvolvimento das linguagens artísticas	SEDAC	Apoiar o fortalecimento da organização setorial e o desenvolvimento das diversas linguagens artísticas no RS, incluindo os intercâmbios culturais.	Encontro setorial realizado	unidade	4
			Evento artístico setorial realizado	unidade	13
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Bibliotecas	SEDAC	Modernizar as bibliotecas públicas do Estado e capacitar os atendentes de bibliotecas, com especial atenção às localizadas nos municípios alvo do Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais do Gabinete de Políticas Sociais. Atualizar o acervo e promover a Biblioteca Pública Estadual em seus 145 anos de criação.	Biblioteca Municipal assessorada	unidade	55
			Modernização de Biblioteca Pública realizada	unidade	4
			Título adquirido	unidade	2.000
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus	SEDAC	Promover a estruturação dos museus, por meio da assessoria técnica para a difusão do conhecimento, e da realização de fóruns, oficinas, cursos e seminários, para a capacitação dos profissionais. Fomentar nos museus a realização de atividades para os grupos vulneráveis.	Museu municipal assessorado	unidade	160
			Profissional capacitado	unidade	440
Fomento à economia da cultura	SEDAC	Fortalecer o Sistema Pró Cultura por meio de editais do Fundo de Apoio à Cultura – FAC e da Lei de Incentivo à Cultura - LIC, contemplando novas categorias e estimulando a diversificação, a descentralização das atividades em todas as regiões do Estado e a circulação fora do RS.	Projeto cultural contratado/convenienciado	unidade	42

Caderno de Regionalização

Social

Implementação do RS Criativo/ Criativa Birô	SEDAC	Disseminar a cultura empreendedora com foco na economia criativa, a partir da implementação de espaço de atendimento e capacitação dos gestores e produtores culturais do Estado.	Agente e produtor cultural capacitado	unidade	111
OSPA para todos	FOSPA	Realizar os concertos da programação artística da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre na capital e no interior do Estado. Dar seguimento às atividades da Escola da OSPA, incluindo apresentações para a comunidade.	Concerto realizado pela Orquestra Sinfônica	unidade	15
Promoção e difusão da preservação do patrimônio histórico	SEDAC	Promover a educação patrimonial, a difusão de ações institucionais e o inventário e zeladoria do patrimônio material e imaterial, sob a coordenação do IPHAE. Contratar projetos para bens tombados estaduais com condenação judicial.	Inventário do patrimônio histórico realizado	unidade	1
			Oficina e/ou curso realizado para a promoção e difusão da educação patrimonial	unidade	4
			Projeto contratado para preservação de patrimônio estadual tombado	unidade	1

PROGRAMA: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Qualificação dos espaços escolares, CREs e SEDUC com equipamentos e mobiliários básicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para reposição e substituição dos que se encontram obsoletos, antieconomicos ou inservíveis, nos espaços administrativos das Escolas, nas CREs e SEDUC. Adquirir mobiliário escolar para substituição e reposição nos mais diversos ambientes escolares (bibliotecas, salas de aula, laboratorios de informatica, de ciências, salas multifuncionais), com vistas a qualificar o atendimento educacional.	CRE e SEDUC equipada	unidade	5
			Escola com equipamento e mobiliário básico qualificado	unidade	310

PROGRAMA: POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	STDS	Constitui-se em um modelo descentralizado e participativo com regulação e organização de serviços, programas, projetos e benefícios, nos diferentes níveis de proteção (básica e especial de média e alta complexidade) com foco prioritário nas famílias, seus membros e indivíduos, tendo o território como base de organização. O SUAS organizar-se-á através de lei estadual e de um plano específico baseado no sistema de vigilância socioassistencial a fim de afirmar a assistência social como política pública. Na gestão do SUAS são realizadas assessorias individualizadas e regionalizadas aos municípios para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, Cadastro Único (CADÚNICO) e Programa Bolsa Família - PBF. O CADÚNICO é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Estado, a fim de incluí-las nos programas sociais. Cabe à gestão estadual assessorar os municípios para a ampliação cadastral, para qualificação da busca ativa e da melhoria das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF).	Assessoramento e Apoio Técnico realizado	unidade	6.160
			Implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	Reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI acompanhado	unidade

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SJDH	Apoiar a criação de organismos de políticas para as mulheres, como conselhos municipais, órgãos públicos de enfrentamento à violência contra as mulheres e garantia de direitos, como secretarias, coordenadorias, departamentos. Manter o Fórum Estadual e os Fóruns Regionais de Gestoras.	Conselho criado	unidade	2
			Órgão público apoiado	unidade	1
Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho	SJDH	Realizar capacitações profissionais que promovam a autonomia das mulheres, levando em consideração suas vocações regionais e culturais, bem como as suas diversidades.	Mulher capacitada	unidade	155

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção dos Prédios das Coordenadorias Regionais de Perícia	SSP	Construir prédios padronizados visando ao desenvolvimento do trabalho pericial em ambiente integrado e funcional em cada uma das nove Coordenadorias Regionais de Perícia.	Prédio construído	unidade	2
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Brigada Militar	SSP	Construir novas instalações policiais militares em locais em que inexistem prédios. Realizar a edificação de prédios padronizados com a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades.	Quartel construído - Grupo/Pelotão/Batalhão	m2	413
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Polícia Civil	SSP	Construir, ampliar e reformar as Delegacias de Polícia, visando à melhoria na prestação dos serviços de Polícia Judiciária.	Prédio reformado	unidade	10
Ensino - Colégio Tiradentes	SSP	Proporcionar ao educando uma formação integral voltada para o exercício da cidadania e para a inserção no mercado de trabalho.	Aluno matriculado no ensino médio (Colégio Tiradentes)	unidade	385
Policciamento Comunitário	SSP	Executar o Policiamento Comunitário de modo a fomentar a transversalidade das ações da Brigada Militar com a comunidade e demais setores da sociedade, de maneira a atuar preventivamente, coadunando com a redução de índices de criminalidade. Também, potencializar a atuação da Brigada Militar nos Estabelecimentos de ensino, visando o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar, tendo como estratégia alcançar a todos os níveis de frações dos comandos regionais subsídios para a execução do policiamento escolar.	Base de Policiamento Comunitário implantada	unidade	4

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO HABITACIONAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Produção de Ações Habitacionais	SOSH	Oportunizar a produção de ações habitacionais (casas, lotes, melhorias), através de parcerias com municípios e entidades (agentes financeiros, cooperativas e associações habitacionais), bem como complementando programas habitacionais da União.	Lote urbanizado conveniado	unidade	39
			Melhoria habitacional conveniada	unidade	55
			Unidade habitacional conveniada	unidade	1.181
Transferência da Propriedade de Imóveis da COHAB-RS aos Moradores	SOSH	Efetuar a transferência da propriedade dos imóveis remanescentes da COHAB-RS, para: mutuário com autorização para escritura, comprador com "contrato de gaveta" e morador sem documentação de compra e venda.	Escritura assinada	unidade	368

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas do Corpo de Bombeiros	SSP	Realizar obras de melhorias no que diz respeito à construção, ampliação de reformas das estruturas físicas dos quartéis de bombeiros militares.	Quartel construído	m2	520
			Quartel reformado	m2	520
Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil	SSP	Coordenar e executar atividades de prevenção e combate de incêndios, buscas e salvamentos e ações de defesa civil.	Ação de prevenção de incêndio realizada	unidade	222.435,36
			Incêndio combatido	unidade	4.280
			Remoção de fonte de perigo realizada	unidade	6.630
			Salvamento realizado	unidade	15.400
Reaparelhamento Técnico do Corpo de Bombeiros	SSP	Otimizar os serviços prestados pelos bombeiros militares em razão do reaparelhamento técnico da dotação de infraestrutura patrimonial relacionada com o exercício das suas funções, especialmente a partir da gestão estratégica das tecnologias de comunicação e informação, melhoria da logística, bem assim com os equipamentos destinados ao serviço de combate a incêndio e demais ocorrências.	Equipamento de proteção individual modernizado	unidade	180
			Equipamento para atividades operacionais renovado	unidade	49
			Frota modernizada (aquisição de veículos)	unidade	44
			Redes de Comunicação e Informática estruturadas, gerenciadas e aperfeiçoadas	unidade	200

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PRODUTIVO E DE SERVIÇOS E DA QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aprimoramento de programas e projetos de extensão para o desenvolvimento regional, difusão científica e cultural	UERGS	Fomentar e orientar a estruturação das atividades de extensão mediante elaboração e execução de programas e projetos, e a divulgação do conhecimento acadêmico e da cultura regional.	Bolsa de extensão concedida	unidade	28
			Evento promovido pela Uergs ou em parceria com outras instituições	unidade	40
			Programa de extensão implementado	unidade	4
			Projeto de extensão realizado	unidade	40
			Publicação de livro, artigo, produção técnica e obra artística realizada	unidade	8
Aprimoramento e qualificação da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, associadas às vocações regionais	UERGS	Fomentar e apoiar o desenvolvimento de pesquisa focadas nas áreas: Humanas, Vida e Meio Ambiente e Exatas e Engenharias, considerando a viabilidade de parcerias, os arranjos produtivos locais e demandas regionais, a transferência de tecnologia e o aumento do número de grupos de pesquisa, gerando condições para implantação de programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.	Bolsa acadêmica concedida	unidade	48
			Curso de pós-graduação lato-sensu implementado	unidade	2
			Curso de pós-graduação stricto-sensu implementado	unidade	1
			Participação (docente e/ou discente) em eventos de ensino, pesquisa e extensão, financiada pela UERGS	unidade	704
			Produção científica (artigos e livros) e Depósito de pedido de patentes realizado	unidade	69

Caderno de Regionalização

Social

Aprimoramento e qualificação da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, associadas às vocações regionais	UERGS	Fomentar e apoiar o desenvolvimento de pesquisa focadas nas áreas: Humanas, Vida e Meio Ambiente e Exatas e Engenharias, considerando a viabilidade de parcerias, os arranjos produtivos locais e demandas regionais, a transferência de tecnologia e o aumento do número de grupos de pesquisa, gerando condições para implantação de programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.	Projeto de Pesquisa e inovação tecnológica ativo vinculados aos grupos de pesquisa	unidade	67
Formação inicial e continuada	UERGS	Ampliar e qualificar programas acadêmicos; Promover e ampliar a oferta e vagas de cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológico, presenciais e a distância; qualificar a formação de docentes, discentes e técnicos da comunidade universitária e regional, articulados com a realidade de cada campus regional.	Bolsa acadêmica concedida	unidade	156
			Curso de graduação ofertado	unidade	5
			Vaga em curso de graduação ofertada	unidade	760
Melhoria e ampliação da infraestrutura	UERGS	Projetar, implantar ou adequar as instalações físicas, patrimoniais e acervo bibliográfico da UERGS, adequadas aos projetos pedagógicos de curso e a legislação vigente do Ensino Superior.	Acervo Bibliográfico adquirido	unidade	6.492
			Prédios das Unidades Universitárias e Reitoria construídos, incluindo laboratórios e bibliotecas	unidade	4

PROGRAMA: PROTEÇÃO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cooperação Técnica com os Municípios	FPERGS	Promover o assessoramento aos municípios do RS sobre o acolhimento institucional, de forma complementar ao DAS, através da realização de projeto de formação para os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento e na rede de proteção a criança e ao adolescente. Desenvolver um plano de ação conjunto com o Estado, municípios e demais instâncias implicadas no cuidado da população adulta com demandas de risco social e saúde agravadas que permanecem atendidas pela FPERGS.	Município cooperado em formação para o Acolhimento Institucional	unidade	25

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO CONSOLIDANDO A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE

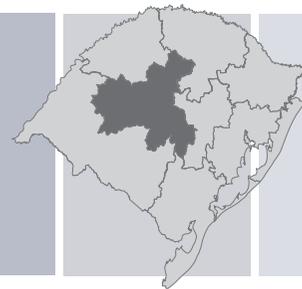
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Leitos Hospitalares	SES	Ampliar a oferta de leitos SUS em hospitais públicos e filantrópicos, através do repasse de recursos próprios e de convênios para obras de expansão em hospitais existentes ou construção de novos. Viabilizar o funcionamento do Hospital Regional de Santa Maria. Implementar e ampliar as ações de saúde prestadas pelo Hospital do município de Osório para a população própria e referenciada. Ampliar leitos de internação em hospitais prioritários. Apoiar a construção do Hospital de Gravataí e implantação do Hospital Regional de Palmeira das Missões.	Leito de internação ampliado	unidade	259
Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica	SES	Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos.	Município beneficiado com recurso para Assistência Farmacêutica Básica	unidade	77
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências de Diagnósticos e Tratamento	SES	Implantar e implementar centros de especialidades odontológicas e habilitar os laboratórios regionais de prótese dentária.	Centro de Especialidade Odontológica mantido e implantado	unidade	7
			Laboratório Regional de Prótese Dentária mantido e implantado	unidade	41

Caderno de Regionalização

Social

Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde	SES	Realizar ações conjuntas e padronizadas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. Identificar, conhecer, monitorar e prevenir os fatores de risco, promovendo a saúde, controlando e minimizando a ocorrência de doenças, epidemias e agravos como violência interpessoal (doméstica, sexual e outras) e autoprovocada. Municípios prioritários com ações de Vigilância Epidemiológica e controle da tuberculose, descentralizadas para a atenção básica, com ênfase no diagnóstico e tratamento.	Ação de vigilância sanitária de baixa complexidade descentralizada	unidade	1
			Hospital com nova técnica laboratorial para o diagnóstico das meningites bacterianas implantada	unidade	1
			Município com testagem rápida das hepatites virais B e C implantada em Unidade de Saúde da Atenção Básica	unidade	11
			Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar ampliado	unidade	1
			Unidade Sentinela de Vigilância da Influenza ampliada e qualificada	unidade	1
Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado	SES	Qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjuntos de ações de saúde, onde o estado desenvolverá ações que visem, ENTRE OUTRAS, a integridade da saúde do homem. Implantar e implementar as Linhas de Cuidado a partir da Atenção Básica, tendo em vista sua responsabilidade na coordenação do cuidado e ordenamento da rede, visando a garantia de acesso e qualificação da atenção à saúde. Busca-se identificar as portas de entrada da rede de serviços, classificando o critério de risco, acompanhando o usuário por todos os pontos de atenção e organizando as referências e contra-referências regionais. As Linhas de Cuidado devem ser subsidiadas por conhecimento científico atualizado, oportunizando espaço para ações inovadoras, com garantia e efetivação dos princípios da política de humanização do SUS. Além disso, busca-se promover a equidade e a integralidade da atenção à saúde para a população por meio de ações transversais e intersetoriais, intensificando as ações e o cuidado direcionados às populações em situação de vulnerabilidade. Implementar a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PIC), visando a integralidade das ações e a ampliação das possibilidades terapêuticas naturais e humanizadoras.	Equipe de Saúde Prisional mantida e habilitada	unidade	5
			Município beneficiado com recurso para o cuidado da pessoa vivendo com HIV/Aids na Atenção Básica	unidade	3
			Programa de Combate ao Racismo Institucional na Atenção Básica mantido e implantado	unidade	21
Qualificação da Atenção Básica	SES	Ampliar e qualificar a Atenção Básica priorizando a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Primeira Infância Melhor (PIM), incluindo o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Atender crianças através do PIM, atingindo todos os municípios e proporcionando uma maior cobertura populacional. Aumentar o número de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, Equipes de Saúde da Família Índigena e Quilombola. Realizar ações conjuntas em Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, trabalhador) e de Promoção e Prevenção da Saúde.	Equipe de Saúde Bucal mantida e implantada	unidade	144
			Equipe de Saúde da Família mantida e implantada	unidade	220
			Família atendida pelo PIM	unidade	8.700
			Município beneficiado com recursos para qualificação da atenção básica	unidade	77
			Município com PIM implantado	unidade	61
			Núcleo de Apoio à Saúde da Família mantido e implantado	unidade	24
			Visitador do Primeira Infância Melhor habilitado	unidade	435

Região Funcional



8

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio ao Acesso ao Crédito e Saneamento de Cooperativas	SDR	Apoiar o acesso às linhas de crédito específicas para capital de giro, investimento e saneamento financeiro, para operações junto ao Sistema Bancário, bem como garantir, quando possível, operações por meio do Fundo de Aval para Cooperativas Agropecuárias (Lei Estadual nº 13.863/2011).	Cooperativa beneficiada	unidade	4
Apoio e Fomento a Cooperativas	SDR	Fomentar a organização formal de novas cooperativas, oportunizando a geração de trabalho e renda com inclusão social, bem como apoiar projetos de estruturação de cooperativas dos ramos agropecuário, trabalho, consumo, crédito, mineração, saúde, transporte, especial/social, produção, habitação, ensino, infraestrutura e turismo e lazer.	Evento realizado	unidade	16

PROGRAMA: CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETEL	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	2

PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Defesa Sanitária Animal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário. Melhorar as condições sanitárias dos rebanhos do RS e manter as condições sanitárias existentes com objetivo de aumentar produtividade, renda e valorização do produto através do acesso a mercados exigentes, realizando georreferenciamento de propriedades e identificação individual de animais. Atender demanda com educação sanitária animal, incremento das atividades de fiscalização de trânsito e em propriedades, monitoramento da condição sanitária dos animais e incremento das atividades de vigilância sanitária. Implantar novos módulos, visando ampliar a abrangência do Sistema de Defesa Agropecuário (SDA). Realizar inquéritos epidemiológico. Promover a indenização pelo abate sanitário e sacrifício de animais atingidos pela febre aftosa, tuberculose, brucelose e peste suína clássica e outras doenças infecto-contagiosas. Adquirir vacinas para imunização do rebanho do RS.	Propriedade georreferenciada	unidade	14.296
Defesa Sanitária Vegetal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário e evitar a introdução de novas pragas e atuar na erradicação e controle da disseminação das presentes, através das ações de fiscalização, vigilância epidemiológica, certificação sanitária e apoio laboratorial para a realização de diagnósticos e exames. Promover a qualidade e a idoneidade dos insumos e dos serviços agropecuários, através da fiscalização de estabelecimentos, prestadoras de serviços e propriedades rurais. Atender demanda com educação sanitária vegetal.	Estabelecimento de comércio de insumos agrícolas fiscalizado	unidade	200
			Exame de laboratório de análise de resíduos de agrotóxicos realizado	unidade	100
			Inspeção realizada	unidade	40
			Propriedade com certificação fiscalizada	unidade	5
			Propriedade rural fiscalizada no uso de agrotóxico	unidade	255
			Treinamento e capacitação de servidores realizada	unidade	4
			Unidade consolidadora fiscalizada	unidade	5

Caderno de Regionalização

Econômico

Inspeção de Produtos de Origem Animal	SEAPI	<p>Criar grupo interinstitucional (SEAP, FAMURS, SDR, FETAG e EMATER) para a elaboração de estratégias, visando a conscientização e incentivo de gestores municipais e empresários quanto à adesão aos SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial, Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) e ao SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal). Identificar servidores e capacitação dos mesmos para atuação como auditores do SISBI-SUSAF, buscando agilizar o atendimento às solicitações de adesão. Realizar auditorias orientativas e de inclusão ao sistema SISBI-SUSAF nos serviços de inspeção municipal e estabelecimentos aptos documentalmente. Capacitar servidores estaduais para padronização de procedimentos, buscando a equivalência ao SIF (Serviço de Inspeção Federal) e, por conseguinte, a adesão ao SISBI.</p>	Auditor SISBI-SUSAF capacitado	unidade	8
Inspeção de Produtos de Origem Vegetal	SEAPI	<p>Promover a qualidade dos produtos de origem vegetal, da matéria prima ao produto final, através de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal.</p>	Análise laboratorial de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Coleta de produtos vegetais para análise de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Coleta de vinificação realizada	unidade	20
			Estabelecimento de comércio de vinhos e derivados da uva fiscalizado	unidade	60
			Estabelecimento produtor de vinhos e derivados da uva e do vinho fiscalizado	unidade	52

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Armazenagem da Produção Agrícola e Pecuária Gaúcha	CESA	<p>Promover a política de armazenagem oficial do Estado do RS, prestando serviços especializados em armazenagem e beneficiamento de grãos, recebendo produtos de lavoura e preparando-os para a guarda por longos períodos, tanto para agricultores como para cooperativas e iniciativa privada. Armazenar os estoques oficiais e executar os programas sociais do Governo Federal, como Milho Balcão e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, ambos voltados para a agricultura familiar. Realizar a armazenagem de produtos perecíveis e deterioráveis como carnes, frutas, hortaliças e medicamentos. Os procedimentos tarifários e técnicos implicam o balizamento da política tarifárias e de procedimentos técnicos.</p>	Média de produto a granel armazenado	t	140.400
Orizicultura e Sustentabilidade	IRGA	<p>Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em terras baixas e para planejamento e gestão da atividade rural; realizar prestação de serviços e executar a certificação dos campos de produção e sementes de arroz; implantar sistemas de suporte à política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas públicas; analisar solo e água; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de granizo; apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.</p>	Dia de campo regional realizado	unidade	22
			Evento técnico para difusão de tecnologia promovido	unidade	40
			Lavoura demonstrativa para difusão da tecnologia realizada	unidade	35
			Roteiro técnico realizado	unidade	62
			Unidade demonstrativa implantada	unidade	26

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETEL	Articular e apoiar as regiões turísticas na implementação e melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, incluindo a implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística, instalação e revitalização de Centros de Atenção Turística para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional, aquisição de equipamentos, revitalização de áreas turísticas, bem como acessos a atrativos turísticos.	Sinalização Turística instalada	unidade	150
Programa de Regionalização do Turismo	SETEL	O Programa visa fortalecer as governanças, promover a articulação e integração regionais, estruturar e consolidar destinos e produtos turísticos competitivos nas regiões, com benefícios aos empreendedores, comunidades locais, gestores públicos municipais, bem como ampliar e diversificar a oferta turística por meio da estruturação e qualificação de produtos, segmentação e posicionamento de destinos e produtos no mercado turístico. Compete ao Programa de Regionalização articular projetos transversais com outros órgãos do Estado, principalmente Cultura, Educação e Meio Ambiente, visando a qualificação e promoção do Turismo cultural e ecológico e programas de educação turística nas escolas.	Gestor público capacitado	unidade	55
			Governança regional apoiada	unidade	3
			Projeto de revitalização/posicionamento de mercado de produtos turísticos ícones do RS nas regiões menos desenvolvidas implementado	unidade	1
			Projeto de segmentação turismo paleontológico implementado	unidade	1
Qualificação profissional e empresarial do Turismo	SETEL	Qualificar profissionais e empresários ligados direta e indiretamente ao Turismo, incluindo a produção associada à atividade turística, nos seus diversos níveis, desde a gestão até a operação. Criar e implementar programa de qualificação ao quadro técnico do turismo visando a atualização profissional e à melhoria dos serviços prestados à sociedade, abrangendo todas as divisões técnicas, de forma continuada.	Gestor/empreendedor qualificado	unidade	50
			Profissional qualificado	unidade	200

PROGRAMA: DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO, MODERNIZAÇÃO DE SETORES TRADICIONAIS, INDUÇÃO DE NOVAS ECONOMIAS E ALAVANCAGEM DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Financiamentos de Investimentos à Ampliação da Infraestrutura Pública Municipal do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos públicos municipais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	29.919.417
Financiamentos de Investimentos para a Ampliação da Infraestrutura Econômica do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para os setores de transporte, energia, gás, saneamento, educação, saúde e telecomunicações.	Operação de financiamento aprovada	R\$	7.941.864
Financiamentos de Investimentos para a Modernização de Setores Tradicionais e a Indução de Novas Economias Empresariais no RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos empresariais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	15.892.890
Financiamentos de Investimentos para a Modernização e Ampliação da Produção e da Produtividade Agropecuária Gaúcha	BADESUL	Aprovar operações de crédito para projetos de produtores rurais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	204.491.318

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.	SDECT	Apoiar a estruturação de pólos, parques tecnológicos e incubadoras em articulação com universidades, setores produtivos e o poder público em todos os níveis.	Projeto de Incubadora Tecnológica apoiado	unidade	12
			Projeto de Parque Tecnológico apoiado	unidade	2
			Projeto de Polo Tecnológico apoiado	unidade	12
Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Extensão Produtiva e Inovação (NEPIs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio a projetos prioritários e ações coletivas para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação e à realização de estudo de viabilidade para simbiose industrial e da formação de agendas para execução de ações transversais. Implantar e/ou manter Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação para capacitar pequenas e médias empresas do setor industrial nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações, produção mais limpa e benchmarking. Inclui formação da equipe para gestão e monitoramento do Projeto.	Ação coletiva em APL realizada	unidade	44
			APL com Governança apoiada	unidade	1
			APL com Projeto Prioritário apoiado	unidade	1
			Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação implantado / mantido	unidade	1
Redes de Cooperação	SDECT	Desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas. O projeto foi iniciado no ano 2000, sendo concebido para empreendedores da indústria, comércio e serviços, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados . O Programa Redes de Cooperação foi formalizado através do Decreto nº 42.950 / 2004.	Nova empresa em rede associada	unidade	168
			Nova Rede implantada	unidade	40

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à Agroindústria Familiar	SDR	Apoiar as agroindústrias familiares e o artesanato rural. Fomentar a legalização de agroindústrias familiares e de pequeno porte de processamento artesanal no âmbito sanitário, ambiental e fiscal, buscando agregar valor à produção, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional e ao incremento da geração de trabalho e de renda no campo, através do fornecimento de assistência e qualificação técnica, apoio na comercialização e linhas de crédito específicas aos beneficiários do programa. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual, executando a política estadual de agroindústria familiar de acordo com a Lei Estadual 13.921, de 17 de janeiro de 2013, o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) e Dec. 49.341, de 5 de julho de 2012.	Projeto Agroindustrial apoiado	unidade	43
Apoio ao Artesanato e ao Turismo Rural	SDR	Promover o turismo e o artesanato rural, apoiando a legalização dos empreendimentos que desenvolvam essas atividades e auxiliando na elaboração e no encaminhamento de projetos de crédito, na legalização ambiental e tributária, na formação técnica dos beneficiários, no apoio à produção (matéria prima e equipamentos), à comercialização, à promoção e na disponibilização de marcas próprias certificando a origem dos seus produtos.	Projeto de incentivo à produção apoiado	unidade	12
Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar	SDR	Apoiar a inserção dos agricultores nos mercados institucionais através do apoio à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de outras formas de compras institucionais, como a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS (Lei nº 13.922/2012).	Agricultor beneficiado pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	unidade	282

Caderno de Regionalização

Econômico

Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar	SDR	Apoiar a inserção dos agricultores nos mercados institucionais através do apoio à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de outras formas de compras institucionais, como a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS (Lei nº 13.922/2012).	Produto adquirido da agricultura familiar pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	t	1.140
Apoio e Desenvolvimento da Produção Leiteira e da Pecuária Familiar	SDR	Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e da pecuária de corte nas propriedades de base familiar. Proporcionar a melhoria da produtividade e qualidade do leite, melhoramento genético do rebanho, aumento na disponibilidade de forragem e estruturação das propriedades, através do acesso ao crédito para ações de custeio e investimento, assim como implementar unidades demonstrativas para o aperfeiçoamento e troca de conhecimentos. Estimular a produção pecuária de base ecológica, agregação de valor a subprodutos da pecuária, e apoiar as atividades de rastreabilidade do rebanho gaúcho.	Agricultor e pecuarista familiar beneficiado	unidade	2.128
			Projeto produtivo apoiado	unidade	416
Apoio e Desenvolvimento de Sistemas de Base Ecológica	SDR	Fomentar os sistemas agroecológicos e de produção orgânica e a comercialização, valorizando a agrosociobiodiversidade e estimulando a diversificação da produção agrícola, contemplando também as plantas medicinais, aromáticas e condimentares, priorizando mulheres e jovens rurais, por meio de financiamento e outras ações do Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica (Decreto 51.617/2014). Apoiar os sistemas de produção agropecuários que vizam a transição e/ou consolidação agroecológica de unidades produtivas, promovendo a geração de trabalho, renda e a inclusão social, estimulando a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Projeto produtivo apoiado	unidade	72
Desenvolvimento Agrário e Fortalecimento dos Assentamentos	SDR	Apoio e fortalecimento da infraestrutura básica, produtiva, econômica, social e ambiental dos assentamentos da Reforma Agrária e articulação de parceria com o INCRA para a aquisição de áreas para assentamentos de sem-terra. Operacionalizar as ações do FUNTERRA (art. 188 Constituição Estadual e Lei 7.916/84 e alterações).	Sistema de abastecimento d'água implantada	unidade	1
Desenvolvimento e Apoio Socioeconômico de Comunidades Quilombolas	SDR	Apoiar empreendimentos coletivos para a geração de renda e incentivar projetos produtivos em comunidades quilombolas.	Comunidade quilombola beneficiada	unidade	2
Desenvolvimento Integrado da Pesca Artesanal e Aquicultura	SDR	Apoiar a pesca artesanal e a aquicultura e promover a popularização do consumo de peixe no Rio Grande do Sul, através de iniciativas de apoio à comercialização e do incremento da produtividade e da produção sustentável de pescado.	Evento de divulgação das ações de pesca e aquicultura realizado	unidade	1
			Unidade de referência tecnológica implantada	unidade	5
			Viveiro para piscicultura construído	unidade	110
Fortalecimento Etnosustentável e Desenvolvimento Socioeconômico de Comunidades Indígenas	SDR	Apoiar a elaboração de planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas em áreas estaduais; elaborar e executar projetos produtivos das comunidades indígenas, visando garantir a segurança alimentar, o fortalecimento da produção e o apoio a agroindustrialização e comercialização do excedente; implementar ações de manejo e recuperação de solos degradados; incentivar a implantação e manutenção de pontos de venda de artesanato e participação em feiras.	Comunidade indígena atendida	unidade	6
			Plano de gestão territorial e ambiental elaborado	unidade	1
Regularização e Reorganização Fundiária	SDR	Trabalhar para a legalização das propriedades através da regularização fundiária de áreas ocupadas por agricultores familiares e públicos especiais que não possuem concessão de uso e transferência de título de propriedade (titulação) das áreas do Estado onde estão produzindo, assim como a indenização de famílias desalojadas de áreas indígenas e de barragem (reassentados).	Área geocadastrada, georreferenciada e certificada	unidade	52.000

Caderno de Regionalização

Econômico

Regularização e Reorganização Fundiária	SDR	Trabalhar para a legalização das propriedades através da regularização fundiária de áreas ocupadas por agricultores familiares e públicos especiais que não possuem concessão de uso e transferência de título de propriedade (titulação) das áreas do Estado onde estão produzindo, assim como a indenização de famílias desalojadas de áreas indígenas e de barragem (reassentados).	Titulação de propriedade concedida à agricultor desalojado de área indígena e barragem	unidade	167
---	-----	--	--	---------	-----

PROGRAMA: PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Otimização da Infraestrutura dos Centros de Pesquisa da FEPAGRO	FEPAGRO	Viabilizar a construção, reforma, adequação, manutenção de benfeitorias, bem como a aquisição de máquinas, implementos e equipamentos é considerada estratégica. A Fepagro conta com 20 Centros de Pesquisa distribuídos no Estado e, para atender sua missão institucional de desenvolver pesquisa agropecuária e gerar conhecimentos e tecnologias, as condições de infraestrutura necessitam de ajustes e atualizações.	Projeto de obra civil de construção e reforma realizada	unidade	2
Projeto de Pesquisa Mais Água	FEPAGRO	Contribuir para o aumento da disponibilidade e melhoria da qualidade da água, através da avaliação de práticas adequadas de manejo de solo e de resíduos de suínos, do monitoramento das condições meteorológicas e processos hidrológicos, integrados a uma análise socioeconômica, em diferentes sistemas agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul.	Ensaio de manejo de cultivo na qualidade do solo realizado Estação de monitoramento para solo instalada	unidade unidade	20 5

PROGRAMA: INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Democratização e Qualificação da Comunicação Governamental	SECOM	Realizar cobertura jornalística da agenda diária do governador e divulgar as informações referentes às principais ações do governo a jornais, portais de internet, emissoras de rádios e televisões, por meio de releases da agência de notícias online do Estado e ferramentas de disparo de emails. Prestar atendimento a jornalistas na busca de informações referentes à administração estadual. Realizar acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia e ampliar o acesso a informações a toda a sociedade.	Comunicação governamental regionalizada por meio da estrutura das regiões funcionais do RS	unidade	1

PROGRAMA: PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Análises Socioeconômicas para o Planejamento	SEPLAN	Elaborar e publicar o Atlas Socioeconômico do RS, nos idiomas português e inglês, e Perfis Regionais com informações por COREDE e Região Funcional.	Perfil por COREDE publicado Perfil por Região Funcional publicado	unidade unidade	4 1
Planejamento Governamental e Regional	SEPLAN	Elaborar, realizar o acompanhamento e avaliar o Plano Plurianual estadual e utilizar as informações provenientes desse processo para elaborar documentos, visando proporcionar transparência à atuação governamental. Elaborar agendas para o equilíbrio territorial, utilizando informações do PPA. Elaborar estudos de longo prazo para o Estado e estimular o planejamento de longo prazo nos órgãos estaduais.	Agenda para o equilíbrio territorial elaborada Caderno de Realizações elaborado	unidade unidade	4 16
Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDES	SEPLAN	Promover e acompanhar o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDES.	Plano estratégico elaborado	unidade	4

PROGRAMA: REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Execução de Convênios para Regulação de Serviços de Competência da União e dos Municípios	AGERGS	Executar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, convênio com a ANEEL para a fiscalização dos serviços delegados de energia elétrica de competência da União. Executar convênio com os municípios para a regulação do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	36
Fomento à Participação Social	AGERGS	Assegurar a plena transparência das ações e decisões da AGERGS, através de diversos mecanismos: publicação anual de relatório, que deve incluir a avaliação dos indicadores de qualidade, o resultado de pesquisa de opinião pública sobre a sua prestação e o demonstrativo de origem e aplicação de seus recursos, divulgados através de audiência pública, cujo teor e resultados serão também publicados e remetidos à Assembléia Legislativa; disponibilização de sistema de Ouvidoria Pública, bem como manutenção de cadastro de usuários voluntários, que podem opinar, sugerir e reclamar quanto à prestação dos serviços públicos delegados; realização de audiências e Consultas Públicas, bem como incentivo à formação de conselhos de consumidores, contribuindo também para a participação social no processo regulatório.	Audiência Pública realizada Usuário Voluntário cadastrado	unidade unidade	4 573

Caderno de Regionalização

Governança e Gestão

Monitoramento da Modicidade Tarifária, Equilíbrio Econômico-Financeiro e Justa Remuneração Abrangendo as Áreas Reguladas pela AGERGS	AGERGS	Estabelecer estratégias que contemplem estudo, desenvolvimento e aprimoramento da estrutura de custos dos serviços públicos prestados, com maior capacitação dos técnicos na área de regulação para estabelecimento de padrões de referência, incentivo à excelência da gestão e investimentos dos concessionários, por meio de ferramentas regulatórias, desenvolvimento de padrões contábeis e rotinas de informação e redução da assimetria de informações entre delegatários, usuários e poder público, incluindo a implantação de banco de dados com informações econômico-financeiras, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: saneamento, transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação. Essa ação está embasada na Lei Estadual nº 10.931/97, que criou a AGERGS, definindo dentre seus objetivos o de assegurar a modicidade tarifária, contida no conceito de serviços públicos adequados, e o de zelar pelo equilíbrio econômico e financeiro dos serviços públicos.	Fiscalização Regulatória realizada	unidade	3
			Revisão e Reajuste Tarifário realizado	unidade	4
Monitoramento e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Públicos Delegados nas Áreas Reguladas pela AGERGS	AGERGS	De acordo com a Lei nº 10.931/97, toda concessão ou permissão de serviços públicos pressupõe a sua prestação, assegurando o pleno atendimento das necessidades dos usuários, de acordo com o conceito de serviço adequado, ou seja, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A regulação da qualidade dos serviços com a elaboração e acompanhamento de indicadores e realização de pesquisas de opinião pública constitui-se, portanto, num dos pilares da ação do Estado para o cumprimento do que determina a lei a fim de garantir a promoção do interesse público e a melhoria da qualidade de vida da população, de acordo com a Lei nº 11.075/98. A ação inclui a implantação de banco de dados com informações de padrões de qualidade dos setores sob regulação da AGERGS, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	36

PROGRAMA: REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, CONCILIAÇÃO E CONSULTORIA AO ESTADO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Modernização Institucional	PGE	Promover a qualificação técnica dos integrantes de seus quadros funcionais, a melhoria operacional e a infraestrutura necessárias ao efetivo e regular desempenho das atividades de consultoria jurídica e de representação judicial da administração pública estadual, desempenhadas pela PGE, por meio dos seguintes órgãos de direção, execução e de apoio: Gabinete, Conselho Superior, Corregedoria-Geral, Procuradorias com funções especializadas (06), de coordenação e integração (01), de pesquisa e documentação (01), de execução regional (18), de execução junto aos Tribunais Superiores (01) e órgão central de apoio administrativo (01). Edificar nova sede para a PGE, que concentre em lugar único a atuação de seus órgãos e atenda as particularidades relacionadas à atuação judicial, viabilizando melhores condições de trabalho e de atendimento à Administração Pública e ao cidadão.	Capacitação de pessoal realizada	unidade	3,71
			Manutenção e qualificação da infraestrutura física realizada	%	0,06

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio para o Acesso à Internet e à Telefonia no Meio Rural	SDR	Articular e realizar ações conjuntas entre as Cooperativas de Infraestrutura, os Municípios e as operadoras de telefonia para criação de condições e disponibilização de infraestrutura para acesso à Internet de qualidade no meio rural.	Articulação/ação realizada	unidade	4
Melhoria da Qualidade da Energia Elétrica no Campo	SDR	Articular com entidades e municípios a realização de levantamento da necessidade de carga de energia elétrica nos empreendimentos rurais de associados de cooperativas. Requerer eventuais providências necessárias junto aos Comitê de Planejamento Energético do Estado (COPERGS) para a adequação da tensão de energia pelas distribuidoras. Quando o tipo de obra exigir participação financeira do consumidor, apoiar financeiramente, com a utilização de recursos do FEAPER, a execução do projeto.	Levantamento de necessidade de carga realizado Projeto de melhoria da infraestrutura energética implantado	unidade	240 32

PROGRAMA: CARVÃO MINERAL PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão da Mineração do Carvão	CRM	Desenvolver atividades destinadas a expandir a mineração do carvão através de implantação de novas unidades de mineração, conforme o sucesso de empreendimentos associados a estas unidades mineiras em leilões de energia A-5 ou outros mercados que venham a ser viabilizados.	Mina de Irui Implantada	%	100

PROGRAMA: ENERGIA ELÉTRICA PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão da Transmissão	CEEE-GT	Aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT através da construção e da ampliação de linhas de transmissão e subestações de energia elétrica.	Capacidade de transmissão expandida	MVA	167

PROGRAMA: GÁS PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Melhorias Operacionais dos Sistemas de Distribuição de Gás Natural	SULGÁS	Expandir a rede de distribuição de gás natural e da carteira de clientes, especialmente no segmento de varejo, constituído por clientes residenciais e comerciais. Haverá a ampliação, também, do volume de gás natural distribuído a regiões com demandas potenciais significativas e da oferta de gás natural na forma comprimida (GNC) a regiões afastadas da rede de distribuição. Dentre os principais projetos, destacam-se: macrocélulas em Porto Alegre e Caxias do Sul; saturação das redes existentes (AÇO e PEAD); ramal UTE Rio Grande; interligação Polo Petroquímico Triunfo; interligação Canoas-Cachoeirinha; ramal Scharlau/Portão; ramal Alvorada; ramal Cavalhada; ramal Agronomia; Projetos Estruturantes (modal GNC) em Gramado/Canela e Santa Cruz do Sul. Esta ação contempla, ainda, a realização de projetos de infraestrutura que configuram melhorias no sistema de distribuição de gás natural e no atendimento aos clientes. Os projetos compreendem desde a aquisição de sistemas e/ou equipamentos operacionais até a construção de redes de infraestrutura de distribuição fundamentadas na ampliação da capacidade de fornecimento, na segurança operacional e na robustez da malha dutoviária de distribuição de gás, agregando valor ao produto e aos clientes.	Cliente atendido Volume de GN comercializado	unidade m3/d	1 1.260

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Capacidade de Rodovias	DAER	Aumentar a capacidade dos eixos rodoviários, através da duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação de terceiras e quarta faixas de trânsito, em pontos críticos que possuem alto índice de acidentes, aclives que reduzem drasticamente a velocidade e estradas que necessitam de aumento da sua capacidade de atender a demanda de tráfego, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.	Rodovia com capacidade ampliada	km	46,06
Conservação e Manutenção de Rodovia Pedagiada	EGR	Conservar e manter as rodovias pedagiadas. Os serviços compreendem basicamente a conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada manual ou mecânica, terraplenagem, sinalização vertical e horizontal, obras de arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem, conservação da faixa de domínio, melhorias em trevos e travessias urbanas, serviços de meio ambiente, serviços de supervisão e fiscalização. Os serviços e os projetos necessários à realização das obras serão contratados pela EGR junto a firmas especializadas.	Rodovia conservada	km	22,29
Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária	DAER	Aumentar a extensão da rede rodoviária possibilitando integração das comunidades a toda a malha existente, beneficiando um número maior de usuários. Envolve todos os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, obras complementares, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, desapropriações, serviços de meio ambiente, fiscalização e supervisão.	Acesso municipal construído	km	99,61
Construção de Rodovias	DAER	Executar todos os serviços destinados a expandir o sistema rodoviário estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, serviços complementares, custos referentes ao meio ambiente, supervisão e fiscalização.	Rodovia construída	km	96,32
Convênios Municipais	DAER	Executar obras viárias destinadas a estender ou qualificar a rede viária municipal, ou segmentos de rodovia estadual diretamente ligada aos municípios, possibilitando maior integração, mobilidade, escoamento de produção e maiores benefícios sociais. Envolve os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares. As obras e os serviços serão realizados mediante convênios firmados entre o DAER e os Municípios, sendo responsabilidade do DAER o repasse de uma parcela dos recursos necessários. As obras serão realizadas pelos municípios, com acompanhamento do DAER.	Obra viária realizada	km	6,5
Manutenção e Desenvolvimento Operacional dos Portos Interiores	SPH	Garantir e fomentar a permanente disponibilidade operacional dos Portos de Porto Alegre, Pelotas, Cachoeira do Sul e Estrela, e suas respectivas infraestruturas (Caís, Berços, Armazéns, Pátios, Sistemas e Acessos) para recebimento de mercadorias e embarcações de longo curso, cabotagem e navegação interior que atendam as respectivas áreas de influência. As atividades serão focadas na infraestrutura portuária e são fundamentais à movimentação de cargas e o recebimento de embarcações. O desenvolvimento de estudos técnicos nas áreas de engenharia, economia e meio ambiente objetivam o fomento e a intensificação do uso econômico das infraestruturas existentes, incluindo arrendamentos e inclusive parcerias.	Estudo técnico realizado	unidade	2

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Manutenção da Navegabilidade da Malha Hidroviária	SPH	<p>Garantir a manutenção da navegabilidade na malha hidroviária gaúcha. As dragagens de manutenção dos calados, destinadas à implantação das profundidades de projeto, serão realizadas com equipamentos e pessoal próprios em locais onde sua terceirização apresenta baixa atratividade comercial e, nos trechos hidroviários que articulam o complexo portuário da grande Porto Alegre e os portos de Pelotas e Rio Grande, com a contratação de empresa de dragagem mediante processo licitatório. A viabilização dos serviços de dragagens com equipamentos próprios se dará através da restauração de 3 (três) parques de dragagem compostos de dragas, rebocadores, batelões e os planos inclinados do estaleiro naval de Triunfo. A manutenção da sinalização náutica será executada através da substituição e reparos dos sinais instalados, e, para tanto é necessária a aquisição e restauração de bóias e equipamentos de fundeio, bem como a aquisição de 2 (duas) embarcações apropriadas para a execução destas atividades.</p> <p>Com o intuito de subsidiar projetos de melhoria nas condições de navegação, redução de custos tanto na manutenção da malha hidroviária, quanto das operações logísticas do modal, serão diagnosticados o comportamento dos sedimentos subaquáticos e sua conformação atual. Da junção desses estudos e do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA contratado para melhoria no traçado entre os complexos portuários de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande pretende-se a viabilização da navegação de longo curso nos canais artificiais do Rio Grande do Sul ininterruptamente.</p> <p>Objetivando fomentar o transporte intermunicipal de carga e passageiros nas 41 travessias afetas à SPH, garantindo o cumprimento de sua função econômica e social junto às comunidades por elas atendidas, serão diagnosticadas as condicionantes locais, sejam, topo-hidrográficas, técnica e segurança da navegação, acessibilidade e atração ou análise da demanda e benefícios sociais. Pretende-se a partir desse diagnóstico combinado a aferição da capacidade local à municipalização da gestão das travessias, cabendo ao estado a normatização e fiscalização destas.</p>	<p>Dragagem de manutenção realizada</p> <p>Levantamento das condições geomorfológicas e sedimentológicas realizado</p>	<p>m3</p> <p>unidade</p>	<p>100,000</p> <p>8</p>
Planejamento, Desenvolvimento e Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado	DAER	<p>Elaborar o plano diretor rodoviário a partir do gerenciamento e do planejamento da malha rodoviária estadual; Introduzir a malha rodoviária do estado nas novas tecnologias de geoprocessamento, bem como, dispor de um preciso e atualizado instrumento de gestão; Obter o diagnóstico da malha rodoviária executando o levantamento da rede pavimentada e não pavimentada, incluindo o cadastro, o tráfego, condições do pavimento, acidentalidade e obras de arte especiais. Inspeccionar, diagnosticar, classificar e promover planos de ações de segurança viária. Cadastrar e monitorar os pontos de instabilidade de encostas; Desenvolver e implantar metodologias e especificações dos serviços do DAER através de aperfeiçoamento e gestão; Implementar um sistema estadual de registro de estudos e projetos, com a participação dos municípios; Conhecer, agrupar e analisar os dados socioeconômicos relacionados com a população, renda, frota de veículos, agricultura, indústria e serviços, bem como, valores de insumos e serviços utilizados nas obras rodoviárias; Atualização e elaboração de novos estudos e projetos de engenharia e estudos para licenciamento ambiental, bem como, estudos e pesquisas de matérias para pavimentação de rodovias e de novas técnicas construtivas em trechos rodoviários experimentais. Promover a regularização ambiental da malha rodoviária estadual com a obtenção das licenças de operação. Adquirir bens e serviços para desenvolvimento e suporte das atividades técnicas de engenharia.</p>	Projeto rodoviário e de obra de arte especial concluído	km	184,12
Restauração de Pavimento	DAER	<p>Restaurar rodovias pavimentadas, incluindo-se obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como, recuperação de obras de arte correntes, especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização.</p>	Pavimento restaurado	km	285,3
Restauração de Rodovia Pedagiada	EGR	<p>Restaurar as rodovias pedagiadas, realizando obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como restauração de obras de arte correntes especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização. A EGR mediante processo licitatório contratará a execução dos serviços.</p>	Rodovia restaurada	km	22,29

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais	SEAPI	Ampliar a área irrigada, beneficiando diversos municípios, principalmente os mais afetados, tanto pela seca, quanto pelas enchentes, pois as barragens além de proporcionarem um contínuo uso da água para a irrigação e regularização da vazão do leito do rio, evitam enchentes à jusante do barramento. Desenvolver projetos executivos de novas barragens a partir de um total de 23 estudos existentes não contemplados no PAC 2, e suas respectivas construções. Apoiar a operação inicial da distribuição da água de reservatórios e gerenciamento dos sistemas de distribuição para a continuidade da gestão e manutenção do sistema. Realizar compensação ambiental de áreas desmatadas pela área de alagado das barragens. através de aquisição de áreas de preservação permanente ou, do plantio de mudas de arvores específicas, atendendo orientações da FEPAM.	Área adquirida	ha	2.800
			Barragem do Rio Soturno construída (PAC 2)	%	100
			Barragem e canais do Rio São Sepé construídos	%	70
			Barragem e canais do Rio São Sepé projetados	%	100
			Mudas de árvores adquiridas para reposição florestal obrigatória	unidade	705.000
			Sistema de distribuição de barragem operado e gerido	unidade	2
Implementação do Plano Diretor de Irrigação no Contexto dos Usos Múltiplos da Água	SEAPI	Realizar o levantamento de todos os sistemas hídricos (açudes, poços, barragens canais...) do Estado, bem como avaliar os poços que deverão ser revitalizados, as barragens e canais de irrigação que serão utilizados e principalmente quais as obras a serem implantadas. Implantar os Territórios de Irrigação e Usos Múltiplos da Água - TIUMAS, de acordo com o PIUMA/RS - Plano Diretor de Irrigação no Contexto dos Usos Múltiplos da Água do Rio Grande do Sul, o qual resultou de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional, o IICA - Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, e a Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano do Estado.	Território de Irrigação -TIUMA's - implantado	unidade	3

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	CORSAN	Expandir as redes e ligações de água; substituir redes de água; otimizar e/ou melhorar os sistemas de abastecimento; ampliar os sistemas de abastecimento considerando o crescimento vegetativo; ampliar o número de economias atendidas.	Capacidade instalada de tratamento de água ampliada	m3	946.080
			Rede de água assentada/substituída	m	217.872
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	CORSAN	Expandir e/ou substituir as redes e ligações de esgoto; substituir redes de esgoto; ampliar os sistemas de esgotamento sanitário; implantar sistemas de esgotamento sanitário, ampliar o número de economias com sistemas de esgoto sanitário disponibilizado.	Capacidade instalada de tratamento de esgoto ampliada	m3	2.428.272
			Economias disponibilizadas com sistemas de esgotamento sanitário	unidade	12.694
			Redes de esgoto assentadas	m	94.338

PROGRAMA: SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Implementação / Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais	SEMA	Apoiar a construção de ferramentas que possibilitem o planejamento de uso dos recursos naturais, os quais orientam o licenciamento e monitoramento das atividades antrópicas. Incentivar, articular e planejar, em parceria com os municípios, políticas de defesa dos direitos animais.	Plano de Manejo de Unidade de Conservação elaborado e/ou revisado	unidade	1

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Implementação / Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais	SEMA	Apoiar a construção de ferramentas que possibilitem o planejamento de uso dos recursos naturais, os quais orientam o licenciamento e monitoramento das atividades antrópicas. Incentivar, articular e planejar, em parceria com os municípios, políticas de defesa dos direitos animais.	Projeto Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado (RSBiodiversidade) implementado	%	33
Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	SEMA	Implementar as ações decorrentes das diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos concluído em Dezembro de 2014.	1ª Etapa do Plano Estadual Resíduos Sólidos implementada	%	15

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E À INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas para as PcD e PcAH/Sd	FADERS	Articular políticas de diferentes esferas governamentais e em diferentes áreas e níveis de atuação, mediante a coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH no RS, a gestão da Política Pública Estadual, a promoção da interiorização de ações e da descentralização de recursos, o assessoramento a gestores e a atuação junto a Municípios, Órgãos, Entidades e Conselhos de Direitos e de Controle Social sobre políticas públicas no interesse das PcD e PcAH e suas entidades representativas.	Comitê Gestor instalado	unidade	6
			Conselho de Direitos e de Controle Social de Políticas assessorado	unidade	4
			Evento temático realizado	unidade	2
			Plenária do Fórum coordenada	unidade	4
Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Prestar atenção direta a pessoas com deficiência e a pessoas com altas habilidades / superdotação e sua comunidade, em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias, conhecimentos e espaços de atendimento, com vistas à elevação da qualidade de vida e à inclusão.	Pessoa com Deficiência ou Pessoa com Altas Habilidades atendida em serviço referência da FADERS	unidade	2.000
Produção de Conhecimento nas Áreas da Deficiência e das Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades / superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades / superdotação. Assessorar projetos e ações de órgãos públicos, instituições, entidades e empresas orientados à inclusão social das PcD e PcAH/Sd. Supervisionar estágios acadêmicos no campo e área de atuação da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Órgão / Projeto assessorado	unidade	8
			Pessoa capacitada para atenção às altas habilidades	unidade	20
			Pessoa capacitada para atenção às deficiências	unidade	300

PROGRAMA: ACESSO E PERMANÊNCIA COM QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Alimentação Escolar Qualificada para a Educação Básica	SEDUC	Estabelecer uma relação de parceria entre Estado e Municípios, por meio de repasse de recursos financeiros aos municípios para complementação e qualificação da alimentação escolar no âmbito estadual, transferindo gradativamente a alimentação municipalizada para a alimentação escolarizada, com vista à expansão e à melhoria da Educação Básica. Garantir apoio aos Municípios que assumiram o compromisso de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos alunos matriculados em todas as etapas e modalidades de ensino dos estabelecimentos estaduais de educação localizados na área de sua jurisdição. Garantir o atendimento aos alunos matriculados em escolas com a alimentação escolarizada na Educação Básica da rede pública estadual (creches, pré-escolas, ensino fundamental, médio, EJA, AEE), no Ensino Médio Politécnico, no Programa Mais Educação, em Escolas de Tempo Integral, bem como em escolas atendidas no Programa Nacional de Alimentação Escolar com cardápio regionalizado.	Aluno atendido com alimentação escolarizada	unidade	76.941
			Aluno atendido com alimentação municipalizada	unidade	1.699
			Município que atende alimentação municipalizada da rede estadual	unidade	8
Articulação de Ações Transversais com Órgãos Públicos e Instituições da Sociedade Civil que Garantam o Acesso e a Permanência	SEDUC	Desenvolver ações que integrem a Escola à rede de atenção à criança e ao adolescente, envolvendo órgãos públicos, sociedade civil organizada e comunidade escolar. Objetivando a melhoria e qualificação do ensino, estabelecer relação de parceria entre Estado e associações mantenedoras de estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos através de repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB. Estabelecer convênios com organismos nacionais e internacionais visando financiamento de ações para expansão da Educação Básica.	Parceria com entidades civis sem fins lucrativos realizada	unidade	9

Caderno de Regionalização

Social

Democratização e Eficiência da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	SEDUC	Manter as escolas de Educação Básica com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Atualizar e revisar os critérios de distribuição dos valores relativos ao suprimento mensal de recursos da Autonomia Financeira das Escolas da Rede Estadual de Ensino. Garantir a manutenção e qualificação dos sistemas informatizados de gestão nos aspectos administrativo, pedagógico e de recursos humanos, integrados entre escola, CREs e SEDUC. Realizar diagnóstico da demanda educacional e do atendimento escolar, bem como acompanhar o movimento e rendimento dos alunos para subsidiar a construção de políticas que assegurem a qualidade do acesso e a permanência da Educação Básica, através do censo escolar, central de matrículas e ISE - Informatização da Secretaria da Educação. Acompanhar sistematicamente a ficha de comunicação do aluno infrequente - FICAI on-line, junto aos órgãos parceiros, reforçando a necessidade de desenvolver estratégias interinstitucionais com enfoque para o trabalho em rede - Escola, Conselho Tutelar, Ministério Público e demais órgãos estaduais e municipais, concentrando esforços para manter o aluno na escola, permitindo ao Poder Público, através dos dados colhidos com a aplicação da ficha, a construção de políticas públicas em prol da garantia do direito à educação.	Central de matrículas implementada e informatizada	unidade	2
			Escola atendida com manutenção centralizada	unidade	205
			Escola atendida com programas de autonomia financeira e pedagógica	unidade	205
			Escola, CRE e SEDUC com gestão informatizada	unidade	208
Prevenção à Violência - CIPAVES - Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas Escolas	SEDUC	Implantar e implementar Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas escolas - CIPAVES, prioritariamente em escolas localizadas em municípios de maior vulnerabilidade social, por meio de formação e capacitação de professores e alunos em práticas restaurativas.	Escola com núcleo de gestão de conflito implantado	unidade	40
Transporte Escolar - Adesão ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar	SEDUC	Manter o maior número de municípios habilitados ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, através das adesões ao Transporte Escolar em 90% dos 481 municípios que atendem alunos do meio rural, de acordo com a legislação.	Município com termo de adesão firmado/assinado	unidade	46
Viabilização do Transporte Escolar	SEDUC	Realizar, com qualidade e vigilância, em parceria com os municípios, a oferta do transporte escolar aos alunos matriculados na Rede Pública Estadual, conforme legislação vigente.	Aluno da rede estadual transportado	unidade	9.124

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO DO ACESSO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ações de mobilização e articulação potencializando parcerias e convênios público privados para investimentos na Educação Profissional pública estadual	SEDUC	Estabelecer parcerias e convênios entre entes públicos e privados para a convergência de ações que contribuam para a melhoria da qualidade da educação profissional ofertada pelas escolas técnicas estaduais.	Instrumento jurídico/convênio firmado	unidade	4
Capacitação, atualização e qualificação de professores, servidores e gestores da Rede Estadual de Educação Profissional	SEDUC	Capacitar, atualizar e qualificar professores, servidores e gestores, nas áreas pedagógica, técnica e administrativa, buscando inclusive, parcerias com Instituições Públicas e Privadas. Oportunizar formação continuada e técnica, bem como garantir assessoria, pesquisa, troca de experiências, produção e/ou aquisição de material pedagógico necessário para subsidiar os debates e estudos aos profissionais que atuam na Educação Profissional, atendendo as diversidades regionais e potencialidades socioeconômicas das diferentes comunidades e regiões do RS. Capacitar docentes, técnicos e equipes diretivas para implementação/implantação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar.	Gestor capacitado Professor capacitado Servidor capacitado	unidade unidade unidade	120 10 88
Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional	SEDUC	Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas que ofertam Educação Profissional com recursos oriundos de convênios e parcerias. Construir, reformar, ampliar e qualificar a estrutura física das escolas de Educação Profissional, oportunizando um atendimento qualificado do Ensino Profissionalizante aos alunos, inclusive com ampliação de vagas, visando atender o desenvolvimento diferenciado das regiões do Estado. Adaptar escolas para o atendimento em Tempo Integral na Educação Profissional, buscando a melhoria do desempenho escolar.	Escola ampliada	unidade	6

Caderno de Regionalização

Social

Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional	SEDUC	Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas que ofertam Educação Profissional com recursos oriundos de convênios e parceiras. Construir, reformar, ampliar e qualificar a estrutura física das escolas de Educação Profissional, oportunizando um atendimento qualificado do Ensino Profissionalizante aos alunos, inclusive com ampliação de vagas, visando atender o desenvolvimento diferenciado das regiões do Estado. Adaptar escolas para o atendimento em Tempo Integral na Educação Profissional, buscando a melhoria do desempenho escolar.	Escola em Tempo Integral na Educação Profissional reformada	unidade	1
Democratização e eficiência na gestão das Escolas de Educação Profissional e Superintendência de Educação Profissional - SUEPRO	SEDUC	Manter as escolas de Educação Profissional com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Disponibilizar recursos para a implementação da política de gestão da Educação Profissional, através da manutenção da Superintendência da Educação Profissional - SUEPRO da Secretaria de Estado da Educação.	Escola atendida com programa de autonomia financeira e pedagógica	unidade	10
			Escola e SUEPRO atendida com manutenção centralizada e apoio administrativo	unidade	10
Implantação de proposta pedagógica específica da Educação Profissional em tempo integral nas escolas técnicas agrícolas	SEDUC	Implementar proposta pedagógica diferenciada nas escolas técnicas, gradativamente, voltada a educação em tempo integral, iniciando-se pelas escolas com cursos técnicos agrícolas	Escola em tempo integral implantada/atendida	unidade	1
Modernização e inovação dos equipamentos/mobiliários básicos dos cursos de Educação Profissional das Escolas da Rede Estadual	SEDUC	Modernizar os cursos técnicos pela aquisição de equipamentos e mobiliários básicos para ampliação e qualificação, aplicável a inovação dos processos e produtos das escolas que ofertam Educação Profissional, Associações de Casa Familiares Rurais e Escola Família Agrícola, aplicando novos recursos oriundos de convênios.	Escola equipada/mobiliada	unidade	10

PROGRAMA: ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção e reforma de Unidades	FASE	Implantar Centros de Atendimento Socioeducativo visando atender a regionalização do atendimento socioeducativo, conforme prevê o artigo 124 do ECA e a Resolução 01/94 do CEDICA/RS. Construir duas novas unidades na Regional de Porto Alegre para diminuir a superlotação e construir novos espaços visando adequar as estruturas físicas já existentes e o atendimento aos parâmetros previstos no SINASE. Reformar os centros de atendimento da FASE, visando a garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida de internação atendendo as diretrizes do SINASE, o Plano Decenal de Socioeducação e Decisões Judiciais. Reforma geral das instalações elétricas dos Centros de Atendimento.	Centro de Atendimento reformado e/ou readequado	unidade	1

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio a projetos na área de Esporte e Lazer	FUNDERGS	Formalização de Convênios com transferências financeiras com recursos da Lei Pelé, visando o desenvolvimento e apoio do Desporto Educacional, Desporto de Participação e Inclusão Social e o Desporto de Rendimento.	Convênio publicado	unidade	80
Implantação e manutenção de centros de excelência do esporte e do lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Centros de Excelência, em parceria com as Universidades, Prefeituras, Federações e Associações mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização dos Programas de Esporte voltados ao alto rendimento, nas diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4
Implantação e manutenção dos Polos Regionais do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	FUNDERGS	Implantar, estruturar e manter em atividades Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte, de acordo com o art. 26 do Decreto nº 49507/2012 (Estatuto da FUNDERGS), em parceria com as Universidades mediante formalização de Acordos de Cooperação e Convênios, visando a descentralização da execução da Política de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul.	Convênio publicado	unidade	4

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Oferta de Escolas em Tempo Integral	SEDUC	Ampliar o atendimento educacional de, no mínimo, sete horas nas escolas com disponibilidade de espaço físico, contemplando todas as regiões do Estado e com a participação das comunidades, de modo que venham a refletir os seus interesses, proporcionando condições para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, socioeducacionais, culturais e esportivas, objetivando a melhoria do desempenho escolar.	Aluno atendido em escola em tempo integral	unidade	9.536
			Escola com Tempo Integral implantado	unidade	40
Apoio à Formação Inicial dos Profissionais da Educação	SEDUC	Implementar o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR visando induzir e fomentar a oferta emergencial de vagas em cursos de educação superior, gratuitos e de qualidade, nas modalidades presencial e a distância, para professores em exercício na rede pública de educação básica, a fim de que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica e, onde possível, estimular que a UERGS ministre a formação para os profissionais de educação. Ao tocante da SEDUC/RS o PARFOR é de grande importância para a melhoria nos serviços educacionais do Estado do Rio Grande do Sul, sendo acompanhado em nível local através de assistência aos professores cursistas, universidades e ao andamento dos processos e desenvolvimento do programa. Promover a formação técnica em nível médio a servidores efetivos que atuam na Secretaria da Escola, Alimentação Escolar, infra-estrutura, multimeios didáticos e outros no sistema de Ensino da Educação Básica- Programa PROFUNCIÓNÁRIO.	Professor beneficiado com auxílio-estudo	unidade	68
Atendimento da Educação Básica, Oportunizando a Participação Social e Cidadã	SEDUC	Implantar/implementar e desencadear ações que incentivem a participação dos alunos e de toda a comunidade escolar em diversas atividades educacionais, esportivas, culturais e sociais proporcionadas pela escola, fortalecendo ações de cidadania, além de proporcionar certificação de formação.	Aluno participante do Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS	unidade	77.768
			Escola integrante do Programa Mais Educação	unidade	85
			Escola participante das atividades educativas e culturais	unidade	82
			Escola participante do Programa Escola Aberta para a Cidadania	unidade	11
			Jovem e adulto atendido pelo PBA - Programa Brasil Alfabetizado	unidade	1.539
Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino e Comunidade Escolar	SEDUC	Proporcionar a formação continuada dos profissionais da Educação Básica em todos os níveis e modalidades de ensino, visando à qualificação profissional para melhor desempenho de suas funções e atendimento à diversidade cultural, étnica e de gênero para a convivência numa cultura de paz, por meio de encontros, seminários, conferências, que favoreçam a socialização de novas metodologias, troca de experiências, construção de novos conhecimentos, buscando-se um ambiente de estudo e pesquisa que resulte em práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem eficientes e exitosas. Atualizar e capacitar os profissionais, visando atender os diferentes níveis e modalidades da Educação Básica e da gestão educacional, proporcionando uma maior compreensão do contexto social, cultural, ambiental, bem como atualizar conhecimentos pedagógicos e de uso de novas tecnologias em educação. Formar grêmios estudantis, conselhos escolares, CPMs. Capacitar a gestão pedagógica e administrativa das escolas, CREs e SEDUC.	Participante da política de gestão da Escola, CRE e SEDUC qualificado	unidade	3.980
			Participante da Tecnologia da Informação qualificado	unidade	11.690
			Participante das formações envolvendo temáticas educacionais qualificado	unidade	11.474
			Participante do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa qualificado	unidade	1.940
			Participante do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio qualificado	unidade	10.815

Caderno de Regionalização

Social

Modernização Tecnológica - Escolas/SEDUC e CRE	SEDUC	Adquirir/desenvolver software, instalação de rede elétrica e lógica e hardware (computadores, notebooks, lousas, salas multimídias, sistema de som, filmagens e vídeos) de acordo com as demandas da Educomunicação e Políticas de Gestão, com vista a fomentar o uso da tecnologia nos processos de Ensino e Aprendizagem em todos os níveis de Ensino e também qualificar a gestão educacional.	Equipamento de apoio tecnológico adquirido	unidade	7.250
			Escola, CRE e SEDUC com sistema e aplicativo instalado	unidade	208
Qualificação da Reestruturação Curricular, Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares	SEDUC	Implantar/qualificar os projetos político pedagógicos e regimentos escolares da Educação Básica, nas unidades da rede pública estadual, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Normal. Capacitar docentes técnicos e equipes diretivas para elaboração e implementação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar. Discutir e implantar a reestruturação curricular nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que nos anos iniciais já está concluída. Otimização das ações pedagógicas para o processo educacional, com a participação do aluno/professor diretamente no processo de aprendizagem, por meio de pesquisas, debates, interações com softwares pedagógicos, trabalhos em laboratórios/bibliotecas, dentre outros.	Escola com Projeto Político Pedagógico - PPP e regimento escolar qualificado	unidade	206
			Escola com reestruturação curricular dos anos finais do Ensino Fundamental implantada	unidade	184
Qualificação dos Espaços Pedagógicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para laboratórios de informática, de ciências, bibliotecas escolares, salas multifuncionais, de recursos, incluindo ampliação dos acervos bibliográficos, materiais específicos para atendimento a alunos com necessidades especiais, instrumentos musicais para implantação e manutenção de bandas escolares e demais atividades culturais.	Equipamento para educação especial adquirido	unidade	168
			Escola com biblioteca atualizada	unidade	102
			Escola equipada com materiais diversos	unidade	205
			Laboratório de ciências qualificado	unidade	102
Sala multifuncional/de recurso equipada	unidade	68			
Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul - SAERS	SEDUC	Realizar o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS, com avaliação em larga escala, universal e censitária (todas as escolas da rede estadual) e por adesão da rede municipal e particular, resgatando esta prática executada em anos anteriores.	Escola estadual com SAERS implantado	unidade	205

PROGRAMA: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Educação em Saúde	SES	Promover cursos presenciais ou a distância de pós-graduação, aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação popular em saúde, bem como ações de matriciamento, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências/estágios na realidade do SUS. As ações serão elaboradas, planejadas e executadas pela Secretaria da Saúde e, quando necessário, na intersetorialidade com outras Secretarias de Governo, bem como com os governos federal e municipais e instituições de ensino, sempre buscando dar conta das demandas locais regionais.	Núcleo Regional de Saúde Coletiva (NURESC) qualificado	unidade	3

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Social

Apoio à implementação da Agenda do Trabalho Decente	STDS	Apoio e assessoramento técnico para programas de qualificação urbana e rural, com oportunidades equânimes entre os jovens, mulheres, afrodescendentes, quilombolas, LGBTT e outros segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social, com a cooperação, pública e privada, acompanhada pela realização de seminários de sensibilização ao empresariado a fim de inserir o referido público no mundo do trabalho. Desenvolvimento de atividades de formação para revitalização da Comissão Estadual de Emprego, Trabalho e Renda. Apoio administrativo, técnico, financeiro e operacional para a Comissão Estadual de Emprego e Renda a fim de a organizar e realizar a Conferência Estadual do Trabalho Decente.	Município apoiado	unidade	22
Desenvolvimento do artesanato como geração de trabalho e renda	FGTAS	Apoiar a organização do trabalho artesanal no RS, habilitar o artesão para o exercício da profissão, emitir a carteira profissional, registrar no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), apoiar a realização de Feiras municipais de artesanato, apoiar a participação e comercialização dos produtos em feiras estaduais, nacionais e internacionais. Revitalizar Casas do Artesão no Estado do RS e expandir a disponibilização de espaço Casa do Artesão em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Disponibilizar um canal pela internet para comercialização de produtos artesanais. Efetuar a qualificação profissional com incentivo ao domínio da arte e matéria-prima do artesanato, priorizando regiões em desenvolvimento e em condição de vulnerabilidade social.	Artesão registrado no PGA	unidade	2.491
			Artesão registrado no SICAB	unidade	585
			Casa do Artesão no Estado do RS em atividade	unidade	4
			Feira e evento apoiado no RS	unidade	40
			Pessoa Qualificada	unidade	161
			Seminário realizado para orientação de desenvolvimento de negócios e geração de renda	unidade	5
Relações com o mercado de trabalho	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado dispensado sem justa causa buscando a sua recolocação no mercado de trabalho e também sua inserção em cursos de qualificação profissional. Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do "Informe PED". A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado - "Mais Emprego" do MTE - que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informações sobre o perfil de trabalhadores cadastrados. Ações voltadas para o público prioritário (colocados monitorados pelo seguro e o trabalhador com deficiência).	Atendimento realizado	unidade	289.208
			Trabalhador colocado no mercado de trabalho por meio das agências FGTAS/SINE	unidade	6.111
			Vaga Captada	unidade	23.475

PROGRAMA: GESTÃO DA SAÚDE E INFRAESTRUTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Formulação da Política Estadual do Sangue e Hemoderivados	FEPPS	Revisar o Plano Diretor de Sangue e Hemoderivados com vistas à formulação da Política Estadual de Sangue e Hemoderivados e implementação de diretrizes e ações para a segurança transfusional e da qualidade do sangue ofertado à população.	Hemocentro sob gestão municipal estadualizado	unidade	1
Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES	SES	Qualificar a infraestrutura da SES. Reformar, ampliar e/ou construir as diferentes estruturas da SES (Nível Central, Coordenadorias Regionais de Saúde, Escola de Saúde Pública, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos financeiros e ganhos ambientais. Garantir a infraestrutura para ações de combate à dengue no Estado.	Central Regional da Rede de Frio readequada de acordo com as normas do Programa Nacional de Imunizações (PNI)	unidade	3
Fortalecimento da Ouvidoria do SUS	SES	Ampliar e descentralizar a Ouvidoria do SUS, visando ao fortalecimento da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. Fortalecer a Rede de Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos.	Ouvidoria do SUS municipal implantada	unidade	3

Caderno de Regionalização

Social

Fortalecimento da Ouvidoria do SUS	SES	Ampliar e descentralizar a Ouvidoria do SUS, visando ao fortalecimento da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. Fortalecer a Rede de Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos.	Ouvidoria regional do SUS implementada	unidade	3
Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS	SES	Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. Fortalecer o planejamento, o monitoramento e avaliação através dos grupos de trabalho e núcleos de monitoramento constituídos nos níveis central e regional da SES.	Grupo de Trabalho de Planejamento, Monitoramento e Avaliação regional e estadual mantido	unidade	3
Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais	SES	Implantar a política de atuação do SUS para redução dos riscos à saúde da população e impactos na rede de atenção em decorrência de desastres ambientais.	Plano de contingência para desastres ambientais implantado e implementado	unidade	3

PROGRAMA: INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Promoção da inclusão digital	FGTAS	Desenvolver a Inclusão Digital nas 11 Agências de Desenvolvimento Social – ADS (instituídas pelo Decreto Nº 47.364/2010). Contribuir para a melhoria do nível de vida da população por meio da alfabetização digital e formação e aperfeiçoamento profissional.	Curso realizado	unidade	18
			Pessoa beneficiada com acesso à Rede de Computadores	unidade	3.600
			Pessoa Qualificada	unidade	270

PROGRAMA: JUNTOS PELA CULTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cultura para a promoção da cidadania, valorização da diversidade e inclusão social, com atenção aos grupos vulneráveis	SEDAC	Promover o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul a partir das demandas vindas da sociedade, com incentivo à participação popular e ao controle social. Incentivar a organização dos Sistemas Municipais de Cultura em todos os municípios. Consolidar a Lei 14.310 como instrumento de gestão compartilhada, promovendo uma articulação entre o Estado, os municípios e o meio cultural. Elaborar estudos sobre a Cultura e produzir de estatísticas culturais para auxiliar a qualificação da gestão. Promover políticas de valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero, LGBTT e popular.	Encontro realizado	unidade	7
			Premio pelo desenvolvimento da cultura concedido	unidade	40
			Sistema Municipal de Cultura implementado	unidade	55
			Apresentação artística realizada	unidade	24
Democratização do acesso aos acervos e aos serviços culturais do Estado do RS	SEDAC	Ampliar a divulgação e o conhecimento dos bens culturais e históricos das diversas instituições culturais - museus, bibliotecas e casas de cultura - e realizar exposições no interior do Estado.	Exposição itinerante realizada	unidade	20
			Exposição sediada em instituições culturais	unidade	29
			Público atendido por serviços culturais	unidade	60.000
			Seminário, palestra, oficina realizada	unidade	48
Desenvolvimento das linguagens artísticas	SEDAC	Apoiar o fortalecimento da organização setorial e o desenvolvimento das diversas linguagens artísticas no RS, incluindo os intercâmbios culturais.	Encontro setorial realizado	unidade	4
			Evento artístico setorial realizado	unidade	13
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Bibliotecas	SEDAC	Modernizar as bibliotecas públicas do Estado e capacitar os atendentes de bibliotecas, com especial atenção às localizadas nos municípios alvo do Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais do Gabinete de Políticas Sociais. Atualizar o acervo e promover a Biblioteca Pública Estadual em seus 145 anos de criação.	Biblioteca Municipal assessorada	unidade	53

Caderno de Regionalização

Social

Desenvolvimento do Sistema Estadual de Bibliotecas	SEDAC	Modernizar as bibliotecas públicas do Estado e capacitar os atendentes de bibliotecas, com especial atenção às localizadas nos municípios alvo do Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais do Gabinete de Políticas Sociais. Atualizar o acervo e promover a Biblioteca Pública Estadual em seus 145 anos de criação.	Título adquirido	unidade	3.000
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus	SEDAC	Promover a estruturação dos museus, por meio da assessoria técnica para a difusão do conhecimento, e da realização de fóruns, oficinas, cursos e seminários, para a capacitação dos profissionais. Fomentar nos museus a realização de atividades para os grupos vulneráveis.	Museu municipal assessorado	unidade	160
			Profissional capacitado	unidade	440
Fomento à economia da cultura	SEDAC	Fortalecer o Sistema Pró Cultura por meio de editais do Fundo de Apoio à Cultura – FAC e da Lei de Incentivo à Cultura - LIC, contemplando novas categorias e estimulando a diversificação, a descentralização das atividades em todas as regiões do Estado e a circulação fora do RS.	Projeto cultural contratado/conveniado	unidade	42
Implementação do RS Criativo/ Criativa Birô	SEDAC	Disseminar a cultura empreendedora com foco na economia criativa, a partir da implementação de espaço de atendimento e capacitação dos gestores e produtores culturais do Estado.	Agente e produtor cultural capacitado	unidade	112
Promoção e difusão da preservação do patrimônio histórico	SEDAC	Promover a educação patrimonial, a difusão de ações institucionais e o inventário e zeladoria do patrimônio material e imaterial, sob a coordenação do IPHAE. Contratar projetos para bens tombados estaduais com condenação judicial.	Inventário do patrimônio histórico realizado	unidade	1
			Oficina e/ou curso realizado para a promoção e difusão da educação patrimonial	unidade	4
			Projeto contratado para preservação de patrimônio estadual tombado	unidade	1

PROGRAMA: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Qualificação dos espaços escolares, CREs e SEDUC com equipamentos e mobiliários básicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para reposição e substituição dos que se encontram obsoletos, antieconômicos ou inservíveis, nos espaços administrativos das Escolas, nas CREs e SEDUC. Adquirir mobiliário escolar para substituição e reposição nos mais diversos ambientes escolares (bibliotecas, salas de aula, laboratórios de informática, de ciências, salas multifuncionais), com vistas a qualificar o atendimento educacional.	CRE e SEDUC equipada	unidade	3
			Escola com equipamento e mobiliário básico qualificado	unidade	205

PROGRAMA: POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	STDS	Constitui-se em um modelo descentralizado e participativo com regulação e organização de serviços, programas, projetos e benefícios, nos diferentes níveis de proteção (básica e especial de média e alta complexidade) com foco prioritário nas famílias, seus membros e indivíduos, tendo o território como base de organização. O SUAS organizar-se-á através de lei estadual e de um plano específico baseado no sistema de vigilância socioassistencial a fim de afirmar a assistência social como política pública. Na gestão do SUAS são realizadas assessorias individualizadas e regionalizadas aos municípios para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, Cadastro Único (CADÚNICO) e Programa Bolsa Família - PBF. O CADÚNICO é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Estado, a fim de incluí-las nos programas sociais. Cabe à gestão estadual assessorar os municípios para a ampliação cadastral, para qualificação da busca ativa e da melhoria das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF).	Assessoramento e Apoio Técnico realizado	unidade	3.920

Caderno de Regionalização

Social

Implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	STDS	Assessoramento, monitoramento e avaliação do processo de reordenamento do PETI nos municípios sob a coordenação da Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil (CEPETI). Publicação e execução do Plano Estadual Decenal e Intersecretorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.	Reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI acompanhado	unidade	3
--	------	--	--	---------	---

PROGRAMA: POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SJDH	Apoiar a criação de organismos de políticas para as mulheres, como conselhos municipais, órgãos públicos de enfrentamento à violência contra as mulheres e garantia de direitos, como secretarias, coordenadorias, departamentos. Manter o Fórum Estadual e os Fóruns Regionais de Gestoras.	Conselho criado Órgão público apoiado	unidade unidade	2 1
Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho	SJDH	Realizar capacitações profissionais que promovam a autonomia das mulheres, levando em consideração suas vocações regionais e culturais, bem como as suas diversidades.	Mulher capacitada	unidade	175

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção dos Prédios das Coordenadorias Regionais de Perícia	SSP	Construir prédios padronizados visando ao desenvolvimento do trabalho pericial em ambiente integrado e funcional em cada uma das nove Coordenadorias Regionais de Perícia.	Prédio construído	unidade	1
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Brigada Militar	SSP	Construir novas instalações policiais militares em locais em que inexistem prédios. Realizar a edificação de prédios padronizados com a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades.	Quartel construído - Grupo/Pelotão/Batalhão	m2	105
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Polícia Civil	SSP	Construir, ampliar e reformar as Delegacias de Polícia, visando à melhoria na prestação dos serviços de Polícia Judiciária.	Prédio reformado	unidade	7
Ensino - Colégio Tiradentes	SSP	Proporcionar ao educando uma formação integral voltada para o exercício da cidadania e para a inserção no mercado de trabalho.	Aluno matriculado no ensino médio (Colégio Tiradentes)	unidade	160
Policia Militar com Saúde	SSP	Prover as unidades hospitalares da Brigada Militar de condições adequadas ao seu funcionamento, através do reaparelhamento e da reestruturação física, implementando e desenvolvendo ações que possibilitem a melhoria do atendimento à saúde dos policiais militares e seus familiares, bem como à saúde física e mental de seus servidores.	Equipamento hospitalar (grande porte) adquirido Melhoria física (reforma de unidades de saúde/hospitais) realizada Veículo ambulância para remoção médica adquirido	unidade m2 unidade	1 662 2
Policimento Comunitário	SSP	Executar o Policiamento Comunitário de modo a fomentar a transversalidade das ações da Brigada Militar com a comunidade e demais setores da sociedade, de maneira a atuar preventivamente, coadunando com a redução de índices de criminalidade. Também, potencializar a atuação da Brigada Militar nos Estabelecimentos de ensino, visando o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar, tendo como estratégia alcançar a todos os níveis de frações dos comandos regionais subsídios para a execução do policiamento escolar.	Base de Policiamento Comunitário implantada	unidade	4

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO HABITACIONAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Produção de Ações Habitacionais	SOSH	Oportunizar a produção de ações habitacionais (casas, lotes, melhorias), através de parcerias com municípios e entidades (agentes financeiros, cooperativas e associações habitacionais), bem como complementando programas habitacionais da União.	Lote urbanizado conveniado	unidade	23
			Melhoria habitacional conveniada	unidade	32
			Unidade habitacional conveniada	unidade	701
Transferência da Propriedade de Imóveis da COHAB-RS aos Moradores	SOSH	Efetuar a transferência da propriedade dos imóveis remanescentes da COHAB-RS, para: mutuário com autorização para escritura, comprador com "contrato de gaveta" e morador sem documentação de compra e venda.	Escritura assinada	unidade	572

PROGRAMA: PROMOÇÃO DA PAZ E PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS NO RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas	SJDH	Implantar a rede de atenção e acolhimento através do fortalecimento e integração do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas. Realização de conferências, reuniões e palestras sobre a temática. Articulação com os Fóruns Permanentes de Comunidades Terapêuticas, Conselhos Municipais, Grupos de Autoajuda e Comunidade Científica. Estimular a reinserção social de ex-usuários em drogas.	Ação integrada de prevenção ao uso de drogas efetivada	unidade	4

PROGRAMA: PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas do Corpo de Bombeiros	SSP	Realizar obras de melhorias no que diz respeito à construção, ampliação de reformas das estruturas físicas dos quartéis de bombeiros militares.	Quartel construído	m2	350
			Quartel reformado	m2	350
Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil	SSP	Coordenar e executar atividades de prevenção e combate de incêndios, buscas e salvamentos e ações de defesa civil.	Ação de prevenção de incêndio realizada	unidade	94.109,96
			Incêndio combatido	unidade	1.328
			Remoção de fonte de perigo realizada	unidade	1.280
Reaparelhamento Técnico do Corpo de Bombeiros	SSP	Otimizar os serviços prestados pelos bombeiros militares em razão do reaparelhamento técnico da dotação de infraestrutura patrimonial relacionada com o exercício das suas funções, especialmente a partir da gestão estratégica das tecnologias de comunicação e informação, melhoria da logística, bem assim com os equipamentos destinados ao serviço de combate a incêndio e demais ocorrências.	Salvamento realizado	unidade	3.640
			Equipamento de proteção individual modernizado	unidade	144
			Equipamento para atividades operacionais renovado	unidade	41
			Frota modernizada (aquisição de veículos)	unidade	33
			Redes de Comunicação e Informática estruturadas, gerenciadas e aperfeiçoadas	unidade	160

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PRODUTIVO E DE SERVIÇOS E DA QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional			
Aprimoramento de programas e projetos de extensão para o desenvolvimento regional, difusão científica e cultural	UERGS	Fomentar e orientar a estruturação das atividades de extensão mediante elaboração e execução de programas e projetos, e a divulgação do conhecimento acadêmico e da cultura regional.	Bolsa de extensão concedida	unidade	32			
			Evento promovido pela Uergs ou em parceria com outras instituições	unidade	80			
			Programa de extensão implementado	unidade	4			
			Projeto de extensão realizado	unidade	80			
			Publicação de livro, artigo, produção técnica e obra artística realizada	unidade	8			
						Bolsa acadêmica concedida	unidade	56
						Curso de pós-graduação lato-sensu implementado	unidade	3
Aprimoramento e qualificação da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, associadas às vocações regionais	UERGS	Fomentar e apoiar o desenvolvimento de pesquisa focadas nas áreas: Humanas, Vida e Meio Ambiente e Exatas e Engenharias, considerando a viabilidade de parcerias, os arranjos produtivos locais e demandas regionais, a transferência de tecnologia e o aumento do número de grupos de pesquisa, gerando condições para implantação de programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.	Curso de pós-graduação stricto-sensu implementado	unidade	1			
			Participação (docente e/ou discente) em eventos de ensino, pesquisa e extensão, financiada pela UERGS	unidade	661			
			Produção científica (artigos e livros) e Depósito de pedido de patentes realizado	unidade	170			
			Projeto de Pesquisa e inovação tecnológica ativo vinculados aos grupos de pesquisa	unidade	104			
						Bolsa acadêmica concedida	unidade	184
						Curso de graduação ofertado	unidade	5
						Vaga em curso de graduação ofertada	unidade	760
Melhoria e ampliação da infraestrutura	UERGS	Projetar, implantar ou adequar as instalações físicas, patrimoniais e acervo bibliográfico da UERGS, adequadas aos projetos pedagógicos de curso e a legislação vigente do Ensino Superior.	Acervo Bibliográfico adquirido	unidade	6.296			
			Prédios das Unidades Universitárias e Reitoria construídos, incluindo laboratórios e bibliotecas	unidade	2			

PROGRAMA: PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Municipalização do PROCON	SJDH	Ampliar o número de PROCON's municipais, repassando recursos para apoio aos Sistemas Municipais de Defesa do Consumidor, devidamente constituídos, através de convênios ou outros instrumentos capazes de fomentar e qualificar o atendimento ao consumidor.	Município com PROCON instalado	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: PROTEÇÃO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cooperação Técnica com os Municípios	FPERGS	Promover o assessoramento aos municípios do RS sobre o acolhimento institucional, de forma complementar ao DAS, através da realização de projeto de formação para os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento e na rede de proteção a criança e ao adolescente. Desenvolver um plano de ação conjunto com o Estado, municípios e demais instâncias implicadas no cuidado da população adulta com demandas de risco social e saúde agravadas que permanecem atendidas pela FPERGS.	Município cooperado em formação para o Acolhimento Institucional	unidade	47

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO CONSOLIDANDO A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE

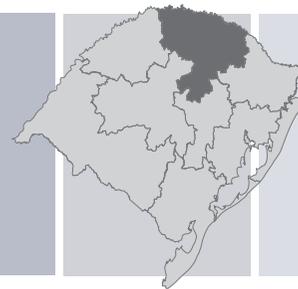
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Leitos Hospitalares	SES	Ampliar a oferta de leitos SUS em hospitais públicos e filantrópicos, através do repasse de recursos próprios e de convênios para obras de expansão em hospitais existentes ou construção de novos. Viabilizar o funcionamento do Hospital Regional de Santa Maria. Implementar e ampliar as ações de saúde prestadas pelo Hospital do município de Osório para a população própria e referenciada. Ampliar leitos de internação em hospitais prioritários. Apoiar a construção do Hospital de Gravataí e implantação do Hospital Regional de Palmeira das Missões.	Hospital Regional em funcionamento	unidade	1
Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica	SES	Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos.	Município beneficiado com recurso para Assistência Farmacêutica Básica	unidade	49
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências de Diagnósticos e Tratamento	SES	Implantar e implementar centros de especialidades odontológicas e habilitar os laboratórios regionais de prótese dentária.	Centro de Especialidade Odontológica mantido e implantado	unidade	3
			Laboratório Regional de Prótese Dentária mantido e implantado	unidade	14
Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde	SES	Realizar ações conjuntas e padronizadas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. Identificar, conhecer, monitorar e prevenir os fatores de risco, promovendo a saúde, controlando e minimizando a ocorrência de doenças, epidemias e agravos como violência interpessoal (doméstica, sexual e outras) e autoprovocada. Municípios prioritários com ações de Vigilância Epidemiológica e controle da tuberculose, descentralizadas para a atenção básica, com ênfase no diagnóstico e tratamento.	Ação de vigilância sanitária de baixa complexidade descentralizada	unidade	1
			Hospital com nova técnica laboratorial para o diagnóstico das meningites bacterianas implantada	unidade	1
			Município com ação de vigilância epidemiológica e controle da tuberculose descentralizado para Atenção Básica	unidade	1
			Município com testagem rápida das hepatites virais B e C implantada em Unidade de Saúde da Atenção Básica	unidade	23
			Serviço especializado de referência em atendimento de hepatites virais implantado	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde	SES	Realizar ações conjuntas e padronizadas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. Identificar, conhecer, monitorar e prevenir os fatores de risco, promovendo a saúde, controlando e minimizando a ocorrência de doenças, epidemias e agravos como violência interpessoal (doméstica, sexual e outras) e autoprovocada. Municípios prioritários com ações de Vigilância Epidemiológica e controle da tuberculose, descentralizadas para a atenção básica, com ênfase no diagnóstico e tratamento.	Unidade Sentinela de Vigilância da Influenza ampliada e qualificada	unidade	1
Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado	SES	Qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjuntos de ações de saúde, onde o estado desenvolverá ações que visem, ENTRE OUTRAS, a integridade da saúde do homem. Implantar e implementar as Linhas de Cuidado a partir da Atenção Básica, tendo em vista sua responsabilidade na coordenação do cuidado e ordenamento da rede, visando a garantia de acesso e qualificação da atenção à saúde. Busca-se identificar as portas de entrada da rede de serviços, classificando o critério de risco, acompanhando o usuário por todos os pontos de atenção e organizando as referências e contra-referências regionais. As Linhas de Cuidado devem ser subsidiadas por conhecimento científico atualizado, oportunizando espaço para ações inovadoras, com garantia e efetivação dos princípios da política de humanização do SUS. Além disso, busca-se promover a equidade e a integralidade da atenção à saúde para a população por meio de ações transversais e intersetoriais, intensificando as ações e o cuidado direcionados às populações em situação de vulnerabilidade. Implementar a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PIC), visando a integralidade das ações e a ampliação das possibilidades terapêuticas naturais e humanizadoras.	Município beneficiado com recurso para o cuidado da pessoa vivendo com HIV/Aids na Atenção Básica	unidade	4
			Programa de Combate ao Racismo Institucional na Atenção Básica mantido e implantado	unidade	13
Qualificação da Atenção Básica	SES	Ampliar e qualificar a Atenção Básica priorizando a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Primeira Infância Melhor (PIM), incluindo o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Atender crianças através do PIM, atingindo todos os municípios e proporcionando uma maior cobertura populacional. Aumentar o número de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, Equipes de Saúde da Família Índigena e Quilombola. Realizar ações conjuntas em Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, trabalhador) e de Promoção e Prevenção da Saúde.	Equipe de Saúde Bucal mantida e implantada	unidade	79
			Equipe de Saúde da Família mantida e implantada	unidade	131
			Família atendida pelo PIM	unidade	4.900
			Município beneficiado com recursos para qualificação da atenção básica	unidade	49
			Município com PIM implantado	unidade	28
			Núcleo de Apoio à Saúde da Família mantido e implantado	unidade	13
			Visitador do Primeira Infância Melhor habilitado	unidade	245

Região Funcional



9

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à Gestão, Capacitação e Educação para Cooperativas	SDR	Qualificar a gestão para cooperativas, através do acompanhamento e monitoramento de ações por equipes multidisciplinares que atuam em vários setores da cooperativa: produção, comercialização, financeiro e contábil, social, entre outros. Realizar educação cooperativista (associados e direção) por meio de cursos e palestras.	Acompanhamento de ações realizado	unidade	65
			Curso/oficina realizado	unidade	16
			Diagnóstico elaborado	unidade	48
			Plano de aprimoramento implementado	unidade	48
Apoio ao Acesso ao Crédito e Saneamento de Cooperativas	SDR	Apoiar o acesso às linhas de crédito específicas para capital de giro, investimento e saneamento financeiro, para operações junto ao Sistema Bancário, bem como garantir, quando possível, operações por meio do Fundo de Aval para Cooperativas Agropecuárias (Lei Estadual nº 13.863/2011).	Cooperativa beneficiada	unidade	10
Apoio e Fomento a Cooperativas	SDR	Fomentar a organização formal de novas cooperativas, oportunizando a geração de trabalho e renda com inclusão social, bem como apoiar projetos de estruturação de cooperativas dos ramos agropecuário, trabalho, consumo, crédito, mineração, saúde, transporte, especial/social, produção, habitação, ensino, infraestrutura e turismo e lazer.	Evento realizado	unidade	24
Fomento à Intercooperação	SDR	Fomentar a intercooperação através da aproximação das cooperativas e da formação de redes interorganizacionais, visando melhorar o atendimento aos associados e fortalecer o movimento cooperativo, e trabalhando de forma sistêmica. Realizar seminários, envolvendo gestores dos empreendimentos cooperativos, gestores públicos, lideranças do movimento sindical e cooperativo, técnicos das unidades de cooperativismo e escritórios da EMATER. Estabelecer grupos executivos de trabalho para estruturar empreendimentos cooperativos, de forma a atender as demandas da sociedade local e regional. Identificar e definir as vantagens logísticas em cada cenário de intercooperação.	Cooperativa beneficiada	unidade	20
			Evento realizado	unidade	8

PROGRAMA: CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETEL	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	2

PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Defesa Sanitária Animal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário. Melhorar as condições sanitárias dos rebanhos do RS e manter as condições sanitárias existentes com objetivo de aumentar produtividade, renda e valorização do produto através do acesso a mercados exigentes, realizando georreferenciamento de propriedades e identificação individual de animais. Atender demanda com educação sanitária animal, incremento das atividades de fiscalização de trânsito e em propriedades, monitoramento da condição sanitária dos animais e incremento das atividades de vigilância sanitária. Implantar novos módulos, visando ampliar a abrangência do Sistema de Defesa Agropecuário (SDA). Realizar inquéritos epidemiológico. Promover a indenização pelo abate sanitário e sacrifício de animais atingidos pela febre aftosa, tuberculose, brucelose e peste suína clássica e outras doenças infecto-contagiosas. Adquirir vacinas para imunização do rebanho do RS.	Animal identificado	unidade	142.045
			Propriedade georreferenciada	unidade	11.408

Caderno de Regionalização

Econômico

Defesa Sanitária Vegetal	SEAPI	Manter e evoluir o atual status sanitário e evitar a introdução de novas pragas e atuar na erradicação e controle da disseminação das presentes, através das ações de fiscalização, vigilância epidemiológica, certificação sanitária e apoio laboratorial para a realização de diagnósticos e exames. Promover a qualidade e a idoneidade dos insumos e dos serviços agropecuários, através da fiscalização de estabelecimentos, prestadoras de serviços e propriedades rurais. Atender demanda com educação sanitária vegetal.	Barreira fitossanitária executada	unidade	4.400
			Estabelecimento de comércio de insumos agrícolas fiscalizado	unidade	465
			Exame de laboratório de análise de resíduos de agrotóxicos realizado	unidade	192
			Inspeção realizada	unidade	720
			Permissão de trânsito emitida	unidade	8.000
			Propriedade com certificação fiscalizada	unidade	35
			Propriedade rural fiscalizada no uso de agrotóxico	unidade	485
			Treinamento e capacitação de servidores realizada	unidade	4
			Unidade consolidadora fiscalizada	unidade	10
Inspeção de Produtos de Origem Animal	SEAPI	Criar grupo interinstitucional (SEAP, FAMURS, SDR, FETAG e EMATER) para a elaboração de estratégias, visando a conscientização e incentivo de gestores municipais e empresários quanto à adesão aos SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial, Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) e ao SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal). Identificar servidores e capacitação dos mesmos para atuação como auditores do SISBI-SUSAF, buscando agilizar o atendimento às solicitações de adesão. Realizar auditorias orientativas e de inclusão ao sistema SISBI-SUSAF nos serviços de inspeção municipal e estabelecimentos aptos documentalmente. Capacitar servidores estaduais para padronização de procedimentos, buscando a equivalência ao SIF (Serviço de Inspeção Federal) e, por conseguinte, a adesão ao SISBI.	Auditor SISBI-SUSAF capacitado	unidade	8
Inspeção de Produtos de Origem Vegetal	SEAPI	Promover a qualidade dos produtos de origem vegetal, da matéria prima ao produto final, através de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal.	Análise laboratorial de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Coleta de produtos vegetais para análise de resíduos de agrotóxicos e contaminantes realizada	unidade	260
			Estabelecimento de comércio de vinhos e derivados da uva fiscalizado	unidade	60
			Estabelecimento produtor de vinhos e derivados da uva e do vinho fiscalizado	unidade	92

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Econômico

Armazenagem da Produção Agrícola e Pecuária Gaúcha	CESA	Promover a política de armazenagem oficial do Estado do RS, prestando serviços especializados em armazenagem e beneficiamento de grãos, recebendo produtos de lavoura e preparando-os para a guarda por longos períodos, tanto para agricultores como para cooperativas e iniciativa privada. Armazenar os estoques oficiais e executar os programas sociais do Governo Federal, como Milho Balcão e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, ambos voltados para a agricultura familiar. Realizar a armazenagem de produtos perecíveis e deterioráveis como carnes, frutas, hortaliças e medicamentos. Os procedimentos tarifários e técnicos implicam o balizamento da política tarifárias e de procedimentos técnicos.	Média de produto a granel armazenado	t	43.650
--	------	--	--------------------------------------	---	--------

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETEL	Articular e apoiar as regiões turísticas na implementação e melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, incluindo a implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística, instalação e revitalização de Centros de Atenção Turística para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional, aquisição de equipamentos, revitalização de áreas turísticas, bem como acessos a atrativos turísticos.	Sinalização Turística instalada	unidade	150
Programa de Regionalização do Turismo	SETEL	O Programa visa fortalecer as governanças, promover a articulação e integração regionais, estruturar e consolidar destinos e produtos turísticos competitivos nas regiões, com benefícios aos empreendedores, comunidades locais, gestores públicos municipais, bem como ampliar e diversificar a oferta turística por meio da estruturação e qualificação de produtos, segmentação e posicionamento de destinos e produtos no mercado turístico. Compete ao Programa de Regionalização articular projetos transversais com outros órgãos do Estado, principalmente Cultura, Educação e Meio Ambiente, visando a qualificação e promoção do Turismo cultural e ecológico e programas de educação turística nas escolas.	Gestor público capacitado Governança regional apoiada Projeto de revitalização/posicionamento de mercado de produtos turísticos ícones do RS nas regiões menos desenvolvidas implementado	unidade unidade unidade	55 3 1
Qualificação profissional e empresarial do Turismo	SETEL	Qualificar profissionais e empresários ligados direta e indiretamente ao Turismo, incluindo a produção associada à atividade turística, nos seus diversos níveis, desde a gestão até a operação. Criar e implementar programa de qualificação ao quadro técnico do turismo visando a atualização profissional e à melhoria dos serviços prestados à sociedade, abrangendo todas as divisões técnicas, de forma continuada.	Gestor/empreendedor qualificado Profissional qualificado	unidade unidade	50 200

PROGRAMA: DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO, MODERNIZAÇÃO DE SETORES TRADICIONAIS, INDUÇÃO DE NOVAS ECONOMIAS E ALAVANCAGEM DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Financiamentos de Investimentos à Ampliação da Infraestrutura Pública Municipal do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos públicos municipais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	49.637.560
Financiamentos de Investimentos para a Ampliação da Infraestrutura Econômica do RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para os setores de transporte, energia, gás, saneamento, educação, saúde e telecomunicações.	Operação de financiamento aprovada	R\$	158.175.016
Financiamentos de Investimentos para a Modernização de Setores Tradicionais e a Indução de Novas Economias Empresariais no RS	BADESUL	Aprovar operações de crédito para investimentos empresariais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	316.532.529
Financiamentos de Investimentos para a Modernização e Ampliação da Produção e da Produtividade Agropecuária Gaúcha	BADESUL	Aprovar operações de crédito para projetos de produtores rurais.	Operação de financiamento aprovada	R\$	301.595.071

Caderno de Regionalização

Econômico

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.	SDECT	Apoiar a estruturação de pólos, parques tecnológicos e incubadoras em articulação com universidades, setores produtivos e o poder público em todos os níveis.	Projeto de Incubadora Tecnológica apoiado	unidade	9
			Projeto de Polo Tecnológico apoiado	unidade	14
Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Extensão Produtiva e Inovação (NEPIs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio a projetos prioritários e ações coletivas para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação e à realização de estudo de viabilidade para simbiose industrial e da formação de agendas para execução de ações transversais. Implantar e/ou manter Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação para capacitar pequenas e médias empresas do setor industrial nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações, produção mais limpa e benchmarking. Inclui formação da equipe para gestão e monitoramento do Projeto.	Ação coletiva em APL realizada	unidade	45
			APL com Governança apoiada	unidade	1
			APL com Projeto Prioritário apoiado	unidade	1
			Empresa atendida pela ação do Extensão Produtiva e Inovação	unidade	2.800
Redes de Cooperação	SDECT	Desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas. O projeto foi iniciado no ano 2000, sendo concebido para empreendedores da indústria, comércio e serviços, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados . O Programa Redes de Cooperação foi formalizado através do Decreto nº 42.950 / 2004.	Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação implantado / mantido	unidade	1
			Nova empresa em rede associada	unidade	156
			Nova Rede implantada	unidade	36

PROGRAMA: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à Agroindústria Familiar	SDR	Apoiar as agroindústrias familiares e o artesanato rural. Fomentar a legalização de agroindústrias familiares e de pequeno porte de processamento artesanal no âmbito sanitário, ambiental e fiscal, buscando agregar valor à produção, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional e ao incremento da geração de trabalho e de renda no campo, através do fornecimento de assistência e qualificação técnica, apoio na comercialização e linhas de crédito específicas aos beneficiários do programa. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual, executando a política estadual de agroindústria familiar de acordo com a Lei Estadual 13.921, de 17 de janeiro de 2013, o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) e Dec. 49.341, de 5 de julho de 2012.	Projeto Agroindustrial apoiado	unidade	124
Apoio ao Artesanato e ao Turismo Rural	SDR	Promover o turismo e o artesanato rural, apoiando a legalização dos empreendimentos que desenvolvam essas atividades e auxiliando na elaboração e no encaminhamento de projetos de crédito, na legalização ambiental e tributária, na formação técnica dos beneficiários, no apoio à produção (matéria prima e equipamentos), à comercialização, à promoção e na disponibilização de marcas próprias certificando a origem dos seus produtos.	Projeto de incentivo à produção apoiado	unidade	32
Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar	SDR	Apoiar a inserção dos agricultores nos mercados institucionais através do apoio à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de outras formas de compras institucionais, como a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS (Lei nº 13.922/2012).	Agricultor beneficiado pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	unidade	310

Caderno de Regionalização

Econômico

Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar	SDR	Apoiar a inserção dos agricultores nos mercados institucionais através do apoio à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de outras formas de compras institucionais, como a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS (Lei nº 13.922/2012).	Cooperativa fornecedora de alimentos para órgãos públicos por meio do PAA - Modalidade Compra Institucional Produto adquirido da agricultura familiar pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	unidade	8
Apoio e Desenvolvimento da Produção Leiteira e da Pecuária Familiar	SDR	Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e da pecuária de corte nas propriedades de base familiar. Proporcionar a melhoria da produtividade e qualidade do leite, melhoramento genético do rebanho, aumento na disponibilidade de forragem e estruturação das propriedades, através do acesso ao crédito para ações de custeio e investimento, assim como implementar unidades demonstrativas para o aperfeiçoamento e troca de conhecimentos. Estimular a produção pecuária de base ecológica, agregação de valor a subprodutos da pecuária, e apoiar as atividades de rastreabilidade do rebanho gaúcho.	Agricultor e pecuarista familiar beneficiado Projeto produtivo apoiado	unidade	12.040
Apoio e Desenvolvimento de Sistemas de Base Ecológica	SDR	Fomentar os sistemas agroecológicos e de produção orgânica e a comercialização, valorizando a agrosociobiodiversidade e estimulando a diversificação da produção agrícola, contemplando também as plantas medicinais, aromáticas e condimentares, priorizando mulheres e jovens rurais, por meio de financiamento e outras ações do Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica (Decreto 51.617/2014). Apoiar os sistemas de produção agropecuários que vizam a transição e/ou consolidação agroecológica de unidades produtivas, promovendo a geração de trabalho, renda e a inclusão social, estimulando a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Projeto produtivo apoiado	unidade	200
Desenvolvimento Agrário e Fortalecimento dos Assentamentos	SDR	Apoio e fortalecimento da infraestrutura básica, produtiva, econômica, social e ambiental dos assentamentos da Reforma Agrária e articulação de parceria com o INCRA para a aquisição de áreas para assentamentos de sem-terra. Operacionalizar as ações do FUNTERRA (art. 188 Constituição Estadual e Lei 7.916/84 e alterações).	Sistema de abastecimento d'água implantada	unidade	4
Desenvolvimento e Apoio Socioeconômico de Comunidades Quilombolas	SDR	Apoiar empreendimentos coletivos para a geração de renda e incentivar projetos produtivos em comunidades quilombolas.	Comunidade quilombola beneficiada	unidade	2
Desenvolvimento Integrado da Pesca Artesanal e Aqüicultura	SDR	Apoiar a pesca artesanal e a aqüicultura e promover a popularização do consumo de peixe no Rio Grande do Sul, através de iniciativas de apoio à comercialização e do incremento da produtividade e da produção sustentável de pescado.	Evento de divulgação das ações de pesca e aqüicultura realizado Unidade de referência tecnológica implantada Viveiro para piscicultura construído	unidade	3
Fortalecimento Etnosustentável e Desenvolvimento Socioeconômico de Comunidades Indígenas	SDR	Apoiar a elaboração de planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas em áreas estaduais; elaborar e executar projetos produtivos das comunidades indígenas, visando garantir a segurança alimentar, o fortalecimento da produção e o apoio a agroindustrialização e comercialização do excedente; implementar ações de manejo e recuperação de solos degradados; incentivar a implantação e manutenção de pontos de venda de artesanato e participação em feiras.	Comunidade indígena atendida	unidade	49
Regularização e Reorganização Fundiária	SDR	Trabalhar para a legalização das propriedades através da regularização fundiária de áreas ocupadas por agricultores familiares e públicos especiais que não possuem concessão de uso e transferência de título de propriedade (titulação) das áreas do Estado onde estão produzindo, assim como a indenização de famílias desalojadas de áreas indígenas e de barragem (reassentados).	Agricultor desalojado de áreas indígenas e de barragem indenizado	unidade	125

Caderno de Regionalização

Econômico

Regularização e Reorganização Fundiária	SDR	Trabalhar para a legalização das propriedades através da regularização fundiária de áreas ocupadas por agricultores familiares e públicos especiais que não possuem concessão de uso e transferência de título de propriedade (titulação) das áreas do Estado onde estão produzindo, assim como a indenização de famílias desalojadas de áreas indígenas e de barragem (reassentados).	Titulação de propriedade concedida à agricultor desalojado de área indígena e barragem	unidade	230
---	-----	--	--	---------	-----

PROGRAMA: INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Democratização e Qualificação da Comunicação Governamental	SECOM	Realizar cobertura jornalística da agenda diária do governador e divulgar as informações referentes às principais ações do governo a jornais, portais de internet, emissoras de rádios e televisões, por meio de releases da agência de notícias online do Estado e ferramentas de disparo de emails. Prestar atendimento a jornalistas na busca de informações referentes à administração estadual. Realizar acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia e ampliar o acesso a informações a toda a sociedade.	Comunicação governamental regionalizada por meio da estrutura das regiões funcionais do RS	unidade	1

PROGRAMA: PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Análises Socioeconômicas para o Planejamento	SEPLAN	Elaborar e publicar o Atlas Socioeconômico do RS, nos idiomas português e inglês, e Perfis Regionais com informações por COREDE e Região Funcional.	Perfil por COREDE publicado Perfil por Região Funcional publicado	unidade unidade	6 1
Planejamento Governamental e Regional	SEPLAN	Elaborar, realizar o acompanhamento e avaliar o Plano Plurianual estadual e utilizar as informações provenientes desse processo para elaborar documentos, visando proporcionar transparência à atuação governamental. Elaborar agendas para o equilíbrio territorial, utilizando informações do PPA. Elaborar estudos de longo prazo para o Estado e estimular o planejamento de longo prazo nos órgãos estaduais.	Agenda para o equilíbrio territorial elaborada Caderno de Realizações elaborado	unidade unidade	6 24
Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDEs	SEPLAN	Promover e acompanhar o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDEs.	Plano estratégico elaborado	unidade	6

PROGRAMA: REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Execução de Convênios para Regulação de Serviços de Competência da União e dos Municípios	AGERGS	Executar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, convênio com a ANEEL para a fiscalização dos serviços delegados de energia elétrica de competência da União. Executar convênio com os municípios para a regulação do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	36
Fomento à Participação Social	AGERGS	Assegurar a plena transparência das ações e decisões da AGERGS, através de diversos mecanismos: publicação anual de relatório, que deve incluir a avaliação dos indicadores de qualidade, o resultado de pesquisa de opinião pública sobre a sua prestação e o demonstrativo de origem e aplicação de seus recursos, divulgados através de audiência pública, cujo teor e resultados serão também publicados e remetidos à Assembléia Legislativa; disponibilização de sistema de Ouvidoria Pública, bem como manutenção de cadastro de usuários voluntários, que podem opinar, sugerir e reclamar quanto à prestação dos serviços públicos delegados; realização de audiências e Consultas Públicas, bem como incentivo à formação de conselhos de consumidores, contribuindo também para a participação social no processo regulatório.	Audiência Pública realizada Usuário Voluntário cadastrado	unidade unidade	4 573

Caderno de Regionalização

Governança e Gestão

Monitoramento da Modicidade Tarifária, Equilíbrio Econômico-Financeiro e Justa Remuneração Abrangendo as Áreas Reguladas pela AGERGS	AGERGS	Estabelecer estratégias que contemplem estudo, desenvolvimento e aprimoramento da estrutura de custos dos serviços públicos prestados, com maior capacitação dos técnicos na área de regulação para estabelecimento de padrões de referência, incentivo à excelência da gestão e investimentos dos concessionários, por meio de ferramentas regulatórias, desenvolvimento de padrões contábeis e rotinas de informação e redução da assimetria de informações entre delegatários, usuários e poder público, incluindo a implantação de banco de dados com informações econômico-financeiras, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: saneamento, transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação. Essa ação está embasada na Lei Estadual nº 10.931/97, que criou a AGERGS, definindo dentre seus objetivos o de assegurar a modicidade tarifária, contida no conceito de serviços públicos adequados, e o de zelar pelo equilíbrio econômico e financeiro dos serviços públicos.	Fiscalização Regulatória realizada	unidade	2
			Revisão e Reajuste Tarifário realizado	unidade	4
Monitoramento e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Públicos Delegados nas Áreas Reguladas pela AGERGS	AGERGS	De acordo com a Lei nº 10.931/97, toda concessão ou permissão de serviços públicos pressupõe a sua prestação, assegurando o pleno atendimento das necessidades dos usuários, de acordo com o conceito de serviço adequado, ou seja, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A regulação da qualidade dos serviços com a elaboração e acompanhamento de indicadores e realização de pesquisas de opinião pública constitui-se, portanto, num dos pilares da ação do Estado para o cumprimento do que determina a lei a fim de garantir a promoção do interesse público e a melhoria da qualidade de vida da população, de acordo com a Lei nº 11.075/98. A ação inclui a implantação de banco de dados com informações de padrões de qualidade dos setores sob regulação da AGERGS, com eventual contratação de consultoria de apoio às atividades, abrangendo as áreas de: transporte intermunicipal de passageiros de longo curso, transporte intermunicipal de passageiros metropolitano e de aglomerações urbanas, transporte hidroviário de veículos e de passageiros, estações rodoviárias, gás canalizado e irrigação.	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	36

PROGRAMA: REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, CONCILIAÇÃO E CONSULTORIA AO ESTADO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Modernização Institucional	PGE	Promover a qualificação técnica dos integrantes de seus quadros funcionais, a melhoria operacional e a infraestrutura necessárias ao efetivo e regular desempenho das atividades de consultoria jurídica e de representação judicial da administração pública estadual, desempenhadas pela PGE, por meio dos seguintes órgãos de direção, execução e de apoio: Gabinete, Conselho Superior, Corregedoria-Geral, Procuradorias com funções especializadas (06), de coordenação e integração (01), de pesquisa e documentação (01), de execução regional (18), de execução junto aos Tribunais Superiores (01) e órgão central de apoio administrativo (01). Edificar nova sede para a PGE, que concentre em lugar único a atuação de seus órgãos e atenda as particularidades relacionadas à atuação judicial, viabilizando melhores condições de trabalho e de atendimento à Administração Pública e ao cidadão.	Capacitação de pessoal realizada	unidade	4,12
			Manutenção e qualificação da infraestrutura física realizada	%	2,11

PROGRAMA: APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio para o Acesso à Internet e à Telefonia no Meio Rural	SDR	Articular e realizar ações conjuntas entre as Cooperativas de Infraestrutura, os Municípios e as operadoras de telefonia para criação de condições e disponibilização de infraestrutura para acesso à Internet de qualidade no meio rural.	Articulação/ação realizada	unidade	6
Incentivo ao Uso e à Geração de Energia por Meio de Fontes Alternativas	SDR	Incentivar e apoiar a utilização e a implantação de fontes alternativas de energias pelos agricultores familiares e públicos especiais, bem como fomentar e articular incentivos para a aquisição de equipamentos e geração de energia por meio de fontes alternativas através de cooperativas de infraestrutura, visando o uso racional dos recursos naturais.	Evento/seminário realizado para associados das cooperativas com potencial de investimento	unidade	2
Melhoria da Qualidade da Energia Elétrica no Campo	SDR	Articular com entidades e municípios a realização de levantamento da necessidade de carga de energia elétrica nos empreendimentos rurais de associados de cooperativas. Requerer eventuais providências necessárias junto aos Comitê de Planejamento Energético do Estado (COPERGS) para a adequação da tensão de energia pelas distribuidoras. Quando o tipo de obra exigir participação financeira do consumidor, apoiar financeiramente, com a utilização de recursos do FEAPER, a execução do projeto.	Levantamento de necessidade de carga realizado	unidade	440
			Projeto de melhoria da infraestrutura energética implantado	unidade	48

PROGRAMA: GÁS PELO RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Melhorias Operacionais dos Sistemas de Distribuição de Gás Natural	SULGÁS	Expandir a rede de distribuição de gás natural e da carteira de clientes, especialmente no segmento de varejo, constituído por clientes residenciais e comerciais. Haverá a ampliação, também, do volume de gás natural distribuído a regiões com demandas potenciais significativas e da oferta de gás natural na forma comprimida (GNC) a regiões afastadas da rede de distribuição. Dentre os principais projetos, destacam-se: macrocélulas em Porto Alegre e Caxias do Sul; saturação das redes existentes (AÇO e PEAD); ramal UTE Rio Grande; interligação Polo Petroquímico Triunfo; interligação Canoas-Cachoeirinha; ramal Scharlau/Portão; ramal Alvorada; ramal Cavalhada; ramal Agronomia; Projetos Estruturantes (modal GNC) em Gramado/Canela e Santa Cruz do Sul. Esta ação contempla, ainda, a realização de projetos de infraestrutura que configuram melhorias no sistema de distribuição de gás natural e no atendimento aos clientes. Os projetos compreendem desde a aquisição de sistemas e/ou equipamentos operacionais até a construção de redes de infraestrutura de distribuição fundamentadas na ampliação da capacidade de fornecimento, na segurança operacional e na robustez da malha dutoviária de distribuição de gás, agregando valor ao produto e aos clientes.	Cliente atendido	unidade	1
			Volume de GN comercializado	m3/d	1.971
Desenvolvimento do Mercado de Biometano no Estado	SULGÁS	Incentivar a implantação de projetos de produção de Biometano em diferentes regiões funcionais. Produzir e fornecer o energético, à Sulgás, a partir de distintos substratos com vistas à injeção na rede de distribuição. As principais atividades e investimentos previstos para a consecução da ação são: Realização de Chamada Pública para seleção de propostas para fornecimento de Biometano; Ramal Carlos Barbosa; Projetos Estruturantes; Gerador (Paralelo) – Posto GNVERDE Montenegro; Pontos de Injeção de Biometano – GNVerde; Projeto Pesquisa de Biometano e GNV em Motores – Convênio Univates; Projeto de Pesquisa “Mapa do Biometano e Biomassa no RS” – UNIVATES; Análises Físico-Químicas Biometano (GNVerde) – Convênio SULGÁS/SENAI/CTGÁS; aplicação do Biometano em veículos leves e pesados; aplicação de Biometano na indústria; aplicação de Biometano para geração de energia elétrica e cogeração.	Projeto contratado	unidade	1
			Volume de biometano adquirido	m3/d	20.000

PROGRAMA: PLANEJAMENTO LOGÍSTICO - PRÓ - TRANSPORTE MULTIMODAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Capacidade de Rodovias	DAER	Aumentar a capacidade dos eixos rodoviários, através da duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação de terceiras e quarta faixas de trânsito, em pontos críticos que possuem alto índice de acidentes, aclives que reduzem drasticamente a velocidade e estradas que necessitam de aumento da sua capacidade de atender a demanda de tráfego, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.	Rodovia com capacidade ampliada	km	46,55
Conservação e Manutenção de Rodovia Pedagiada	EGR	Conservar e manter as rodovias pedagiadas. Os serviços compreendem basicamente a conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada manual ou mecânica, terraplenagem, sinalização vertical e horizontal, obras de arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem, conservação da faixa de domínio, melhorias em trevos e travessias urbanas, serviços de meio ambiente, serviços de supervisão e fiscalização. Os serviços e os projetos necessários à realização das obras serão contratados pela EGR junto a firmas especializadas.	Rodovia conservada	km	82,47
Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária	DAER	Aumentar a extensão da rede rodoviária possibilitando integração das comunidades a toda a malha existente, beneficiando um número maior de usuários. Envolve todos os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, obras complementares, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, desapropriações, serviços de meio ambiente, fiscalização e supervisão.	Acesso municipal construído	km	286,94
Construção de Rodovias	DAER	Executar todos os serviços destinados a expandir o sistema rodoviário estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, serviços complementares, custos referentes ao meio ambiente, supervisão e fiscalização.	Rodovia construída	km	18,2
Convênios Municipais	DAER	Executar obras viárias destinadas a estender ou qualificar a rede viária municipal, ou segmentos de rodovia estadual diretamente ligada aos municípios, possibilitando maior integração, mobilidade, escoamento de produção e maiores benefícios sociais. Envolve os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares. As obras e os serviços serão realizados mediante convênios firmados entre o DAER e os Municípios, sendo responsabilidade do DAER o repasse de uma parcela dos recursos necessários. As obras serão realizadas pelos municípios, com acompanhamento do DAER.	Obra viária realizada	km	9,2
Manutenção de Praças de Pedágio	EGR	Manter a estrutura física das praças de pedágio, realizando todas as atividades necessárias envolvendo basicamente a área de eletroeletrônica, cancelas, segurança da praça e transporte de valores arrecadados.	Praça de pedágio mantida	unidade	1

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e Ambiente

Modernização, Manutenção e Ampliação do Sistema Aeroportuário	ST	Modernizar e manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços. As atividades necessárias constituem-se de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária e objetivam a ampliação e a qualificação necessárias ao aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros. Para a consecução das obras e serviços necessários será realizada a contratação de consultoria e de projetos para os aeroportos regionais e internacionais novos ou existentes bem como contratação de consultoria para estudos de demanda, impacto ambiental e localização de sítios aeroportuários.	Aeroporto mantido	unidade	3
			Aeroporto modernizado	unidade	2
			Estudo realizado	unidade	8
Operação e Administração do Sistema de Arrecadação das Rododovias Pedagiadas	EGR	Operar o sistema de arrecadação das rodovias pedagiadas, realizando as atividades necessárias as quais evolvem o planejamento, o controle e fiscalização das praças de pedágio e do fluxo de veículos. Implantação do Centro de Controle de Arrecadação - CCA e do Centro de Controle Operacional - CCO.	Arrecadação realizada	R\$	60.400.756
			Fluxo de veículo controlado	unidade	7.178.019
			Praça de pedágio administrada	unidade	1
Planejamento, Desenvolvimento e Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado	DAER	Elaborar o plano diretor rodoviário a partir do gerenciamento e do planejamento da malha rodoviária estadual; Introduzir a malha rodoviária do estado nas novas tecnologias de geoprocessamento, bem como, dispor de um preciso e atualizado instrumento de gestão; Obter o diagnóstico da malha rodoviária executando o levantamento da rede pavimentada e não pavimentada, incluindo o cadastro, o tráfego, condições do pavimento, acidentalidade e obras de arte especiais. Inspeccionar, diagnosticar, classificar e promover planos de ações de segurança viária. Cadastrar e monitorar os pontos de instabilidade de encostas; Desenvolver e implantar metodologias e especificações dos serviços do DAER através de aperfeiçoamento e gestão; Implementar um sistema estadual de registro de estudos e projetos, com a participação dos municípios; Conhecer, agrupar e analisar os dados socioeconômicos relacionados com a população, renda, frota de veículos, agricultura, indústria e serviços, bem como, valores de insumos e serviços utilizados nas obras rodoviárias; Atualização e elaboração de novos estudos e projetos de engenharia e estudos para licenciamento ambiental, bem como, estudos e pesquisas de matérias para pavimentação de rodovias e de novas técnicas construtivas em trechos rodoviários experimentais. Promover a regularização ambiental da malha rodoviária estadual com a obtenção das licenças de operação. Adquirir bens e serviços para desenvolvimento e suporte das atividades técnicas de engenharia.	Projeto rodoviário e de obra de arte especial concluído	km	71,12
Prestação de Serviços de Atendimento aos Usuários	EGR	Prestar serviços de socorro rodoviário com a remoção de veículos e resgate médico aos usuários. Os serviços de resgate médico serão terceirizados com a contratação de empresa especializada. A remoção de veículos será realizada por contratação de terceiros ou de forma direta pela EGR, com seus próprios recursos e com credenciamento para disponibilização de guinchos destinados à remoção de veículos com pane mecânica ou acidentados.	Ambulância disponibilizada	unidade	1
			Praça de pedágio com serviço de remoção de veículos atendida	unidade	1
Restauração de Pavimento	DAER	Restaurar rodovias pavimentadas, incluindo-se obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como, recuperação de obras de arte correntes, especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização.	Pavimento restaurado	km	599,75
Restauração de Rodovia Pedagiada	EGR	Restaurar as rodovias pedagiadas, realizando obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como restauração de obras de arte correntes especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização. A EGR mediante processo licitatório contratará a execução dos serviços.	Rodovia restaurada	km	57,99

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais	SEAPI	Ampliar a área irrigada, beneficiando diversos municípios, principalmente os mais afetados, tanto pela seca, quanto pelas enchentes, pois as barragens além de proporcionarem um contínuo uso da água para a irrigação e regularização da vazão do leito do rio, evitam enchentes à jusante do barramento. Desenvolver projetos executivos de novas barragens a partir de um total de 23 estudos existentes não contemplados no PAC 2, e suas respectivas construções. Apoiar a operação inicial da distribuição da água de reservatórios e gerenciamento dos sistemas de distribuição para a continuidade da gestão e manutenção do sistema. Realizar compensação ambiental de áreas desmatadas pela área de alagado das barragens. através de aquisição de áreas de preservação permanente ou, do plantio de mudas de árvores específicas, atendendo orientações da FEPAM.	Área adquirida	ha	2.000
			Barragem do Estancado construída (PAC 2)	%	100
			Barragem do Estancado projetada (PAC 2)	%	100

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	CORSAN	Expandir as redes e ligações de água; substituir redes de água; otimizar e/ou melhorar os sistemas de abastecimento; ampliar os sistemas de abastecimento considerando o crescimento vegetativo; ampliar o número de economias atendidas.	Capacidade instalada de tratamento de água ampliada	m3	3.784.320
			Rede de água assentada/substituída	m	211.500
			Volume de reservação ampliado	m3	1.550
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	CORSAN	Expandir e/ou substituir as redes e ligações de esgoto; substituir redes de esgoto; ampliar os sistemas de esgotamento sanitário; implantar sistemas de esgotamento sanitário, ampliar o número de economias com sistemas de esgoto sanitário disponibilizado.	Capacidade instalada de tratamento de esgoto ampliada	m3	2.838.240
			Economias disponibilizadas com sistemas de esgotamento sanitário	unidade	35.416
			Redes de esgoto assentadas	m	235.854

PROGRAMA: SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Implementação / Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais	SEMA	Apoiar a construção de ferramentas que possibilitem o planejamento de uso dos recursos naturais, os quais orientam o licenciamento e monitoramento das atividades antrópicas. Incentivar, articular e planejar, em parceria com os municípios, políticas de defesa dos direitos animais.	Plano de Manejo de Unidade de Conservação elaborado e/ou revisado	unidade	1
			Repovoamento da araucária e de plantio de árvores nobres de espécies folhosas nativas realizada	unidade	80.000
Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	SEMA	Implementar as ações decorrentes das diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos concluído em Dezembro de 2014.	1ª Etapa do Plano Estadual Resíduos Sólidos implementada	%	10

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E À INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas para as PcD e PcAH/Sd	FADERS	Articular políticas de diferentes esferas governamentais e em diferentes áreas e níveis de atuação, mediante a coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH no RS, a gestão da Política Pública Estadual, a promoção da interiorização de ações e da descentralização de recursos, o assessoramento a gestores e a atuação junto a Municípios, Órgãos, Entidades e Conselhos de Direitos e de Controle Social sobre políticas públicas no interesse das PcD e PcAH e suas entidades representativas.	Comitê Gestor instalado	unidade	6
			Conselho de Direitos e de Controle Social de Políticas assessorado	unidade	4
			Evento temático realizado	unidade	2
			Plenária do Fórum coordenada	unidade	4
Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Prestar atenção direta a pessoas com deficiência e a pessoas com altas habilidades / superdotação e sua comunidade, em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias, conhecimentos e espaços de atendimento, com vistas à elevação da qualidade de vida e à inclusão.	Pessoa com Deficiência ou Pessoa com Altas Habilidades atendida em serviço referência da FADERS	unidade	2.000
Produção de Conhecimento nas Áreas da Deficiência e das Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades / superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades / superdotação. Assessorar projetos e ações de órgãos públicos, instituições, entidades e empresas orientados à inclusão social das PcD e PcAH/Sd. Supervisionar estágios acadêmicos no campo e área de atuação da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Órgão / Projeto assessorado	unidade	8
			Pessoa capacitada para atenção às altas habilidades	unidade	20
			Pessoa capacitada para atenção às deficiências	unidade	300

PROGRAMA: ACESSO E PERMANÊNCIA COM QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Alimentação Escolar Qualificada para a Educação Básica	SEDUC	Estabelecer uma relação de parceria entre Estado e Municípios, por meio de repasse de recursos financeiros aos municípios para complementação e qualificação da alimentação escolar no âmbito estadual, transferindo gradativamente a alimentação municipalizada para a alimentação escolarizada, com vista à expansão e à melhoria da Educação Básica. Garantir apoio aos Municípios que assumiram o compromisso de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos alunos matriculados em todas as etapas e modalidades de ensino dos estabelecimentos estaduais de educação localizados na área de sua jurisdição. Garantir o atendimento aos alunos matriculados em escolas com a alimentação escolarizada na Educação Básica da rede pública estadual (creches, pré-escolas, ensino fundamental, médio, EJA, AEE), no Ensino Médio Politécnico, no Programa Mais Educação, em Escolas de Tempo Integral, bem como em escolas atendidas no Programa Nacional de Alimentação Escolar com cardápio regionalizado.	Aluno atendido com alimentação escolarizada	unidade	117.768
			Aluno atendido com alimentação municipalizada	unidade	5.919
			Município que atende alimentação municipalizada da rede estadual	unidade	18
Articulação de Ações Transversais com Órgãos Públicos e Instituições da Sociedade Civil que Garantam o Acesso e a Permanência	SEDUC	Desenvolver ações que integrem a Escola à rede de atenção à criança e ao adolescente, envolvendo órgãos públicos, sociedade civil organizada e comunidade escolar. Objetivando a melhoria e qualificação do ensino, estabelecer relação de parceria entre Estado e associações mantenedoras de estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos através de repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB. Estabelecer convênios com organismos nacionais e internacionais visando financiamento de ações para expansão da Educação Básica.	Parceria com entidades civis sem fins lucrativos realizada	unidade	27

Caderno de Regionalização

Social

Democratização e Eficiência da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	SEDUC	Manter as escolas de Educação Básica com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Atualizar e revisar os critérios de distribuição dos valores relativos ao suprimento mensal de recursos da Autonomia Financeira das Escolas da Rede Estadual de Ensino. Garantir a manutenção e qualificação dos sistemas informatizados de gestão nos aspectos administrativo, pedagógico e de recursos humanos, integrados entre escola, CREs e SEDUC. Realizar diagnóstico da demanda educacional e do atendimento escolar, bem como acompanhar o movimento e rendimento dos alunos para subsidiar a construção de políticas que assegurem a qualidade do acesso e a permanência da Educação Básica, através do censo escolar, central de matrículas e ISE - Informatização da Secretaria da Educação. Acompanhar sistematicamente a ficha de comunicação do aluno infrequente - FICAI on-line, junto aos órgãos parceiros, reforçando a necessidade de desenvolver estratégias interinstitucionais com enfoque para o trabalho em rede - Escola, Conselho Tutelar, Ministério Público e demais órgãos estaduais e municipais, concentrando esforços para manter o aluno na escola, permitindo ao Poder Público, através dos dados colhidos com a aplicação da ficha, a construção de políticas públicas em prol da garantia do direito à educação.	Central de matrículas implementada e informatizada	unidade	1
			Escola atendida com manutenção centralizada	unidade	440
			Escola atendida com programas de autonomia financeira e pedagógica	unidade	440
			Escola, CRE e SEDUC com gestão informatizada	unidade	445
Prevenção à Violência - CIPAVES - Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas Escolas	SEDUC	Implantar e implementar Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas escolas - CIPAVES, prioritariamente em escolas localizadas em municípios de maior vulnerabilidade social, por meio de formação e capacitação de professores e alunos em práticas restaurativas.	Escola com núcleo de gestão de conflito implantado	unidade	56
Transporte Escolar - Adesão ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar	SEDUC	Manter o maior número de municípios habilitados ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, através das adesões ao Transporte Escolar em 90% dos 481 municípios que atendem alunos do meio rural, de acordo com a legislação.	Município com termo de adesão firmado/assinado	unidade	130
Viabilização do Transporte Escolar	SEDUC	Realizar, com qualidade e vigilância, em parceria com os municípios, a oferta do transporte escolar aos alunos matriculados na Rede Pública Estadual, conforme legislação vigente.	Aluno da rede estadual transportado	unidade	22.805

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção de Cadeias Públicas	SSP	Gerar vagas no sistema prisional, destinadas exclusivamente aos presos provisórios (sem condenação criminal), em atendimento à legislação vigente.	Vaga gerada	unidade	606

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO DO ACESSO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ações de mobilização e articulação potencializando parcerias e convênios público privados para investimentos na Educação Profissional pública estadual	SEDUC	Estabelecer parcerias e convênios entre entes públicos e privados para a convergência de ações que contribuam para a melhoria da qualidade da educação profissional ofertada pelas escolas técnicas estaduais.	Instrumento jurídico/convênio firmado	unidade	4
Capacitação, atualização e qualificação de professores, servidores e gestores da Rede Estadual de Educação Profissional	SEDUC	Capacitar, atualizar e qualificar professores, servidores e gestores, nas áreas pedagógica, técnica e administrativa, buscando inclusive, parcerias com Instituições Públicas e Privadas. Oportunizar formação continuada e técnica, bem como garantir assessoria, pesquisa, troca de experiências, produção e/ou aquisição de material pedagógico necessário para subsidiar os debates e estudos aos profissionais que atuam na Educação Profissional, atendendo as diversidades regionais e potencialidades socioeconômicas das diferentes comunidades e regiões do RS. Capacitar docentes, técnicos e equipes diretivas para implementação/implantação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar.	Gestor capacitado	unidade	348
			Professor capacitado	unidade	220
			Servidor capacitado	unidade	296

Caderno de Regionalização

Social

Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional	SEDUC	Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas que ofertam Educação Profissional com recursos oriundos de convênios e parceiras. Construir, reformar, ampliar e qualificar a estrutura física das escolas de Educação Profissional, oportunizando um atendimento qualificado do Ensino Profissionalizante aos alunos, inclusive com ampliação de vagas, visando atender o desenvolvimento diferenciado das regiões do Estado. Adaptar escolas para o atendimento em Tempo Integral na Educação Profissional, buscando a melhoria do desempenho escolar.	Escola ampliada	unidade	8
			Escola em Tempo Integral na Educação Profissional reformada	unidade	7
			Nova escola técnica construída	unidade	1
Democratização e eficiência na gestão das Escolas de Educação Profissional e Superintendência de Educação Profissional - SUEPRO	SEDUC	Manter as escolas de Educação Profissional com recursos financeiros por meio da Autonomia Financeira e Pedagógica - repasse às escolas, bem como as despesas com pagamento centralizado - água/saneamento, energia, locações, dentre outras. Disponibilizar recursos para a implementação da política de gestão da Educação Profissional, através da manutenção da Superintendência da Educação Profissional - SUEPRO da Secretaria de Estado da Educação.	Escola atendida com programa de autonomia financeira e pedagógica	unidade	30
			Escola e SUEPRO atendida com manutenção centralizada e apoio administrativo	unidade	30
Implantação de proposta pedagógica específica da Educação Profissional em tempo integral nas escolas técnicas agrícolas	SEDUC	Implementar proposta pedagógica diferenciada nas escolas técnicas, gradativamente, voltada a educação em tempo integral, iniciando-se pelas escolas com cursos técnicos agrícolas	Escola em tempo integral implantada/atendida	unidade	9
Modernização e inovação dos equipamentos/mobiliários básicos dos cursos de Educação Profissional das Escolas da Rede Estadual	SEDUC	Modernizar os cursos técnicos pela aquisição de equipamentos e mobiliários básicos para ampliação e qualificação, aplicável a inovação dos processos e produtos das escolas que ofertam Educação Profissional, Associações de Casa Familiares Rurais e Escola Família Agrícola, aplicando novos recursos oriundos de convênios.	Escola equipada/mobiliada	unidade	29

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Oferta de Escolas em Tempo Integral	SEDUC	Ampliar o atendimento educacional de, no mínimo, sete horas nas escolas com disponibilidade de espaço físico, contemplando todas as regiões do Estado e com a participação das comunidades, de modo que venham a refletir os seus interesses, proporcionando condições para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, socioeducacionais, culturais e esportivas, objetivando a melhoria do desempenho escolar.	Aluno atendido em escola em tempo integral	unidade	24.336
			Escola com Tempo Integral implantado	unidade	56
Apoio à Formação Inicial dos Profissionais da Educação	SEDUC	Implementar o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR visando induzir e fomentar a oferta emergencial de vagas em cursos de educação superior, gratuitos e de qualidade, nas modalidades presencial e a distância, para professores em exercício na rede pública de educação básica, a fim de que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica e, onde possível, estimular que a UERGS ministre a formação para os profissionais de educação. Ao tocante da SEDUC/RS o PARFOR é de grande importância para a melhoria nos serviços educacionais do Estado do Rio Grande do Sul, sendo acompanhado em nível local através de assistência aos professores cursistas, universidades e ao andamento dos processos e desenvolvimento do programa. Promover a formação técnica em nível médio a servidores efetivos que atuam na Secretaria da Escola, Alimentação Escolar, infra-estrutura, multimeios didáticos e outros no sistema de Ensino da Educação Básica- Programa PROFUNCIÓNÁRIO.	Professor beneficiado com auxílio-estudo	unidade	280
Atendimento da Educação Básica, Oportunizando a Participação Social e Cidadã	SEDUC	Implantar/implementar e desencadear ações que incentivem a participação dos alunos e de toda a comunidade escolar em diversas atividades educacionais, esportivas, culturais e sociais proporcionadas pela escola, fortalecendo ações de cidadania, além de proporcionar certificação de formação.	Aluno participante do Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS	unidade	147.680

Caderno de Regionalização

Social

Atendimento da Educação Básica, Oportunizando a Participação Social e Cidadã	SEDUC	Implantar/implementar e desencadear ações que incentivem a participação dos alunos e de toda a comunidade escolar em diversas atividades educacionais, esportivas, culturais e sociais proporcionadas pela escola, fortalecendo ações de cidadania, além de proporcionar certificação de formação.	Escola integrante do Programa Mais Educação	unidade	187
			Escola participante das atividades educativas e culturais	unidade	176
			Escola participante do Programa Escola Aberta para a Cidadania	unidade	11
			Jovem e adulto atendido pelo PBA - Programa Brasil Alfabetizado	unidade	4.125
Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino e Comunidade Escolar	SEDUC	Proporcionar a formação continuada dos profissionais da Educação Básica em todos os níveis e modalidades de ensino, visando à qualificação profissional para melhor desempenho de suas funções e atendimento à diversidade cultural, étnica e de gênero para a convivência numa cultura de paz, por meio de encontros, seminários, conferências, que favoreçam a socialização de novas metodologias, troca de experiências, construção de novos conhecimentos, buscando-se um ambiente de estudo e pesquisa que resulte em práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem eficientes e exitosas. Atualizar e capacitar os profissionais, visando atender os diferentes níveis e modalidades da Educação Básica e da gestão educacional, proporcionando uma maior compreensão do contexto social, cultural, ambiental, bem como atualizar conhecimentos pedagógicos e de uso de novas tecnologias em educação. Formar grêmios estudantis, conselhos escolares, CPMs. Capacitar a gestão pedagógica e administrativa das escolas, CREs e SEDUC.	Participante da política de gestão da Escola, CRE e SEDUC qualificado	unidade	7.510
			Participante da Tecnologia da Informação qualificado	unidade	19.310
			Participante das formações envolvendo temáticas educacionais qualificado	unidade	18.950
			Participante do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa qualificado	unidade	4.000
			Participante do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio qualificado	unidade	7.420
Modernização Tecnológica - Escolas/SEDUC e CRE	SEDUC	Adquirir/desenvolver software, instalação de rede elétrica e lógica e hardware (computadores, notebooks, lousas, salas multimídias, sistema de som, filmagens e vídeos) de acordo com as demandas da Educomunicação e Políticas de Gestão, com vista a fomentar o uso da tecnologia nos processos de Ensino e Aprendizagem em todos os níveis de Ensino e também qualificar a gestão educacional.	Equipamento de apoio tecnológico adquirido	unidade	14.204
			Escola, CRE e SEDUC com sistema e aplicativo instalado	unidade	445
Qualificação da Reestruturação Curricular, Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares	SEDUC	Implantar/qualificar os projetos político pedagógicos e regimentos escolares da Educação Básica, nas unidades da rede pública estadual, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Normal. Capacitar docentes técnicos e equipes diretivas para elaboração e implementação dos projetos político pedagógicos e do regimento escolar. Discutir e implantar a reestruturação curricular nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que nos anos iniciais já está concluída. Otimização das ações pedagógicas para o processo educacional, com a participação do aluno/professor diretamente no processo de aprendizagem, por meio de pesquisas, debates, interações com softwares pedagógicos, trabalhos em laboratórios/bibliotecas, dentre outros.	Escola com Projeto Político Pedagógico - PPP e regimento escolar qualificado	unidade	440
			Escola com reestruturação curricular dos anos finais do Ensino Fundamental implantada	unidade	406
Qualificação dos Espaços Pedagógicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para laboratórios de informática, de ciências, bibliotecas escolares, salas multifuncionais, de recursos, incluindo ampliação dos acervos bibliográficos, materiais específicos para atendimento a alunos com necessidades especiais, instrumentos musicais para implantação e manutenção de bandas escolares e demais atividades culturais.	Equipamento para educação especial adquirido	unidade	215
			Escola com biblioteca atualizada	unidade	220
			Escola equipada com materiais diversos	unidade	440
			Laboratório de ciências qualificado	unidade	220
			Sala multifuncional/de recurso equipada	unidade	110
Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul - SAERS	SEDUC	Realizar o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS, com avaliação em larga escala, universal e censitária (todas as escolas da rede estadual) e por adesão da rede municipal e particular, resgatando esta prática executada em anos anteriores.	Escola estadual com SAERS implantado	unidade	440

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Educação em Saúde	SES	Promover cursos presenciais ou a distância de pós-graduação, aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação popular em saúde, bem como ações de matriciamento, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências/estágios na realidade do SUS. As ações serão elaboradas, planejadas e executadas pela Secretaria da Saúde e, quando necessário, na intersetorialidade com outras Secretarias de Governo, bem como com os governos federal e municipais e instituições de ensino, sempre buscando dar conta das demandas locorregionais.	Núcleo Regional de Saúde Coletiva (NURESC) qualificado	unidade	4

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à implementação da Agenda do Trabalho Decente	STDS	Apoio e assessoramento técnico para programas de qualificação urbana e rural, com oportunidades equânimes entre os jovens, mulheres, afrodescendentes, quilombolas, LGBTT e outros segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social, com a cooperação, pública e privada, acompanhada pela realização de seminários de sensibilização ao empresariado a fim de inserir o referido público no mundo do trabalho. Desenvolvimento de atividades de formação para revitalização da Comissão Estadual de Emprego, Trabalho e Renda. Apoio administrativo, técnico, financeiro e operacional para a Comissão Estadual de Emprego e Renda a fim de organizar e realizar a Conferência Estadual do Trabalho Decente.	Município apoiado	unidade	51
Desenvolvimento do artesanato como geração de trabalho e renda	FGTAS	Apoiar a organização do trabalho artesanal no RS, habilitar o artesão para o exercício da profissão, emitir a carteira profissional, registrar no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), apoiar a realização de Feiras municipais de artesanato, apoiar a participação e comercialização dos produtos em feiras estaduais, nacionais e internacionais. Revitalizar Casas do Artesão no Estado do RS e expandir a disponibilização de espaço Casa do Artesão em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Disponibilizar um canal pela internet para comercialização de produtos artesanais. Efetuar a qualificação profissional com incentivo ao domínio da arte e matéria-prima do artesanato, priorizando regiões em desenvolvimento e em condição de vulnerabilidade social.	Artesão registrado no PGA	unidade	2.828
			Artesão registrado no SICAB	unidade	692
			Casa do Artesão no Estado do RS em atividade	unidade	3
			Feira e evento apoiado no RS	unidade	9
			Pessoa Qualificada	unidade	108
			Seminário realizado para orientação de desenvolvimento de negócios e geração de renda	unidade	4
Relações com o mercado de trabalho	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado dispensado sem justa causa buscando a sua recolocação no mercado de trabalho e também sua inserção em cursos de qualificação profissional. Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do "Informe PED". A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado - "Mais Emprego" do MTE - que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informações sobre o perfil de trabalhadores cadastrados. Ações voltadas para o público prioritário (colocados monitorados pelo seguro e o trabalhador com deficiência).	Atendimento realizado	unidade	442.697
			Trabalhador colocado no mercado de trabalho por meio das agências FGTAS/SINE	unidade	11.017
			Vaga Captada	unidade	45.225

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: GESTÃO DA SAÚDE E INFRAESTRUTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES	SES	Qualificar a infraestrutura da SES. Reformar, ampliar e/ou construir as diferentes estruturas da SES (Nível Central, Coordenadorias Regionais de Saúde, Escola de Saúde Pública, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, dentre outros) seguindo os preceitos da sustentabilidade e ecoeficiência, com a finalidade de obter economia de recursos financeiros e ganhos ambientais. Garantir a infraestrutura para ações de combate à dengue no Estado.	Central Regional da Rede de Frio readequada de acordo com as normas do Programa Nacional de Imunizações (PNI)	unidade	4
Fortalecimento da Ouvidoria do SUS	SES	Ampliar e descentralizar a Ouvidoria do SUS, visando ao fortalecimento da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS. Fortalecer a Rede de Ouvidorias do SUS através da qualificação das Ouvidorias, buscando respostas adequadas às demandas individuais dos cidadãos dentro dos prazos estabelecidos.	Ouvidoria do SUS municipal implantada	unidade	3
			Ouvidoria regional do SUS implementada	unidade	4
Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS	SES	Estimular a utilização e integração das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado com ênfase no território da Região de Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. Fortalecer o planejamento, o monitoramento e avaliação através dos grupos de trabalho e núcleos de monitoramento constituídos nos níveis central e regional da SES.	Grupo de Trabalho de Planejamento, Monitoramento e Avaliação regional e estadual mantido	unidade	4
Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais	SES	Implantar a política de atuação do SUS para redução dos riscos à saúde da população e impactos na rede de atenção em decorrência de desastres ambientais.	Plano de contingência para desastres ambientais implantado e implementado	unidade	4

PROGRAMA: INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Promoção da inclusão digital	FGTAS	Desenvolver a Inclusão Digital nas 11 Agências de Desenvolvimento Social – ADS (instituídas pelo Decreto Nº 47.364/2010). Contribuir para a melhoria do nível de vida da população por meio da alfabetização digital e formação e aperfeiçoamento profissional.	Curso realizado	unidade	24
			Pessoa beneficiada com acesso à Rede de Computadores	unidade	4.800
			Pessoa Qualificada	unidade	360

PROGRAMA: JUNTOS PELA CULTURA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cultura para a promoção da cidadania, valorização da diversidade e inclusão social, com atenção aos grupos vulneráveis	SEDAC	Promover o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul a partir das demandas vindas da sociedade, com incentivo à participação popular e ao controle social. Incentivar a organização dos Sistemas Municipais de Cultura em todos os municípios. Consolidar a Lei 14.310 como instrumento de gestão compartilhada, promovendo uma articulação entre o Estado, os municípios e o meio cultural. Elaborar estudos sobre a Cultura e produzir de estatísticas culturais para auxiliar a qualificação da gestão. Promover políticas de valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero, LGBTT e popular.	Encontro realizado	unidade	8
			Premio pelo desenvolvimento da cultura concedido	unidade	40
			Sistema Municipal de Cultura implementado	unidade	55
			Apresentação artística realizada	unidade	24
Democratização do acesso aos acervos e aos serviços culturais do Estado do RS	SEDAC	Ampliar a divulgação e o conhecimento dos bens culturais e históricos das diversas instituições culturais - museus, bibliotecas e casas de cultura - e realizar exposições no interior do Estado.	Exposição itinerante realizada	unidade	20
			Exposição sediada em instituições culturais	unidade	30
			Público atendido por serviços culturais	unidade	60.000

Caderno de Regionalização

Social

Democratização do acesso aos acervos e aos serviços culturais do Estado do RS	SEDAC	Ampliar a divulgação e o conhecimento dos bens culturais e históricos das diversas instituições culturais - museus, bibliotecas e casas de cultura - e realizar exposições no interior do Estado.	Seminário, palestra, oficina realizada	unidade	48
Desenvolvimento das linguagens artísticas	SEDAC	Apoiar o fortalecimento da organização setorial e o desenvolvimento das diversas linguagens artísticas no RS, incluindo os intercâmbios culturais.	Encontro setorial realizado	unidade	4
			Evento artístico setorial realizado	unidade	14
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Bibliotecas	SEDAC	Modernizar as bibliotecas públicas do Estado e capacitar os atendentes de bibliotecas, com especial atenção às localizadas nos municípios alvo do Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais do Gabinete de Políticas Sociais. Atualizar o acervo e promover a Biblioteca Pública Estadual em seus 145 anos de criação.	Biblioteca Municipal assessorada	unidade	55
			Modernização de Biblioteca Pública realizada	unidade	5
			Título adquirido	unidade	2.000
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus	SEDAC	Promover a estruturação dos museus, por meio da assessoria técnica para a difusão do conhecimento, e da realização de fóruns, oficinas, cursos e seminários, para a capacitação dos profissionais. Fomentar nos museus a realização de atividades para os grupos vulneráveis.	Museu municipal assessorado	unidade	160
			Profissional capacitado	unidade	440
Fomento à economia da cultura	SEDAC	Fortalecer o Sistema Pró Cultura por meio de editais do Fundo de Apoio à Cultura – FAC e da Lei de Incentivo à Cultura - LIC, contemplando novas categorias e estimulando a diversificação, a descentralização das atividades em todas as regiões do Estado e a circulação fora do RS.	Projeto cultural contratado/conveniado	unidade	48
Implementação do RS Criativo/ Criativa Birô	SEDAC	Disseminar a cultura empreendedora com foco na economia criativa, a partir da implementação de espaço de atendimento e capacitação dos gestores e produtores culturais do Estado.	Agente e produtor cultural capacitado	unidade	111
OSPA para todos	FOSPA	Realizar os concertos da programação artística da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre na capital e no interior do Estado. Dar seguimento às atividades da Escola da OSPA, incluindo apresentações para a comunidade.	Concerto realizado pela Orquestra Sinfônica	unidade	15
Promoção e difusão da preservação do patrimônio histórico	SEDAC	Promover a educação patrimonial, a difusão de ações institucionais e o inventário e zeladoria do patrimônio material e imaterial, sob a coordenação do IPHAE. Contratar projetos para bens tombados estaduais com condenação judicial.	Inventário do patrimônio histórico realizado	unidade	1
			Oficina e/ou curso realizado para a promoção e difusão da educação patrimonial	unidade	4

PROGRAMA: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Qualificação dos espaços escolares, CREs e SEDUC com equipamentos e mobiliários básicos	SEDUC	Adquirir equipamentos e materiais para reposição e substituição dos que se encontram obsoletos, antieconomicos ou inservíveis, nos espaços administrativos das Escolas, nas CREs e SEDUC. Adquirir mobiliário escolar para substituição e reposição nos mais diversos ambientes escolares (bibliotecas, salas de aula, laboratorios de informatica, de ciências, salas multifuncionais), com vistas a qualificar o atendimento educacional.	CRE e SEDUC equipada	unidade	5
			Escola com equipamento e mobiliário básico qualificado	unidade	440

Caderno de Regionalização

Social

PROGRAMA: POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	STDS	Constitui-se em um modelo descentralizado e participativo com regulação e organização de serviços, programas, projetos e benefícios, nos diferentes níveis de proteção (básica e especial de média e alta complexidade) com foco prioritário nas famílias, seus membros e indivíduos, tendo o território como base de organização. O SUAS organizar-se-á através de lei estadual e de um plano específico baseado no sistema de vigilância socioassistencial a fim de afirmar a assistência social como política pública. Na gestão do SUAS são realizadas assessorias individualizadas e regionalizadas aos municípios para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, Cadastro Único (CADÚNICO) e Programa Bolsa Família - PBF. O CADÚNICO é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Estado, a fim de incluí-las nos programas sociais. Cabe à gestão estadual assessorar os municípios para a ampliação cadastral, para qualificação da busca ativa e da melhoria das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF).	Assessoramento e Apoio Técnico realizado	unidade	10.400
Implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	STDS	Assessoramento, monitoramento e avaliação do processo de reordenamento do PETI nos municípios sob a coordenação da Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil (CEPETI). Publicação e execução do Plano Estadual Decenal e Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.	Reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI acompanhado	unidade	6

PROGRAMA: POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SJDH	Apoiar a criação de organismos de políticas para as mulheres, como conselhos municipais, órgãos públicos de enfrentamento à violência contra as mulheres e garantia de direitos, como secretarias, coordenadorias, departamentos. Manter o Fórum Estadual e os Fóruns Regionais de Gestoras.	Conselho criado Órgão público apoiado	unidade unidade	2 2
Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho	SJDH	Realizar capacitações profissionais que promovam a autonomia das mulheres, levando em consideração suas vocações regionais e culturais, bem como as suas diversidades.	Mulher capacitada	unidade	220

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção dos Prédios das Coordenadorias Regionais de Perícia	SSP	Construir prédios padronizados visando ao desenvolvimento do trabalho pericial em ambiente integrado e funcional em cada uma das nove Coordenadorias Regionais de Perícia.	Prédio construído	unidade	2
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Brigada Militar	SSP	Construir novas instalações policiais militares em locais em que inexistem prédios. Realizar a edificação de prédios padronizados com a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades.	Quartel reformado - nível de Batalhão	m2	520
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Polícia Civil	SSP	Construir, ampliar e reformar as Delegacias de Polícia, visando à melhoria na prestação dos serviços de Polícia Judiciária.	Prédio reformado	unidade	18
Ensino - Colégio Tiradentes	SSP	Proporcionar ao educando uma formação integral voltada para o exercício da cidadania e para a inserção no mercado de trabalho.	Aluno matriculado no ensino médio (Colégio Tiradentes)	unidade	240

Caderno de Regionalização

Social

Modernização das Estruturas Físicas da Polícia Civil	SSP	Construir e aparelhar Delegacias de Polícia que compõem os projetos prioritários do Governo, conforme o Acordo de Resultados firmado com a SSP.	Delegacia de Polícia instalada	unidade	1
Policimento Comunitário	SSP	Executar o Policiamento Comunitário de modo a fomentar a transversalidade das ações da Brigada Militar com a comunidade e demais setores da sociedade, de maneira a atuar preventivamente, coadunando com a redução de índices de criminalidade. Também, potencializar a atuação da Brigada Militar nos Estabelecimentos de ensino, visando o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar, tendo como estratégia alcançar a todos os níveis de frações dos comandos regionais subsidiados para a execução do policiamento escolar.	Base de Policiamento Comunitário implantada	unidade	4

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO HABITACIONAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fomento às Ações de Regularização Fundiária nos Municípios	SOSH	Fomentar a realização de ações de regularização fundiária pelos municípios, por meio da divulgação de informações e assessoramento técnico, tendo como alvo os COREDES que possuem situações de inadequação fundiária ou aglomerados subnormais diagnosticados pelo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS.	Ação realizada para o fomento à regularização fundiária nos municípios	unidade	1
			Apoio técnico realizado para execução de projetos, obras de infraestrutura e/ou habitação	unidade	2
Produção de Ações Habitacionais	SOSH	Oportunizar a produção de ações habitacionais (casas, lotes, melhorias), através de parcerias com municípios e entidades (agentes financeiros, cooperativas e associações habitacionais), bem como complementando programas habitacionais da União.	Lote urbanizado conveniado	unidade	29
			Melhoria habitacional conveniada	unidade	41
			Unidade habitacional conveniada	unidade	876
Transferência da Propriedade de Imóveis da COHAB-RS aos Moradores	SOSH	Efetuar a transferência da propriedade dos imóveis remanescentes da COHAB-RS, para: mutuário com autorização para escritura, comprador com "contrato de gaveta" e morador sem documentação de compra e venda.	Escritura assinada	unidade	496

PROGRAMA: PROMOÇÃO DA PAZ E PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS NO RS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas	SJDH	Implantar a rede de atenção e acolhimento através do fortalecimento e integração do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas. Realização de conferências, reuniões e palestras sobre a temática. Articulação com os Fóruns Permanentes de Comunidades Terapêuticas, Conselhos Municipais, Grupos de Autoajuda e Comunidade Científica. Estimular a reinserção social de ex-usuários em drogas.	Ação integrada de prevenção ao uso de drogas efetivada	unidade	4

PROGRAMA: PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas do Corpo de Bombeiros	SSP	Realizar obras de melhorias no que diz respeito à construção, ampliação de reformas das estruturas físicas dos quartéis de bombeiros militares.	Quartel construído	m2	350
			Quartel reformado	m2	350
Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil	SSP	Coordenar e executar atividades de prevenção e combate de incêndios, buscas e salvamentos e ações de defesa civil.	Ação de prevenção de incêndio realizada	unidade	299.440
			Incêndio combatido	unidade	3.638

Caderno de Regionalização

Social

Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil	SSP	Coordenar e executar atividades de prevenção e combate de incêndios, buscas e salvamentos e ações de defesa civil.	Remoção de fonte de perigo realizada	unidade	2.783
			Salvamento realizado	unidade	9.630
Reaparelhamento Técnico do Corpo de Bombeiros	SSP	Otimizar os serviços prestados pelos bombeiros militares em razão do reaparelhamento técnico da dotação de infraestrutura patrimonial relacionada com o exercício das suas funções, especialmente a partir da gestão estratégica das tecnologias de comunicação e informação, melhoria da logística, bem assim com os equipamentos destinados ao serviço de combate a incêndio e demais ocorrências.	Equipamento de proteção individual modernizado	unidade	144
			Equipamento para atividades operacionais renovado	unidade	44
			Frota modernizada (aquisição de veículos)	unidade	33
			Redes de Comunicação e Informática estruturadas, gerenciadas e aperfeiçoadas	unidade	160

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTÁVEIS, DO SETOR PRODUTIVO E DE SERVIÇOS E DA QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional			
Aprimoramento de programas e projetos de extensão para o desenvolvimento regional, difusão científica e cultural	UERGS	Fomentar e orientar a estruturação das atividades de extensão mediante elaboração e execução de programas e projetos, e a divulgação do conhecimento acadêmico e da cultura regional.	Bolsa de extensão concedida	unidade	28			
			Evento promovido pela Uergs ou em parceria com outras instituições	unidade	80			
			Programa de extensão implementado	unidade	4			
			Projeto de extensão realizado	unidade	80			
			Publicação de livro, artigo, produção técnica e obra artística realizada	unidade	16			
			Aprimoramento e qualificação da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, associadas às vocações regionais	UERGS	Fomentar e apoiar o desenvolvimento de pesquisa focadas nas áreas: Humanas, Vida e Meio Ambiente e Exatas e Engenharias, considerando a viabilidade de parcerias, os arranjos produtivos locais e demandas regionais, a transferência de tecnologia e o aumento do número de grupos de pesquisa, gerando condições para implantação de programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.	Bolsa acadêmica concedida	unidade	56
						Curso de pós-graduação lato-sensu implementado	unidade	2
Participação (docente e/ou discente) em eventos de ensino, pesquisa e extensão, financiada pela UERGS	unidade	690						
Produção científica (artigos e livros) e Depósito de pedido de patentes realizado	unidade	233						
Projeto de Pesquisa e inovação tecnológica ativo vinculados aos grupos de pesquisa	unidade	71						
Formação inicial e continuada	UERGS	Ampliar e qualificar programas acadêmicos; Promover e ampliar a oferta e vagas de cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológico, presenciais e a distância; qualificar a formação de docentes, discentes e técnicos da comunidade universitária e regional, articulados com a realidade de cada campus regional.				Bolsa acadêmica concedida	unidade	168
			Curso de graduação ofertado	unidade	8			
			Vaga em curso de graduação ofertada	unidade	1.160			
Melhoria e ampliação da infraestrutura	UERGS	Projetar, implantar ou adequar as instalações físicas, patrimoniais e acervo bibliográfico da UERGS, adequadas aos projetos pedagógicos de curso e a legislação vigente do Ensino Superior.	Acervo Bibliográfico adquirido	unidade	4.012			

Caderno de Regionalização

Social

Melhoria e ampliação da infraestrutura	UERGS	Projetar, implantar ou adequar as instalações físicas, patrimoniais e acervo bibliográfico da UERGS, adequadas aos projetos pedagógicos de curso e a legislação vigente do Ensino Superior.	Prédios das Unidades Universitárias e Reitoria construídos, incluindo laboratórios e bibliotecas	unidade	1
--	-------	---	--	---------	---

PROGRAMA: PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Municipalização do PROCON	SJDH	Ampliar o número de PROCON's municipais, repassando recursos para apoio aos Sistemas Municipais de Defesa do Consumidor, devidamente constituídos, através de convênios ou outros instrumentos capazes de fomentar e qualificar o atendimento ao consumidor.	Município com PROCON instalado	unidade	1

PROGRAMA: PROTEÇÃO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cooperação Técnica com os Municípios	FPERGS	Promover o assessoramento aos municípios do RS sobre o acolhimento institucional, de forma complementar ao DAS, através da realização de projeto de formação para os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento e na rede de proteção a criança e ao adolescente. Desenvolver um plano de ação conjunto com o Estado, municípios e demais instâncias implicadas no cuidado da população adulta com demandas de risco social e saúde agravadas que permanecem atendidas pela FPERGS.	Município cooperado em formação para o Acolhimento Institucional	unidade	31

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO CONSOLIDANDO A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de Leitos Hospitalares	SES	Ampliar a oferta de leitos SUS em hospitais públicos e filantrópicos, através do repasse de recursos próprios e de convênios para obras de expansão em hospitais existentes ou construção de novos. Viabilizar o funcionamento do Hospital Regional de Santa Maria. Implementar e ampliar as ações de saúde prestadas pelo Hospital do município de Osório para a população própria e referenciada. Ampliar leitos de internação em hospitais prioritários. Apoiar a construção do Hospital de Gravataí e implantação do Hospital Regional de Palmeira das Missões.	Hospital Regional construído	unidade	1
Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica	SES	Qualificar as ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica, orientado pelas Políticas de Assistência à Saúde do SUS, buscando ampliar e qualificar o acesso e o uso racional de medicamentos.	Município beneficiado com recurso para Assistência Farmacêutica Básica	unidade	130
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências de Diagnósticos e Tratamento	SES	Implantar e implementar centros de especialidades odontológicas e habilitar os laboratórios regionais de prótese dentária.	Centro de Especialidade Odontológica mantido e implantado Laboratório Regional de Prótese Dentária mantido e implantado	unidade	1 26
Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde	SES	Realizar ações conjuntas e padronizadas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. Identificar, conhecer, monitorar e prevenir os fatores de risco, promovendo a saúde, controlando e minimizando a ocorrência de doenças, epidemias e agravos como violência interpessoal (doméstica, sexual e outras) e autoprovocada. Municípios prioritários com ações de Vigilância Epidemiológica e controle da tuberculose, descentralizadas para a atenção básica, com ênfase no diagnóstico e tratamento.	Ação de vigilância sanitária de baixa complexidade descentralizada	unidade	1

Caderno de Regionalização

Social

Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde	SES	Realizar ações conjuntas e padronizadas de vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) integradas à rede de assistência primária, secundária e terciária, fortalecendo a regionalização. Identificar, conhecer, monitorar e prevenir os fatores de risco, promovendo a saúde, controlando e minimizando a ocorrência de doenças, epidemias e agravos como violência interpessoal (doméstica, sexual e outras) e autoprovocada. Municípios prioritários com ações de Vigilância Epidemiológica e controle da tuberculose, descentralizadas para a atenção básica, com ênfase no diagnóstico e tratamento.	Hospital com nova técnica laboratorial para o diagnóstico das meningites bacterianas implantada	unidade	1
			Município com testagem rápida das hepatites virais B e C implantada em Unidade de Saúde da Atenção Básica	unidade	70
			Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar ampliado	unidade	1
			Unidade Sentinela de Vigilância da Influenza ampliada e qualificada	unidade	1
Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado	SES	Qualificar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade e superar a fragmentação da atenção nas Regiões, por meio de dispositivos (pontos de atenção e equipes) e conjuntos de ações de saúde, onde o estado desenvolverá ações que visem, ENTRE OUTRAS, a integridade da saúde do homem. Implantar e implementar as Linhas de Cuidado a partir da Atenção Básica, tendo em vista sua responsabilidade na coordenação do cuidado e ordenamento da rede, visando a garantia de acesso e qualificação da atenção à saúde. Busca-se identificar as portas de entrada da rede de serviços, classificando o critério de risco, acompanhando o usuário por todos os pontos de atenção e organizando as referências e contra-referências regionais. As Linhas de Cuidado devem ser subsidiadas por conhecimento científico atualizado, oportunizando espaço para ações inovadoras, com garantia e efetivação dos princípios da política de humanização do SUS. Além disso, busca-se promover a equidade e a integralidade da atenção à saúde para a população por meio de ações transversais e intersetoriais, intensificando as ações e o cuidado direcionados às populações em situação de vulnerabilidade. Implementar a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PIC), visando a integralidade das ações e a ampliação das possibilidades terapêuticas naturais e humanizadoras.	Município beneficiado com recurso para o cuidado da pessoa vivendo com HIV/Aids na Atenção Básica	unidade	8
			Programa de Combate ao Racismo Institucional na Atenção Básica mantido e implantado	unidade	8
Qualificação da Atenção Básica	SES	Ampliar e qualificar a Atenção Básica priorizando a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Primeira Infância Melhor (PIM), incluindo o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Atender crianças através do PIM, atingindo todos os municípios e proporcionando uma maior cobertura populacional. Aumentar o número de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, Equipes de Saúde da Família Indígena e Quilombola. Realizar ações conjuntas em Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, trabalhador) e de Promoção e Prevenção da Saúde.	Equipe de Saúde Bucal mantida e implantada	unidade	164
			Equipe de Saúde da Família mantida e implantada	unidade	266
			Família atendida pelo PIM	unidade	11.420
			Município beneficiado com recursos para qualificação da atenção básica	unidade	130
			Município com PIM implantado	unidade	74
			Núcleo de Apoio à Saúde da Família mantido e implantado	unidade	21
			Visitador do Primeira Infância Melhor habilitado	unidade	571



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

**PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL
PARA O EXERCÍCIO DE 2016**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

1. Garantir ao Poder Legislativo os meios necessários ao cumprimento de suas atribuições, qualificando e modernizando os seus espaços, recursos, serviços e procedimentos legislativos, implementando novos processos e aperfeiçoando os já existentes, por meio de gestão compartilhada na administração da legislatura;
2. Aperfeiçoar os mecanismos de participação e interação da sociedade com o Parlamento, inclusive garantindo recursos e logística para a realização de audiências públicas, seminários e demais eventos promovidos pelo Legislativo, inclusive fora das dependências da Assembleia Legislativa;
3. Ampliar e democratizar a comunicação da Assembleia Legislativa com a sociedade, modernizando a infraestrutura e logística de áudio e vídeo, e criando condições de adequação aos avanços tecnológicos e às mudanças nos marcos regulatórios; bem como intensificar a utilização dos demais meios de comunicação e divulgação institucional, a fim de facilitar a todos os segmentos da sociedade o acompanhamento dos trabalhos do Parlamento;
4. Dar continuidade à reestruturação administrativa da Assembleia Legislativa, bem como ao provimento de cargos e funções legalmente destinados ao Poder Legislativo, criar ou extinguir cargos e/ou funções mediante a realização de concurso público e convênios com órgãos e instituições do Estado;
5. Expandir o projeto de informatização e os mecanismos de tecnologia de informação direcionados à qualificação dos serviços da Assembleia Legislativa, mediante aquisição e atualização de equipamentos e programas, e a elaboração de projetos e sistemas, visando seu pleno desempenho e expansão da rede instalada, inclusive via acesso remoto ou mediante a interligação com bancos de dados que permitam a troca de informações, cadastros e dados, no interesse das atividades do Poder Legislativo;
6. Promover a progressão funcional e a recomposição e revisão do poder aquisitivo dos vencimentos e proventos de modo a valorizar os servidores, buscar condições orçamentárias necessárias para o pagamento de passivos de pessoal, respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, além de implementar o pagamento de outras vantagens, inclusive parcelas atrasadas, e conceder aumento e/ou realinhamento de estruturas remuneratórias;
7. Promover a qualificação dos servidores, intensificar a capacitação do quadro funcional, otimizando o treinamento e desenvolvimento corporativo; dar



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

- continuidade ao desenvolvimento de projetos objetivando a gestão estratégica de pessoas e a manutenção da saúde ocupacional dos servidores em exercício na Assembleia Legislativa;
8. Dar continuidade ao processo de interiorização da Assembleia Legislativa, de forma própria e também em parceria institucional e de logística com organismos representativos de segmentos da sociedade gaúcha, como forma de concretizar a aproximação dos trabalhos parlamentares com a população promovendo uma ampla discussão sobre temas relevantes, visando à promoção de políticas públicas capazes de beneficiar os diversos segmentos heterogêneos da nossa sociedade;
9. Implementar ações no âmbito de parcerias firmadas com terceiros, através de convênios e acordos e promover a cooperação técnica dos órgãos deste parlamento com entidades, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicas ou privadas; inclusive com as escolas de gestão ou de governo do Poder Executivo, Tribunal de Contas, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Procuradoria-Geral do Estado, e de organismos representativos de prefeitos municipais e vereadores, visando à promoção de políticas e o debate de temas de interesse público e social para a população gaúcha;
10. Dar continuidade a ampliação, construção, aquisição, reforma e recuperação das instalações da Assembleia Legislativa, racionalizando e otimizando seu espaço físico, adequando-o a novas formas de utilização, facilitando o acesso ao público em geral e, em especial, às pessoas com deficiência;
11. Promover as condições tecnológicas e materiais necessárias para a manutenção e o aprimoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação, aproximando, desse modo, o Parlamento da sociedade gaúcha;
12. Promover e incentivar o desenvolvimento de atividades culturais, objetivando a integração da sociedade com o patrimônio histórico, artístico e cultural do Rio Grande do Sul;
13. Promover as condições materiais e humanas necessárias para a recepção oficial de autoridades e personalidades públicas em visita ao Parlamento, bem como para reuniões administrativas e prestação de contas à comunidade e veículos de comunicação social, conforme deliberação da Mesa Diretora; e
14. Implementar ações objetivando o apoio institucional às Câmaras de Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul.



TRIBUNAL DE CONTAS:

1. Atingir o índice de 95% de julgamento de Contas de Gestão Municipal;
2. Atingir o índice de 95% de emissão de Pareceres de Contas de Governo Municipal;
3. Atingir o índice de 95% de julgamento de Contas de Gestão Estadual;
4. Realizar 2.700 procedimentos de fiscalização (auditorias, inspeções, diligências, etc);
5. Realizar 18.000 procedimentos de instrução processual;
6. Prover os cargos legalmente destinados ao Tribunal de Contas do Estado, inclusive mediante a realização de concurso público; criar ou extinguir cargos e/ou funções;
7. Promover a recomposição e revisão dos vencimentos, gratificações e benefícios dos Conselheiros, Auditores Substitutos de Conselheiro, Procuradores e Servidores, Ativos e Inativos, bem como efetuar o pagamento de passivo de pessoal de exercícios anteriores;
8. Complementar a reestruturação do Plano de Carreira dos Servidores;
9. Aprimorar o Sistema de Gestão pela Qualidade, mantendo a Certificação na norma internacional de garantia da qualidade ISO 9001:2008;
10. Dar continuidade à expansão, atualização e melhoramentos na infraestrutura dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas do Estado, incluindo seus Serviços Regionais;
11. Ampliar e aprimorar o uso de Tecnologia da Informação - TI -, mediante a aquisição e a atualização de equipamentos e programas, bem como através da elaboração de projetos e sistemas, visando à plena utilização e expansão da rede instalada, inclusive via acesso remoto;
12. Dar continuidade à implantação do Processo Eletrônico no âmbito do TCE;
13. Dar continuidade à ampliação e/ou reforma dos prédios do TCE, inclusive com aquisição de sala ou construção de prédios;
14. Fortalecer e ampliar a atuação da Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, visando ao aperfeiçoamento e à capacitação do corpo funcional, servidores públicos e agentes políticos, contemplando, inclusive, a interação do Tribunal de Contas com os demais órgãos técnicos e a sociedade, tendo em vista



- suas atribuições de natureza preventiva e de orientação;
15. Dar continuidade ao desenvolvimento de projetos objetivando a Gestão Estratégica de Pessoas e a manutenção da saúde ocupacional dos servidores do TCE;
 16. Adotar as medidas necessárias ao pleno funcionamento da Rádio Web do TCE e para transmissão das sessões, por áudio e vídeo, bem como intensificar a utilização dos demais meios de comunicação e divulgação institucional, a fim de facilitar a todos os segmentos da sociedade o acompanhamento dos trabalhos desta Corte de Contas;
 17. Implementar ações no âmbito de parcerias firmadas com terceiros, através de convênios e acordos;
 18. Dar continuidade ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas que serão financiados com recursos orçamentários, nos termos que estabelece a Lei Complementar Federal n.º 101/2000; e
 19. Implementar ações objetivando o apoio institucional para manutenção do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

PODER JUDICIÁRIO:

1. Garantir ao Poder Judiciário os meios necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, qualificando os serviços e procedimentos, visando atender com eficiência e eficácia a demanda da prestação jurisdicional;
2. Criar Comarcas, Juizados, Varas, cargos de Juiz, bem como funções e cargos auxiliares e de assessoramento na Justiça de 1.º Grau;
3. Criar Câmaras, Grupos, cargos de Desembargador, bem como funções e cargos auxiliares e de assessoramento na Justiça de 2.º Grau;
4. Realizar concurso público para o preenchimento dos cargos vagos na Justiça de 1.º e 2.º Graus, assim como dos cargos de Magistrados e de servidores a serem criados nas duas instâncias;
5. Prover os cargos e funções criados e vagos no 1.º e 2.º Graus;
6. Criar e preencher os cargos para atender às necessidades de Cartórios Judiciais Estatizados em razão de vacância, bem como daqueles que vierem a ser estatizados;



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

7. Promover, quando necessário, a elevação de entrância das comarcas;
 8. Implementar efetivamente as ações previstas no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça;
 9. Ampliar o número de Juizados Especiais, dotando-os de infraestrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades, objetivando maior agilização da Justiça de 1.º Grau;
 10. Custear e/ou promover cursos, simpósios, congressos, encontros e seminários visando ao treinamento e aperfeiçoamento de Magistrados e servidores;
 11. Efetuar o realinhamento das classes funcionais com a implantação do plano de carreira dos servidores e atender às disposições decorrentes da implantação do novo “Estatuto dos Servidores da Justiça”;
 12. Conceder reposição salarial aos servidores, assim como recuperar as perdas existentes e promover a revisão de auxílios;
 13. Promover a alteração do valor nominal do subsídio, nos termos da Lei;
 14. Autorizar o pagamento de passivo de exercícios anteriores, benefícios e outras vantagens de pessoal para Magistrados e servidores;
 15. Promover melhorias nas instalações da Justiça, com construção, ampliações, reformas, adaptações e manutenção de prédios;
 16. Adquirir equipamentos em geral, especialmente de informática, telefonia e segurança, veículos e mobiliários, destinados a atender às necessidades do 1.º e 2.º Graus;
 17. Manter e ampliar a informatização do Poder Judiciário, abrangendo todas as comarcas do Estado, visando agilizar os serviços jurisdicionais na crescente demanda da sociedade;
 18. Incrementar os níveis de investimento do Poder Judiciário, inclusive com as compensações necessárias das receitas vinculadas a estes fins; e
 19. Promover e incrementar condições laborais que garantam melhor qualidade de vida no trabalho, protegendo a saúde de servidores e magistrados, objetivando bem-estar físico, mental e social.
- MINISTÉRIO PÚBLICO:**
1. Prover o Ministério Público de recursos materiais necessários para o cumprimento de suas funções legais e constitucionais e aumentar a eficiência e eficácia nas



- áreas de sua atuação, dotando a Instituição de recursos humanos e promovendo o realinhamento remuneratório;
2. Dar continuidade ao sistema remuneratório com base no artigo 39, § 4º, combinado com o artigo 128, § 5º, inc. I, alínea “c”, ambos da Constituição Federal e com a Lei Estadual nº 12.911, de 11 de março de 2008;
 3. Ampliar a capacidade instalada da Procuradoria-Geral de Justiça e das Promotorias e Procuradorias de Justiça;
 4. Desenvolver trabalhos visando à preservação da memória da Instituição, por meio da operacionalização do Memorial do Ministério Público;
 5. Construir, reformar e ampliar sedes próprias em terrenos adquiridos ou recebidos para esse fim;
 6. Promover e incrementar, por meio de setores específicos, o aprimoramento técnico, profissional e cultural dos membros e dos servidores do Ministério Público, objetivando a melhor execução de seus serviços e a racionalização de seus recursos materiais, garantindo a eficiência e eficácia dos serviços prestados;
 7. Fomentar o estabelecimento da cultura da informação digital, focado no estímulo à utilização racional dos meios e disponibilização de informações relevantes para a gestão e dotar o Ministério Público de ferramentas na área de Tecnologia da Informação (TI), que deem suporte aos serviços de processamento de dados, qualificando a informação e propiciando a realização de ações com maior grau de confiabilidade e eficácia;
 8. Prosseguir no cumprimento de suas funções institucionais, previstas na Constituição Federal e legislação específica;
 9. Desenvolver e gerir a estratégia da Instituição, num processo de aperfeiçoamento constante da Procuradoria-Geral de Justiça, com a finalidade de otimizar a aplicação dos recursos humanos e materiais disponíveis, qualificar os serviços prestados e ampliar a efetividade das ações ministeriais;
 10. Criar e prover cargos nas carreiras do Ministério Público e Serviços Auxiliares, de acordo com a necessidade;
 11. Realizar concursos públicos para o provimento de cargos iniciais da carreira do Ministério Público e do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo dos Serviços Auxiliares;



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

12. Proceder ao pagamento de passivo de pessoal, benefícios e outras vantagens para membros e servidores, ativos, inativos e pensionistas;
13. Promover a reposição remuneratória nos subsídios e vencimentos de membros, servidores, ativos e inativos, de pensionistas e recuperar perdas existentes;
14. Efetivar o reordenamento das classes funcionais, com a reestruturação do plano de carreira dos servidores e implantar o Estatuto dos Servidores do Ministério Público;
15. Desenvolver ações integradas nas áreas criminal, civil, do meio ambiente, da infância e juventude, da probidade administrativa e de direitos humanos, por meio de captação de recursos junto a Organismos Nacionais e Internacionais;
16. Dinamizar o relacionamento e a interação com os Poderes e Instituições de Estado, bem como com a sociedade civil organizada;
17. Aproximar a Instituição da Sociedade, de modo a facilitar o acesso a todas as suas áreas de atuação, ampliando os espaços de interlocução com as bases comunitárias e agilizando o reconhecimento das demandas sociais, contribuindo para a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento de ações conjuntas para o atendimento dos anseios sociais;
18. Ampliar parcerias com os conselhos municipais e estaduais, as universidades, as escolas e outras organizações sociais;
19. Implementar ações provenientes de parcerias firmadas com terceiros, por meio de convênios e acordos;
20. Acompanhar o planejamento estratégico da Instituição, objetivando a concretização do posicionamento de transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, com a aplicação de novas ferramentas de gestão;
21. Aplicar recursos orçamentários provenientes de outras esferas de governo, da criação de novas receitas próprias ou da redistribuição de receitas já existentes;
22. Promover a gestão de recursos humanos, proporcionando a valorização dos membros e servidores do Ministério Público, reafirmando a sua preocupação quanto ao bem-estar do seu corpo funcional e com a qualidade de vida no trabalho, por meio de ações voltadas para a saúde ocupacional, favorecendo as condições plenas de desenvolvimento humano; e
23. Promover, quando necessário, a elevação de entrância das comarcas.



DEFENSORIA PÚBLICA:

1. Prover a Defensoria Pública de recursos materiais necessários para o cumprimento das suas funções legais e constitucionais;
2. Aumentar a eficiência e a eficácia nas áreas de sua atuação, dotando a Instituição de recursos humanos, Defensores Públicos e Servidores, e promovendo adequação do subsídio;
3. Construir, adquirir e reformar sedes próprias, possibilitando a instalação da Defensoria Pública em todas as comarcas do Estado;
4. Locar imóveis para a estruturação das sedes da Defensoria Pública nas comarcas do Rio Grande do Sul;
5. Implantar o acesso à Internet em todas as comarcas de atuação da Defensoria Pública;
6. Implantar e manter o desenvolvimento do Sistema de Informação - SI, Tecnologia de Informação - TI e Recursos Humanos - RHE na Defensoria Pública, e ampliar a informatização, abrangendo todas as Defensorias do Estado, visando agilizar a prestação de assistência jurídica aos necessitados;

7. Realizar concurso nas áreas institucional e serviços auxiliares, suprindo o atendimento em todas as comarcas do Estado;
8. Conceder reposição remuneratória aos servidores ativos, inativos e pensionistas e recuperar perdas existentes;
9. Promover a alteração do valor nominal do subsídio para Defensores Públicos Ativos, Inativos e Pensionais, nos termos da Lei;
10. Proceder ao pagamento de passivo de pessoal, benefícios e outras vantagens para membros e servidores, ativos, inativos e pensionistas;
11. Realizar cursos, simpósios, congressos, encontros e seminários visando à capacitação dos agentes e dos servidores para uma melhor prestação dos serviços;
12. Captar recursos junto a organizações internacionais e à União para desenvolver ações integradas de estruturação institucional, nas áreas criminal, da execução penal, cível, da infância e juventude, dos direitos humanos, do direito do consumidor, da regularização fundiária, do meio ambiente e da violência doméstica;
13. Realizar projetos específicos para atendimento nas áreas criminal, da execução penal, cível, da infância e



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Plano Plurianual 2016-2019

- juventude, dos direitos humanos, do direito do consumidor, da regularização fundiária, do meio ambiente e da violência doméstica;
14. Implantar quadro de estagiários compatível com a necessidade institucional;
 15. Realizar mutirões de atendimento;
 16. Elaborar o planejamento estratégico da instituição, com ênfase na política de gestão, visando à reestruturação administrativa da Defensoria Pública, com a finalidade de otimizar a aplicação dos recursos humanos e materiais disponíveis, ampliando a qualificação dos serviços prestados;
 17. Dinamizar o relacionamento e a interação com os Poderes e demais instituições de Estado, bem como a sociedade civil organizada;
 18. Promover a implementação do planejamento estratégico da Instituição, objetivando a plena consecução do objetivo institucional de promover o acesso à justiça aos necessitados;
 19. Elaborar projeto para análise funcional e estrutural da disposição organizacional da Defensoria Pública, com vistas a propor alterações, ampliações ou ajustes;
 20. Ampliar a atuação da Defensoria Pública, estendendo o atendimento a todas as comarcas e incrementando parcerias com municípios, universidades e outras organizações sociais;
 21. Prosseguir no cumprimento de suas funções institucionais, previstas na Constituição Federal e legislação específica;
 22. Aplicar recursos orçamentários provenientes de outras esferas de governo, da criação de novas receitas próprias ou da redistribuição de receitas já existentes;
 23. Manter a execução do Projeto de Modernização Institucional - PMI, com recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;
 24. Consolidar a identidade visual da Defensoria Pública; e
 25. Desenvolver e promover ações publicitárias visando à divulgação institucional, educação em direito da população e outras ações que visam à busca da cidadania.



PODER EXECUTIVO:

1. Promover o desenvolvimento, buscando maior equilíbrio entre as regiões do RS;
2. Estimular a diversificação e o crescimento da indústria do RS;
3. Fortalecer a agricultura familiar, o cooperativismo e o agronegócio;
4. Criar condições para o desenvolvimento sustentável do turismo;
5. Incentivar as micro e pequenas empresas, o comércio, os serviços, o terceiro setor e o empreendedorismo;
6. Promover a qualificação do capital humano, as políticas de inovação e o desenvolvimento tecnológico;
7. Melhorar o acesso e a qualidade na prevenção e promoção da saúde;
8. Conquistar um novo patamar de qualidade educacional, gerando oportunidades para todos;
9. Fortalecer políticas para garantir segurança à sociedade;
10. Fortalecer e ampliar políticas públicas voltadas à igualdade de gêneros, à inclusão social e à diversidade;
11. Preservar e ampliar o acesso à cultura, ao esporte, à recreação e ao lazer;
12. Otimizar os procedimentos para uso adequado dos recursos naturais;
13. Fortalecer sistema multimodal de transporte de pessoas e cargas;
14. Ampliar e garantir a qualificação dos serviços de telecomunicações e energia;
15. Garantir a universalização do abastecimento de água e a ampliação dos serviços de esgotos e de resíduos sólidos;
16. Dar agilidade à gestão pública com foco na melhoria da prestação dos serviços;
17. Valorizar e capacitar os servidores públicos do RS;
18. Assegurar a eficiência na gestão das contas públicas; e
19. Garantir a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos.

